



SISTEMA DE INDICADORES
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SIDS – PORTUGAL



SISTEMA DE INDICADORES
DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

SIDS – PORTUGAL

Dezembro 2007

FICHA TÉCNICA

Título

Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável – SIDS PORTUGAL

Edição

Agência Portuguesa do Ambiente

Autoria / Equipa de Projecto

Agência Portuguesa do Ambiente

Margarida Marcelino
Maria da Graça Espada
Regina Vilão

Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente-Faculdade de Ciências e Tecnologia-Universidade Nova de Lisboa

Tomás B. Ramos (Coordenação científica)
Inês Alves
Inês Gervásio
Patrícia Liberal

Design gráfico e paginação

Agência Portuguesa do Ambiente

Ana Maria Frias

Capa

Fotografia de planta do género *Taraxacum*

ISBN

978-972-8577-40-7

Data de edição

Dezembro 2007

Este trabalho decorreu com o apoio de dois projectos:

- Protocolo de Cooperação Técnico-científica n.º 199/2006, celebrado entre o Instituto do Ambiente e o Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
- Protocolo de Cooperação Técnico-científica n.º 22/2005, celebrado entre o Instituto do Ambiente e a Universidade do Algarve (cf. Relatório Final do Projecto¹).

¹Ramos, T.B., Alves, I., Gervásio, I. Liberal, P. (2007). *Revisão do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e Apoio na Elaboração, Revisão de Conteúdos e Divulgação do Relatório do Estado do Ambiente*. Relatório Final do Projecto desenvolvido no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnico-científica n.º 22/2005, estabelecido entre o Instituto do Ambiente e a Universidade do Algarve. Lisboa.

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	4
1 INTRODUÇÃO	5
2 METODOLOGIA	6
3 SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA PORTUGAL	12
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	22
ACRÓNIMOS	23
REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA	28
FICHAS DO SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA PORTUGAL – SIDS PORTUGAL	37
LISTAGENS DE VERIFICAÇÃO MULTITEMÁTICAS	343

ANEXOS (em CD)

ANEXO I
ANÁLISE DAS VERSÕES ANTERIORES DO SIDS

ANEXO II
INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL – ENQUADRAMENTO INTERNACIONAL

ANEXO III
SIDS ANALISADOS À ESCALA INTERNACIONAL

ANEXO IV
INDICADORES PRESENTES EM SIDS INTERNACIONAIS

ANEXO V
PRINCIPAIS INICIATIVAS NO CONTEXTO NACIONAL

ANEXO VI
INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO SOBRE RELATÓRIOS DO ESTADO DO AMBIENTE E INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ANEXO VII
ANÁLISE E TRATAMENTO DE DADOS DO QUESTIONÁRIO

ANEXO VIII
LISTA PRELIMINAR DE INDICADORES SUJEITA A CONSULTA SECTORIAL

ANEXO IX
LISTA DE ENTIDADES CONSULTADAS

NOTA PRÉVIA

O presente documento resulta do trabalho levado a cabo pelo Instituto do Ambiente (IA) e pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) – que lhe sucedeu a partir de Maio de 2007 – no âmbito das suas competências para estudar e propor, de forma evolutiva, a utilização de indicadores, nomeadamente de um sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável (Decreto-Lei n.º 113/2003, de 4 de Junho, Art. 15º, 3.e) que permita propor, desenvolver e acompanhar a execução das políticas de ambiente e de desenvolvimento sustentável (cf. Decreto Regulamentar n.º 53/2007, de 27 de Abril, Art. 2º, 1).

Este trabalho decorreu com o apoio de dois Protocolos de Cooperação celebrados entre o IA e o Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, e entre o IA e a Universidade do Algarve. Estes Protocolos tiveram como principais objectivos o acompanhamento e assessoria técnico-científica para a revisão da “Proposta de Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS) para Portugal”, editado pela Direcção-Geral do Ambiente em 2000.

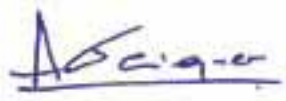
A revisão do SIDS abrangeu trabalhos a dois níveis: (a) análise e consolidação da metodologia adoptada em revisão anterior; (b) avaliação e consolidação dos indicadores que integram o sistema, tendo por suporte contactos bilaterais promovidos com representantes dos diferentes sectores envolvidos (c) revisão e edição final.

Este documento encontra-se estruturado em vários capítulos, complementados com uma secção de anexos, disponibilizada em suporte digital.

É objectivo da Agência Portuguesa do Ambiente que a disponibilização que agora se faz do SIDS seja um contributo efectivo para aferir o desempenho de Portugal face aos desafios e metas que o objectivo do desenvolvimento sustentável exige.

Agradecemos todos os contributos das diversas instituições públicas e privadas, bem como das colaborações a título individual, que com a sua informação, saber, e visão crítica apoiaram a elaboração deste documento.

O Director Geral



António Gonçalves Henriques

1 INTRODUÇÃO

O objectivo fundamental que suporta a monitorização do estado do ambiente e da sustentabilidade é a melhoria da qualidade das decisões em gestão da sustentabilidade. São necessárias relações mais estreitas entre os resultados da monitorização da sustentabilidade e as respostas políticas dos decisores (Brown e Dick, 2001). A utilização de indicadores apresenta-se actualmente como uma ferramenta essencial na gestão e avaliação da sustentabilidade. Os indicadores de desenvolvimento sustentável constituem um instrumento fundamental no contexto da avaliação do desempenho da sustentabilidade, ao nível dos países, das regiões, das comunidades locais, das actividades económicas, organizações públicas e privadas, políticas, missões, projectos, actividades, produtos e serviços (Ramos, 2004).

O Produto Interno Bruto (PIB) e a inflação tornaram-se as medidas de referência nas discussões sobre o desempenho económico dos países. Ainda que a construção deste indicadores nem sempre seja amplamente entendida, eles são universalmente reconhecidos e, pelo menos, compreendidos entre os círculos políticos. De forma análoga, os consumidores comparam o preço dos bens quando têm de decidir sobre que produto comprar. Tem sido defendido por muitos a necessidade de um indicador ambiental unificado, podendo facultar aos políticos e consumidores um indicador mais adequado para suportar as suas decisões. O sucesso do PIB e da inflação ilustra o papel que podem ter os indicadores ambientais e de sustentabilidade, amplamente aceites, avaliando, nomeadamente, o sucesso das políticas (ECOTEC, 2001).

À semelhança dos seus congéneres existentes à escala mundial, o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável (SIDS) nacional surge para dar resposta à necessidade de avaliar o progresso do país em matéria de sustentabilidade, possibilitando estabelecer a ligação com os principais níveis de decisão estratégica – políticas, planos e programas – de âmbito nacional, regional e sectorial.

A primeira edição formal do SIDS nacional, publicada em 2000 ("Proposta para Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável", DGA, 2000), foi o culminar dos trabalhos iniciados em 1997. Assim, a par com as principais iniciativas internacionais neste domínio, Portugal apresentou uma plataforma de indicadores ambientais, sociais, económicos e institucionais, consubstanciada pelo modelo Pressão-Estado-Resposta. Esta proposta traduzia uma primeira versão para consulta e participação pública. Para cada indicador apresentava a possibilidade de avaliar as assimetrias regionais, de forma a avaliar a variação regional de um determinado indicador.

Sublinhe-se ainda que foi publicada uma versão preliminar deste sistema em 1998 (Ramos *et al.*, 1998), que constituiu o suporte para o desenvolvimento de vários trabalhos sobre indicadores de integração ambiental em cinco sectores de actividade económica: turismo, transportes, indústria, agricultura e energia (Silva & Perna, 1999; Silva *et al.*, 1999; Mendes *et al.*, 1999; Azevedo *et al.*, 1999; Castanheira & Silva, 1999). É também neste período que o Relatório do Estado Ambiente utiliza pela primeira vez uma estrutura suportada por um modelo de indicadores (Pressão-Estado-Resposta) ("Relatório do Estado do Ambiente 1998", DGA, 1999).

Alguns sinais revelam que o SIDS nacional tem vindo a ser um instrumento crescentemente conhecido e utilizado no contexto nacional, e com algumas repercussões internacionais importantes ao nível da União Europeia e dos Países de Língua Oficial Portuguesa (*e.g.* Angola; Brasil). Desde a publicação em 2000 que este documento tem sido amplamente solicitado, em particular na versão digital (documento em formato PDF – *Adobe Portable Document Format*). O SIDS e o Relatório do Estado do Ambiente são os dois documentos mais transferidos do sítio do Instituto do Ambiente na *Internet* (de acordo com os dados disponíveis sobre os "*Most downloaded files*" do sítio da Agência Portuguesa do Ambiente, APA).

O desenvolvimento, selecção e utilização de indicadores de desenvolvimento sustentável (IDS) deve ser um processo dinâmico e interactivo, procurando integrar as diferentes visões e percepções através de uma actualização frequente. Neste contexto, iniciou-se em 2005 um processo de revisão do SIDS.

2 METODOLOGIA

A revisão do SIDS envolveu essencialmente dois grandes níveis de trabalho: (a) análise e eventual reformulação da metodologia adoptada (objectivos, áreas temáticas utilizadas, modelo conceptual adoptado, critérios de selecção e desenvolvimento); (b) avaliação dos indicadores que integram o sistema.

O processo de revisão incidiu sobre a versão original do SIDS publicada em 2000 – adiante designado por SIDS 2000 –, e na versão de trabalho do SIDS resultante da 1ª fase de revisão do sistema conduzida com o apoio do Centro de Sistemas Urbanos e Regionais do Instituto Superior Técnico entre Novembro de 2004 e Março de 2005 – adiante designado por RevSIDS 2005. Assim, para concretizar a actual edição do SIDS seguiram-se as seguintes etapas metodológicas:

Fase 1 – Análise da metodologia e dos indicadores adoptados no SIDS nacional

Esta etapa visou proceder à análise comparativa SIDS 2000 *versus* RevSIDS 2005, através da sistematização, tratamento e análise da informação relevante (cf. Anexo I). Este diagnóstico contemplou fundamentalmente a averiguação dos seguintes aspectos:

- metodologia subjacente ao sistema de indicadores, nomeadamente em relação ao modelo conceptual de indicadores;
- número e tipo de indicadores utilizados;
- forma e estrutura dos indicadores apresentados (esquema geral das *fichas de indicadores*);
- modelo participativo adoptado;
- mecanismos utilizados para a comunicação/divulgação dos SIDS.

Fase 2 – Revisão dos principais SIDS existentes à escala internacional e respectivas directrizes para o seu desenvolvimento

Este processo de revisão e análise (cf. Anexo II) foi alicerçado em várias actividades, das quais se destacam as seguintes:

- revisão das principais iniciativas e metodologias de suporte aos SIDS, incluindo a revisão de uma amostra de sistemas produzidos à escala internacional; os indicadores desenvolvidos para as escalas regional e local não foram especificamente visados por esta revisão;
- análise e processamento da informação recolhida através dos programas *File Maker Pro* e *Microsoft Excel*;

Esta fase do trabalho teve como grande objectivo consubstanciar a avaliação e reformulação da metodologia de suporte ao SIDS, com base na análise das melhores práticas existentes.

As várias iniciativas de indicadores de desenvolvimento sustentável analisadas foram processadas numa base de dados (Anexo III) que incluiu vários campos, designadamente: relação com estratégias de desenvolvimento sustentável; n.º de indicadores; dimensões de desenvolvimento sustentável consideradas (ambiental, social, económica e institucional); forma de divulgação; metodologia; adopção de um modelo conceptual; principais fases do processo de desenvolvimento do SIDS (Figura 1).

Esta tarefa procurou reflectir a diversidade de iniciativas existentes à escala internacional, procurando espelhar, por um lado a diversidade existente à escala mundial, e por outro as principais iniciativas de referência.

A selecção da amostra de SIDS a analisar teve por base os seguintes critérios: (i) incluir apenas sistemas que consideram as várias dimensões do desenvolvimento sustentável (*e.g.* sistemas de indicadores exclusivamente ambientais ou económicos não foram considerados); (ii) incluir apenas sistemas de indicadores designados, e formalmente assumidos, como indicadores de desenvolvimento sustentável pelas instituições que os desenvolvem (*e.g.* listagens isoladas de indicadores, sem fundamentação metodológica, não foram consideradas). Assim, foram sistematizados 50 SIDS (Anexo III), produzidos por instituições nacionais e por organizações multinacionais com trabalho de referência neste domínio.

TABELA 1 - Campos da base de dados (desenvolvida na aplicação File Maker Pro) dos sistemas de indicadores analisados

Campo	Descrição do Conteúdo
Nome do documento	Designação do documento analisado.
Autor	Nome do autor do sistema de indicadores.
Ano de edição	Ano de edição do sistema de indicadores.
País/Origem	Designação do país a que se refere o documento ou da entidade que o desenvolveu (e.g. Nações Unidas desenvolveu um SIDS com aplicação à escala nacional, aplicável por qualquer país).
Sítio da Internet	Sítio da Internet onde está disponível o sistema de indicadores.
Número total de indicadores	Número total de indicadores propostos.
Dimensões de DS	<input type="checkbox"/> Ambiental <input type="checkbox"/> Económica <input type="checkbox"/> Social <input type="checkbox"/> Institucional
Número de indicadores por dimensão de DS	Campo preenchido sempre que as iniciativas organizam os indicadores por dimensão de DS.
Modelo conceptual de indicadores	<input type="checkbox"/> Pressão-Estado-Resposta Pressure-State-Response (PSR) <input type="checkbox"/> Actividade/Força Motriz-Pressão-Estado-Impacto-Resposta Driving force-Pressure-Impact-State-Response(DPSIR) <input type="checkbox"/> Outro modelo: designação do modelo <input type="checkbox"/> Não (sempre que a iniciativa não utilize modelo conceptual)
Relação com estratégias	<input type="checkbox"/> Sim (Indicia a existência de uma ligação entre os indicadores propostos com as Estratégias de Desenvolvimento Sustentável (EDS) ou outros planos/programas estratégicos) <input type="checkbox"/> Não <input type="checkbox"/> Se sim, qual?
Estruturado por dimensão de DS?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Estrutura	Descrição da estrutura do documento. Este campo é preenchido quando os documentos não estão estruturados segundo as dimensões de DS.
Escala espacial	Escala à qual se aplica a iniciativa em análise: <input type="checkbox"/> Internacional <input type="checkbox"/> Nacional <input type="checkbox"/> Regional <input type="checkbox"/> Local <input type="checkbox"/> Outra?
Periodicidade	Periodicidade em que são relatados os indicadores (e.g. bianual, anual, entre outras).
Forma de divulgação	<input type="checkbox"/> Publicação em papel <input type="checkbox"/> Disponível na Internet <input type="checkbox"/> Edição em CD <input type="checkbox"/> Envio por e-mail <input type="checkbox"/> Folhetos <input type="checkbox"/> Outra
Síntese de metodologia	Resumo dos aspectos metodológicos das iniciativas em análise, em termos dos modelos conceptuais utilizados, da existência de indicadores chave e outros aspectos, sempre que considerados pertinentes para a compreensão do sistema.
Principais fases do processo	Identificação, sempre que possível, das fases desenvolvidas no decorrer das iniciativas de indicadores de DS, com particular incidência na averiguação e discriminação da ocorrência de processos de consulta pública.
Observações	Campo destinado a outras observações e notas técnicas.

Para efeitos de uma análise mais detalhada, foi considerado um subconjunto de 36 sistemas de indicadores (Tabela 2), distribuídos por diversos países e organizações multinacionais. No âmbito desta caracterização mais aprofundada, foram quantificados e identificados os indicadores com maior representatividade neste grupo de SIDS, tendo sido elaborada uma matriz que combinou a identificação dos SIDS e dos respectivos indicadores (Anexo IV).

TABELA 2 - Distribuição internacional dos SIDS analisados

Escala	Organização ou País
Multinacional	Organização das Nações Unidas (ONU)
	Serviço de Estatísticas das Comunidades Europeias (EUROSTAT)
	Comissão Europeia (CE)
	Comissão Mediterrânica de Desenvolvimento Sustentável (CMDS)
	Rede de Governos Regionais para o Desenvolvimento Sustentável (Nrg4SD)
	Conselho de Ministros Nórdico (NMC)
	Instituto do Ambiente Coreano (IKEI) / Instituto para Estratégias Globais de Ambiente (IGES) / Academia das Ciências Chinesa
	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE)
	Agência Europeia do Ambiente (AEA)
	Comissão Económica para a América Latina e Caribe (CEPAL)
Nacional	Alemanha
	Argentina
	Austrália
	Bélgica
	Brasil
	Canadá
	Colômbia
	Costa Rica
	Dinamarca
	Estados Unidos da América
	Estónia
	Finlândia
	França
	Holanda
	Japão
	Luxemburgo
	Marrocos
	México
	Noruega
	Nova Zelândia
	Portugal
	Reino Unido
	República Checa
Suécia	
Suíça	

Portugal tem de responder frequentemente a solicitações de fornecimento de dados e informação provenientes de organizações internacionais, tais como a Agência Europeia do Ambiente (AEA), o Gabinete de Estatística das Comunidades Europeias (Eurostat), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) ou a Organização das Nações Unidas (ONU). Assim, assumiu particular importância a revisão das iniciativas de indicadores ambientais e de desenvolvimento sustentável conduzidas por estes organismos. Desta forma procurou-se contribuir para a criação das sinergias que o SIDS Portugal deverá ter com as principais iniciativas de indicadores dessas organizações.

Fase 3 – Diagnóstico da situação nacional

Esta fase do trabalho procurou, em primeiro lugar, identificar as principais iniciativas nacionais relacionadas com indicadores de desenvolvimento sustentável (Anexo V). Em segundo lugar, e tendo por objectivo diagnosticar o estado do conhecimento e da utilização de indicadores de desenvolvimento sustentável em Portugal, foi elaborado um inquérito por questionário para ser lançado à escala nacional (Anexo VI).

A elaboração do questionário envolveu a realização de quatro etapas principais:

- Selecção da amostra a inquirir;
- Concepção, pré-teste e lançamento do inquérito por questionário (por via postal ou correio electrónico);
- Contactos telefónicos e por correio electrónico para esclarecimento de dúvidas;
- Análise e tratamento de dados do questionário (Anexo VII).

Foi seleccionada uma amostra representativa da escala nacional, incluindo os principais actores-chave para a medição e relato do estado do ambiente e da sustentabilidade em Portugal. O primeiro critério de selecção das entidades tidos em conta na amostra foi a inclusão de todas as que integram a rede de pontos focais institucional do APA, estabelecida para a troca de informação sobre dados ambientais. A selecção dos restantes elementos da amostra resultou da aplicação dos seguintes critérios complementares: (i) distribuição regional equilibrada das entidades inquiridas, de forma a cobrir geograficamente o País em termos de NUTS II; (ii) representação ponderada entre os sectores público e privado; (iii) presença de diferentes tipos de actividades económicas, dando um peso especial às que actuam com particular incidência sobre o ambiente e o desenvolvimento sustentável em Portugal; (iv) inclusão dos órgãos de soberania com responsabilidade na avaliação do estado do ambiente.

A amostra incluiu organismos da Administração Central, Regional e Local, Grupos Parlamentares da Assembleia da República e da Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento do Território, Empresas associadas do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável – e outras instituições, designadamente Universidades, Organizações Não Governamentais de Ambiente (ONGA) e órgãos de comunicação social.

O questionário foi enviado em Janeiro de 2006 a 673 entidades (Tabela 3), tendo sido obtidas 205 respostas, o que corresponde a uma taxa de resposta de cerca de 30%. Incluiu um total de 38 questões (abertas e fechadas), muitas delas de escolha múltipla, divididas por temas. O questionário continha quatro blocos temáticas interrelacionados, sendo um especificamente dedicado ao SIDS e aos indicadores de desenvolvimento sustentável (Tabela 4). A maioria das questões era de resposta fechada.

TABELA 3 - Lista de entidades inquiridas

Tipo de entidade	Inquiridos (n.º)
Administração Local	308
Assembleia da República	39
Empresas	63
ONGA	64
Universidades	54
Administração Central e Regional	94
Jornalistas	13
Outros	38
Total	673

Recorreu-se a estatística descritiva para a análise dos resultados do questionário, nomeadamente medidas de tendência central, medidas de dispersão dos dados e distribuição de frequências (tabelas de frequências e de contingência). As “não-respostas” foram tratadas de acordo com as recomendações de *Rea e Parker* (1997), através da identificação em cada questão e respectivo ajuste de frequências estimadas.

A investigação relativa a associações/diferenças entre os principais grupos de entidades, utilizando testes não paramétricos (*Gibbons, 1993; Wheeler e Cook, 2000*), não foi realizada no âmbito deste trabalho.

TABELA 4 - Resumo das questões relativas ao SIDS incluídas no questionário

Temas	Questões Específicas
Indicadores de Desenvolvimento Sustentável	Acesso ao SIDS
	Importância do SIDS
	Actividade profissional vs exemplos de utilização do SIDS
	Razões que justificam a existência do SIDS
	Classificação dos conteúdos e formato do SIDS
	Periodicidade de publicação
	Esquema da ficha de indicador do SIDS
	Outros indicadores a incluir na próxima edição do SIDS
	Oportunidades de melhoria
	Meios/plataformas de comunicação e divulgação

Fase 4 – Desenvolvimento do modelo adoptado na actual edição do SIDS

Procedeu-se à definição da estrutura conceptual do sistema de indicadores de desenvolvimento sustentável, incluindo a definição do modelo de categorização e formulação dos indicadores, o número e tipo de indicadores, periodicidade de actualização/revisão do sistema, plataformas de divulgação, tipo de linguagem, âmbito da informação (incluindo a desagregação espacial e temporal) e o esquema geral das fichas de indicadores utilizadas para caracterizar e avaliar cada indicador (cf. Capítulo 3).

Fase 5 – Avaliação e consolidação preliminar dos indicadores a integrar no SIDS

De forma a elaborar uma listagem preliminar de indicadores foram efectuados vários procedimentos, dos quais se destacam:

- Sistematização, processamento e análise dos indicadores que integram os 36 sistemas analisados na fase 2; este processo envolveu vários passos, culminando com a quantificação das frequências, absolutas e relativas, dos indicadores integrados nos vários sistemas;
- Aplicação de um método semi-automático de selecção dos indicadores identificados, com base num processo de ponderação de frequências (média aritmética ponderada), de forma a suportar a avaliação comparativa do SIDS 2000 e RevSIDS 2005 em relação aos restantes sistemas de indicadores analisados;
- Avaliação dos pareceres ou contributos sectoriais recebidos sobre o SIDS 2000;
- Realização de reuniões de trabalho para aferição pericial dos indicadores obtidos *versus* indicadores excluídos. O processo de selecção dos indicadores incluiu a utilização de critérios de relevância e exequibilidade. A atribuição da relevância cobriu os seguintes aspectos:
 - associação com as principais questões estratégicas e factores de sustentabilidade;
 - comparabilidade com SIDS internacionais;
 - capacidade de resposta às solicitações de indicadores provenientes de agências internacionais;
 - relação com metas ou valores de referência técnico/científicos ou políticos;
 - importância técnica e científica;
 - capacidade de síntese;
 - facilidade de comunicação da informação;
 - adequação à escala nacional.

A classificação da exequibilidade cobriu as seguintes vertentes:

- sensibilidade;
- robustez;
- custo;
- operacionalidade dos métodos de obtenção, processamento e análise;
- não confidencialidade da informação.

Para além dos indicadores obtidos através do processo de selecção, foram também desenvolvidos novos indicadores;

- Avaliação qualitativa da importância de utilização de temas/domínios ou modelos conceptuais para apoiar a interpretação e comunicação, bem como facilitar a associação entre os indicadores que integram o sistema de indicadores.

Fase 6 – Consulta de actores-chave: contactos bilaterais com representantes dos diferentes sectores/áreas envolvidas

A consulta de actores-chave constitui uma etapa fundamental para um processo de selecção e desenvolvimento de indicadores, permitindo maximizar a credibilidade e robustez do processo. Procurou-se assegurar que o novo SIDS continuará a desempenhar um papel importante na comunicação e disponibilização de informação sobre o desenvolvimento sustentável em Portugal.

Para este efeito, foi efectuado um processo de consulta institucional no final de Novembro de 2006 por sector ou área temática através do envio de um formulário com a lista preliminar de indicadores propostos (Anexo VIII). Cada entidade consultada (Anexo IX) avaliou a relevância dos indicadores propostos, em particular em relação aos indicadores da sua área de competência. Assim, esta fase envolveu os seguintes passos:

- consulta por via postal ou por correio electrónico, complementada, quando necessário, com reuniões sectoriais/temáticas;
- tratamento e análise da informação;
- integração ponderada dos contributos recebidos.

Num segundo momento, em Março de 2007, foram enviadas, para as mesmas entidades anteriormente consultadas, as fichas dos indicadores contendo a informação sobre as características e resultados preliminares de cada indicador. Esta etapa procurou receber contributos especializados sobre a informação que integra cada ficha de indicador.

Fase 7 – Avaliação da proposta final dos indicadores a integrar na actual edição do SIDS

Depois de ponderados todos os contributos do processo de consulta e realizada uma apreciação de conjunto pelos membros da equipa de projecto, foi aferida a lista final de indicadores para a actual edição do SIDS Portugal (tabela 6 do Capítulo 3) e foram elaboradas as respectivas fichas, que se apresentam no final deste documento.

Com base nos contributos recebidos e numa avaliação pericial final foram ainda definidos os subconjuntos de indicadores-chave e de indicadores-regionalizáveis (tabelas 7 e 8 do Capítulo 3).

3 SISTEMA DE INDICADORES DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA PORTUGAL

Tendo presente o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos na área de indicadores de desenvolvimento sustentável, quer em Portugal, quer à escala internacional, bem como as reflexões e comentários elaborados pelo Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS) sobre o SIDS 2000, construiu-se o modelo para a actual edição do SIDS Portugal que integra várias componentes principais, apresentadas na Figura 1 e discriminadas seguidamente.

O modelo adoptado tem em conta o trabalho de análise e diagnóstico efectuado (resultado das fase 1, 2 e 3 da metodologia descrita no Capítulo 2), a experiência prática entretanto adquirida, e está directamente associado aos indicadores do SIDS Portugal. Apresentam-se seguidamente as componentes principais do modelo adoptado.

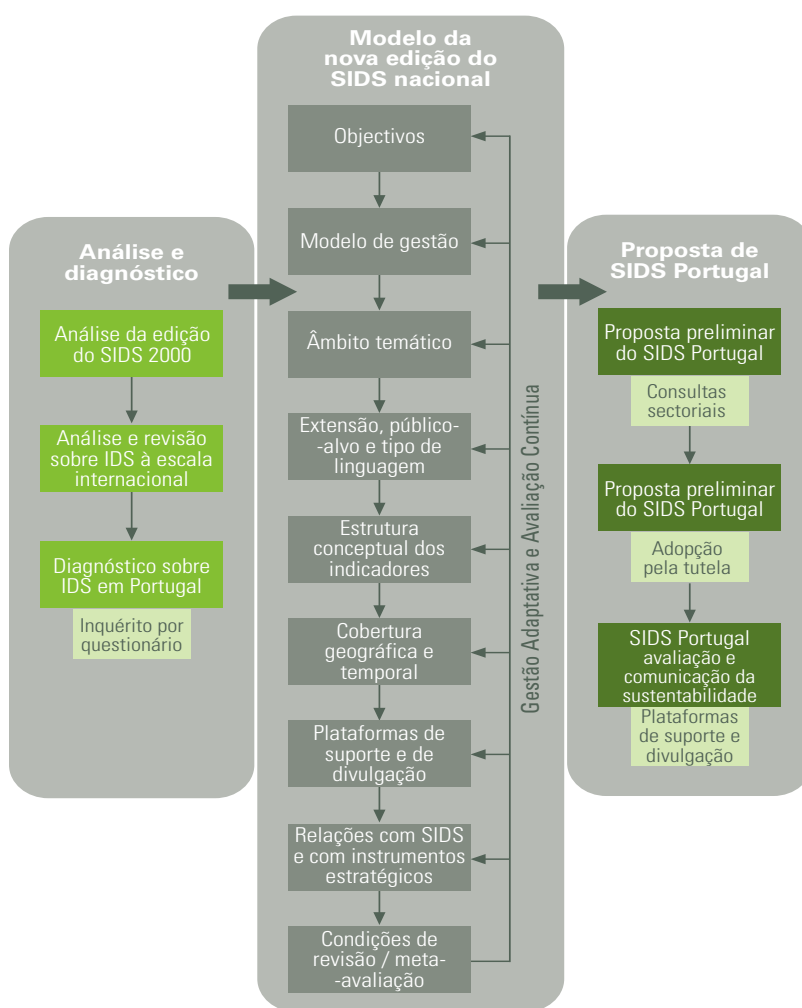


FIGURA 1 – Principais etapas do processo de desenvolvimento da actual edição do SIDS Portugal

Objectivos

O SIDS Portugal é um instrumento para avaliar e relatar a evolução dos níveis de sustentabilidade do país. Visa contribuir para a melhoria da gestão do desempenho ambiental, económico, social e institucional, e para tornar mais eficientes os processos de sistematização e troca de informação sobre ambiente e desenvolvimento sustentável.

Constituem objectivos específicos um conjunto diversificado de aspectos, dos quais se destacam:

- Constituir uma base alargada de indicadores de desenvolvimento sustentável, incluindo aspectos ambientais, económicos, sociais e institucionais;

- Apoiar a monitorização das principais estratégias para o desenvolvimento sustentável do país, contribuindo para avaliar o cumprimento de objectivos e metas de políticas, planos e programas;
- Fornecer um instrumento de apoio à decisão;
- Dar resposta às solicitações de informação sobre ambiente e desenvolvimento sustentável provenientes de organismos internacionais;
- Transmitir informação técnica de forma mais sintética e inteligível, preservando o significado original dos dados;
- Avaliar a integração ambiental e da sustentabilidade nos diferentes sectores de actividade económica;
- Envolver activamente as diferentes partes interessadas na avaliação e relato da sustentabilidade.

Modelo de Gestão

- Na sequência da prática existente, o SIDS Portugal será gerido pela APA, instituição nacional que tutela a avaliação e comunicação em matéria de ambiente e sustentabilidade. Seguir-se-á um modelo de gestão participativa, articulado com estruturas já existentes na Administração Pública para a execução de objectivos conexos, designadamente a monitorização da ENDS, Estratégia de Lisboa, QREN, PNPO, entre outros. Neste contexto, deverão ser definidos os mecanismos institucionais que permitam concretizar a optimização destas ligações, aproveitando os meios já existentes e de forma a identificar e potenciar sinergias e mitigar eventuais conflitos;
- Com o objectivo de assegurar que os indicadores resultam de um modelo aberto, participativo e validado, o SIDS Portugal contará com a Rede de Pontos Focais (RPF) da APA, actualizada na sequência do Programa de Reestruturação da Administração Central do Estado (PRACE), funcionando maioritariamente numa base não presencial, com capacidade de monitorizar e intervir em todas as fases do processo de desenvolvimento, avaliação, comunicação e revisão dos indicadores e da respectiva informação associada. Esta RPF deverá ser representativa da diversidade de actores-chave envolvidos nos processos de ambiente e desenvolvimento sustentável de forma a garantir que todas as valências temáticas ou sectoriais do SIDS ficam totalmente cobertas, incluindo especialistas por indicador ou por grupos semelhantes de indicadores. Em fases de revisões futuras do SIDS Portugal, e à semelhança das melhores práticas internacionais, é desejável o alargamento da fase de consulta pública e a realização de *workshops* temáticos antes da adopção pela tutela, assim como a criação de um Fórum de acompanhamento a distância, funcionando maioritariamente numa base não presencial, com capacidade de monitorização e intervenção.

Âmbito temático

- O referencial temático do SIDS Portugal é o desenvolvimento sustentável com os seus aspectos ambientais, sociais (incluindo os aspectos culturais), económicos e institucionais.

Extensão, Público-alvo e Tipo de Linguagem

- SIDS Portugal (versão extensa)

Público-alvo: todas as partes interessadas na avaliação e comunicação da sustentabilidade, com particular relevância dos indicadores-chave para o público em geral, gestores e decisores.
- SIDS jovem² (versão extensa simplificada, com base em indicadores de particular relevância para o público-alvo).

Público-alvo: crianças ou jovens em idade escolar.
- Linguagem: sempre que possível recurso a linguagem preferencialmente não técnica, ou, em alternativa, utilizando elementos gráficos que permitam facilitar a comunicação, em particular no caso dos indicadores-chave.
- Totalidade das versões em Português e em Inglês³.

²Iniciativa a desenvolver

³Iniciativa a desenvolver

Estrutura conceptual de indicadores

- Estrutura assente em listagens de verificação multitemáticas (listagens construídas com base em várias tipologias de temas). As listas de temas são seleccionadas e desenvolvidas de forma a maximizar duas condições: (i) comparabilidade com outros SIDS análogos, em particular no contexto da União Europeia; (ii) comunicação com todas as partes interessadas. Os temas procuram reflectir domínios que apresentam relevância política, designadamente os que são explicitados em documentos estratégicos. Complementarmente, os indicadores são estruturados de acordo com o modelo conceptual DPSIR, que inclui as seguintes categorias tipo: Actividade/Força Motriz, Pressão, Estado, Impacte e Resposta.
- Cruzamento dos indicadores do SIDS Portugal com os objectivos da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável 2015 (ENDS);
- Grupos de indicadores do SIDS Portugal:
 - Grupo I "indicadores-base" – corresponde ao conjunto completo e mais extenso do sistema;
 - Grupo II "indicadores-chave" – corresponde a um subdomínio restrito do Grupo I especialmente vocacionado para comunicar com decisores e público em geral, bem como para reportar frequentemente. São seleccionados com base em critérios específicos para este tipo de indicadores, nomeadamente os critérios apresentados por *Commission of the European Communities (2003)*, *OECD (2001a)*, *Hertin et al. (2001)*, *EEA (2000b)*, *SOU (1999)*, *Commission of the European Communities (1999)* e *EEA (s.d.)*;
 - Grupo III "indicadores-regionalizáveis" – corresponde a um subdomínio restrito do Grupo I (coincidindo, em muitos casos, com os indicadores do Grupo II), que deverá constituir o mínimo comum a utilizar em SIDS regionais (regiões NUTS II). Desta forma, este grupo de indicadores permitirá assegurar a realização de estudos comparativos entre regiões, contribuindo para a avaliação de assimetrias inter-regionais; neste contexto de avaliação de assimetrias regionais poderá ser retomada e testada a metodologia proposta no SIDS 2000. Estes indicadores poderão também constituir um suporte à possibilidade de efectuar *benchmarking* regional;
 - Grupo IV "indicadores-sectorializáveis"⁴ – corresponde a um subdomínio restrito do Grupo I (podendo coincidir com indicadores dos Grupos II ou III) que deverá constituir o mínimo comum a utilizar em SIDS sectoriais ou temáticos (e.g: energia, indústria, turismo, agricultura e pescas, transportes, justiça, administração interna, segurança social). Desta forma, este grupo de indicadores permitirá assegurar a realização de estudos que confrontem sectores comparáveis, contribuindo para a avaliação de assimetrias inter-sectoriais. Estes indicadores poderão também constituir um suporte à possibilidade de efectuar *benchmarking* sectorial.
- O número de indicadores-base do actual SIDS Portugal é de 118 (Tabela 6), enquanto os subdomínios de indicadores-chave e de indicadores-regionalizáveis são de 30 indicadores (Tabelas 7 e 8), seguindo a experiência internacional em que os indicadores-base não devem exceder os 150 e que os restantes subdomínios se devem situar entre os 10 e 30 indicadores (sublinhe-se que estes limites devem ser vistos como valores indicativos da dimensão desejável, reflectindo um conjunto alargado de critérios de ponderação e, em particular, a capacidade de garantir eficácia na gestão do sistema e na obtenção de resultados úteis).

Cobertura geográfica e temporal

- Escala nacional (continente e regiões autónomas), passível de desagregação por NUTS II, sempre que possível e desejável. Excepcionalmente é focada a escala local;
- Série temporal: suficientemente extensa de modo a ser representativa do fenómeno revelado pelo indicador em causa; os dados reportam-se até ao ano mais recente possível.

Proposta de plataformas de suporte e de divulgação

- Versão integral em papel e em formato electrónico (PDF – *Adobe Portable Document Format* – interactivo), prevendo-se uma edição actualizada em papel com periodicidade quadrienal, e actualização *online* pelo menos anual, e sempre que justificável e possível;
- Livro de bolso ou brochura (e.g. tríptico) com apresentação dos indicadores-chave, associando um CD-ROM de pequeno formato para suporte da informação mais detalhada (edição anual); os indicadores apresentados nesta plataforma terão associado um sistema visual de avaliação de tendências sobre o estado da sustentabilidade baseado num método análogo a um "semáforo"; esta avaliação recorre a uma

⁴Iniciativa a desenvolver

ferramenta simples que procura classificar os indicadores analisados com base numa escala qualitativa: (a) verde: tendência positiva, progredindo em direcção aos objectivos e metas desejáveis; (b) amarelo: alguns desenvolvimentos positivos mas ainda insuficientes para atingir os objectivos e metas desejáveis; (c) vermelho: tendência desfavorável; (d) n.d.: não existe informação de base suficiente para efectuar a análise.

- Seminário quadrienal sobre a avaliação da sustentabilidade em Portugal;
- Portal interactivo na *Internet* sobre a "Avaliação da Sustentabilidade" ou "Estado da Sustentabilidade", podendo incluir um conjunto de diferentes valências, tais como:
 - Análise sumária dos indicadores, complementada com gráficos, fotografias, vídeos e informação em tempo real;
 - Acesso aos dados de base (quantitativos ou qualitativos);
 - Jogos e simuladores sobre desempenho ambiental e da sustentabilidade (e.g. Pegada Ecológica);
 - Listagens de auto-avaliação (preenchidas pelo utilizador) sobre o estado do ambiente e da sustentabilidade do país, da região, da localidade, do local de trabalho ou da sua residência;
 - "Espaço Público da Sustentabilidade": zona para *up-load* de informação proveniente de estudos sobre monitorização do estado do ambiente e da sustentabilidade fornecida por cidadãos individuais, universidades, empresas, organizações da administração pública ou ONG. Seria um espaço público da responsabilidade dos autores mas seleccionado e gerido pela instituição responsável pelo Portal;
- "Barómetro da Sustentabilidade" para divulgar periodicamente um conjunto restrito de indicadores junto dos órgãos de comunicação social.

Propõe-se que o material de grande divulgação (e.g. brochura com alguns indicadores seleccionados pela sua especial importância) deve incluir também uma versão em Braille ou uma versão áudio.

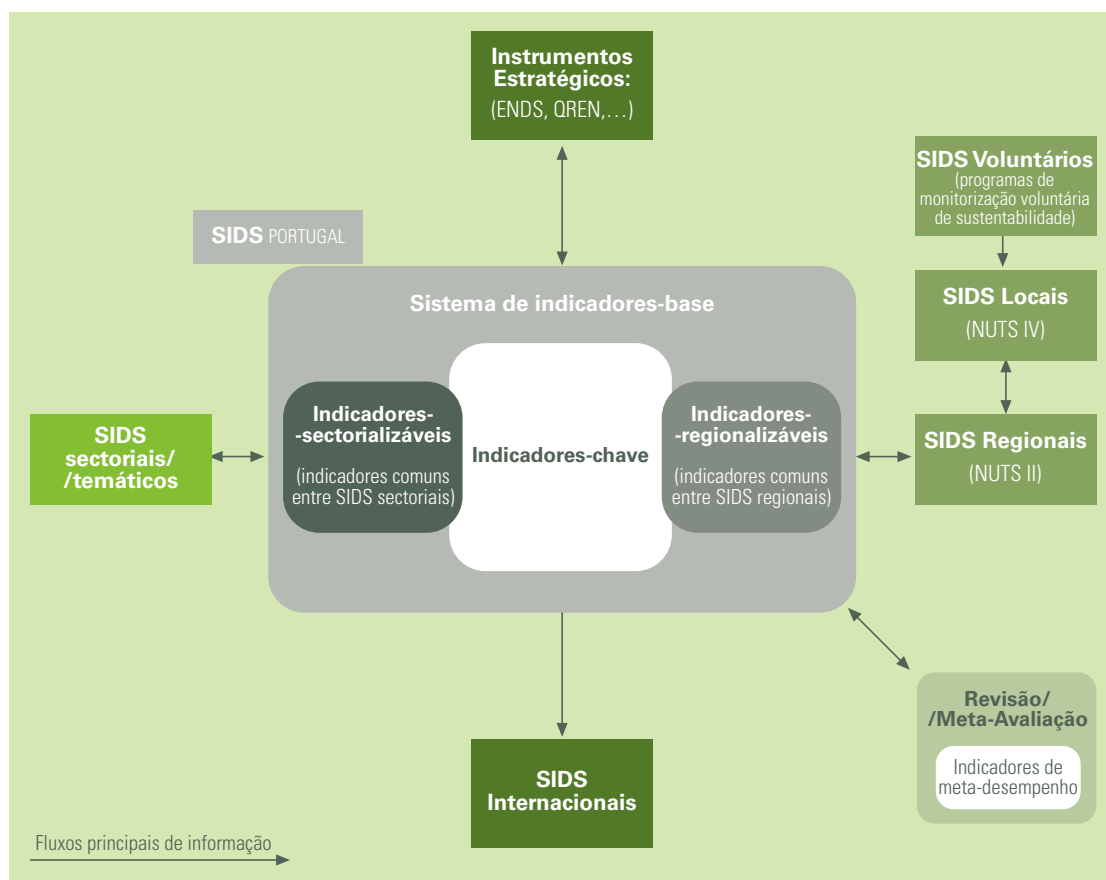
Relações com outros SIDS e com instrumentos estratégicos

- O SIDS Portugal deverá ser articulado com outros SIDS existentes em Portugal e à escala internacional. Assim, o SIDS Portugal estará preparado para receber e para fornecer indicadores, ou os seus resultados, a outros sistemas de indicadores (internacionais, regionais – e.g. SIDS Algarve –, sectoriais/temáticos) e a instrumentos estratégicos, tais como a ENDS (Figura 2). Sublinhe-se, ainda, a importância da relação com os indicadores de meta-desempenho⁵ que permitirão avaliar o próprio SIDS Portugal através de um processo de meta-avaliação.

Condições de revisão / meta-avaliação

- Actualização de dados de base associados aos indicadores (com disponibilização em formato electrónico dos resultados da actualização): anual ou inferior, sempre que aplicável;
- Vigência do SIDS Portugal: quadrienal;
- Revisão do SIDS Portugal: a revisão integral deve ocorrer decorridos oito anos sobre a publicação desta versão do SIDS, salvo situações excepcionais de necessidade de introduzir alterações metodológicas significativas. O processo de revisão deverá ser implementado numa base de gestão adaptativa. Assim, o SIDS deverá ser alvo de revisões periódicas, pelo que, para consubstanciar esta etapa, deverá ser obtida informação que permita objectivar as eventuais modificações e melhorias a implementar. Tal como definido por Ramos *et al.* (2007), os indicadores de meta-desempenho têm o objectivo de avaliar a eficácia dos próprios indicadores de desenvolvimento sustentável. A este nível, os indicadores de meta-desempenho procurarão avaliar a eficácia e o esforço associado à implementação e operação do SIDS, permitindo essencialmente: (i) avaliação de quão apropriado são os IDS, podendo conduzir a revisões e melhorias; (ii) avaliação das actividades de monitorização do desempenho e respectivos resultados; (iii) avaliação da eficácia do sistema de medida da sustentabilidade.

⁵Iniciativa a desenvolver



Nota: Estão apenas identificados os fluxos principais de informação, pelo que não foram deliberadamente representadas algumas relações secundárias.

FIGURA 2 – Relações do SIDS Portugal com outros SIDS e instrumentos estratégicos

Ficha de indicador

Cada indicador é acompanhado de uma ficha de caracterização, designada por "Ficha de Indicador". A ficha integra um conjunto de campos que pretendem caracterizar de forma sumária os indicadores e respectivos resultados de avaliação, apoiando a sua utilização prática. Na Tabela 5 apresenta-se o conteúdo concebido para cada um dos campos integrados nas fichas, que sintetiza parte da informação metodológica apresentada anteriormente.

Lista de indicadores do SIDS

Decorrentes de um processo que envolveu a selecção de indicadores existentes e o desenvolvimento de novos indicadores, de acordo com os procedimentos preconizados nas fase 4 e 5 da metodologia deste trabalho (Capítulo 2), atingiu-se o conjunto final de indicadores de desenvolvimento sustentável da actual edição do SIDS (Tabela 6), integrando os indicadores-chave (Tabela 7) e os indicadores-regionalizáveis (Tabela 8).

Face ao âmbito do presente trabalho, a proposta de sistema de indicadores não teve por objectivo desenvolver ou utilizar índices de sustentabilidade, o que permitiria agregar grande parte da informação veiculada por cada indicador individual. Contudo, em alguns temas foram pontualmente utilizados índices para relatar a informação de forma mais sintética e compreensível (e.g. índice de qualidade do ar, consumo de materiais pela economia, índice de desenvolvimento humano). Em face da importância inerente à necessidade de utilizar medidas com elevada capacidade de síntese e de comunicação da sustentabilidade, considera-se que o estudo desta temática no contexto nacional deverá ser prioritário. Importa garantir uma análise que fundamente a aplicabilidade destas ferramentas à realidade portuguesa, caracterizando as principais vantagens, desvantagens e limitações daí decorrentes, produzindo uma análise comparativa que permita optar pelas soluções viáveis, em complemento dos indicadores integrados no SIDS Portugal.

TABELA 6 - Lista de indicadores do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Portugal

Nome do Indicador	Código SIDS
ABANDONO ESCOLAR PRECOCE	1
ACIDENTES DE TRABALHO	2
ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	3
AGENDAS 21 LOCAIS	4
AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO - APD	5
ÁREA FLORESTAL CERTIFICADA	6
ÁREA FLORESTAL INTEGRADA EM ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL - ZIF	7
ÁREAS CLASSIFICADAS PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE	8
ARTIGOS CIENTÍFICOS EM REVISTAS INTERNACIONAIS	9
BALANÇA COMERCIAL - IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES	10
BEM-ESTAR SUBJECTIVO	11
CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO	12
CAPACIDADE DO SISTEMA PRISIONAL	13
COMÉRCIO JUSTO	14
CONCENTRAÇÕES ANUAIS DE PARTÍCULAS E OZONO	15
CONFIANÇA NO SISTEMA JUDICIAL	16
CONSUMO DE ÁGUA	17
CONSUMO DE ALCOOL	18
CONSUMO DE ELECTRICIDADE PRODUZIDA A PARTIR DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS	19
CONSUMO DE ENERGIA FINAL	20
CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES	21
CONSUMO DE MATERIAIS PELA ECONOMIA - CME / DMI	22
CONSUMO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	23
CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS DEPLECTORAS DA CAMADA DE OZONO	24
CONSUMO DE TABACO	25
CONVICÇÕES RELIGIOSAS	26
CRIMINALIDADE	27
DÉFICE ORÇAMENTAL	28
DEMOGRAFIA EMPRESARIAL	29
DESCARGAS DE HIDROCARBONETOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	30
DESCARGAS DE PESCADO	31
DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS	32
DESPESA E RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS	33
DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - I&D	34
DESPESA PÚBLICA	35
DIETA ALIMENTAR	36

(continuação)

DIFERENCIAÇÃO DE SALÁRIOS EM FUNÇÃO DO GÉNERO	37
DIMENSÃO DA FROTA DE PESCA	38
DIPLOMADOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	39
DISPONIBILIDADE HÍDRICA	40
DÍVIDA PÚBLICA	41
DOENÇAS DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA	42
ECO-EFICIÊNCIA DOS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	43
EFICIÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA	44
EFICIÊNCIA DO SISTEMA JUDICIAL	45
EMIÇÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA - GEE	46
EMIÇÕES DE SUBSTÂNCIAS ACIDIFICANTES E EUTROFIZANTES	47
EMIÇÕES DE SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS DO OZONO TROPOSFÉRICO	48
ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	49
ESPÉCIES DE FAUNA E FLORA AMEAÇADAS	50
ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA	51
ESPERANÇA DE VIDA SAUDÁVEL	52
ESTADO DAS ÁGUAS DE SUPERFÍCIE	53
ESTADO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	54
ESTRUTURA DA REDE VIÁRIA E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO	55
EVOLUÇÃO DA LINHA DE COSTA	56
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	57
FECUNDIDADE	58
FERTILIZANTES AGRÍCOLAS	59
GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL	60
GESTÃO DE RESÍDUOS	61
GOVERNO ELECTRÓNICO	62
IDADE MÉDIA DOS VEÍCULOS EM CIRCULAÇÃO	63
IMPORTAÇÃO DE PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO	64
INCÊNDIOS FLORESTAIS	65
ÍNDICE DE AVES COMUNS	66
ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH	67
INTENSIDADE ENERGÉTICA E CARBÓNICA DA ECONOMIA	68
INTENSIDADE TURÍSTICA	69
INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM PORTUGAL - IDE - E DE PORTUGAL NO ESTRANGEIRO - IDPE	70
INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO	71
MIGRAÇÃO	72
MORTALIDADE SEGUNDO AS PRINCIPAIS CAUSAS	73
NÍVEL DE EDUCAÇÃO ATINGIDO PELA POPULAÇÃO JOVEM	74
NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ACTIVA	75
OBESIDADE	76
OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	77
OCUPAÇÃO HOTELEIRA	78
PARTICIPAÇÃO ELEITORAL	79
PATENTES	80
POPULAÇÃO ABAIXO DO LIMIAR DE POBREZA	81
POPULAÇÃO EXPOSTA A RUÍDO AMBIENTE EXTERIOR	82
POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	83
POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	84
POUPANÇA LÍQUIDA NACIONAL	85
PREVALÊNCIA DE ASMA EM CRIANÇAS	86
PRODUÇÃO AGRÍCOLA CERTIFICADA	87
PRODUÇÃO AQUÍCOLA	88
PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	89
PRODUÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA	90
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	91

(continuação)

PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB	92
PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	93
PROFISSIONAIS DE SAÚDE	94
QUALIDADE DA ÁGUA EM ZONAS BALNEARES	95
QUALIDADE DA ÁGUA PARA AS ZONAS DE PROTECÇÃO DE ESPÉCIES AQUÁTICAS DE INTERESSE ECONÓMICO	96
QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	97
QUALIDADE DO AR	98
RECICLAGEM E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS	99
RECURSOS CULTURAIS	100
REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	101
REPARTIÇÃO MODAL DOS TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS	102
RISCOS NATURAIS	103
RISCOS TECNOLÓGICOS	104
SEGURANÇA ALIMENTAR	105
SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA	106
SOLO AFECTADO POR DESERTIFICAÇÃO	107
STOCKS PESQUEIROS ABAIXO DOS LIMITES BIOLÓGICOS DE SEGURANÇA	108
TAXA DE ANALFABETISMO	109
TAXA DE DESEMPREGO	110
TAXA DE EMPREGO	111
TAXA DE INFLAÇÃO	112
TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	113
TEMPERATURA DO AR	114
UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO - TIC	115
VALOR ACRESCENTADO BRUTO - VAB - POR SECTORES	116
VIGILÂNCIA DAS ÁREAS PROTEGIDAS	117
VOLUME DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS	118

Listas dos indicadores-chave e dos indicadores regionalizáveis

TABELA 7 - Lista de indicadores-chave do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Portugal

Nome do Indicador	Código SIDS
CONSUMO DE ÁGUA	17
CONSUMO DE ELECTRICIDADE PRODUZIDA A PARTIR DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS	19
CONSUMO DE MATERIAIS PELA ECONOMIA - CME / DMI	22
DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - I&D	34
EFICIÊNCIA DO SISTEMA JUDICIAL	45
EMIÇÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA - GEE	46
ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	49
ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA	51
ESTADO DAS ÁGUAS DE SUPERFÍCIE	53
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	57
GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL	60
GESTÃO DE RESÍDUOS	61
ÍNDICE DE AVES COMUNS	66
INTENSIDADE ENERGÉTICA E CARBÓNICA DA ECONOMIA	68
INTENSIDADE TURÍSTICA	69
NÍVEL DE EDUCAÇÃO ATINGIDO PELA POPULAÇÃO JOVEM	74
OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	77
POPULAÇÃO ABAIXO DO LIMIAR DE POBREZA	81
POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	84

	(continuação)
PRODUÇÃO AGRÍCOLA CERTIFICADA	87
PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	89
PRODUÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA	90
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	91
PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB	92
QUALIDADE DO AR	98
STOCKS PESQUEIROS ABAIXO DOS LIMITES BIOLÓGICOS DE SEGURANÇA	108
TAXA DE DESEMPREGO	110
TAXA DE EMPREGO	111
UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO - TIC	115
VOLUME DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS	118

TABELA 8 - Lista de indicadores-regionalizáveis do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Portugal

Nome do Indicador	Código SIDS
ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	3
AGENDAS 21 LOCAIS	4
CONSUMO DE ÁGUA	17
CONSUMO DE ELECTRICIDADE PRODUZIDA A PARTIR DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS	19
DEMOGRAFIA EMPRESARIAL	29
DISPONIBILIDADE HÍDRICA	40
EMISSÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA - GEE	46
ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	49
ESTADO DAS ÁGUAS DE SUPERFÍCIE	53
EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	57
GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL	60
GESTÃO DE RESÍDUOS	61
INCÊNDIOS FLORESTAIS	65
INTENSIDADE TURÍSTICA	69
NÍVEL DE EDUCAÇÃO ATINGIDO PELA POPULAÇÃO JOVEM	74
OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	77
PARTICIPAÇÃO ELEITORAL	79
POPULAÇÃO ABAIXO DO LIMIAR DE POBREZA	81
POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	83
POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	84
PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	89
PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	91
PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB	92
PROFISSIONAIS DE SAÚDE	94
QUALIDADE DA ÁGUA EM ZONAS BALNEARES	95
QUALIDADE DO AR	98
SOLO AFECTADO POR DESERTIFICAÇÃO	107
TAXA DE DESEMPREGO	110
TAXA DE EMPREGO	111
UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO - TIC	115

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento das propostas metodológicas para a actual edição do SIDS Portugal teve presente o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos anos na área de relatórios ambientais e de indicadores de desenvolvimento sustentável, quer em Portugal, quer à escala internacional, tendo presentes o contexto português e a estreita ligação que necessariamente existe com as iniciativas europeias neste domínio, em particular da Agência Europeia do Ambiente.

Importa sublinhar que, em face do quadro nacional e internacional de políticas públicas de ambiente e desenvolvimento sustentável, é imperioso garantir a eficácia do processo de recolha, processamento, avaliação e comunicação da informação sobre o desempenho ambiental e da sustentabilidade.

A avaliação e comunicação regular do desempenho ambiental e da sustentabilidade do país, suportada por um processo participativo, constitui um pilar essencial de qualquer estratégia de desenvolvimento sustentável. Neste contexto, o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável, além do Relatório do Estado do Ambiente, assume um papel fulcral enquanto instrumento de suporte às principais acções estratégicas, consubstanciadas em políticas, planos e programas.

ACRÓNIMOS

ACAP	Associação do Comércio Automóvel de Portugal
ADENE	Agência para a Energia
AEA	Agência Europeia do Ambiente
AP	Áreas Protegidas
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
APD	Ajuda Pública ao Desenvolvimento
ANPC	Autoridade Nacional de Protecção Civil
ARH	Administrações das Regiões Hidrográficas
BP	Banco de Portugal
CAC	Censo de Aves Comuns
CAFE	<i>Clean Air for Europe</i>
CCDR	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional
CE	Comissão Europeia
CELE	Comércio Europeu de Licenças de Emissão
CFC	Clorofluorcarboneto
CH ₄	Metano
CIRVER	Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos
CLC	<i>CORINE Land Cover</i>
CLRTAP	<i>Convention on Long-range Transboundary Air Pollution</i> - Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteiriça a Longa Distância
CME	Consumo de Materiais pela Economia - <i>DMI – Direct Material Input</i>
CO	Monóxido de Carbono
CO ₂	Dióxido de Carbono
CO ₂ eq	Dióxido de Carbono equivalente
COFOG	<i>Classification of the Functions of Government</i> - Sistema de classificação da desagregação funcional da Despesa Pública
COV	Compostos Orgânicos Voláteis
COVMN	Compostos Orgânicos Voláteis Não Metânicos
DDO	Doenças de Declaração Obrigatória
DISMED	<i>Desertification Information System for the Mediterranean Region</i>
DGA	Direcção-Geral do Ambiente
DGADR	Direcção-Geral de Agricultura e Desenvolvimento Rural
DGAI	Direcção-Geral da Administração Interna
DGAM	Direcção-Geral da Autoridade Marítima
DGEEP	Direcção-Geral de Estudos, Estatística e Planeamento (Ministério da Segurança Social e do Trabalho)
DGEG	Direcção-Geral de Energia e Geologia
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DGPA	Direcção-Geral das Pescas e Aquicultura
DGPJ	Direcção-Geral da Política de Justiça
DGRF	Direcção-Geral dos Recursos Florestais
DGS	Direcção-Geral da Saúde
DGT	Direcção-Geral do Turismo
DGV	Direcção-Geral de Viação

DPP	Departamento de Prospectiva e Planeamento (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional)
DPSIR	<i>Driving Forces – Pressures – State – Impacts – Responses</i>
EBCC	<i>European Bird Census Council</i>
EEA	<i>European Environment Agency – Agência Europeia do Ambiente</i>
EFILWC	<i>European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions</i>
EFTA	<i>European Fair Trade Association</i>
EMAS	<i>Environment Management and Auditing System - Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria</i>
EMCDDA	<i>European Monitoring Centre for Drugs and Drug Addiction</i>
ENDS	Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável
ENRRUBDA	Estratégia Nacional Para a Redução de Resíduos Urbanos Biodegradáveis Destinados a Aterros
EP	Estradas de Portugal
EPO	<i>European Patent Office – Gabinete Europeu de Patentes</i>
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
Eurostat	Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
FAO	<i>Food and Agriculture Organization of the United Nations</i>
FBCF	Formação Bruta de Capital Fixo
FER	Fontes de Energia Renováveis
FLO	<i>Fairtrade Labelling Organizations</i>
FSC	<i>Forest Stewardship Council</i>
GEE	Gases com Efeito de Estufa
GEE	Gabinete de Estratégia e Estudos (Ministério da Economia e da Inovação)
GEP	Gabinete de Estratégia e Planeamento (Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social)
GEPE	Gabinete de Estatística e Planeamento da Educação (Ministério da Educação)
GNR	Guarda Nacional Republicana
GPEARI	Gabinete de Planeamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)
GPLP	Gabinete de Política Legislativa e Planeamento (Ministério da Justiça)
GT	<i>Gross Tonnage – Arqueação bruta</i>
HFC	Hidrofluorocarbonetos
IA	Instituto do Ambiente
ICEP	Instituto das Empresas para os Mercados Externos (Ministério da Economia e Inovação)
ICES	<i>International Council for the Exploration of the Sea - CIEM – Conselho Internacional para a Exploração do Mar</i>
ICLEI	<i>International Council for Local Environmental Initiatives</i>
ICNB	Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade
ICS	Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
I&D	Investigação e Desenvolvimento
IDE	Investimento Directo Estrangeiro
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDPE	Investimento Directo de Portugal no Estrangeiro
IDRHa	Instituto de Desenvolvimento Rural e Hidráulica
IDT	Instituto da Droga e da Toxicodependência
IEP	Instituto das Estradas de Portugal
IFADAP	Instituto de Financiamento e Apoio ao Desenvolvimento da Agricultura e das Pescas
IFAT	<i>International Fair Trade Association</i>

IHPC	Índice Harmonizado de Preços no Consumidor
IM	Instituto de Meteorologia
IMC	Índice de Massa Corporal
IMO	<i>International Maritime Organization</i>
IMTT	Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres
INAG	Instituto da Água
INE	Instituto Nacional de Estatística
INIAP	Instituto Nacional de Investigação Agrária e das Pescas
INPI	Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INR	Instituto Nacional de Resíduos
INRB	Instituto Nacional dos Recursos Biológicos
INS	Inquérito Nacional de Saúde
INSAAR	Inventário Nacional de Sistemas de Abastecimento de Água e de Águas Residuais
IPAD	Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (Ministério dos Negócios Estrangeiros)
IPC	Índice de Preços no Consumidor
IPCC	<i>Intergovernmental Panel for Climate Change</i> - Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas
IPH	Índice de Produtibilidade Hidroelétrica
IPIMAR	Instituto de Investigação das Pescas e do Mar
IPQ	Instituto Português da Qualidade
IQAr	Índice de Qualidade do Ar
IRAR	Instituto Regulador de Águas e Resíduos
ISAAA	<i>International Service for the Acquisition of Agri-biotech Applications</i>
ISAAC	<i>International Study of Asthma and Allergies in Childhood</i>
ISFLSF	Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias
ISO	<i>International Organization for Standardization</i>
ISS	Instituto de Segurança Social
ISSP	<i>International Social Survey Programme</i>
ITN	Instituto Tecnológico e Nuclear (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)
ITOPF	<i>International Tanker Owners Pollution Federation</i>
JAE	Junta Autónoma de Estradas
LUCF	<i>Emissions and removals from Land-Use Change and Forestry</i>
MADRP	Ministério da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas
MAI	Ministério da Administração Interna
MAOT	Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território
MAOTDR	Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional
MAPE	Medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos
MCOTA	Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente
MCTES	Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
MEI	Ministério da Economia e da Inovação
MF	Ministério das Finanças
MJ	Ministério da Justiça
MPB	Modo de Produção Biológico
MPRODI	Modo de Produção Integrado
MTSS	Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social

NEWS	<i>Network of European Worldshops</i>
N ₂ O	Óxido nitroso
NECD	<i>National Emissions Ceilings Directive</i> - Directiva comunitária dos Tectos de Emissão
NH ₃	Amónia
NO ₂	Dióxido de Azoto
NO _x	Óxidos de Azoto
NP	Norma Portuguesa
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para fins Estatísticos na União Europeia
O ₃	Ozono
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
OCES	Observatório da Ciência e do Ensino Superior (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)
ODP	<i>Ozone Depletion Potential</i> - Potencial de Destruição do Ozono
OEDT	Observatório Europeu da Droga e da Toxicodependência
OGM	Organismo Geneticamente Modificado
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAG	Potencial de Aquecimento Global
PANCD	Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação
PALOP	Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa
PCM	Presidência do Conselho de Ministros
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais
PEC	Pacto de Estabilidade e Crescimento
PENT	Plano Estratégico Nacional de Turismo
PERSU	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos
PIB	Produto Interno Bruto
PIRSUE	Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados
PNL	Poupança Líquida Nacional
PM _{2.5}	<i>Particulate Matter</i> (partículas) com diâmetro inferior a 2,5 µm
PM ₁₀	<i>Particulate Matter</i> (partículas) com diâmetro inferior a 10 µm
PMA	Países Menos Avançados
PML	Plano Mar Limpo
PNAC	Programa Nacional para as Alterações Climáticas
PNACE	Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego
PNAI	Plano Nacional de Acção para a Inclusão
PNALE	Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão de CO ₂
PNAPRI	Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais
PNB	Produto Nacional Bruto
PNDR	Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural
PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNS	Plano Nacional de Saúde
PNUEA	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POOC	Planos de Ordenamento da Orla Costeira
PPC	Paridades de Poder de Compra
PSP	Polícia de Segurança Pública

PRIME	Programa de Incentivos à Modernização da Economia
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
RAA	Região Autónoma dos Açores
RAM	Região Autónoma da Madeira
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
REC	Rótulo Ecológico Comunitário
RGR	Regulamento Geral do Ruído
RH	Resíduos Hospitalares
RI	Resíduos Industriais
RNAP	Rede Nacional de Áreas Protegidas
RU	Resíduos Urbanos
RUB	Resíduos Urbanos Biodegradáveis
SAU	Superfície Agrícola Utilizada
SF ₆	Hexafluoreto de enxofre
SGA	Sistemas de Gestão Ambiental
SGIF	Sistema de Gestão de Informação de Incêndios Florestais
SIC	Sítios de Importância Comunitária
SIG	Sistemas de Informação Geográfica
SMAS	Serviços Municipalizados de Água e Saneamento
SNBPC	Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil
SNIRH	Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos
SNS	Serviço Nacional de Saúde
SO ₂	Dióxido de enxofre
SPEA	Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
SPQ	Sistema Português da Qualidade
SPV	Sociedade Ponto Verde
tep	Tonelada equivalente de petróleo
TER	Turismo no Espaço Rural
TIC	Tecnologias da Informação e da Comunicação
TOFP	<i>Tropospheric Ozone Forming Potential</i> - Potencial de formação de ozono troposférico
TP	Turismo de Portugal
UE	União Europeia
UICN	União Internacional para a Conservação da Natureza
UMIC	Agência para a Sociedade do Conhecimento (Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior)
UNEP	<i>United Nations Environment Programme</i>
UNESCO	<i>United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization</i> - Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
UNFCCC	<i>United Nations Framework Convention on Climate Change</i> - Convenção Quadro sobre Alterações Climáticas
USPTO	<i>United States Patent Office</i>
VAB	Valor Acrescentado Bruto
VMA	Valor Máximo Admissível
VMR	Valor Máximo Recomendável
VP	Valor Paramétrico
ZEC	Zonas Especiais de Conservação
ZEE	Zona Económica Exclusiva
ZIF	Zonas de Intervenção Florestal
ZPE	Zonas de Protecção Especial

REFERÊNCIAS E BIBLIOGRAFIA

- Australian DEH (Department of the Environment and Heritage) (2001). *Australia State of the Environment 2001*. Australia State of the Environment Committee, Department of the Environment and Heritage, Australia.
- Australian DEH (2002). *Are We Sustaining Australia? Report Against Headline Sustainability Indicators*. Australia State of the Environment Committee, Department of the Environment and Heritage, Australia.
- Azevedo, A., Carvalho, A., Ferreira, A., Marques, C., Nunes, J., Carvalho, M., & Serralheiro, R. (1999). *Agricultura e Ambiente – Indicadores de Integração*. Ministério do Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Lisboa.
- Bell, S. & Morse, S. (2004). Experience with sustainability indicators and stakeholder participation: a case study relating to a “blue plan” project in Malta. *Sustainable Development* **12**: 1-14.
- Bertram, P., Stadler-Salt, N. (2000). Selection of Indicators for Great Lakes Basin Ecosystem Health - version 4. In *State of the Lakes Ecosystem Conference*. U.S. Environmental Protection Agency and Environment Canada, Chicago, 1 - 28.
- Born, A., Simard, C. & Smith, R. (2001). *Technical Guidelines for Indicator Selection*. Environment Accounts and Statistics Division, Statistics Canada, Canada.
- Bosch, P. (2001). Aggregating the EU Headline Indicators. In *Measure and Communicating Sustainable Development: A Science and Policy Dialogue*. Stockholm. 2-20.
- Bossel, H. (1999). *Indicators for sustainable development: Theory, method, applications*. International Institute for Sustainable Development, Winnipeg, Manitoba, Canada, 124 pp.
- Bossel, H. (2001). Assessing Viability and Sustainability; a Systems-based Approach for Deriving Comprehensive Indicators Sets. *Conservation Ecology* **5**: 12.
- Braat, L. (1991). The Predictive Meaning of Sustainability Indicators. In *Kuik, O. & Verbruggen, H. (ed.), Search of Indicators of Sustainable Development*, 57-70. Kluwer Academic Publishers, The Netherlands.
- Brown, D., Dick, J. (2001). *Environmental Monitoring: Business and Information Needs Study*. Prepared for Land Information and Inventory Coordinating Committee Province of British Columbia. Draft #2.1, British Columbia.
- Capello, R. & Nijkamp, P. (2002). In Search of sustainable human settlements. *Ecological Economics* **40**: 151 – 155.
- Castanheira, J. & Silva, L. (1999). *Energia e Ambiente – Indicadores de Integração*. Ministério do Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Lisboa.
- CCDR Algarve (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional da Região do Algarve) (2004). *Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável do Algarve [Componente Ambiental]*. CCDR Algarve, Faro.
- CEC (Commission of the European Communities) (1999). *Report on Environment and Integration Indicators to Helsinki Summit*. CEC, Brussels.
- CEC (2001). Communication from the Commission - *A Sustainable Europe for a Better World: A European Union Strategy for Sustainable Development*. COM(2001)264 final. CEC, Brussels.
- CEC (2003). *Communication from the Commission - Structural Indicators*. Commission of the European Communities. COM(2003) 585 final. CEC, Brussels.
- CEC (2005a). Commission Staff Working Document In support of the report from the Commission to the Spring European Council on *the Lisbon Strategy of economic, social and environmental renewal*. SEC(2005)160. CEC, Brussels.
- CEC (2005b). *Sustainable Development Indicators to monitor the implementation of the EU Sustainable Development Strategy*. SEC(2005) 161 final. CEC, Brussels.
- CEPAL (Comissão Económica para a América Latina e Caribe). (2001). *Informe del Seminario Indicadores de Desarrollo Sostenible en América Latina Y Caribe*. CEPAL, Santiago, Chile.
- CEPAL (2003). *Informe de la Reunión de Consulta sobre Indicadores de Desarrollo Sostenible*. CEPAL, Santiago, Chile.
- CEPAL (2005). *Evaluación de la Sostenibilidad en América Latina y el Caribe*. <http://websie.eclac.cl/sisgen/>. [Novembro de 2005].
- CGSDI/IISD (Consultive Group on Sustainability Indicators/International Institute for Sustainable Development) (2005). *Dashboard of Sustainability*. <http://www.iisd.org/cgsdi/dashboard.asp>. [Novembro de 2005].
- Chambers, N., Simmons, C. & Wackernagel, M. (2000). *Sharing Nature's Interest: ecological footprints as an indicator of sustainability*. ISBN 1853837393. Earthscan, London.
- Chesapeake Bay Program/USEPA (1999). *Environmental Outcome-Based Management: Using Environmental Goals and Measures in the Chesapeake Bay Program*. Chesapeake Bay Program, United States Environmental Protection Agency, Annapolis.
- Chung, Y., Lee, J., Jung, T. & Yang, D. (2004). *Northeast Asia Sustainable Development Indicators*. Korea Environment Institute, Republic of Korea.

- Commission for Environmental Cooperation (2001). *The North America Mosaic a state of environment report*. Commission for Environmental Cooperation, Canada.
- Correia, F. & Beja-Neves, E. (1993). *Estudo Preparatório para a Definição de Projectos Elegíveis no Contexto do Fundo de Coesão – Relatório Síntese*. Vol.1. Relatório 121/93 – GIAMB. Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Lisboa.
- Davis-Walling, P. Batterman, S. (1997). Environmental Reporting by the Fortune 50 Firms. *Environmental Management* **21**: 865-875.
- DEFRA (Department of Environment, Food and Rural Affairs) (2005a). *Securing the future: The UK Government Sustainable Development Strategy*. DEFRA, United Kingdom.
- DEFRA (2005b). *UK One Future Different Paths: the UK's Shared Framework for Sustainable Development*. DEFRA, United Kingdom.
- DEFRA (2005c). *The Environment in your Pocket 2005*. DEFRA, United Kingdom.
- DEFRA (2006). *Sustainable Development Indicators on your Pocket 2006*. DEFRA, United Kingdom.
- Deloitte Touche Tohmatsu (2002). *Deloitte Sustainability Reporting Scorecard*. Deloitte & Touch, Global Environment and Sustainability Services Group, New York.
- DETR (Department of the Environment, Transport and the Regions) (1999). *Quality of life counts. Indicators for a strategy for sustainable development for the United Kingdom: a baseline assessment*. Government Statistical Service, DETR, United Kingdom.
- DG (The Danish Government) (2002). *Denmark's National Strategy for Sustainable Development: A shared future – balanced development: Indicator report*. ISBN 87-7972-260-1. DG, Copenhagen.
- DG (2005a). *Denmark's National Strategy for Sustainable Development: A shared future – balanced development: Indicators 2004 (Full version data base)*. DG Copenhagen.
- DG (2005b). *Denmark's National Strategy for Sustainable Development: A shared future – balanced development: Key indicators 2004*. DG Copenhagen.
- DGA (Direcção Geral do Ambiente) (1999). *Relatório de Estado do Ambiente 1998*. DGA, Lisboa.
- DGA (2000). *Proposta para um Sistema de indicadores de Desenvolvimento Sustentável*. DGA, Ministério do Ambiente e Ordenamento do Território, Lisboa.
- DGRF (Direcção Geral dos Recursos Florestais) (2006). *Estratégia Nacional para as Florestas*. Versão Preliminar para Discussão Pública. DGRF, Lisboa.
- ECOTEC (2001). *Ecological FootPrinting - Final Study*. Working document for the STOA Panel. European Parliament, Directorate General for Research - Directorate A, Scientific and Technological Options Assessment (STOA), PE 297.571/Fin.St, Luxembourg.
- EEA (European Environment Agency) (1999a). *Reporting frequencies of state-of-the-environment reports in Europe*. Technical report N° 36. EEA, Copenhagen.
- EEA (1999b). *A checklist for state of the environment reporting*. Technical report N° 15. EEA, Copenhagen.
- EEA (1999c). *State of the environment reporting: Institutional and legal arrangements in Europe*. Technical report No 26. EEA, Copenhagen.
- EEA (2000a). *Common Framework for Sector-Environment Integration Indicators*. EEA paper for the meeting of the EPRG expert group on indicators, 13-14 April 2000. EEA, Copenhagen.
- EEA (2000b). *Questions to be Answered by a State-of-the-Environment Report - the first list*. Technical Report No 47. EEA, Copenhagen.
- EEA (2004a). *EEA Signals 2004: A European Environment Agency update on selected issues*. EEA, Copenhagen.
- EEA (2004b). *Scorecard Indicators*. EEA, Copenhagen;
- EEA (2005): *EEA Core Set of Indicators*. Technical Report No 1/2005. EEA, Copenhagen.
- EEA. (s.d.) *Towards a European Menu of Environment Headline Indicators - a EEA proposal*. Draft version 1.02. EEA, Copenhagen.
- Environment Agency (s.d.) *.State of the environment 2005 - a better place?*. Environment Agency, Bristol.
- EC (Environment Canada) (2002a). *Environmental Signals - Headline Indicators 2003*. EC, Canada.
- EC (2002b). *Environmental Signals - Canada's National Environmental Series 2003*. EC, Canada.
- EPA (Environment Protection Authority) (2003). *New South Wales State of the Environment 2003*. New South Wales Environment Protection Authority - Department of Environment and Conservation, Sydney.
- European Communities (2001). *Measuring progress towards a more sustainable Europe: Proposed indicators for sustainable development, Data 1980-99*. ISBN 92-894-1101-5. Office for Official Publications of the European Communities, Luxembourg.

European Communities (2004). *EU Member State Experiences with Sustainable Development Indicators*. Office for Official Publications of the European Communities, Luxembourg.

European Communities (2005). *Measuring progress towards a more sustainable Europe: sustainable development indicators for the European Union, Data 1990-2005*. ISBN 92-894-9768-8. Office for Official Publications of the European Communities, Luxembourg.

FCT/UNL (Departamento de Ciências e Engenharia do Ambiente / Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa) (1989). *Desenvolvimento de uma Metodologia de Avaliação de Qualidade Ambiental e Definição de Estratégias de Intervenção – Relatório de Progresso*. Estudo elaborado para a Direcção Geral da Qualidade do Ambiente. FCT/UNL, Monte da Caparica.

FEA & FRG (Federal Environmental Agency & Federal Republic of Germany) (2004). *Perspectives for Germany – Our Strategy for Sustainable Development*. FEA & FRG, Germany.

Finnish Environment Institute (2004). *Finnish indicators for sustainable development, 2004*. Finnish Environment Institute, Finland.

FME (Finnish Ministry of the Environment) (2005). *Finland's Natural Resources and the Environment 2005 Review*. Statistics Finland, FME, Finland.

Friend, A. and Rapport, D. (1979). *Towards a Comprehensive Framework for Environmental Statistics: A Stress-Response Approach*. Statistics Canada, Ottawa: Catalogue 11-510.

FSU (Florida State University) (2004). *Environmental Indicator Reports*. Program for Environmental Policy and Planning Systems (PEPPS), Institute of Science and Public Affairs (ISPA), Florida State University. <http://www.pepps.fsu.edu/EPIC/index.html>. [April 2005].

Gallopin, G.C. (1997). Indicators and Their Use: Information for Decision-making. In Moldan, B., Billharz, S. (eds). *Sustainability Indicators - Report on the Project on Indicators of Sustainable Development*. Scientific Committee on Problems of the Environment (SCOPE), no. 58, John Wiley, Chichester, UK, 13-27.

Gallopin, G. (2003). *A systems approach to sustainability and sustainable development*. ISBN 92-1-121398-3. Serie Medio Ambiente Y Desarrollo nº 64. CEPAL, División de Desarrollo Sostenible y Asentamientos Humanos, Santiago, Chile.

Gibbons, J.D. (1993). *Nonparametric Statistics - An Introduction*. University Paper Series on Quantitative Applications in the Social Sciences, series no. 07-090. Sage Publications, Newbury Park, C.A.

Giovannini, E. & Linster, M. (2005). Measuring Sustainable Development: Achievements and Challenges In United Nations Division for Sustainable Development. In *Expert Group Meeting on Indicators of Sustainable Development*. UNDS/EGM/ISD/2005/CRP.5. New York, 13-15 December 2005.

Gouzee, N., Mazijn, B. & Billharz, S. (1995). *Indicators of Sustainable Development for Decision-Making*. Report of the Workshop of Ghent, Belgium, 9-11 January 1995, Submitted to UN Commission on Sustainable Development. Published by the Federal Planning Office of Belgium.

DRA/SRAM (Direcção Regional do Ambiente/Secretaria Regional do Ambiente e do Mar) (2006). *Perspectivas para a sustentabilidade da Região Autónoma dos Açores – Contributo para a elaboração de um Plano Regional de Desenvolvimento Sustentável*. DRA/SRAM, Ponta Delgada, Açores.

GRI (Global Reporting Initiative) (2002). *Sustainability Reporting Guidelines*. GRI, Boston, USA.

Hall, S. (2005). Indicators of Sustainable Development. In *Expert Group Meeting on Indicators of Sustainable Development*. UNDS/EGM/ISD/2005/CRP.8. United Nations Division for Sustainable Development (UN DSD), 13-15 December 2005, New York.

Hamilton, K., Atkinson, G. & Pearce, D. (1997). *Genuine Savings as an indicator of sustainability*. Centre for Social and Economic Research on the Global Environment Working Paper GEC 97-03. UK Economic and Social Research Council/ Centre for Social and Economic Research on the Global Environment (CSERGE) and the World Bank, London.

Hanley, N., Moffatt, I., Faichney, R. & Wilson, M. (1999). Measuring sustainability: A time series of alternative indicators for Scotland. *Ecological Economics* **28**, 55-73.

Hardi, P., & Zdan T. (1997). *Assessing sustainable development: Principles in practice*. International Institute for Sustainable Development (IISD), Winnipeg.

Hardi, P., Barg, S., Hodge, T. & Pinter, L. (1997). *Measuring Sustainable Development: Review of Current Practice*. International Institute for Sustainable Development (IISD), Winnipeg.

Hass, J., Brunvoll, F. & Hoie, H. (2002). *Overview of Sustainable Development Indicators Used by National and International Agencies*. Organization for Economic Co-operation and Development (OECD) Statistics Working Paper 2002/2. OECD, Paris.

Hertin, J., Berkhout, F., Moll, S., Schepelmann, P. (2001). *Indicators for Monitoring Integration of Environment and Sustainable Development in Enterprise Policy*. SPRU - Science and Technology Policy Research, University of Sussex, Brighton, UK.

Hueting, R. & Reijnders, L. (2004). Broad sustainability contra sustainability: the proper construction of sustainability indicators. *Ecological Economics* **50**: 249-260.

- IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) (2004). *Indicadores de Desenvolvimento Sustentável: Brasil 2004*. IBGE, Brasil.
- IFEN (Institut Français de l'Environnement) (2002a). *Chiffres-clés de l'environnement 2002*. IFEN, France.
- IFEN (2002b). *L'Environnement en France - Edition 2002*. IFEN, France.
- IFEN (2003). *Etudes et travaux, n.º 41: 45 indicators of sustainable development: a contribution from Ifen*. IFEN, France.
- IHOBE (Sociedad Pública de Gestión Ambiental) (2003). *The Environment in the Basque Country - Environmental Indicators - 2003*. IHOBE, Bilbao.
- IHOBE (2004). *The Environment in the Basque Country - Environmental Indicators - 2004*. IHOBE, Bilbao.
- IISD (International Institute for Sustainable Development) (2000). *Review Paper on Selected Capital-Based Sustainable Development Indicators Frameworks*. Study Prepared for the Steering Committee of the Canada National Round Table on the Environment and Economy, Environment and Sustainable Development Indicators Initiative, IISD, Winnipeg, Canada.
- IISD (2006). *Compendium of Sustainable Development Indicator Initiatives*. <http://www.iisd.org/measure/compendium/>. [January 2006].
- INEGI & INE (Instituto Nacional de Estadística, Geografía & Informática y el Instituto Nacional de Ecología) (2001). *Indicadores de Desarrollo Sostenible en México*. INEGI & INE, México.
- IBGEBIM (Institut Bruxellois pour la Gestion de l'Environnement/Observatoire des Données de l'Environnement) (2004). *Etat de l'environnement 2004*. IBGEBIM, Bruxelles;
- Jackson, L.E., Kurtz, J.C., Fisher, W.S. (eds.) (2000). *Evaluation Guidelines for Ecological Indicators*. United States Environmental Protection Agency (USEPA), Office of Research and Development. EPA/620/R-99/005. Research Triangle Park, NC.
- JFS (Japan for Sustainability) (2005). *JFS Indicators*. <http://www.japanfs.org/en/view/index/index.html>. [Novembro de 2005].
- Jones, K. (1999). *Study on Environmental Reporting by Companies*. Centre for Environmental Informatics, University of Sunderland. European Commission, Sunderland.
- Keating, M. (2001). *Review and Analysis of Best Practices in Public Reporting on Environmental Performance*. Research paper #9. A report to Executive Resource Group, Birmingham.
- Kristensen, P. (2001). *Overview of selected International activities In relation to sustainable development/ environmental indicators - draft*. National Environmental Research Institute, Denmark.
- L'Observatoire National de l'Environnement du Maroc (2003). *Les Indicateurs de Développement Durable*. L'Observatoire National de l'Environnement du Maroc, Maroc.
- MARN (Ministério do Ambiente e Recursos Naturais) (1995). *Plano Nacional da Política de Ambiente*. MARN, Lisboa.
- Martins, I.P. (1994). *Definição de Indicadores Ambientais*. Direção Geral do Ambiente, Lisboa.
- McCool, S. & Stankey, G. (2004). Indicators of Sustainability: Challenges and Opportunities at the interface of Science and Policy. *Environmental Management* Vol **33** (3): 294-305.
- MCSDD (Mediterranean Commission on Sustainable Development) (2002). *Indicators for Sustainable Development In the Mediterranean Coastal Regions: Follow-up of the recommendations of the Mediterranean Commission on Sustainable Development*. Mediterranean Commission on Sustainable Development. MCSDD, Sophia Antipolis.
- Meadows, D. (1998). *Indicators and Information Systems for Sustainable Development - A report to the Balaton Group*. The Sustainability Institute, USA.
- Melo, J.J.; Ramos, T.B.; Calmeiro, A.T.; Cardoso, S.S.; Fonseca, F.C. (1996). SPIA - An Expert System for the Construction and Analysis of Environmental Indexes. In *ENTREE '96 - Environmental Training in Engineering Education*. Centre for Sustainable Development, School of the Environment, University of Sunderland, U.K.
- Mendes, A.C., Sottomayor, M.L., & Costa, L.S. (1999). *Indústria e Ambiente - Indicadores de Integração*. Ministério do Ambiente, Direção Geral do Ambiente. Lisboa.
- MIDEPLAN (Ministerio de Planificación Nacional y Política Económica) (2001). *Sistema de Indicadores sobre Desarrollo Sostenible (SIDES)*. MIDEPLAN, Costa Rica.
- Ministère de l'Environnement de Luxembourg (2002). *Indicateurs de Développement Durable pour le Luxembourg*. Ministère de l'Environnement de Luxembourg, Luxembourg.
- Ministère de l'Environnement (2003). *L'Environnement en Chiffres 2002-2003*. Ministère de l'Environnement, Luxembourg.
- MMA (Ministerio de Medio Ambiente) (2004). *Medio Ambiente en España 2003*. MMA, España.
- MMA (2005). *Perfil Ambiental de España 2004 - Informe basado en indicadores*. MMA, España.
- MEAT (Ministry of the Environmental Affairs and Tourism) (s.d.). *State of the environment - South Africa 1999 - an overview*. MEAT, South Africa.

- Mitchell, G. (1998). Problems and Fundamentals of Sustainable Development Indicators. *Sustainable Development* **4**: 1-11.
- Mitra, A. (s.d.). *A tool for measuring progress: The growing popularity of sustainable indicators In the United States*. USA.
- Montmollin, A., Altwegg, D., Roth, I. & Scheller, A. (2004a). *Monitoring Sustainable Development (MONET): Final Report – Methods and Results*. Swiss Federal Statistical Office (SFSO), Federal Office for Spatial Development (ARE) & Swiss Agency for the Environmental, Forests and Landscape (SAEFL), Neuchâtel.
- Montmollin, A., Altwegg, D., Roth, I. Meier, A. & Scheller, A. (2004b). *Monitoring Sustainable Development (MONET): Indicators and Comments*. Swiss Federal Statistical Office (SFSO), Federal Office for Spatial Development (ARE) & Swiss Agency for the Environmental, Forests and Landscape (SAEFL), Neuchâtel.
- Morse, S. & Fraser, E. (2005). Making “dirty” nations clean? The nation state and the problem of selecting and weighting indices as tools for measuring progress towards sustainability. *Geoforum* **36**: 625-640.
- Morse, S., N. McNamara, Acholo, M. & Okwoli, B. (2001). Sustainability indicators: the problem of integration. *Sustainable Development* **9**: 1-15.
- Mulalic, I. & Olsen, T. (2004). *Sustainable Development Indicators based on National Accounts*. Paper prepared for the 23 Nordiska Statistikermetet, Statistics Denmark, 2004.
- NCESD (Grecia National Center for The Environment and Sustainable Development) (2003). *Grecia Environmental Signals - A Report on Sustainability Indicators 2003*. NCESD, Grecia.
- NEAA (Netherlands Environmental Assessment Agency) (2005). *Environmental Balance 2005 – Summary*. NEAA, Netherlands.
- NMC (Nordic Council of Ministers) (2003). *A Nordic Set of Indicators*. NMC, Copenhagen.
- NMC (2006). *Focus on Sustainable Development Nordic key indicators 2006*. NMC, Copenhagen.
- Norwegian Ministry of Finance (2005). *Indicators for Policies to Enhance Sustainable Development*. Norwegian Ministry of Finance, Norway.
- NMP (Netherlands Environmental Assessment Agency) (2005). *Netherlands’ Quality and the future: Sustainability outlook*. MNP, Netherlands.
- NRTEE (Canada National Round Table on the Environment and Economy) (2003). *Environment and Sustainable Development Indicators for Canada (ESDI)*. Canada NRTEE, Ontario.
- OECD (Organizations for Economic Co-operation and Development) (1993a). *OECD Core Set of Indicators for Environmental Performance Reviews: A synthesis report by the Group on the State of the Environment*. Environment Monographs N° 83, OECD/GD(93)179. OECD, Paris.
- OECD (1993b). *Indicators for the Integration of Environmental Concerns into Energy Policies*. Environment Monographs N° 79. OECD/GD(93)133. OECD, Paris.
- OECD (1999). *Indicators for the Integration of Environmental Concerns into Transport Policies*. ENV/EPOC/SE(98)1/ Final. OECD, Paris.
- OECD (2000). *Frameworks to measure Sustainable Development*. An OECD Expert Workshop. OECD Proceedings, Paris.
- OECD (2001a). *OECD Environmental Indicators: Towards Sustainable Development*. OECD, Paris.
- OECD (2001b). *Sustainable Development: Critical Issues*. OECD, Paris.
- OECD (2001c). *10 Indicators for the Environment*. Organisation for Economic Co-operation and Development. Working Group on Environmental Information and Outlooks (WGEIO). OECD, Paris.
- OECD (2002a). *Aggregated Environmental Indices: Review of Aggregation Methodologies*. OECD, Paris.
- OECD (2002b). *Indicators to measure Decoupling of Environmental Pressure from Economic Growth*. OECD, Paris.
- OECD (2003). *OECD Environmental Indicators: Development, Measurement and Use. Reference Paper*. OECD, Paris.
- OECD (2004a). *Measuring Sustainable Development: Integrated Economic, Environmental and Social Frameworks*. OECD, Paris
- OECD (2004b). *Sustainable Development*. Draft final Report to Ministers, Ad Hoc Group on Sustainable Development, OECD General Secretariat, Paris.
- OECD (2004c). *OECD Key Environmental Indicators 2004*. OECD, Paris.
- OECD (2005a). *Society at a Glance: OECD Social Indicators 2005 Edition*. OECD, Paris.
- OECD (2005b). *Health at a Glance: OECD Indicators 2005*. OECD, Paris.
- OECD (2005c). *Education at a Glance: OECD Indicators 2005*. OECD, Paris.
- OECD (2005d). *OECD FactBook 2005: Economic, Environmental and Social Statistics*. OECD, Paris.

- OECD (2006). *OECD FactBook 2006: Economic, Environmental and Social Statistics*. OECD, Paris.
- OECD (2007). *OECD FactBook 2007: Economic, Environmental and Social Statistics*. OECD, Paris.
- OECD/JRC (2005). *Handbook on Constructing Composite Indicators: Methodology and User Guide*. OECD Statistics Working Paper, Paris.
- Olsthoorn, X., Tyteca, D., Wehrmeyer, W., Wagner, M. (2001). Environmental Indicators for Business: a Review of the Literature and Standardisation Methods. *Journal of Cleaner Production* **9**: 453-463.
- OTT, W.R. (1978), *Environmental Indices - Theory and Practice*. Michigan, Ann Arbor Science.
- Parris, T & Kates, R. (2003). Characterizing and Measuring Sustainable Development. *Annual Review of Environment and Resources* **28**: 559-586.
- Partidário, M.R. (1990) *Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano*. Universidade Técnica de Lisboa.
- Partidário, M. R. (2000). *Indicadores de Qualidade do Ambiente Urbano*. Coleção Estudos 4. ISBN 972-8569-06-6. Direção Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano, Lisboa.
- Pearce, D. (2000). "The policy relevance and Use of Aggregate indicators: Genuine Savings". In *OECD Proceedings. Frameworks to measure Sustainable Development*, An OECD Expert Workshop, September 2-3, 1999. OECD, Paris.
- Pintér, L., Hardi, P. & Bartelmus, P. (2005). *Indicators of Sustainable Development: Proposals for a Way Forward*. Discussion Paper prepared under a Consulting Agreement on behalf of the UN Division for Sustainable Development. UNDS/EGM/ISD/2005/CRP.2. In United Nations Division for Sustainable Development, Expert Group Meeting on Indicators of Sustainable Development, 13-15 December 2005, New York.
- Plan Blue – Regional Activity Centre (BP-RAC) (2005). *Suivi de la Stratégie Méditerranéenne de Développement Durable: Première proposition d'indicateurs*. BP-RAC, Sophia Antipolis.
- Prescott-Allen (2001). *The wellbeing of nations: a country-by-country index of quality of life and the environment*. Island Press, Washington D.C.
- Quiroga, R. (2001). *Indicadores de sostenibilidad ambiental e de desarrollo sostenible: estado del arte y perspectivas*. Serie Manuales nº 16. CEPAL, División de Desarrollo Sostenible y Asentamientos Humanos, Santiago, Chile.
- Ramos, T.B. (1996). *Sistemas de Indicadores e Índices da Qualidade da Água e Sedimento em Zonas Costeiras*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Aveiro, 1999 pp., Aveiro.
- Ramos, T.B.; Rodrigues, V. & Gomes, L. (1998). *Sistemas de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável para Portugal*. Ministério do Ambiente, Direção Geral do Ambiente, Serviço de Informação e Acreditação. ISBN-972-8419-13-9. Lisboa.
- Ramos, T.B. (2002). Utilização de Indicadores na Gestão e Avaliação Ambiental. In *Actas do II Encontro Nacional do Colégio de Engenharia do Ambiente*. Ordem dos Engenheiros, Porto, 1-13.
- Ramos, T.B. (2004). Avaliação de Desempenho Ambiental no Sector Público: Estudo do Sector da Defesa. Universidade Nova de Lisboa, Dissertação de Doutoramento. ISBN: 972-99803-0-6. Lisboa.
- Ramos, T.B. Caeiro, S. & Melo, J.J. (2004). Environmental Indicator Frameworks to Design and Assess Environmental Monitoring Programmes. *Impact Assessment and Project Appraisal* **22**: 47-62.
- Ramos, T.B., Alves, I. Subtil, R., Melo, J.J. (2007a). Environmental Performance Policy Indicators for the Public Sector: The case of the defence sector. *Journal of Environmental Management* **82**: 410-432.
- Ramos, T.B., Alves, I., Gervásio, I., Liberal, P. (2007b). Revisão do Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Sustentável e Apoio na Elaboração, Revisão de Conteúdos e Divulgação do Relatório do Estado do Ambiente. Relatório Final do Projecto desenvolvido no âmbito do Protocolo de Cooperação Técnico-científica n.º 22/2005, estabelecido entre o Instituto do Ambiente e a Universidade do Algarve. Lisboa.
- Rapport, D. J. & Friend, A. M. (1979). *Towards a Comprehensive Framework for Environmental Statistics: A Stress-Response Approach*. Statistics Canada. Ottawa.
- Rapport, D. J. & Singh, A. (2002). *Framework for the State of Environment Reporting*. Discussion paper for UNEP-SCOPE workshop "Making Science More Policy Relevant": 13-14 June 2002, Prague.
- Rea, L.M., Parker, R.A. (1997). *Designing and Conducting Survey Research*. Jossey Bass Inc, California.
- Redefining Progress (2004). *The Genuine Progress Indicator (1950-2002): Measuring the Real State of the Economy. 2004 update*. Redefining Progress, San Francisco.
- Reed, M.; Fraser, E.; Morse, S. & Dougill, A. (2005). Integrating Methods for Developing Sustainability Indicators to Facilitate Learning and Action. *Ecology and Society* **10**.
- RIVM (National Institute of Public Health and the Environment). 1995. A General Strategy for Integrated Environmental Assessment at the European Environment Agency. RIVM, Bilthoven.
- Roldán, A. & Valdés, A. (2002). Proposal and application of a Sustainable Development Index. *Ecological Indicators* **2**: 251-256.

- SAyDS (Secretaría de Ambiente y Desarrollo Sustentable (2005). *Sistema de Indicadores de Desarrollo Sostenible de la Republica Argentina (SIDSA)*. SAyDS, República Argentina.
- SD NAW (Statistical Directorate – National Assembly for Wales) (2005). *Sustainable Development Indicators of Wales 2005*. SD NAW, Wales.
- SEAC (Swedish Environmental Advisory Council) (1999). *Green Headline Indicators - Monitoring Progress towards Ecological Sustainability*. SEAC, Stockholm.
- SEEG (Scottish Executive Environment Group) (2005). *Indicators of Sustainable Development for Scotland: Progress Report 2005*. SEEG, Scotland.
- SEMARNAT (Secretaria de Medio Ambiente Y Recursos Naturales) (2003). *Informe del situación del Medio Ambiente en Mexico, 2002*. SEMARNAT, México.
- SEMARNAT (2005). *Indicadores Basicos del Desempeno Ambiental de México*. SEMARNAT, México.
- SFSO, ARE & SAEFL (Swiss Federal Statistical Office, Federal Office for Spatial Development & Swiss Agency for the Environmental, Forests and Landscape) (2004). *Monitoring Sustainable Development (MONET): Indicators and Comments*. SFSO, ARE & SAEFL, Switzerland.
- SFSO, ARE & SAEFL (2005). *Sustainable Development: A brief guide*. SFSO, ARE & SAEFL, Neuchâtel.
- SFSO & SAEFL (Swiss Federal Statistical Office, Swiss Agency for the Environment, Forests and Landscape) (2005). *Swiss Environmental Statistics 2005: a Brief Guide*. SFSO & SAEFL, Switzerland;
- Silva, F.N., Beja, M., Castelo, S., Castro, H.S., & Caetano, S. (1999). *Transportes e Ambiente – Indicadores de Integração*. Ministério do Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Lisboa.
- Silva, J. & Perna, F. (1999). *Turismo e Ambiente – Indicadores de Integração*. Ministério do Ambiente, Direcção Geral do Ambiente, Lisboa.
- Smeets, E. & Weterings, R. (1998). *Environmental Indicators: Typology and overview*. EEA, Copenhagen.
- SNZ (Statistics New Zealand) (2002). *Monitoring Progress Towards a Sustainable New Zealand: An experimental report and analysis*. SNZ, New Zealand.
- SOU (Swedish Environmental Advisory Council) (1999). *Green Headline Indicators - Monitoring Progress Towards Ecological Sustainability*. SOU, Stockholm.
- Spangenberg, J.H. & Valentin, A. (2000). A Guide to community sustainability indicators. *Environmental Impact Assessment Review* **20**: 381-392.
- Spangenberg, J.H. (2002). Environmental space and the prism of sustainability: frameworks for indicators measuring sustainable development. *Ecological indicators* **2**: 295-309.
- SRU (The German Advisory Council on the Environment) (2004). *Environmental Report 2004: Ensuring Environmental Protection Capacity – Summary*. SRU, Berlin.
- SS & SEPA (Statistics Sweden & Swedish Environmental Protection Agency) (2001). *Sustainable Development Indicators for Sweden – a first set 2001*. SS & SEPA, Sweden.
- SS (Statistics Sweden) (2003). *Sustainable Development Indicators for Sweden: Concepts and Framework*. SS, Sweden.
- Statistical Office of Estonia (2004). *Indicators of Sustainable Development*. Statistical Office of Estonia, Estonia.
- Statistics Norway (2005). *Natural Resources and the Environment 2004*. Statistics Norway - Division for Environmental Statistics, Department of Economic Statistics, Norway.
- SEOC (Sweden's Environmental Objectives Council) (2004). *Sweden's Environmental Objectives - are we getting there?* SEOC, Sweden.
- SEOC (2005). *Sweden's Environmental Objectives - for the sake of our children*. SEOC Sweden.
- TFDD (Task Force Développement Durable) (2005). *Tableau d'indicateurs de développement durable: Supplément au troisième Rapport fédéral sur le développement durable, 2005*. Le Bureau Fédéral du Plan, Bruxelles.
- The Ministry for the Environment (1997). *The State of New Zealand's Environment 1997*. GP Publications, Wellington;
- U.S. SDI (United States Interagency Working Group on Sustainable Development Indicators) (2001). *Sustainable Development in the United States: An experimental Set of Indicators*. A Progress Report Prepared by the U.S. SDI, Washington.
- Umweltbundesamt (2004). *Environmental Situation in Austria - 7th Report on the State of the Environment*. Umweltbundesamt, Vienna;
- UN (United Nations) (2001). *Road map towards the implementation of the United Nations Millennium Declaration*. Report of the Secretary-General. UN, New York.
- UN (2003). *Indicators for Monitoring the Millennium Development Goals*. UN, New York.
- UN (2005). *The Millennium Development Goals Report*. UN, New York.

- UN DP (United Nations Development Programme) (2005). *Human Development Report*. UN DP, New York.
- UN DSD (United Nations Division for Sustainable Development) (2001a). Report on the Aggregation of Indicators of Sustainable Development. *In Background paper for Ninth Session of the Commission on Sustainable Development*. UN DSD, New York.
- UN DSD (2001b). Indicators of Sustainable Development: Framework and Methodologies. *In Background paper No 3 for the Ninth Session of the Commission on Sustainable Development*. UN DSD, New York.
- UN DSD (2006). Indicators of Sustainable Development: Experiences and Goals of the United Nations Division for Sustainable Development. *Conference of European Statisticians*, Luxembourg, 3-4 April, 2006.
- UN, EC, IMF, OECD & WB (United Nations, European Commission, International Monetary Fund, Organisation for Economic Co-operation and Development & World Bank) (2003). *Handbook of National Accounting: Integrated Environmental and Economic Accounting 2003 (SAEA)*. Final draft circulated for information prior to official editing. United Nations, New York.
- UNDP/PCSD (United Nations Department for Policy Co-ordination and Sustainable Development) (1996). *Indicators of sustainable development: framework and methodologies*. UNDP/PCSD, August 1996.
- UNEP/MAP (United Nations Environment Programme/Mediterranean Action Plan) (2005). *Mediterranean Strategy for Sustainable Development: A Framework for Environmental Sustainability and Shared Prosperity*. Tenth Meeting of the Mediterranean Commission on Sustainable Development, Greece.
- USEPA (United States Environmental Protection Agency) (1999a). *The Ecological Condition of Estuaries in the Gulf of Mexico*. USEPA, Office of Research and Development, Washington, D.C.
- USEPA (2005). *Proposed Indicators for 2006 Report on the Environment*. USEPA. <http://www.epa.gov/ncea/ROEIndicators/>. [Agosto de 2005].
- USEPA (s.d.). *Draft Report on the Environment 2003*. USEPA, Washington, D.C.
- Vasconcelos, L. & Baptista, I. (1996). Environmental Zoning – A Friendly Tool to Help to Work it Out. In *ENTREE '96 – Environmental Training In Engineering Education*. Centre for Sustainable Development, School of the Environment, University of Sunderland, U.K.
- Venetoulis, J., Chazan, H. & Gaudet, C. (2004). *Ecological Footprint of Nations*. Redefining Progress, San Francisco.
- Victor, P. (1991). Indicators of sustainable development: some lessons from the capital theory. *Ecological Economics* **4**: 191-213.
- WEF (World Economic Forum) (2005). *Environmental Sustainability Index*. WEF, Davos.
- Wheater, C.P., Cook, P. (2000). *Using Statistics to Understand the Environment*. Routledge. London.
- Wilson, W.; Tyedmers, P. & Pelot, R. (2006). Contrasting and comparing sustainable development indicators metrics. *Ecological Indicators* (In Press).
- WWF (World Wide Fund for Nature) (2004). *Living Planet Report*. WWF, Switzerland.
- WWI (Worldwatch Institute) (2005). *State of the World 2005: Redefining Global Security*. WWI, Washington, D.C.
- Zuinen, N. (2004). *Indicateurs pour un développement durable: aspects méthodologiques et développements en cours*. Working paper 4-04. Le Bureau Fédéral du Plan, Bruxelles.

nome do indicador ABANDONO ESCOLAR PRECOCE

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)EDUCAÇÃO
COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL**tema(s) UE**

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

1º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem relativa ao número de indivíduos no grupo etário.

fonte(s)

INE; GEPE; OCDE; UNESCO; Eurostat

descrição

Proporção de indivíduos com idades entre os 18 e os 24 anos que completou, no máximo, o ensino básico e que não se encontra em educação ou formação.

Para que Portugal consiga atingir a média da UE-25 (15%) será necessário reduzir para mais de metade o nível de abandono escolar registado em 2006 (39%).

documentos de referência

- Parâmetros de referência europeus para a educação e a formação: seguimento do Conselho Europeu de Lisboa [COM(2002) 629 final (Comissão das Comunidades Europeias, 2002).

mais informação

<http://www.ine.pt/>
<http://www.min-edu.pt>
<http://www.gepe.min-edu.pt/>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>
<http://www.unesco.pt/>

metodologia

Contabilização do número de indivíduos, com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, que completou, no máximo, o ensino básico e que não seguiu nenhum tipo de educação ou formação durante as quatro semanas que precederam a entrevista.

Definições:

Abandono escolar - saída do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória, dentro dos limites etários previstos na lei (Fonte: INE).

Saída precoce - situação dos indivíduos, num escalão etário (normalmente entre os 18-24 anos), que não concluíram o ensino secundário e não se encontram a frequentar a escola (Fonte: INE).

objectivos e metas

Até 2010 todos os Estados-membros deverão reduzir a taxa de abandono escolar precoce, no mínimo, para metade, comparativamente ao ano 2000, a fim de atingir uma taxa média na UE igual ou inferior a 10% (Comunicação da Comissão, de 20 de Novembro de 2002, sobre parâmetros de referência europeus para a educação e a formação: seguimento do Conselho Europeu de Lisboa [COM(2002) 629 final).

O Plano Nacional Emprego 2005-2008 estabelece como metas para a taxa de abandono escolar precoce em Portugal 30%, em 2008, e 25%, em 2010.

análise sumária

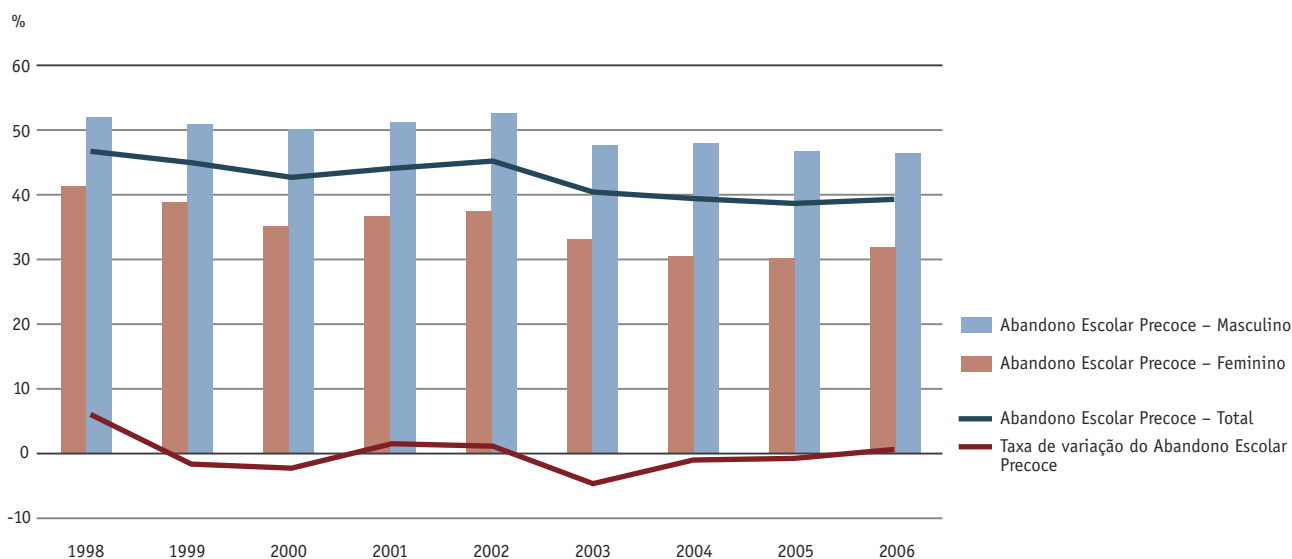
O abandono escolar precoce diminui o número de recursos humanos disponíveis com um nível de formação básica, o que irá ter reflexos na produtividade das empresas e, simultaneamente, na inadaptação da mão-de-obra às crescentes exigências das empresas.

Apesar da diminuição da taxa de abandono escolar precoce, de 47%, em 1998, para 39%, em 2006, Portugal apresenta a segunda taxa mais elevada de abandono escolar precoce no quadro da UE em 2006.

Em Portugal, à semelhança da maioria dos países da UE, as diferenças por género são assinaláveis, verificando-se que as mulheres apresentam níveis de abandono escolar consideravelmente inferiores aos apresentados pelos homens. Em 2006 as mulheres apresentavam taxas de abandono escolar de aproximadamente 32% e os homens de 46%. De notar que, a partir de 2003, o abandono escolar precoce apresenta uma tendência crescente.

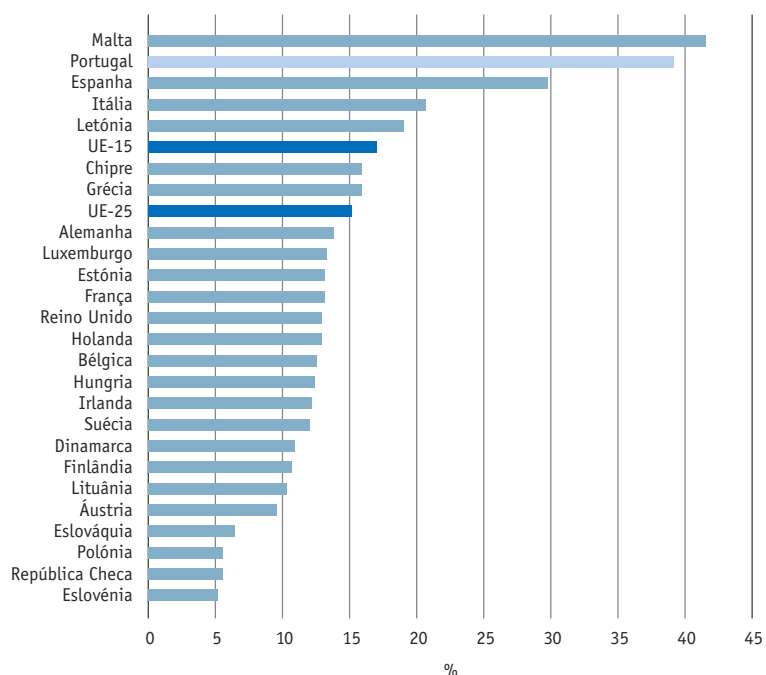
representações gráficas

1 a) Abandono Escolar Precoce - Total e por Género



Fonte: Eurostat, 2007

1 b) Abandono Escolar Precoce na UE, em 2006



Fonte: Eurostat, 2007

nome do indicador ACIDENTES DE TRABALHO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

IMPACTE

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

N.º de acidentes de trabalho; Percentagem do total de acidentes por actividade económica; Taxa de incidência de acidentes mortais e não mortais.

fonte(s)

INE; MSST-GEP

descrição

Acidentes graves e mortais ocorridos no decorrer do trabalho.

documentos de referência

- Work and health in the European Union – A statistical portrait (Eurostat, 2004).

metodologia

Contabilização do número anual de acidentes de trabalho, mortais e totais, em Portugal (Continente e Regiões Autónomas). A informação estatística “Acidentes de Trabalho” resulta da recolha e tratamento estatístico de participações e mapas enviados mensalmente à DGEEP pelas Companhias de Seguros e Empresas com capacidade financeira para a auto-cobertura dos riscos de acidentes de trabalho.

Taxa de Incidência = (N.º de acidentes de trabalho / N.º de pessoas expostas ao risco) x 100 000.

No cálculo desta taxa o denominador tem por base os dados do Inquérito ao Emprego do INE.

Definições:

Acidente de trabalho - ocorrência imprevista, durante o tempo de trabalho, que provoque dano físico ou mental. A expressão ‘durante o tempo de trabalho’ é entendida como no ‘decorrer da actividade profissional ou durante o período em serviço’. São abrangidos os acidentes de viagem, de transporte ou de circulação durante uma deslocação em serviço; acidentes de viação durante o tempo de trabalho; intoxicação aguda; actos voluntários de terceiros; agressões ou quedas num local público ou em qualquer meio de transporte durante uma deslocação em serviço. São excluídos: os ferimentos auto-infligidos; acidentes que se devem unicamente a causas médicas e doenças profissionais; acidentes que ocorram no percurso para o local de trabalho ou no regresso deste (acidentes de trajecto); pessoas estranhas à empresa, sem qualquer actividade profissional. (Fonte: INE)

Acidente de Trabalho Mortal - acidente de que resulte a morte da vítima num período de um ano (após o dia) da sua ocorrência. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

A definição de acidente de trabalho está estipulada no Decreto-Lei n.º 99/2003, de 27 de Agosto, art.º 281 a 301. É acidente de trabalho o sinistro, entendido como acontecimento súbito e imprevisto, sofrido pelo trabalhador que se verifique no local e no tempo de trabalho.

Os soterramentos, sendo que as principais causas destes acidentes estão relacionadas com o não cumprimento das regras de segurança e com a não utilização dos dispositivos de segurança ou utilização desadequada.

O número total de acidentes de trabalho apurado em 2002 foi 248 097, dos quais 357 são mortais. Comparativamente a 1990, o número total de acidentes decresceu, denotando-se porém um acentuado acréscimo desde 1998. Contrariamente, a sinistralidade mortal cresceu desde 1990, verificando-se um ligeiro decréscimo a partir de 2000.

A taxa de incidência por actividade económica – indicador que reflecte as ocorrências relativamente à população em risco – revela que as actividades com maior incidência de sinistralidade são as “Indústrias Extractivas” e a “Construção”, embora, em valores absolutos, sejam as “Indústrias Transformadoras” que detêm o maior número de acidentes. A “Construção” e as “Indústrias Transformadoras” correspondem também às actividades com maior número de acidentes mortais.

No contexto da UE, Portugal apresenta uma taxa de incidência de acidentes mortais superior à média da UE-15 e UE-25 e uma taxa de acidentes não mortais inferior a ambas as médias.

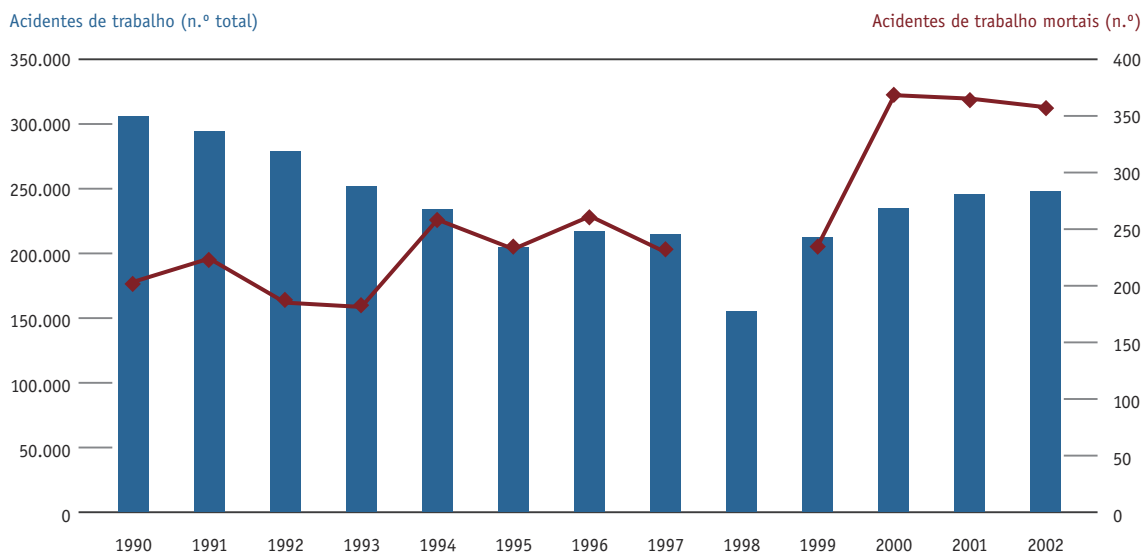
Tendo em conta o número de mortes que ocorreram nos últimos anos, cabe às entidades empregadoras assegurarem que cumprem a legislação e optarem por investir na prevenção, adoptando medidas de segurança. A consciencialização e a formação dos trabalhadores no local de trabalho são a melhor forma de prevenir acidentes.

mais informação

<http://www.mtss.gov.pt>
<http://www.gep.mtss.gov.pt/>
<http://www.min-saude.pt/Portal/>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>
<http://www.eurofound.europa.eu/>

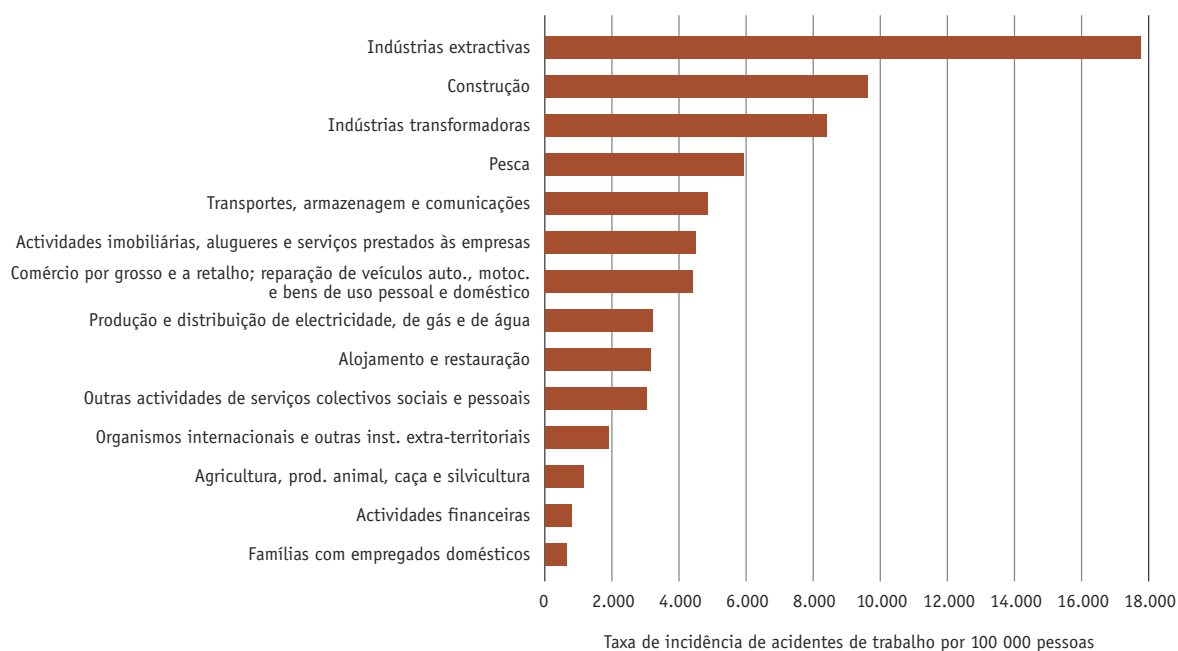
representações gráficas

2 a) Acidentes de trabalho - totais e mortais



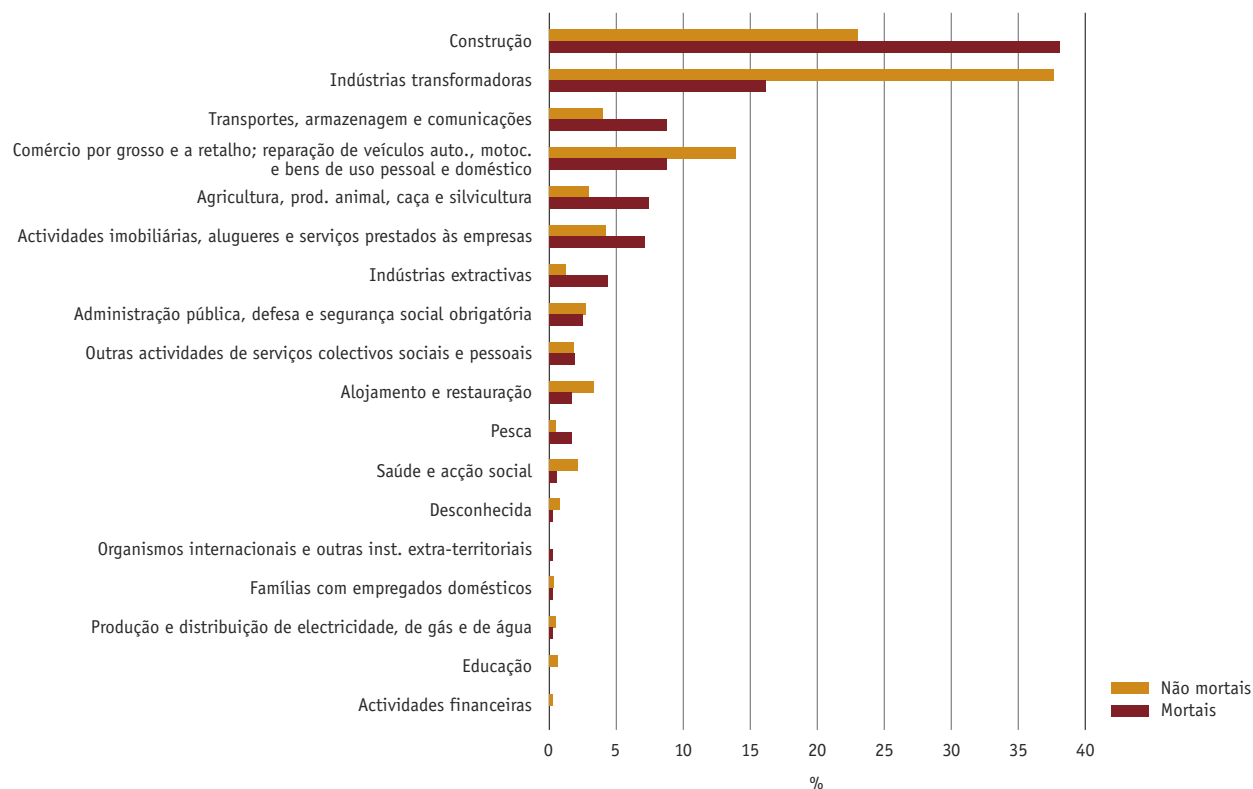
Fonte: INE, 2004

2 b) Taxa de incidência de acidentes de trabalho por 100 000 pessoas, por actividade económica, em 2001



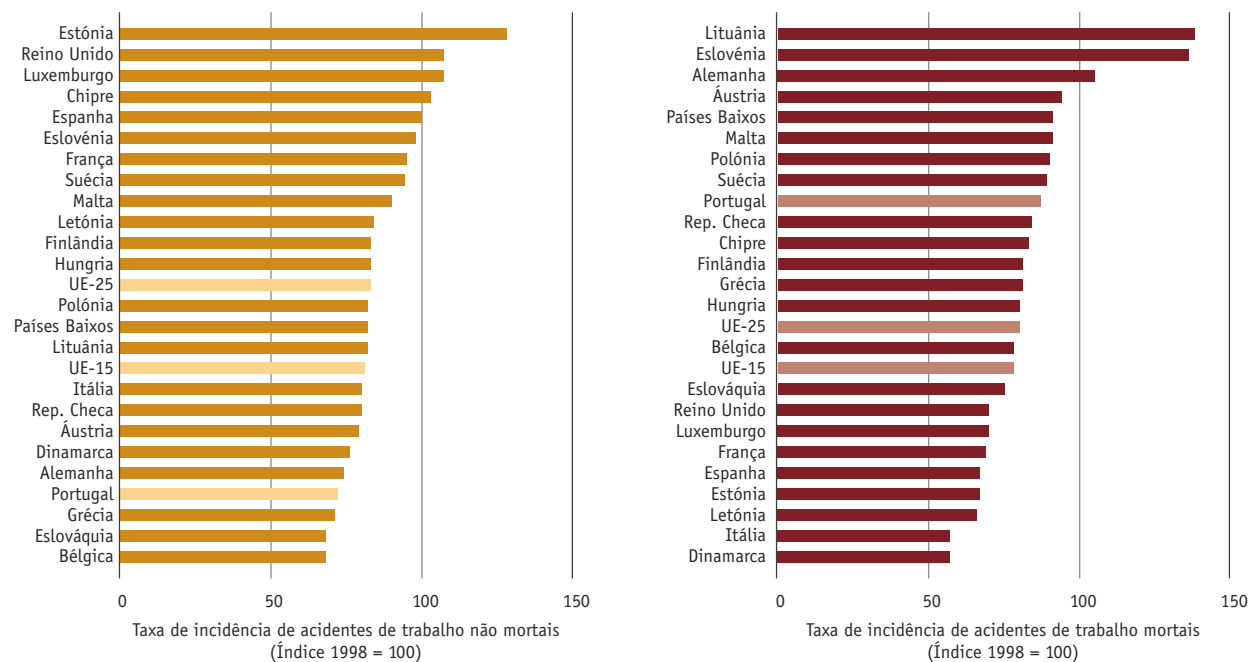
Fonte: MSST-DGEEP, 2006

2 c) Acidentes de trabalho mortais e não mortais, relativos aos acidentes totais, por actividade económica, em 2001



Fonte: MSST-DGEEP, 2006

2 d) Taxa de incidência de acidentes de trabalho mortais e não mortais, na UE-25, em 2003



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS

SIDS regional SIM

indicador-chave NÃO

tema(s)

CULTURA

tema(s) UE

NÃO APLICÁVEL

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

NÃO DEFINIDA

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

1º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem de indivíduos; horas.

fonte(s)

INE

descrição

Tempo despendido em actividades familiares, actividades sociais, actividades culturais, a praticar actividades de voluntariado e de solidariedade social, a relaxar e a ver televisão.

Relativamente ao tempo médio diário (dia médio) que os portugueses despendem a realizar este tipo de actividades, denota-se que a actividade na qual despedem mais tempo é com os audiovisuais (televisão, vídeo e computador) e em festas, bailes e discotecas, aproximadamente 2 horas e 20 minutos por dia. De referir que as horas correspondem a dias médios e não a dias úteis.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

mais informação

<http://www.ine.pt>

<http://www.eurofound.europa.eu/>

metodologia

O tempo despendido em actividades sócio-culturais traduz a percentagem de indivíduos com 15 e mais anos que considera determinada actividade como sendo uma das três com as quais despende mais tempo.

A frequência das actividades sócio-culturais traduz a percentagem de indivíduos, com 15 e mais anos, que realizou determinada actividade frequentemente, nos últimos 12 meses.

A duração média das actividades sócio-culturais traduz o número de horas por dia médio, despendido a realizar determinada actividade.

A visualização de televisão traduz a percentagem de indivíduos que visiona televisão mais de duas horas por dia, na UE.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

Em Portugal, a maioria dos indivíduos despende mais tempo em actividades familiares e a relaxar do que a realizar actividades sociais e culturais.

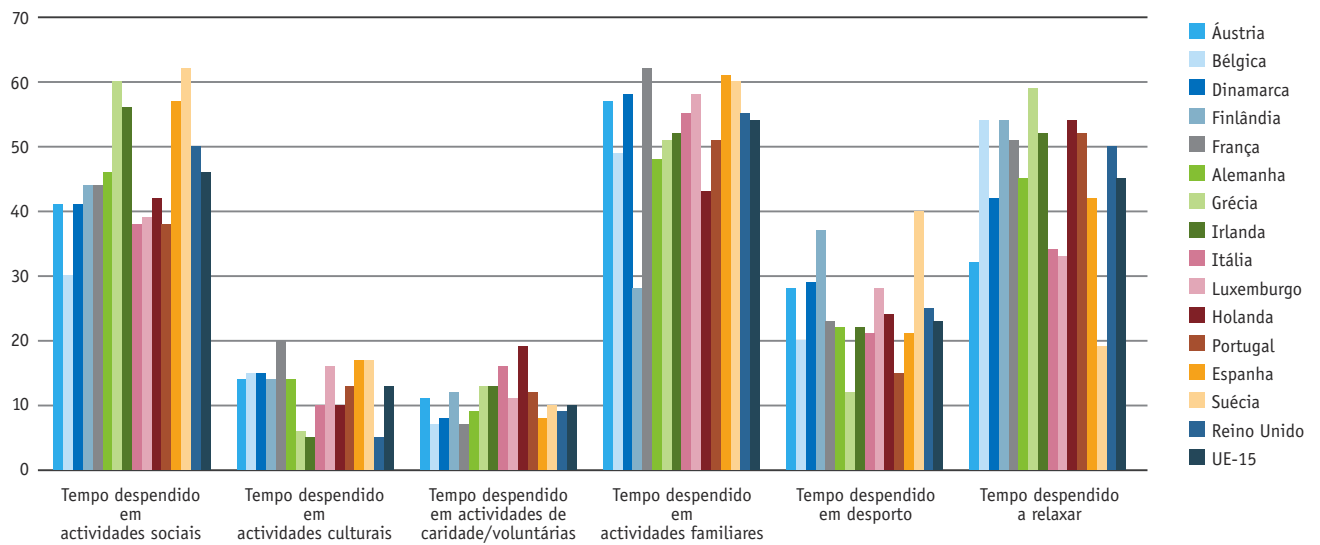
Relativamente à regularidade de realização de diferentes actividades sócio-culturais em 1999, as práticas de sociabilidade – “visitar e ser visitado”, “ir comer fora com familiares ou amigos” – apresentavam-se, nesse ano, como as mais importantes do conjunto. De facto, essas duas actividades eram as únicas comuns a uma clara maioria dos portugueses maiores de 15 anos: respectivamente 51% e 18% da população realizava-as frequentemente.

Praticar desporto correspondia à terceira actividade praticada frequentemente pela população com mais de 15 anos. Um outro tipo de actividades sócio-culturais reporta-se a associativismo, práticas amadoras e jogos. Este conjunto abarca um leque diversificado de actividades: jogar às cartas, xadrez, damas; frequentar associações recreativas; praticar desporto; cantar num coro, tocar numa banda, fazer dança amadora, actuar num grupo de teatro. Tal diversidade reflecte-se também no facto de as actividades referidas serem desigualmente partilhadas pelo conjunto da população. De qualquer forma, todas elas eram, em 1999, em maior ou menor grau, realizadas por uma minoria dos portugueses. Das quatro, a prática de desporto equivale ao hábito mais comum (a 16% dos portugueses). O associativismo, correspondia a uma prática relativamente menos expressiva (partilhada por 7% da população).

representações gráficas

3 a) Tempo despendido em algumas actividades sócio-culturais pela população com 15 ou mais anos, em 1999, na UE-15

Tempo despendido (% de indivíduos)



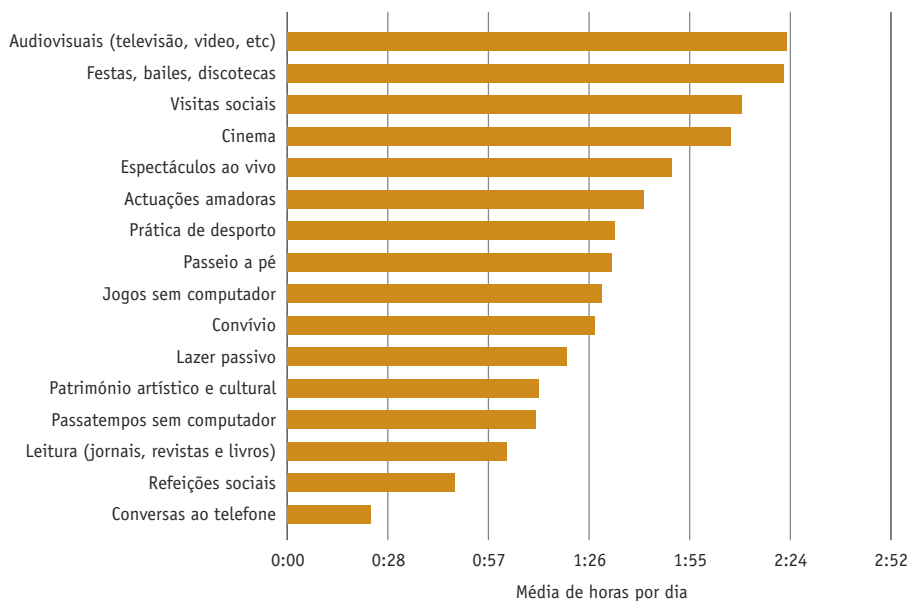
Fonte: European Foundation for the improvement of Living and Working Conditions - EurLife database, 2006

3 b) Frequência das actividades sócio-culturais praticadas nos últimos 12 meses pela população com 15 ou mais anos), em 1999, relativa ao total da população inquirida do mesmo grupo etário



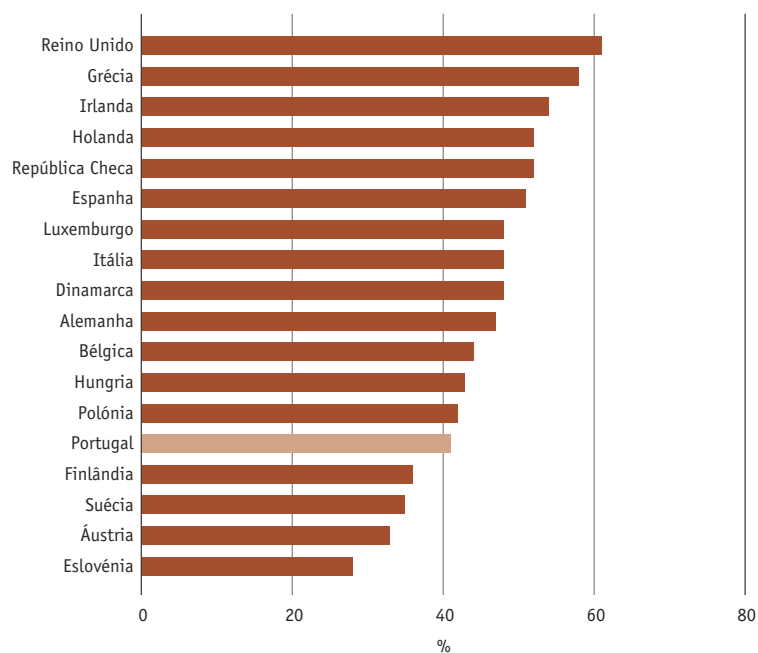
Fonte: INE, 2006

3 c) Duração Média das Actividades de Lazer, realizadas pela população com 15 ou mais anos (média de horas diárias), em 1999



Fonte: INE, 2006

3 d) Visualização de Televisão, em 2003



Fonte: European Foundation for the improvement of Living and Working Conditions - EurLife database, 2006

nome do indicador AGENDAS 21 LOCAIS

SIDS regional SIM

indicador-chave NÃO

tema(s)GOVERNANÇA
INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL**tema(s) UE**

BOA GOVERNANÇA

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

VARIÁVEL

dimensão de desenvolvimento sustentável

INSTITUCIONAL

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número de municípios.

fonte(s)

APA; ICLEI

descrição

Municípios portugueses com Agenda 21 Local. Este indicador traduz o compromisso das autoridades locais com o desenvolvimento sustentável.

documentos de referência

- Agenda 21 Local;
- Carta de Aalborg, Compromissos de Aalborg.

metodologia

Contabilização do número de municípios portugueses com Agenda 21 Local.

Os dados para esta contabilização tiveram origem no 2º inquérito por questionário às autoridades locais, levado a cabo pelo International Council for Local Environmental Initiatives (ICLEI), em 2002. Este estudo procurou identificar o nível de actividades das Agendas 21 Locais em todo o mundo, bem como as áreas prioritárias para as comunidades locais.

Definições:

Agenda 21 Local - processo participativo, multi-sectorial, para atingir os objectivos da Agenda 21 no nível local, através da preparação e implementação de um plano de acção estratégico de longo prazo dirigido às prioridades locais para o desenvolvimento sustentável. (Fonte: ICLEI)

objectivos e metas

Uma das medidas previstas no Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) para o período 2007-2013 é a promoção da Agenda 21 Local, com o objectivo específico de aumentar o número de municípios com Agenda 21 Local. Para este indicador, o QREN prevê que, no final do seu período de vigência, 100% dos municípios portugueses tenham j Agenda 21 Local.

análise sumária

O 2º Inquérito sobre Agendas 21 Locais, realizado pelo ICLEI em 2001, destaca uma tendência de aumento contínuo do compromisso das autoridades locais com o desenvolvimento sustentável. Este crescimento deveu-se principalmente aos governos locais com a participação activa das suas comunidades. Associações governamentais locais, governos nacionais, instituições internacionais, grupos comunitários, organizações não-governamentais e muitos outros deram o seu apoio e constituem os principais parceiros nestes processos.

Os resultados desta pesquisa indicam que, em dez anos, 6 416 governos locais em 113 países de todo o mundo participaram em actividades ligadas a Agendas 21 Locais. Nestes países de todo o mundo, tanto governos como cidadãos têm trabalhando em conjunto no sentido de assegurar comunidades seguras, equitativas e sustentáveis. Têm-se actuado em diversas questões prioritárias, como sejam: gestão da água, desemprego, pobreza, saúde e alterações climáticas.

A grande maioria dos processos de Agendas 21 Locais, a decorrer em todo o mundo, verifica-se na Europa, onde 5 292 municípios já têm ou iniciaram o processo, o que corresponde a mais de 80% do total mundial. Constatou-se também um aumento significativo no número de países tendo um ou mais processos em curso, inclusive 28 países em África.

Para este crescimento acentuado vieram contribuir diversas campanhas nacionais e associações regionais. A Campanha pelas Cidades Sustentáveis Europeias (The European Sustainable Cities and Towns Campaign) incentivou mais de 1 400 municípios a aderirem ao desenvolvimento sustentável, assinando a Carta de Aalborg.

A 4ª Conferência Europeia das Cidades e Vilas Sustentáveis (conhecida por Aalborg+10) aprovou os Compromissos de Aalborg a 12 de Junho de 2004, que reforçam e actualizam os objectivos da Agenda 21 Local.

À data da Conferência e ainda no final de Dezembro de 2004, dos 308 municípios portugueses, apenas Mértola e Seia tinham assinado os Compromissos de Aalborg, sendo pioneiros nas preocupações pelo desenvolvimento sustentável, a nível local, em Portugal. Em Março de 2005, seis municípios portugueses tinham já assinado os Compromissos de Aalborg: Mértola, Seia, Manteigas, Matosinhos, Oliveira de Frades e Vidigueira, representando 2% do total de municípios. Almada já tornou pública a sua intenção de assinar.

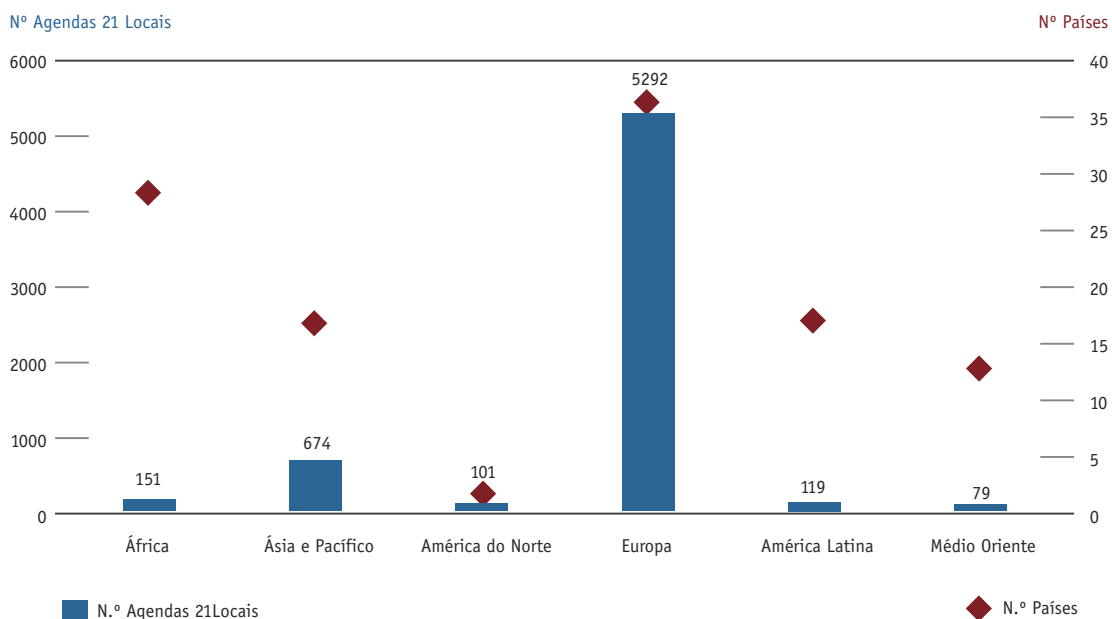
mais informação

<http://www.iclei.org>

<http://www.aalborgplus10.dk/>

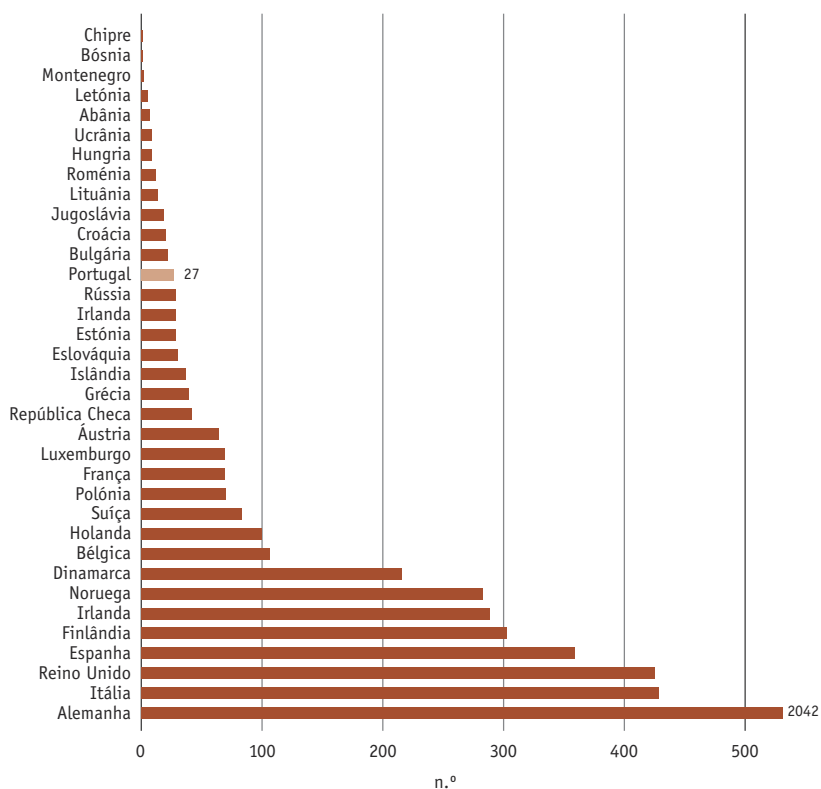
representações gráficas

4 a) Agendas 21 Locais por Continente, em 2001



Fonte: ICLEI, 2002

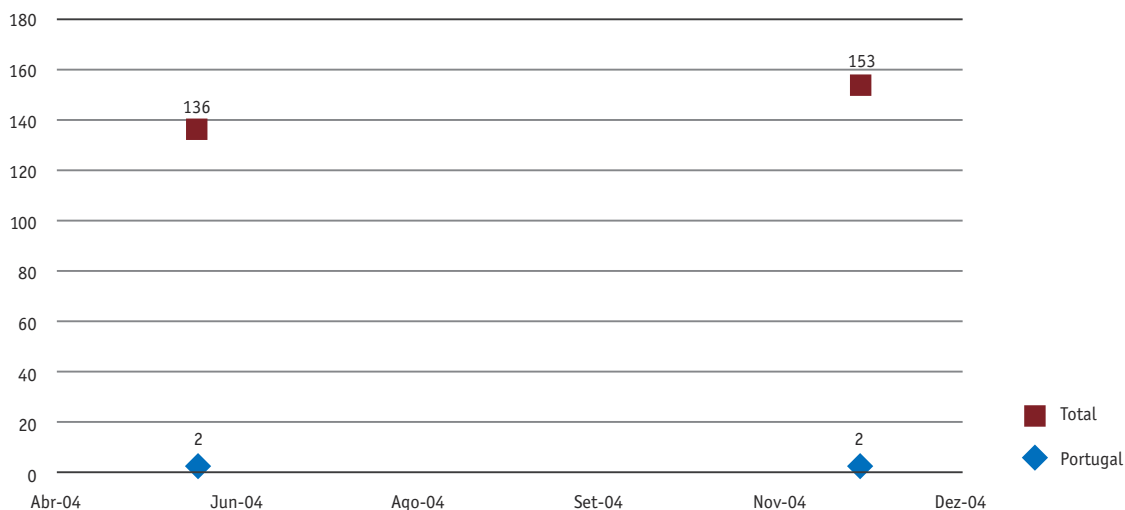
4 b) Agendas 21 Locais na Europa, em 2001



Fonte: ICLEI, 2002

4 c) Evolução dos signatários dos Compromissos de Aalborg desde a Conferência Aalborg+10, em Junho 2004

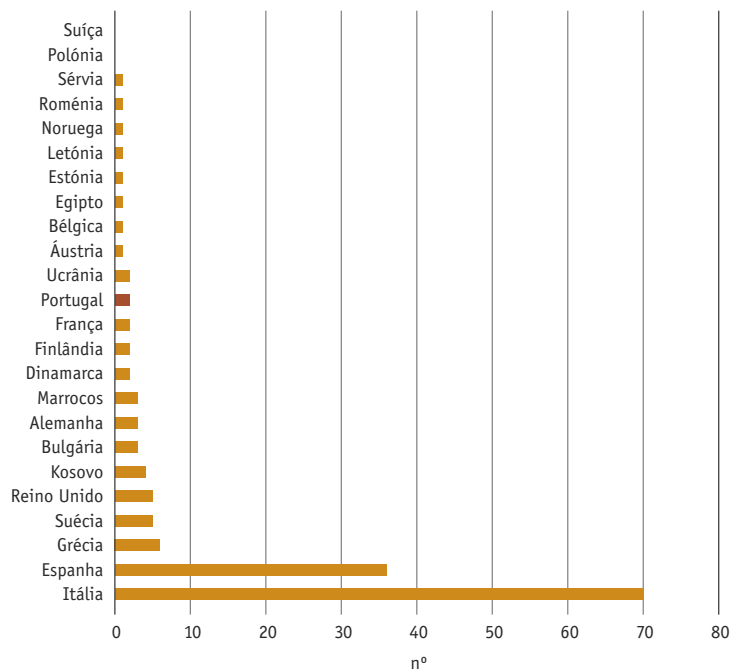
Signatários dos compromissos de Aalborg (nº)



Nota: Os dados apresentados são para a data da Conferência de Aalborg+10 (9-11 Junho 2004), como data de referência, e para o final de cada ano.

Fonte: The Aalborg Commitments Secretariat, 2005

4 d) Signatários dos Compromissos de Aalborg por país, em 2004



Fonte: The Aalborg Commitments Secretariat, 2005

nome do indicador AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO - APD

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
GOVERNANÇA**tema(s) UE**

COOPERAÇÃO GLOBAL

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

INSTITUCIONAL

objectivos da ENDS 2015

6º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem do Produto Nacional Bruto (PNB).

fonte(s)

OCDE

descrição

Empréstimos, doações e cooperação técnica, provenientes do sector público, a países em desenvolvimento.

documentos de referência

- Guia da APD (IPAD-MNE);
- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ONU);
- Uma Visão Estratégica Para a Cooperação Portuguesa (IPAD, 2006).

metodologia

Contabilização do valor total da Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) em percentagem do Produto Nacional Bruto (PNB).

De acordo com as Nações Unidas, a assistência pública ao desenvolvimento, prestada ou recebida por um país beneficiário, inclui empréstimos (excluindo empréstimos militares) ou doações a países em desenvolvimento com vista à promoção do desenvolvimento económico e da qualidade de vida. Doações incluem despesas, líquida ou em termos de apoio técnico, onde o reembolso não é exigido.

Definições:

Ajuda Pública ao Desenvolvimento - ajuda fornecida pelos organismos públicos dos países doadores aos países em desenvolvimento e tem por objectivo principal a promoção do desenvolvimento económico e do bem-estar das suas populações, sendo fornecida em condições financeiras favoráveis ao beneficiário (Fonte: IPAD).

Países em desenvolvimento - países que apresentaram, nos últimos três anos, um rendimento nacional bruto per capita inferior a \$9 206 (Fonte: Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE).

Produto Nacional Bruto (ou rendimento nacional bruto) - soma dos saldos brutos dos rendimentos primários (Fonte: INE).

objectivos e metas

As Nações Unidas estabeleceram como meta para assistência financeira ao desenvolvimento 0,7% do Produto Nacional Bruto (PNB). Na Conferência Internacional sobre Financiamento do Desenvolvimento da ONU, que teve lugar em Maio de 2002 em Monterey (México), os Estados-membros reiteraram o objectivo de dedicar 0,7% do PNB à APD. Para se alcançar este objectivo foi estabelecida uma meta intermédia: os países da UE comprometeram-se, no Conselho Europeu de Barcelona (Março de 2002), a atingir o valor médio de 0,39% do PNB para efeitos de APD até 2006, sendo que nenhum país poderia ter individualmente uma contribuição inferior a 0,33%. O Conselho Europeu de 16 e 17 de Junho de 2005 decidiu acrescentar uma nova meta colectiva neste percurso faseado até se atingir 0,7% do PNB em 2015: em 2010 dever-se-á atingir 0,56% do PNB em APD. Neste contexto deverão ser simultaneamente envidados esforços para garantir a qualidade e a eficácia do apoio dado.

análise sumária

A Ajuda Pública ao Desenvolvimento (APD) pode assumir diversas formas, de que são exemplo apoio à execução de projectos ou programas, apoio orçamental directo, fornecimento de bens e serviços, operações de alívio de dívida ou contribuições para organizações não governamentais ou para organismos multilaterais. Esta assistência financeira ao desenvolvimento provém dos 22 países doadores membros do Comité de Ajuda ao Desenvolvimento (CAD) da OCDE, da Comissão Europeia ou de outras organizações internacionais (e.g.: ONU, Banco Mundial, entre outros).

No caso de Portugal, a APD fornecida ainda não atingiu a meta estabelecida pela ONU para 2015. No entanto, em 2004 ultrapassou a meta prevista para 2006 pela UE, embora no ano seguinte este valor tenha baixado novamente. A cooperação portuguesa canaliza a maior parte da sua ajuda externa bilateralmente. Até 1998, mais de 97% da APD bilateral era direccionada a países com os mais baixos níveis de rendimento per capita, nomeadamente os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, PALOP. No entanto, desde 1999, e na sequência do apoio prestado por Portugal no processo de independência de Timor Leste, esta predominância deixou de se verificar, tendo Timor Leste passado a ser o principal destinatário da APD portuguesa. Em 2004, e como resultado de uma reestruturação concessional da dívida angolana, Angola passou a ocupar o primeiro lugar como principal beneficiário da APD bilateral portuguesa. No ano 2005 Cabo Verde foi o principal receptor da APD portuguesa.

No âmbito da União Europeia, Portugal ocupou, no ano de 2003, o 12º lugar em termos de assistência financeira para o desenvolvimento.

mais informação

<http://www.ipad.mne.gov.pt>

http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_goals.asp

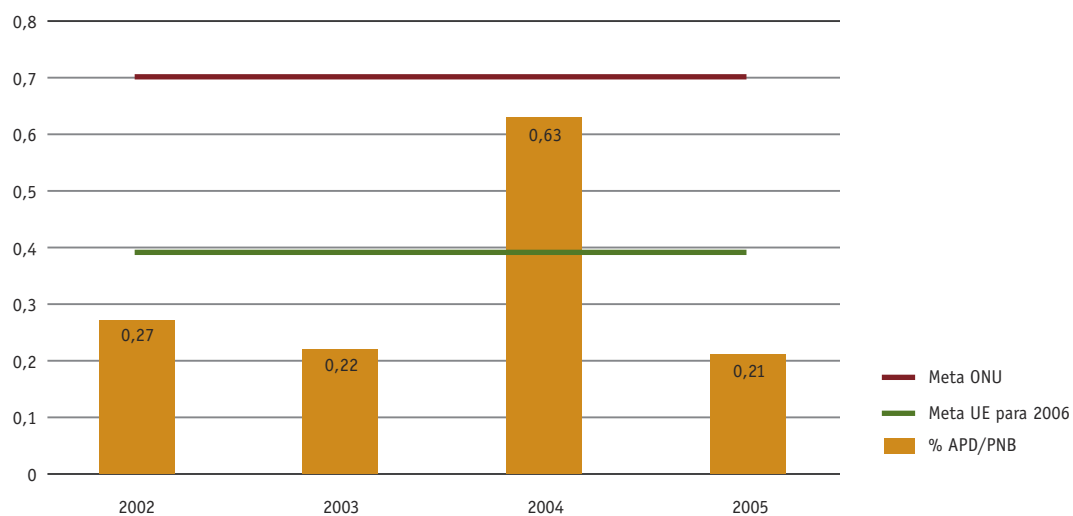
<http://www.un.org/millenniumgoals/>

<http://www.undp.org/mdg/>

representações gráficas

5 a) Ajuda Pública ao Desenvolvimento portuguesa

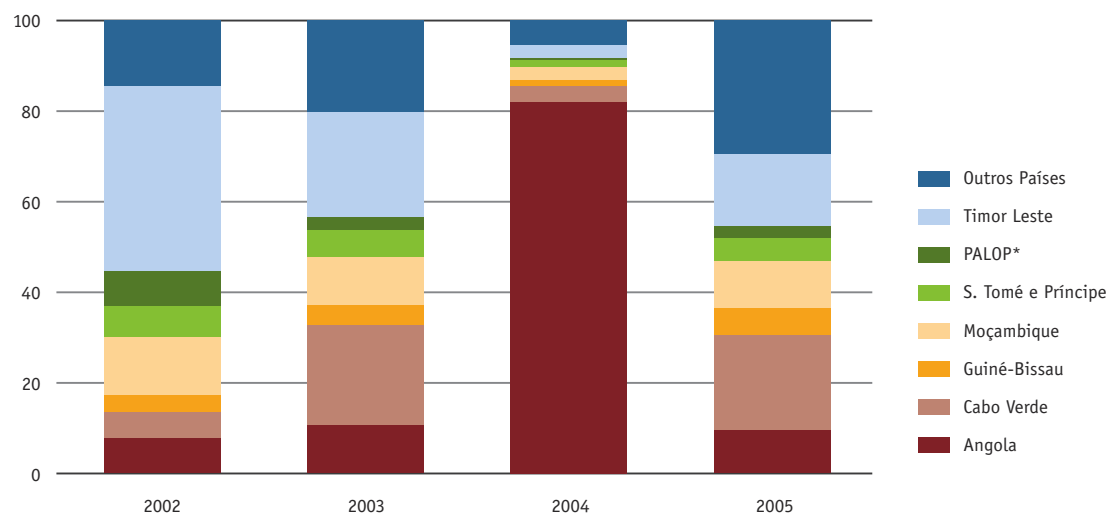
APD Portuguesa(%PNB)



Fonte: IPAD-MNE, 2006

5 b) Proporção da Ajuda Pública ao Desenvolvimento bilateral portuguesa por país de destino

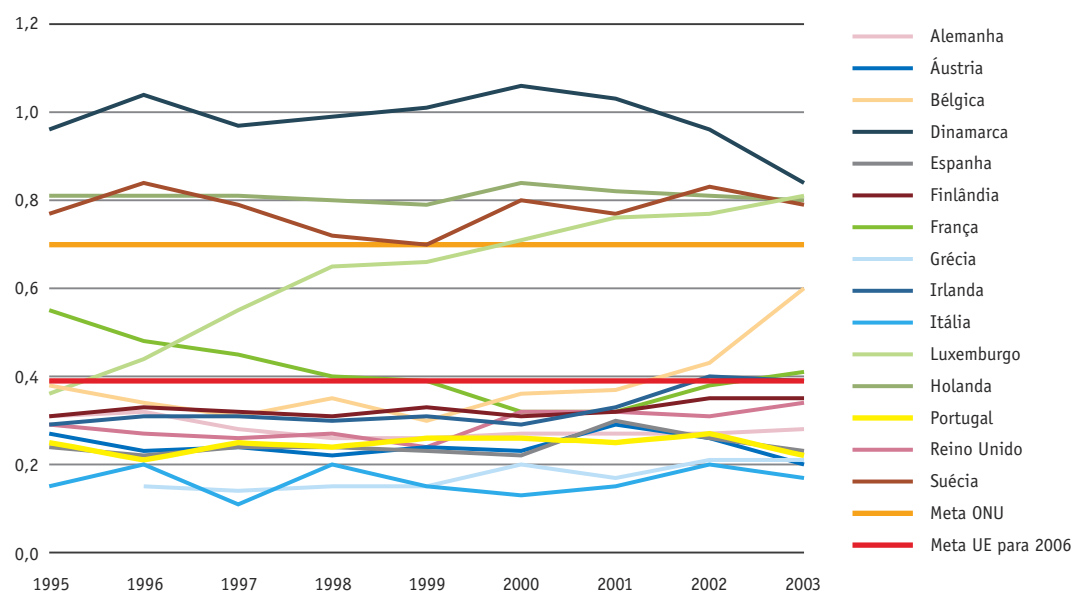
APD bilateral Portuguesa(%)



Fonte: IPAD-MNE, 2006

5 c) Ajuda Pública ao Desenvolvimento na UE-15

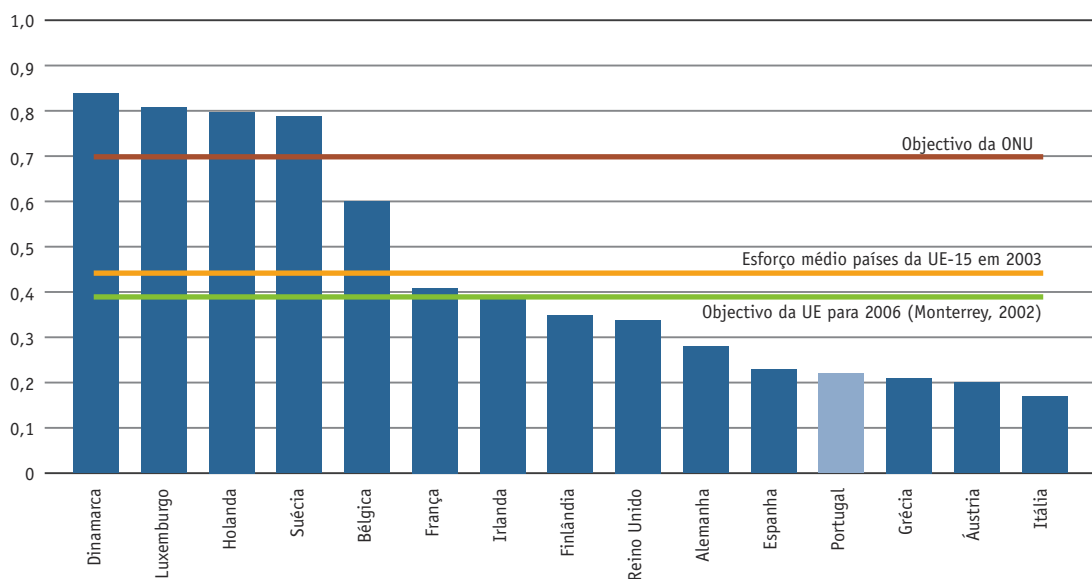
% do PNB



Fonte: OECD, 2006

5 d) Ajuda Pública ao Desenvolvimento na UE-15 em 2003

% do PNB



Fonte: OECD, 2006

nome do indicador **ÁREA FLORESTAL CERTIFICADA**

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)FLORESTA
INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL**tema(s) UE**PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO
GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS**categorias do modelo DPSIR**

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Hectares.

fonte(s)

PEFC Portugal; FSD Portugal

descrição

Proporção de área territorial ocupada por floresta que está certificada de acordo com normas internacionais.

mais informação

<http://www.pefc-portugal.cffp.pt/>
<http://www.dgrf.min-agricultura.pt/>
http://ec.europa.eu/environment/forests/home_en.htm

documentos de referência

- Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto);
- Estratégia Nacional para as Florestas (RCM n.º 114/2006, de 15 de Setembro);
- NP 4406/2003: Sistemas de Gestão Florestal Sustentável – Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável;
- Código de Boas Práticas para uma Gestão Florestal Sustentável – Documento complementar da NP 4406/2003;
- Forest Stewardship Council Internacional Standard.

metodologia

Contabilização da área florestal certificada de acordo com a Norma Portuguesa 4406 (NP 4406:2003) “Sistemas de Gestão Florestal Sustentável – Aplicação dos critérios pan-europeus para a gestão florestal sustentável” e com os critérios e princípios do Forest Stewardship Council (FSC).

objectivos e metas

A “Estratégia Nacional para as Florestas” estabelece que em 2013 a área certificada deverá atingir os 500 000 ha e mais de 20 % dos produtos lenhosos e cortiça deverão estar certificados; e que em 2030 75% da área florestal deverá estar certificada.

análise sumária

A certificação da gestão florestal é um processo voluntário, suportado pelos actores da produção, comercialização e indústria, assim como, em sede de consulta pública, organizações ambientalistas e todos os interessados na gestão florestal. Este processo permite evidenciar, através da emissão de certificados e da justaposição de um logo nos produtos florestais, que estes tiveram origem numa floresta gerida de acordo com determinados princípios, critérios e indicadores de gestão florestal sustentável, que asseguram, além dos objectivos económicos, o cumprimento das responsabilidades legais, ambientais e sociais.

O percurso da madeira desde a floresta ao consumidor, designado como cadeia de responsabilidade, também é certificado. Num processo de certificação as florestas são avaliadas de acordo com normas e padrões previamente definidos.

Em 2005 surge a primeira área florestal com certificação de gestão florestal ao nível individual pelos sistemas PEFC e FSC. Actualmente estão certificados 50 012 hectares, pelo PEFC e 73 612 hectares, pelo FSC, dos quais 912 correspondem a área de sobreiro.

nome do indicador ÁREA FLORESTAL INTEGRADA EM ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL - ZIF

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

FLORESTA
INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Hectares.

fonte(s)

DGRF

descrição

Área florestal integrada em Zonas de Intervenção Florestal (ZIF).

documentos de referência

- Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto);
- Estratégia Nacional para as Florestas (RCM n.º 114/2006, de 15 de Setembro).

metodologia

Contabilização da área florestal integrada em Zonas de Intervenção Florestal - ZIF.

Definições:

ZIF - área territorial contínua, constituída na sua maioria por espaços florestais, sujeita a um plano de gestão florestal e a um plano de defesa da floresta e gerida por uma única entidade.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

São objectivos fundamentais das Zonas de Intervenção Florestal (ZIF) promover a gestão sustentável dos espaços florestais que as integram; coordenar, de forma planeada, a protecção dos espaços florestais e naturais; reduzir as condições de ignição e de propagação de incêndios; coordenar a recuperação dos espaços florestais e naturais quando afectados por incêndios; dar coerência territorial e eficácia à acção da administração central e local e dos demais agentes com intervenção nos espaços florestais.

A constituição de uma ZIF obriga à existência de um plano de gestão florestal e de um plano de defesa da floresta de carácter vinculativo para todos os proprietários e produtores florestais abrangidos pela área territorial da ZIF. A constituição dessas zonas é estritamente da iniciativa privada local, podendo ser dinamizada por entidades públicas da administração central e local.

mais informação

<http://www.dgrf.min-agricultura.pt/>

http://europa.eu.int/comm/environment/forests/home_en.htm

representações gráficas

7 a) Distribuição das ZIF no Continente



Fonte: DGRF, 2007

7 b) Distribuição das ZIF na Circunscrição Florestal do Norte



Fonte: DGRF, 2007

7 c) Distribuição das ZIF na Circunscrição Florestal do Centro



Fonte: DGRF, 2007

7 d) Distribuição das ZIF na Circunscrição Florestal do Sul



Fonte: DGRF, 2007

nome do indicador ÁREAS CLASSIFICADAS PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

NATUREZA E BIODIVERSIDADE

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

ICNB; Comissão Europeia

descrição

Áreas Protegidas integradas na Rede Nacional de Áreas Protegidas e na Rede Natura e respectiva superfície ocupada.

território que se revelem de maior importância para essas espécies. As ZPE declaradas integram directamente a Rede Natura 2000. (Fonte: ICN).

documentos de referência

- Convenção sobre a Diversidade Biológica (UNEP/ONU, 1992);
- Estratégia da Comunidade Europeia em matéria de Diversidade Biológica (CE/UE, 1998);
- Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RCM n.º 152/2001, de 11 de Outubro);
- Plano Sectorial Rede Natura 2000 – versão para Discussão Pública (ICN/MATODR, Janeiro 2006).

objectivos e metas

A “Estratégia Renovada da UE para o Desenvolvimento Sustentável”, aprovada em Junho de 2006, reassume a meta de “suster o declínio da biodiversidade na UE e contribuir para uma redução considerável da taxa de perda de biodiversidade a nível mundial, até 2010”, fixada pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, de 1992.

A ENDS 2015 estabelece que até 2008 todas as áreas protegidas e todos os sítios da Rede Natura 2000 devem ter planos de ordenamento e gestão eficazes.

metodologia

São inventariadas as Áreas Protegidas incluídas na Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) e na Rede Natura, e calculada a razão percentual entre a respectiva área e a área do território nacional. Identifica-se a superfície abrangida da Rede Nacional de Áreas Protegidas que é objecto de planos de ordenamento aprovados e a superfície abrangida da Rede Natura que é objecto de planos de gestão.

análise sumária

Ao longo das três últimas décadas tem-se registado um acentuado incremento na criação de áreas protegidas no território continental, tanto em número como em superfície.

A Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) ocupa actualmente cerca de 667 027 ha terrestres distribuídos por 1 Parque Nacional, 13 Parques Naturais, 9 Reservas Naturais, 2 Paisagens Protegidas, 4 Paisagens Protegidas de Interesse Regional, 10 Sítios Classificados e 5 Monumentos Naturais. Em 2005 cerca de 65% da superfície das áreas protegidas estava abrangida por Planos de Ordenamento.

Em Portugal continental estão classificadas 29 ZPE e 60 Sítios, encontrando-se Monchique e Caldeirão em processo de classificação como ZPE. Estas áreas classificadas abrangem uma superfície total terrestre de 1 820 978 ha, o que corresponde a cerca de 20,5% do território do Continente. No conjunto, as áreas terrestres classificadas ao abrigo das Directivas Aves e Habitats e a RNAP correspondem aproximadamente a 21,3% da superfície do território continental português.

Embora a Rede ainda não esteja totalmente implantada, têm-se vindo a registar progressos consideráveis, quer ao abrigo da Directiva Aves, actualmente com uma área designada equivalente a 10% do território da UE, como da Directiva Habitats, ao abrigo da qual foi proposta para protecção uma área equivalente a 12% do território dos Estados-membros. No entanto, ainda existem insuficiências em relação a determinadas espécies e regiões da UE, pelo que é necessário designar mais Sítios.

Algumas ZPE encontram-se parcial ou integralmente abrangidas por áreas dos Sítios da Lista Nacional (dos quais alguns foram entretanto designados como SIC), ou vice-versa. Verificam-se também sobreposições com a RNAP, que ao conjunto, as áreas terrestres classificadas ao abrigo das Directivas Aves e Habitats e a RNAP correspondem aproximadamente a 21,3% da superfície do território continental português.

No que respeita ao ordenamento e gestão do território das áreas classificadas no âmbito da Rede Natura 2000 que coincidem com os territórios da RNAP, são aplicáveis os Planos Especiais de Ordenamento destas Áreas Protegidas. Em áreas não abrangidas por Áreas Protegidas, devem os instrumentos de gestão territorial aplicáveis garantir a conservação dos valores naturais que justificaram a criação das áreas de Rede Natura 2000.

Definições:

Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP) - abrange áreas protegidas de âmbito nacional – Parque Nacional, Reserva Natural, Parque Natural e Monumento Natural –, de âmbito regional ou local – Paisagem Protegida – e áreas protegidas de estatuto privado – Sítio de Interesse Biológico. (Fonte: ICN)

Rede Natura 2000 - rede ecológica para o espaço comunitário resultante da aplicação das Directivas n.º 79/409/CEE (Directiva Aves) e n.º 92/43/CEE (Directiva Habitats), (ambas transpostas e harmonizadas para o direito interno através do Decreto-Lei n.º 140/99 de 24 de Abril com a nova redacção que lhe é dada pelo Decreto-Lei n.º 49/2005 de 24/ de Fevereiro). Esta Rede é formada por Zonas de Protecção Especial (ZPE), estabelecidas ao abrigo da Directiva Aves, e por Zonas Especiais de Conservação (ZEC), criadas ao abrigo da Directiva Habitats.

Cada Estado-membro deve elaborar uma Lista Nacional de Sítios a ser apresentada à Comissão Europeia com base em critérios estabelecidos nos anexos da Directiva Habitats, que visa assegurar a biodiversidade através da conservação dos 189 habitats naturais e das 788 espécies da flora e da fauna selvagens considerados ameaçados no território da UE e/ou que representam a biodiversidade europeia (excluindo as aves). Seguidamente, a partir das várias Listas Nacionais e através de um processo de análise e discussão entre os Estados-membros e a Comissão Europeia, são seleccionados os Sítios de Importância Comunitária (SIC), por Região Biogeográfica. Após seis anos, cada Estado-membro deve designar estes SIC como Zonas Especiais de Conservação (ZEC) que passam a integrar a Rede Natura 2000.

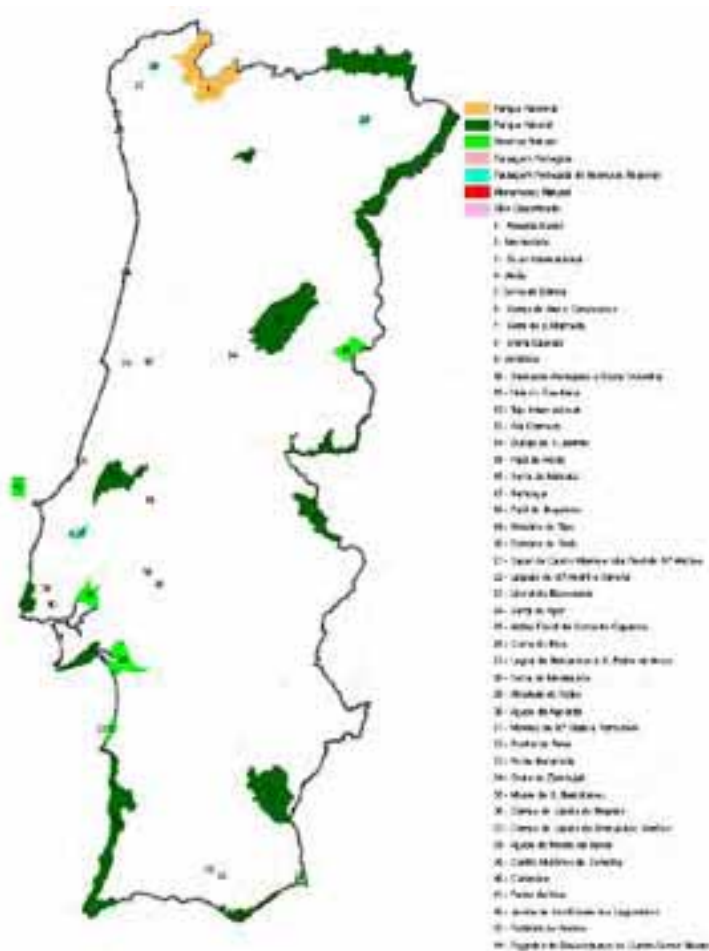
As Zonas de Protecção Especial (ZPE) designadas pelos Estados-membros nos termos da Directiva n.º 79/409/CEE, do Conselho, de 2 de Abril, mais conhecida por Directiva “Aves”, visam garantir a protecção das populações selvagens das 181 espécies de aves no território da União Europeia. Cada Estado-membro deverá classificar como ZPE as áreas e os habitats do seu

mais informação

<http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT/>
<http://ec.europa.eu/environment/nature/home.htm>
<http://www.biodiv.org/default.shtml>

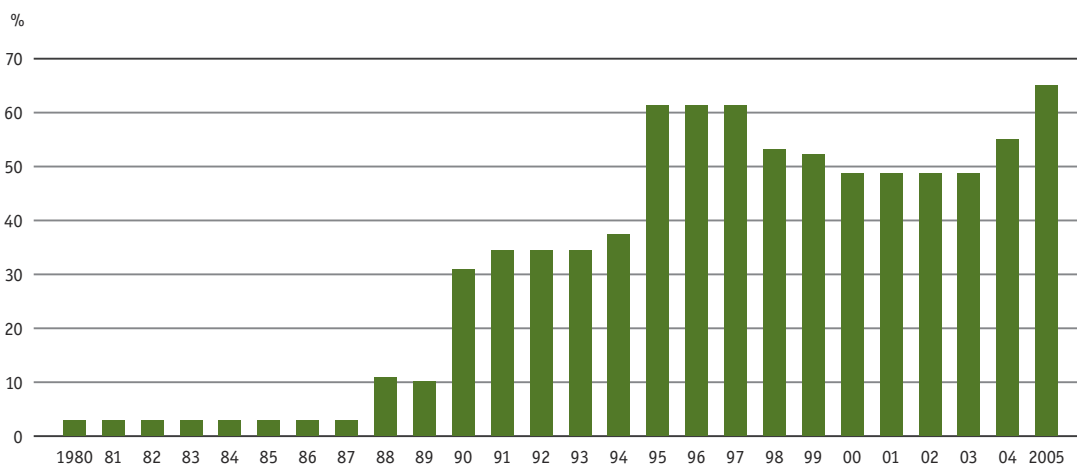
representações gráficas

8 a) Rede Nacional de Áreas Protegidas



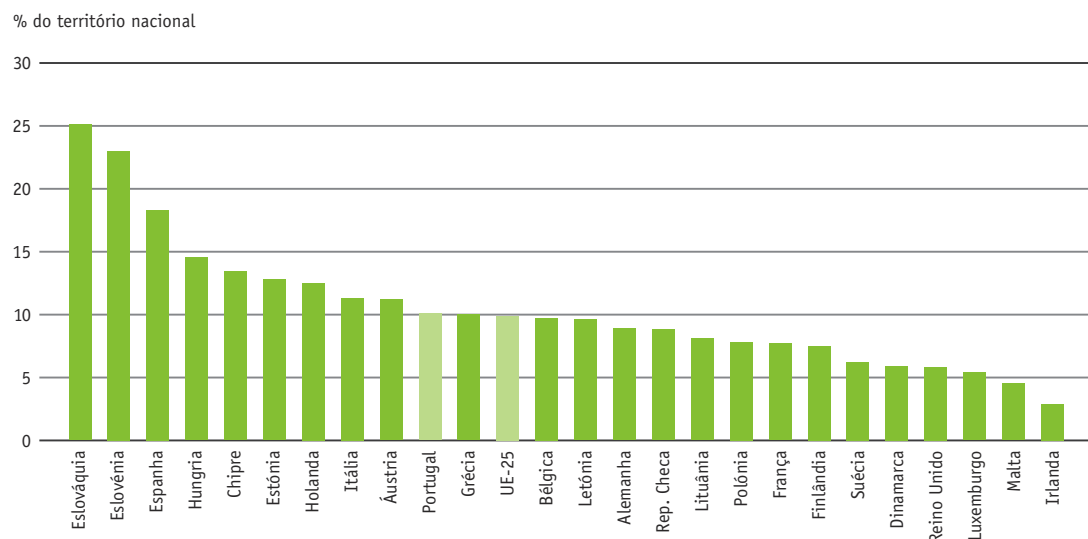
Fonte: ICN, 2004

8 b) Superfície de Áreas Protegidas com Plano de Ordenamento, relativamente à superfície total de Áreas Protegidas



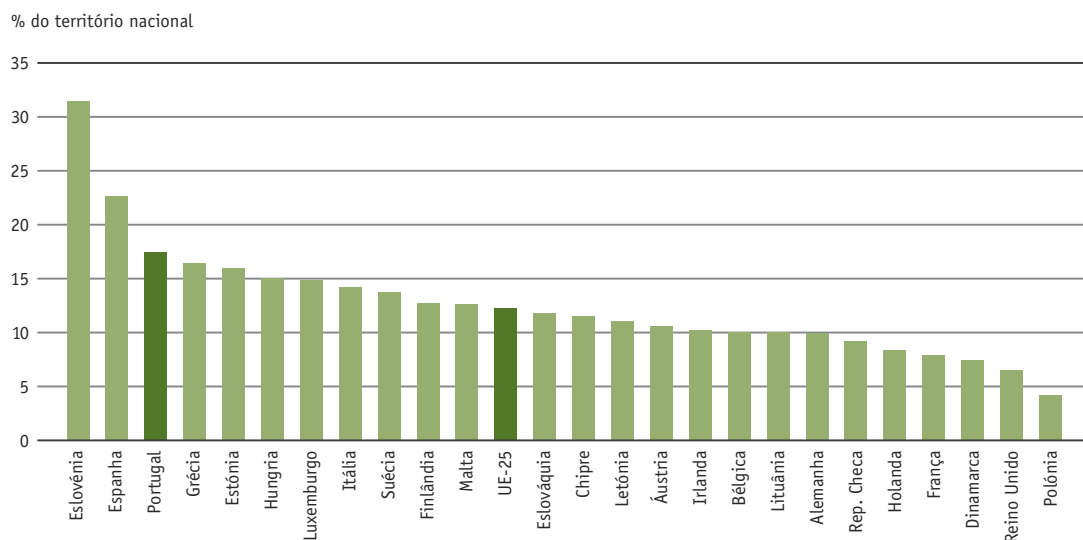
Fonte: ICN, 2006

8 c) Percentagem do território nacional de cada um dos Estados-membros classificado como ZPE ao abrigo da Directiva Aves



Fonte: Comissão Europeia, 2006

8 d) Percentagem do território nacional de cada um dos Estados-membros proposto e/ou classificado como Sítio ao abrigo da Directiva Habitats



Fonte: ICN, 2006

nome do indicador ARTIGOS CIENTÍFICOS EM REVISTAS INTERNACIONAIS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

tema(s) UE

NÃO APLICÁVEL

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

INSTITUCIONAL

objectivos da ENDS 2015

1º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medidaNúmero por milhão de habitantes;
Porcentagem.**fonte(s)**

GPEARI

descrição

Publicações em revistas classificadas, total e por área científica.

documentos de referência

- Produção Científica Portuguesa 1990-2005: Séries estatísticas (OCES, 2006).

metodologia

Contabilização anual do número de publicações em revistas classificadas (total e por área científica) e percentagem de publicações em co-autoria com outros países.

objectivos e metas

A ENDS 2015 estabelece como objectivo para Portugal aumentar o número de publicações em revistas classificadas para 650 por milhão de habitantes em 2010.

análise sumária

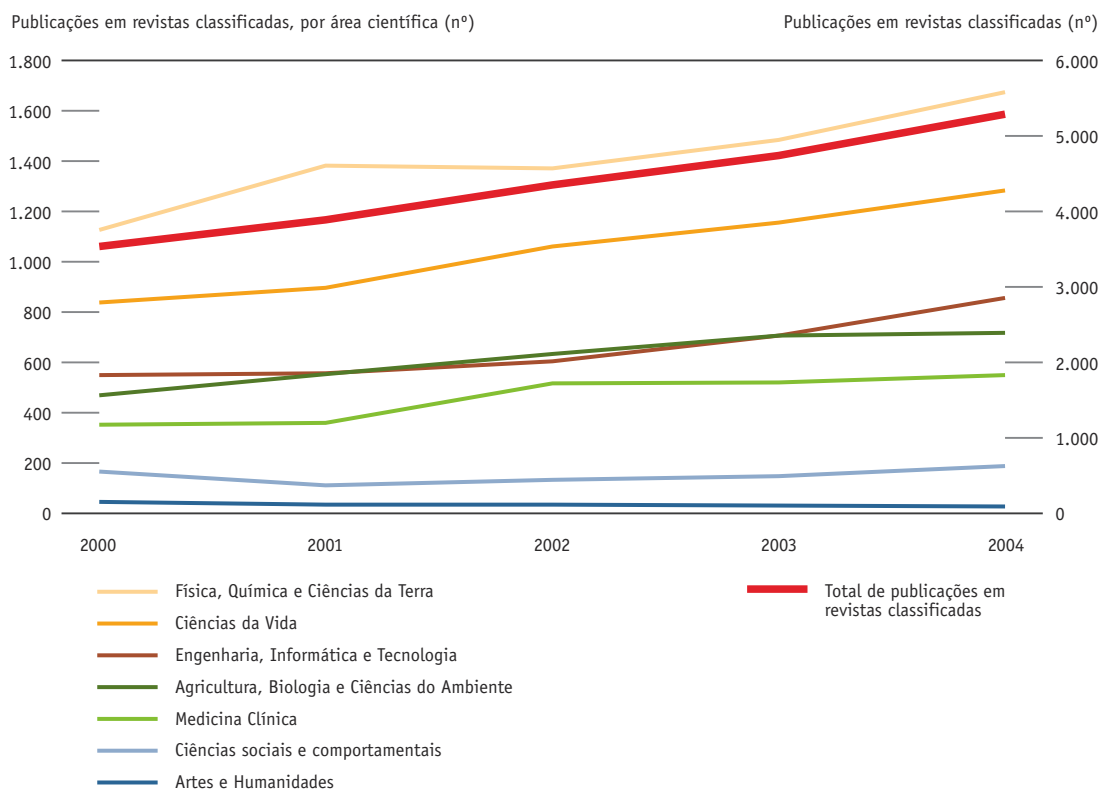
O número de publicações em revistas classificadas apresentou uma tendência crescente entre 2000 e 2004. Apesar disso, e comparativamente à média da UE-25, Portugal apresenta um reduzido número de publicações por milhão de habitante (406 em 2003).

A área científica que apresenta o maior número de publicações, em 2004, foi a "Física, Química e Ciências da Terra" (32%), seguida das "Ciências da Vida" (24%). As "Artes e Humanidades" representam somente 1% do total de publicações realizadas em 2004. Neste mesmo ano, cerca de 49% das publicações foi feita em co-autoria com instituições de outros países. Entre os diversos países co-autores, o Reino Unido, Estados Unidos e Espanha representam aqueles em que existiram o maior número de publicações em co-autoria.

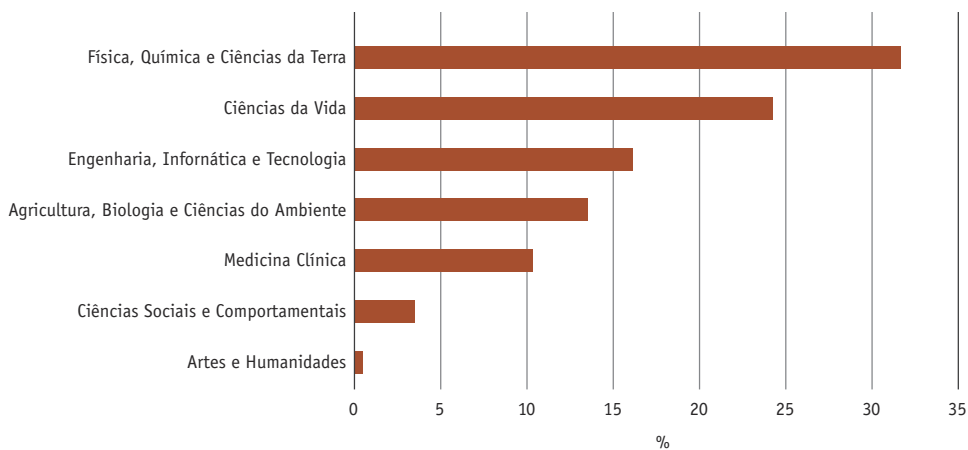
mais informação<http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/>
<http://www.desenvolvimentosustentavel.pt/>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

representações gráficas

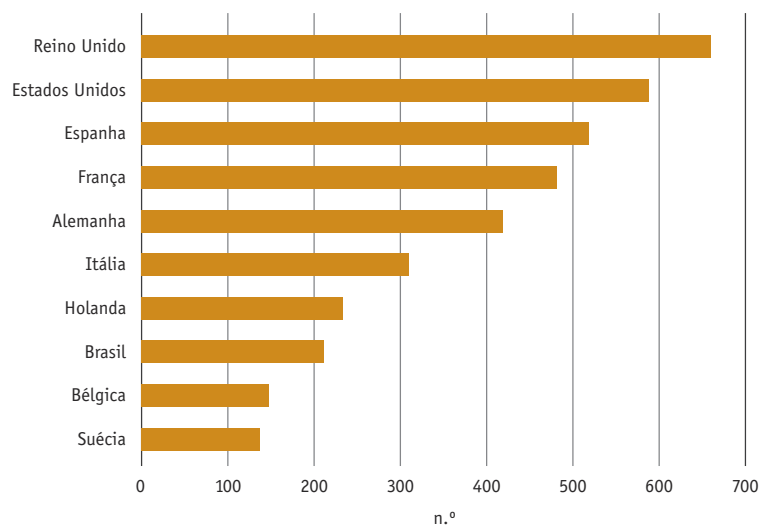
9 a) Publicações em revistas classificadas, por área científica



9 b) Publicações em revistas classificadas, por área científica, relativamente ao número total de publicações, em 2004

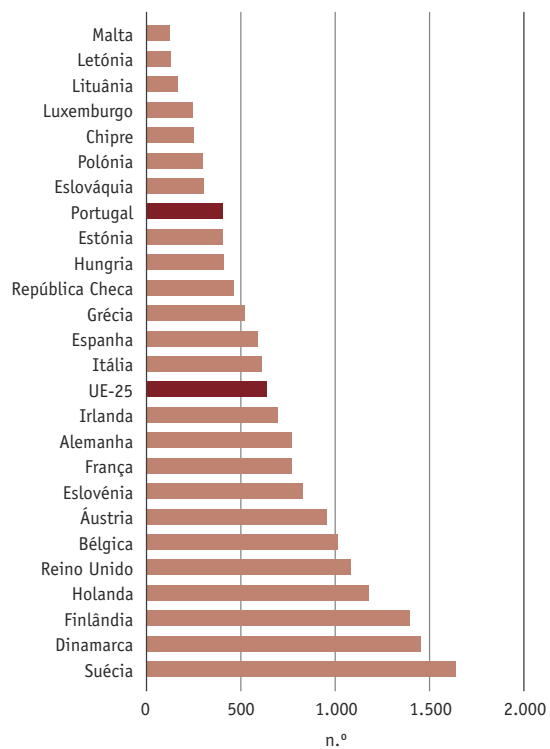


9 c) Publicações em co-autoria com os 10 países que mais colaboraram com Portugal, em 2004



Fonte: OCES, 2006

9 d) Publicações científicas por milhão de habitantes, em 2003



Fonte: Comissão Europeia, 2006

nome do indicador BALANÇA COMERCIAL - IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ATIVIDADE/FORÇA MOTRIZ

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Euro; Taxas de variação em volume; Taxas de variação dos preços.

fonte(s)

INE; Eurostat

descrição

Exportações (saídas) e importações (entradas) da economia, a preços correntes.

mais informação

<http://www.ine.pt/>
<http://www.gee.min-economia.pt/>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

Cálculo do saldo comercial nacional, consistindo no registo estatístico e contabilístico das saídas e entradas de um país no decurso de um dado período, por forma a apurar o seu saldo.

Quando o valor das saídas (expedições + exportações) superar o das entradas (chegadas + importações) a balança comercial apresenta um excedente. Quando acontece o contrário, tem-se um défice. (Fonte: ICEP)

Definições:

Valores FOB (free on board) - Valor franco a bordo da mercadoria, isto é, valor pelo qual as importações e exportações de bens devem ser avaliadas na fronteira do país de exportação. Este valor consiste no: a) valor dos bens a preços de produção; b) acrescido dos respectivos serviços de transporte e distribuição até esse ponto da fronteira, incluindo o custo da transferência do carregamento para o meio de transporte subsequente (sendo caso disso); c) mais quaisquer impostos, deduzidos dos subsídios, aplicados aos bens exportados; para as entregas no interior da UE, estarão aqui incluídos o IVA e outros impostos que oneram os bens no país de exportação. Por outras palavras, valor da mercadoria colocada no modo de transporte no local de embarque para exportação, livre de quaisquer encargos suplementares. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Crescimento sustentado das exportações, de modo a atingir 40% em 2010. (Barómetro de Produtividade, GEE/Ministério da Economia e Inovação, 2005).

análise sumária

A balança comercial portuguesa tem mantido um saldo negativo desde o início da década de noventa, tendo atingido em 2000 o seu valor mais baixo, logo seguido de 2005.

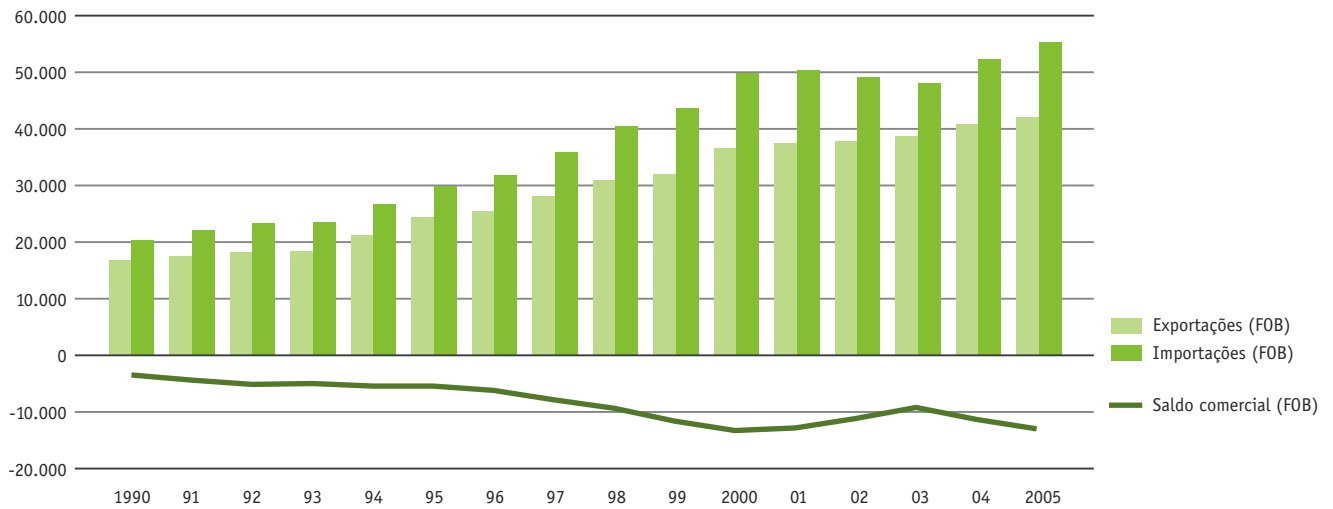
As exportações têm mantido um peso no PIB da ordem dos 30%, com uma proporção de bens e serviços relativamente estável e pequena face à dimensão do mercado nacional. Sendo que pesos mais elevados das exportações no PIB revelam maior competitividade internacional - correspondentes a uma maior produtividade dos sectores exportadores -, é desejável que o valor nacional das exportações cresça sustentadamente, tendo sido estabelecida como meta o valor de 40% em 2010.

No âmbito do mercado comunitário, Portugal contribui com aproximadamente 1% quer para o total de exportações quer para o total de importações de bens e serviços na UE-25. Este mercado é dominado pela Alemanha, com 26% do total das exportações e 22% do total de importações.

representações gráficas

10 a) Importações e exportações nacionais, e saldo comercial

Exportações, Importações e Saldo Comercial (10⁶ Euros)

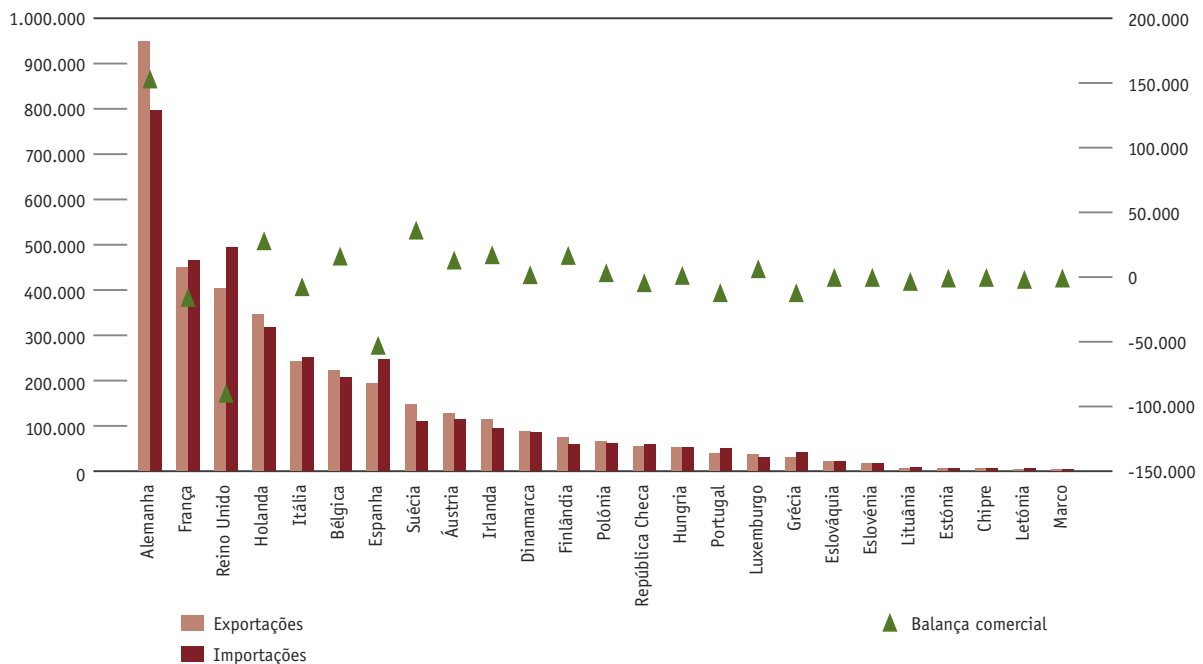


Fonte: INE, 2006

10 b) Exportações de bens e serviços por países da UE e países terceiros em 2005, a preços e taxas de câmbio de 1995

Exportações e importações (10⁹ Euros)

Saldo (10⁹ Euros)



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador BEM-ESTAR SUBJECTIVO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL
SAÚDE**tema(s) UE**

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

IMPACTE

periodicidade

NÃO DEFINIDA

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

EFILWC

descrição

O bem-estar subjectivo reflecte o grau de satisfação dos cidadãos com as suas actividades quotidianas. Os dados subjectivos das pesquisas também são importantes avaliações “directas” do bem-estar dos indivíduos e da coesão da sociedade em geral. Os indicadores “satisfação com a vida” e “sentimento de felicidade” são os principais instrumentos na avaliação do bem-estar subjectivo individual.

documentos de referência

- Life satisfaction in an enlarged Europe (Eur. Found. for the Improvement of Living and Working Conditions, 2004);
- Perceptions of living conditions in an enlarged Europe (European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2004);
- First European Quality of Life Survey - Life satisfaction, happiness and sense of belonging (European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2005);
- Quality of life in Europe 2003 (European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2004).

metodologia

Os dados relativos à satisfação com a vida e ao sentimento de felicidade foram obtidos através do questionário sobre a qualidade de vida na Europa realizado em 2003 pela European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.

Foram seleccionadas amostras nacionais de 1 000 indivíduos com idade superior a 15 anos. As amostras nacionais reflectem a estrutura da população de cada país em termos de género, idade, regiões de um país, dimensão, nível de educação e estado civil. As taxas de resposta variaram entre os 30% em Espanha e 58% na Alemanha.

O indicador satisfação com a vida e sentimento de felicidade representam a proporção de respondentes que consideram estar satisfeitos/felizes ou insatisfeitos/infelizes com a vida numa escala de 1 (insatisfeito/infeliz) a 10 (muito satisfeito/muito feliz).

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

Ao longo da vida, qualquer pessoa aspira a alcançar o bem-estar. Esta temática tem vindo a ser alvo de diversas investigações em várias áreas das ciências sociais e humanas.

Podem considerar-se duas vertentes para o bem-estar: o bem-estar objectivo e o bem-estar subjectivo. Pode definir-se bem-estar objectivo de acordo com um conjunto de parâmetros socioeconómicos que permitem diferenciar sociedades, grupos ou indivíduos e que podem ser objectivamente mensuráveis (ex. saúde, educação, segurança, emprego, rendimentos, entre outros). Estes e outros indicadores exprimem níveis de qualidade de vida que são, geralmente, utilizados para comparar países e culturas ou grupos numa mesma sociedade.

Por sua vez, o bem-estar subjectivo diz respeito à avaliação cognitiva e afectiva que uma pessoa faz da sua própria vida. Uma pessoa terá um elevado bem-estar subjectivo na medida em que sinta regularmente mais emoções positivas do que negativas, realize actividades interessantes e esteja globalmente satisfeita com a sua vida. Neste sentido, o bem-estar subjectivo global é geralmente perspectivado como sinónimo de felicidade. Em Portugal, aproximadamente 66% dos portugueses consideraram, em 2002, estar satisfeitos e muito satisfeitos com a vida, em particular com a vida familiar, e menos satisfeitos com o Sistema Nacional de Saúde, com os salários e com o emprego.

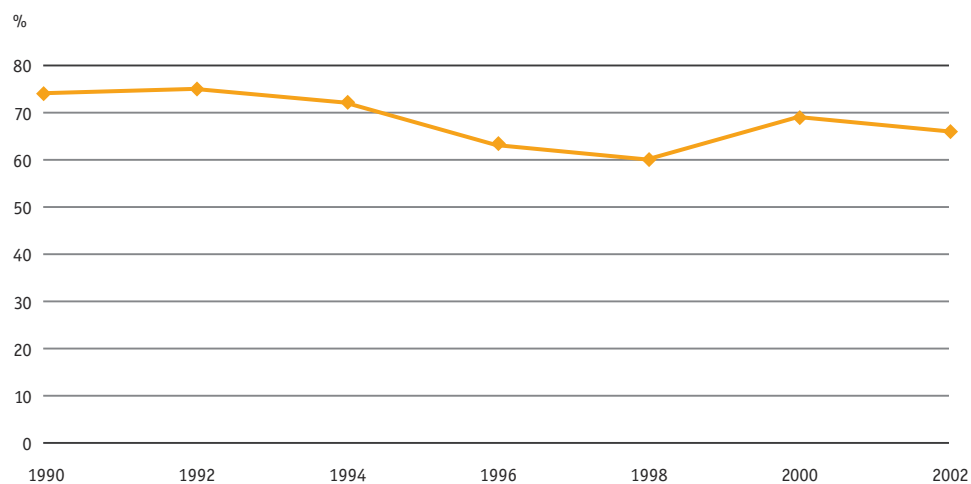
No entanto, Portugal apresenta os mais baixos níveis de satisfação com a vida e de felicidade da UE-15 e da UE-25, ao contrário dos países do norte da Europa, que registam os mais elevados níveis de satisfação e de felicidade.

mais informação

<http://www.eurofound.europa.eu/>
<http://www.oecd.org/>

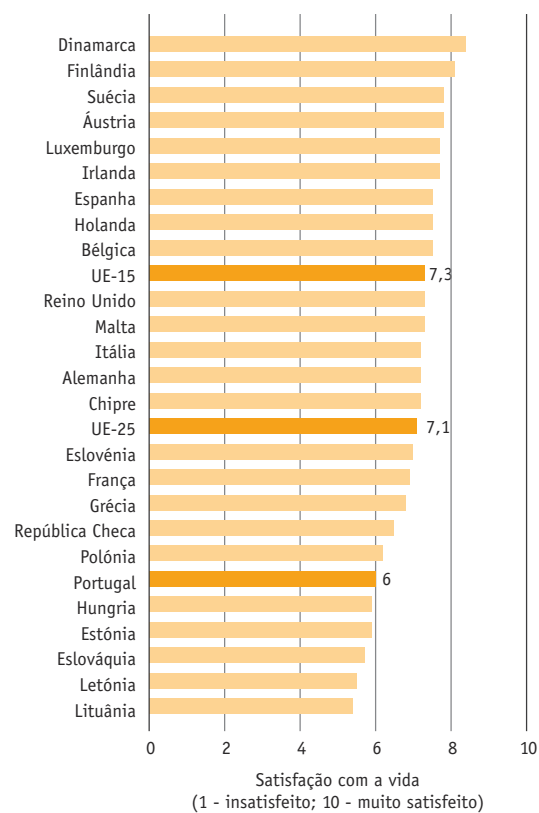
representações gráficas

11 a) Indivíduos que afirmam estar satisfeitos e muito satisfeitos com a vida, em Portugal



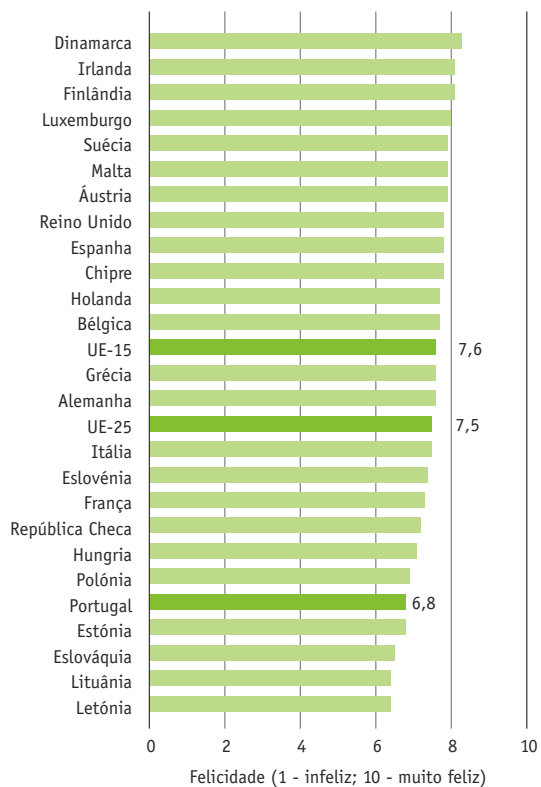
Fonte: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2006

11 b) Satisfação com a vida na UE-25, em 2003



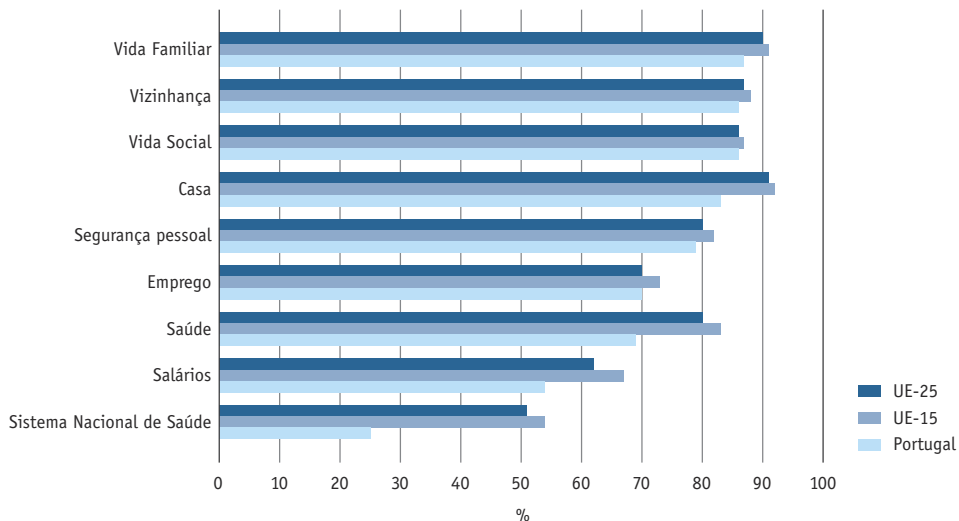
Fonte: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2006

11 c) Sentimento de Felicidade na UE-25, em 2003



Fonte: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2006

11 d) Indivíduos que afirmam estar satisfeitos com a vida, por domínio de satisfação, em 2003



Fonte: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions, 2006

nome do indicador CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

TURISMO

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ACTIVIDADE/FORÇA MOTRIZ

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

5º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número de camas.

fonte(s)

Turismo de Portugal; INE

descrição

Avalia a capacidade de alojamento dos meios de alojamento recenseados para alojar turistas, nomeadamente em Estabelecimentos Hoteleiros e unidades de Turismo no Espaço Rural (TER).

documentos de referência

- Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015 (MEI, 2006).

metodologia

Contabilização do número máximo de indivíduos que os estabelecimentos hoteleiros podem alojar num determinado momento ou período, sendo este determinado através do número de camas existentes, considerando como duas as camas de casal. Contabilizam-se ainda o número de camas nas unidades de TER. Não se consideram os estabelecimentos encerrados.

Pode ainda ser calculado o indicador número de camas existentes na região por 1 000 habitantes, de acordo com metodologia do Instituto de Turismo de Portugal (ITP), incluindo, além dos estabelecimentos já referidos, parques de campismo, colónias de férias e pousadas da juventude: (total de camas / n.º de habitantes) / 1000.

Definições:

Estabelecimento hoteleiro - empreendimento turístico destinado a proporcionar, mediante remuneração, serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com ou sem fornecimento de refeições. Os estabelecimentos hoteleiros classificam-se em: hotéis, pensões, pousadas, estalagens, motéis e hotéis-apartamentos (aparthotéis). Para fins estatísticos ainda inclui aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos. (Fonte: INE)

Turismo no Espaço Rural - conjunto de actividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais (áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou a um ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural), segundo diversas modalidades de hospedagem, de actividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto turístico completo e diversificado no espaço rural. O turismo no espaço rural compreende os serviços de hospedagem prestados nas modalidades de "turismo de habitação", "turismo rural", "agro-turismo", "turismo de aldeia" e "casas de campo". (Fonte: INE)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

Entre 1993 e 2005 a capacidade total de alojamentos aumentou 25%, com destaque para o aumento de camas em estalagens, que duplicou, e em pousadas (+55%), e para o decréscimo registado pelos aldeamentos turísticos (-19%) e pensões (-11%). É evidente o peso significativo que o Algarve tem no mercado turístico nacional e a pressão sobre o território que daí advém, uma vez que em 2005 concentrava cerca de 38% da capacidade total de alojamento. Seguem-se-lhe Lisboa, a região Centro, a região Norte e a Madeira, sendo o Alentejo e Açores as regiões onde o número de alojamentos disponíveis é mais reduzido. No entanto, a actividade turística nestas regiões assume já alguma importância e a sua evolução recente permite admitir alguma tendência de crescimento.

Sendo uma forma de turismo relativamente recente, os números indicam que o TER é um sector em crescimento. Em 2005 a região Norte detinha 44% do total da oferta de TER, seguindo-se as regiões Centro (24%) e Alentejo (17%), abrangendo no seu conjunto cerca de 85% da oferta total do país. É na região do Algarve que este tipo de turismo está menos implantado.

mais informação

<http://www.ine.pt>

<http://www.turismodeportugal.pt>

http://ec.europa.eu/enterprise/services/tourism/index_eu.htm

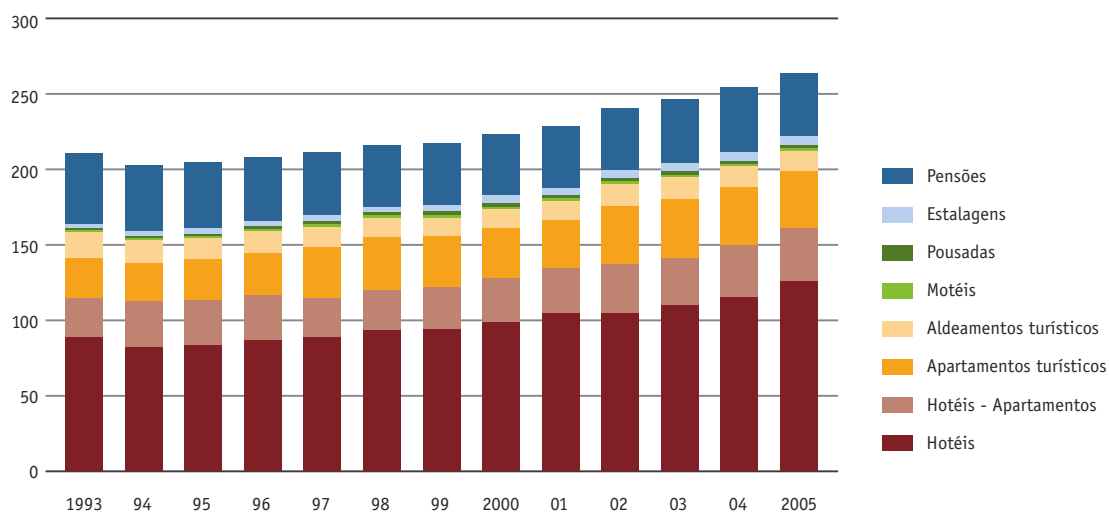
http://themes.eea.europa.eu/Sectors_and_activities/tourism

http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.htm

representações gráficas

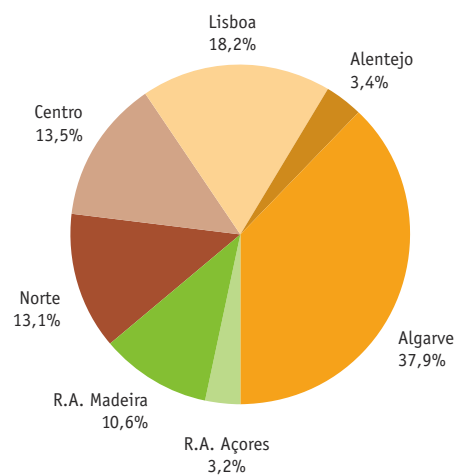
12 a) Capacidade de alojamento, por categoria do estabelecimento hoteleiro

Capacidade de alojamento (10³ camas)



Fonte: DGT/INE, 2006

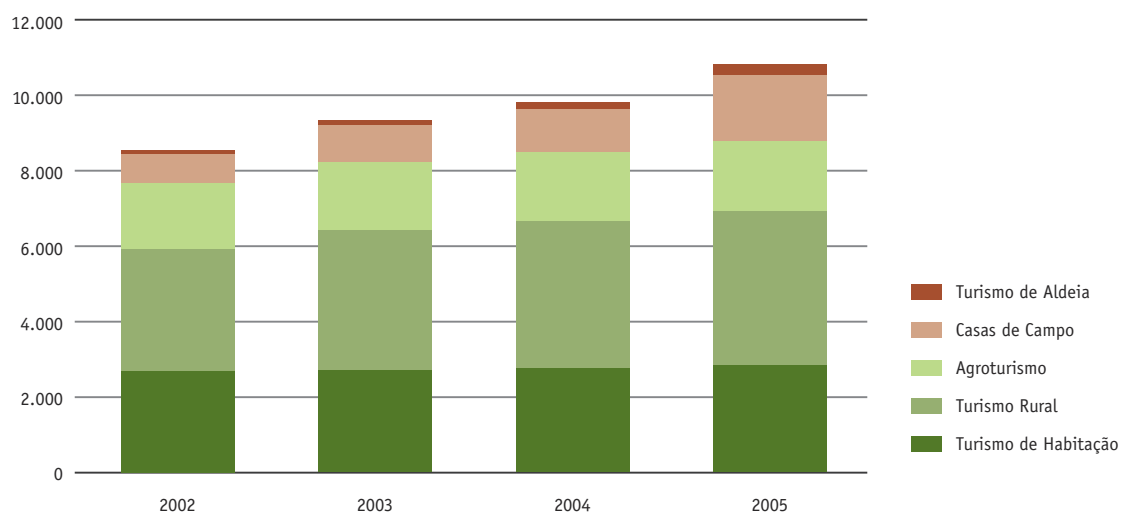
12 b) Capacidade de alojamento dos estabelecimentos hoteleiros, por NUTS II, em 2005



Fonte: DGT/INE, 2006

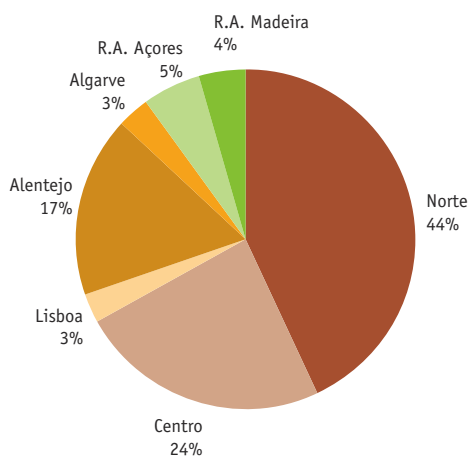
12 c) Capacidade de alojamento de unidades de turismo de espaço rural, por modalidade

Camas (n.º)



Fonte: DGT, 2006

12 d) Capacidade de alojamento de unidades de turismo de espaço rural, por NUTS II, em 2005



Fonte: DGT, 2006

nome do indicador CAPACIDADE DO SISTEMA PRISIONAL

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

JUSTIÇA

tema(s) UE

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medidaNúmero de estabelecimentos prisionais; número de reclusos;
% de ocupação dos estabelecimentos prisionais.**fonte(s)**

INE; DGPJ

descrição

Lotação dos estabelecimentos prisionais e número de reclusos por estabelecimento.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

Contabilização do número de estabelecimentos prisionais e do número de reclusos existentes em cada estabelecimento prisional, a 31 de Dezembro de cada ano.

Cálculo da taxa de ocupação determinada pela razão entre o número de reclusos em 31 de Dezembro do ano considerado e a lotação ou capacidade dos estabelecimentos prisionais, em número de reclusos.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

Embora de 1990 para 2004 o número de estabelecimentos prisionais existentes tenha aumentado, e com eles o número de lugares para reclusos, verifica-se que, no total, existem sempre mais reclusos do que a lotação existente.

A taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais é superior a 100% em todos os anos analisados, o que se traduz na sobrelotação dos estabelecimentos prisionais em Portugal. A partir de 1996 denota-se um decréscimo da taxa de lotação das prisões, aproximando-se de 100% em 2004.

Em 2004 (a 31 de Dezembro) existiam 12 789 lugares, nos 56 estabelecimentos prisionais, encontrando-se 13 166 indivíduos presos.

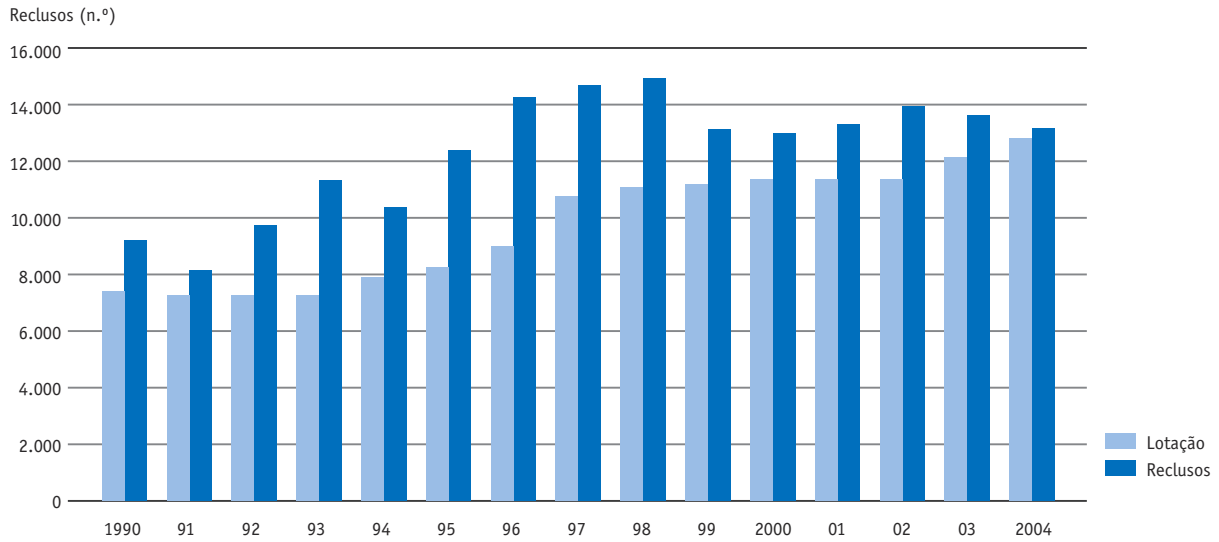
mais informação

<http://www.dgpj.mj.pt/>

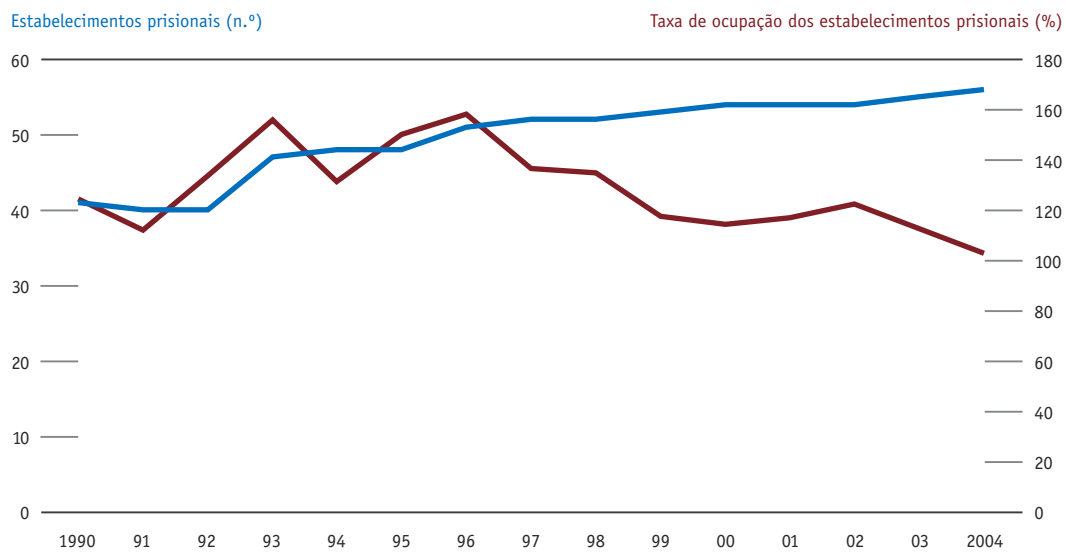
<http://www.dgsp.mj.pt/>

representações gráficas

13 a) Lotação dos estabelecimentos prisionais e reclusos existentes a 31 de Dezembro de cada ano



13 b) Número e taxa de ocupação dos estabelecimentos prisionais



nome do indicador COMÉRCIO JUSTO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

tema(s) UE

COOPERAÇÃO GLOBAL

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

6º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número, Euro.

fonte(s)

FLO, IFAT, NEWS, EFTA

descrição

Sistema de comércio alternativo ao comércio internacional tradicional, considerando não só o benefício económico, mas também o bem-estar social e o respeito pelo ambiente.

documentos de referência

- Fair Trade in Europe 2005 - Facts and Figures on Fair Trade in 25 European Countries (FLO, IFAT, NEWS and EFTA, 2005)
- Business Unusual – Successes and Challenges of Fair Trade (FLO, IFAT, NEWS and EFTA, 2006)

metodologia

Os dados apresentados referem-se a uma investigação levada a cabo por 4 organizações internacionais de comércio justo - FLO, Fairtrade Labelling Organizations; IFAT, International Fair Trade Association; NEWS, Network of European Worldshops; EFTA, European Fair Trade Association - através de inquéritos feitos a 126 organizações e outros contactos de comércio justo nos diversos países da Europa em 2005, publicados no documento Fair Trade in Europe 2005 - Facts and Figures on Fair Trade in 25 European Countries. Há que ter presentes os constrangimentos metodológicos correspondentes a um trabalho deste tipo, tais como a incipiência e limitações de mão de obra envolvidas no universo em análise, detalhadas na fonte referida.

Definições:

Lojas do Mundo - lojas onde mais de 80% das mercadorias que vendem são de comércio justo, e onde simultaneamente se organizam actividades informativas e educacionais promotoras do comércio justo. (Fonte: FLO, IFAT, NEWS, EFTA)

Organizações importadoras - organizações que compram produtos a organizações de produtores a “preço justo”. (Fonte: FLO, IFAT, NEWS, EFTA)

Preço justo - preço mutuamente combinado entre os produtores e os compradores de comércio justo com o objectivo de providenciar um salário justo e de cobrir os custos de uma produção sustentável; para produtos rotulados como comércio justo implica também o estabelecimento de um preço mínimo e de uma relação comercial de longo prazo, que permita uma estabilidade dos preços e das quantidades a transaccionar. (Fonte: FLO, IFAT, NEWS, EFTA)

Organizações de rotulagem - organizações que vendem produtos de comércio justo a grandes superfícies a multinacionais que têm interesse no comércio justo. (Fonte: FLO, IFAT, NEWS, EFTA).

objectivos e metas

Introduzir critérios éticos no comércio mundial e nas práticas de aquisição de bens de consumo.

análise sumária

O comércio justo surgiu como alternativa ao funcionamento tradicional do comércio internacional, nomeadamente entre os países do Norte (os países mais desenvolvidos com economias mais fortes, também denominados “Primeiro Mundo”) e os países do Sul (países pobres e em desenvolvimento), tendo como objectivo uma maior equidade, considerando não só o benefício económico, mas também o bem-estar social e o respeito pelo ambiente.

As políticas comerciais actuais têm crescido na maioria das vezes à margem das políticas de desenvolvimento, nem sempre obedecendo a critérios de justiça no seu sentido mais estrito, podendo mesmo ter contribuído para acentuar as diferenças entre os países ricos e pobres.

Apesar do reconhecimento desta situação, os mecanismos institucionais a nível internacional (cf. Agenda de Desenvolvimento de Doha, OMC, 2001) não se têm mostrado eficazes para solucionar os problemas existentes e para tornarem o comércio não um fim em si mesmo mas um meio para se atingir o desenvolvimento sustentável e a redução da pobreza. O comércio justo tem-se manifestado um meio de cooperação para a erradicação efectiva da pobreza nos países em desenvolvimento, ajudando as populações empobrecidas a sair de situações de dependência e, frequentemente, de exploração. É, além disso, uma chamada de atenção e um mecanismo de pressão para a necessidade de mudar regras e práticas do comércio internacional tradicional.

As organizações de comércio justo constituem-se como um sistema alternativo que, em conjugação com os consumidores, oferecem aos produtores de países em desenvolvimento acesso aos mercados dos países ricos, condições laborais e comerciais justas e equitativas que lhes permitam um “modus vivendi” sustentável.

Nos últimos anos várias organizações cooperaram no sentido de desenvolver uma definição comum de comércio justo, dos seus critérios e códigos de conduta, e uma única organização de certificação - FLO, Fair Labelling Organization -, tendo sido lançados mecanismos de monitorização e verificação no terreno de cumprimento dos mesmos.

Entre os critérios para a denominação de organização de comércio justo destacam-se os da FLO, adoptados em 2001: criação de oportunidades para produtores economicamente desfavorecidos; transparência e responsabilização; promoção do comércio justo; pagamentos justos e rápidos; igualdade de género; condições de trabalho de acordo com a lei e a Convenção da Organização Internacional de Trabalho; trabalho infantil de acordo com a idade mínima definida nas legislações nacionais e nunca abaixo do ensino obrigatório; ambiente.

Com taxas de crescimento de 20% a 30% por ano, estima-se que as vendas internacionais de produtos de comércio justo (como o café, chá, artesanato e outros) deverão atingir os dois biliões de euros em 2006.

Entre os maiores importadores encontram-se a Alemanha, Itália, Reino Unido, Holanda, Bélgica e Suíça. Em Portugal existe apenas uma importadora desde 2005, que por enquanto importa apenas de Itália e Espanha e não directamente dos produtores. Em Outubro de 2005 eram 9 as Lojas do Mundo em Portugal. Com o desenvolvimento do movimento de Comercio Justo em Portugal outras entidades começam a organizar algumas actividades directamente com os produtores, mas ainda de forma incipiente.

mais informação

www.ifat.org
www.eftafairtrade.org
www.worldshops.org
www.fairtrade.net
www.ifat.org/downloads/monitoringdownloads.shtml

representações gráficas

14 a) Dinâmica do Comércio Justo na Europa entre 1999 e 2004

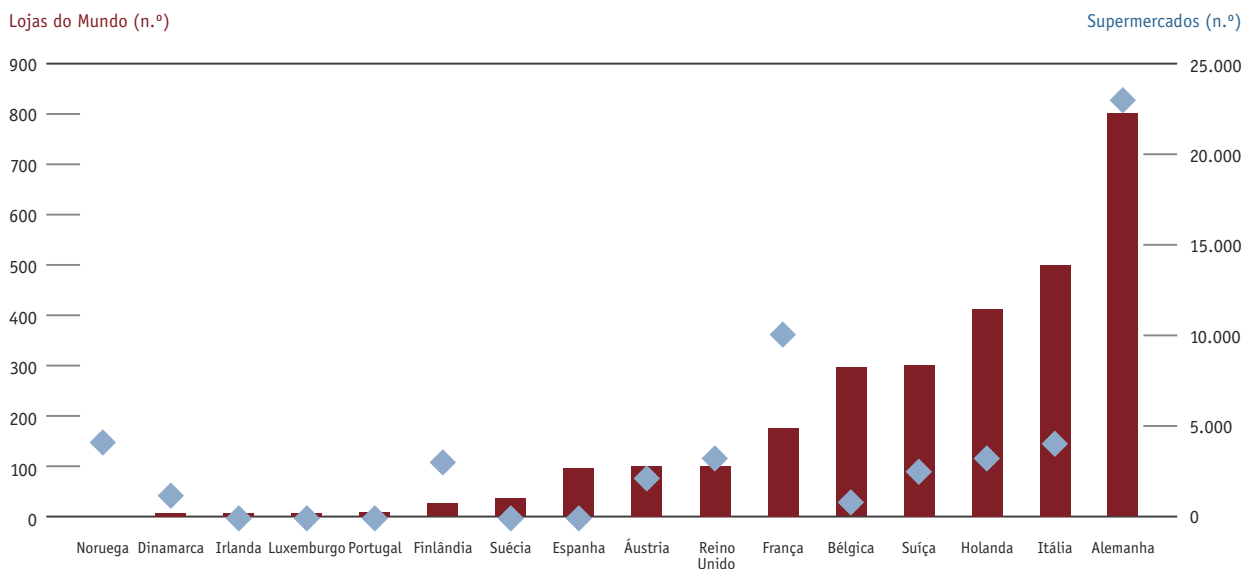
	1999*	2004**	2004/1999
Organizações importadoras	97	200	106%
Locais de Venda			
lojas do mundo	2,700	2,854	6%
supermercados	43,100	56,700	32%
outras	18,000	19,300	7%
total	63,800	78,854	24%
Pessoal pago (full time)			
organizações importadoras	746	851	14%
associações de lojas do mundo	32	107	234%
organizações de rotulagem	71	113	59%
total de pessoal pago	849	1,071	26%
Receitas (10³Euros)			
organizações importadoras	118,900	243,300	105%
associações de lojas do mundo	41,600	103,100	148%
organizações de rotulagem	208,900	597,000	186%
Formação, relações públicas, marketing (10³Euros)			
organizações importadoras	5,600	11,400	104%
associações de lojas do mundo	1,000	1,700	70%
organizações de rotulagem	3,500	5,100	46%
total	10,100	18,200	80%
Todas as Lojas do Mundo (10³Euros)	92,000	120,000	30%
Todos os produtos de Comércio Justo (10³Euros)	260,000	660,000	154%

* dados publicados na edição correspondente a 2001

** alguns dados podem corresponder a 2003

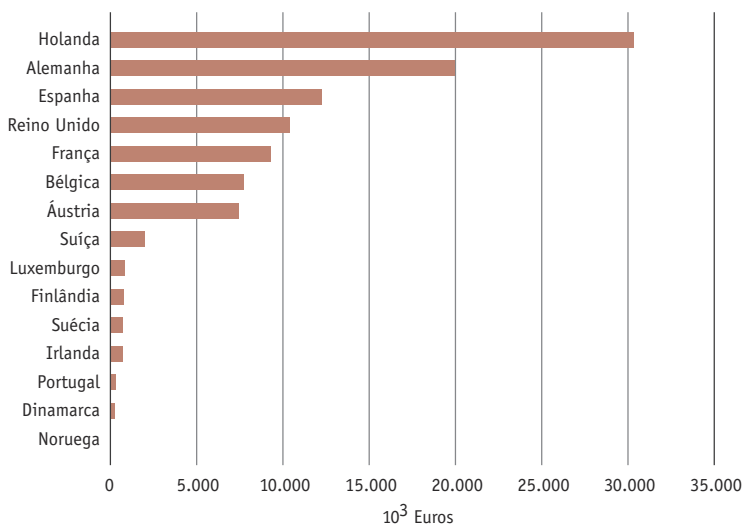
Fonte: FLO, IFAT, NEWS, EFTA, 2006

14 b) Lojas do Mundo e supermercados que vendem produtos de comércio justo, em Outubro de 2005



Fonte: FLO, IFAT, NEWS, EFTA, 2006

14 c) Receitas das Lojas do Mundo, em Outubro de 2005



Fonte: FLO, IFAT, NEWS, EFTA, 2006

nome do indicador CONCENTRAÇÕES ANUAIS DE PARTÍCULAS E OZONO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

AR E CLIMA
SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número de dias; número de estações; $\mu\text{g}/\text{m}^3$.

fonte(s)

APA, CCDR

descrição

Ultrapassagens ao limiar de informação ao público para o ozono troposférico e excedências ao valor limite diário de partículas com diâmetro inferior $10\ \mu\text{m}$ - PM_{10} .

documentos de referência

- Estratégia Temática sobre Poluição Atmosférica (CE/UE, 2005);
- Tríptico "O que deve saber sobre o ozono" (IA, 2004);
- Estratégia Temática sobre Poluição Atmosférica (CE/UE, 2005).

metodologia

A informação de base para o cálculo deste indicador é recolhida pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), para cada uma das Zonas ou Aglomerações onde existem estações de monitorização de qualidade do ar, bem como para os casos específicos das cidades de Lisboa e Porto.

Com base em concentrações determinadas pelos métodos analíticos normalizados e posterior análise pelos métodos estatísticos correntemente utilizados, de acordo com a legislação em vigor, é possível efectuar a comparação com as normas de qualidade do ar existentes.

Definições:

Aglomeração - zona caracterizada por um número de habitantes superior a 250.000 ou em que a população seja igual ou fique aquém de tal número de habitantes, desde que não inferior a 50.000, sendo a densidade populacional superior a $500\ \text{hab}/\text{km}^2$. (Fonte: Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho)

Zona - área geográfica de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional. (Fonte: Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho)

objectivos e metas

Avaliar a qualidade do ar ambiente em todo o território nacional, com especial incidência nos centros urbanos. Preservar a qualidade do ar nos casos em que esta seja aceitável e melhorá-la nos restantes.

Garantir a observância dos valores legislados para os limiares de informação à população relativos à concentração de ozono no ar ambiente, e dar cobertura nacional à monitorização de ozono no ar ambiente.

análise sumária

A "Estratégia Temática sobre Poluição Atmosférica", aprovada em Setembro de 2005, é uma das sete estratégias temáticas previstas no 6º Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente e resulta dos trabalhos de investigação realizados no âmbito do Programa CAFE - Clean Air for Europe. Segundo esta Estratégia, os poluentes mais preocupantes em termos de saúde humana são o ozono troposférico e as partículas, especialmente as partículas finas, $\text{PM}_{2,5}$ - partículas com diâmetro inferior a $2,5\ \mu\text{m}$. A exposição a estes poluentes pode conduzir a impactes que variam desde efeitos ligeiros no sistema respiratório à mortalidade prematura. O ozono troposférico é considerado um poluente secundário pois não

é directamente emitido para a atmosfera, mas resulta de um processo complexo que envolve um conjunto de reacções químicas entre óxidos de azoto (NOx) e compostos orgânicos voláteis (COV) - considerados os principais precursores de ozono - na presença de oxigénio e de luz solar. As partículas podem ser emitidas directamente para o ar (designando-se por "partículas primárias") ou ser formadas na atmosfera como "partículas secundárias" de gases, tais como o dióxido de enxofre (SO_2), os óxidos de azoto (NOx) e o amoníaco (NH_3).

As concentrações de ozono troposférico não devem exceder o previsto na legislação aplicável, em que o limiar de alerta relativo à média horária é $240\ \mu\text{g}/\text{m}^3$; sempre que os níveis de concentrações médias horárias forem superiores a $180\ \mu\text{g}/\text{m}^3$, atinge-se o limiar de informação ao público, tornando-se obrigatório informar a população.

Como as concentrações de ozono no ar ambiente variam com as condições meteorológicas, a ocorrência de excedências deste poluente pode variar de ano para ano. O ano de 2005 foi aquele em que se verificou o maior número de dias com excedências ao limiar de informação ao público na última década (69 dias), tendo-se registado mais 33 dias com ultrapassagens em relação a 2004. Este aumento esteve, muito possivelmente, relacionado com o facto de 2005 ter sido um ano extremamente seco e o Verão ter sido o mais quente dos últimos 75 anos, criando condições propícias para a formação de elevadas concentrações de ozono no ar ambiente.

As concentrações de PM_{10} - partículas com diâmetro inferior a $10\ \mu\text{m}$, aquelas que habitualmente são monitorizadas nas estações fixas, que actualmente abrangem todo o território nacional - não devem exceder mais do que 35 dias por ano o valor limite diário previsto na legislação aplicável, de $50\ \mu\text{g}/\text{m}^3$.

As concentrações médias diárias de PM_{10} são influenciadas por emissões antropogénicas e emissões de origem natural, como sejam o transporte de partículas do deserto do Saara, incêndios florestais ou ressuspensão de partículas. No âmbito da legislação vigente, a comprovação da ocorrência de eventos naturais pode, inclusive, ser deduzida ao número de excedências verificadas.

Em 2005, das 20 áreas monitorizadas, sete ultrapassaram os níveis diários de partículas estipulados no Decreto-Lei n.º 111/2002, de 16 de Abril. Dessas, seis são aglomerações das regiões Norte e Lisboa e Vale do Tejo, e ainda a zona industrial de Estarreja. A área que apresentou maior número de dias com excedências ao valor limite diário foi a Zona de Influência de Estarreja, seguida do Porto Litoral, Vale do Ave, Setúbal, Centro Litoral e Vale do Sousa.

Para as zonas em excedência, a legislação em vigor prevê a elaboração de Planos e Programas de melhoria da qualidade do ar, que deverão analisar as causas que lhes deram origem e avaliar a necessidade de implementar medidas adicionais para o cumprimento dos níveis estipulados.

No período em análise (2000-2005), o ano de 2001 foi aquele em que a concentração média anual de partículas foi mais elevada ($45\ \mu\text{g}/\text{m}^3$). Em 2004 e 2005 este valor foi de $31\ \mu\text{g}/\text{m}^3$, valor dentro dos limites legais estipulados ($40\ \mu\text{g}/\text{m}^3$). A zona com pior média tem sido o Porto Litoral, à excepção de 2004, que foi a Zona de Influência de Estarreja. As concentrações anuais de fundo de PM_{10} têm, contudo, vindo a apresentar uma tendência para diminuir, em consonância com o observado a nível europeu, o que reflecte o efeito da legislação sobre a limitação de emissões de poluentes atmosféricos.

mais informação

<http://www.apambiente.pt>

<http://www.qualar.org/>

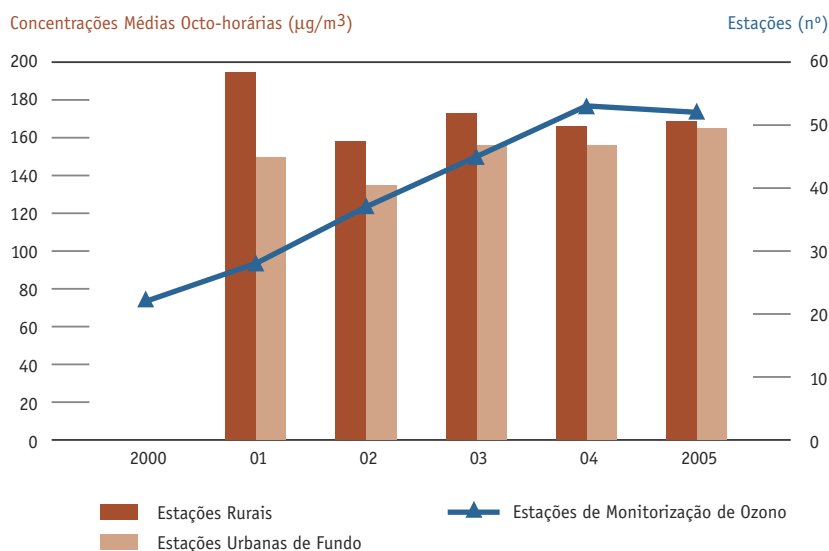
<http://www.dgsaude.pt>

<http://www.eea.europa.eu/maps/ozone/welcome>

<http://ec.europa.eu/environment/air/cafe/index.htm>

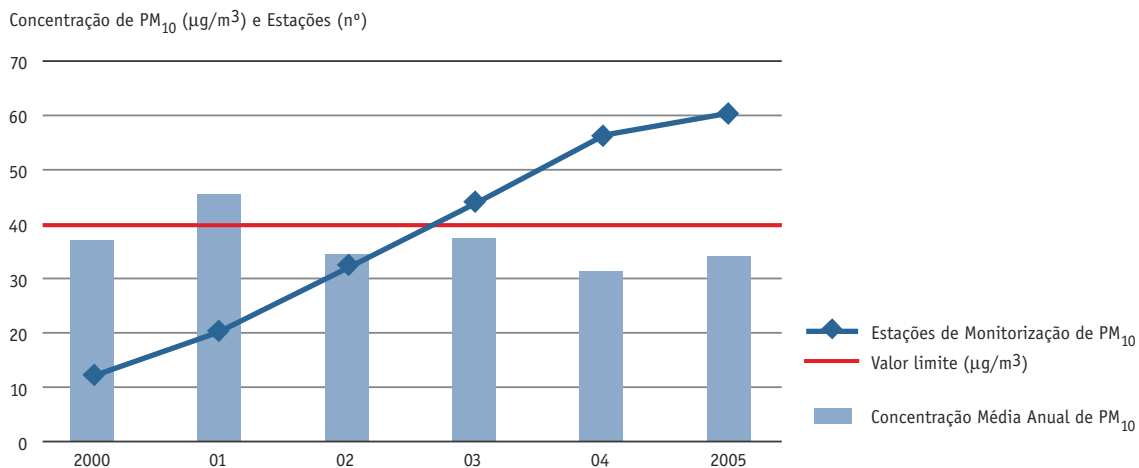
representações gráficas

15 a) Concentrações médias anuais de ozono e estações que monitorizam o ozono troposférico



Fonte: CCDR Norte, CCDR Centro, CCDR Lisboa, CCDR Alentejo, CCDR Algarve, DRA Açores, DRA Madeira, 2006

15 b) Concentração média anual de partículas (PM_{10}) e estações que monitorizam as partículas



Fonte: CCDR Norte, CCDR Centro, CCDR Lisboa, CCDR Alentejo, CCDR Algarve, DRA Açores, DRA Madeira, 2006

nome do indicador CONFIANÇA NO SISTEMA JUDICIAL

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)GOVERNANÇA
JUSTIÇA**tema(s) UE**

BOA GOVERNANÇA

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

VARIÁVEL

dimensão de desenvolvimento sustentável

INSTITUCIONAL

objectivos da ENDS 2015

4º, 7º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem de indivíduos.

fonte(s)

INE

descrição

A confiança no sistema judicial é traduzida pela percentagem de indivíduos que confirmam a sua confiança no sistema de justiça legal.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

A contabilização da percentagem de indivíduos/respondentes que afirmam a sua confiança no sistema judicial é feita através de questionários a uma amostra de 1 000 indivíduos com idade superior a 15 anos, por país. Os questionários são realizados através de entrevistas presenciais. As amostras nacionais reflectem a estrutura da população com idade superior a 15 anos, em termos de género, idade, regiões de um país, tamanho de aglomerados, nível de educação e estado marital.

Ao contrário dos restantes países, no Luxemburgo, Malta e Chipre foram inquiridos 500 indivíduos.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

A quantidade de indivíduos que confirmam a sua confiança no sistema judicial decresceu, em Portugal, nove pontos percentuais entre 1997 e 2001, ao contrário do que aconteceu na maioria dos países da UE-15 durante esse mesmo período de tempo.

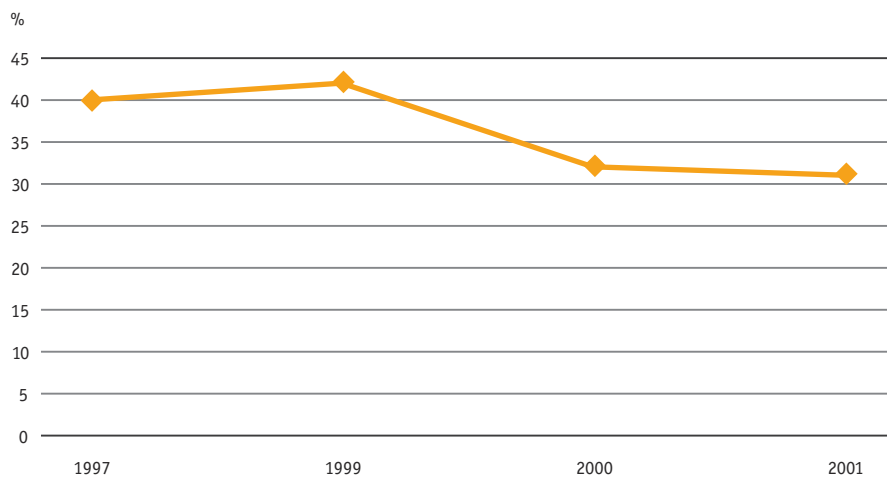
Comparativamente aos países da UE-15, em 2001 Portugal destaca-se por ser o país onde a percentagem de indivíduos que confiavam no sistema judicial era menor.

mais informação

http://ec.europa.eu/public_opinion/index_en.htm

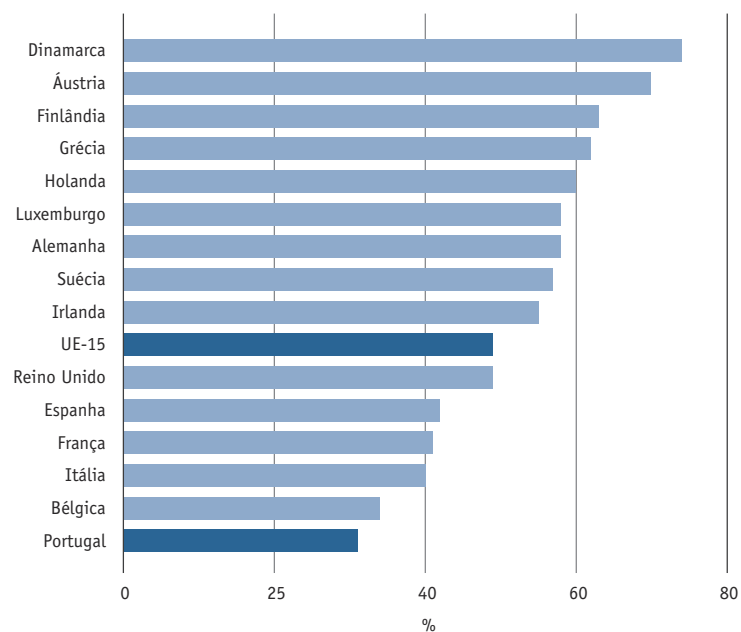
representações gráficas

16 a) Indivíduos, com idade superior a 15 anos, que confirmam a sua confiança no sistema judicial, em Portugal



Fonte: Eurobarometer 1997, 1999-2001

16 b) Indivíduos, com idade superior a 15 anos, que confirmam a sua confiança no sistema judicial, em alguns países da UE



Fonte: Eurobarometer 1997, 1999-2001

nome do indicador CONSUMO DE ÁGUA

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

ÁGUA

tema(s) UEPADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO
GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS**categorias do modelo DPSIR**

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

m³.

fonte(s)

INE (até 2005); INAG

descrição

Volume de água consumido nas redes de abastecimento público. Inclui também o volume de água captado para distribuição nas redes de abastecimento público.

documentos de referência

- Plano Nacional da Água (INAG, 2001);
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais - PEASAR II (2007-2013) (MAOTDR, 2006);
- Relatório sobre o Estado dos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais (INSAAR 2005) (INAG, 2007).

metodologia

Determinação dos volumes de água consumidos nas redes públicas urbanas de abastecimento de água, e dos dos volumes de água captada nas captações de água de origem subterrânea ou superficial, para distribuição nas redes públicas de abastecimento de água.

Definições:

Rede de distribuição de água - conjunto de condutas, estações elevatórias, postos de cloragem de reforço e outros dispositivos acessórios, inseridos na malha urbana, destinado ao transporte e distribuição domiciliária de água para consumo. (Fonte: INAG-INAAR)

Consumo doméstico - consumo efectuado nas habitações, pela população em geral. (Fonte: INAG-INAAR)

Consumo comercial/serviços - consumo efectuado pelos serviços e comércio, podendo incluir autarquias locais, as escolas, estabelecimentos do Estado (excepto os fabris), as Instituições Particulares de Solidariedade Social, estabelecimentos hoteleiros, entre outros. (Fonte: INAG-INAAR)

Consumo industrial - consumo efectuado pelas indústrias ligadas à rede urbana de abastecimento de água. (Fonte: INAG-INAAR)

Outros consumos - consumos não incluídos nos anteriores. (Fonte: INAG-INAAR)

Captação de água - utilização de volumes de água, superficiais ou subterrâneas, por qualquer forma subtraídos ao meio hídrico, independentemente da finalidade a que se destina. (Fonte: INAG-INAAR)

Captação de água de superfície - captação de água efectuada directamente no troço de linha de água, em massas de água fortemente modificadas (ex.: albufeiras), em massas de água artificiais (ex.: canais), em águas costeiras, em águas de transição ou em lagoas. Também são consideradas captações de água de superfície as localizadas em cascalheiras ou aluviões nas margens ou limites das linhas de água, em que os níveis nas captações são função dos níveis nos cursos de água;

Captação de água subterrânea - captação de água efectuada numa massa de água subterrânea (ex.: aquíferos). (Fonte: INAG - INSAAR)

objectivos e metas

Pretende-se promover a utilização sustentável da água garantindo a protecção dos recursos hídricos disponíveis, a longo prazo, e garantir um uso cada vez mais eficiente da água, sem pôr em causa as necessidades vitais, a qualidade de vida das populações e o desenvolvimento sócio-económico.

análise sumária

A existência de quantidades de água adequadas para as necessidades humanas é um dos pré-requisitos base para a existência, saúde e desenvolvimento humano. Verifica-se que, à medida que surgem progressos no nível de desenvolvimento, os consumos de água também aumentam.

Os sectores agrícola e energético são os principais consumidores de água a nível nacional, respectivamente com cerca de 75% e de 14% do consumo total de água, de acordo com o Plano Nacional da Água.

O consumo de água de abastecimento em 2005 foi de 659 930 milhares de m³, o que representou um decréscimo de cerca de 1,3% face ao ano anterior. As maiores quebras no consumo registaram-se nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores, com reduções de 9,6% e 8,6%, respectivamente. No Continente, a maior redução ocorreu na região de Lisboa, onde se verificou um decréscimo de 3,2% face a 2004. O destino "Residencial e Serviços" (75%) foi o que apresentou o maior volume consumido, sendo o restante repartido pela "Indústria" (15%) e "Outros" (10%).

Relativamente à captação de água os dados em análise referem-se apenas à água captada para abastecimento público. Em 2005 o caudal captado para abastecimento público foi de 966 010 milhares de m³, sendo 40% captado por Serviços Municipalizados de Água e Saneamento (SMAS) e câmaras municipais e 60% por outras entidades gestoras.

mais informação

<http://insaar.inag.pt/>

<http://www.ine.pt/>

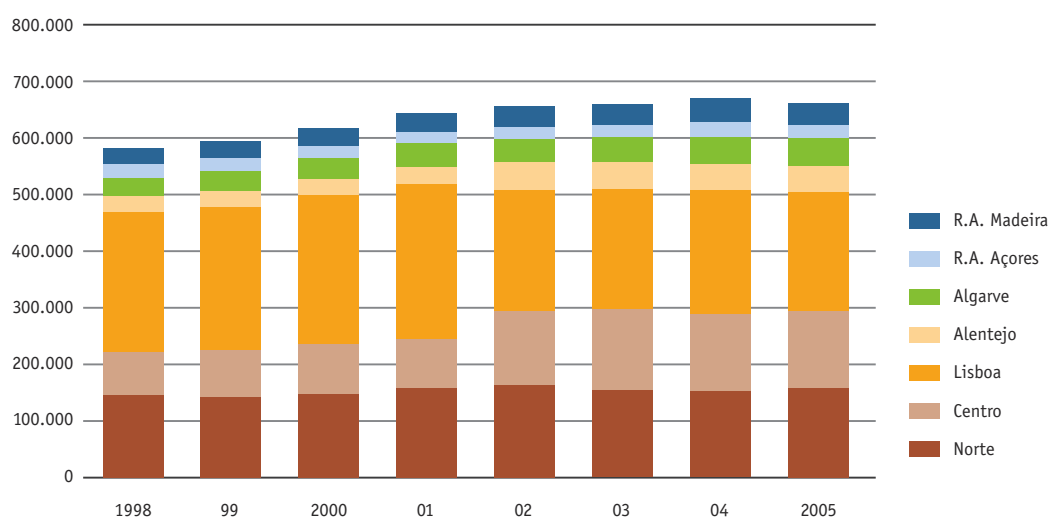
<http://www.irar.pt/>

<http://ec.europa.eu/environment/water/index.html>

representações gráficas

17 a) Consumo de água de abastecimento por NUTS II (exclui sectores agrícola e energético)

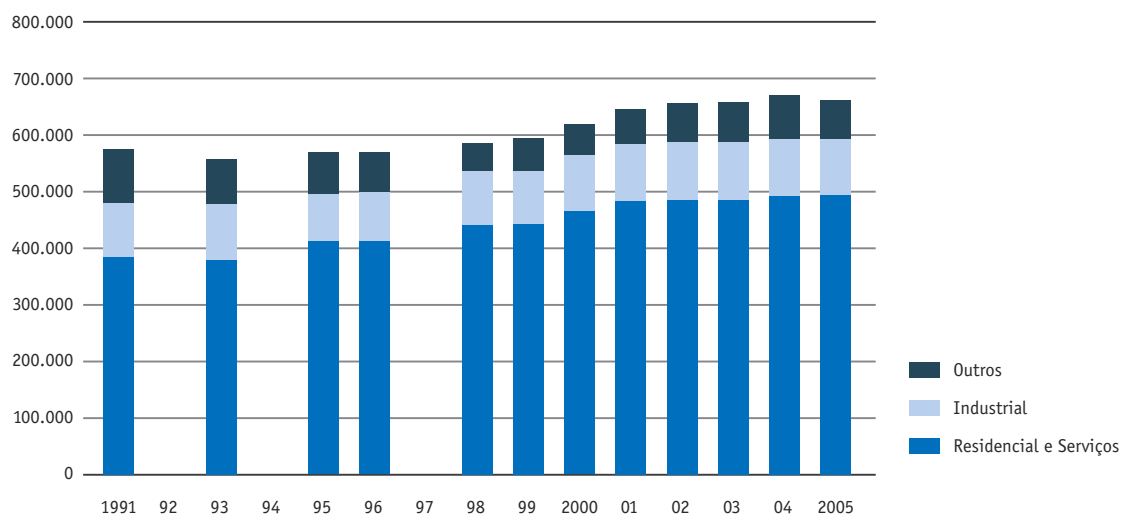
Consumo de água (10^3 m^3)



Fonte: INE, 2007

17 b) Consumo de água segundo o tipo de uso (exclui sectores agrícola e energético)

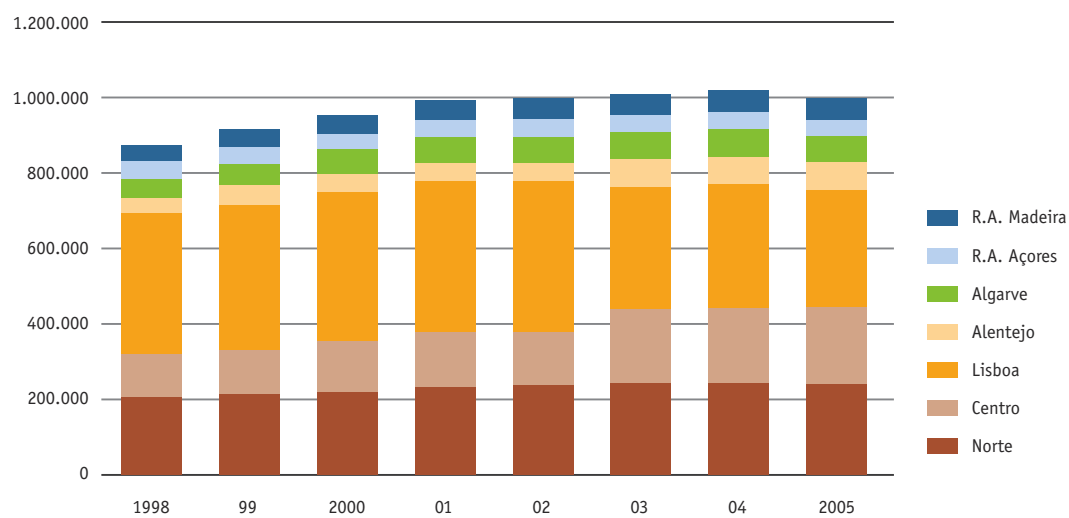
Consumo de água (10^3 m^3)



Fonte: INE, 2007

17 c) Caudal captado para abastecimento público por NUTS II (exclui sectores agrícola e energético)

Água captada (10^3 m^3)



Fonte: INE, 2007

nome do indicador CONSUMO DE ÁLCOOL

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

INDEFINIDA

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem; ml per capita, litros per capita.

fonte(s)

INE; DGS

descrição

Álcool consumido pela população.

documentos de referência

- Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (DGS, 2004);
- Inquérito Nacional de Saúde 1995/1996 e 1998/1999 (INE).

metodologia

Avaliação do consumo de bebidas alcoólicas a partir da realização do Inquérito Nacional de Saúde (INS) à população segundo o comportamento face ao consumo de bebidas alcoólicas durante os 12 meses anteriores à realização do inquérito no Continente (cobertura dos anos 1995/1996 e 1998/1999). Reporta-se a percentagem da população inquirida que consumiu bebidas alcoólicas naquele período.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) faz a estimativa da quantidade de álcool puro presente nas bebidas espirituosas, vinho, cerveja e noutras bebidas alcoólicas consumidas per capita em cada país durante cada ano, calculada a partir das estatísticas oficiais sobre a produção nacional, vendas, importações e exportações, tendo em conta os stocks e a produção doméstica sempre que possível. Os factores de conversão usados para estimar a quantidade de álcool puro na cerveja é de 4,5% e para o vinho 14%.

objectivos e metas

As metas traçadas no Plano Nacional de Saúde (PNS) estabelecem para 2010 valores específicos de percentagens de indivíduos que consumiram álcool várias vezes por semana nos últimos doze meses, para os diferentes grupos etários: - 15-24 anos: 3%
- 25-44 anos: 23%
- 45-64 anos: 23%
- 65-74 anos: 20%.

análise sumária

Tal como outros indicadores que reflectem comportamentos da população (tais como o consumo de tabaco e de drogas ilícitas, incidência de suicídios e doenças psíquicas), o consumo de álcool pode dar uma medida da qualidade de vida e satisfação das populações e, por isso, da sustentabilidade do desenvolvimento de um país ou região.

A percentagem de população amostrada que ingeriu bebidas alcoólicas entre 1995 e 1999 apresentou-se, de acordo com os INS, aproximadamente estável, aumentando no entanto a percentagem de mulheres e jovens consumidores. (INE, 1999)

A faixa etária com consumo mais elevado de bebidas alcoólicas está entre os 25 e os 44 anos.

As metas estabelecidas pelo PNS apontam para um decréscimo da percentagem de pessoas que afirmam consumirem bebidas alcoólicas várias vezes por semana para aproximadamente metade do consumo identificado no PNS em 2004.

Uma análise mais prolongada desde os inícios dos anos 70, efectuada pela OMS, permite verificar um decréscimo no consumo anual per capita de bebidas alcoólicas em Portugal, de um modo sistemático a partir de 1990, sendo mais notório o decréscimo em relação ao vinho, acompanhado de um aumento do consumo de cerveja e de bebidas espirituosas.

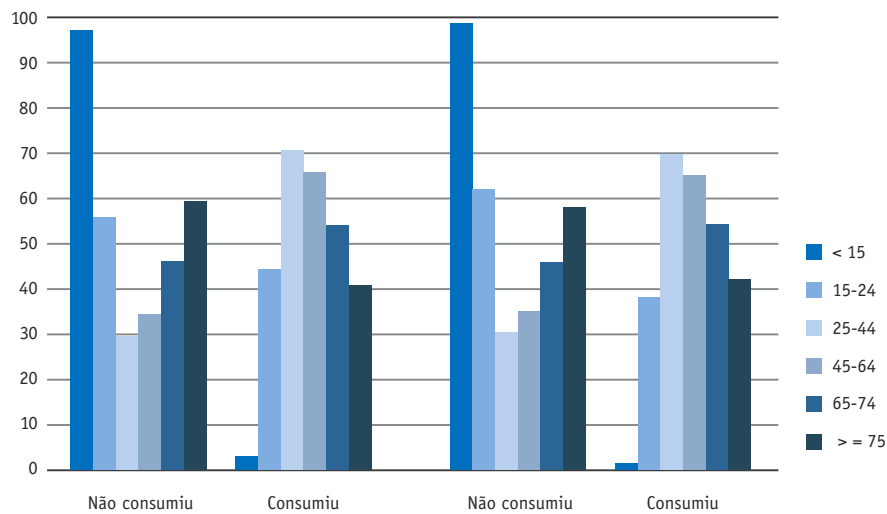
mais informação

- <http://www.dgs.pt/>
- <http://www.idt.pt>
- <http://www.cras.min-saude.pt>
- <http://www.cran.min-saude.pt/>
- <http://data.euro.who.int/hfad/>

representações gráficas

18 a) População que declarou ser consumidora de bebidas alcoólicas durante os 12 meses anteriores à inquirição, relativamente ao total de população inquirida, por grupo etário

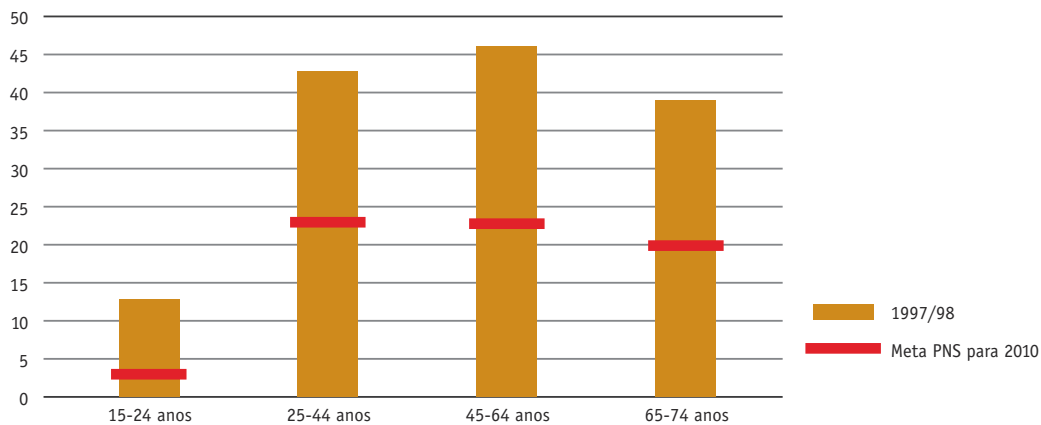
Consumo de bebidas alcoólicas (%)



Fonte: IDGS-INS, 2004

18 b) População consumidora de bebidas alcoólicas várias vezes por semana nos últimos 12 meses por grupo etário, relativamente ao total de população do respectivo grupo etário, vs metas do Plano Nacional de Saúde 2004-2010

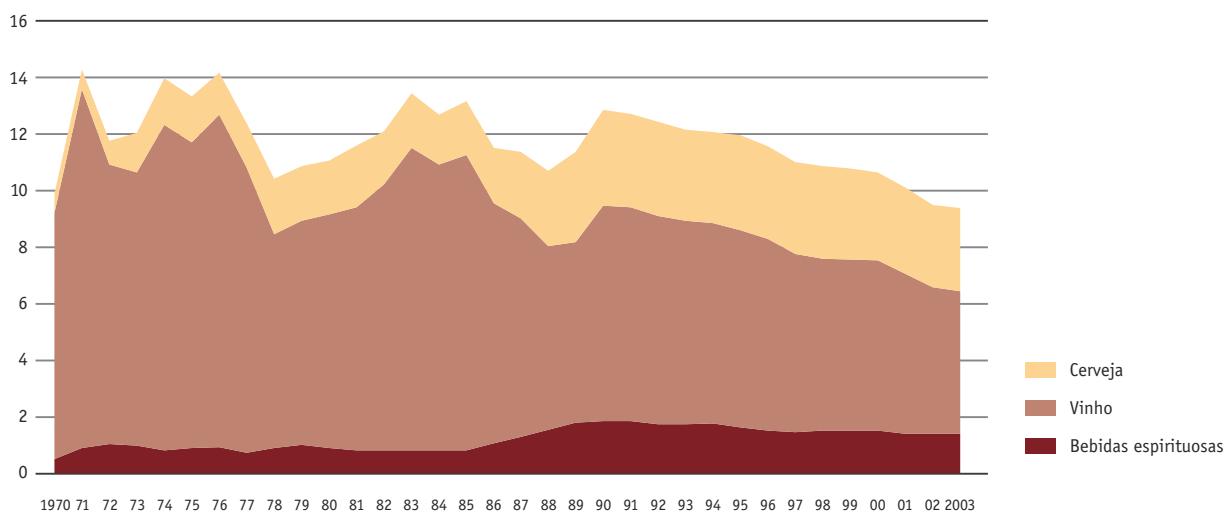
Indivíduos que consumiram álcool várias vezes na semana (%)



Fonte: DGS, 2004

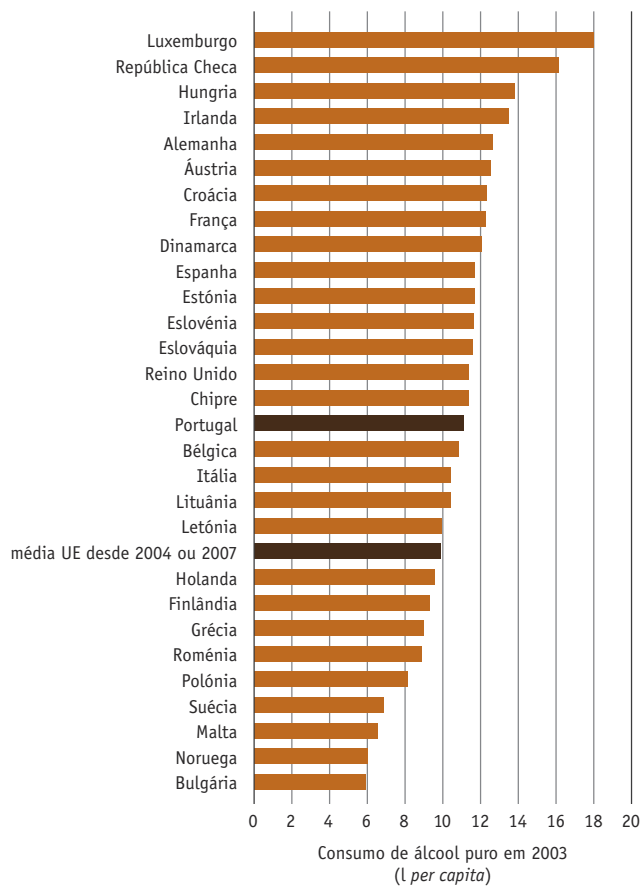
18 c) Consumo de bebidas alcoólicas em Portugal, medido em álcool puro

Bebidas alcoólicas, em álcool puro (l per capita)



Fonte: WHO/Regional Office for Europe, 2007

18 d) Consumo de álcool puro



Fonte: WHO/Regional Office for Europe, 2007

nome do indicador CONSUMO DE ELECTRICIDADE PRODUZIDA A PARTIR DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

ENERGIA

tema(s) UE

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL
ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Tonelada equivalente de petróleo (tep); percentagem de energia total; GWh.

fonte(s)

DGEG; Eurostat

descrição

Energia eléctrica produzida a partir de fontes de energia consideradas como não esgotáveis - por exemplo energia geotérmica, solar, eólica e hídrica - ou renováveis - por exemplo biomassa e resíduos.

O Plano Tecnológico prevê as seguintes metas para capacidade de instalação: 5100 MW para a eólica (2012), 5575 MW para a hídrica (2010), 250 MW para a biomassa, uma zona piloto com 250 MW (2010) para a energia das ondas e 100 MW para o biogás.

documentos de referência

- Estratégia Nacional para a Energia (RCM n.º 169/2005, de 24 de Outubro);
- Programa de actuação para reduzir a dependência de Portugal face ao petróleo (RCM n.º 171/2004, de 29 de Novembro).

análise sumária

O potencial de energias renováveis em Portugal é significativo, com destaque para a energia hídrica e da biomassa, e mais recentemente da energia eólica e solar. Apenas os potenciais de energia hídrica e da biomassa têm vindo a ser explorados em níveis significativos, sendo certo que uma maior utilização do potencial de fontes de energia renováveis deve constituir uma vertente essencial numa política de desenvolvimento sustentável.

metodologia

Recolha de informação directamente dos produtores de energia eléctrica (pública e autoprodutores) e a partir dos projectos de licenciamento apresentados.

De realçar que é o eólico que apresenta o maior dinamismo, com taxas de crescimento rápidas a partir dos finais dos anos 90. A capacidade de instalação passou de 8 MW em 1985 para 1 063 MW em 2005, mas encontra-se ainda aquém da meta proposta na RCM n.º 63/2003, de 28 de Abril (Programa E4), de 4 500 MW em 2010. Do mesmo modo, a potência instalada em energia solar fotovoltaica passou de 0,9 MW em 1999 para 2,3 MW em 2006 (valor provisório), estando ainda bastante longe da meta de 150 MW em 2010, estabelecida no mesmo diploma. Neste sentido, e no âmbito da Estratégia Nacional de Energia (RCM 169/2005), a linha de orientação política para o reforço das energias renováveis prevê a adopção de diversas medidas, com especial enfoque na energia eólica, no potencial hídrico, na biomassa, no solar e nos biocombustíveis. Foram estabelecidas novas metas, contidas no Plano Tecnológico: 5 100 MW para a eólica (2012), 5 575 MW para a hídrica (2010), 250 MW para a biomassa, uma zona piloto com 250 MW (2010) para a energia das ondas e 100 MW para o biogás.

Definições:

Fonte de energia renovável (FER) - fonte de energia não fóssil, renovável, a partir dos ciclos naturais. (Fonte: INE)

Electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis - electricidade produzida por centrais que utilizem exclusivamente fontes de energia renováveis, bem como a quota de electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis em centrais híbridas que utilizam igualmente fontes de energia convencionais, incluindo a electricidade renovável utilizada para encher os sistemas de armazenagem e excluindo a electricidade produzida como resultado de sistemas de armazenagem. (Fonte: INE)

Produção bruta de energia eléctrica - produção medida à saída dos grupos da central eléctrica. Compreende a energia absorvida pelos serviços auxiliares da central e pelas perdas dos transformadores que são considerados como fazendo parte da central. Na produção hidroeléctrica deverá compreender a produção das centrais de bombagem. (Fonte: INE)

Produção líquida de energia eléctrica - produção à saída da central e enviada para a rede, depois de deduzida a energia absorvida pelos serviços auxiliares da central assim como as perdas dos transformadores que são consideradas como fazendo parte da central. (Fonte: INE)

objectivos e metas

A Directiva da Comissão Europeia sobre produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis (Directiva n.º 2001/77/CE de 27 de Setembro) fixa metas indicativas para o ano 2010 em relação a 1995, propondo à UE um objectivo de 22,1%.

De acordo com o definido pelo Governo em Janeiro de 2007, Portugal propõem-se atingir 45% do consumo bruto de electricidade, em 2010, por electricidade produzida a partir de fontes de energia renováveis.

A incorporação de FER no consumo bruto de energia eléctrica, para efeitos da Directiva 2001/77/CE, foi de aproximadamente 36% em 2005, aproximando-se da meta inicialmente estabelecida para Portugal, de 39% em 2010, mas revista pelo Governo em Janeiro de 2007 para 45%. O cumprimento é calculado assumindo a mesma hidraulicidade (Índice de Produtibilidade Hidroeléctrica - IPH) do ano base, relativamente à qual foi definida a meta (1997). Contudo de salientar que a produção de energia eléctrica a partir de FER em Portugal é muito variável devido ao forte peso da componente hídrica (80% da potência instalada em 2004 e 58% da potência instalada em 2005).

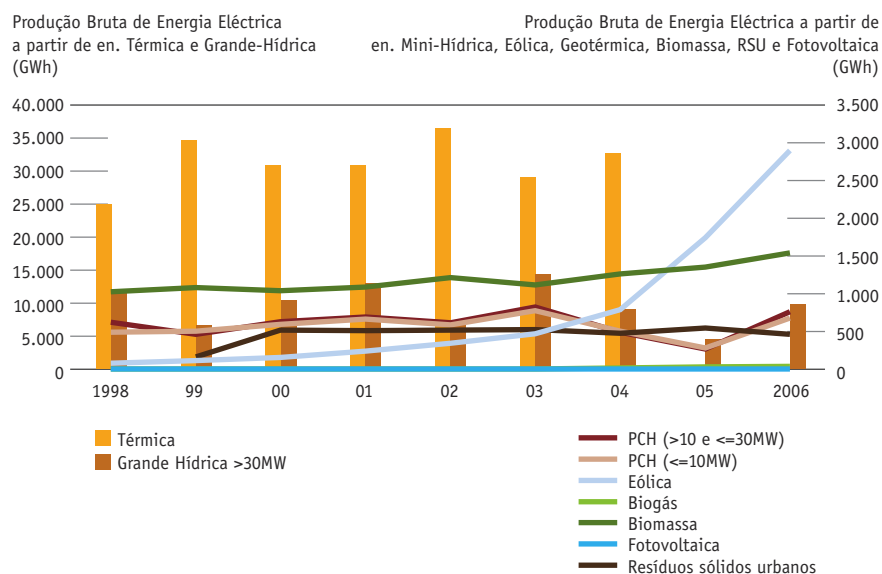
Ainda, e de acordo com as estatísticas da DGEG, Portugal foi, em 2005, o 6º país da UE-15 com maior percentagem de FER no consumo de electricidade, acima das médias da UE-15 e UE-25, 15% e 14%, respectivamente, apesar do ano hidrológico especialmente seco.

mais informação

- www.dgge.pt
- www.energiasrenovaveis.com
- <http://www.erse.pt>
- <http://www.adene.pt>
- http://www.ec.europa.eu/energy/res/index_en.htm

representações gráficas

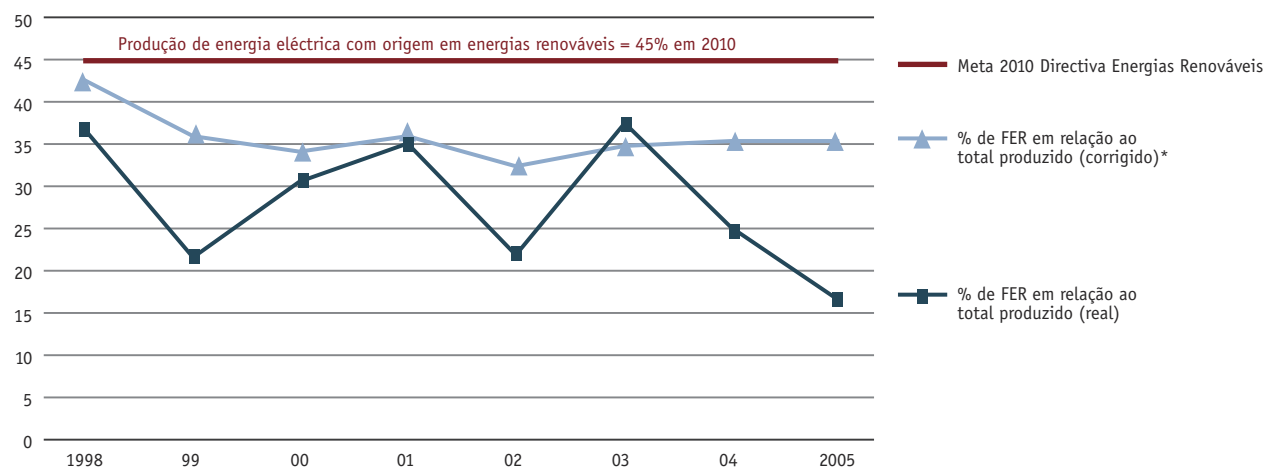
19 a) Produção bruta de energia eléctrica, por principal fonte, em Portugal continental



Nota: PCH = Pequenas Centrais Hidroeléctricas
Fonte: DGEG, 2007

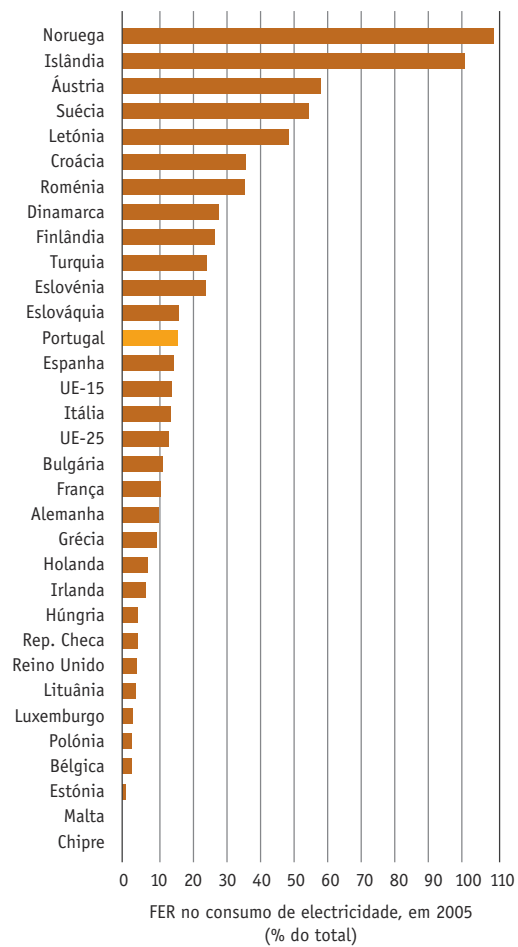
19 b) Produção bruta de energia eléctrica a partir de fontes de energia renováveis, em Portugal continental

Energias renováveis (% da produção bruta total de energia eléctrica)



Fonte: DGEG, 2007

19 c) Percentagem de energias renováveis no consumo de energia eléctrica na Europa



Fonte: Eurostat, 2007

nome do indicador CONSUMO DE ENERGIA FINAL

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ENERGIA

tema(s) UE

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

tep/ano, tep/hab.

fonte(s)

DGEG, Eurostat

descrição

Quantidade de energia disponível para consumo pelas várias actividades económicas e consumidores finais, nas suas diversas formas: carvão, petróleo, gás natural, gases e outros derivados, energia eléctrica, calor e energias renováveis.

mais informação

www.dgge.pt

documentos de referência

- Estratégia Nacional para a Energia (RCM n.º 169/2005, de 24 de Outubro).

metodologia

Recolha de informação a partir dos operadores de mercado e respectiva validação pela entidade responsável, efectuando posteriormente o respectivo tratamento estatístico.

Definições:

Energia Final - Energia que é utilizada directamente pelo utilizador final, já excluída da energia utilizada nos processos de transformação e das perdas inerentes a esses processos. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Genericamente as metas estabelecidas para o sector energético são:

- Intensificar a utilização de recursos energéticos endógenos;
- Promover a produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis;
- Contribuir para a redução da factura energética externa;
- Dar resposta ao problema das alterações climáticas, diminuindo a contribuição do sector energético nas emissões de GEE;
- Reforçar as infra-estruturas energéticas, em especial das energias renováveis.

A ENDS 2015 estabelece como meta a redução do consumo final de energia em 1%/ano, relativamente à média dos últimos 5 anos (2001-2005).

análise sumária

A energia que se consome é responsável pela maior parte das emissões de gases com efeito de estufa (GEE), aos quais se atribui a aceleração de fenómenos de alterações climáticas.

A estrutura sectorial da procura tem vindo a registar importantes alterações, com a indústria a perder expressão no consumo final de energia, passando o sector dos transportes a ser o maior consumidor. A indústria representava 35% em 1990, e passou para 28,4% em 2005. Em contrapartida, o sector dos transportes aumentou de aproximadamente 30% para 35,4% no mesmo período.

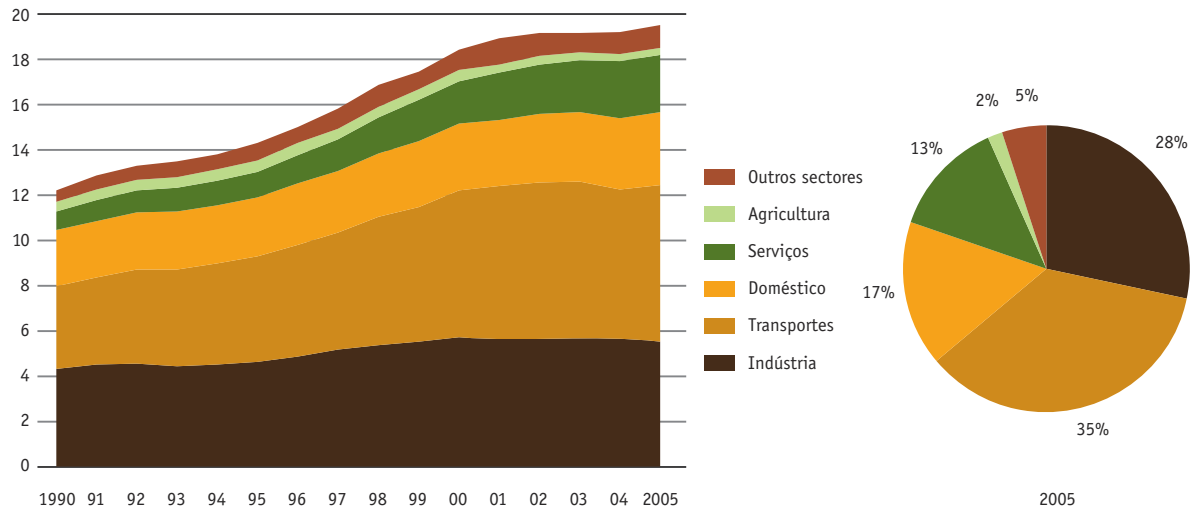
O consumo de energia final cresceu cerca de 60% entre 1990 e 2005.

Numa análise comparativa com os restantes Estados-membros da UE-25, na década de 90 Portugal foi um dos países onde o crescimento do consumo de energia final foi mais elevado. Em 2004 a procura atingiu um valor global de cerca de 20 Mtep. No entanto, há que realçar que Portugal está entre os países com menor capitação de energia, cerca de 1,84 tep por habitante em 2004, sendo a média da UE-25 de 2,5 tep por habitante.

representações gráficas

20 a) Consumo de energia final, por sector de actividade económica

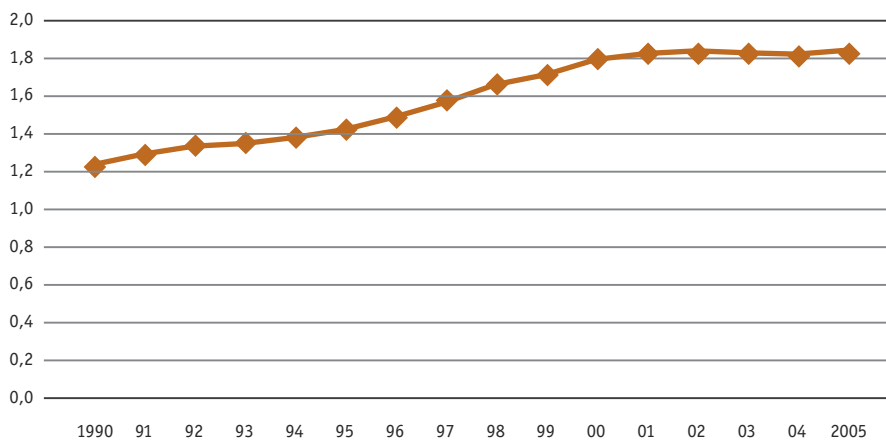
Consumo de energia Final (Mtep)



Fonte: DGEG, 2007

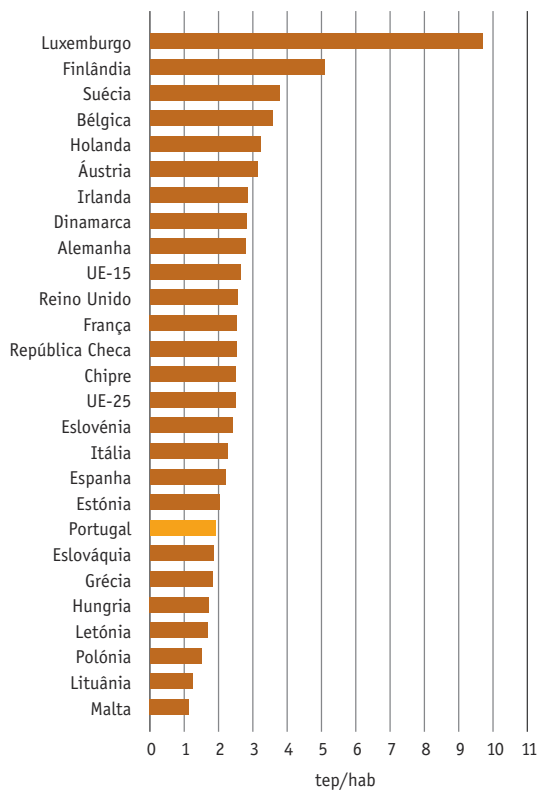
20 b) Consumo de energia final per capita

Consumo de energia final *per capita* (tep/hab)



Fonte: DGEG, 2007

20 c) Consumo de energia final per capita na UE em 2004



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

N.º de novos casos; N.º de óbitos e Percentagem.

fonte(s)

IDT; OEDT/EMCDDA

descrição

Drogas ilícitas consumidas pela população.

documentos de referência

- A Situação do País em Matéria de Drogas e Toxicodependências: Relatórios 2005 e 2006, IDT 2006 e 2007;
- Estratégia da UE de Luta contra a Droga 2005-2012 (Conselho da União Europeia, 2004);
- Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicodependências 2005-2012 (IDT, 2006).

metodologia

Contabilização do número de novos casos, medido através do número de novas consultas nos Centros de Atendimento a Toxicodependentes, e de óbitos relacionados com o uso ilícito de droga.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

O consumo de drogas ilícitas é um problema de saúde, não só dos próprios consumidores e abusadores de substâncias psicoactivas, mas também da sociedade, pelos problemas relacionados aos níveis sanitário, escolar, criminal e social.

O número de novas consultas nos Centros de Atendimento a Toxicodependentes diminuiu a partir de 1999, ano a partir do qual também se verificou uma diminuição no número de óbitos.

Quanto à prevalência do uso de drogas, o levantamento levado a cabo em Portugal em 2001 indica que cerca de 13% da população inquirida entre os 15 e os 34 anos prevalece no uso de cannabis, o tipo de droga mais consumida, sendo este valor de aproximadamente 8% se o grupo etário compreender idades entre os 15 e os 64 anos.

Em todos os grupos etários e nos vários países da UE objecto de levantamento sobre a prevalência do uso de drogas, o cannabis é a droga mais utilizada. Relativamente ao consumo deste tipo de droga entre a população jovem (15-34 anos) noutros países da UE, Portugal encontra-se entre os que menos consomem (12% da população inquirida) - Roménia e Malta são os que, entre a população inquirida, ainda estão abaixo deste valor -, estando a Dinamarca à frente dos que mais consomem cannabis - 45% da população jovem de acordo com os últimos dados disponíveis.

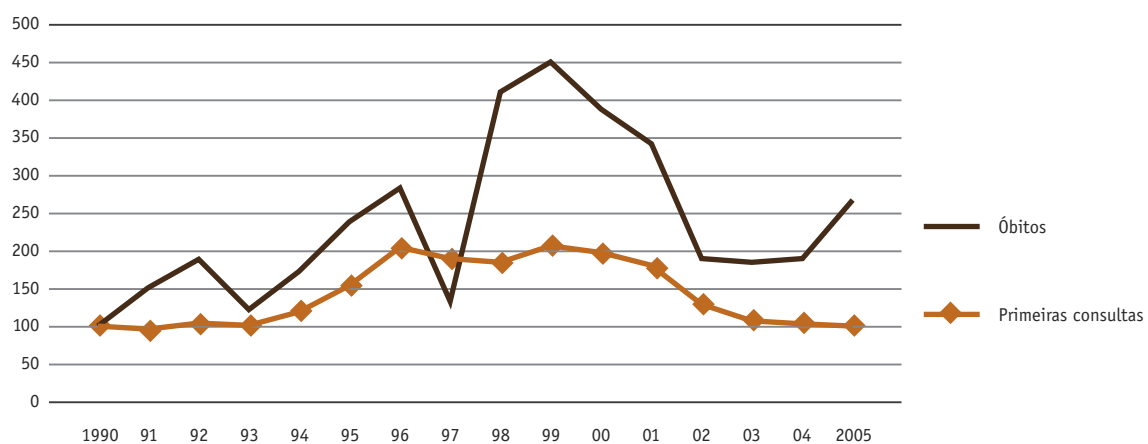
mais informação

<http://www.idt.pt>
<http://www.portaldasauade.pt>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>
<http://www.emcdda.europa.eu/>

representações gráficas

21 a) Índice de variação de primeiras consultas e de óbitos relacionados com o uso ilícito de droga

Casos novos e óbitos relacionados com o uso ilícito de droga (1990=100)

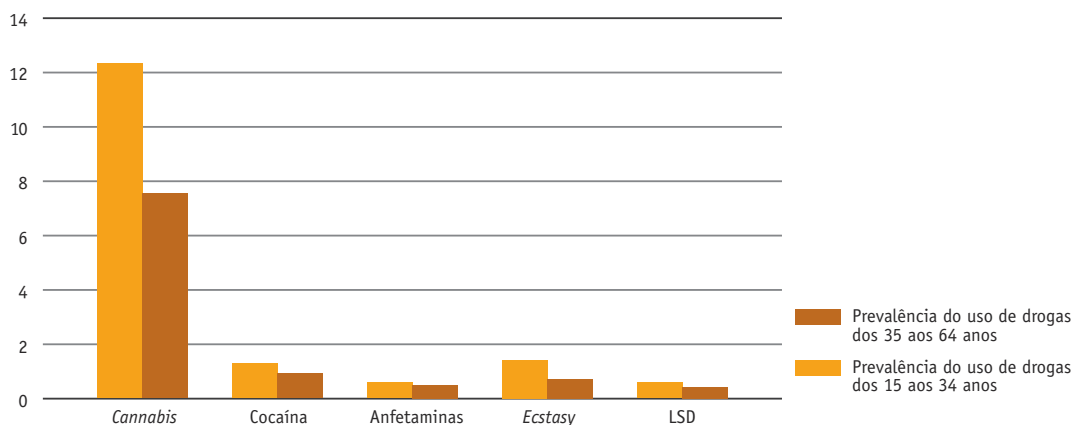


Nota: referem-se os óbitos com resultados positivos nos exames toxicológicos de substâncias psicotrópicas ou estupefacientes, efectuados no Instituto Nacional de Medicina Legal

Fonte: DGS, 2004; IDT, 2006

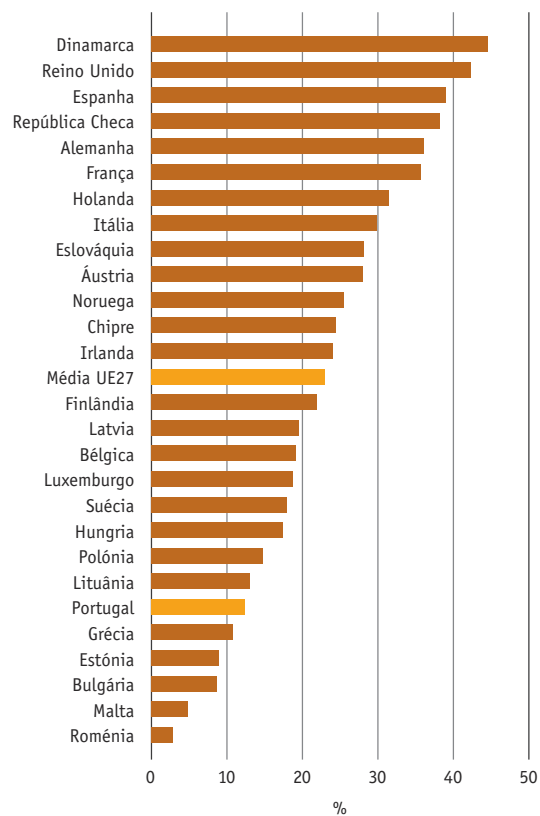
21 b) Prevalência ao longo da vida do uso de drogas dos 15 aos 34 anos e dos 15 aos 64 anos, em Portugal, em 2001

Prevalência do uso de drogas (%)



Fonte: OEDT/EMCDDA, 2007

21 c) Prevalência do uso de cannabis entre a população jovem (15-34anos) a partir dos últimos dados disponíveis de inquéritos nacionais à população em geral, relativamente ao total de população inquirida no respectivo grupo etário



Fonte: OEDT/EMCDDA, 2007

nome do indicador CONSUMO DE MATERIAIS PELA ECONOMIA - CME / DMI

SIDS regional NÃO

indicador-chave SIM

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentávelAMBIENTAL
ECONÓMICA**objectivos da ENDS 2015**

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL A CURTO PRAZO

unidade(s) de medida

Tonelada.

fonte(s)

INE

descrição

Todos os materiais processados pela economia para consumo interno ou para exportar, compreendendo toda a extracção doméstica de matérias primas - biomassa e minerais metálicos e não metálicos, incluindo os combustíveis fósseis -, com vista a responder às necessidades de produção e consumo, bem como todos os materiais que são importados para o mesmo fim.

documentos de referência

- Economy-wide material flow accounts and derived indicators (Eurostat, 2002).
- Inovação, Empreendedorismo e Desenvolvimento - estudo para o Observatório do QREN (IST/UL, 2005).

metodologia

Este indicador tem por base o indicador Direct Material Input - DMI, proposto pelo Eurostat em 2002. Traduz o somatório de todos os materiais com valor económico extraídos no país (extracção doméstica) por diversas actividades económicas primárias, assim como todos os materiais importados, sejam eles matérias-primas, produtos semi-acabados ou produtos finais. São abrangidos, na contabilização do Consumo de Materiais pela Economia (CME), os materiais bióticos - matérias-primas originárias de actividades como a agricultura, produção florestal e pescas - e todos os materiais abióticos - matérias-primas de base mineral, desde combustíveis fósseis, a minerais de construção e minerais industriais.

CME = Extracção doméstica + Importações

A metodologia de contabilização dos fluxos de materiais das economias é baseada no guia metodológico "Economy-wide material flow accounts and derived indicators", publicado pelo Eurostat em 2002.

objectivos e metas

São objectivos para este indicador:

- Obter um crescimento económico menos intensivo em consumo de recursos naturais;
- Diminuir os consumos de recursos não renováveis;
- Definir políticas de produção e consumo sustentáveis;
- Sensibilizar o cidadão para a importância do seu papel individual no sucesso deste objectivo, essencialmente pelas escolhas que faz, pela forma como gere os recursos à sua disposição e pela reclamação do seu direito à informação.

Para isso propõe-se, no âmbito da estratégia nacional definida com o QREN 2007-2013, um aumento da produtividade dos recursos naturais para níveis iguais à média dos países mais desenvolvidos da UE em 2013.

análise sumária

O consumo de recursos naturais associado à procura crescente de alimentos, bens, serviços e espaço tem frequentemente como consequência o aumento dos impactes associados aos processos de produção - nomeadamente através de emissões gasosas, no meio aquático e de resíduos -, a perturbação/destruição de ecossistemas e, em última análise, uma redução dos recursos disponíveis.

Uma medida do consumo de materiais pela economia portuguesa é dada pelo indicador CME.

A nível nacional, o CME apresentou, de 1990 a 2000, uma tendência de crescimento, com quantidades que se situaram nos 127 milhões de toneladas em 1990 e 188 milhões de toneladas em 2000, cerca de 13 e 19 toneladas por habitante, respectivamente. Neste período houve uma necessidade crescente de materiais extraídos no país ou vindos do exterior para responder às necessidades de produção e consumo.

No conjunto dos materiais constituintes do CME, os mais explorados foram os Minerais; a Biomassa assumiu a segunda posição até 1994, sendo que nos anos seguintes as Importações ultrapassaram a Biomassa, apresentando desde então uma tendência de crescimento.

Relativamente à produtividade dos recursos na economia portuguesa (riqueza gerada por materiais consumidos), esta registou um decréscimo significativo em 1997, não se tendo conseguido recuperar para os valores registados na primeira metade da década de 1990.

mais informação

<http://epp.eurostat.ec.eu.int>

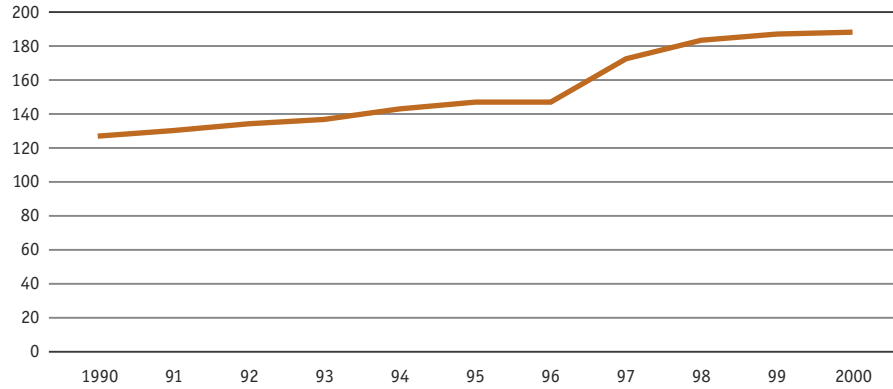
<http://www.wupperinst.org/Sites/home1.html>

<http://waste.eionet.eu.int>

representações gráficas

22 a) Consumo de Materiais pela Economia

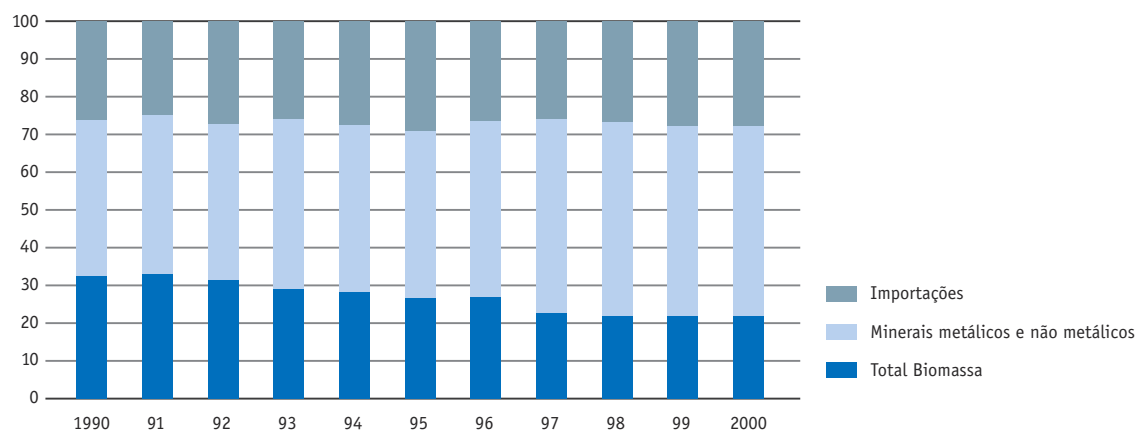
milhões de toneladas



Fonte: INE, 2005

22 b) Composição dos materiais constituintes do CME

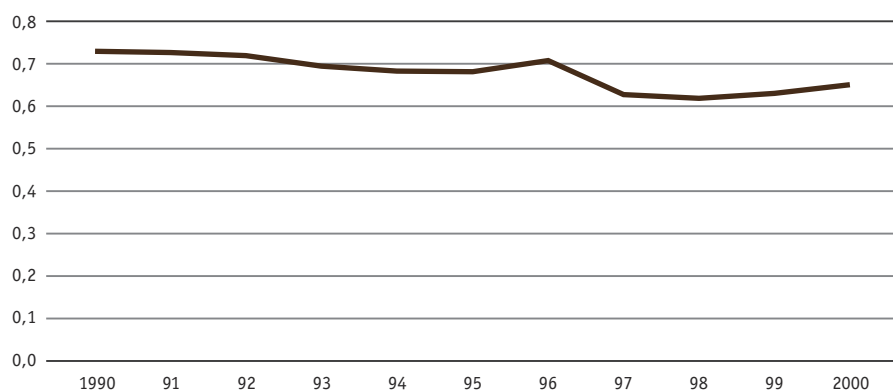
%



Fonte: INE, 2005

22 c) Produtividade dos recursos na economia

PIB/CME (10⁹ Euros/tonelada)



Fonte: INE, 2005

nome do indicador CONSUMO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

CULTURA

tema(s) UE

NÃO APLICÁVEL

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

1º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número de exemplares.

fonte(s)

INE

descrição

Quantidade de jornais e revistas vendidos anualmente.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

Contabilização do número médio anual diário de jornais e revistas vendidos.

Definições:

Publicação periódica - publicação editada em série contínua com o mesmo título, a intervalos regulares ou irregulares, durante um período indeterminado, sendo os diferentes elementos da série numerados consecutivamente ou cada um deles datado. (Fonte: INE)

Jornal - publicação periódica (impressa) destinada ao público em geral tendo como objectivo principal constituir uma fonte primária de informação escrita sobre acontecimentos (generalistas e correntes) relacionados com assuntos públicos, questões internacionais, política, etc. (Fonte: INE)

Revista - publicação em série que trata geralmente de um ou vários domínios especializados, destinados a fornecer informação geral ou informação científica e técnica. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

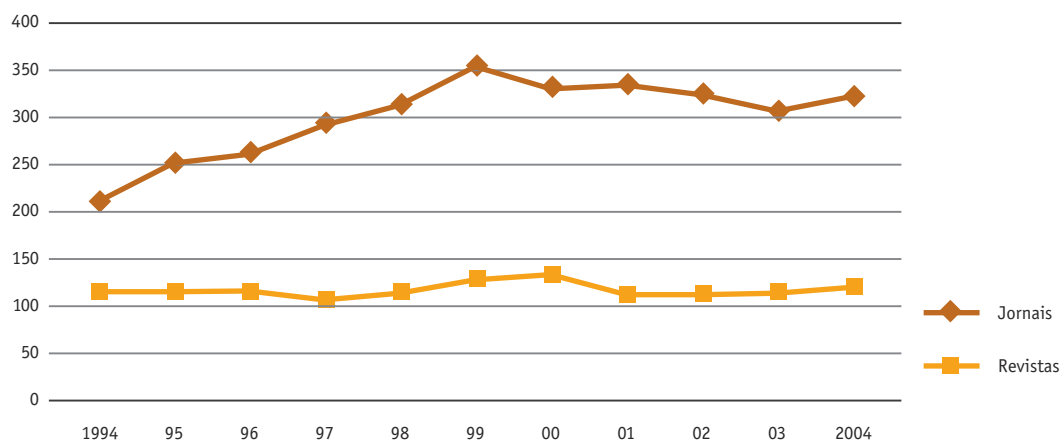
O número médio anual de jornais vendidos tem mostrado uma tendência de aumento na última década. De 1994 para 2004 verificou-se um incremento de cerca de 53% nas vendas deste tipo de publicação periódica. No que diz respeito às vendas de revistas, estas têm-se mantido praticamente constantes no mesmo período de análise. A região do País onde se verifica o maior consumo de publicações periódicas é Lisboa, podendo relacionar-se este facto com o maior poder de compra existente nesta região.

mais informação<http://www.ine.pt/>

representações gráficas

23 a) Exemplos de jornais e revistas vendidos

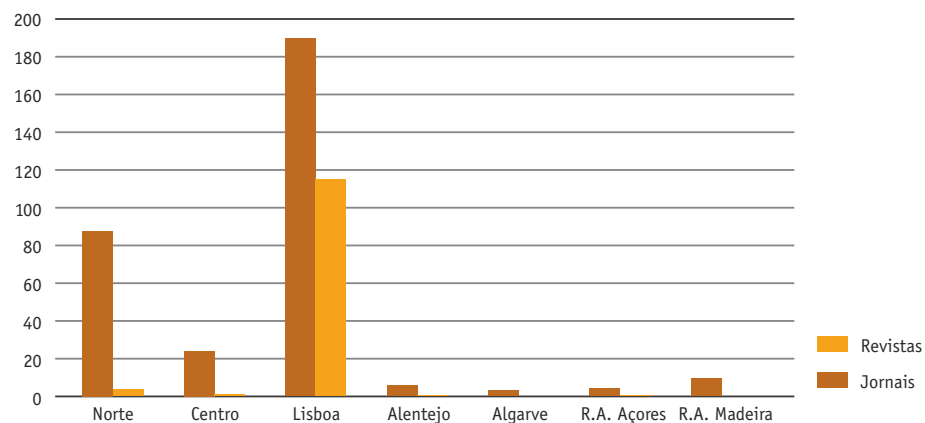
Exemplares vendidos (10⁶ jornais e revistas)



Fonte: INE, 2006

23 b) Exemplos de jornais e revistas vendidos, por NUTS II, em 2004

Exemplares vendidos (10⁶ jornais e revistas)



Fonte: INE, 2006

nome do indicador CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS DEPLECTORAS DA CAMADA DE OZONO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

AR E CLIMA

tema(s) UE

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

INDISPONÍVEL MAS RELEVANTE

unidade(s) de medida

Tonelada ponderada através do ODP (Potencial de Destruição do Ozono / Ozone Depletion Potential) de cada substância.

fonte(s)

INE; Comissão Europeia

descrição

Consumo nacional de substâncias que contribuem para a destruição da camada de ozono.

documentos de referência

- Protocolo de Montreal, relativo às substâncias que deterioram a camada de ozono;
- Regulamento (CE) n.º 2037/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.

metodologia

O consumo das substâncias deplectoras da camada de ozono calcula-se pela sua produção, mais as quantidades importadas, menos as quantidades exportadas.

É efectuada uma soma ponderada do consumo anual nacional ou da produção na UE (em Portugal é nula) das substâncias que destroem a camada de ozono, consideradas no Protocolo de Montreal, por grupo de substâncias (clorofluorcarbonetos, clorofluorcarbonetos totalmente halogenados, halons, tetracloreto de carbono e 1,1,1-tricloroetano, que se apresentem isolados ou em mistura), de acordo com o respectivo Potencial de Destruição do Ozono (ODP, na sigla inglesa de Ozone Depletion Potential).

Definições:

Utilizações essenciais (ou críticas) - utilizações necessárias para a saúde, segurança ou que desempenhem um papel determinante para o funcionamento da sociedade, sempre que não existam produtos alternativos ou substitutos técnica e economicamente viáveis.

objectivos e metas

Portugal ratificou em 1988 o Protocolo de Montreal, onde ficaram instituídas obrigações restritas e quantificáveis, com datas limite para a eliminação total do consumo das substâncias que destroem a camada de ozono. Segundo a Emenda de Pequim ao Protocolo (1999), os HCFC devem ser eliminados totalmente até 2030.

O Regulamento (CE) n.º 2037/2000 do Parlamento Europeu e do Conselho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono estabelece um calendário de redução da produção e consumo das ODS regulamentadas, por grupo de substâncias, que Portugal deve cumprir e que vai o mais tardar até ao ano 2026 para os HCFC. Estabelece como limite máximo de eliminação dos HCFC o ano de 2026.

análise sumária

Desde a sua criação que o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (PNUA) se preocupa com a protecção da camada de ozono. Neste sentido, foram adoptados, em 1985, a Convenção de Viena para a protecção da camada de ozono e, em 1987, o Protocolo de Montreal relativo às substâncias que deterioram a camada de ozono (ODS, na sigla inglesa de Ozone Depleting Substances). Este Protocolo já foi sujeito a cinco adaptações aos novos conhecimentos alcançados relativamente às medidas de controlo das ODS regulamentadas, e a quatro emendas.

Segundo o Protocolo, o regime de controlo é imposto quer à produção, quer ao consumo de ODS, tendo sido fixados, no seu Art. 2º, os calendários de eliminação correspondentes às diversas categorias de substâncias.

A produção da maior parte de ODS, a nível comunitário, tem vindo a diminuir, com excepção do CFC-13. Este aumento da produção para algumas substâncias pode explicar-se por ser utilizado para satisfazer as necessidades básicas das Partes nos termos do Art. 5º do Protocolo de Montreal (relativo aos países em desenvolvimento), tal como o fabrico de produtos essenciais para a saúde (ex. inaladores para asmáticos).

O pico de produção de HCFC-22 que se fez sentir em 1998 pode explicar-se por esta substância ser utilizada como produto de transição aos CFC.

Deve, porém, realçar-se que os valores de produção na UE não põem em causa os compromissos de consumo, pois nem toda a produção é para consumo comunitário.

A nível do consumo, na UE, algumas substâncias têm vindo a ser mais consumidas em prejuízo de outras. Esta variação, mais uma vez, deve-se ao facto de algumas ODS serem utilizadas para fins essenciais ou críticos, ou como produtos de transição.

A redução da produção e consumo destas substâncias, bem como a sua substituição por substâncias alternativas, irá proporcionar progressos positivos, proporcionando níveis mais elevados de sustentabilidade. Se tal não acontecer, parte da radiação ultra-violeta (UV-B) não será filtrada pela atmosfera, podendo provocar danos graves na saúde pública, nos ecossistemas e nos materiais construídos.

Em Portugal, as substâncias em questão são todas importadas, uma vez que no nosso país não existe produção destas substâncias.

mais informação

<http://www.meteo.pt>

<http://www.unep.org/ozone/index.asp>

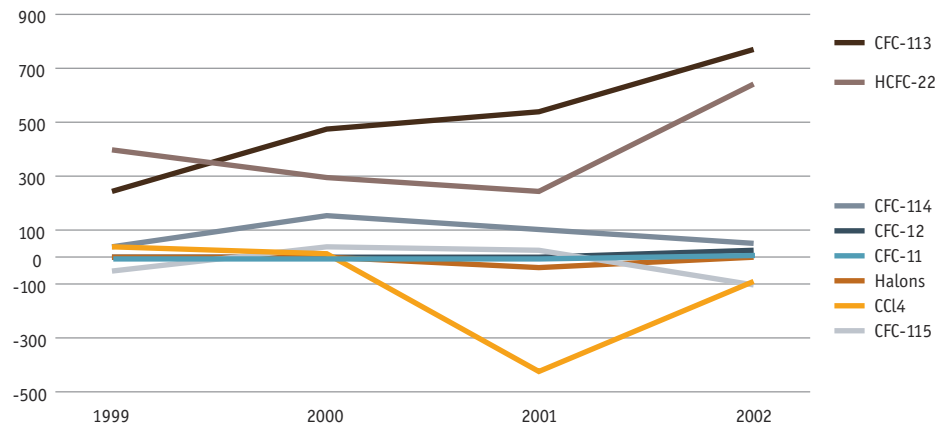
<http://ec.europa.eu/environment/ozone/>

<http://www.wmo.int/index-en.html>

representações gráficas

24 a) Consumo de substâncias depletoras da camada de ozono, na UE-15

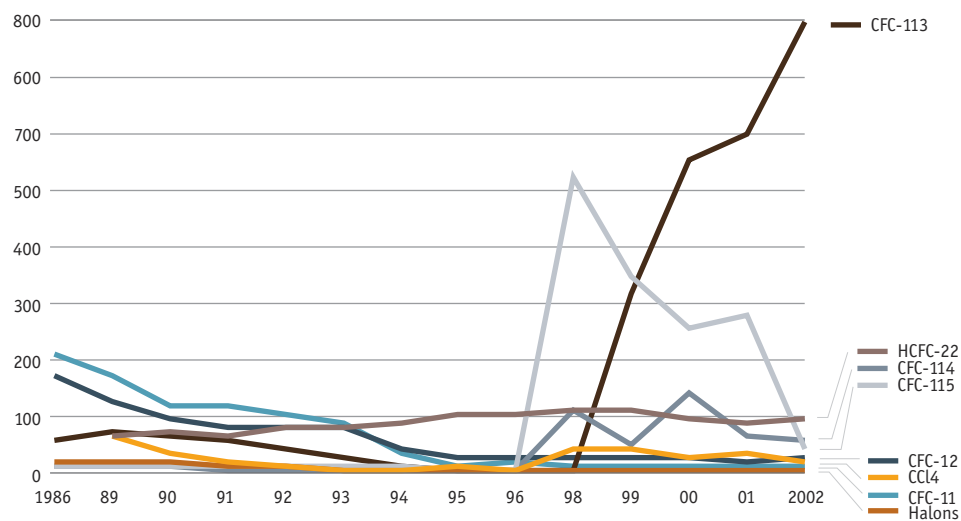
Consumo de ODS (kt)



Fonte: Comissão Europeia, 2004

24 b) Produção de substâncias depletoras da camada de ozono, na UE-15

Produção de ODS (kt)



Fonte: Comissão Europeia, 2004

nome do indicador CONSUMO DE TABACO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

-

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem; nº médio de cigarros per capita por dia.

fonte(s)

DGS

descrição

Tabaco consumido pela população.

documentos de referência

- Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (DGS, 2004);
- Elementos Estatísticos: Informação Geral - Saúde 2004 (DGS, 2006).

metodologia

Avaliação do comportamento face ao consumo de tabaco, a partir da realização do Inquérito Nacional de Saúde (INS) à população com idade superior a 10 anos, reportando-se à percentagem da população fumadora e não fumadora estimada pela Direcção Geral da Saúde (DGS) no Inquérito Nacional de Saúde (INS).

O indicador "Fumadores por total e por género (% da população), em alguns países da UE, em 2001" é definido pelo n.º de fumadores que declarou fumar diariamente ou ocasionalmente, expresso em % da população.

objectivos e metas

As metas traçadas no Plano Nacional de Saúde estabelecem para 2010 valores específicos de percentagens de indivíduos que fumam, homens e mulheres, para os diferentes grupos etários:

% de indivíduos que fumam (25-44 anos): H=23; M=9

% de indivíduos que fumam (45-64 anos): H=17; M=3.

análise sumária

O consumo de tabaco é a principal causa evitável de morbilidade e mortalidade. Segundo os dados do World Health Report (2002), o consumo de tabaco é a principal causa isolada de peso da doença nos países desenvolvidos - 12,2%.

Relativamente à população inquirida no INS, de 1995/96 para 1998/99 aumentou 1,1% a população fumadora que, em 1998/99, era de 19,2%.

Segundo o último INS (1998/99), é no escalão etário 25-44 anos que a proporção de fumadores é maior (34,6%), apesar de ser no escalão 45-64 que se encontra a proporção de população fumadora que consome um maior número de cigarros por dia - cerca de 22 cigarros por dia. É de referir que, quanto à meta estabelecida pelo PNS para 2010 para homens e mulheres no grupo etário dos 25-44 anos, os valores definidos são, respectivamente, 23% e 9%, ainda longe da percentagem registada no último INS disponível.

Entre 1995/96 e 1998/99 o número médio de cigarros consumido pelos fumadores diminuiu muito ligeiramente - 19,5 para 19 cigarros por dia.

De acordo com os dados disponibilizados pelo Eurostat (2006), em 2001 Portugal representava o país menos consumidor de tabaco, consumindo os homens 3 vezes mais tabaco que as mulheres.

mais informação

<http://www.dgs.pt/>

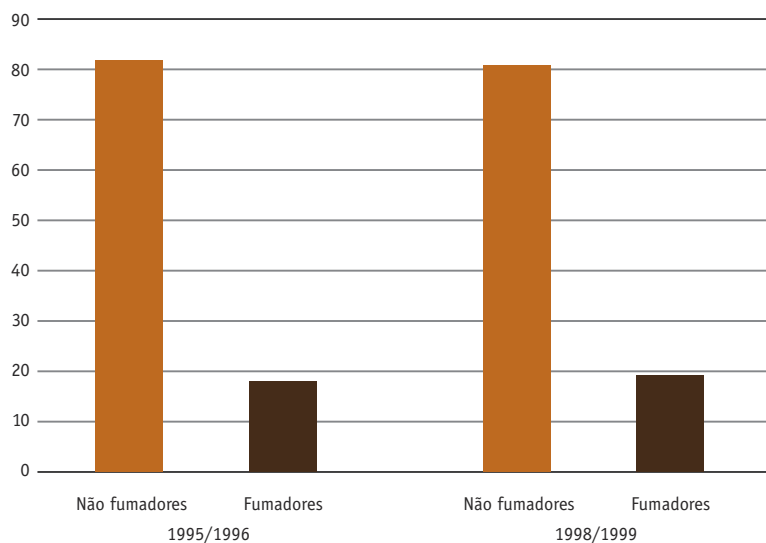
<http://www.portaldasaude.pt>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

representações gráficas

25 a) Fumadores e não fumadores, relativamente ao total da população inquirida

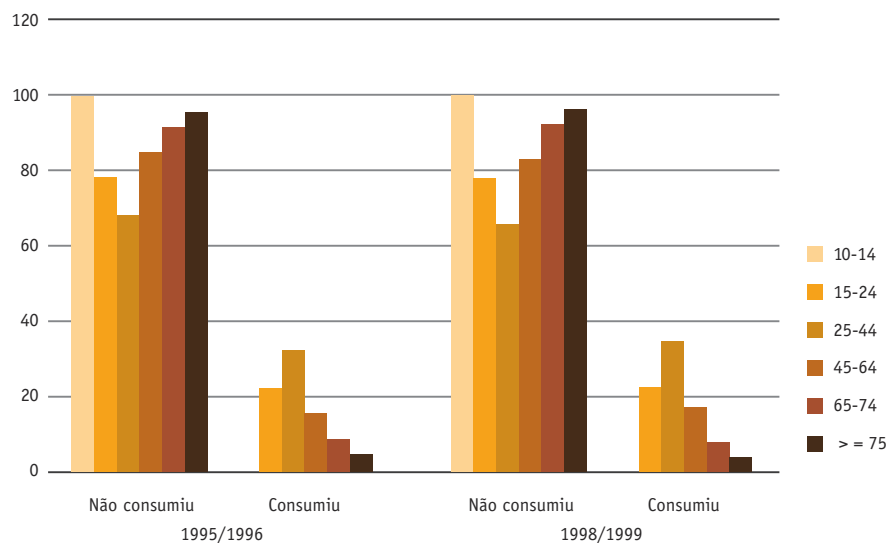
Fumadores e não fumadores (%)



Fonte: INSA/DGS, 2004

25 b) Fumadores e não fumadores, por grupo etário, relativamente ao total da população inquirida do respectivo grupo etário

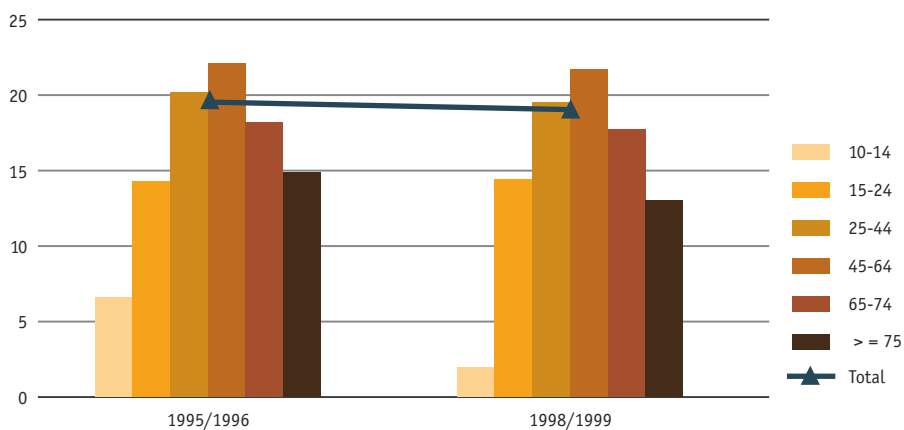
Fumadores e não fumadores por grupo etário (%)



Fonte: INSA/DGS, 2004

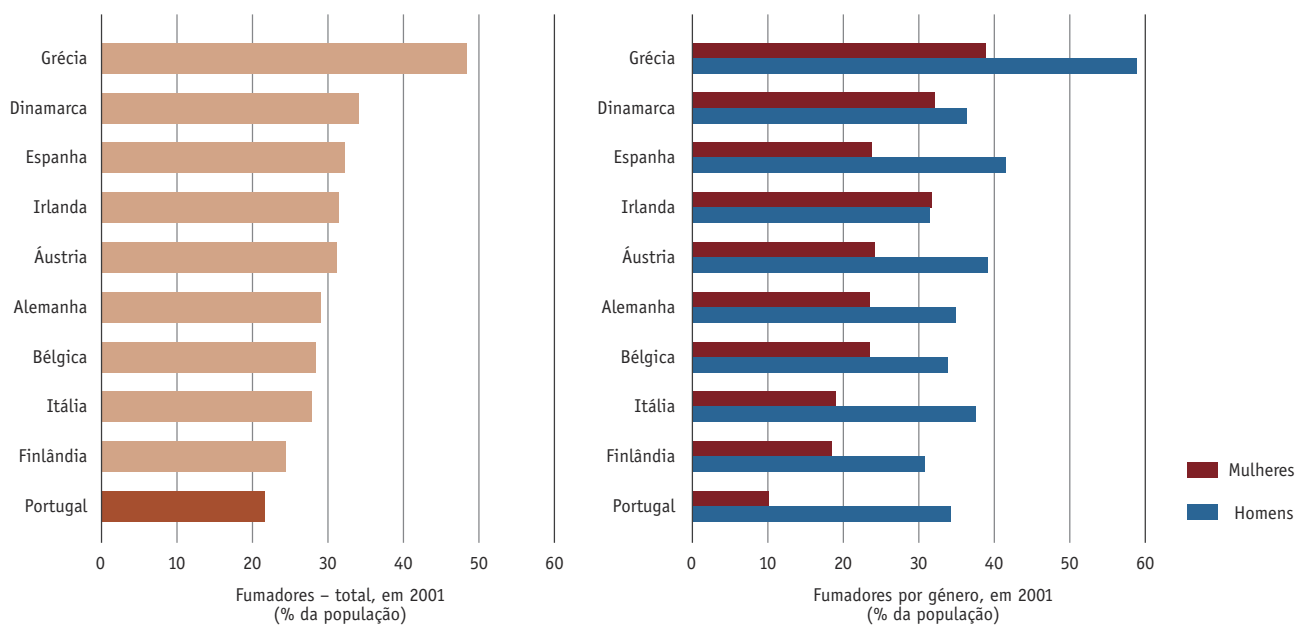
25 c) Média diária de cigarros consumidos pelos fumadores, por grupo etário

Média diária (n.º de cigarros)



Fonte: OEDT/EMCDDA, 2007

25 d) Total de fumadores e distribuição por género em alguns países da UE relativamente à população total respectiva, em 2001



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador CONVICÇÕES RELIGIOSAS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

CULTURA

tema(s) UE

NÃO APLICÁVEL

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

NÃO DEFINIDA

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem de respondentes.

fonte(s)

INE; ICS

descrição

Proporção de respondentes que declaram as suas confissões religiosas e a frequência das respectivas práticas religiosas - participação nos actos religiosos determinados pelas igrejas como obrigação dos crentes -, e que declaram pertencer grupos religiosos.

documentos de referência

- Inquérito Permanente às Atitudes Sociais dos Portugueses (ICS, 2000);
- European Social Survey 2002 (European Foundation for the improvement of Living and Working Conditions, 2003);
- European Quality of Life Survey 2003 (European Foundation for the improvement of Living and Working Conditions, 2004).

metodologia

Os dados da prática religiosa apresentados foram obtidos através do Inquérito Permanente às Atitudes Sociais dos Portugueses, realizado em 1998 às atitudes e práticas religiosas dos portugueses, integrado no International Social Survey Programme (ISSP) e conduzido pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS).

A medida da prática religiosa foi aferida pela frequência com que os inquiridos vão à Igreja ou a locais de culto equivalentes nas confissões não católicas.

A proporção de respondentes, com idade superior a 15 anos, que afirmam frequentar serviços religiosos pelo menos uma vez por semana (prática regular), foi obtida através do inquérito European Social Survey 2002 e European Quality of Life Survey 2003.

Definições:

Prática regular - inquiridos que declaram ir à Missa ou acto de culto similar em outras Igrejas ou religiões, uma ou mais vezes por semana. (Fonte: ICS)
 Prática irregular - inquiridos que declaram ir à Missa ou acto de culto similar em outras Igrejas ou religiões, algumas vezes por mês. (Fonte: ICS)
 Prática rara - inquiridos que declaram ir à Missa ou acto de culto similar em outras Igrejas ou religiões, algumas vezes por ano. (Fonte: ICS)
 Prática nula - inquiridos que declaram nunca ir à Missa ou ao respectivo culto. (Fonte: ICS)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

Este indicador pretende-se aferir e interpretar a experiência religiosa da população portuguesa.

De acordo com os dados relativos às confissões religiosas dos portugueses é possível constatar que a identidade nacional continua a estar profundamente ligada a uma universo cultural católico (89%), declarando somente 7% dos inquiridos não possuir religião e 0,8% pertencer a outra religião não cristã.

Aproximadamente 57% dos portugueses declara nunca, ou raramente, frequentar a igreja fora de actos sociais, como baptizados, casamentos e funerais, e 27% declara ter uma prática regular, isto é, ir à missa ou a actos de culto equivalentes nas confissões não católicas, pelo menos uma vez por semana.

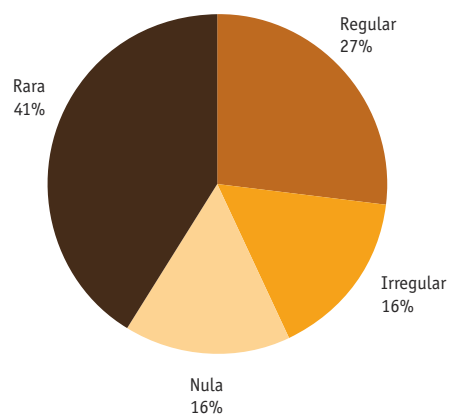
Comparativamente, os portugueses têm uma prática religiosa regular superior à maioria dos países europeus. Relativamente à proporção de respondentes que afirmam pertencer a grupos religiosos, verifica-se que Portugal apresenta um nível inferior à maioria dos países europeus, para os quais existem dados disponíveis.

mais informação

<http://observa.iscte.pt/index.php>
<http://www.eurofound.europa.eu/>
<http://www.oecd.org>

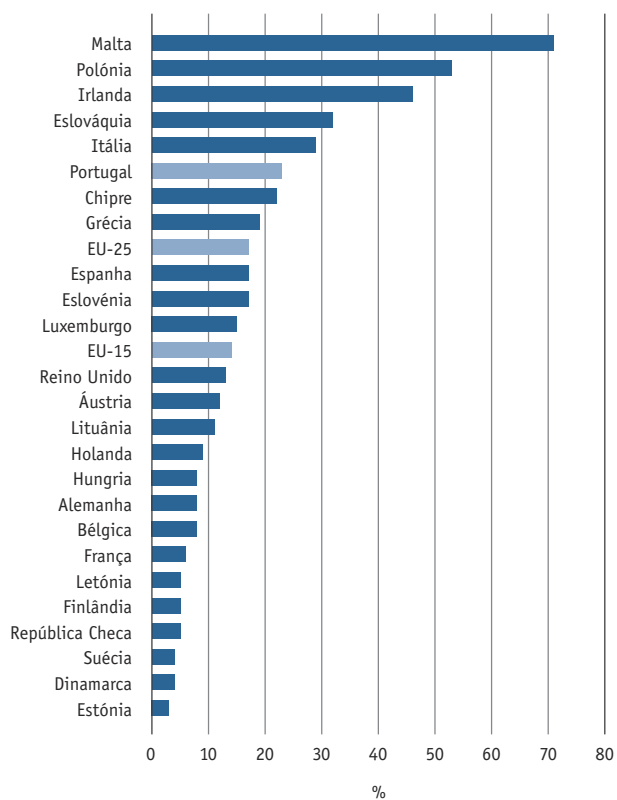
representações gráficas

26 a) Prática religiosa dos inquiridos, em 1998



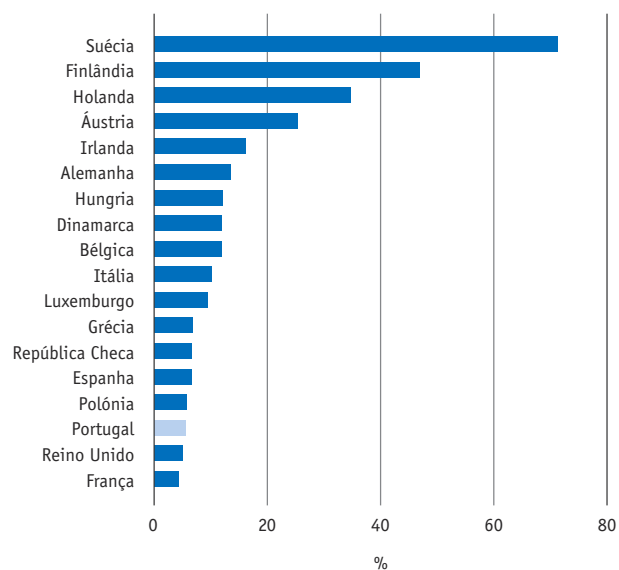
Fonte: ICS, 2000

26 b) Proporção de respondentes, com idade superior a 15 anos, que afirmam frequentar serviços religiosos pelo menos uma vez por semana, em 2003



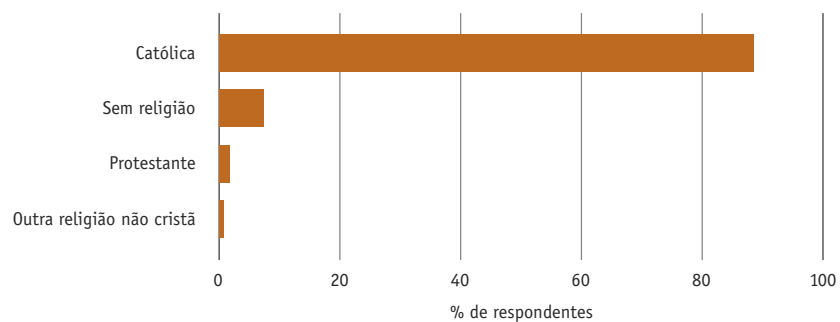
Fonte: European Foundation for the improvement of Living and Working Conditions, 2003

26 c) Proporção de respondentes que afirmam ser membros, activos ou inactivos, de grupos religiosos, em 2002



Fonte: OCDE, 2005

26 d) Confissões religiosas em Portugal, em 1998



Fonte: ICS, 2000

nome do indicador CRIMINALIDADE

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL
JUSTIÇA**tema(s) UE**

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

5º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número de ocorrências por 1.000 habitantes; Número de crimes.

fonte(s)

INE; MJ

descrição

Número de crimes por mil habitantes em cada ano.

documentos de referência

- Relatório Anual de Segurança Interna 2005 (MAI, 2006).

metodologia

Razão entre o número total de ocorrências de crimes registados pelas autoridades policiais durante o ano de referência e o total da população residente, expressa em per milagem.

Para efeitos do cálculo deste índice, o número total de ocorrências de crimes registados pelas autoridades policiais é obtido através do somatório do número de participações a três autoridades policiais específicas: Polícia Judiciária - PJ, Polícia de Segurança Pública - PSP e Guarda Nacional Republicana - GNR.

Ainda para efeitos do cálculo do índice, esta razão é calculada com base nas estimativas da população residente, efectuadas pelo INE.

Definições:

Crime - Todo o facto descrito e declarado passível de pena criminal por lei anterior ao momento da sua prática. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

A criminalidade é um factor de relevante importância social.

Em apenas dez anos (entre 1994 e 2004) verificou-se, no nosso país, uma subida da ocorrência de crimes registados pelas autoridades de cerca de 25%.

A grande maioria (mais de metade) dos crimes registados diz respeito a crimes contra o património (e.g. roubos, furtos em residências, furtos de veículos motorizados, outros furtos). Por outro lado, os crimes contra pessoas (e.g. homicídios, abortos, maus tratos a menores, raptos, violações) diminuíram cerca de 6%, de 2003 para 2004. Os outros tipos de crimes têm apresentado uma evolução praticamente constante.

mais informação

<http://www.dgpj.mj.pt/sections/home>

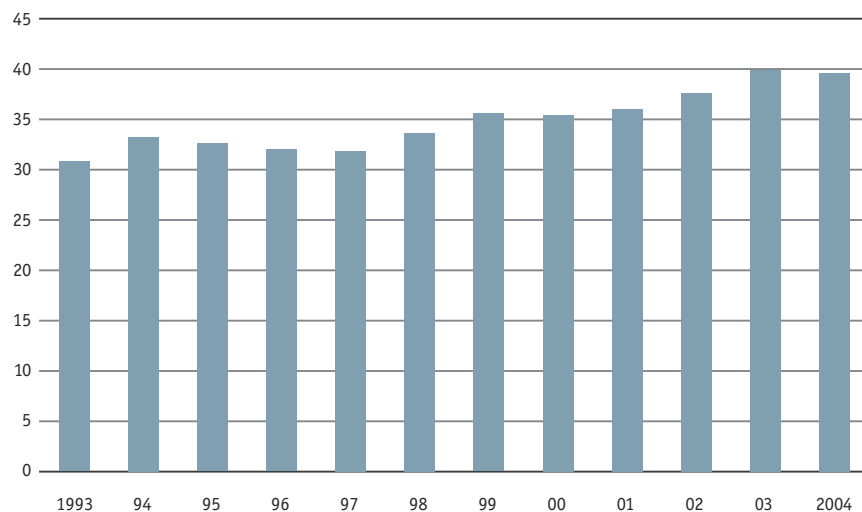
<http://www.mai.gov.pt>

<http://www.unicri.it/www/analysis/icvs/index.php>

representações gráficas

27 a) Índice de criminalidade

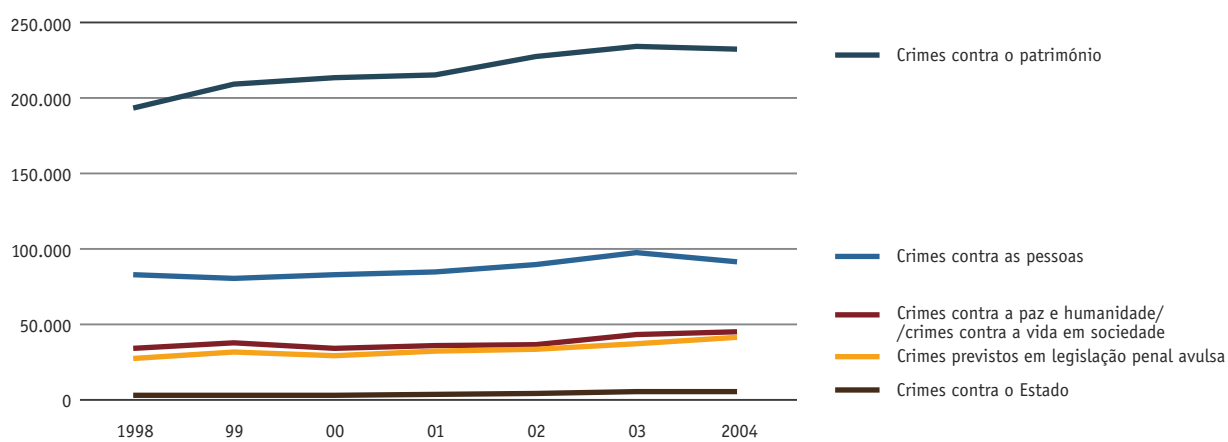
Ocorrências de criminalidade (n.º de crimes por 1.000 habitantes)



Fonte: INE, 2006

27 b) Crimes registados pelas autoridades, segundo as definições gerais

Crimes registados (n.º)



Fonte: INE, 2006

nome do indicador DÉFICE ORÇAMENTAL

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Milhões de euros; Percentagem do PIB.

fonte(s)

INE

descrição

O défice orçamental revela a diferença entre as receitas e as despesas efectuadas pelo sector Administração Pública, incluindo os subsectores: administração central, administrações regionais ou locais e fundos de segurança social. O défice (excedente) orçamental constitui assim a necessidade líquida de financiamento (capacidade de financiamento) do sector Administrações Públicas, tal como definido no Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995 (SEC 95). No caso presente esses montantes são apresentados como percentagens do PIB nacional.

documentos de referência

- OECD Economic Outlook;
- OECD Economic Surveys;
- National Accounts of OECD Countries;
- Regulamento (CE) n.º 3605/93 do Conselho, de 22 de Novembro de 1993, relativo à aplicação do protocolo sobre o procedimento relativo aos défices excessivos anexo ao Tratado que institui a Comunidade Europeia.

metodologia

O défice público ou orçamental é geralmente avaliado através da capacidade(+) ou necessidade(-) líquida de financiamento das administrações públicas. A capacidade(+)/necessidade(-) líquida de financiamento corresponde à diferença entre as receitas e as despesas totais do sector público administrativo. As principais receitas do estado correspondem a taxas, contribuições sociais, dividendos, entre receitas estatais. Os principais itens de despesa consistem em compensações, benefícios sociais, subsídios e formação bruta de capital fixo.

A compilação de dados do Sistema de Contas Nacionais Portuguesas faz-se de acordo com o Protocolo do Procedimento do Déficit Excessivo (PDE), anexo ao Tratado da União Europeia, e com os Regulamentos do Conselho 3605/93 e 475/2000. O enquadramento metodológico reporta-se ao Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais 1995 (SEC95) e a disposições específicas do PDE.

objectivos e metas

O Pacto de Estabilidade e Crescimento estabelece um défice público abaixo do valor de referência de 3% do PIB.

análise sumária

As administrações públicas apresentam despesas superiores às receitas o que se traduz numa necessidade de financiamento ou défice das administrações públicas. No período em análise, Portugal apresentou défices, em percentagem do PIB, inferiores a 3% nos anos 1998 a 2003, com excepção do ano 2000, em que Portugal apresentou um défice superior contrariando a tendência da UE-15. Em 2005, embora seja um dado provisório, Portugal apresentou o maior défice registado desde 1995, de aproximadamente 6%.

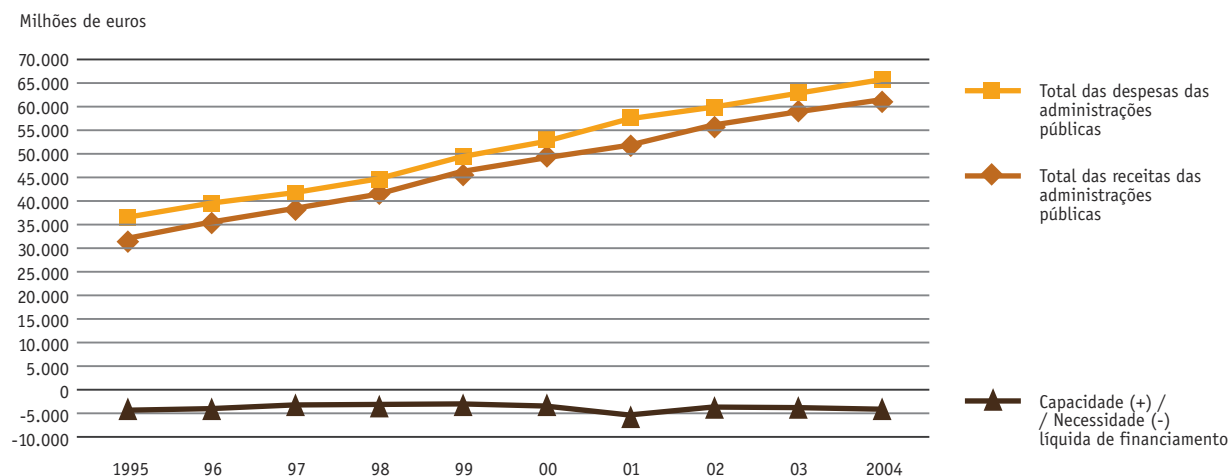
Destaca-se que o subsector Administração Central apresenta os maiores défices, ao contrário dos Fundos de Segurança Social que apresentam, na maioria dos anos analisados, receitas iguais ou superiores às despesas o que se traduz por uma capacidade (ou excedente) de financiamento.

mais informação

- <http://www.ine.pt/>
- <http://www.gee.min-economia.pt/>
- <http://www.dgep.pt/>
- <http://www.bportugal.pt/>
- <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>
- <http://lysander.sourceoecd.org/>

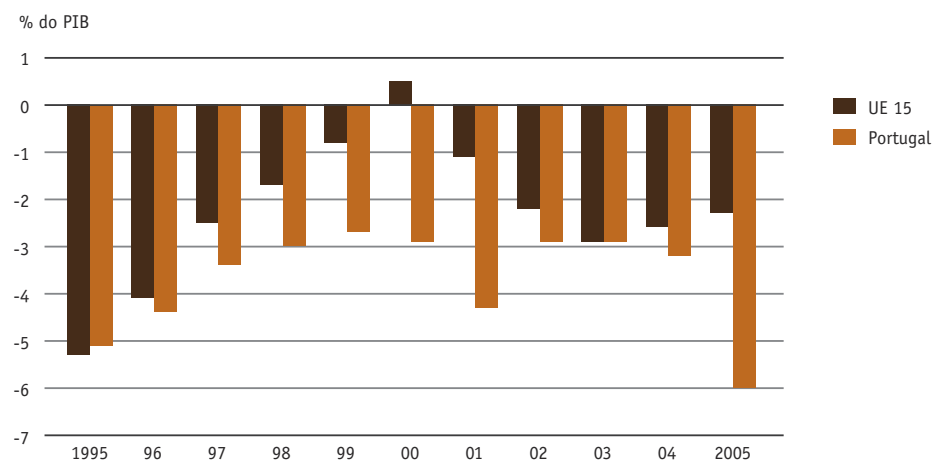
representações gráficas

28 a) Despesas, Receitas e Capacidade/Necessidade líquida de financiamento das Administrações Públicas (Base 2000)



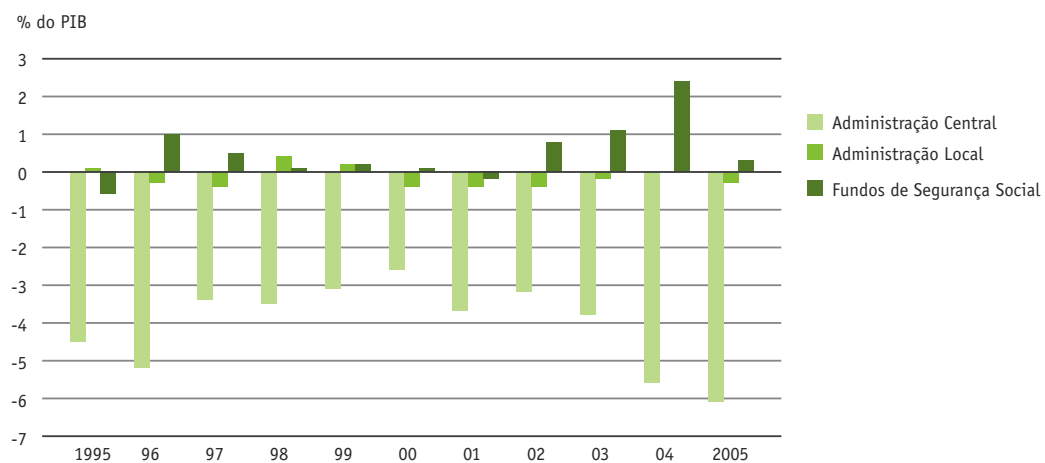
Nota: 2004 dados provisórios
 Fonte: INE, 2006

28 b) Capacidade(+)/Necessidade de financiamento(-) das Administrações Públicas em % do PIB



Fonte: Eurostat, 2006

28 c) Capacidade(+)/Necessidade de financiamento(-) das Administrações Públicas em % do PIB, por sector



Nota: 2004 e 2005 dados provisórios
 Fonte: INE e Banco Central Europeu, 2006

nome do indicador DEMOGRAFIA EMPRESARIAL

SIDS regional SIM

indicador-chave NÃO

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ACTIVIDADE/FORÇA MOTRIZ

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número; Percentagem.

fonte(s)

INE

descrição

O número de sociedades constituídas e dissolvidas é revelador do nível de empreendedorismo, potenciando, a prazo, contribuições significativas para o acréscimo de produtividade.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

A dinâmica empresarial é medida através de número de sociedades constituídas e dissolvidas por ano. As Sociedades incluem Pessoas Colectivas e EIRL (Estabelecimentos Individuais de Responsabilidade Limitada). As Pessoas colectivas incluem Sociedades Anónimas, Sociedades por Quotas, Cooperativas, Agrupamentos Complementares de Empresas e Sociedades civis sob a forma comercial.

A Constituição de sociedades refere-se à criação, por actos legais de novas sociedades, visando a prática de actos comerciais, industriais e outros. A dissolução de sociedades traduz a cessação definitiva de todas as actividades que a sociedade exerce, e pode ser originadas por falência, deliberação dos sócios ou por outros motivos.

Uma outra forma de avaliar a dinâmica empresarial é através da taxa de constituição e de dissolução de sociedades:

- Taxa de constituição de sociedades: (Número de sociedades constituídas / número total de sociedades) x 100.
- Taxa de dissolução de sociedades: (Número de sociedades dissolvidas / número total de sociedades existentes no ano anterior) x 100.

objectivos e metas

O objectivo global é fomentar o espírito empresarial, nomeadamente em sectores de elevado valor acrescentado. (Ministério da Economia, 2005)

análise sumária

O maior número de empresas constituídas, corresponde ao ano 2001, ano em que também se verificou a maior taxa de constituição de sociedades.

A partir de 2001, o número de sociedades constituídas decresceu acompanhada de um aumento do número de sociedades dissolvidas. As regiões Lisboa, Norte e Centro apresentam, a nível nacional, o maior número de constituição e dissolução de sociedades no período em análise.

mais informação

<http://www.ine.pt/>
<http://www.gee.mineconomia.pt/>
<http://www.dgep.pt/>
<http://www.dgcc.pt/>
<http://www.empresanahora.pt/>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

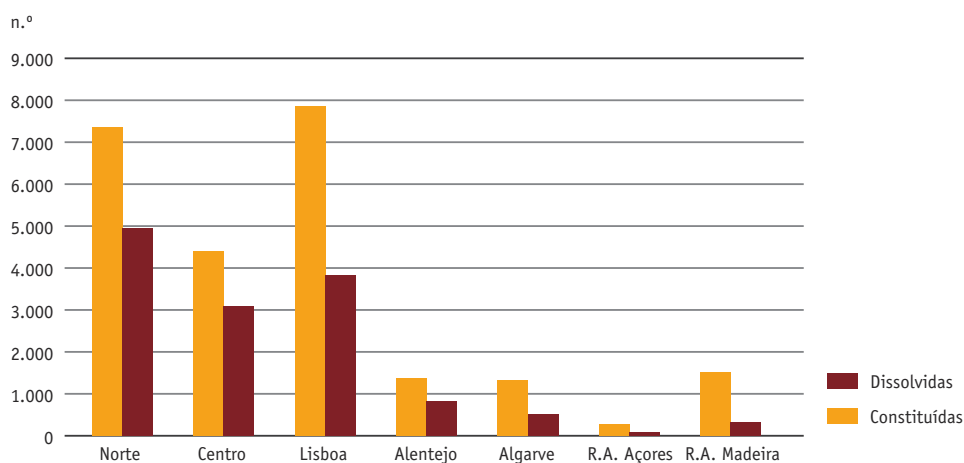
29 a) Constituição e dissolução de sociedades

Constituição e dissolução de sociedades (n.º)



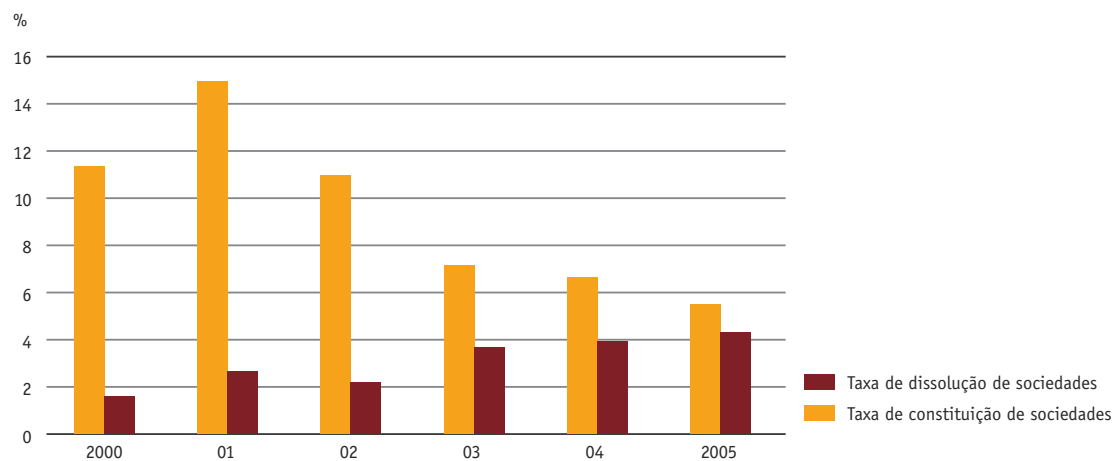
Fonte: INE, 2006

29 b) Constituição e dissolução de sociedades, em 2004, por NUTSII



Fonte: INE, 2006

29 c) Taxa de constituição e dissolução de sociedades



Fonte: INE, 2006

nome do indicador DESCARGAS DE HIDROCARBONETOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

AMBIENTE MARINHO E COSTEIRO
RISCOS

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Tonelada; número de incidentes.

fonte(s)

DGAM; IMO; ITOFP

descrição

Estimativa das descargas de hidrocarbonetos e de outras substâncias perigosas em ambientes costeiros provenientes de actividades de origem telúrica, dos transportes marítimos e de actividades associadas a plataformas petrolíferas.

documentos de referência

- Estratégia Nacional para o Mar (RCM n.º 163/2006, de 12 de Dezembro).

metodologia

Registo do número de incidentes de poluição por derrames de hidrocarbonetos e de outras substâncias perigosas, e quantificação dos volumes derramados.

objectivos e metas

Prende-se minimizar quaisquer descargas, acidentais ou voluntárias, de hidrocarbonetos e de outras substâncias perigosas.

análise sumária

A informação disponível que existe sobre derrames no mar incide fundamentalmente sobre hidrocarbonetos, não só a nível nacional como internacional, sendo sobre estas substâncias que se faz uma análise sumária.

Muitas das principais e mais movimentadas linhas de tráfego de petróleo, sobretudo entre os centros de produção e os grandes centros de consumo como a Europa do Norte, atravessam a Zona Económica Exclusiva (ZEE) portuguesa. Este facto, associado à existência de alguns portos com terminais petrolíferos e/ou de produtos químicos em território nacional, faz com que o risco de ocorrência de incidentes graves de poluição seja elevado.

Todos os anos ocorrem nas águas portuguesas incidentes de poluição marítima de gravidade variável. Para uma análise mais detalhada da situação em Portugal seria útil conhecer as quantidades de produto derramado, assim como a extensão da área afectada pelo derrame, o que actualmente não é possível.

A nível mundial, numa avaliação dos maiores acidentes efectuada pelo ITOFP (International Tanker Owners Pollution Federation) encontra-se o acidente ocorrido no final de 2002 na costa noroeste da Galiza com o navio "Prestige". O derrame então ocorrido não chegou a afectar a costa portuguesa de forma significativa.

Uma análise global feita por este organismo de referência conclui que o número de derrames de grande envergadura (>700t) decresceu significativamente nos últimos trinta anos: menos de um terço na década 1990-2000 que os ocorridos entre 1970-1980. A maioria dos derrames (mais de 90%) corresponde a pequenas quantidades de hidrocarbonetos (<7t), e a responsabilidade por grandes quantidades de hidrocarbonetos derramadas corresponde a um pequeno número de acidentes. Quanto às causas destes acidentes pode considerar-se que a maioria corresponde a operações de rotina que ocorrem principalmente em portos e terminais, mas os acidentes

que dão origem a grandes derrames devem-se, na maioria dos casos, a colisões e afundamentos.

Portugal foi pioneiro na tomada de medidas para o combate à poluição no mar, remontando a primeira legislação conhecida ao século XIX. Contudo, é apenas em 1993 que surge o Plano Mar Limpo (PML), designação simplificada do Plano de Emergência para o Combate à Poluição das Águas Marinhas, Portos, Estuários e Trechos Navegáveis dos Rios, por Hidrocarbonetos e outras Substâncias Perigosas, aprovado por Resolução de Conselho de Ministros. O PML tem quatro níveis de intervenção que variam consoante a gravidade do derrame e em função do qual se aplica um plano de intervenção Local, Regional ou Nacional. Este plano surge na sequência de vários acidentes marítimos registados na década de 80, do qual se destaca o incidente do "Aragon" que provocou um derrame de cerca de 30.000 toneladas ao largo da Ilha de Porto Santo em 1989.

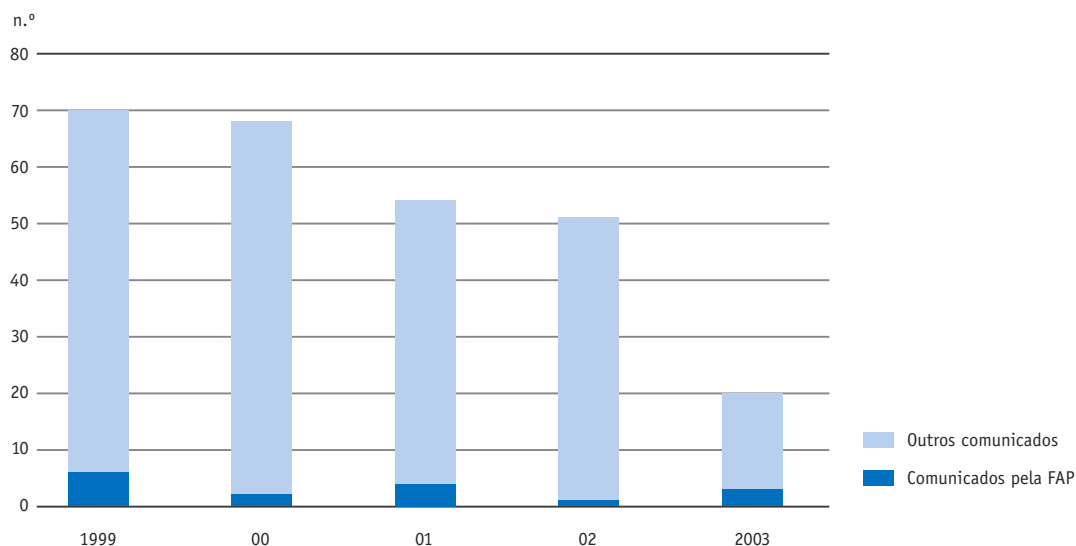
A nível internacional têm sido efectuadas diversas iniciativas que se concretizaram na adopção de inúmeras convenções, acordos e organizações, em muitos dos quais Portugal é Parte. Entre eles destaca-se o Acordo de Lisboa - Acordo de Cooperação para a Protecção das Costas e Águas do Atlântico Nordeste contra a Poluição -, cuja criação foi impulsionada por Portugal em 1990, juntamente com Espanha, França e Marrocos. O seu secretariado, CILPAN - Centro de Luta contra a Poluição do Atlântico Nordeste -, tem sede em Lisboa. Em 2002 foi criada a Agência Europeia de Segurança Marítima - Regulamento (CE) n.º 1406, de 27 de Junho -, surgida na sequência de acidentes como o "Erika" e o "Prestige". Esta Agência pretende contribuir para melhorar o sistema geral de segurança marítima na UE, reduzindo riscos de acidentes, de poluição e a perda de vidas humanas. A sua sede é também em Lisboa. O Decreto-Lei n.º 24/2004, de 23 de Janeiro, transpôs para a legislação nacional a Directiva 2002/84/CE, de 5 de Novembro de 2002, relativa à aplicação, aos navios que escalem os portos da UE ou naveguem em águas sob jurisdição dos Estados-membros, das normas internacionais respeitantes à segurança da navegação, à prevenção da poluição e às condições de vida e de trabalho a bordo dos navios, e que altera as directivas em vigor no domínio da segurança marítima e da prevenção da poluição por navios. Dado o relevo dos mares e dos oceanos para Portugal e a necessidade de uma política abrangente, predeterminada e de longo prazo para gerir, nas suas diversas vertentes, a enorme área marítima sob sua jurisdição, foi criada em 2003 a Comissão Estratégica dos Oceanos, que iniciou uma reflexão estratégica sobre a importância do mar e os benefícios que dele podem advir para o País; em Julho de 2004 apresentou o relatório oficial dos trabalhos, que incluía 250 propostas para uma Estratégia Nacional, sendo uma referência orientadora das decisões sectoriais sobre estas matérias. Em Dezembro de 2006 foi aprovada a Estratégia Nacional para o Mar.

mais informação

<http://www.emsa.eu.int/>
<http://www.imo.org/home.asp>
<http://www.itopf.com/>

representações gráficas

30 a) Número de incidentes de poluição ocorridos na área de jurisdição marítima



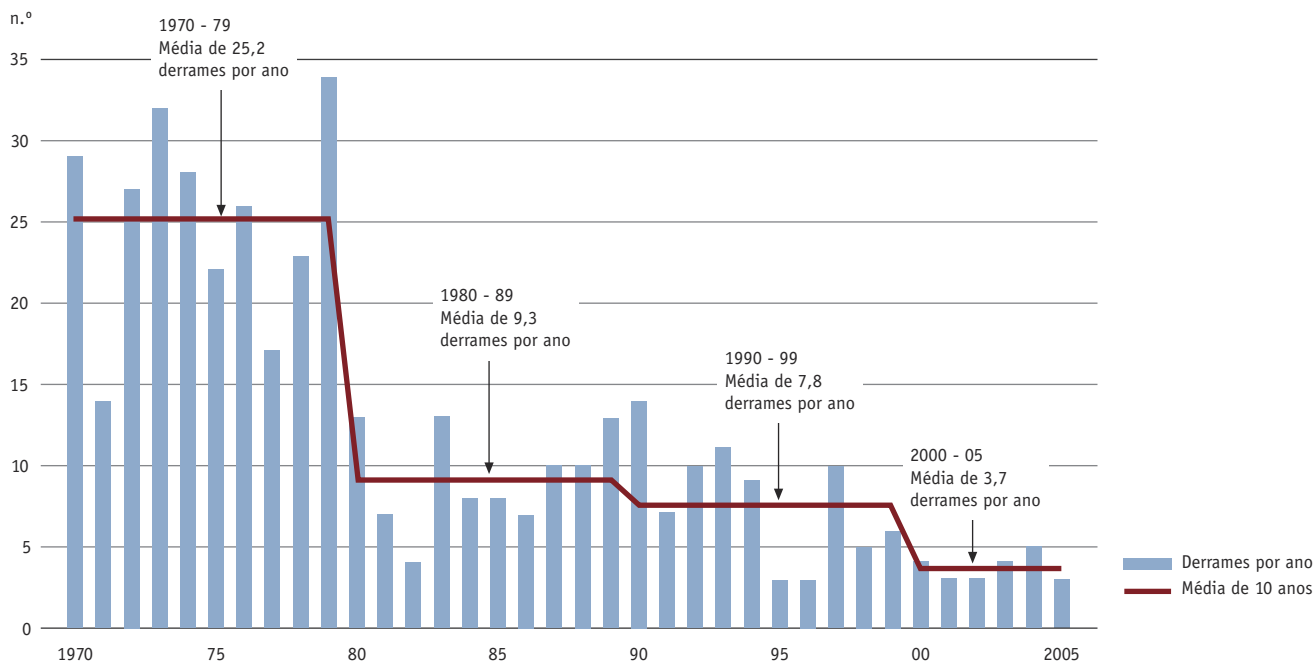
Fonte: DGAM, 2004

30 b) As maiores marés negras ocorridas a nível mundial desde 1967

Navio	Ano	Localização	Carga perdida (t)
Atlantic Empress	1979	Tobago	287,000
ABT Summer	1991	Ao largo de Angola	260,000
Castillo de Bellver	1983	Baía de Saldanha, África do Sul	252,000
Amoco Cadiz	1978	Bretanha, França	223,000
Haven	1991	Génova, Itália	144,000
Odyssey	1988	Ao largo da Nova Escócia, Canadá	132,000
Torrey Canyon	1967	Ilhas Scilly, Reino Unido	119,000
Sea Star	1972	Golfo de Omã	115,000
Irenes Serenade	1980	Baía Navarino, Grécia	100,000
Urquiola	1976	Galiza, Espanha	100,000
Hawaiian Patriot	1977	Ao largo de Honolulu, Havai	95,000
Independenta	1979	Bósforo, Turquia	95,000
Jakob Maersk	1975	Porto, Portugal	88,000
Braer	1993	Ilhas Shetland, Reino Unido	85,000
Khark 5	1989	Ao largo de Marrocos	80,000
Aegean Sea	1992	Galiza, Espanha	74,000
Sea Empress	1996	Milford Haven, Reino Unido	72,000
Katina P	1992	Ao largo de Maputo, Moçambique	72,000
Nova	1985	Ao largo das Ilhas Kharg, Golfo do	70,000
Prestige	2002	Galiza, Espanha	63,000
Exxon Valdez	1989	Alasca, EUA, Prince William Sound	37,000

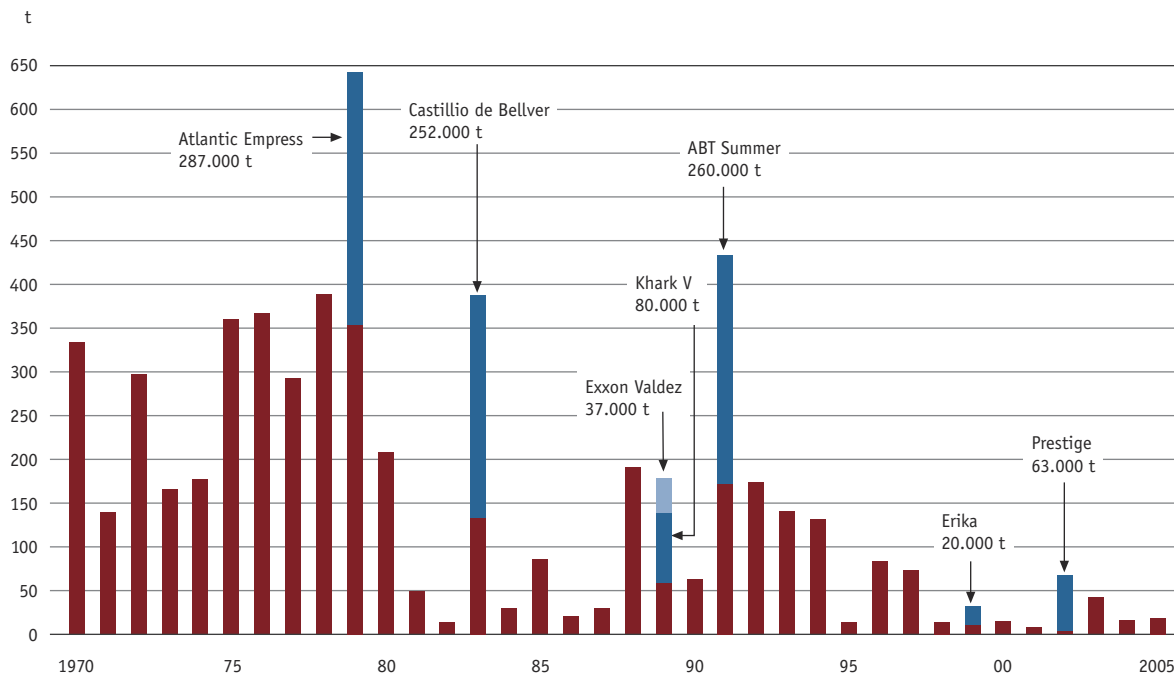
Fonte: ITOPI, 2007

30 c) Número de poluições acidentais com derrames superiores 700 toneladas



Fonte: ITOPF, 2007

30 d) Quantidades de hidrocarbonetos derramadas em poluições acidentais



Fonte: ITOPF, 2007

nome do indicador DESCARGAS DE PESCADO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

PESCAS

tema(s) UE

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Toneladas

fonte(s)

DGPA; INE; FAO

descrição

Descargas anuais do pescado capturado em águas nacionais.

documentos de referência

- Estratégia Nacional para o Oceano (PCM, 2003);
- Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007-2013 (DGPA, 2006);
- Estratégia Nacional para o Mar (RCM n.º 163/2006, de 12 de Dezembro).

metodologia

Quantificação do peso total do pescado, fresco ou refrigerado, capturado em águas nacionais, para o conjunto global das espécies descarregadas, e com discriminação das descargas anuais de cada uma das principais espécies-alvo da pesca comercial.

Definições:

Pesca descarregada - Peso do pescado e produtos de pesca descarregados. Representa o peso líquido no momento da descarga do peixe e de outros produtos da pesca (inteiros ou eviscerados, cortados em filetes, congelados, salgados, entre outros). Para o Continente a pesca descarregada corresponde à quantidade do pescado transaccionado em lota acrescida das estimativas do pagamento em espécie ("caldeirada") e da fuga à lota para estimativa do equivalente em peso vivo. (Fonte: INE)

Pesca polivalente - Pesca exercida utilizando artes diversificadas como por exemplo, aparelhos de anzol, armadilhas, alcatruzes, ganchorra, redes camaroeiras e do pilado, xávegas e sacadas-toneiras. (Fonte: INE)

Pesca por arrasto - Pesca efectuada com estruturas rebocadas essencialmente constituídas por um corpo cónico, prolongado anteriormente por "asas" e terminando num saco onde é retida a captura. Podem actuar directamente sobre o leito do mar (arrasto pelo fundo) ou entre este e a superfície (arrasto pelágico). (Fonte: INE)

Pesca por cerco - Pesca efectuada com a utilização de ampla parede de rede, sempre longa e alta, que largada de uma embarcação é manobrada de maneira a envolver o cardume e a fechar-se em forma de bolsa pela parte inferior, de modo a reduzir a capacidade de fuga. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Quotas por espécie ajustadas anualmente no âmbito da Política Comum de Pescas da UE.

análise sumária

Desde 1994 a quantidade de pescado descarregado tem vindo a diminuir até estabilizar a partir de 2000, reflectindo a diminuição global de recursos pesqueiros, resultante, em muitos casos, de um excessivo esforço sobre as unidades populacionais tradicionalmente capturadas, assim como da política de protecção dos recursos marinhos que tem vindo a ser implementada a nível nacional e no âmbito da Política Comum de Pescas da UE. Também a redução da frota de pesca portuguesa e do número de

pescadores matriculados poderá ter contribuído para esta evolução.

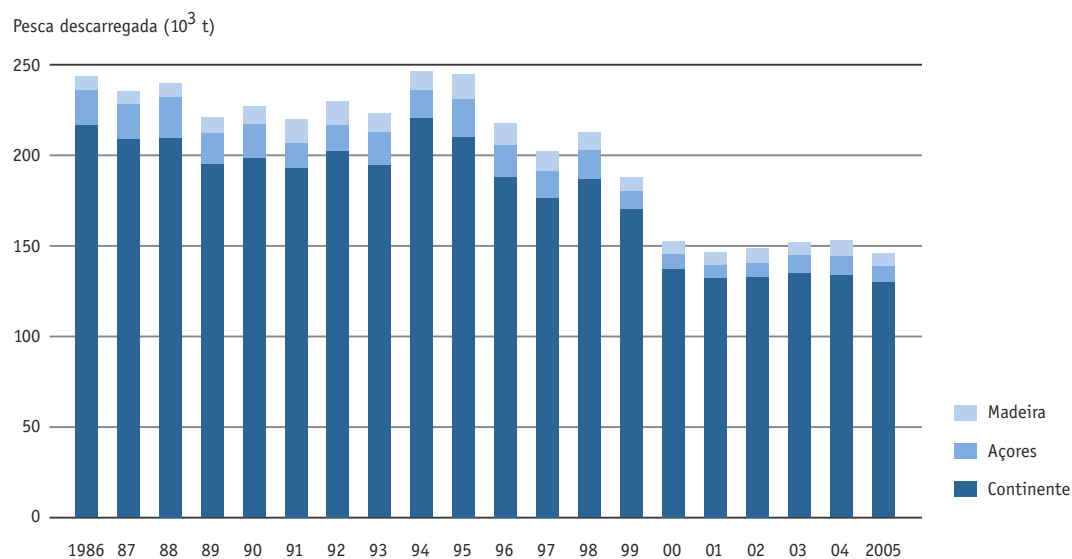
Em Portugal, no ano de 2005, foram descarregadas, em portos nacionais 145 656 toneladas de pescado fresco ou refrigerado, o que representou uma quebra de 4,5% relativamente ao ano anterior. A quebra observada foi generalizada no Continente e nas Regiões Autónomas, e deveu-se à redução das descargas de faneca, atuns e similares e sardinha. No Continente, a pesca de cerco foi aquela que mais contribuiu para o total de pescado descarregado (41,8%), seguindo-se a pesca polivalente (41,4%) e a pesca do arrasto (16,8%).

mais informação

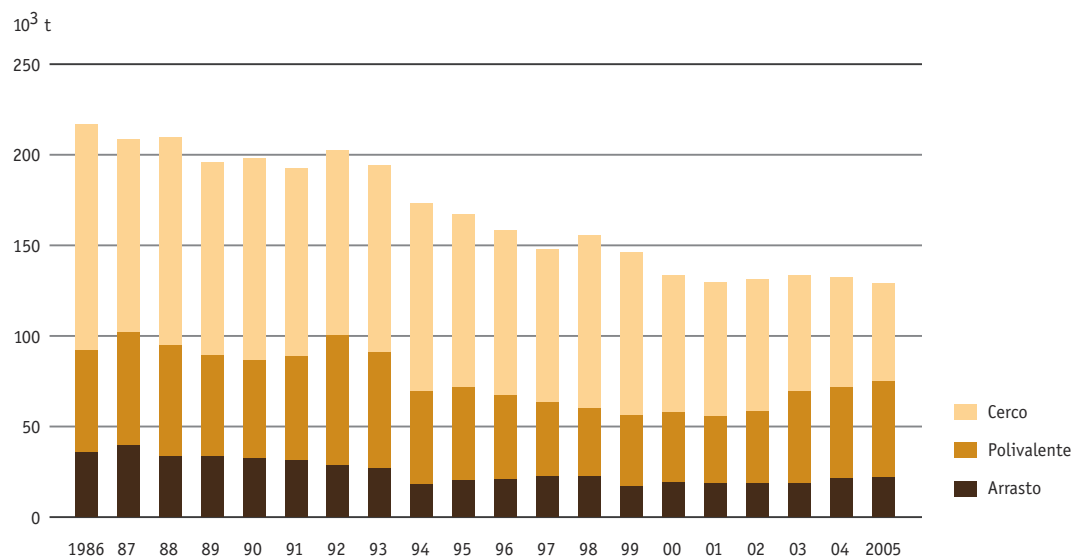
<http://www.ine.pt/>
<http://www.dg-pescas.pt>
<http://ipimar-iniap.ipimar.pt/>
http://ec.europa.eu/fisheries/index_en.htm
[Http://www.fao.org](http://www.fao.org)
<http://www.ices.dk/>
<http://www.ospar.org/>

representações gráficas

31 a) Volume de pescado descarregado capturado em águas nacionais

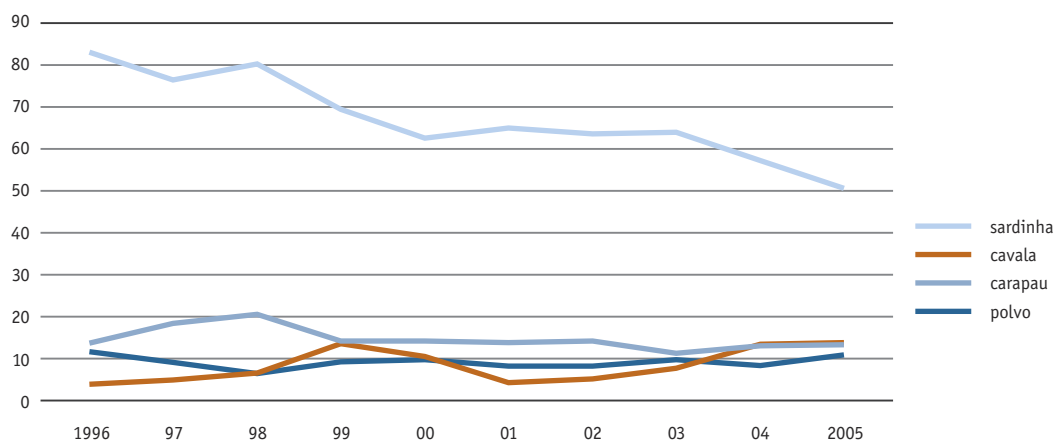


31 b) Volume de pescado descarregado em portos de pesca do Continente, por segmento de pesca



31 c) Descargas em portos de pesca do Continente das principais espécies capturadas em águas nacionais - sardinha, carapau, cavala e polvo

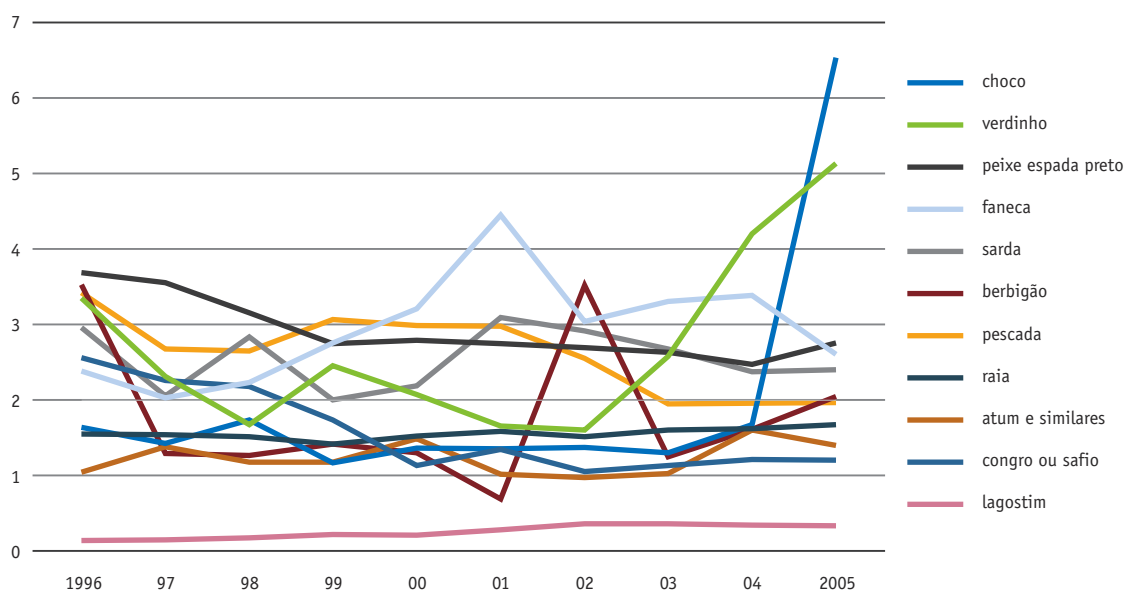
Descargas de pescado (10³ t)



Fonte: INE, DGPA, 2006

31 d) Descargas em portos de pesca do Continente das principais espécies capturadas em águas nacionais - faneca, pescada, sarda, verdinho, atum e similares, congro ou safio, peixe espada preto, raia, berbigão, lagostim e choco

Descargas de pescado (10³ t)



Fonte: INE, DGPA, 2006

nome do indicador DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

tema(s) UE

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

Eurostat

descrição

Razão entre o total de rendimentos dos 20% da população com rendimentos mais elevados e os rendimentos dos 20% da população com rendimentos mais baixos, expresso em percentagem.

documentos de referência

- Plano Nacional de Acção para a inclusão, 2003-2005 (PCM, 2003);
- Plano Nacional para a Igualdade 2003-2006 (PCM, 2003);
- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005-2008 (PCM, 2005);
- Estratégia de Lisboa (CE/UE, 2006);
- Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (CE/UE, 2006).

metodologia

Os indivíduos (crianças e adultos) são ordenados, por ordem crescente, de acordo com o seu rendimento por adulto equivalente e repartidos em cinco grupos de dimensão igual, de acordo com o seu rendimento por adulto equivalente. Do quintil inferior (S20) faz parte 20% da população total de indivíduos com o rendimento por adulto equivalente mais baixo e do quintil superior (S80) faz parte 20% da população total de indivíduos com o rendimento por adulto equivalente mais alto. O indicador é calculado como o quociente da soma total de rendimentos por adulto equivalente de cada um destes grupos e é expresso em percentagem.

Definições:

Rendimento por adulto equivalente - total do rendimento monetário anual de um agregado doméstico privado, no ano anterior à pesquisa (rendimento de trabalho, rendimento de propriedade, rendimento de capital, transferências privadas e transferências sociais) dividido pelo número de adultos equivalentes no agregado doméstico privado.

O número de "adultos equivalentes" é calculado utilizando a escala modificada da OCDE, que atribui a um adulto (i.e. pessoa com idade superior a 14 anos) o valor 1,0, a cada um de outros adultos 0,5 e a cada criança 0,3 (Fonte: Eurostat).

objectivos e metas

Pretende-se evoluir no sentido da diminuição das desigualdades existentes. A Estratégia de Lisboa e a Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável ao nível da UE, e o Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego 2005-2008 (PNACE) ao nível nacional, definem objectivos e metas relativos a estes aspectos, nos quais se procuram compatibilizar o crescimento económico, a competitividade, o emprego e a protecção e inclusão social, com padrões elevados de qualidade ambiental.

análise sumária

Tal como já vinha acontecendo nos anos anteriores, Portugal foi, em 2004, o país da UE-25 com a maior desigualdade na distribuição dos rendimentos. A parcela auferida pela faixa dos 20% da população com rendimentos mais elevados é mais de 7 vezes superior à auferida pelos 20% da população com rendimentos mais baixos, sendo a média comunitária de 4,8.

O Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI) 2003-2005, que dá continuidade à estratégia do PNAI 2001-2003, aponta algumas respostas para esta situação, nomeadamente através do alargamento da Rede Social, do aperfeiçoamento do regime do Rendimento Mínimo - aplicado restrita e judiciosamente a quem se encontra abaixo da "Rede de Segurança" (Safety Net) -, assim como da promoção da participação no emprego de grupos vulneráveis da população e do desenvolvimento de apoios ao microcrédito.

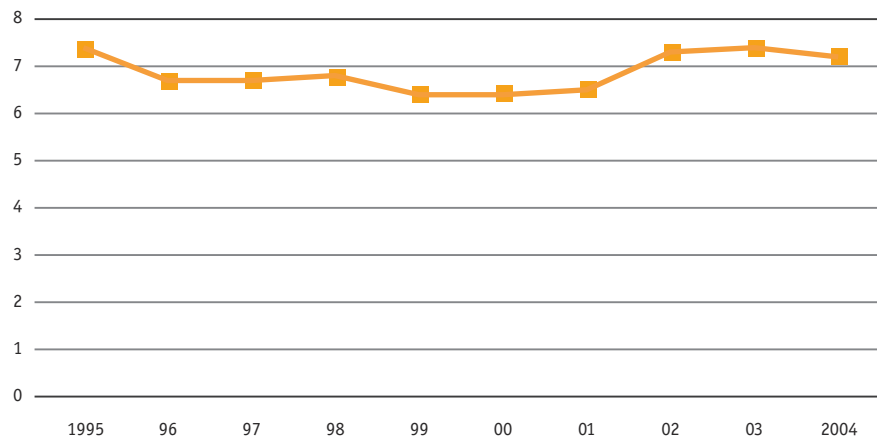
mais informação

<http://www.estrategiadelisboa.pt/>
<http://www.desenvolvimentosustentavel.pt>
<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT>
<http://www.dpp.pt>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

representações gráficas

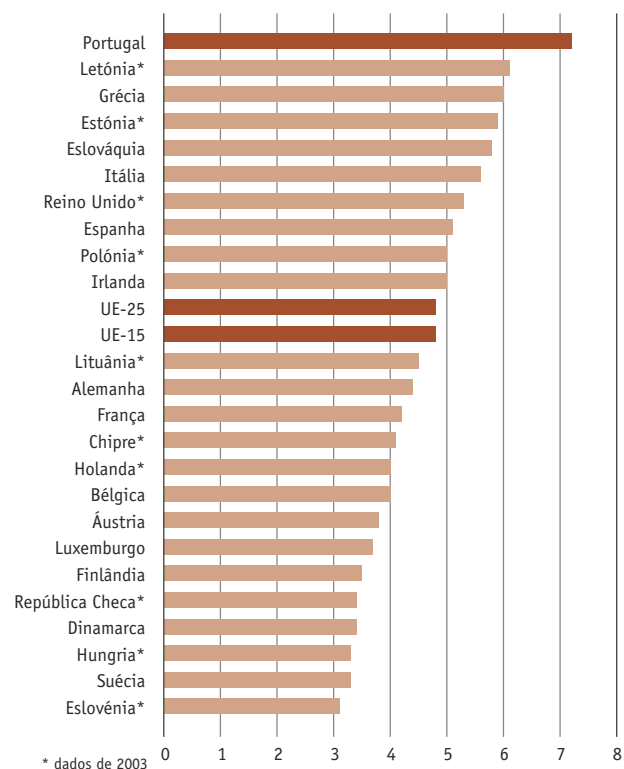
32 a) Desigualdade na distribuição de rendimentos em Portugal

Taxa de rendimentos da população com mais/com menos



Fonte: Eurostat, 2006

32 b) Desigualdade na distribuição de rendimentos na UE-25 em 2004



* dados de 2003

Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador DESPESA E RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL;
ECONOMIA**tema(s) UE**POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL;
DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO**categorias do modelo DPSIR**

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA; SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

10º Euros

fonte(s)

INE

descrição

A despesa do consumo final e o rendimento disponível bruto das famílias são indicadores que traduzem a qualidade de vida das famílias.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

O sector das famílias compreende os indivíduos ou grupos de indivíduos, quer na sua função de consumidores, quer na sua eventual função de empresários que produzem bens e serviços financeiros ou não financeiros mercantis, desde que, neste último caso, as actividades correspondentes não sejam as de entidades distintas tratadas como quase-sociedades. Inclui igualmente os indivíduos ou grupos de indivíduos que produzem bens e serviços não financeiros exclusivamente para autoconsumo final.

Despesa de consumo final - consiste na despesa efectuada pelas famílias residentes com os bens ou serviços utilizados para a satisfação directa de necessidades ou carências individuais. Utiliza a base 2000.

Rendimento disponível bruto - é o indicador mais conhecido e utilizado na análise comparada do nível de vida das famílias. Utiliza a Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos (NUTS) que foi estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 244/2002. O Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais de 1995 (SEC 95) e as publicações do Eurostat sobre Métodos das Contas Regionais constituem as principais referências metodológicas das Contas Regionais do INE.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

No horizonte temporal considerado (1995-2005) pode verificar-se que as despesas das famílias têm aumentado, denotando-se um ligeiro decréscimo desta tendência em 2003.

As principais despesas são relativas a produtos alimentares e bebidas não alcoólicas, transportes e comunicações, lazer, recreação e cultura e habitação, água, electricidade e combustíveis. O ensino e as bebidas alcoólicas, tabaco e narcóticos/estupefacientes representam as funções consumo com menor despesa.

Relativamente ao Rendimento Disponível Bruto das Famílias denota-se, à semelhança da Despesa das Famílias, um aumento desde 1995, correspondendo as regiões Lisboa, Norte e Centro às regiões com os maiores rendimentos nacionais disponíveis. A Região Autónoma dos Açores apresenta o menor rendimento disponível bruto no horizonte em análise.

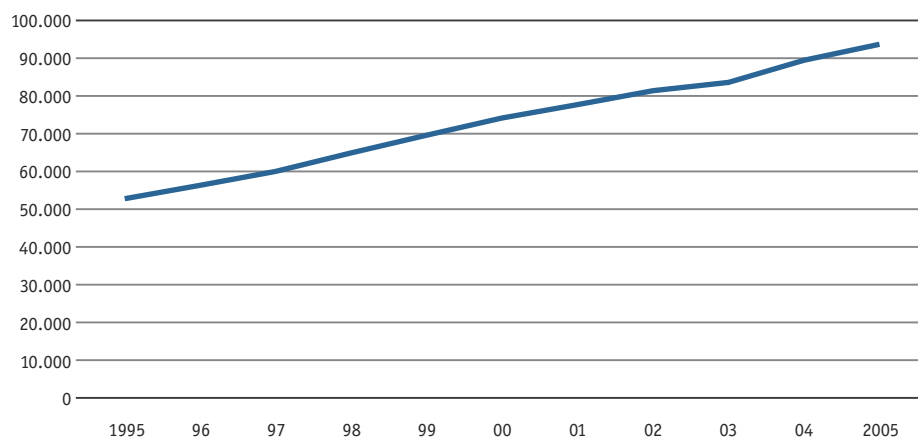
mais informação

<http://www.ine.pt/>
<http://www.gee.mineconomia.pt/>
<http://www.dgep.pt/>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>
<http://lysander.sourceoecd.org/>

representações gráficas

33 a) Despesas do consumo final das famílias, a preços correntes (Base 2000)

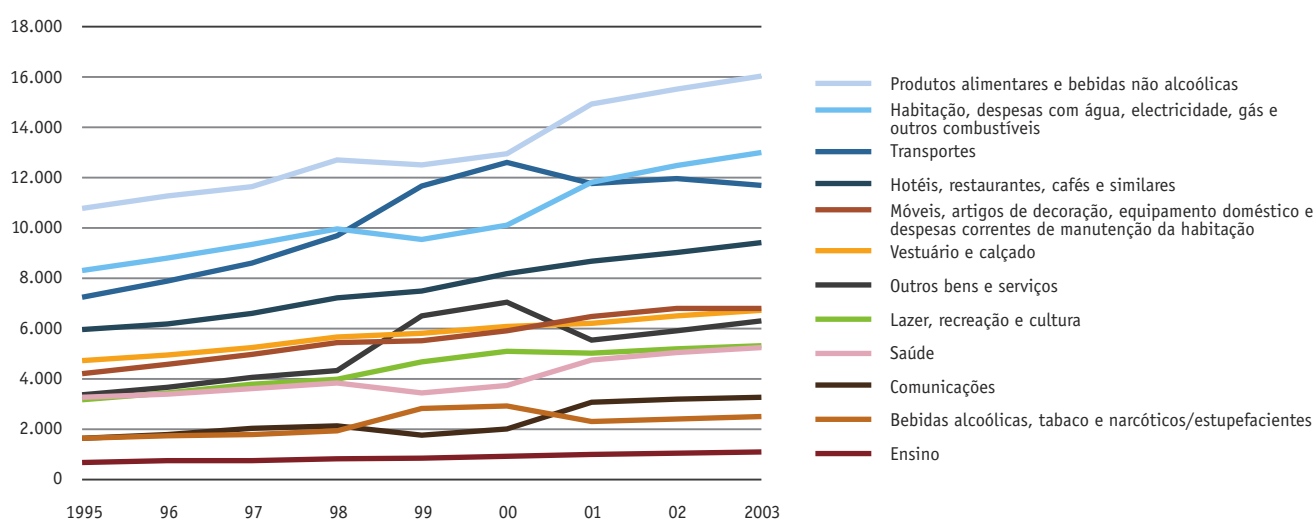
Despesa de consumo final das famílias (10⁶ euros)



Nota: 1999-2000 - Base 2000, Dados definitivos; 1995-1998, Dados das Contas Definitivas da Base 95 retropolados à Base 2000; 2001-2003, Dados das Contas Provisórias da Base 95 retropolados à Base 2000; 2004 e 2005 Dados Anuais Preliminares, Base 2000.
Fonte: INE, 2006

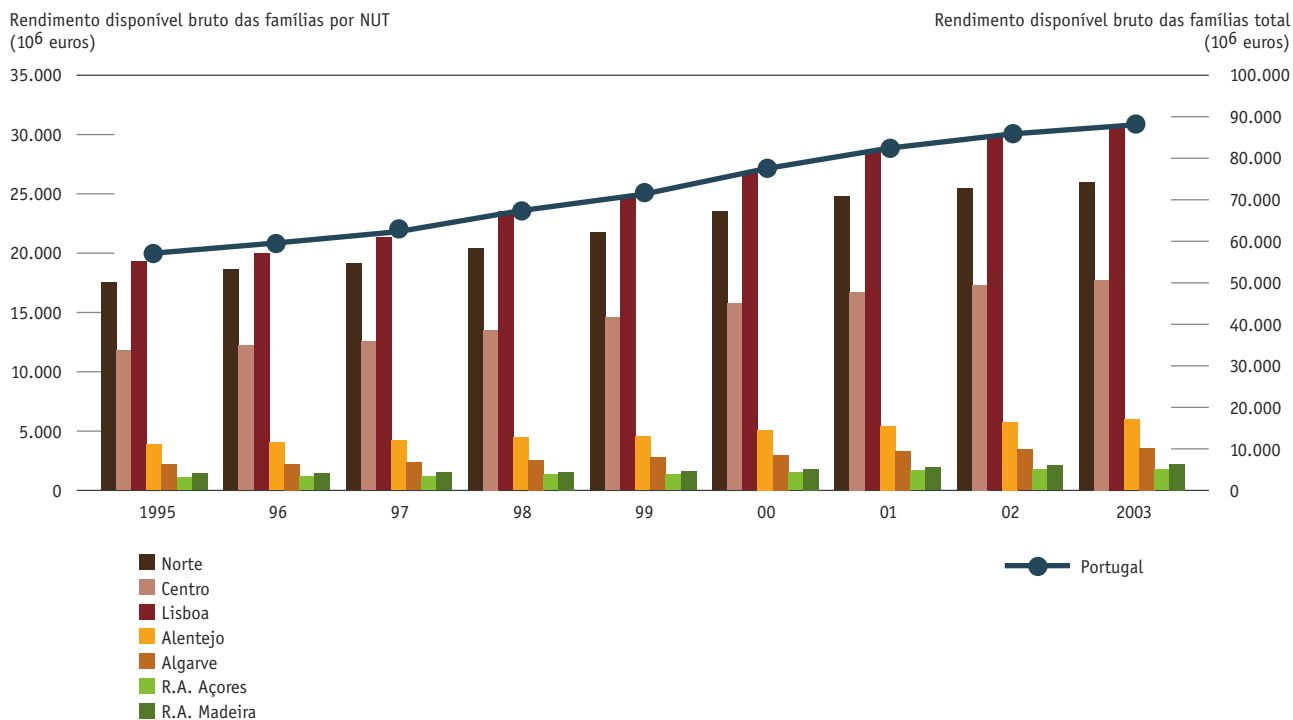
33 b) Despesas do consumo final das famílias por função consumo, a preços correntes (Base 2000)

Despesa de consumo final das famílias (10⁶ euros)



Fonte: INE, 2006

33 c) Rendimento Disponível Bruto das Famílias, Total Nacional e por NUTs II, a preços correntes (Base 1995)



Nota: dados provisórios
 Fonte: INE, 2006

nome do indicador DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - I&D

SIDS regional NÃO

indicador-chave SIM

tema(s)

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

1º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem do PIB; Milhares de euros.

fonte(s)

GPEARI

descrição

A despesa aplicada em investigação e desenvolvimento, seja ela despendida por entidades privadas, seja por entidades públicas poderá assegurar não só a diferenciação face a competidores, como a criação de novos processos ou um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. A criação de novas oportunidades de negócio em áreas “de ponta” com uma forte componente tecnológica pode ser facilitada pelo reforço dos recursos que são canalizados para a investigação e desenvolvimento.

documentos de referência

- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015 (RCM n.º 40/2007, de 20 de Agosto).

metodologia

A despesa em I&D é representada em % do PIB, à excepção da despesa por sector de execução e por área científica ou tecnológica que é apresentada em milhares de euros a preços constantes.

Definições:

I&D - Todo o trabalho criativo prosseguido de forma sistemática, com vista a ampliar o conjunto dos conhecimentos, incluindo o conhecimento do homem, da cultura e da sociedade, bem como a utilização desse conjunto de conhecimentos em novas aplicações. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Objectivo da ENDS 2015: despesa em I&D, executada pelas empresas, de 0,8%/PIB em 2010.

análise sumária

Portugal apresenta uma reduzida aplicação de fundos nestas áreas. Os níveis de despesa em investigação e desenvolvimento são muito baixos, inferiores em qualquer dos anos a 1% do PIB. Em termos de posição relativa, o valor nacional situa-se nos últimos lugares da UE-25. Os sectores “Ensino público” e “Estado” correspondem aos sectores de execução que mais despendem em I&D, sendo de realçar que a partir de 1999 o sector “Estado” perdeu posição para o “Empresas”. As áreas científicas ou tecnológicas nas quais existe maior despesa correspondem às “Ciências de Engenharia e Tecnologia” e “Ciências Sociais e Humanas”, constituindo as “Ciências da Saúde” a área na qual a despesa é menor.

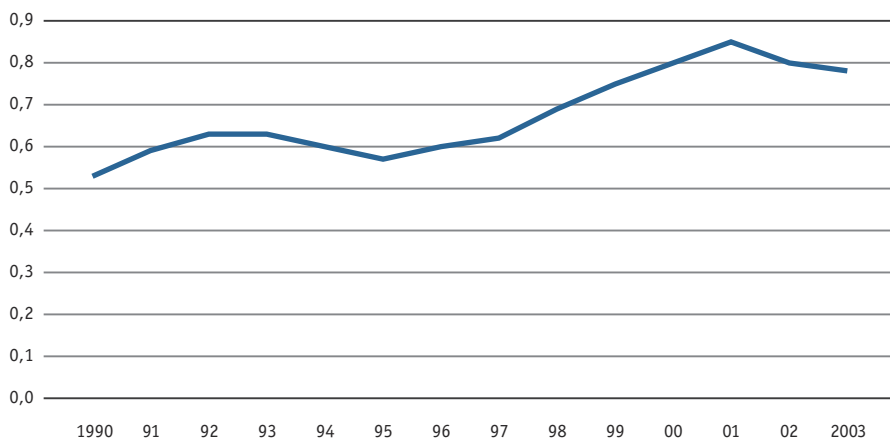
mais informação

<http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

representações gráficas

34 a) Despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D), em percentagem do PIB

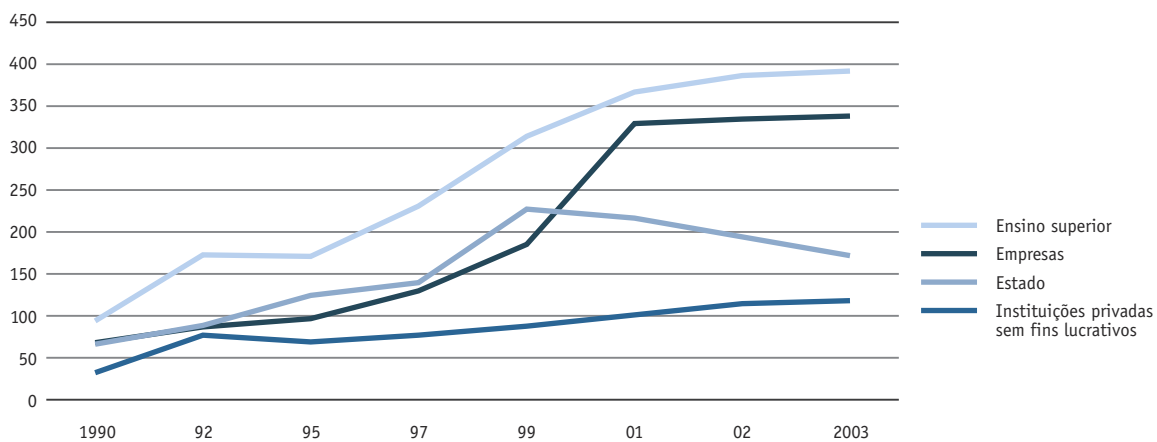
Despesa em I&D (% do PIB)



Fonte: INE, 2006

34 b) Despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) por sector de execução

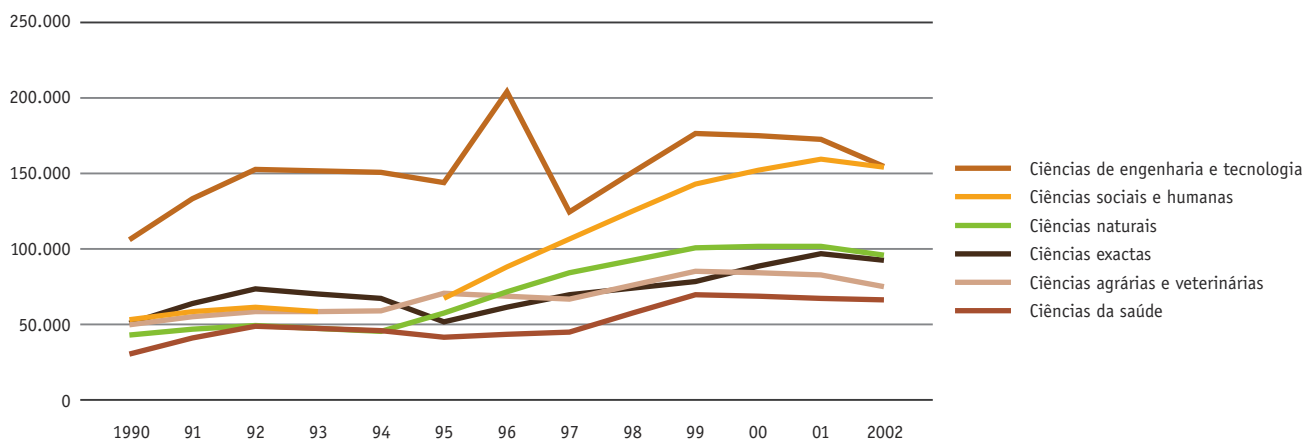
Despesa em I&D por sector de execução (10⁶ euros)



Fonte: INE, 2006

34 c) Despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) segundo área científica ou tecnológica

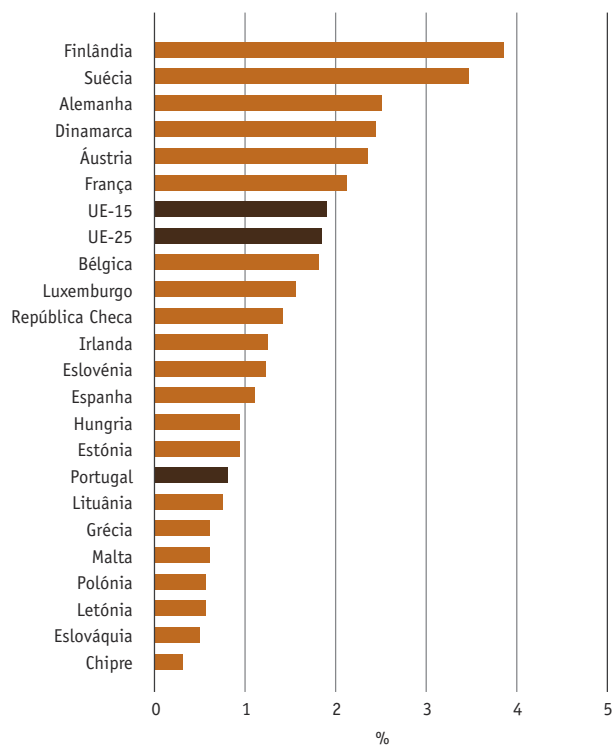
Milhares de euros



Nota: Os valores apresentados não incluem o sector das Empresas. Os valores apresentados para os anos 1991, 1993, 1994, 1996, 1998, 2000 e 2002 são estimados. Os totais apresentados podem não corresponder à soma das parcelas por razões de arredondamento automático

Fonte: INE, 2006

34 d) Despesa em Investigação e Desenvolvimento (I&D) na UE em 2005, em percentagem do PIB



Fonte: Eurostat, 2007

nome do indicador DESPESA PÚBLICA

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Euro.

fonte(s)

INE

descrição

Despesas das administrações públicas no cumprimento das respectivas atribuições.

documentos de referência

- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015 (RCM n.º 40/2007, de 20 de Agosto);
- Plano Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005/2008 (PCM, 2005);
- O Posicionamento da Economia Portuguesa face aos Objectivos da Estratégia de Lisboa (DPP, 2005).

metodologia

Contabilização do total da despesa pública por função, de acordo com a classificação COFOG (Classification of the Functions of Government).

objectivos e metas

Numa perspectiva de sustentabilidade das contas públicas, é objectivo para este indicador desacelerar o crescimento da despesa da Administração Pública. Pretende-se que, através de uma melhor gestão dos recursos, nomeadamente em educação, saúde e segurança social, se aumente a eficácia reduzindo os custos.

- tornar a Administração Pública mais eficiente;
- reduzir o peso da despesa pública no PIB, assegurando a boa qualidade dos serviços públicos;
- introduzir reformas estruturais na estrutura e gestão dos sistemas de segurança social, educação e saúde;
- desacelerar o crescimento da despesa pública, numa perspectiva de responsabilidade inter-geracional.

análise sumária

Os níveis actuais da despesa pública constituem um problema na Europa e, em particular, em Portugal, o que tem reflexos na competitividade do País. A despesa pública em Portugal tem aumentado consecutivamente. De 1995 a 2004 verificou-se um crescimento de mais de 80% das despesas totais das administrações públicas.

O facto de, em 2004, as despesas totais das administrações públicas representarem 46% do PIB a preços correntes, e que esta quota parte tenha aumentado 3% desde 1995, é também revelador do problema da sustentabilidade das finanças públicas portuguesas.

A repartição das despesas por sector evidencia que a protecção social representou, em 2004, 33% das despesas totais das administrações públicas, correspondendo a 15% do PIB nacional a preços correntes. Trata-se da mais importante categoria de despesa pública por função, prevendo-se que, com o envelhecimento da população, as necessidades se venham a agravar.

Outros sectores representativos em termos de despesa pública são a educação e a saúde, com 16% e 14% da despesa total, respectivamente.

A despesa das administrações públicas na protecção do ambiente tem

sido a rubrica de menor peso - 862 milhões de euros em 2004, cerca de 1% da despesa total. Este valor, tendo quase duplicado entre 1995 e 2000, a partir de então tem tendido a estabilizar. Dos diversos domínios de gestão e protecção do ambiente, aqueles em que houve mais investimento em 2004, à semelhança dos anos anteriores, foram a gestão de resíduos, a gestão das águas residuais e a protecção da biodiversidade e paisagem.

Na UE a globalidade das despesas das administrações públicas também têm vindo a aumentar relativamente ao PIB de cada país, e igualmente em funções de protecção social, saúde e educação. A protecção do ambiente é a função com menos significado em termos de gastos do PIB no global dos países da UE, apesar de se encontrar subestimada por dificuldades de identificação nas fontes de informação; Portugal aproxima-se da média comunitária em 2004 - 0,7% do PIB - sendo, nesse mesmo ano, o Luxemburgo e a República Checa os que mais gastam nesta função e a Finlândia menos.

mais informação

<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT>

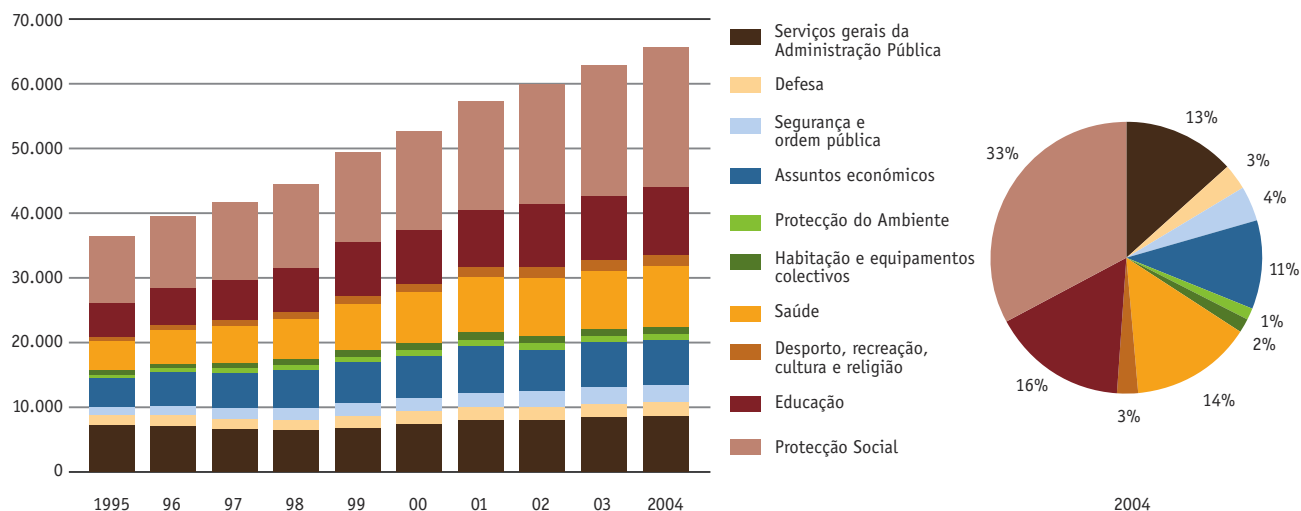
<http://www.desenvolvimentosustentavel.pt>

<http://www.estrategiadelisboa.pt>

representações gráficas

35 a) Despesa da Administração Pública, por funções

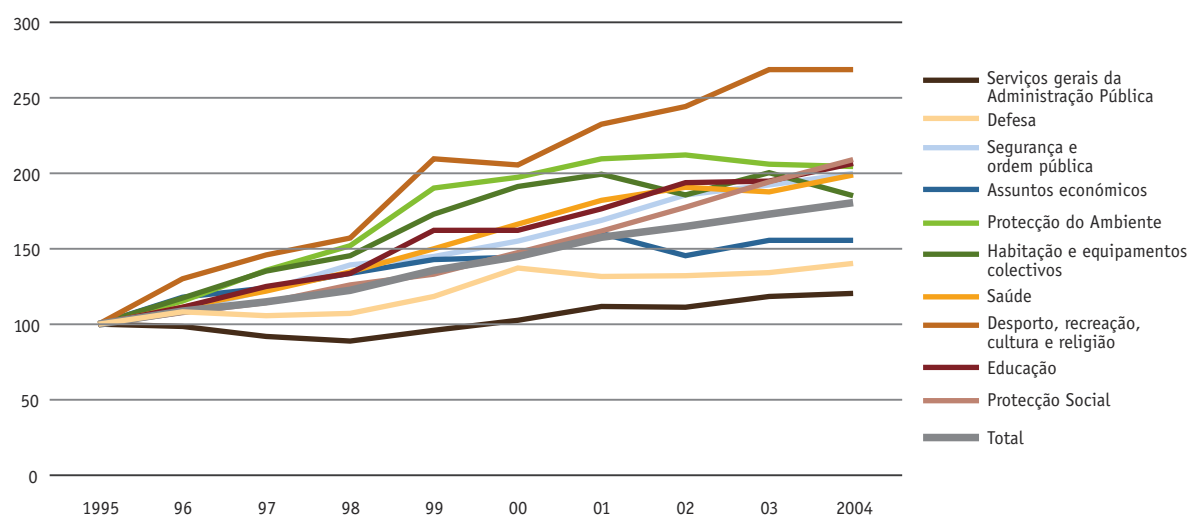
Despesa da Administração Pública, por funções (10⁶ euros)



Nota: desagregação por classes COFOG, Classification of the Functions of Government - sistema de classificação da desagregação funcional da Despesa Pública
Fonte: INE, 2006

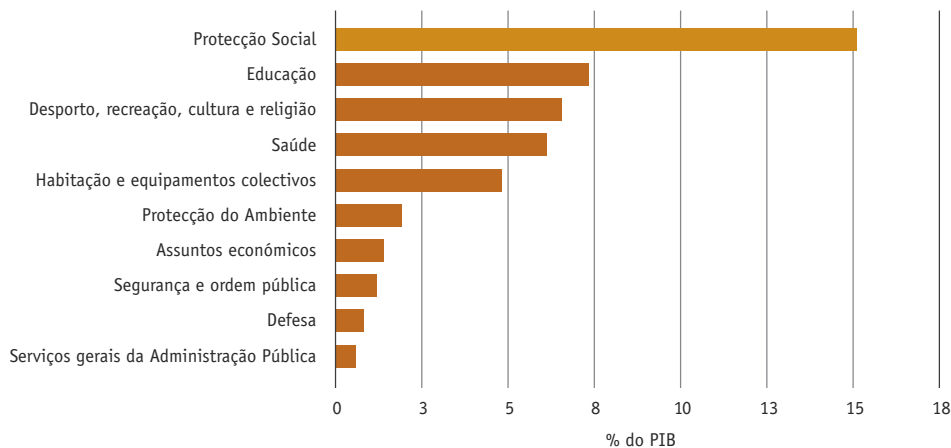
35 b) Evolução relativa da despesa da Administração Pública, por funções

Índice (1995 = 100)



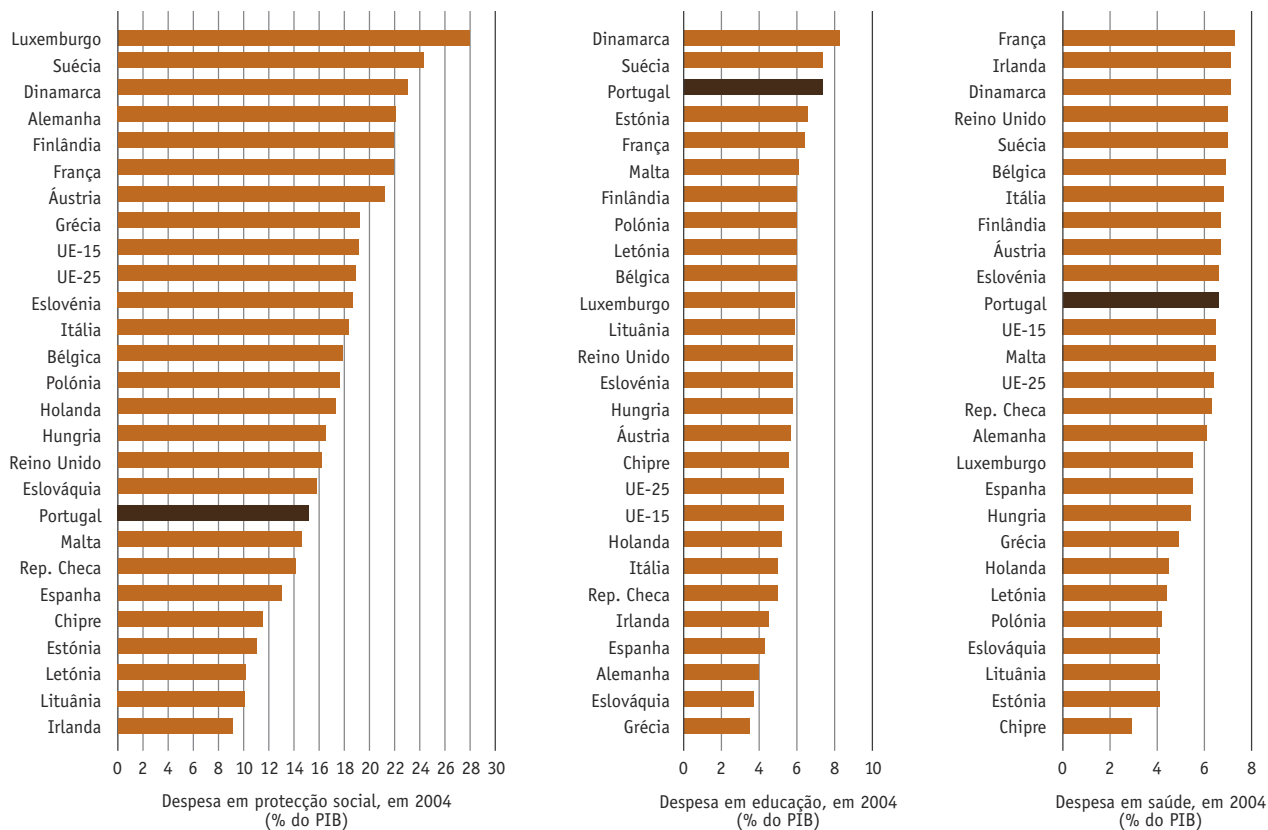
Fonte: INE, 2006

35 c) Despesa da Administração Pública, por funções, em percentagem do PIB a preços correntes



Fonte: INE, 2006

35 d) Despesas das Administrações Públicas da UE em protecção social, educação e saúde, em % do PIB



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador DIETA ALIMENTAR

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

5 EM 5 ANOS

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem; Capitações diárias (g/hab/dia de alimento).

fonte(s)

INE; DGS.

descrição

Traduz os hábitos alimentares, expressos em consumos médios diários de alimentos e macronutrientes. Uma dieta alimentar equilibrada evita o aparecimento de diversas doenças, entre elas, da Obesidade.

documentos de referência

- Balança Alimentar 1990-1993 (INE, 2006).

metodologia

Para caracterizar a dieta alimentar portuguesa foram representadas as capitações diárias edíveis (g/hab/dia) dos grupos de alimentos e dos macronutrientes entre 1993 e 2003, e foi representada a contribuição relativa dos grupos alimentares e das bebidas na capitação diária de macronutrientes.

Definições:

Capitação Edível Diária - peso do produto que pode ser integralmente considerado como alimento, isto é, desprovido dos materiais que se rejeitam por serem inutilizáveis, quer no momento da preparação do produto, antes ou durante as preparações culinárias, quer no prato ao ser consumido. O valor da parte edível para muitos alimentos depende decisivamente da técnica de aproveitamento ou de hábitos ou gostos alimentares.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas. No entanto a DGS recomenda as seguintes porções diárias para uma alimentação saudável:

Cereais, raízes e tubérculos - 28%

Produtos hortícolas - 23%

Frutos - 20%

Carne, pescado e ovo - 5%

Leite e produtos derivados - 18%

Gorduras e óleos - 2%

Leguminosas - 4%.

análise sumária

No que respeita à dieta alimentar, verifica-se que a capitação média diária edível dos portugueses aumentou de 1 809 g/hab/dia em 1993, para 1 860 g/hab/dia em 2003, aproximadamente.

Comparativamente a 1993, em 2003 os portugueses consomem diariamente mais produtos hortícolas (45%), produtos estimulantes (cacau, chocolate e café) (34%), carne (20%), frutos (18%), e leite e seus derivados (14%). Com acréscimos mais moderados, sucedem-se os ovos (10%), açúcares (8%) e óleos e gorduras (7%). De destacar que o consumo de azeite, gordura com valor nutricional importante e com comprovados benefícios para a saúde, aumentou 56% no período em análise. Em termos de decréscimos das capitações diárias, as maiores variações verificaram-se para as raízes e tubérculos (37%), leguminosas (23%) e, mais moderadamente, para o pescado (12%). Segundo o INE (2006), o aumento das capitações diárias de produtos hortícolas e frutos pode revelar uma maior consciencialização

do consumidor para o consumo destes produtos como forma de benefício para a saúde.

Apesar das tendências verificadas, e de acordo com os dados apresentados, verifica-se que a dieta alimentar dos portugueses é uma dieta desequilibrada. Comparando as capitações diárias verificadas em 2003 com os valores de consumo diário recomendados pela Roda dos Alimentos para os vários grupos alimentares (DGS, 2006), verifica-se que o português consome em média 3 vezes mais proteínas - obtidas a partir do grupo das "Carnes, pescado e ovos" - e gorduras (grupo "Gorduras e leos") que o recomendado pelos especialistas. Contrariamente, o consumo de "Produtos hortícolas" representa cerca de metade da estrutura indicada pela Roda dos Alimentos. O consumo de "Frutos" segue igual tendência, representando apenas 15% da capitação edível diária contra os 20% aconselhados pela Roda dos Alimentos. O consumo de "Cereais, raízes e tubérculos" e "Leite e produtos derivados" encontra-se próximo do recomendado.

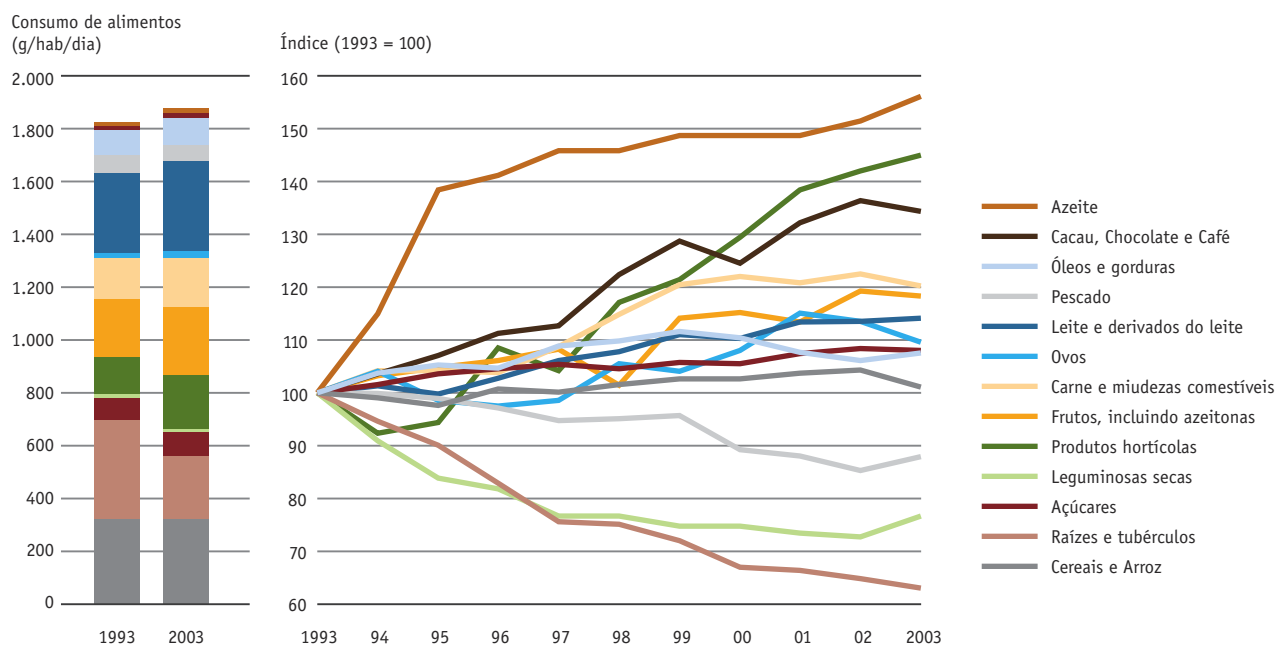
A dieta alimentar portuguesa diária, em termos de macronutrientes, tem como principal constituinte os hidratos de carbono (65%), seguidos das gorduras (19%) e das proteínas (16%). Esta estrutura pouco se alterou no período em análise, salientando-se contudo, o aumento das capitações diárias de gorduras (de 128 g/hab/dia, em 1993 para 143 g/hab/dia, em 2003) e proteínas (de 112 g/hab/dia, em 1993 para 118 g/hab/dia, em 2003). A capitação diária de hidratos de carbono decresceu de 468 g/hab/dia, em 1993 para 461 g/hab/dia, em 2003). De salientar ainda a redução do consumo de vinho, apesar das outras bebidas alcoólicas terem aumentado a sua contribuição.

mais informação

<http://www.ine.pt>

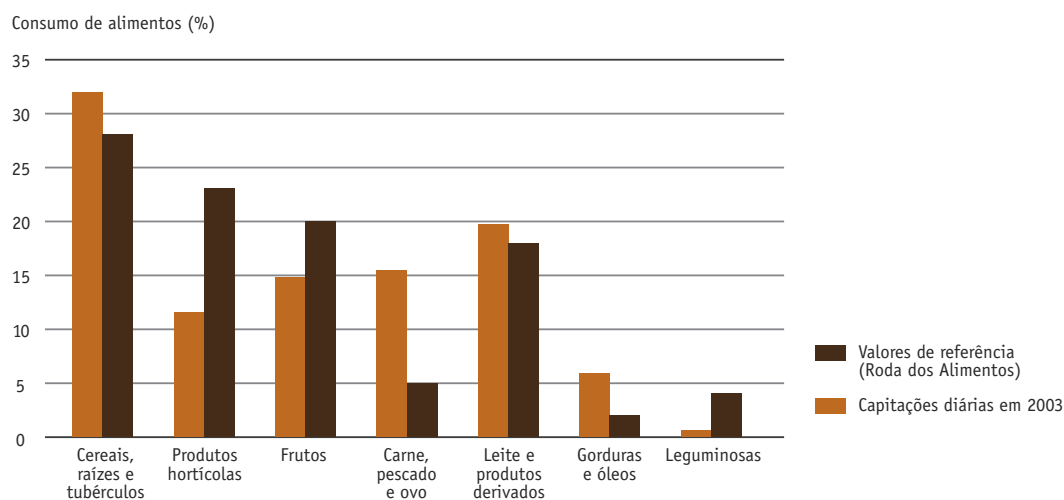
representações gráficas

36 a) Consumo de alimentos - captação edível diária



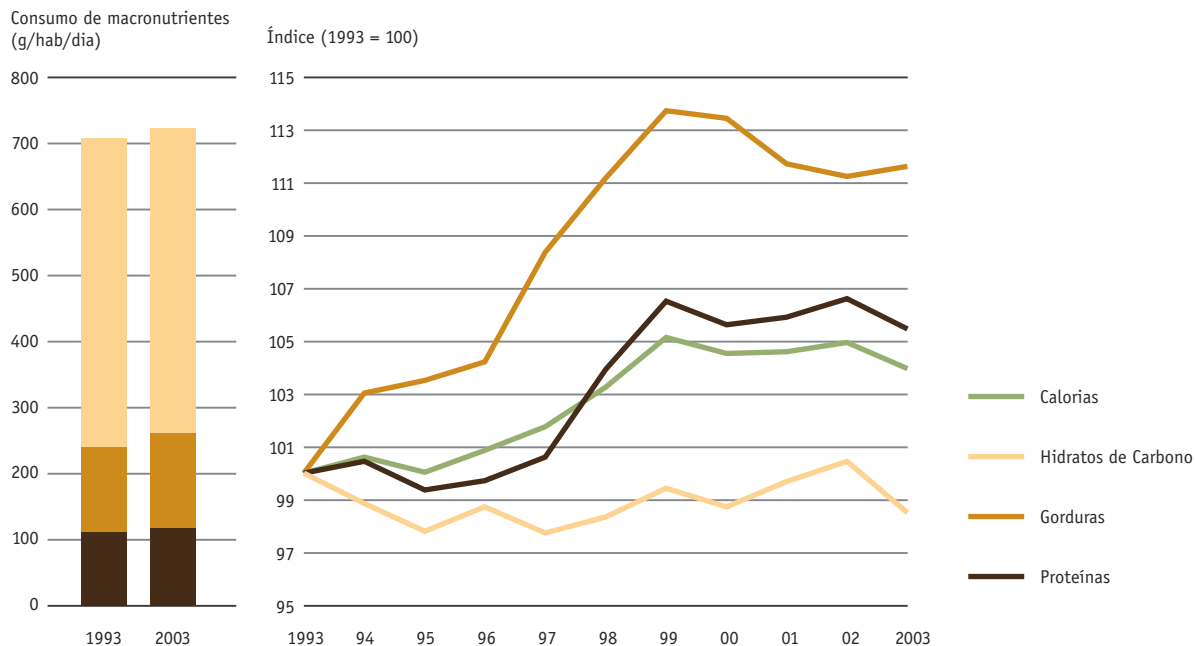
Fonte: INE, 2006

36 b) Consumo de alimentos em 2003 e valores referenciados na Roda dos Alimentos, relativos ao consumo total de alimentos



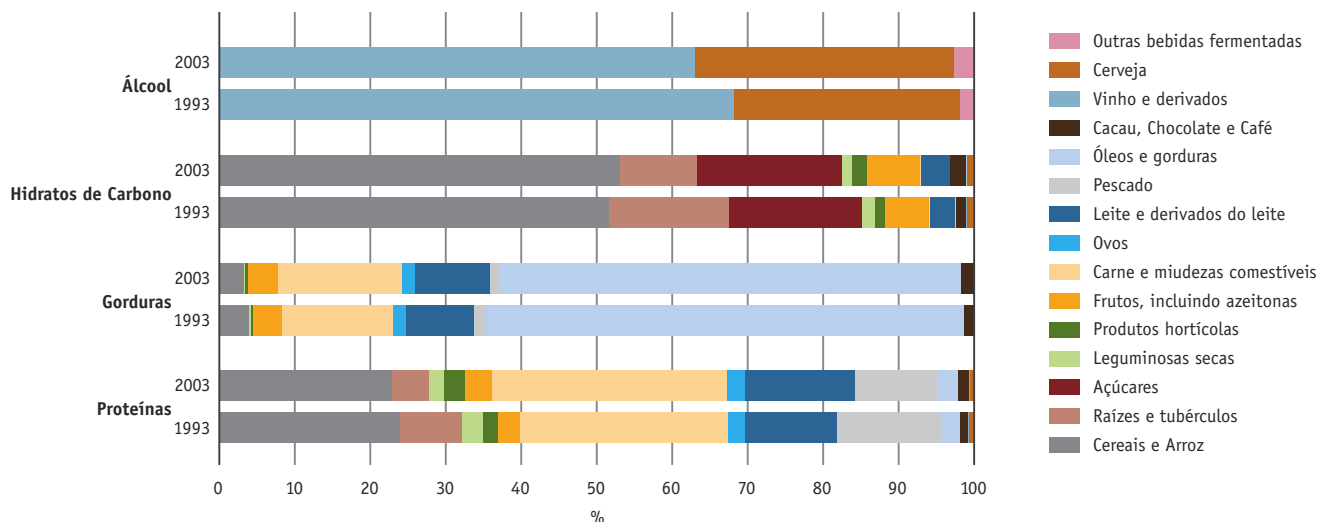
Fonte: INE, 2006; DGS, 2006

36 c) Consumo de macronutrientes e calorias



Fonte: INE, 2006

36 d) Estrutura da contribuição dos grupos alimentares e das bebidas na captação diária de macronutrientes



Fonte: INE, 2006

nome do indicador DIFERENCIAÇÃO DE SALÁRIOS EM FUNÇÃO DO GÉNERO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

tema(s) UE

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem

fonte(s)

Eurostat

descrição

Diferença salarial entre sexos.

documentos de referência

- Plano Nacional para a Igualdade 2003-2006 (PCM, 2003);
- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005-2008 (PCM, 2005);
- Estratégia de Lisboa (CE/UE, 2006);
- Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (CE/UE, 2006).

metodologia

O rácio salarial entre homens e mulheres é calculado pela diferença entre a média do salário horário bruto dos homens empregados e a média do salário horário bruto das mulheres empregadas, expresso em percentagem da média do salário horário bruto dos homens empregados.

O cálculo considera o universo da população empregada.

Definições:

População empregada - Todos os trabalhadores por conta de outrem remunerados, entre os 16 e os 64 anos, que trabalham 15 horas ou mais por semana. (Fonte: Eurostat)

objectivos e metas

Um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, fixados na Declaração do Milénio, em 2000, é promover a igualdade entre os sexos.

análise sumária

Este indicador traduz as desigualdades existentes entre a população empregada feminina e masculina, em termos salariais. A evolução da UE tem revelado uma ligeira tendência para a diminuição das desigualdades existentes.

Embora não se identificando uma tendência clara de diminuição das desigualdades existentes, Portugal é um dos países que, ao nível da UE-25, regista as menores desigualdades salariais entre homens e mulheres.

Uma análise regionalizada deste indicador permitiria identificar assimetrias e disparidades mais ou menos profundas no território nacional, entre a ruralidade periférica e as urbes densamente povoadas do litoral, e, com isso, definir áreas prioritárias de intervenção.

mais informação

<http://www.estrategiadelisboa.pt/>

<http://www.desenvolvimentosustentavel.pt>

<http://www.portugal.gov.pt/Portal/PT>

<http://www.dpp.pt>

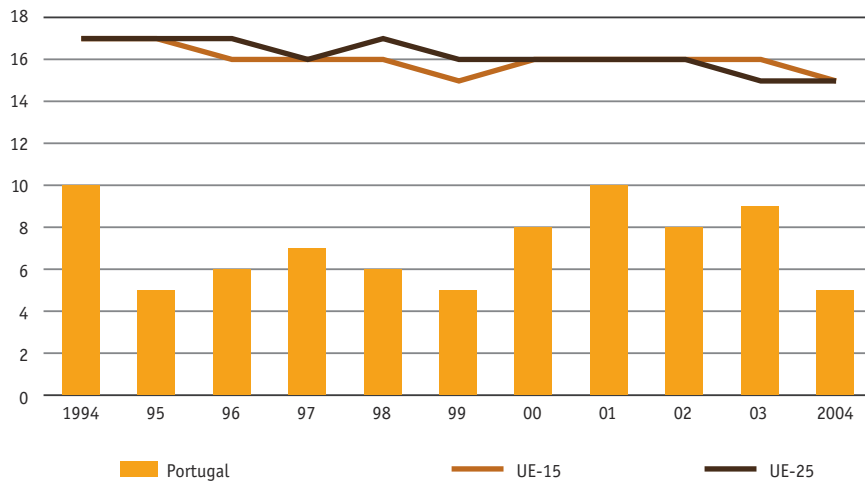
http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_goals.asp

<http://www.undp.org/mdg/>

representações gráficas

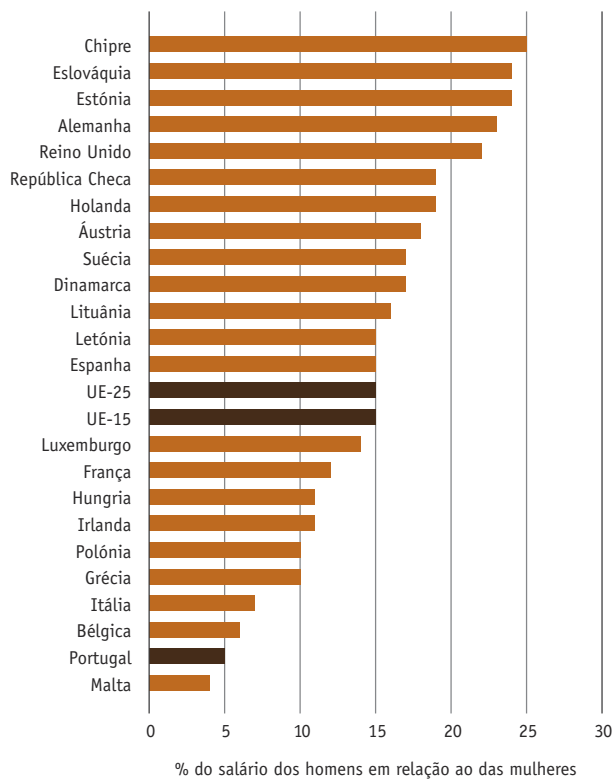
37 a) Rácio da remuneração média entre homens e mulheres em Portugal e na média UE

% do salário dos homens em relação ao das mulheres



Fonte: Eurostat, 2006

37 b) Rácio da remuneração média entre homens e mulheres em Portugal e na média da UE-25, em 2004



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador DIMENSÃO DA FROTA DE PESCA

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

PESCAS

tema(s) UE

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIR

ACTIVIDADE/FORÇA MOTRIZ

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número, Arqueação bruta (GT), Classes de Arqueação bruta, kW.

fonte(s)

INE; DGPA

descrição

Avalia a dimensão da frota pesqueira através da contabilização do número total de embarcações, da arqueação bruta e da potência motriz.

documentos de referência

- Convenção Internacional sobre a Arqueação dos Navios de 1969;
- Factos e números sobre a Política Comum da Pesca (Comunidades Europeias, 2006);
- Plano Estratégico para a Pesca 2007–2013: Doc. de trabalho - Versão para discussão (MADRP/DGPA, 2006).

metodologia

É efectuada a contabilização do número de embarcações, do volume dos navios (Arqueação Bruta) e da potência dos motores (Potência Motriz).

Definições:

Arqueação Bruta (GT) - medida do volume total de uma embarcação ou navio, tal como referido na "Convenção Internacional sobre a Arqueação dos Navios de 1969", à qual Portugal aderiu pelo Decreto do Governo n.º4/87, de 15 de Janeiro e transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º245/94. A arqueação bruta (GT) é calculada com base no estabelecido pela Convenção Internacional sobre Arqueação dos Navios (Londres, 23 de Junho de 1969). Nos termos da legislação europeia, a arqueação dos navios deve ser expressa em GT conforme estipulado nessa Convenção, e não em toneladas de arqueação bruta (TAB), medida anteriormente utilizada ao abrigo da Convenção de Oslo (1946). A Arqueação Bruta GT também vem representada, na documentação oficial nacional, sem carácter internacional, com a sigla "AB" (Arqueação Bruta, sendo a sigla GT a designação de Gross Tonnage).

Potência Motriz - capacidade do motor expressa em unidades de trabalho (cavalos-vapor ou kilowatts).

Esforço de pesca - conjunto de medidas e valores que definem a intensidade de pesca exercida sobre um recurso. Depende do número de embarcações e suas características, do número de dias de pesca e do tamanho da arte usada.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas definidas para a dimensão da frota de pesca. Não obstante, segundo as orientações da Política Comum das Pescas, os Estados-Membros devem instituir medidas de ajustamento das capacidades de pesca, das suas frotas, expressos em GT e kW, por forma a obter um equilíbrio estável e duradouro entre as referidas capacidades e as suas possibilidades de pesca.

análise sumária

A frota de pesca deve ser caracterizada em termos do número total de embarcações, da arqueação bruta e da potência motriz, e a gestão da capacidade desta frota representa um instrumento fundamental na exploração sustentável dos recursos haliéuticos.

O horizonte temporal analisado (1999-2005) permite constatar uma tendência decrescente da dimensão da frota de pesca, acentuando-se a partir de 2002, ano no qual se verificou um ligeiro aumento. A arqueação bruta e potência motriz total acompanham o decréscimo do número de embarcações.

No final de 2005 a frota de pesca nacional era constituída por 9 955 embarcações com uma capacidade total de arqueação bruta de 108 814 GT e uma potência total de 384 560 kW. As pequenas embarcações, com menos de 5 GT, representavam, nesse ano, cerca de 87% do número total de embarcações, 9% do total da arqueação bruta (GT) e 29% de potência motriz. As grandes embarcações (mais de 100 GT) constituem apenas 2% do número total de embarcações, detendo cerca de 69 % da arqueação bruta total (GT) e 37% da potência motriz total.

Analisando a repartição da frota por NUTS II, verifica-se que a região Centro tinha, em 2005, o maior número de registos de embarcações (2 203), correspondentes a 22% do número total de unidades. No que respeita à arqueação e potência é também a região Centro que lidera, representando 40 e 26% da arqueação bruta e da potência motriz total. A importância desta região advém do facto de nela estar registada a maior parte da frota que opera em águas mais distantes, conferindo-lhe consequentemente uma forte expressão ao nível de arqueação e potência (MADRP/DGPA, 2006).

Comparativamente aos países da UE analisados, a frota de pesca portuguesa ocupa o 7º lugar quanto à potência motriz total e 6ª no que se refere à arqueação bruta total.

mais informação

www.dg-pescas.pt

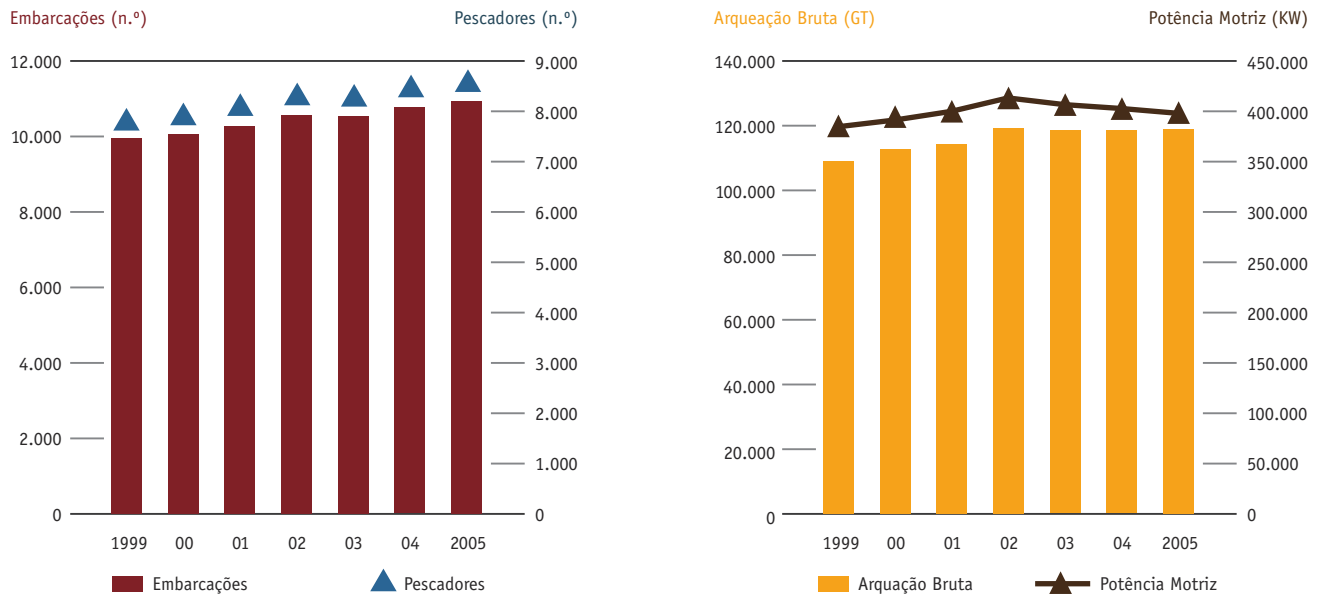
<http://ec.europa.eu/fisheries/>

<http://www.imo.org/Conventions>

<http://www.fao.org>

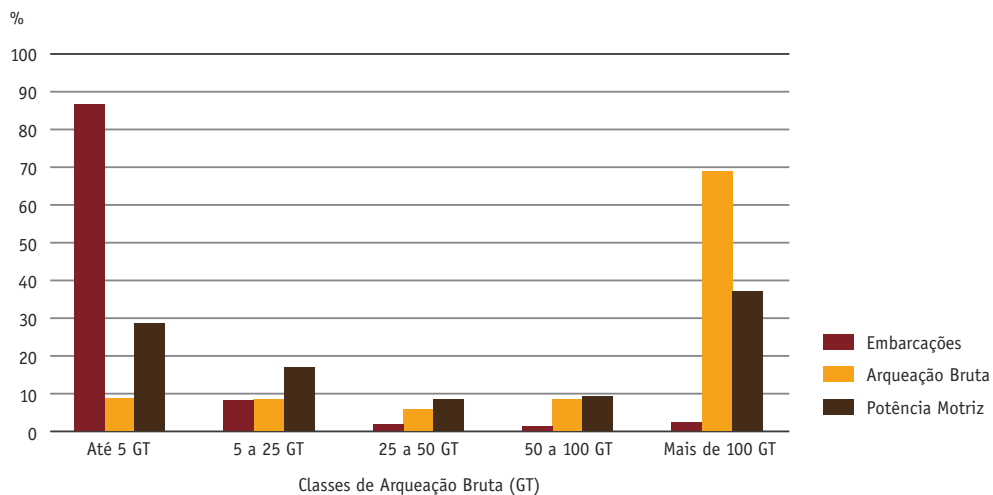
representações gráficas

38 a) Embarcações de Pesca, Pescadores, Arqueação Bruta e Potência Motriz



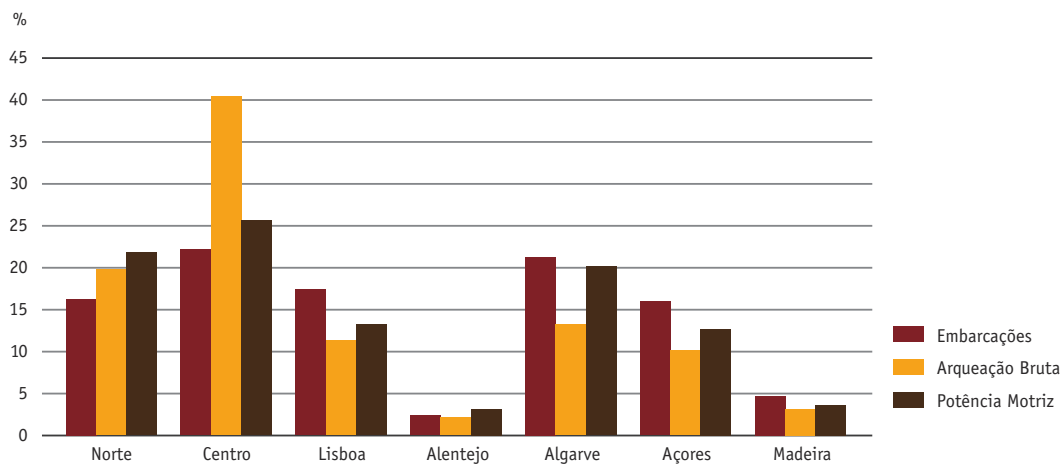
Fonte: INE, 2006

38 b) Número de Embarcações de Pesca, Arqueação Bruta e Potência Motriz por classe de Arqueação Bruta, em 2005, relativamente aos números totais nacionais respectivos



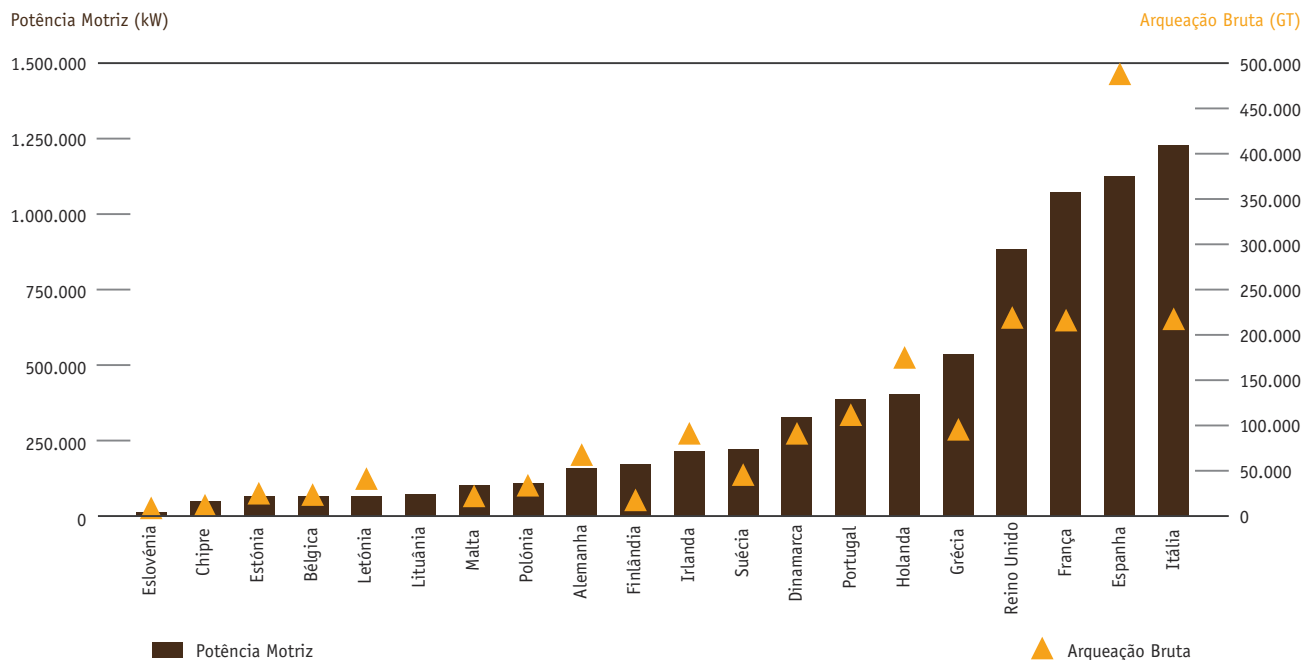
Fonte: INE, 2006

38 c) Número de Embarcações de Pesca, Arqueação Bruta e Potência Motriz, em 2005 e por NUTS II, relativamente aos números totais nacionais respectivos



Fonte: INE, 2006

38 d) Arqueação Bruta e Potência Motriz das Frotas Pesqueiras em 2005, em Portugal e na UE



Fonte: Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador DIPLOMADOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UECIÊNCIA E TECNOLOGIA
EDUCAÇÃO**categorias do modelo DPSIR**

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

1º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Permilagem/‰ (N.º de diplomados por 1000 indivíduos com idade entre os 20-29 anos).

fonte(s)

GPEARI

descrição

Número de diplomados em ciência e tecnologias. Este indicador permite monitorizar de que forma Portugal está a caminhar na direcção de uma Sociedade do conhecimento.

documentos de referência

- Education at a Glance 2006 (EC/EU, 2006);
- Plano Tecnológico (PCM, 2005).

metodologia

Contabilização do número de novos diplomados (instituições públicas e privadas) por ano escolar por 1000 indivíduos com idades correspondentes às idades típicas desta graduação na maioria dos países (20-29 anos).

objectivos e metas

O Plano Tecnológico estabelece a meta de 12 diplomados em ciência e tecnologia por 1000 indivíduos, em 2010.

análise sumária

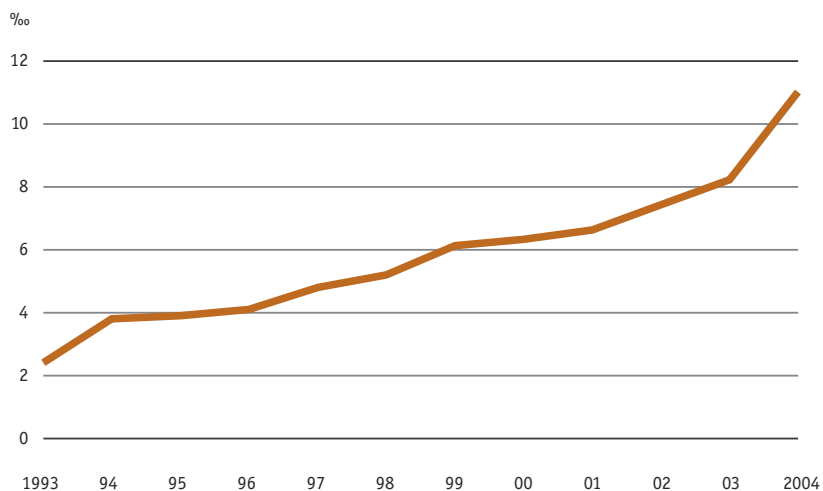
Em Portugal, em 2004, por cada 1 000 indivíduos dos 20 aos 29 anos existiam 11 diplomados do ensino superior nas áreas de ciência e tecnologia. Não obstante, o n.º de diplomados nesta área tem vindo a aumentar consideravelmente, de 2,4‰ diplomados, em 1993, para 11‰, em 2004. A posição atingida por Portugal no último ano observado aproxima-se dos 12,7‰ diplomados da média europeia (UE-25), porém ainda distante dos países que assumem a liderança nesta matéria: Irlanda (23,1) , Reino Unido (18,1‰) e Lituânia (17,5‰).

mais informação

<http://www.estatisticas.gpeari.mctes.pt/>
<http://www.planotecnologico.pt/>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

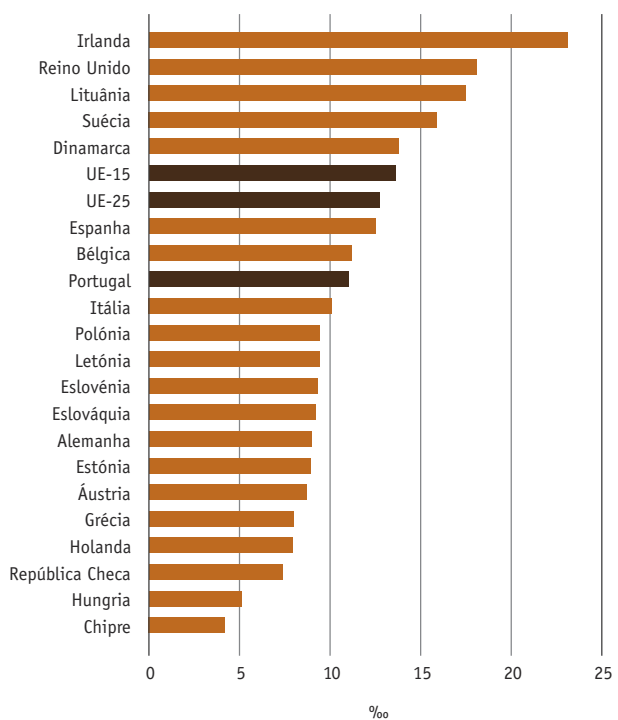
representações gráficas

39 a) Diplomados em Ciência e Tecnologia por 1000 indivíduos (20-29 anos), em Portugal



Fonte: Eurostat, 2006

39 b) Diplomados em Ciência e Tecnologia por 1000 indivíduos (20-29 anos), em 2004, na UE-25



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador DISPONIBILIDADE HÍDRICA

SIDS regional SIM

indicador-chave NÃO

tema(s)

ÁGUA

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL A CURTO PRAZO

unidade(s) de medida

Hectómetros cúbicos

fonte(s)

INAG

descrição

Volume anual garantido de água circulante na rede hidrográfica e regularizada em albufeiras e aquíferos, que pode ser utilizada nas actividades humanas e em funções ecológicas diversas. A existência de quantidades de água adequadas para as necessidades humanas é um dos pré-requisitos base para a existência, saúde e desenvolvimento humano.

documentos de referência

- Plano Nacional da Água (INAG, 2001).

metodologia

—

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

—

mais informação

—

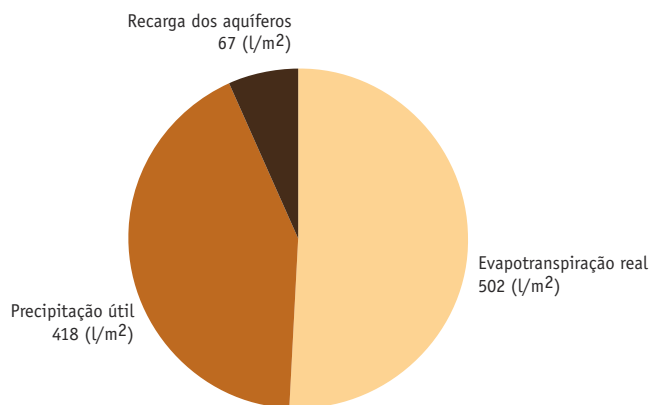
representações gráficas

40 a) Estimativa dos recursos hídricos (água doce) renováveis - média anual a longo termo (LTAA - long term annual average)

Dados base em 20 anos	Volume (10 ⁶ m ³)
Precipitação	81,456
Evapotranspiração	43,571
"Inflow"	35,000
"Outflow"	34,000
Estimativa de recursos renováveis de água doce	72,885

Fonte: Joint Questionnaire OECD/Eurostat, 2001 (aproximada/=JQ2006)

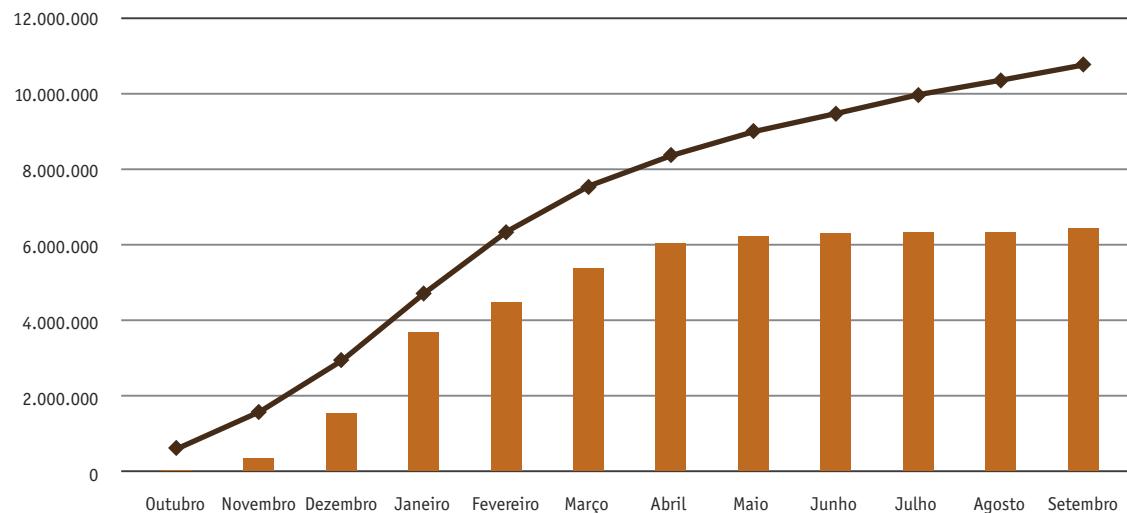
40 b) Recursos Hídricos em Portugal



Fonte: INAG, 1999

40 c) Escoamento superficial do ano hidrológico 2002/2003 no Rio Tejo em Ómnias

Escoamento acumulado (10³ m³)



Fonte: INAG, 2004

nome do indicador DÍVIDA PÚBLICA

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Euro

fonte(s)

BP; MF; INE; Eurostat; OCDE

descrição

Valor devido pela administração central a emprestadores nacionais ou estrangeiros.

documentos de referência

- Pacto de Estabilidade e Crescimento (1997).

metodologia

Contabilização do total acumulado de todos os empréstimos contraídos pelo Estado (administração central, administração local e fundos de segurança social), menos as suas amortizações.

Definições:

Dívida Pública - São todos os compromissos/encargos assumidos pelo Governo e os respectivos juros. (Fonte: ICEP-Glossário)

objectivos e metas

Pacto de Estabilidade e Crescimento da União Europeia para a dívida pública e para as taxas de juro de longo prazo (cfr. Tratado de Amsterdão) - executar uma consolidação orçamental sustentável e credível, com a redução efectiva do peso da despesa pública, de forma a que o défice orçamental não ultrapasse o limite de 3%, como estabelecido no Pacto de Estabilidade e Crescimento.

análise sumária

No período de 1995 a 2005 é clara a tendência crescente da dívida pública.

mais informação

<http://www.igcp.pt>

<http://www.ine.pt/>

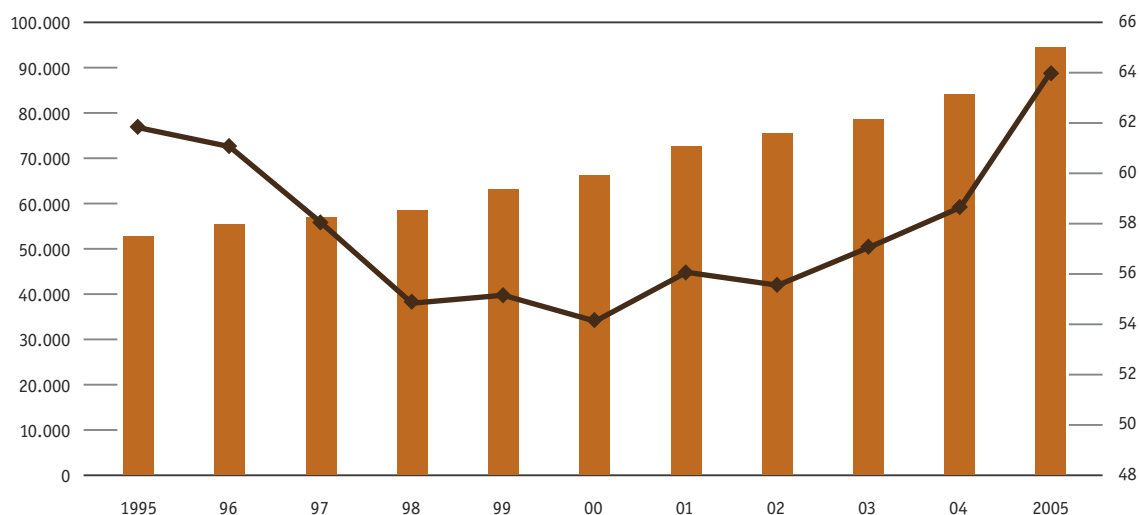
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

representações gráficas

41 a) Dívida pública directa

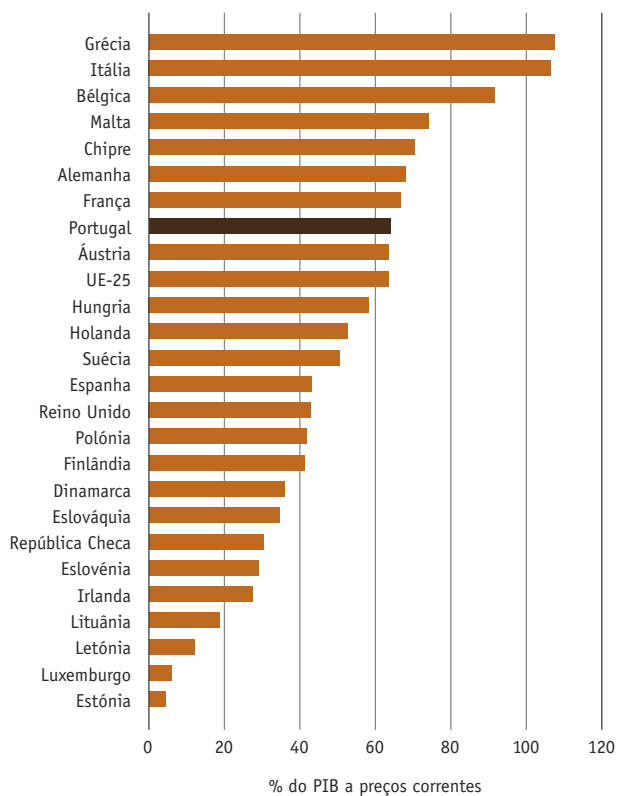
Dívida pública (10⁶ euros)

Percentagem do PIB a preços correntes (%)



Fonte: INE, 2006

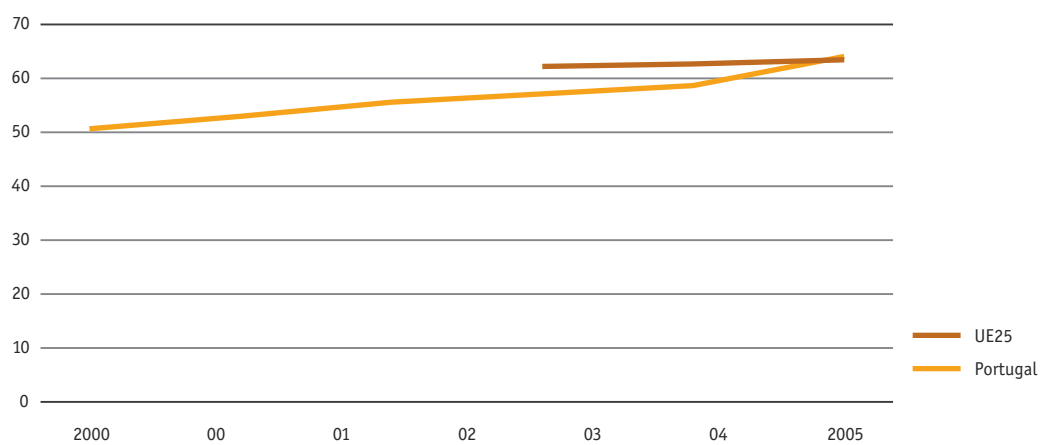
41 b) Dívida pública dos governos da UE em 2005



Fonte: Eurostat, 2006

41 c) Dívida pública dos governos de Portugal e da média da UE-25

Dívida dos governos (% do PIB)



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador DOENÇAS DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Permilagem (número de doenças notificadas de declaração obrigatória por 1 000 habitantes); N.º de casos notificados total; N.º de óbitos.

fonte(s)

DGS; INE

descrição

Casos diagnosticados e notificados, às entidades competentes, das Doenças de Declaração Obrigatória (DDO).

documentos de referência

- Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (DGS, 2004);
- Health statistics – Key data on health 2002 – Data 1970 – 2001, Eurostat, 2002.

metodologia

A taxa de incidência expressa a razão entre o número anual de doenças de declaração obrigatória notificadas por cada 1 000 habitantes.

Definições:

Doença de Declaração Obrigatória - doenças constantes de lista periodicamente revista e aprovada por diploma legal, que deve ser notificada à entidade competente por qualquer médico que a diagnostique, tanto em caso de doença como em caso de óbito. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

A taxa de incidência de Doenças de Declaração Obrigatória (DDO) apresenta desde 2003 uma tendência estável. No período entre 1995 e 1997 verificou-se um acentuado aumento do n.º de casos notificados, devido à ocorrência de uma epidemia de "Parotidite Epidémica" consequente da inadequação da vacina à estirpe viral causadora da doença, de acordo com as conclusões do estudo epidemiológico realizado e conducente à mudança da composição vacinal (DGS, 2006). Entre 1999 e 2000 a n.º de notificações de "Parotidite Epidémica" provocou novamente o aumento da taxa de incidência de DDO. Não obstante, verifica-se que o maior n.º de notificações de DDO deve-se à incidência de casos de Tuberculose Respiratória e de infecções por SIDA (VHI) (note-se que a infecção por VHI passou a integrar a Lista de DDO somente em 2005).

O Algarve é a região onde existe a maior taxa de incidência de DDO, sendo no entanto as regiões Lisboa e Norte onde se verificam o maior n.º de notificações de "Tuberculose Respiratória". A "Tuberculose Respiratória" é a DDO que maior mortes provocou em 2005.

mais informação

<http://www.dgs.pt/>

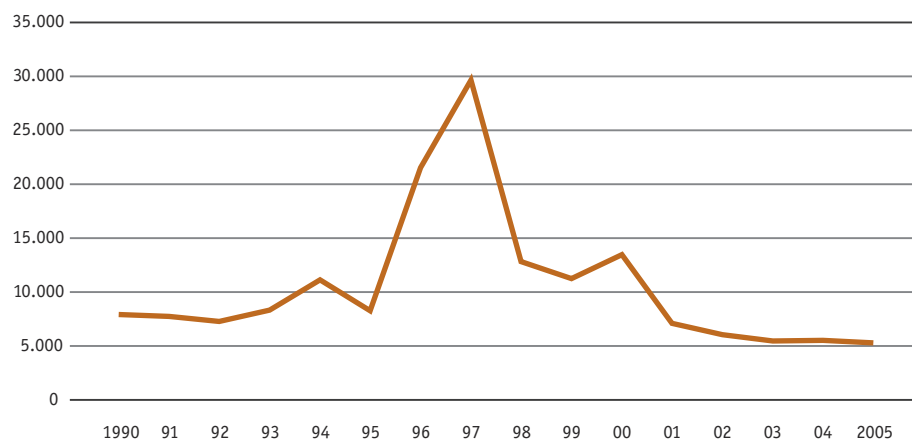
<http://www.portaldasaude.pt>

<http://www.ine.pt/>

representações gráficas

42 a) Taxa de incidência de Doenças de Declaração Obrigatória (DDO)

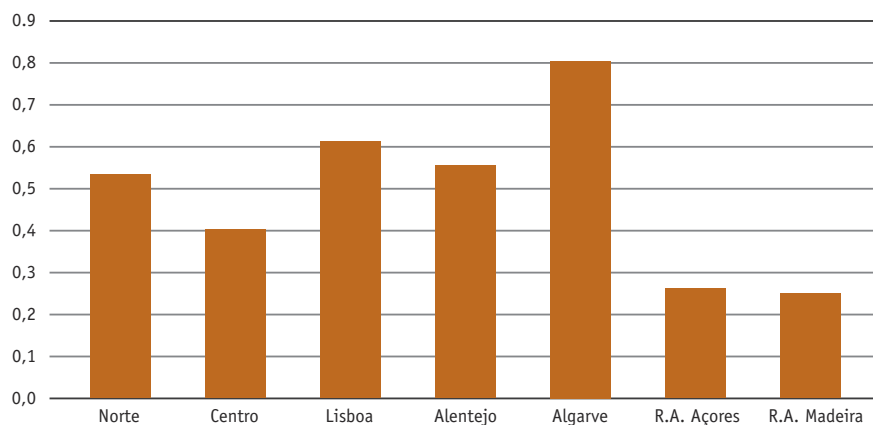
Casos notificados (n.º)



Fonte: INE, 2006

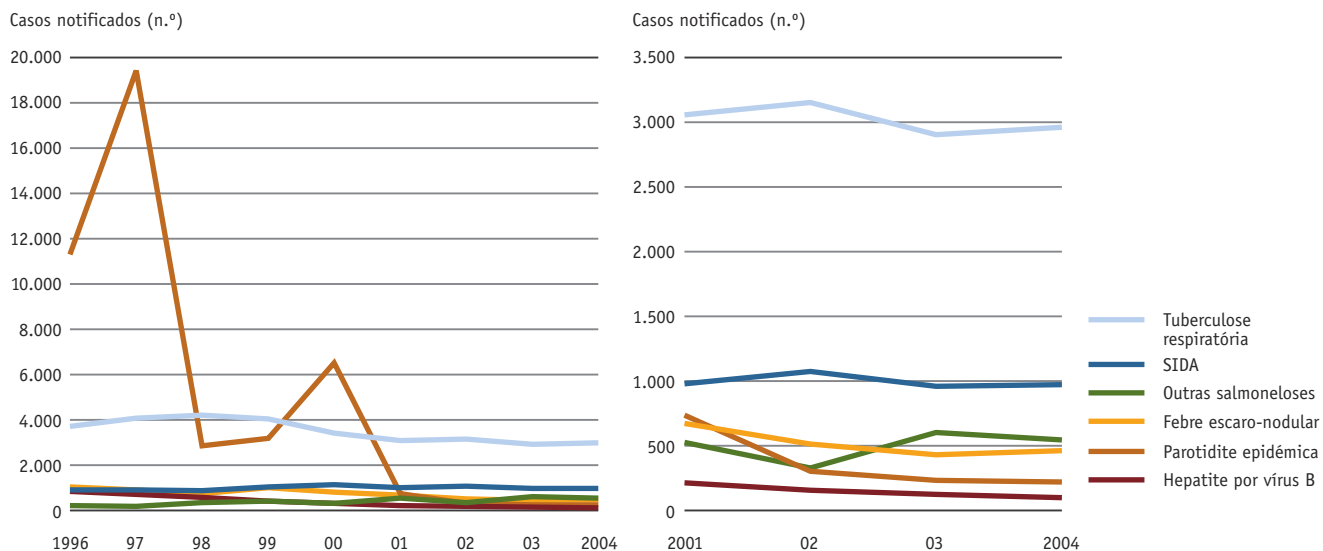
42 b) Taxa de incidência de Doenças de Declaração Obrigatória (DDO), por NUTS II, em 2004

n.º por 1.000 habitantes



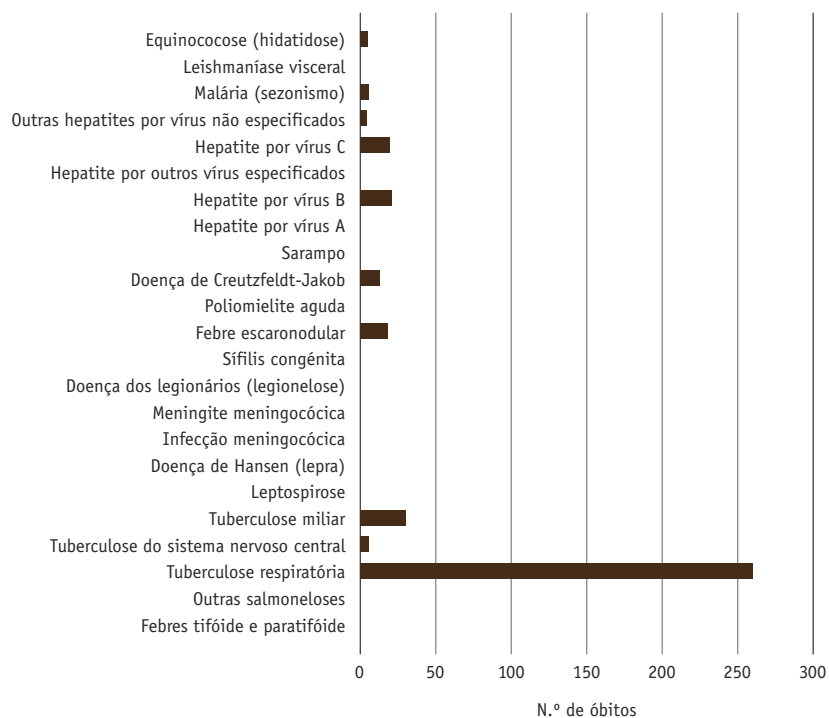
Fonte: INE, 2006

42 c) Casos notificados de algumas Doenças de Declaração Obrigatória (DDO), por tipo de doença



Fonte: INE, 2006 e DGS, 2006

42 d) Óbitos resultantes de Doenças de Declaração Obrigatória (DDO), em 2005



Fonte: INE, 2006

nome do indicador ECO-EFICIÊNCIA DOS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)AGRICULTURA; AR E CLIMA; ECONOMIA;
ENERGIA; INDÚSTRIA; TRANSPORTES**tema(s) UE**ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA; TRANSPORTES;
PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO**categorias do modelo DPSIR**

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL; ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Adimensional. Índice (1990=100).

fonte(s)

DGEG; APA; INE; ACAP

descrição

Indicador que compara a riqueza gerada por cada um dos sectores de actividade económica medida pelo PIB ou VAB com os seguintes indicadores:

- Consumo de energia (primária ou final) pelo sector de actividade económica;
- Emissões, por sector, de substâncias acidificantes e precursoras de ozono troposférico;
- Emissões de GEE, por sector.
- Produto Interno bruto (PIB) ou Valor Acrescentado Bruto (VAB).

documentos de referência

- Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2004 submitted under UNFCCC (IA/MAOTDR, 2006);
- Annual European Community Greenhouse Gas Inventory 1990-2004 and Inventory Report 2006 - Submission to the UNFCCC Secretariat, EEA Technical Report 6/2006 (AEA, 2006);
- Estratégia Nacional para a Energia (RCM n.º 169/2005, de 24 de Outubro);
- Programa de actuação para reduzir a dependência de Portugal face ao petróleo (RCM n.º 171/2004, de 29 de Novembro).

metodologia

O indicador é apresentado através de um índice, em que para cada uma das variáveis se assume um valor de referência igual a 100, o valor correspondente a 1990, apresentando os restantes anos valores proporcionais.

Para a contabilização das emissões foram consideradas as seguintes categorias do IPCC:

- 4 (Agricultura);
- 1A1 (Energia e Actividades de Transformação);
- 1A2 (Indústria) e 2 (Processos Industriais);
- 1A3 (Transportes Nacionais).

Confrontar com a metodologia dos indicadores produção e consumo de energia primária; consumo de energia final; emissão de GEE; emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes; emissões de substâncias precursoras do ozono troposférico; Produto Interno Bruto (PIB); Valor Acrescentado Bruto (VAB); volume de transportes de passageiros e de mercadorias.

objectivos e metas

O 6º Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente e a Estratégia Europeia para o Desenvolvimento Sustentável renovada (2006), em conjunto com a Estratégia de Lisboa relançada (2005), apresentam como meta global para a UE o atingir padrões de produção e consumo sustentáveis. Tendo presentes a qualidade de vida, a equidade intra e intergeracional e a integração de políticas, pretende-se dissociar a habitual relação entre o aumento do crescimento económico em cada um dos sectores de actividade e os impactes negativos no ambiente resultantes da utilização dos recursos naturais.

análise sumária

Nos sectores com maior responsabilidade na emissão de poluentes atmosféricos - energia e transportes - tem-se assistido, nos últimos anos, a uma tendência para a dissociação entre o consumo de energia - que tem continuado a crescer - e as correspondentes emissões de substâncias acidificantes e precursoras do ozono - que têm vindo a diminuir. Todavia, não se conseguiu ainda que este consumo seja feito sem o aumento das emissões de GEE.

O sector energético é a principal fonte de GEE em Portugal - 25% do total emitido em 2004 -, que corresponde fundamentalmente à queima de combustíveis fósseis. As quantidades de poluentes atmosféricos emitidas pelo sector energético - dióxido de carbono (CO₂), dióxido de enxofre (SO₂) e óxidos de azoto (NOx) - variam ao longo dos anos em função de diversos factores, encontrando-se entre os principais as disponibilidades hídricas. Em 2004, das cerca de 84 000 kt de GEE emitidas a nível nacional, estima-se que cerca de 24% tenham tido origem no sector dos transportes. Apesar do aumento constante do número de veículos em circulação, as emissões de alguns poluentes associados ao sector dos transportes têm-se mantido ou mesmo diminuído - óxidos de azoto (NOx), monóxido de carbono (CO), compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM) -, reflexo dos esforços efectuados e da introdução de novas tecnologias. Os transportes foi o sector de actividade económica que, em 2004, mais energia final consumiu em Portugal (35,5%), proporcionalmente ao crescimento do número de veículos em circulação, tendo aumentado mais de 80% desde 1990.

No período compreendido entre 1990 e 2004, a evolução relativa das emissões de GEE, substâncias acidificantes e precursores de ozono e o consumo de energia, no sector da indústria, registou uma tendência para a estabilização ou mesmo redução.

A eco-eficiência do sector agrícola tem melhorado ao longo dos últimos anos, nomeadamente quanto ao consumo de energia e às emissões de GEE. O aumento da produtividade do sector foi igualmente acompanhado por uma estabilização das emissões de substâncias precursoras do ozono e de substâncias acidificantes nos últimos quatro anos.

mais informação

<http://www.iambiente.pt/APA/index.htm>

<http://www.dgge.pt/>

<http://www.ine.pt/>

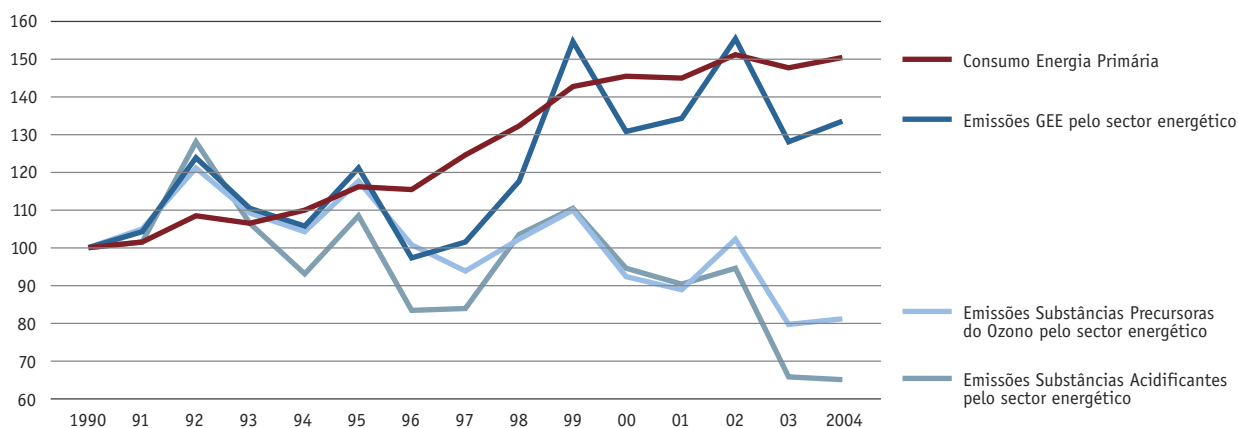
<http://www.acap.pt/>

http://ec.europa.eu/dgs/energy_transport/index_en.html

http://www.eea.eu.int/main_html

43 a) Eco-eficiência do sector energético - produção e transformação de energia

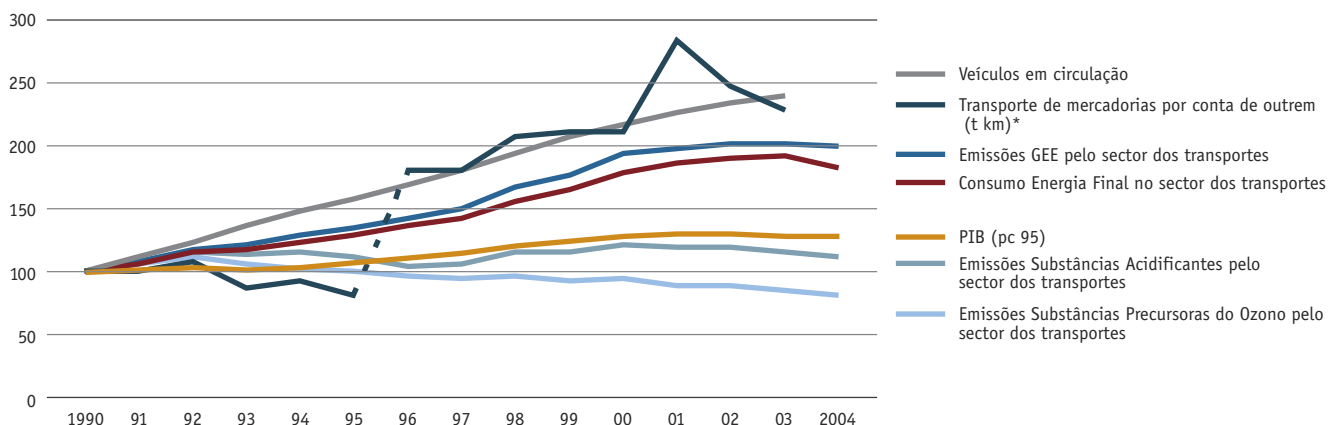
Índice (1990 = 100)



Fonte: IA, 2006; DGGE, 2006

43 b) Eco-eficiência do sector dos transportes

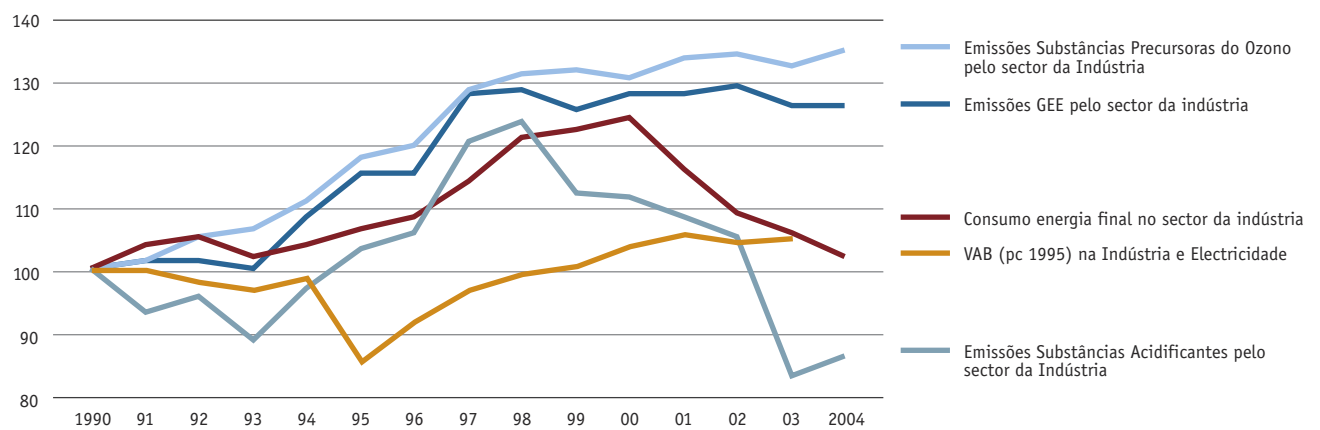
Índice (1990 = 100)



Nota: * A partir de 1996 a metodologia de registo dos Transportes Rodoviários de Mercadorias foi alterada. A análise desta série deve pois ter em conta esta quebra.
 Fonte: IA, 2006; INE, 2005; DGGE, 2006; ACAP, 2004

43 c) Eco-eficiência do sector da indústria

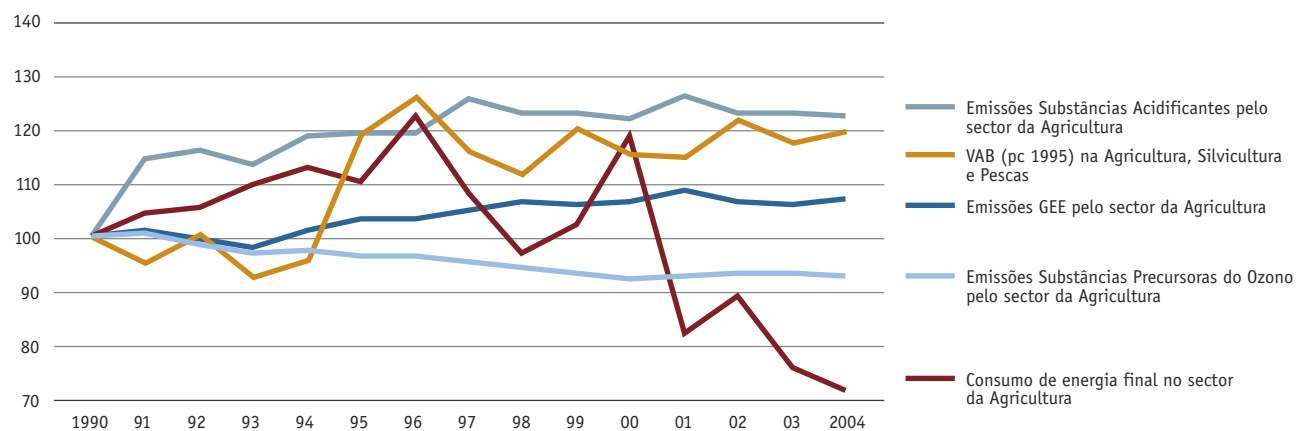
Índice (1990 = 100)



Fonte: IA, 2006; INE, 2005; DGGE, 2006

43 d) Eco-eficiência do sector da agricultura

Índice (1990 = 100)



Fonte: IA, 2006; INE, 2005; DGGE, 2006

nome do indicador EFICIÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ÁGUA

tema(s) UEPADRÕES DE CONSUMO E ENERGIA
GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS**categorias do modelo DPSIR**

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL A CURTO PRAZO

unidade(s) de medida

Porcentagem

fonte(s)

INAG

descrição

Avaliar a eficiência da utilização da água extraída, nomeadamente ao nível da utilização urbana, agrícola e industrial.

documentos de referência

- Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água - PNUEA (INAG, 2001)

metodologia

A eficiência de utilização da água é calculada como a razão entre o consumo útil e a procura efectiva:

Eficiência de utilização da água (%) = Consumo útil / Procura efectiva x 100
Quanto mais próximo estiver a procura efectiva do consumo útil, mais próximo se está dos 100% de eficiência de utilização da água.

Definições:

Eficiência de utilização da água - mede até que ponto a água captada da natureza é utilizada de modo optimizado para a produção com eficácia do serviço desejado, nos sectores urbano, agrícola e industrial. (Fonte: INAG)

Consumo útil - corresponde ao consumo mínimo necessário num determinado sector para garantir a eficácia da utilização, correspondente a um referencial específico para essa utilização. Este referencial pode ser estimado para a situação actual e para cenários futuros com base na evolução da população e da respectiva capitação mínima necessária (consumo urbano), na evolução da área regada, do tipo de cultura e da respectiva dotação mínima necessária (consumo agrícola), e na evolução da indústria e do respectivo consumo mínimo necessário (consumo industrial). (Fonte: INAG)

Procura efectiva - corresponde ao volume efectivamente captado / medido, sendo naturalmente igual ou superior ao consumo útil. Pode ser estimado com razoável rigor para a situação actual com base nos registos existentes e pode ser estimado para cenários futuros com base na evolução da população e da respectiva capitação (procura urbana), na evolução da área regada, do tipo de cultura e da respectiva dotação (procura agrícola), e na evolução da indústria e do respectivo consumo necessário (procura industrial). (Fonte: INAG)

objectivos e metas

O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água estabelece como meta atingir em 2011 uma eficiência de utilização da água de 80% em termos de consumo urbano, de 66% no consumo agrícola e de 84% no consumo industrial.

análise sumária

A água um factor essencial para o desenvolvimento sócio-económico de um país, devendo ser considerada um recurso estratégico e estruturante, garantindo-se uma elevada eficiência do seu uso, ao que deve corresponder uma opção estratégica na política portuguesa de gestão de recursos hídricos.

O sector agrícola é o principal utilizador da água a nível nacional com 87% da utilização total da água, de acordo com o PNUEA. Os sectores industrial e urbano utilizam respectivamente 8% e 5% do total da água.

Porém, no que respeita a custos, o sector urbano é responsável por 46% dos custos totais, enquanto o sector industrial é responsável por 28% e o agrícola por 26%.

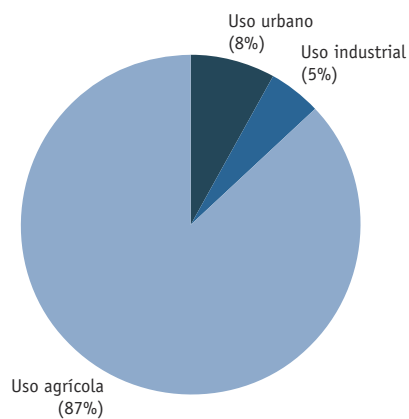
Uma maior eficiência da utilização da água corresponde a uma mais valia para o país e para os cidadãos, quer em termos de recursos quer de custos. Estão em análise um conjunto de medidas no PNUEA que visam estes objectivos, e que abrangem aspectos relativos à sensibilização, informação e educação; à documentação, formação e apoio técnico; à regulamentação técnica, rotulagem e normalização; e aos incentivos económicos, financeiros e fiscais (cf. PNUEA).

mais informação

<http://www.inag.pt/>

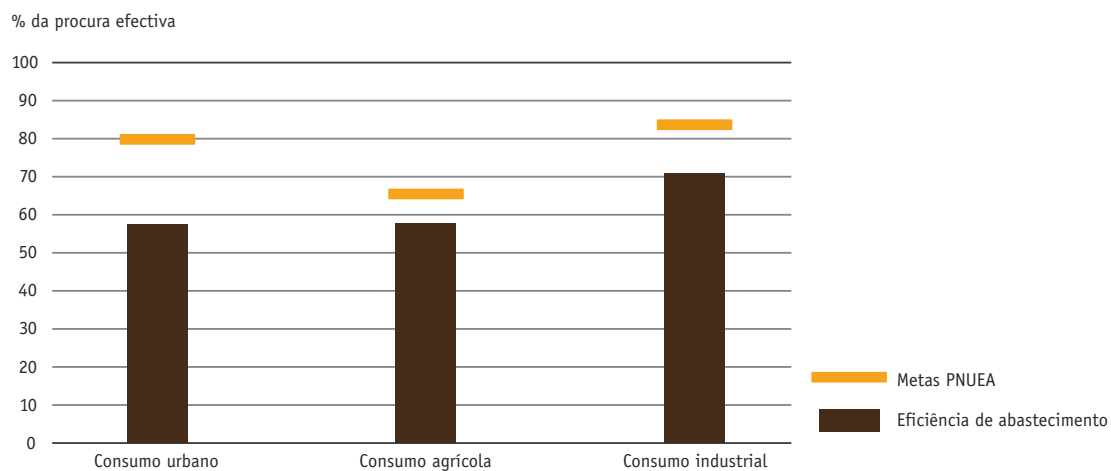
representações gráficas

44 a) Utilização da Água - Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água



Fonte: INAG, 2001

44 b) Eficiência de utilização de água para consumo urbano, agrícola e industrial em 2001, de acordo com metodologia (razão entre o caudal necessário e o caudal efectivamente utilizado) e metas do Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água



Fonte: INAG, 2001

nome do indicador EFICIÊNCIA DO SISTEMA JUDICIAL

SIDS regional NÃO

indicador-chave SIM

tema(s)GOVERNANÇA
JUSTIÇA**tema(s) UE**

BOA GOVERNANÇA

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

INSTITUCIONAL

objectivos da ENDS 2015

4º ; 7º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Índice de eficiência; N.º de processos; Duração média dos processos findos (meses).

fonte(s)

INE; GPLP-MJ

descrição

É caracterizada a dinâmica processual, de acordo com a procura e a capacidade de resposta do sistema, através do Índice de eficiência e da duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de 1ª instância.

mais informação

<http://www.gplp.mj.pt/estjustica>
<http://www.ine.pt/>

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

Contabilização do n.º de processos - Cíveis, Penais, Tutelares e de Trabalho - que estão pendentes a 1 de Janeiro do ano considerado, entrados e findos nos tribunais judiciais de 1ª instância - tribunais de competência genérica e tribunais de competência especializada.

O índice de eficiência é determinado pela razão entre o n.º de processos findos e a soma dos processos entrados e pendentes a 1 de Janeiro de cada ano.

A duração média dos processos findos por tipo de processo traduz-se na duração média anual, em meses, que estes processos demoram a ser resolvidos.

O n.º médio de processos por magistrados e funcionários é determinado pela razão entre o n.º de processos entrados, pendentes e findos e o n.º total de magistrados e de funcionários no ano considerado. (Nota: a informação disponível à data desta edição não permite discriminar quais os processos em que os magistrados do Ministério Público intervêm, o que não permite um cálculo rigoroso do n.º de processos atribuídos a estes magistrados).

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

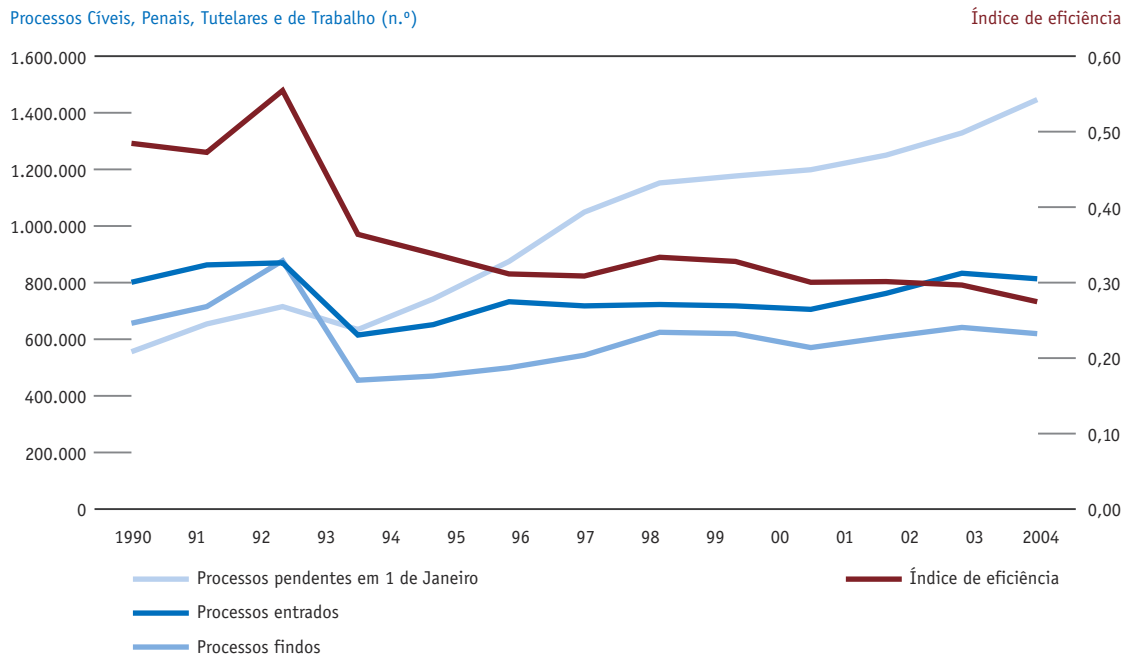
O número de processos pendentes tem aumentado consistentemente, atingindo cerca de 1 445 538 processos em Janeiro de 2004. O número de processos entrados decresceu acentuadamente entre 1994 e 1995, apresentando uma tendência gradual de crescimento a partir desse ano. O número de processos findos decresceu também entre 1994 e 1995 e novamente em 2001, apresentando, à semelhança dos processos entrados, uma tendência de crescimento.

Em geral, o número de processos entrados tem sido superior ao número de processos findos, em particular desde 1995, o que justifica o aumento consecutivo do número de processos pendentes nos últimos anos e a correspondente diminuição do índice de eficiência.

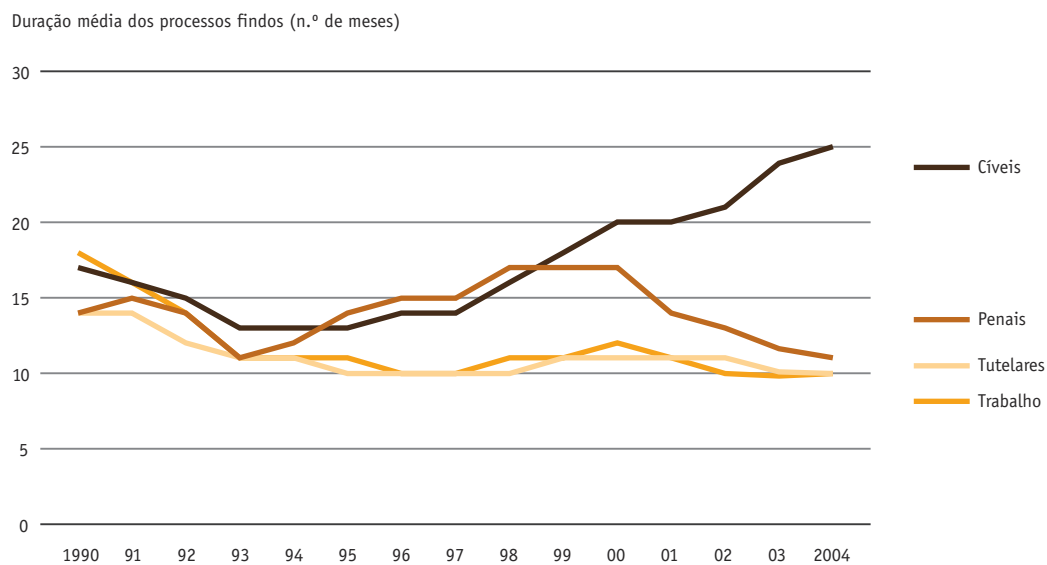
A duração média dos processos findos oscilou entre os 10 meses e os 25 meses, dependendo da espécie de processo. De uma forma geral os processos Cíveis são os que apresentam uma maior duração média de resolução e os Tutelares uma menor duração. O tempo médio de resolução deste tipo de processos apresenta assim uma tendência de decréscimo, mantendo-se relativamente estável a partir de 2001.

representações gráficas

45 a) Movimento de processos Cíveis, Penais, Trabalho e Tutelares nos tribunais judiciais de 1ª instância e Índice de Eficiência



45 b) Duração média dos processo findos, por espécie



nome do indicador EMISSÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA - GEE

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

AR E CLIMA

tema(s) UE

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

2º; 3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medidaQuilotonelada de CO₂ equivalente;
toneladas de CO₂ equivalente por habitante.**fonte(s)**APA; Inventários IPCC; EEA; Eurostat;
INE**descrição**

Avaliação das emissões nacionais de gases com origem antropogénica que contribuem para o efeito de estufa, agregadas em equivalentes de CO₂ ou desagregadas por poluente e por sector.

documentos de referência

- Programa Nacional para as Alterações Climáticas - PNAC 2006 (IA/MAOTDR, 2006);
- Plano Nacional de Atribuição de Licenças de Emissão 2005-2007 (ME/MCOTA, 2004);
- Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2004 submitted under UNFCCC (IA/MAOTDR, 2006);
- Annual European Community Greenhouse Gas Inventory 1990-2004 and Inventory Report 2006 - Submission to the UNFCCC Secretariat, EEA Technical report N° 6/2006 (AEA, 2006).

metodologia

A contabilização das emissões é efectuada com base na análise directa a partir dos valores anuais de emissão dos diferentes parâmetros (dióxido de carbono, CO₂; metano, CH₄; óxido nitroso, N₂O; hexafluoreto de enxofre, SF₆; hidrofluorcarbonetos, HFC's; perfluorcarbonetos, PFC).

Posteriormente, e em consonância com o estabelecido pelo Painel Intergovernamental sobre Alterações Climáticas (IPCC) da Convenção Quadro sobre Alterações Climáticas, é efectuada uma soma ponderada para obtenção do total de emissões em CO₂ equivalente, tendo em consideração os factores de conversão GWP (Global Warming Potencial/Potencial de Aquecimento Global). A estimativa das emissões destes poluentes é efectuada, quer através de balanços mássicos, quer recorrendo a factores de emissão, com graus de incerteza variáveis de acordo com a categoria das fontes de emissão. Sempre que existam, é recomendável a utilização de factores de emissão nacionais.

Os factores de conversão de cada gás em CO₂ equivalente - GWP / PAG - Global Warming Potential / Potencial de Aquecimento Global (CO₂ equivalente) - são os seguintes: 1 kt CO₂ = 1 kt CO₂ eq.; 1 kt CH₄ = 21 kt CO₂ eq.; 1 kt N₂O = 310 kt CO₂ eq.

objectivos e metas

Na qualidade de Parte à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (UNFCCC), Portugal comprometeu-se com o seu objectivo último: a estabilização da concentração de GEE na atmosfera a um nível que evite uma interferência antropogénica perigosa com o sistema climático.

Ao abrigo do Protocolo de Quioto e do Acordo de Partilha de Responsabilidades, acordado em 2002 entre os 15 Estados-membros da UE, Portugal deverá limitar, no período de cumprimento de 2008-2012, a 27% o crescimento das emissões de GEE, face ao registado em 1990. No seu conjunto, e para o mesmo período, a UE-15 comprometeu-se com uma redução de 8% das suas emissões.

análise sumária

As emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE) são fortemente influenciadas pelo sistema energético nacional, pelas estruturas industrial, agrícola e florestal, pelos sistemas de transportes e de gestão de resíduos, e ainda pelos padrões de consumo da população.

Em Portugal, apesar dos esforços efectuados - que acompanharam a preocupação mundial pelos potenciais impactes no ambiente das emissões atmosféricas com origem na actividade antrópica, nomeadamente ao nível do clima -, as emissões de GEE, medidos em CO₂ equivalente, cresceram a um ritmo de cerca de 3% por ano, no período 1990-2004, situando-se, no último ano, aproximadamente 9,6% acima da meta estabelecida para 2008-2012, no âmbito do acordo de partilha de responsabilidades da UE (27%). As emissões nacionais de GEE em 2004 aumentaram cerca de 40% relativamente às emissões de 1990 - considerando este como ano base. Este acréscimo resulta de um aumento de 51% no CO₂, 16% no N₂O e 9% no CH₄. O facto de 2004 - a que dizem respeito os inventários disponíveis à data da elaboração deste documento - ter sido um ano extremamente seco, com temperaturas acima dos valores médios e uma falta generalizada de precipitação, levaram o país a uma situação de seca generalizada o que, consequentemente, se reflectiu num aumento do consumo energético com origem em energia fóssil (aumento da produção termoeléctrica) em todos os sectores da actividade económica e no sector doméstico.

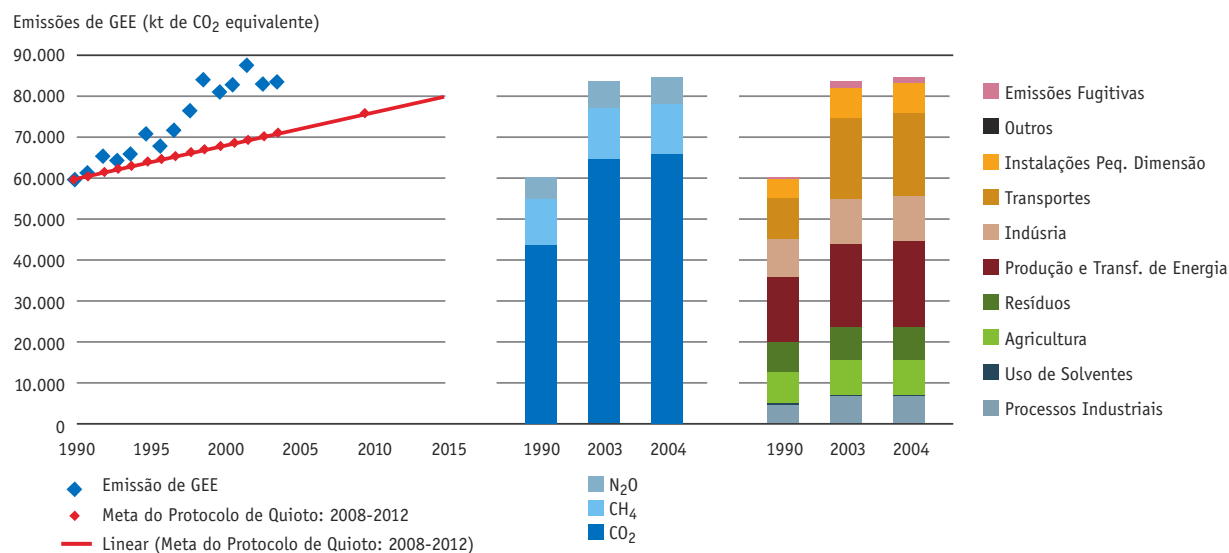
Numa análise por sector, a queima de combustíveis fósseis em actividades relacionadas com a energia foi o principal responsável pelas emissões de CO₂ (das quais se destacaram a produção e transformação de energia, com 25,4% e os transportes com 23,8% das emissões), a agricultura e os resíduos pelas emissões de CH₄, e a agricultura pelas emissões de N₂O. Numa análise por GEE, o CO₂ foi o gás com maiores emissões, representando, em 2004, cerca de 78% do total das emissões, seguido do CH₄ (15%) e do N₂O (7%). Comparando com os restantes países da UE-25, Portugal foi um dos países que em 2004 apresentou um maior aumento de emissões de GEE relativamente a 1990, sendo simultaneamente um dos países que apresentou valores mais reduzidos de capitação de CO₂ - o que em parte é explicado por um uso mais restrito no consumo de energia, nomeadamente no aquecimento dos edifícios -, e por uma intensidade carbónica da economia média.

mais informação

<http://www.iambiente.pt>
<http://www.cele.pt/>
http://ec.europa.eu/environment/climat/home_en.htm
<http://climatechange.unep.net/>
<http://www.ipcc.ch/>
<http://unfccc.int>

representações gráficas

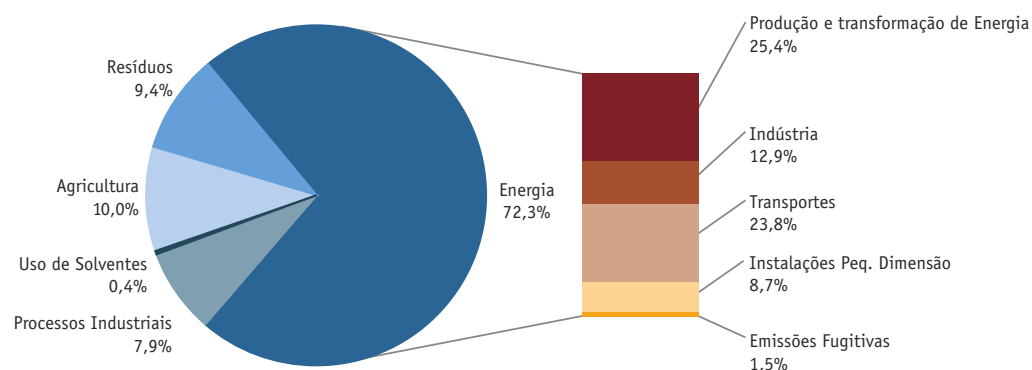
46 a) Principais emissões de GEE (CO₂, CH₄ e N₂O), por poluente e por sector de actividade, e compromissos para o período 2008-2012



Nota: os valores totais não entram em consideração com os LUCF (emissions and removals from Land-Use Change and Forestry - Floresta e Alterações do Uso do Solo) e os "bunkers internacionais".

Fonte: IA, 2006

46 b) Principais emissões de GEE (CO₂, CH₄ e N₂O) em 2004, repartidas pelos principais sectores de actividade

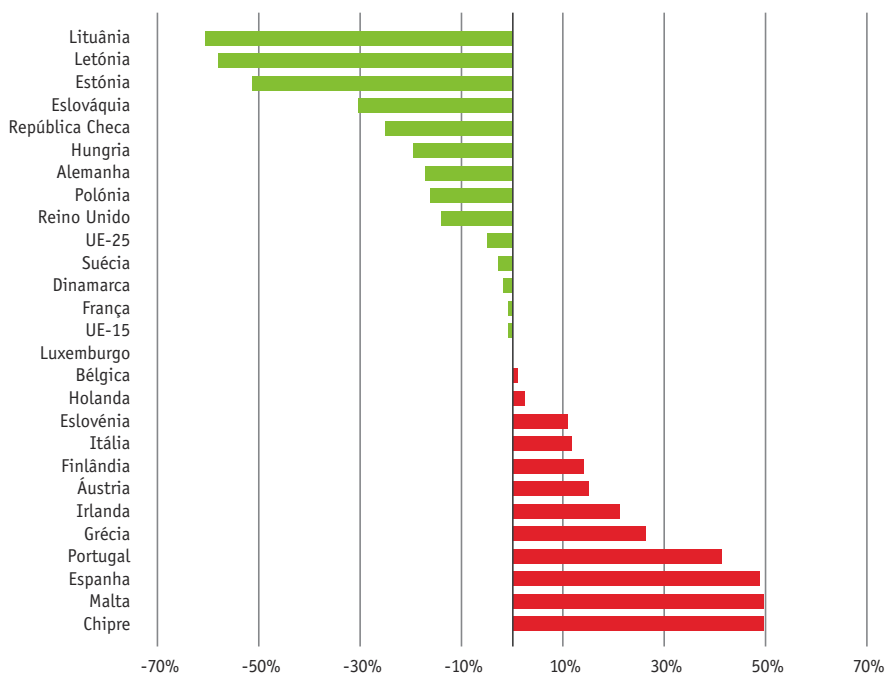


Nota: os valores totais não entram em consideração com os LUCF (emissions and removals from Land-Use Change and Forestry - Floresta e Alterações do Uso do Solo) e os "bunkers internacionais".

Fonte: IA, 2006

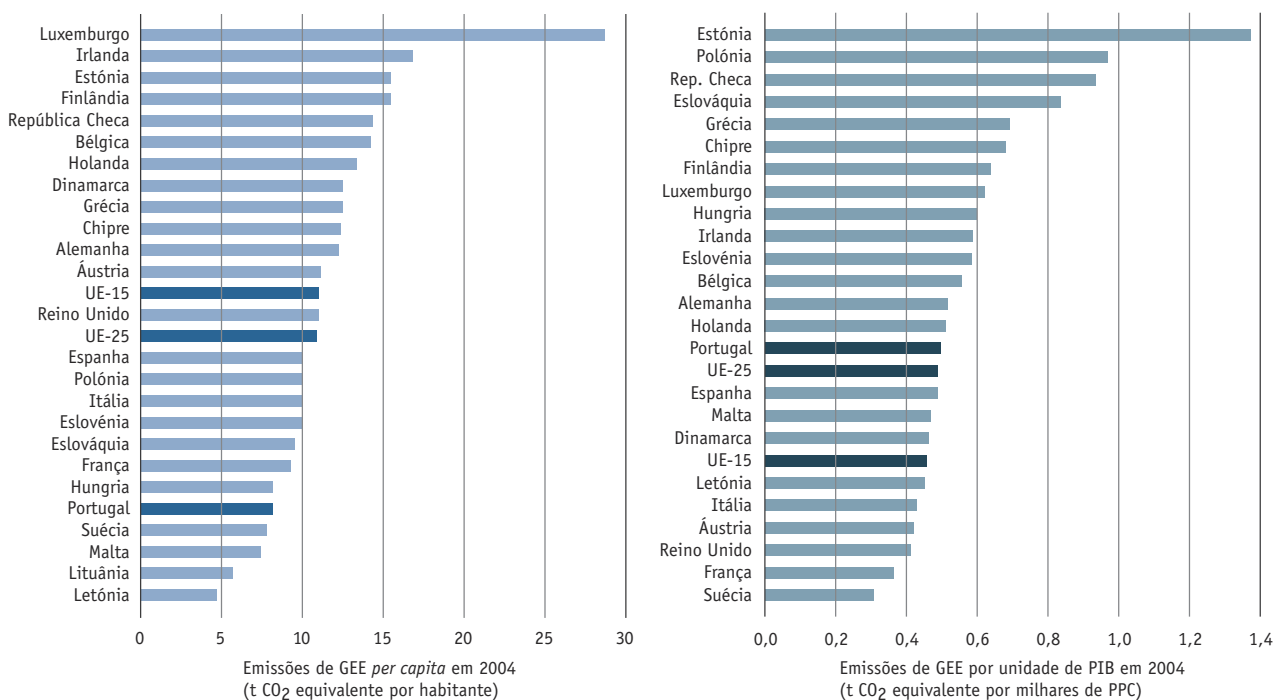
representações gráficas

46 c) Variação das emissões de GEE em Portugal e nos vários países da UE-25, entre 1990 e 2004



Fonte: EEA, 2006

46 d) Emissões de GEE per capita e por PIB ppc, em 2004



Fonte: IA, 2006; Eurostat, 2006; EEA, 2006

nome do indicador EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS ACIDIFICANTES E EUTROFIZANTES

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

AR E CLIMA
NATUREZA E BIODIVERSIDADE
SAÚDE

tema(s) UE

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Quilotoneladas de equivalente ácido.

fonte(s)

APA

descrição

Avaliação das emissões nacionais de gases que contribuam para os processos de acidificação e eutrofização [dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NOx) e amónia (NH₃)].

documentos de referência

- Programa Nacional para as Alterações Climáticas - PNAC 2006 (IA/MAOTDR, 2006);
- Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2004 submitted under UNFCCC (IA/MAOTDR, 2006);
- Estudos conducentes para o Programa dos Tectos de Emissão Nacional (IA, FCT/UNL, 2004);
- Estratégia Temática sobre Poluição Atmosférica (Comissão Europeia, 2005).

metodologia

Os gases considerados nesta análise são o dióxido de enxofre (SO₂), óxidos de azoto (NOx) e amónia (NH₃). São agregados no indicador denominado "Equivalente Ácido", após afectação de cada um por factores de ponderação específicos adoptados pela Agência Europeia do Ambiente. Factores de ponderação/conversão em equivalente ácido (equivalentes ácido/kg): SO₂=31,25; NOx=21,74; NH₃=58,82.

objectivos e metas

O Protocolo de Gotemburgo à Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteira a Longa Distância, CLRTAP, da Comissão Económica para a Europa da ONU estabelece como metas para as emissões atmosféricas, em 2010: SO₂=170; NO₂=260; NH₃= 108 (em kt);
O Decreto-lei 193/2003, de 22 de Agosto, que transpõe a Directiva 2001/81/CE relativa aos Tectos de Emissão, NECD, estabelece como metas para as emissões atmosféricas, em 2010: SO₂=160; NO₂=250; NH₃= 90 (em kt).

análise sumária

As substâncias acidificantes e eutrofizantes emitidas para a atmosfera podem ser transportadas a distâncias consideráveis, ultrapassando as fronteiras dos Estados. A ocorrência destes fenómenos transfronteiriços, em concreto na Europa Ocidental e Central, que podem mesmo chegar a afectar os usos do solo e condicionar o desenvolvimento de determinadas espécies de plantas e animais, conduziu à celebração de acordos internacionais com vista a garantir que as emissões atmosféricas se limitavam a valores aceitáveis.

Portugal comprometeu-se a cumprir, até 2010, os limites estabelecidos no Protocolo de Gotemburgo à Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteira a Longa Distância (CLRTAP), da Comissão Económica para a Europa da ONU, que ratificou em 2005. Por sua vez a Directiva Comunitária dos Tectos de Emissão (NECD) estabelece, também para 2010, tectos de emissão, ainda mais ambiciosos que os primeiros.

O dióxido de enxofre (SO₂), os óxidos de azoto (NOx) e o amoníaco (NH₃) são os principais gases que contribuem para os processos de acidificação

e eutrofização, sendo assim utilizados como indicadores para avaliar a evolução destes fenómenos.

Na avaliação da evolução e tendência das substâncias acidificantes e eutrofizantes é habitual utilizar-se um indicador específico, o "Equivalente Ácido", que resulta da agregação dos poluentes que lhe dão origem com a afectação de um factor de ponderação específico.

Analisando o Inventário Nacional de Emissões de Poluentes Atmosféricos constata-se o esforço de Portugal no sentido da redução das emissões para atingir os compromissos que assumiu, dos quais se aproximou significativamente em 2003 e 2004. Esse esforço é confirmado pelo Equivalente Ácido.

Fazendo a análise poluente por poluente, verifica-se que o SO₂ e o NOx foram os principais responsáveis pelas emissões das substâncias acidificantes, com 40 e 37%, respectivamente; o NH₃ contribuiu com 23% para estas emissões.

Em 2004 as emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes diminuíram cerca de 13% em relação aos níveis de 1990, devido principalmente à redução, em 36%, das emissões de SO₂. Este decréscimo, que já se tinha feito sentir em 2003, pode ser atribuído fundamentalmente à obrigatoriedade da utilização de combustíveis com baixo teor em enxofre, em vigor a partir desse ano.

Os sectores de actividade que, em 2004, mais contribuíram para as emissões das substâncias em causa foram a produção e transformação de energia (32%), a indústria (22%) e a agricultura (19%), apesar dos dois primeiros e também os resíduos terem sido aqueles em que a redução das emissões foi mais significativa em relação a 1990.

A redução das emissões é igualmente notória na análise da evolução relativa com o PIB e o consumo de energia, onde se regista uma dissociação entre as tendências dos respectivos indicadores.

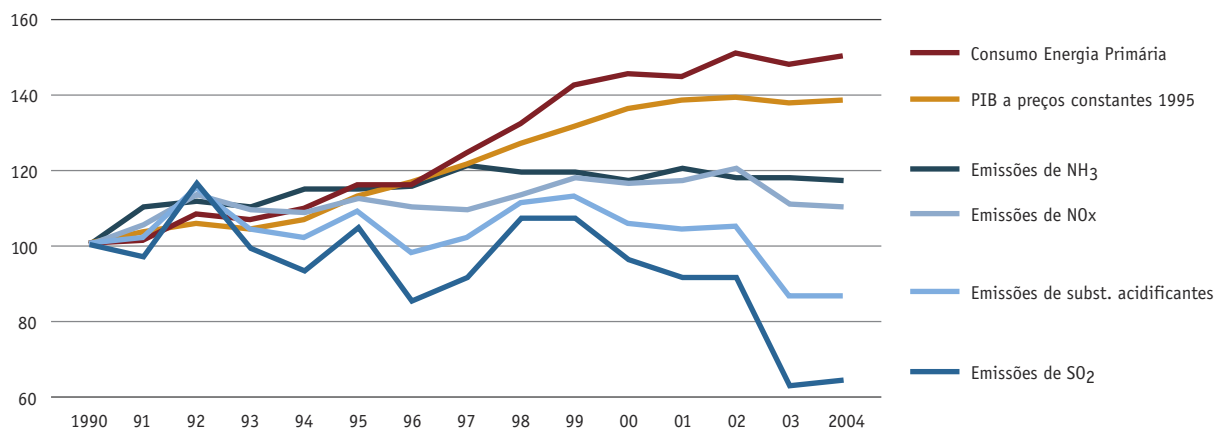
mais informação

<http://www.apambiente.pt>
http://themes.eea.eu.int/Environmental_issues/air_quality
http://themes.eea.europa.eu/Environmental_issues/acidification
http://ec.europa.eu/environment/air/air_en.htm

representações gráficas

47 a) Evolução relativa das emissões de substâncias acidificantes com o PIB e consumo de energia primária

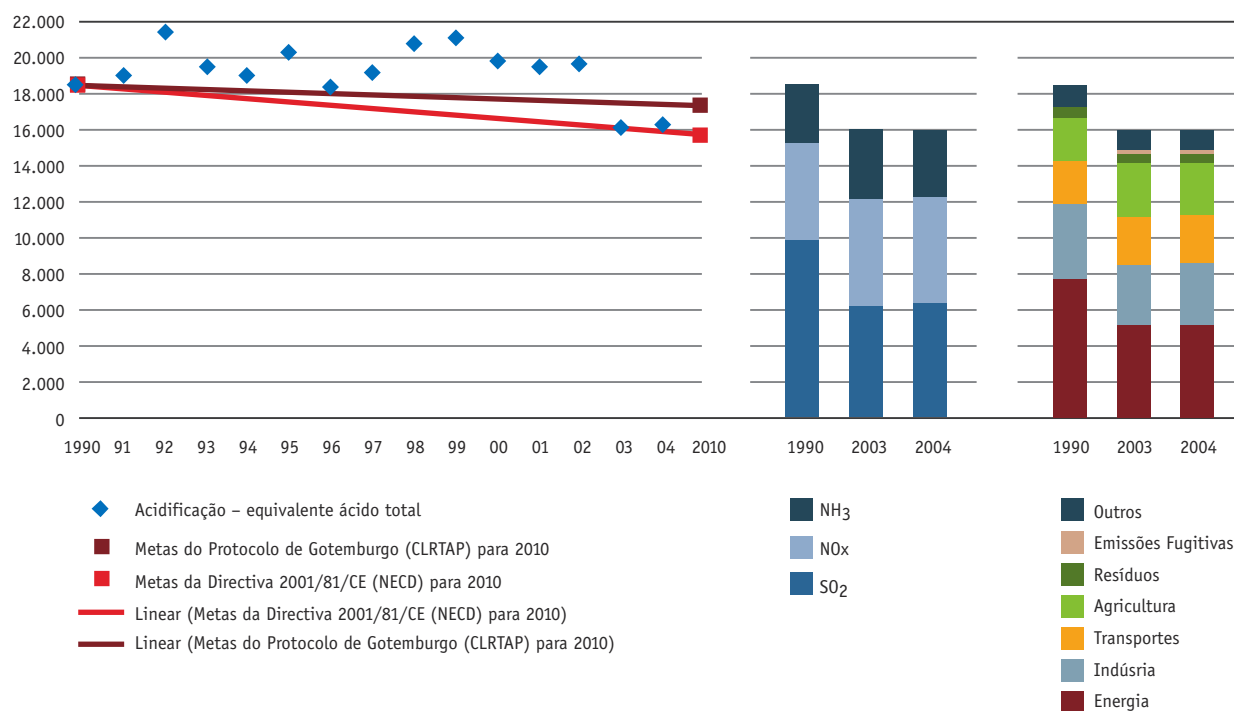
Índice (1990 = 100)



Fonte: IA, 2006; INE, 2005; DGGE, 2006

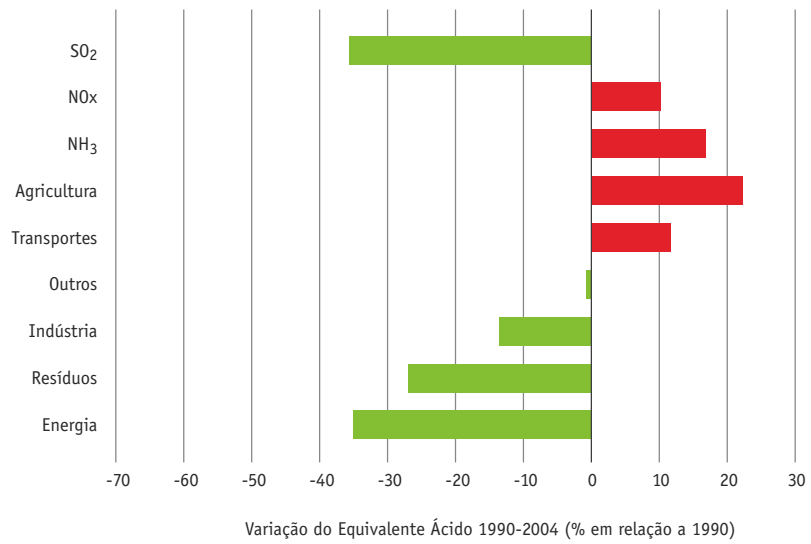
47 b) Emissões agregadas de poluentes acidificantes e eutrofizantes e metas a alcançar em 2010; desagregação por poluente e por sector de actividade

Emissões de substâncias acidificantes e eutrofizantes (kt de equivalente ácido)



Fonte: IA, 2006

47 c) Variação do equivalente ácido entre 1990 e 2004 por poluente e por sector de actividade



Fonte: IA, 2006

nome do indicador EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS DO OZONO TROPOSFÉRICO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

 AR E CLIMA
 NATUREZA E BIODIVERSIDADE
 SAÚDE

tema(s) UE

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Quilotonedada de COVNM equivalente.

fonte(s)

APA

descrição

Avaliação das emissões nacionais dos principais gases que contribuem para os processos de formação do ozono ao nível da Troposfera - nível do solo (NOx (óxidos de azoto), COVNM (compostos orgânicos voláteis não metânicos)).

documentos de referência

- Estratégia Temática sobre Poluição Atmosférica (Comissão Europeia, 2005);
- Portuguese National Inventory Report on Greenhouse Gases 1990-2004 submitted under UNFCCC (IA/MAOTDR, 2006);
- Estudos conducentes para o Programa dos Tectos de Emissão Nacional (IA, FCT/UNL, 2004).

metodologia

O indicador em análise, o "Potencial de Formação de Ozono Troposférico" (TOFP), faz a agregação das diversas emissões dos referidos gases após afectação de cada um por factores de ponderação específicos em COVNM equivalente. Foi desenvolvido em conjunto pela Agência Europeia do Ambiente e pelo Protocolo do Programa de Vigilância dos Poluentes Atmosféricos a Longa Distância (EMEP) da Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteira a Longa Distância (CLRTAP) da Comissão Económica para a Europa da Organização das Nações Unidas. Factores de ponderação / conversão em COVNM equivalente - TOFP (Tropospheric Ozone Forming Potential / Formador Potencial de Ozono Troposférico): NOx=1,22; COVNM=1,00.

objectivos e metas

O Protocolo de Gotemburgo à Convenção sobre Poluição Atmosférica Transfronteira a Longa Distância, CLRTAP, da Comissão Económica para a Europa da ONU estabelece como metas para as emissões atmosféricas, em 2010: NOx=260; COV=202 (em kt); O Decreto-lei 193/2003, de 22 de Agosto, que transpõe a Directiva 2001/81/CE relativa aos Tectos de Emissão, NECD, estabelece como metas para as emissões atmosféricas, em 2010: NOx=250; COVNM=180 (em kt).

análise sumária

O ozono ao nível do solo - ozono troposférico - é um poluente que resulta de um conjunto de reacções fotoquímicas complexas que envolve emissões de gases poluentes como os óxidos de azoto (NOx) e os compostos orgânicos voláteis não metânicos (COVNM).

A evolução e tendência das emissões de ozono troposférico pode ser avaliada através de um indicador específico, o "Potencial de Formação do Ozono Troposférico" (TOFP, na sigla inglesa). Este indicador resulta da agregação das emissões dos precursores do ozono, após afectação de cada uma delas de um factor de ponderação específico, sendo medido em massa de COVNM equivalente.

As principais fontes de emissão de gases precursores do ozono troposférico têm sido os sectores da indústria e dos transportes. Em 2004 estes sectores

foram responsáveis por cerca de 68% do total das emissões, sendo que os poluentes que mais contribuíram foram o NOx e COVNM - com 47% e 42% respectivamente.

As emissões de ozono troposférico têm-se mantido sensivelmente constantes ao longo do tempo, embora os valores observados se encontrem aproximadamente 18% acima dos compromissos assumidos para 2010.

Tendo por base o Inventário Nacional de Emissões de Poluentes Atmosféricos, em 2004 o valor do indicador TOFP foi muito semelhante ao valor de 1990, verificando-se o seu aumento apenas em 4%. A contribuição da indústria para este indicador aumentou cerca de 40% em relação a 1990.

A análise global das emissões dos precursores do ozono não deve fazer-se dissociada de uma análise local da qualidade do ar, nomeadamente das ultrapassagens aos limiares estabelecidos para cada parâmetro e respectiva meta. Conjugando estas duas análises, e tendo em conta que a complexidade orográfica da nossa região costeira, perante condições meteorológicas específicas, potencia a recirculação de poluentes atmosféricos e a formação de poluentes secundários, como o ozono, é de prever que, mesmo que sejam atingidas as metas de redução das emissões dos precursores do ozono, seja difícil cumprir, pontualmente e em algumas zonas, os níveis de concentração estipulados na legislação nacional e internacional para o ozono ao nível do solo.

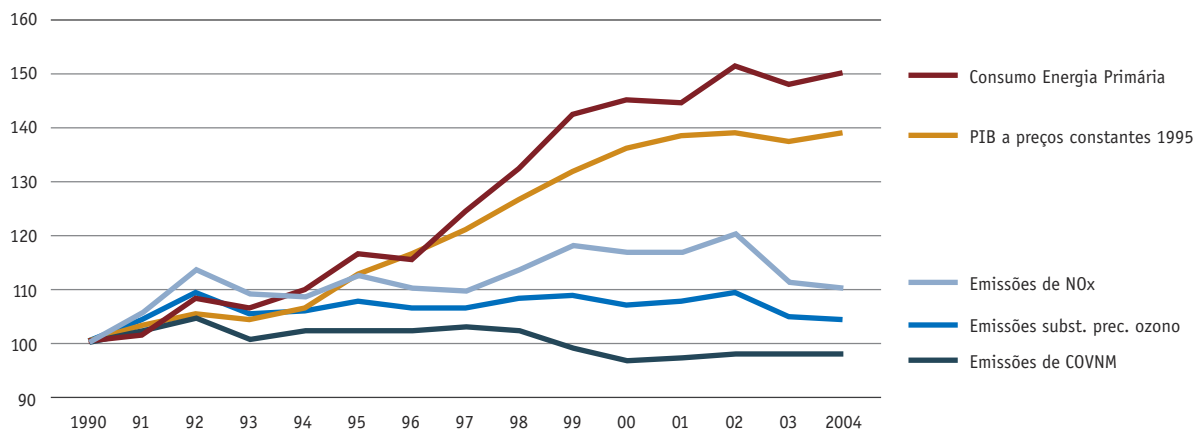
A evolução relativa com o PIB e com o consumo de energia manifesta uma dissociação entre as tendências destes indicadores e as do indicador relativo à emissão de substâncias precursoras do ozono, sendo um reflexo do esforço de redução destas emissões.

mais informação
<http://www.apambiente.pt>
http://themes.eea.eu.int/Environmental_issues/air_quality
http://ec.europa.eu/environment/air/air_en.htm

representações gráficas

48 a) Evolução relativa das emissões de substâncias precursoras do ozono troposférico com o PIB e consumo de energia primária

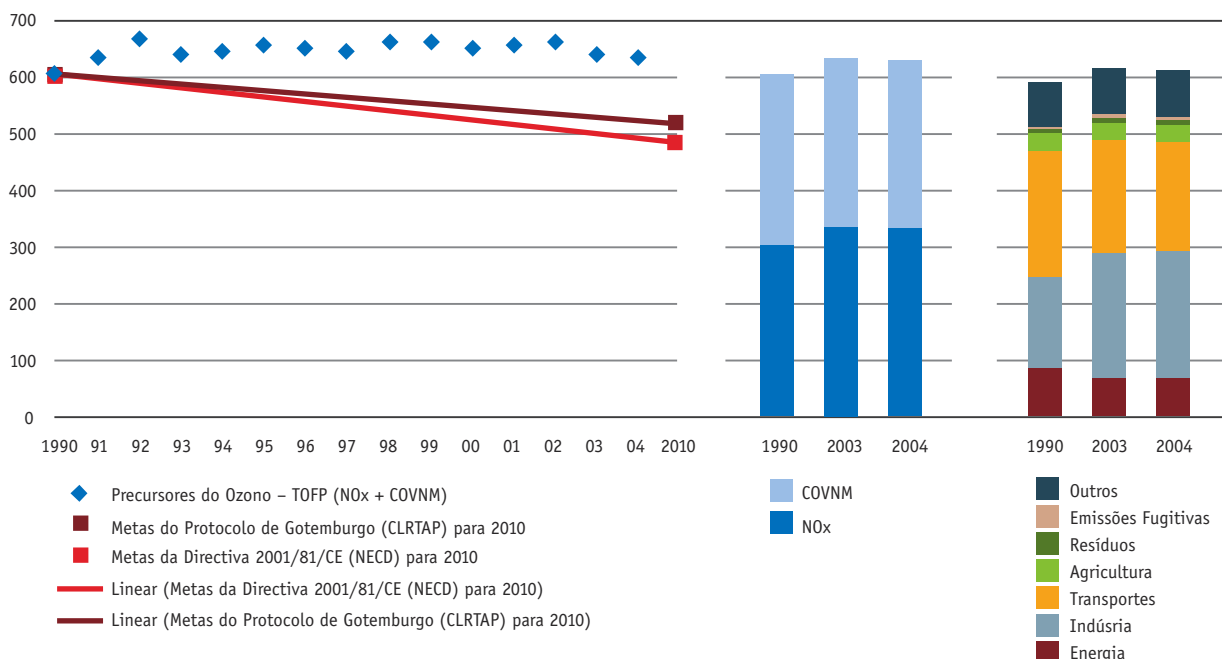
Índice (1990 = 100)



Fonte: IA, 2006; INE, 2005; DGGE, 2006

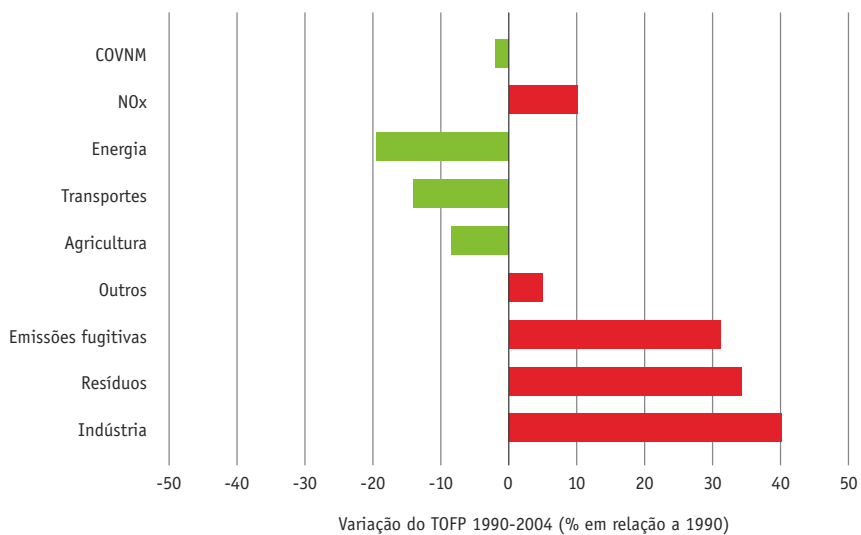
48 b) Emissões agregadas de substâncias precursoras do ozono troposférico e metas a alcançar em 2010; desagregação por poluente e por sector de actividade

Emissões de substâncias precursoras do ozono troposférico, TOFP (kt de COVNM equivalente)



Fonte: IA, 2006

48 c) Variação das emissões de substâncias precursoras do ozono troposférico entre 1990 e 2004 por poluente e por sector de actividade



Fonte: IA, 2006

nome do indicador ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

POPULAÇÃO

tema(s) UE

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE

descrição

Relação entre a população idosa e a população jovem.

documentos de referência

- A situação demográfica recente em Portugal (INE, 2006);
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015 (RCM n.º 40/2007, de 20 de Agosto).

metodologia

Razão entre o número de pessoas, residentes em Portugal, com idade igual ou superior a 65 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas dos 0 aos 14 anos).

Indicador calculado com base nas estimativas aferidas para os resultados definitivos dos Censos.

Definições:

Índice de dependência de idosos - Relação entre a população idosa e a população em idade activa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos). (Fonte: INE)

Índice de longevidade - Relação entre a população mais idosa e a população idosa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 75 ou mais anos e o número de pessoas com 65 ou mais anos (expressa habitualmente por 100 (10²) pessoas com 65 ou mais anos). (Fonte: INE)

objectivos e metas

São objectivos para este indicador:

- Promover estratégias que permitam que as pessoas envelheçam de boa saúde e permanecendo activas;
- Assegurar a sustentabilidade dos sistemas de protecção social.

análise sumária

O envelhecimento da população é definido pelo aumento da proporção das pessoas idosas relativamente à população jovem. Esse aumento traduz-se, entre outras coisas, numa maior procura de serviços de saúde e maior pressão sobre o sistema de segurança social.

De 1990 para 2005, o índice de envelhecimento em Portugal aumentou de 68,1 para 110,1 pessoas com 65 ou mais anos por cada 100 jovens com menos de 15 anos, verificando-se que a dimensão do grupo dos idosos é superior ao do grupo dos jovens já desde 2000, ano em que o índice ultrapassou pela primeira vez 100 e atingiu o valor de 102,2. Outro indicador que reflecte o processo de envelhecimento da população é o índice de dependência de idosos, que tem vindo a aumentar, ainda que de forma pouco expressiva.

A par da redução da fecundidade, também o aumento da longevidade tem contribuído para o envelhecimento da população portuguesa. O valor tem vindo a crescer de forma ininterrupta, pelo menos desde 1994, chegando a 43,9% em 2005, isto é, a população com 75 ou mais anos representa quase

metade da população idosa. Para tal, tem sido importante o aumento da esperança de vida à nascença.

O território nacional apresenta diferenças significativas, sendo as Regiões Autónomas as mais jovens do país, enquanto as regiões Alentejo e Centro são as mais envelhecidas. Em 2005, o índice de envelhecimento variava entre 63 idosos por cada 100 jovens na Região Autónoma dos Açores e 171 idosos por cada 100 jovens no Alentejo.

No futuro, face à actual estrutura demográfica, apenas o aumento dos índices de fecundidade e, complementarmente, a ocorrência de saldos migratórios externos, poderão assegurar a manutenção ou o crescimento da população residente em Portugal.

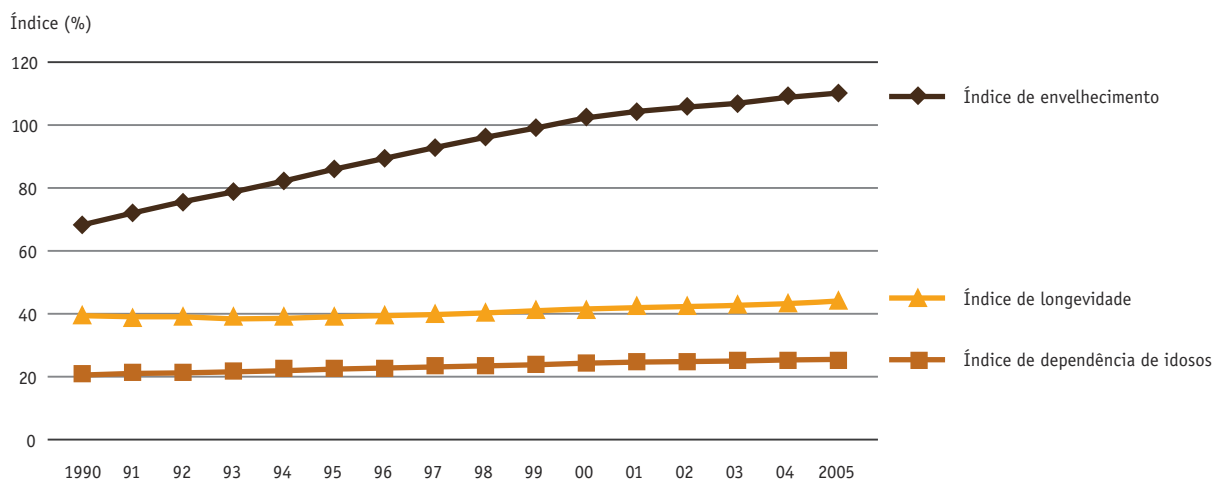
mais informação

<http://www.ine.pt/>

<http://www.un.org/esa/population/unpop.htm>

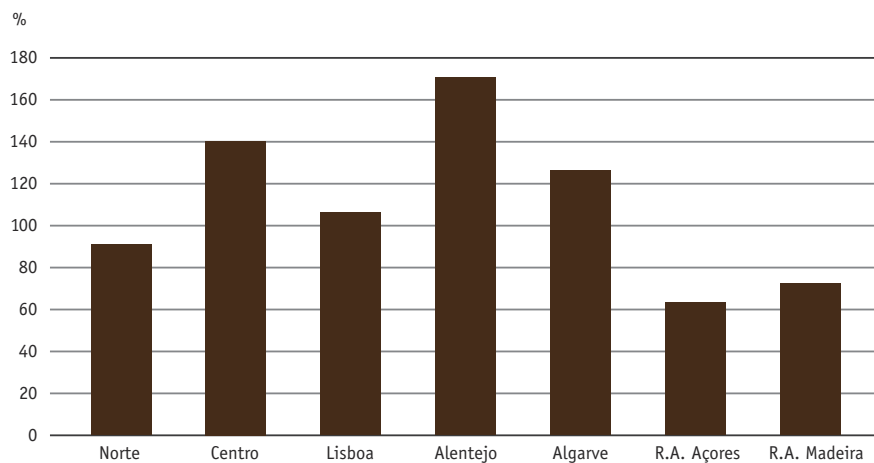
representações gráficas

49 a) Índices de envelhecimento, de dependência de idosos e de longevidade da população



Fonte: INE, 2006

49 b) Índice de envelhecimento em 2005, por NUTS II



Fonte: INE, 2006

nome do indicador ESPÉCIES DE FAUNA E FLORA AMEAÇADAS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

NATUREZA E BIODIVERSIDADE

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

10 ANOS

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número de entidades analisadas;
Porcentagem de taxa por categoria.

fonte(s)

ICNB

descrição

Inventariação do número de espécies ameaçadas.

documentos de referência

- Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal (ICN/MAOTDR, 2005);
- Convenção sobre a Diversidade Biológica (UNEP/ONU, 1992);
- Estratégia da Comunidade Europeia em matéria de Diversidade Biológica (CE/UE, 1998);
- Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RCM n.º 152/2001, de 11 de Outubro).

metodologia

Inventariação do número total de espécies ameaçadas, de acordo com os critérios da União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) para espécies ameaçadas e constante dos Livros Vermelhos publicados em Portugal, e percentagem relativa ao número de espécies analisadas para cada grupo. O que se escreve na ficha e que tem por base o Livro Vermelho aplica-se apenas à única informação disponível para as espécies de aves, mamíferos, répteis, anfíbios e peixes dulciaquícolas, havendo ainda informação disponível sobre bivalves dulciaquícolas. Actualmente não há informação disponível para as espécies de flora.

Os "Livros Vermelhos" são documentos que avaliam o estatuto de ameaça e os níveis de risco de extinção das espécies selvagens de acordo com critérios quantitativos, fornecendo ainda informação sobre as populações, causas de ameaça e medidas de conservação.

Em Portugal, o Instituto da Conservação da Natureza (ICN) concluiu em 2004 a revisão do Livro Vermelho dos Vertebrados, a qual já adoptou o novo sistema de avaliação e classificação de espécies ameaçadas da União Internacional para a Conservação (IUCN). Este sistema integra 11 categorias, das quais se destacam as seguintes: "Regionalmente Extinto" (refere-se a taxa desaparecidos do território no momento actual); "Criticamente em Perigo", "Em Perigo" e "Vulnerável" (traduzem um grau de ameaça atribuído com base em critérios quantitativos); "Quase Ameaçado" (aplica-se a taxa que podem estar perto da situação de ameaça se persistirem ou se agravarem as condições verificadas); "Pouco Preocupante" (refere-se a taxa que não se classificam como ameaçadas nem como próximo de ameaça) e "Informação Insuficiente" (atribuído aos taxa cuja informação disponível não é adequada para avaliar o risco de extinção). Pelo facto de se terem utilizado novas formas de avaliação não é possível uma comparação linear com os dados constantes nos anteriores Livros Vermelhos, publicados no início da década de 90.

Neste processo, embora a "espécie" tenha sido considerada a unidade taxonómica de classificação, avaliou-se separadamente a situação de cada espécie no Continente, Açores e Madeira, e, por vezes, a avaliação das populações insulares foi feita ao nível da subespécie. Além disso, sempre que se justificou e a informação disponível o permitiu, foram avaliadas separadamente populações migradoras e residentes de uma mesma espécie, sobretudo no grupo das aves.

objectivos e metas

A "Estratégia Renovada da UE para o Desenvolvimento Sustentável", aprovada em Junho de 2006, reassume a meta de "suster o declínio da biodiversidade na UE e contribuir para uma redução considerável da taxa de perda de biodiversidade a nível mundial, até 2010", fixada pela Convenção sobre a Diversidade Biológica, de 1992.

análise sumária

No conjunto do território continental e dos Arquipélagos dos Açores e da Madeira, foram realizadas 553 avaliações, das quais 257 (47%) foram classificadas como "Pouco Preocupante" e 66 (12%) correspondem a entidades cuja informação disponível é insuficiente para permitir a sua classificação ("Informação Insuficiente"). Os restantes 42% estão abrangidos pelas três categorias de ameaça ("Criticamente em Perigo", "Em Perigo" e "Vulnerável") e também pelas categorias "Quase Ameaçado" e "Regionalmente Extinto". É de realçar que Portugal já conta com 19 espécies extintas regionalmente, nomeadamente o esturjão, o urso-pardo e 17 espécies de aves.

No continente, entre os grupos taxonómicos avaliados, o dos peixes dulciaquícolas e migradores foi aquele que apresentou a percentagem mais elevada de entidades classificadas em categorias de ameaça ou quase ameaçadas (69%), seguindo-se-lhes as aves (40%), os répteis (32%), os mamíferos (26%) e os anfíbios (19%). O grupo dos mamíferos foi o que registou uma maior percentagem de entidades com "Informação Insuficiente" (28%).

Nos Arquipélagos dos Açores e da Madeira não foram analisados os peixes dulciaquícolas e os anfíbios, dado todas as entidades terem sido abrangidas pelas categorias "Não Aplicável" ou "Não Avaliado". No caso dos répteis, três das quatro entidades avaliadas foram classificadas nas categorias de ameaça, tendo sido a restante considerada "Pouco Preocupante". Das entidades avaliadas nos Açores e na Madeira, 33% e 46% foram classificadas como "Pouco Preocupante", respectivamente, sendo de salientar a elevada percentagem de espécies de mamíferos considerados "Criticamente em Perigo" na Madeira (25%).

De uma forma geral, os principais factores de ameaça identificados estão relacionados com a destruição, degradação e fragmentação dos habitats naturais, resultantes de acções do Homem.

mais informação

<http://portal.icnb.pt/ICNBPortal/vPT/>

<http://www.iucn.org/>

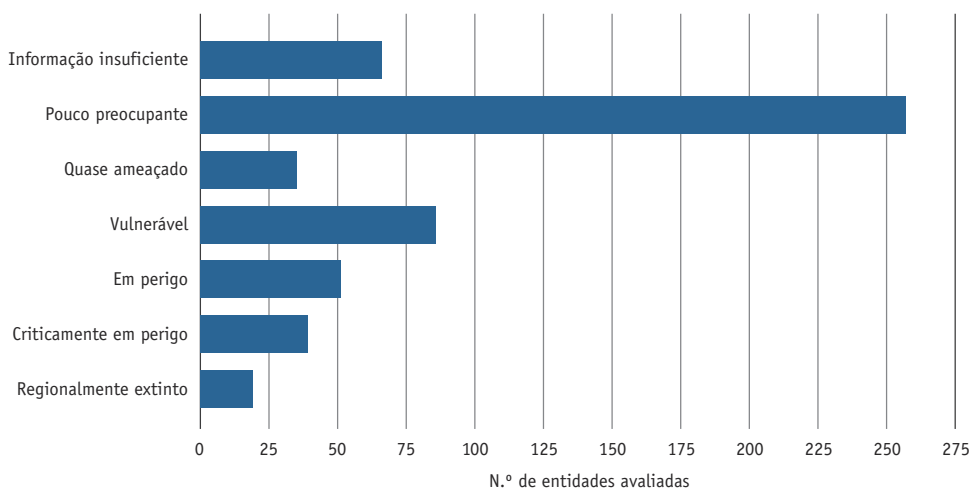
<http://ec.europa.eu/environment/nature/home.htm>

<http://www.biodiv.org/default.shtml>

<http://biodiversity-chm.eea.europa.eu/>

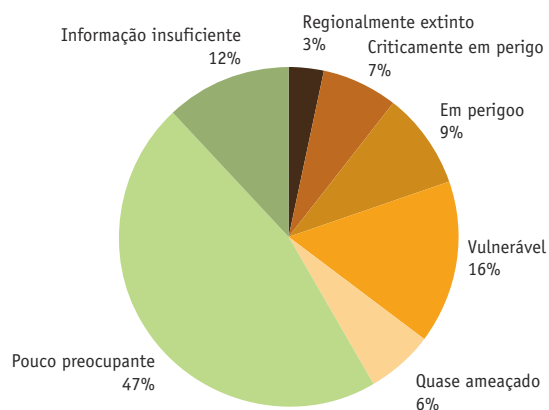
representações gráficas

50 a) Classificação das entidades avaliadas em Portugal no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal 2005



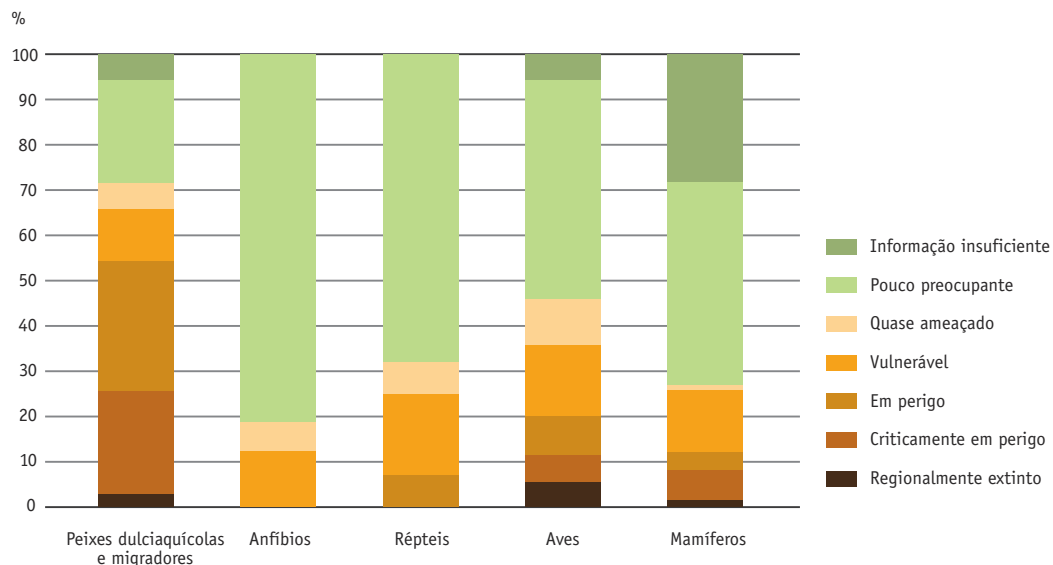
Fonte: ICN, 2005

50 b) Distribuição relativa da classificação das entidades avaliadas em Portugal no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal 2005



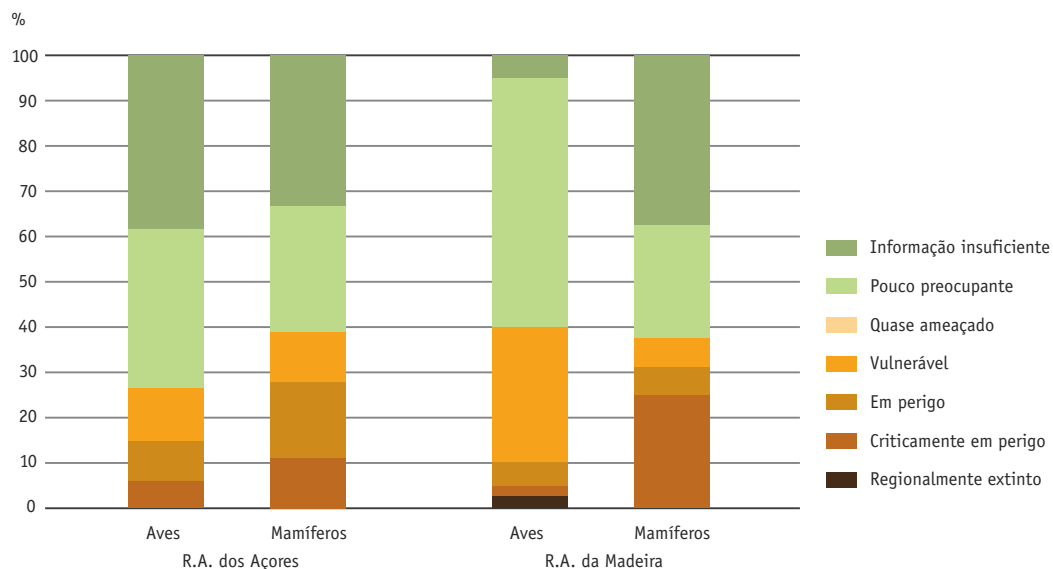
Fonte: ICN, 2005

50 c) Taxa por categoria em cada um dos grupos de vertebrados avaliados em Portugal continental no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal 2005



Fonte: ICN, 2005

50 d) Taxa por categoria para mamíferos e aves avaliados nos arquipélagos dos Açores e da Madeira no Livro Vermelho dos Vertebrados de Portugal 2005



Fonte: ICN, 2005

nome do indicador ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA

SIDS regional NÃO

indicador-chave SIM

tema(s)

POPULAÇÃO

tema(s) UE

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Anos

fonte(s)

INE; Eurostat

descrição

Corresponde à duração média de vida de um indivíduo.

documentos de referência

- A situação demográfica recente em Portugal (INE, 2006);
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015 (RCM n.º 40/2007, de 20 de Agosto);
- Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (DGS, 2004).

metodologia

O indicador é baseado na modelação estatística desenvolvida pelo INE, com base na manutenção das taxas de mortalidade por idades. Este indicador é apresentado separadamente para a população feminina e masculina.

Definições:

Esperança de vida à nascença - Número médio de anos que uma pessoa à nascença pode esperar viver, mantendo-se as taxas de mortalidade por idades observadas no momento. (Fonte: INE)

objectivos e metas

O Plano Nacional de Saúde, da DGS, define a meta, para 2010, de 81 anos para a população portuguesa.

análise sumária

O aumento da esperança de vida à nascença é um aspecto marcante da evolução demográfica a nível nacional.

Embora a esperança de vida à nascença tenha vindo a aumentar gradualmente, tanto para os homens como para as mulheres, permanece sempre abaixo da média dos países da UE-15. Entre 1995 e 2005 a esperança de vida à nascença aumentou em Portugal 3,2 anos para os homens e 2,4 anos para as mulheres e situou-se em 74,9 anos e 81,4 respectivamente.

Uma criança nascida em 1990 poderia esperar viver 74,1 anos (mantendo-se as taxas de mortalidade desse ano) e, em 2005, esse valor ascende já a 78,2 anos.

mais informação

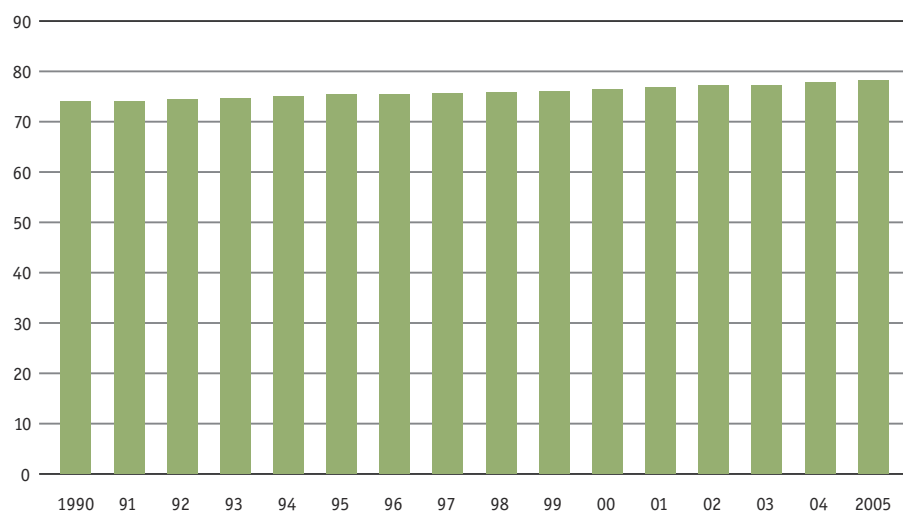
<http://www.ine.pt/>

<http://www.un.org/esa/population/unpop.htm>

representações gráficas

51 a) Esperança de vida à nascença em Portugal

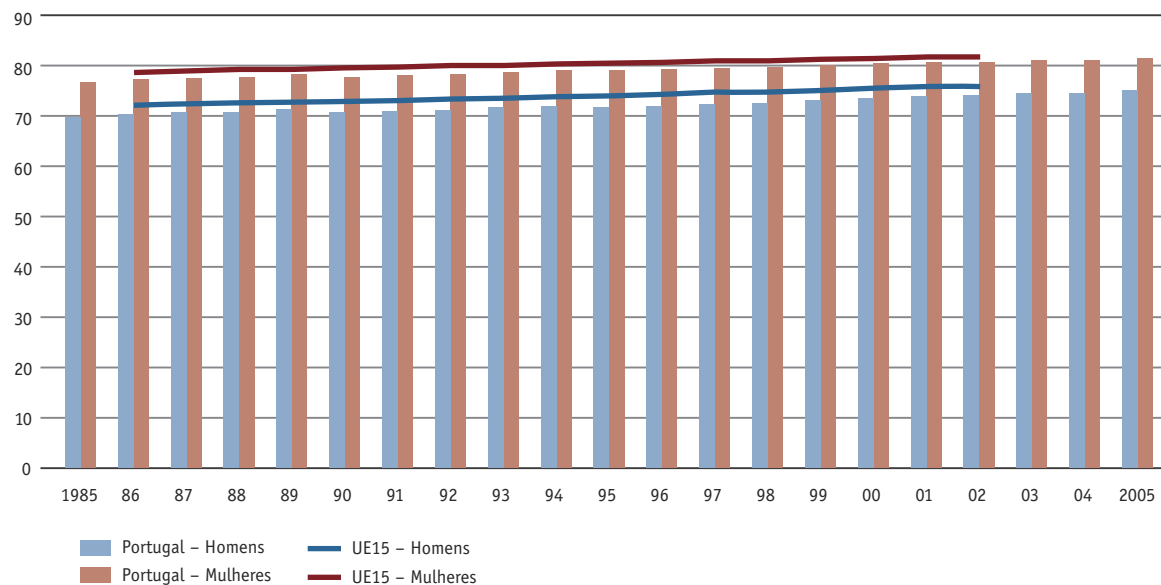
N.º de anos



Fonte: INE, 2006

51 b) Esperança de vida à nascença, por sexo, em Portugal e média dos países da UE-15

N.º de anos



Fonte: INE, 2006; Eurostat 2005

nome do indicador ESPERANÇA DE VIDA SAUDÁVEL

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Anos de vida saudáveis.

fonte(s)

INE

descrição

Número de anos que uma pessoa, à nascença, espera viver em condições saudáveis, isto é, sem doença e incapacidade, sem limitações de funcionamento ou deficiência.

documentos de referência

- World Health Report 2004: Changing History (OMS, 2004).

metodologia

Contabilização do número de anos que uma criança, à nascença, pode esperar viver numa condição saudável, isto é, sem limitações de funcionamento/deficiências, devido a doenças crónicas, por género.

Definições:

Vida saudável - abstenção de limitações de funcionamento ou deficiência.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

A esperança de vida à nascença é um indicador que combina informação sobre a morbilidade e a mortalidade.

Em Portugal, a esperança de vida saudável, isto é, sem doenças e deficiências, é maior nas mulheres. Em 2003, os homens portugueses poderiam esperar viver saudáveis 59,8 anos, estimando-se que as mulheres poderiam usufruir de uma vida livre de doenças e deficiências de 61,8 anos.

Comparativamente aos países da UE para os quais existem dados disponíveis, Portugal apresenta aproximadamente menos quatro anos de vida saudável em relação à média dos UE-15.

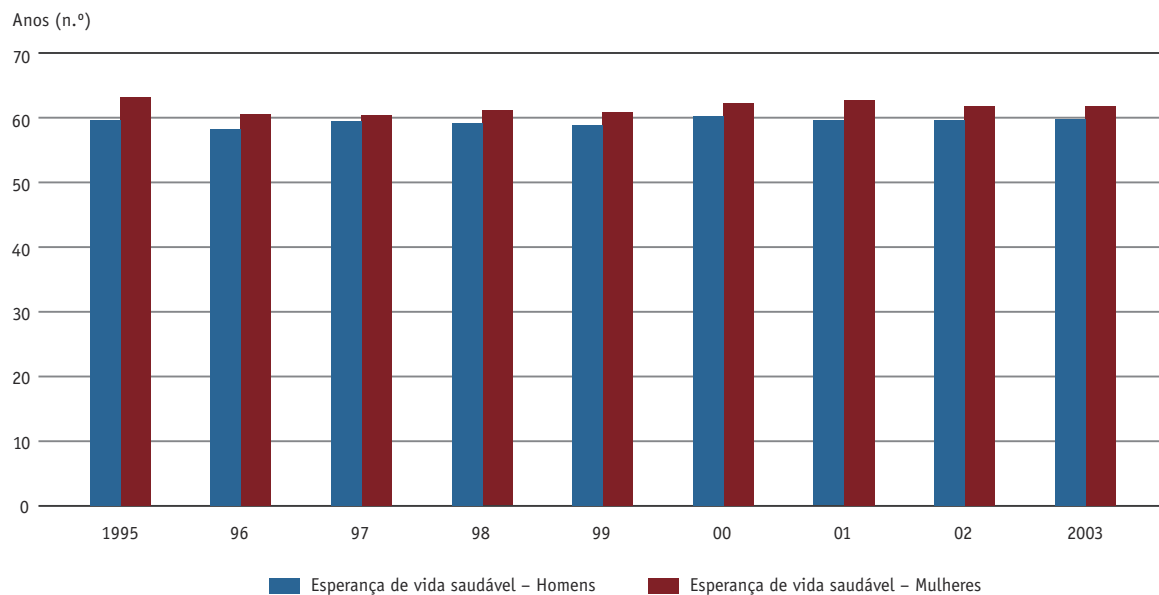
mais informação

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

<http://www.unece.org>

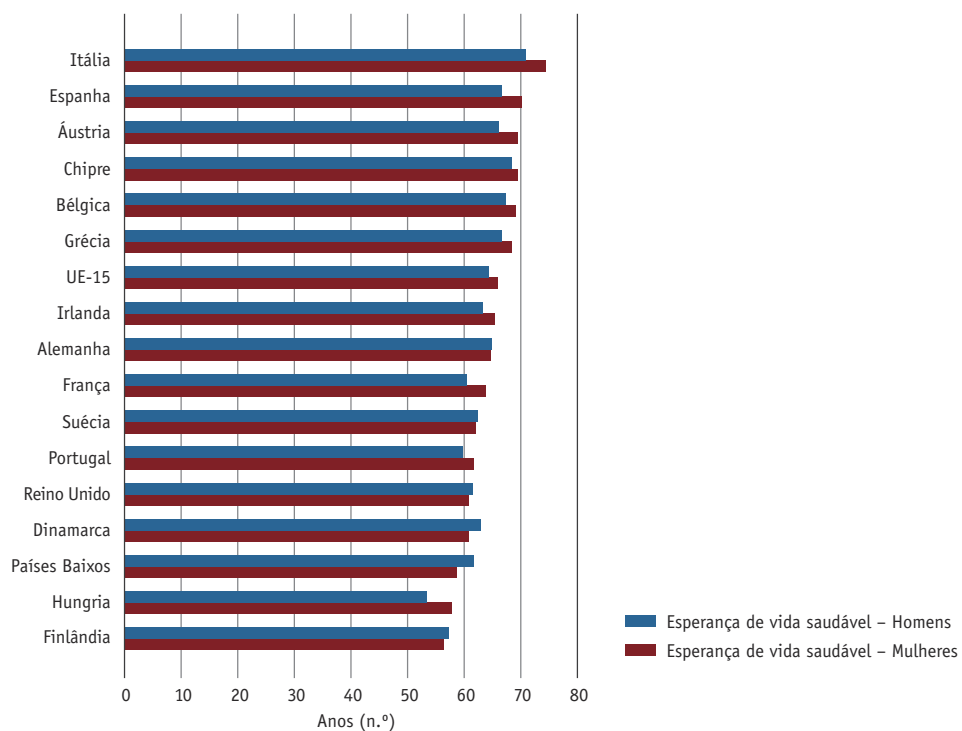
representações gráficas

52 a) Esperança de Vida Saudável à nascença, em função do género, em Portugal



Fonte: Eurostat, 2006

52 b) Esperança de Vida Saudável à nascença na UE, em 2003



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador ESTADO DAS ÁGUAS DE SUPERFÍCIE

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

ÁGUA

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL A CURTO PRAZO

unidade(s) de medida

Porcentagem das massas de água superficial.

fonte(s)

INAG, CDDR; ARH

descrição

Avaliação do estado ecológico e químico das massas de água de superfície.

documentos de referência

- Relatório Síntese sobre a caracterização das regiões hidrográficas prevista na Directiva-Quadro da Água (INAG, 2005).

metodologia

A Lei da Água - Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro - estabelece o novo regime legal relativo aos recursos hídricos nacionais. Para avaliar o estado das águas superficiais deve calcular-se:

- Razão entre o número de massas de água classificadas em “bom” estado e o número total de massas de água.
- Razão entre o número de massas de água classificadas abaixo do “bom” estado mas com probabilidade de atingir o bom estado em 2015 e o número total de massas de água.
- Razão entre o número de massas de água classificadas abaixo do “bom” estado com probabilidade de não atingir o bom estado em 2015 e o número total de massas de água.

Definições:

Águas superficiais - as águas interiores, com excepção das águas subterrâneas, águas de transição, águas costeiras, incluindo-se nesta categoria, no que se refere ao estado químico, as águas territoriais. (Fonte: Lei da Água)

Massa de águas superficiais - uma massa distinta e significativa de águas superficiais, designadamente uma albufeira, um ribeiro, rio ou canal, um troço de ribeiro, rio ou canal, águas de transição ou uma faixa de águas costeiras. (Fonte: Lei da Água)

Estado das águas superficiais - a expressão global do estado em que se encontra uma massa de águas superficiais, determinado em função do pior dos seus estados, ecológico ou químico. (Fonte: Lei da Água)

Estado ecológico - a expressão da qualidade estrutural e funcional dos ecossistemas aquáticos associados às águas superficiais, classificada nos termos de legislação específica. (Fonte: Lei da Água)

Bom estado ecológico - o estado alcançado por uma massa de águas superficiais, classificado como “Bom” nos termos de legislação específica; Bom estado químico das águas superficiais - o estado químico alcançado por uma massa de águas superficiais em que as concentrações de poluentes cumprem as normas de qualidade ambiental definidas em legislação específica. (Fonte: Lei da Água)

Bom estado das águas superficiais - o estado global em que se encontra uma massa de águas superficiais quando os seus estados ecológico e químico são considerados, pelo menos, “bons”. (Fonte: Lei da Água)

objectivos e metas

A Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, transposta para a ordem jurídica nacional pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro (Lei da Água) e pelo Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março, estabelece no seu art. 4º que os: “Os Estados-membros protegerão, melhorarão e recuperarão todas as massas de águas de superfície, sob reserva de aplicação da alínea iii) para as massas de água artificiais e fortemente modificadas, com o objectivo de alcançar um bom estado das águas de superfície, o mais tardar, 15 anos a partir da entrada em vigor da presente directiva ...”, ou seja até 2015.

análise sumária

De acordo com o Relatório Síntese sobre a caracterização das regiões hidrográficas previsto na Directiva-Quadro da Água, concluído em 2005, verifica-se que, em termos globais, 40,7% das massas de água das regiões hidrográficas de Portugal continental encontram-se em risco de não cumprir os objectivos ambientais. Deste conjunto, 7,5% correspondem a massas de água identificadas provisoriamente como fortemente modificadas.

Da análise efectuada, também foi possível verificar que 20,6% das massas de água foram classificadas como estando em dúvida devido à falta de informação, e 38,7% não apresentam risco relativamente ao cumprimento dos objectivos ambientais.

À data desta edição apenas é possível efectuar uma análise do risco das massas de água atingirem ou não os objectivos ambientais em 2015. O estado ecológico e químico das massas de água de superfície só poderá ser conhecido com base nos dados de monitorização.

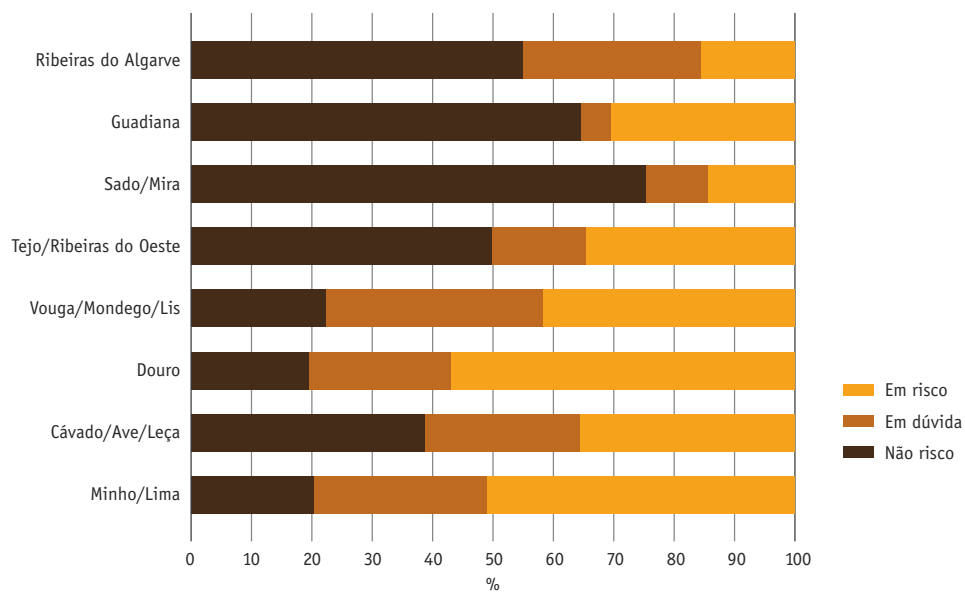
mais informação

<http://www.inag.pt/>

<http://ec.europa.eu/environment/water/index.html>

<http://www.unwater.org/>

53 a) Síntese da análise de massas de água de superfície em cada Região Hidrográfica



Fonte: INAG, 2007

nome do indicador ESTADO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ÁGUA

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015**disponibilidade dos dados**

DISPONÍVEL A CURTO PRAZO

unidade(s) de medida

Porcentagem das massas de água subterrânea.

fonte(s)

INAG, CCDR, ARH

descrição

Avaliação do estado quantitativo e químico das massas de água subterrâneas.

documentos de referência

- Relatório Síntese sobre a caracterização das regiões hidrográficas prevista na Directiva-Quadro da Água (INAG, 2005).

metodologia

A Lei da Água - Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro - estabelece o novo regime legal relativo aos recursos hídricos nacionais.

Para avaliar o estado das águas subterrâneas deve calcular-se:

- Razão entre o número de massas de água classificadas em “bom” estado e o número total de massas de água.
- Razão entre o número de massas de água classificadas abaixo do “bom” estado mas com probabilidade de atingir o bom estado em 2015 e o número total de massas de água.
- Razão entre o número de massas de água classificadas abaixo do “bom” estado com probabilidade de não atingir o bom estado em 2015 e o número total de massas de água.

Definições:

Águas subterrâneas - todas as águas que se encontram abaixo da superfície do solo, na zona saturada, e em contacto directo com o solo ou com o subsolo. (Fonte: Lei da Água)

Massa de águas subterrâneas - um meio de águas subterrâneas delimitado que faz parte de um ou mais aquíferos. (Fonte: Lei da Água)

Estado das águas subterrâneas - a expressão global do estado em que se encontra uma massa de águas subterrâneas, determinado em função do pior dos seus estados, quantitativo ou químico. (Fonte: Lei da Água)

Estado quantitativo das águas subterrâneas - uma expressão do grau em que uma massa de águas subterrâneas é afectada por captações directas ou indirectas. (Fonte: Lei da Água)

Bom estado químico das águas subterrâneas - o estado químico alcançado por um meio hídrico subterrâneo em que a composição química é tal que as concentrações de poluentes:

- Não apresentem efeitos significativos de intrusões salinas ou outras;
- Cumpram as normas de qualidade ambiental que forem fixadas em legislação específica;
- Não impeçam que sejam alcançados os objectivos ambientais específicos estabelecidos para as águas superficiais associadas nem reduzam significativamente a qualidade química ou ecológica dessas massas;
- Não provoquem danos significativos nos ecossistemas terrestres directamente dependentes das massas de águas subterrâneas. (Fonte: Lei da Água)

Bom estado quantitativo - o estado de um meio hídrico subterrâneo em que o nível freático é tal que os recursos hídricos subterrâneos disponíveis não são ultrapassados pela taxa média anual de captação a longo prazo, não estando sujeito a alterações antropogénicas que possam impedir que sejam alcançados os objectivos ambientais específicos para as águas superficiais que lhe estejam associadas, deteriorar significativamente o estado dessas

águas ou provocar danos significativos nos ecossistemas terrestres directamente dependentes do aquífero, podendo ocorrer temporariamente, ou continuamente em áreas limitadas, alterações na direcção do escoamento subterrâneo em consequência de variações de nível, desde que essas alterações não provoquem intrusões de água salgada ou outras e não indiquem uma tendência antropogenicamente induzida, constante e claramente identificada, susceptível de conduzir a tais intrusões. (Fonte: Lei da Água)

Bom estado das águas subterrâneas - estado global em que se encontra uma massa de águas subterrâneas quando os seus estados quantitativo e químico são considerados, pelo menos, “bons”. (Fonte: Lei da Água)

objectivos e metas

A Directiva 2000/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, transposta para a ordem jurídica nacional pela Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro (Lei da Água) e pelo Decreto-Lei n.º 77/2006, de 30 de Março, estabelece no seu art. 4º que os: “Os Estados-membros protegerão, melhorarão e recuperarão todas as massas de águas de subterrâneas, garantirão o equilíbrio entre captações e as recargas dessas águas, com o objectivo de alcançar um bom estado das águas subterrâneas, 15 anos, o mais tardar, a partir da entrada em vigor da presente directiva ...”, ou seja até 2015.

análise sumária

De acordo com o Relatório Síntese sobre a caracterização das regiões hidrográficas previsto na Directiva-Quadro da Água, concluído em 2005, verifica-se que, em termos globais, 7% das massas de água das regiões hidrográficas de Portugal continental encontram-se em risco de não cumprir os objectivos ambientais.

Da análise efectuada, também foi possível verificar que, 24% das massas de água foram classificadas como estando em dúvida, devido à falta de informação, e 69% não apresentam risco relativamente ao cumprimento dos objectivos ambientais.

À data desta edição apenas é possível efectuar uma análise do risco das massas de água atingirem ou não os objectivos ambientais em 2015. O estado químico e quantitativo das massas de água subterrâneas só poderá ser conhecido com base nos dados de monitorização.

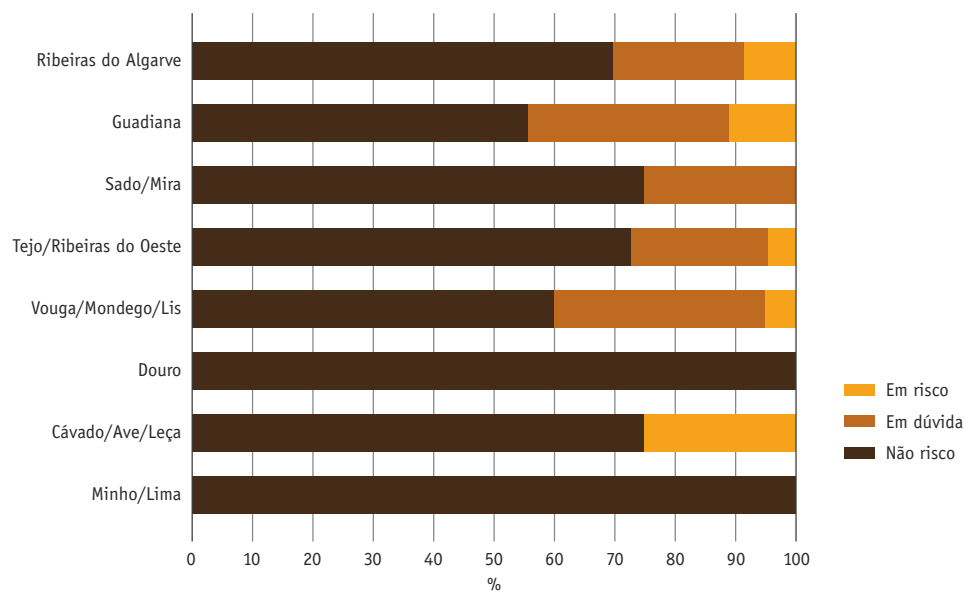
mais informação

<http://www.inag.pt/>

<http://ec.europa.eu/environment/water/index.html>

<http://www.unwater.org/>

54 a) Síntese da análise de massas de água subterrâneas em cada Região Hidrográfica



Fonte: INAG, 2007

nome do indicador ESTRUTURA DA REDE VIÁRIA E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

NATUREZA E BIODIVERSIDADE
SOLOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
TRANSPORTES

tema(s) UE

TRANSPORTES
GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

VARIÁVEL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL
ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

5º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Quilómetro; quilómetros de vias por quilómetros quadrados de território.

fonte(s)

IMTT; INE; EP; Comissão Europeia

descrição

Evolução da rede viária, por tipo de via, e sua repartição no território.

documentos de referência

- Livro Branco: A política europeia de transportes no horizonte 2010: a hora das opções (CE/UE, 2001);
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (MAOTDR, 2006).

metodologia

Extensão de vias (ferrovias ou rodovias - estradas, auto-estradas, vias municipais) existentes e operacionais, ou construídas, e sua distribuição geográfica, recorrendo, por exemplo, à utilização de sistemas de informação geográfica (SIG).

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

A expansão das áreas urbanas e das infra-estruturas de transporte associadas é uma causa importante de alterações ambientais, nomeadamente ao nível da ocupação do solo e da biodiversidade, habitualmente acompanhada de acréscimos no consumo de energia. Esta expansão ocorre quando a taxa de conversão da afectação dos solos excede a taxa de crescimento demográfico, tendo frequentemente como motores principais os fundos estruturais da UE.

A localização - por vezes inadequada - de auto-estradas, aeroportos, portos e outras infra-estruturas de transporte, associada à expansão urbana, pode gerar impactes negativos não negligenciáveis sobre o património natural: fragmentação dos habitats, redução na diversidade de algumas espécies e facilitação do aparecimento de outras - alterando, conseqüentemente, o movimento e troca genética entre populações -, além de outros impactes indirectos desta expansão, tais como os gerados pelo ruído.

Neste contexto é determinante que a expansão urbana se faça no quadro da implementação das estratégias nacionais de desenvolvimento territorial, económicas e de sustentabilidade, em conjugação com as políticas de desenvolvimento comunitário.

A avaliação de impacte ambiental é uma ferramenta de planeamento que permite assegurar que as prováveis consequências sobre o ambiente de um determinado projecto de investimento sejam analisadas e tomadas em consideração no seu processo de aprovação, e cuja implementação tem procurado minimizar os impactes negativos de infra-estruturas como as relativas aos transportes, sugerindo não só alternativas de traçado como soluções técnicas com vista à eliminação ou minimização dos impactes negativos inevitáveis e potenciação dos impactes positivos, antes da decisão ser tomada; As implicações ambientais são encaradas de uma forma global, contemplando os efeitos físicos, biológicos e sócio-económicos, de modo a que a decisão final se baseie numa avaliação sistemática integrada.

É notória a densificação das vias de comunicação no litoral do país, cujos concelhos têm continuado a apresentar taxas positivas de crescimento da densidade populacional, sendo que em muitas destas regiões costeiras se apresentam ecossistemas particularmente vulneráveis e onde a erosão marinha é uma realidade.

No contexto da UE verifica-se que Portugal não se encontra entre os países cujo território está mais construído com vias de comunicação, como a Bélgica e a Holanda, apresentando-se pouco acima da média comunitária.

mais informação

<http://www.ine.pt/>

<http://www.gep-mopth.pt>

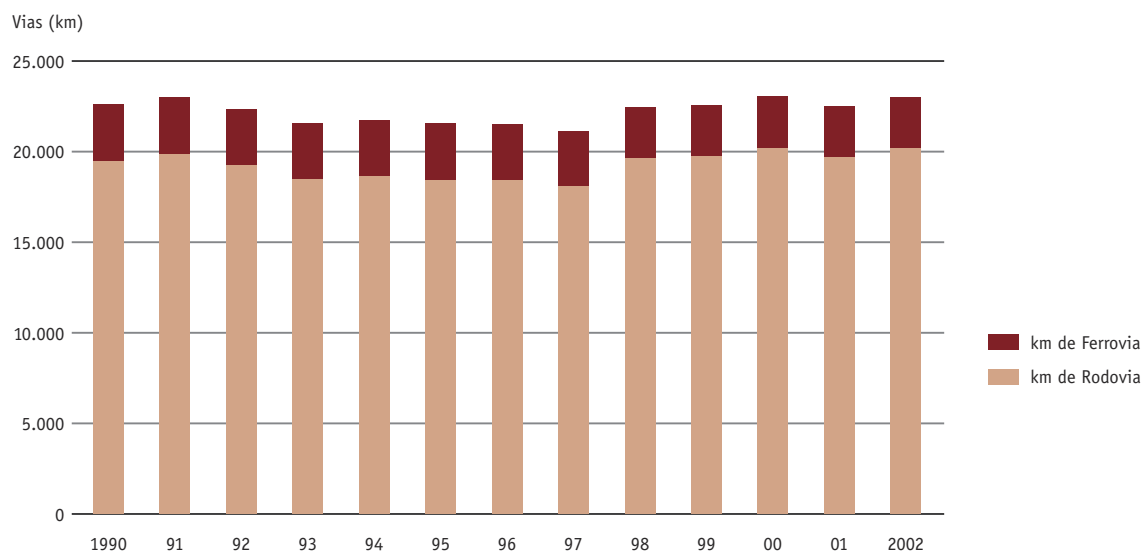
<http://www.imtt.pt/>

http://ec.europa.eu/dgs/energy_transport/index_en.html

http://reports.eea.europa.eu/eea_report_2006_10

representações gráficas

55 a) Extensão de vias existentes e operacionais, por tipo de via



Nota: Uma descida no número de quilómetros de vias indica um balanço negativo na evolução da rede viária, causado pelo corte de circulação de vias em extensões superiores às construídas na mesma unidade de tempo.

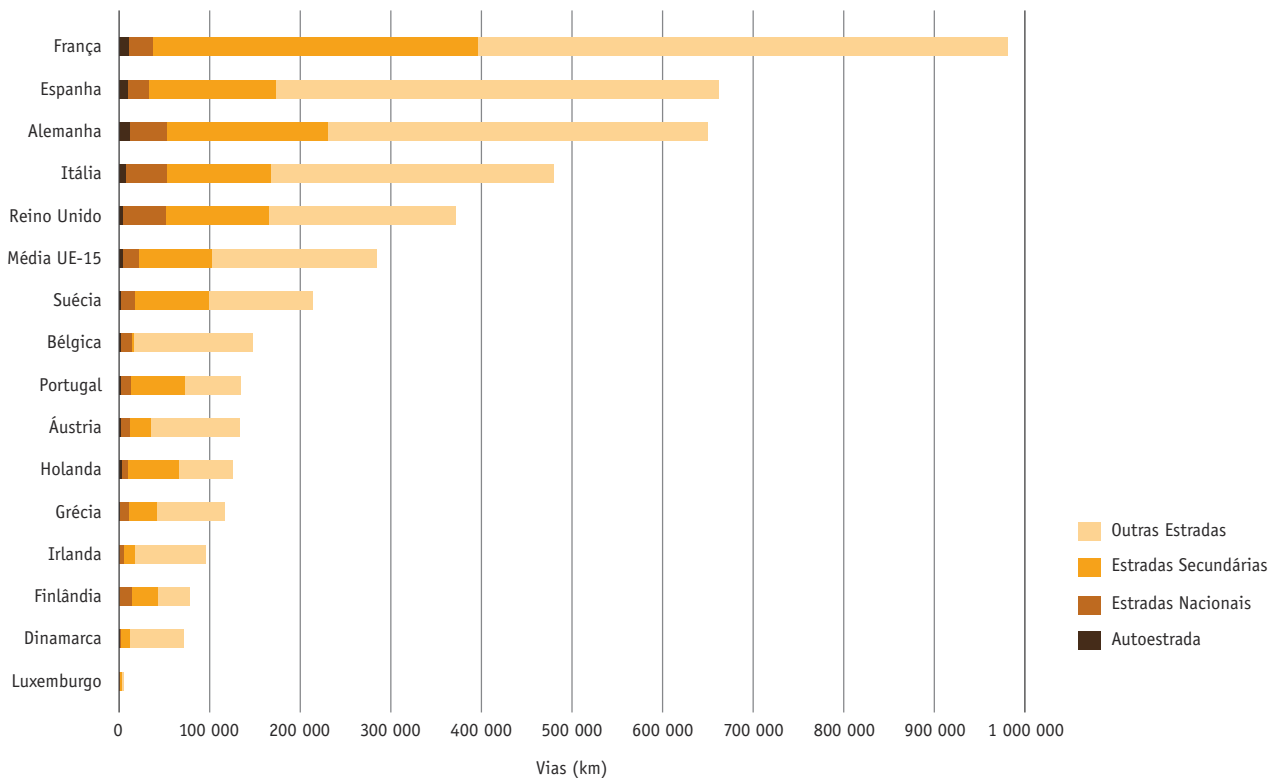
Fonte: EP, 2004; IMTT, 2004; INE, 2004

55 b) Plano Rodoviário Nacional 2000 e Rede Nacional de Áreas Protegidas e Rede Natura



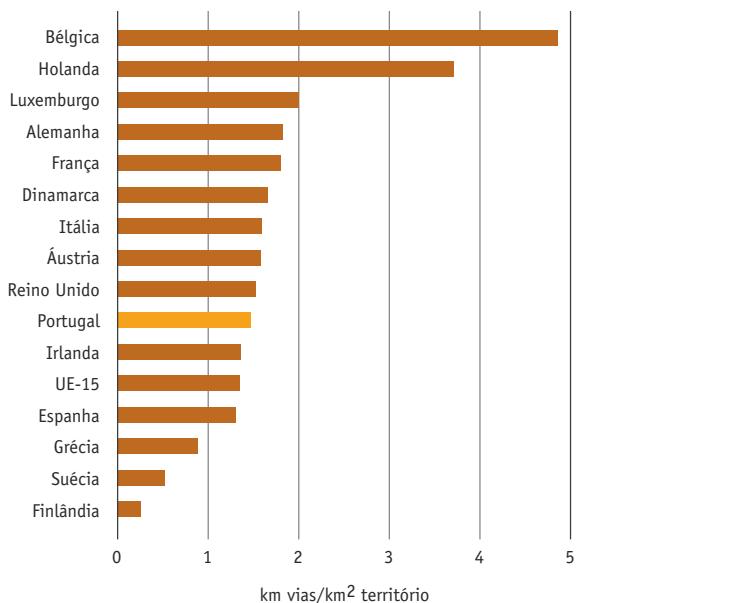
Fonte: ICN, 1998; JAE, 1998; DGA, 1998

55 c) Comprimento total de vias na UE-15 em 2000



Nota: Os dados da Alemanha e Portugal referentes a estradas locais são de 1996.
 Fonte: Comissão Europeia, 2004

55 d) Extensão total de vias construídas em 2000 por superfície de cada Estado-membro da UE15



Fonte: Comissão Europeia, 2004; Eurostat, 2006

nome do indicador EVOLUÇÃO DA LINHA DE COSTA

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)AMBIENTES MARINHO E COSTEIRO
SOLOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
TURISMO**tema(s) UE**

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Metros quadrados por ano; metros por ano; metro.

fonte(s)

INAG; ICNB

descrição

Alteração da linha de costa devido a fenómenos de erosão costeira, originados por causas naturais e/ou acelerados por acção antrópica.

documentos de referência

- Living with Coastal Erosion in Europe: Sediment and Space for Sustainability (CE/UE, 2004);
- Estratégia Nacional para o Mar (RCM n.º 163/2006, de 12 de Dezembro de 2006).

metodologia

Identificação da intensidade dos fenómenos de erosão ao longo do território através da observação do avanço ou recuo da linha de costa e da área terrestre ganha ou perdida pelo mar num período entre um e dez anos nas diferentes regiões costeiras consideradas.

objectivos e metas

Metas da ENDS 2015: Elaborar a Estratégia de Gestão Integrada da Zona Costeira Nacional até final de 2007 e sua implementação até 2010; concretizar as acções e intervenções previstas nos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), assegurando, em 2015, uma taxa de execução superior a 90%; criar o normativo legal que regule a gestão do litoral até 2007.

São objectivos para este indicador:

- Promover uma gestão integrada e sustentável dos recursos naturais das zonas costeiras, conciliando a sua salvaguarda com o desenvolvimento sócio-económico;
- Proteger e valorizar as áreas sensíveis costeiras;
- Requalificar e/ou rever a ocupação urbana nas zonas costeiras por forma a antecipar eventuais riscos associados à erosão.

análise sumária

Nos últimos anos, as taxas médias de recuo em algumas áreas do litoral de Portugal Continental variavam entre 0,02 e 9,0 metros por ano. No universo destas áreas, o Norte e o Centro do país apresentam os valores mais elevados de taxas médias de recuo.

Da análise realizada pelo INAG à costa portuguesa pode concluir-se que os principais problemas de risco de erosão costeira se encontram no trecho entre a Foz do Douro e a Nazaré, onde existe um intenso e generalizado processo erosivo numa costa arenosa baixa, com escassa alimentação aluvionar e que é objecto de um clima de agitação marítima severo. Salientam-se os sectores Espinho - Ovar e Aveiro - Areão, onde foram construídos extensos campos de esporões e defesas frontais, a que se segue o trecho que vai de Caminha à foz do Douro, em especial os troços nas imediações da foz e dos rios principais.

Saliente-se ainda o trecho que vai de Vilamoura à foz do Guadiana, sendo que na parte ocidental o recuo das arribas se deve essencialmente à construção da marina de Vilamoura e às obras de defesa da Quarteira; os problemas erosivos que se fazem sentir no cordão litoral arenoso que se

estende para oriente de Faro devem-se sobretudo à ocupação humana feita no passado e que permanece sobre este estreito cordão de areia. Estes locais estão também sujeitos a galgamentos.

No restante litoral ocorrem problemas locais (com maior acuidade entre o Cabo Mondego e São Pedro de Moel), que estão, na generalidade dos casos, associados à queda de arribas por movimentos de vertente de massa.

Os resultados do EUrosion - projecto da Direcção Geral de Ambiente da Comissão Europeia que tem como objectivo recolher informação sobre os problemas relacionados com a erosão costeira na Europa - indicam que 28,5% da costa nacional é afectada pela erosão, o que coloca Portugal nos seis primeiros lugares da lista, apenas ultrapassado pela Polónia (55%), Chipre (37,9%), Letónia (32,8%), Eslovénia (30,4%) e Grécia (28,6%). A Finlândia é o país da UE cujo litoral apresenta uma menor erosão (0,04%).

mais informação

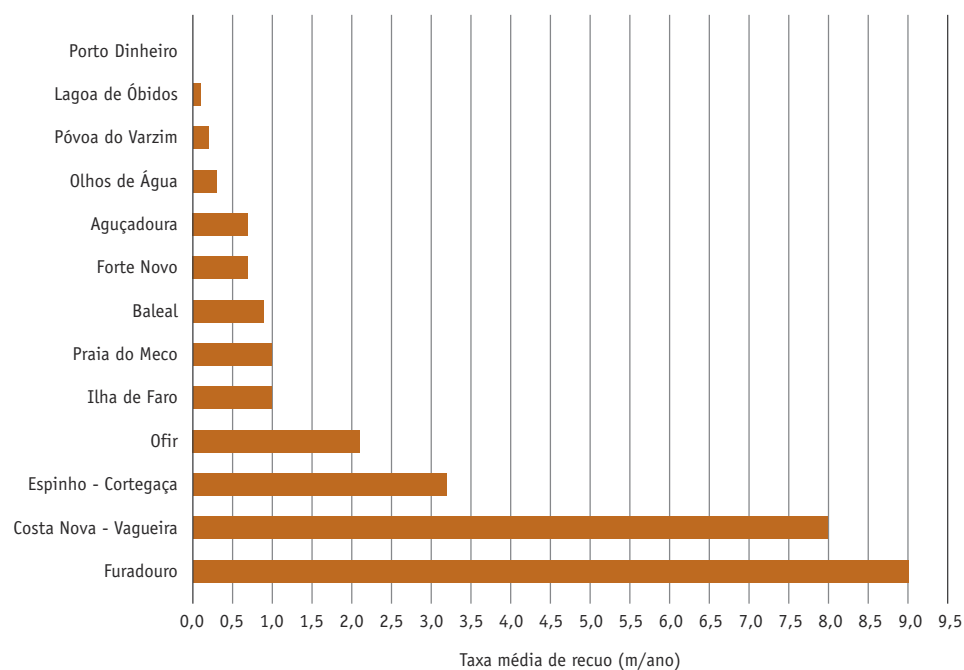
<http://www.inag.pt>

<http://www.euroasion.org/>

<http://ec.europa.eu/environment/iczm/home.htm>

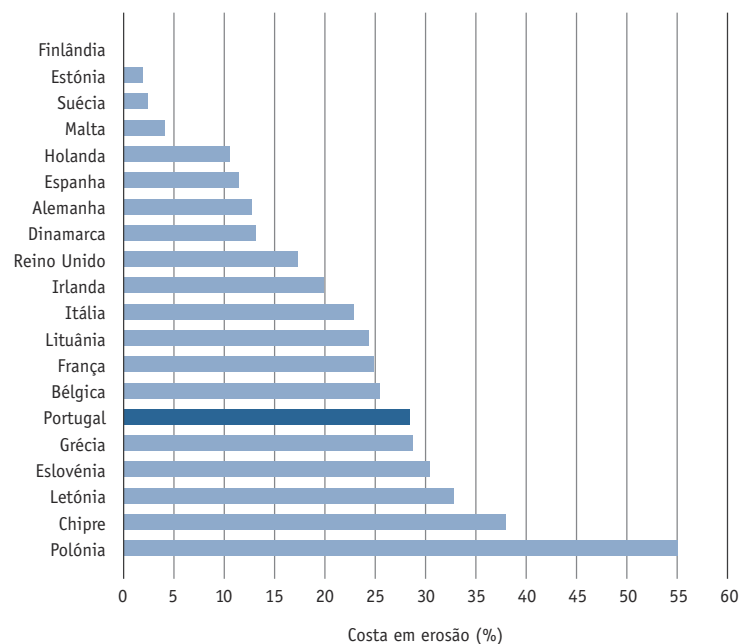
representações gráficas

56 a) Taxa média de recuo em algumas áreas do litoral



Fonte: INAG, 2003

56 b) Extensão da erosão costeira em 2001, relativamente ao total da linha de costa de cada país



Fonte: Comissão Europeia, 2004

nome do indicador EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

POPULAÇÃO

tema(s) UE

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

10 EM 10 ANOS

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

5º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número de pessoas; Percentagem; Habitante por quilómetro quadrado.

fonte(s)

INE

descrição

Evolução da população que reside em Portugal continental e nas Regiões Autónomas.

concelhos e sedes de distrito que usufruíram, entre outros factores, da dinamização inerente à criação de universidades.

documentos de referência

- A situação demográfica recente em Portugal. (INE, 2006)

No mesmo período, verificou-se um decréscimo da população no Alentejo, no interior Norte e Centro e em algumas áreas do Vale do Tejo, em contraste com o forte crescimento verificado nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, na faixa litoral a norte do Tejo e no Algarve. No entanto, os núcleos centrais das áreas metropolitanas - Lisboa e Porto, registaram um decréscimo populacional significativo, acentuando-se assim o processo de desertificação dos centros históricos.

metodologia

Contabilização do total da população residente em Portugal através dos Recenseamentos Gerais da População e Habitação.

mais informação

<http://www.ine.pt/>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

Definições:

População residente - Pessoas que, independentemente de no momento de observação - zero horas do dia de referência - estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres. (Fonte: INE)

População média - População calculada pela média aritmética dos efectivos em dois momentos de observação, habitualmente em dois finais de anos consecutivos. (Fonte: INE)

Área total do território nacional - 92.151,8 km² (incluindo as regiões autónomas dos Açores, com 2.321,9 km² e da Madeira, com 784,8 km²). (Fonte: INE)

objectivos e metas

Pretende-se contrariar a tendência de desertificação humana das regiões rurais e do interior, promovendo uma distribuição territorialmente equilibrada da população, e assegurar políticas de apoio ao desenvolvimento económico do País de forma a criar condições favoráveis à fixação das populações nas regiões do interior e/ou mais desfavorecidas. Não foram, no entanto, identificadas metas.

análise sumária

A população portuguesa continua a crescer embora com um ritmo mais modesto e a imigração permanece como a componente principal da dinâmica populacional.

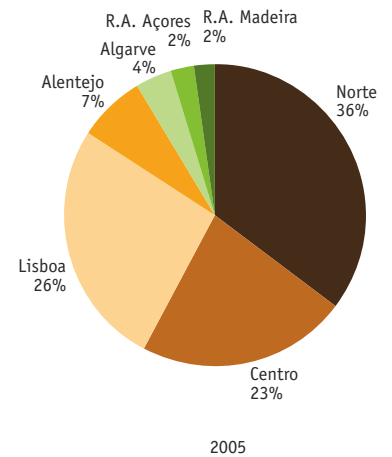
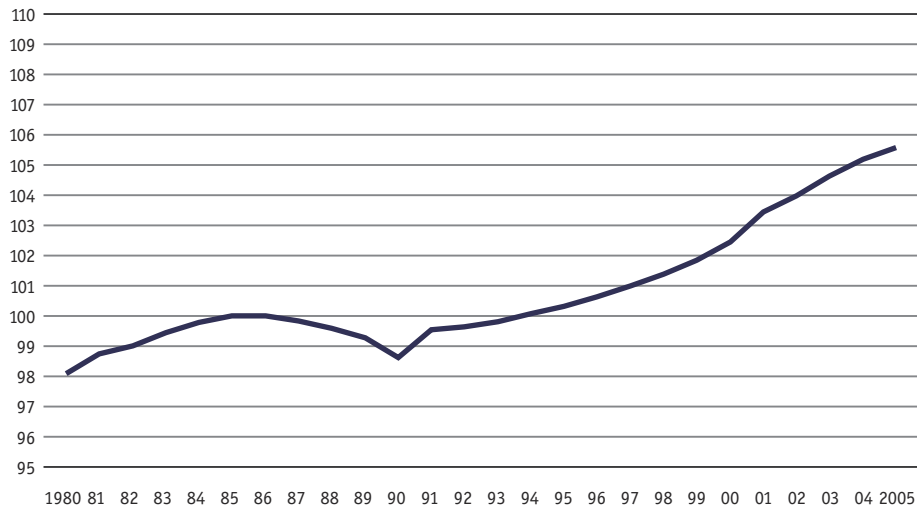
Na última década do século XX, a população portuguesa ultrapassou os 10 milhões de habitantes e, em 31 de Dezembro de 2005, foi estimada em 10,57 milhões de indivíduos: 5,12 milhões de homens e 5,45 milhões de mulheres. O crescimento populacional deveu-se maioritariamente ao efeito positivo do saldo migratório, a par da fraca dinâmica natural motivada pelos baixos níveis de fecundidade.

Entre 1991 e 2001 manteve-se a tendência de concentração populacional na faixa litoral do Continente, entre Braga e Setúbal, observando-se um reforço da rede de cidades médias e da rede complementar através do crescimento populacional de alguns concelhos do interior do País que integravam cidades de média dimensão, sobretudo as capitais de distrito, assim como nos concelhos limítrofes das mesmas. São os casos de Bragança, Vila Real, Viseu, Guarda, Covilhã, Castelo Branco e Évora, na maioria das vezes

representações gráficas

57 a) Estimativas da população residente em Portugal (Continente e Regiões Autónomas) e por NUTS II, em 2005

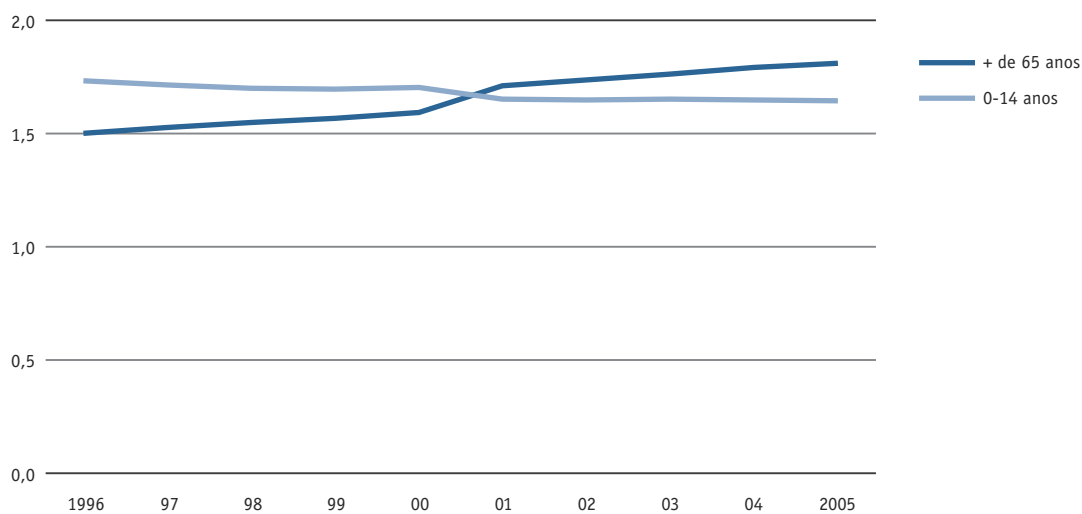
Índice (1985=100 ; 10.011.420 hab)



Fonte: INE, 2006

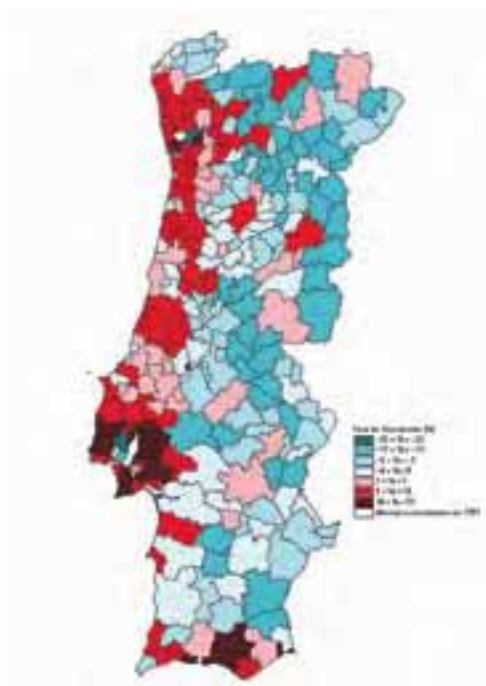
57 b) Evolução da população residente dos 0-14 anos e 65 anos e mais

População (milhões de habitantes)



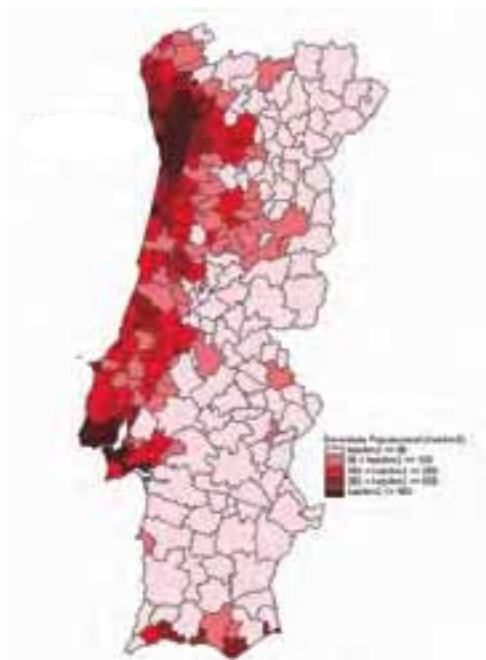
Fonte: INE, 2006

57 c) Variação da população residente entre 1991 e 2001



Fonte: INE - Recenseamentos Gerais da População e Habitação (1991 e 2001)

57 d) Densidade Populacional por Concelho em Portugal continental em 2001



Fonte: INE, 2001

nome do indicador FECUNDIDADE

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

POPULAÇÃO

tema(s) UE

ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Anos; Número.

fonte(s)

INE

descrição

Avalia o nível de fecundidade de uma população, retratando a relação existente entre o número de nados vivos e o número de mulheres em idade fecunda.

mais informação

<http://www.ine.pt/>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

Relação existente entre o número de nados vivos e o número de mulheres em idade fecunda.

Para determinar a fecundidade e considerar apenas as mulheres com idades nas quais a possibilidade em ter filhos é significativa, Portugal adopta o intervalo dos 15 aos 49 anos.

Os indicadores utilizados foram o Índice Sintético de Fecundidade e a Idade da Mulher ao nascimento do primeiro filho.

A determinação do Índice Sintético de Fecundidade é feita através da contabilização do número médio de crianças vivas nascidas por mulher em idade fértil (dos 15 aos 49 anos de idade), admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas. Não obstante o número de 2,1 crianças por mulher é considerado o nível mínimo de substituição de gerações nos países mais desenvolvidos. (INE, 2006)

análise sumária

A fecundidade é um importante indicador na medida em que permite averiguar se o número de nascimentos por mulher consegue garantir a substituição de gerações e, desta forma, contribuir para a redução do envelhecimento populacional.

No que se refere à fecundidade, destacam-se duas tendências nos últimos 15 anos: o adiamento do nascimento do primeiro filho e a redução do número de filhos por mulher.

Em 2005, e em valores médios, uma mulher era mãe pela primeira vez aos 27,8 anos - com mais 3 anos, aproximadamente, do que em 1990.

O número de crianças por mulher, expresso pelo índice sintético de fecundidade, reduziu de 1,56 em 1990, para 1,41 em 2005, afastando-se cada vez mais do nível de substituição de gerações - 2,1 crianças por mulher.

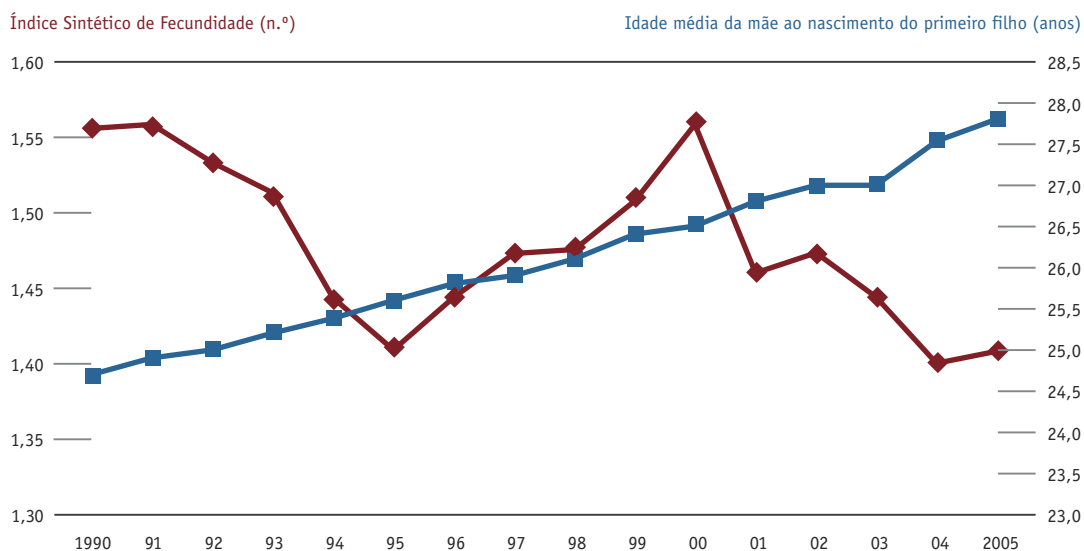
As regiões Algarve, Lisboa e Açores são as que têm os índices sintéticos mais elevados e as do Norte e Centro os mais baixos.

Salienta-se que, neste enquadramento, entre 2004 e 2005, o número de nados-vivos registou um ligeiro aumento de 0,1%.

Portugal apresenta, em 2004, um índice sintético de fecundidade abaixo da média da UE-25, sendo de notar que todos os países da UE apresentam um número de filhos por mulher abaixo dos 2,1, não garantido assim a substituição das gerações futuras.

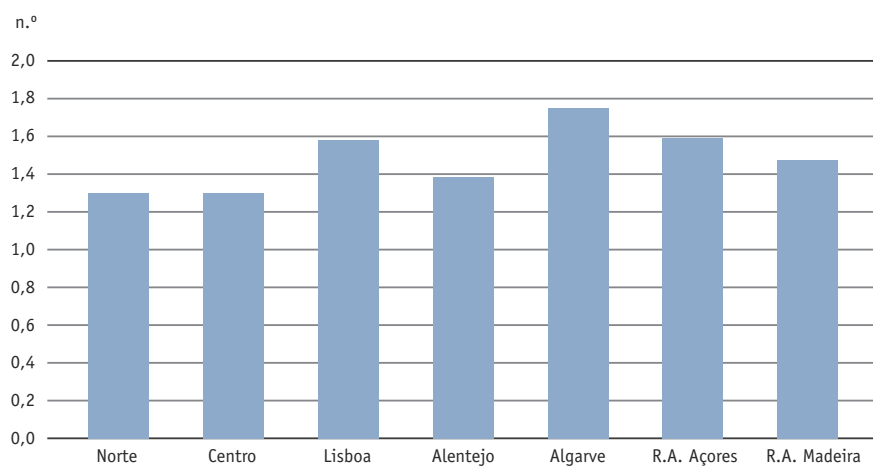
representações gráficas

58 a) Índice Sintético de Fecundidade e Idade média da mãe ao nascimento do primeiro filho



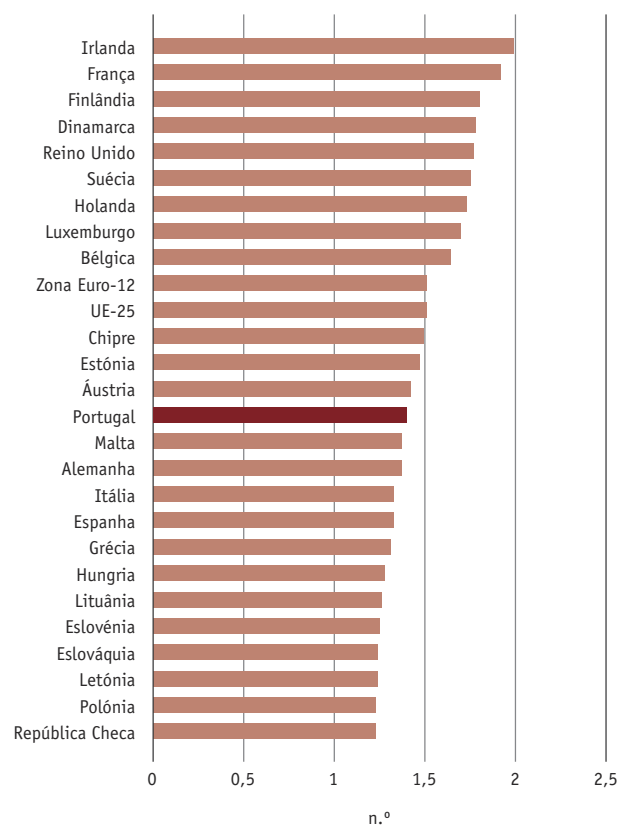
Fonte: INE, 2006

58 b) Índice Sintético de Fecundidade por NUTS II, em 2005



Fonte: INE, 2006

58 c) Índice Sintético de Fecundidade na UE-25, em 2005



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador FERTILIZANTES AGRÍCOLAS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ÁGUA
AGRICULTURA
SOLOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL
ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

t; kg/ha SAU.

fonte(s)

INE, FAO

descrição

Fertilizantes utilizados na agricultura.

documentos de referência

- Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013 - versão Setembro 2006 (MADRP, 2006).

metodologia

A metodologia é a seguida pela OCDE, com a excepção de considerar a possibilidade de relativização dos valores em relação à área total de solo arável e com culturas permanentes.

Definições:

Balanço de azoto = inputs - outputs. (Fonte: INE)

Inputs - fertilizantes inorgânicos, estrume animal, decomposição atmosférica, fixação biológica. (Fonte: INE)

Outputs - culturas agrícolas. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

A produção das culturas agrícolas depende, para além das condições climáticas, da disponibilidade no solo de vários nutrientes minerais, nomeadamente azoto, potássio e fósforo. Dado que a maior parte das vezes estes nutrientes não existem nas quantidades e proporções mais adequadas para assegurar a produção desejada, tornou-se necessário fertilizar os solos de acordo com as exigências das culturas e as características específicas dos terrenos e, assim, aumentar a produtividade agrícola.

A utilização de fertilizantes pode constituir uma importante fonte de poluição, com especial impacto na qualidade da água e dos ecossistemas associados aos recursos hídricos, sendo o azoto o elemento nutritivo que causa maior pressão sobre o ambiente. O facto do ião nitrato não ficar retido no complexo do solo como os outros elementos leva a que seja facilmente arrastado para os cursos de água e para os lençóis freáticos, originando progressivamente a sua contaminação. Este risco está associado à presença de água em movimento (precipitação ou rega), à permeabilidade do substrato geológico e, por vezes, ao mau armazenamento dos produtos. Assim, o risco aumenta se o momento de aplicação escolhido não for o adequado e se se utilizar mais água do que a necessária na rega.

O consumo de fertilizantes em Portugal tem vindo a diminuir progressivamente desde o início da década de 90. Entre 1990 e 2002 o consumo de fertilizantes fosfatados e azotados sofreu uma redução de 28% e 33% respectivamente, enquanto que, após algumas oscilações, a quantidade de fertilizantes de potássio se manteve ao nível do ano de 1990. Os fertilizantes azotados são os mais utilizados e, em 2002, o seu consumo atingiu as 125 000 toneladas.

O consumo dos fertilizantes fosfatados e potássicos não registaram variações significativas, podendo mesmo afirmar-se que ao longo da década o nível do consumo manteve-se.

O consumo de fertilizantes em Portugal, para o ano de 2000, foi inferior ao consumo de fertilizantes dos restantes países que constituem a União Europeia, com excepção da Áustria que mesmo assim regista um valor ligeiramente inferior ao de Portugal. Em 2002 Portugal era um dos países comunitários com menor consumo de fertilizantes por unidade de área agrícola (50 kg/ha), sendo este valor cerca de metade da média europeia (105 kg/ha). Os valores mais elevados registaram-se nos países do Benelux.

De acordo com a Agência Europeia do Ambiente, apesar do consumo de fertilizantes na Europa ter diminuído na década de 90, o excesso de nutrientes em terrenos agrícolas continua a ser origem de problemas ao nível da poluição das águas e da eutrofização dos recursos hídricos, sobretudo em águas estuarinas e costeiras. Segundo esta mesma fonte, o decréscimo do uso destas substâncias deve-se, principalmente, ao declínio da rentabilidade da agricultura, à redução das oportunidades de mercado para os produtos agrícolas e à diminuição dos apoios estatais públicos, e não tanto à eficácia da implementação das políticas comunitárias como a Directiva 91/676/CEE do Conselho, de 12 de Dezembro de 1991, relativa à protecção das águas contra a poluição causada por nitratos de origem agrícola.

Este indicador deve ser complementado com o indicador relativo ao balanço de nutrientes agrícolas, nomeadamente com o balanço do azoto, que avalia a diferença entre o azoto disponível para um sistema agrícola (contido nos fertilizantes inorgânicos, estrume animal, decomposição atmosférica e fixação biológica) e a sua remoção pela agricultura (em grande parte pelas culturas e forragens). Um excesso persistente de azoto indica uma potencial poluição do ambiente - perda de azoto para o solo, ar, superfície ou água subterrânea -, enquanto um déficit persistente indica potenciais problemas da sustentabilidade da actividade agrícola.

mais informação

<http://www.min-agricultura.pt>

http://ec.europa.eu/agriculture/index_pt.htm

<http://www.fao.org>

representações gráficas

59 a) Consumo aparente de diferentes tipos de fertilizantes inorgânicos azotados, fosfatados e potássicos na agricultura

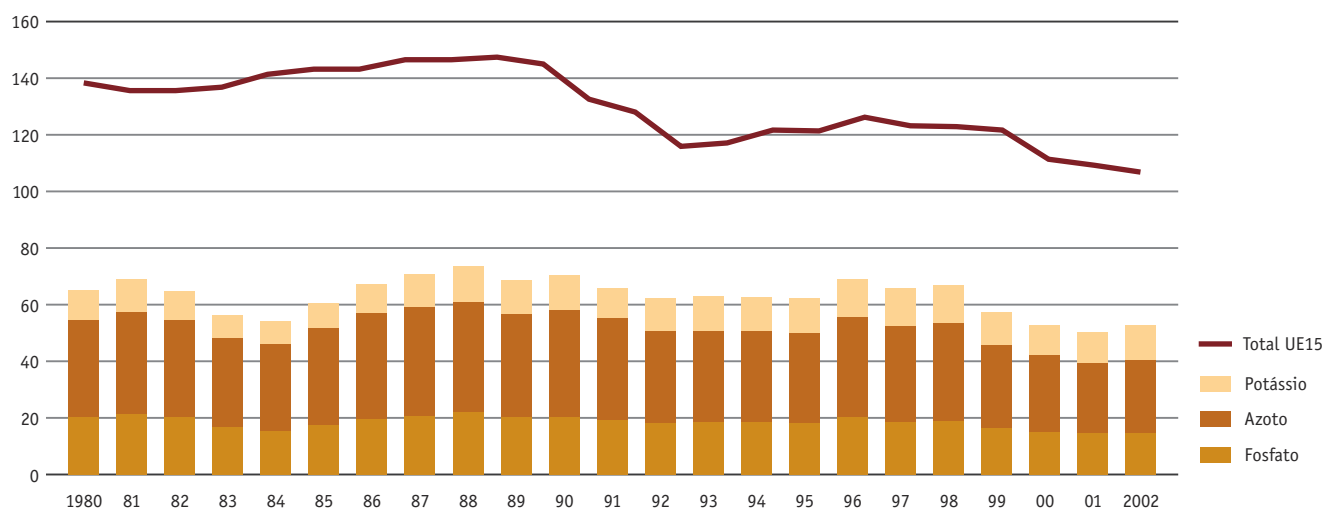
Consumo de fertilizantes (t)



Nota: Inclui consumo de fertilizantes inorgânicos em áreas de desporto e lazer.
Fonte: INE, 2006

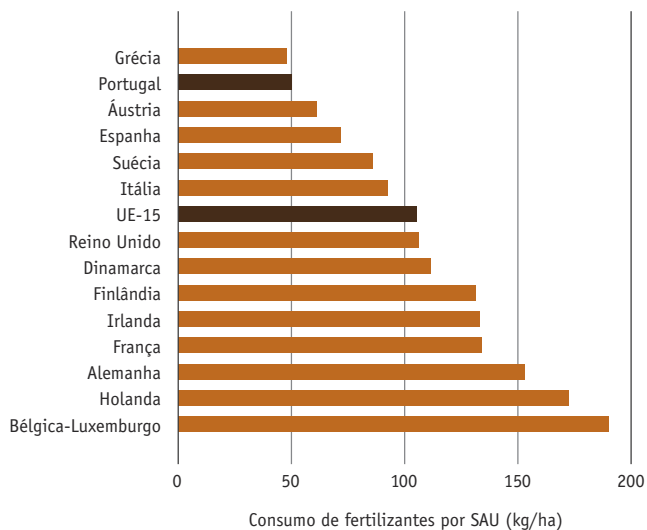
59 b) Consumo aparente de fertilizantes fosfatados, azotados e com potássio, por área agrícola, em Portugal e na UE-15

Consumo de fertilizantes por SAU (kg/ha)



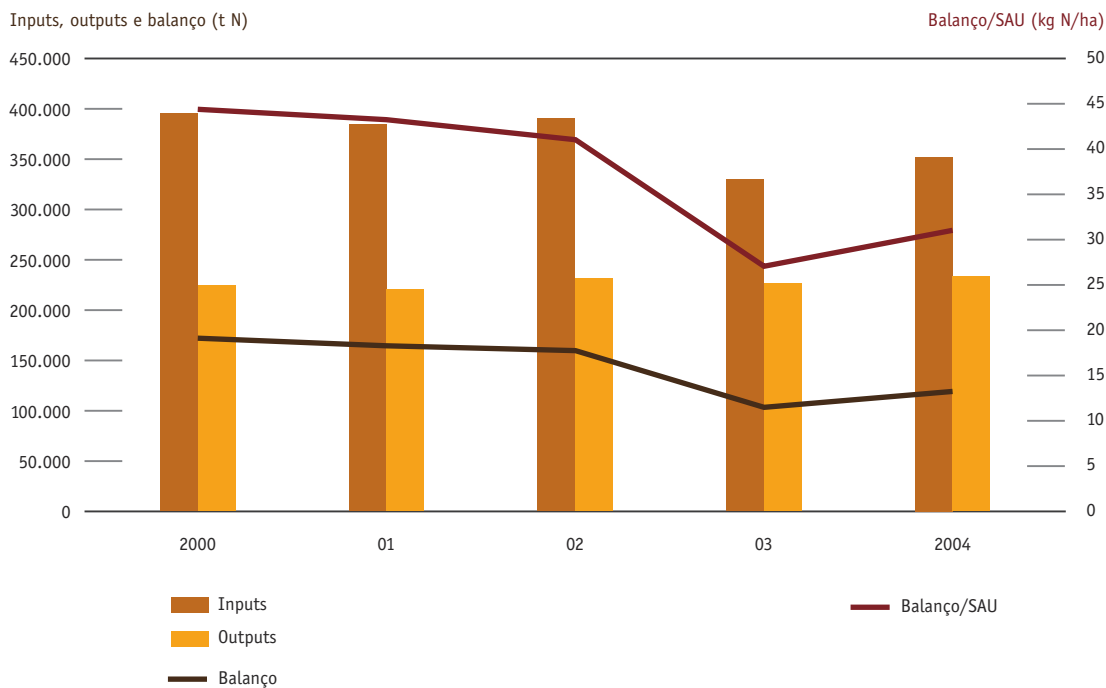
Fonte: FAO, 2004

59 c) Consumo de fertilizantes por área agrícola na UE-15, em 2002



Fonte: FAO, 2004

59 d) Balanço do azoto à superfície do solo



Fonte: INE, 2006

nome do indicador GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL
INSTRUMENTOS DE GESTÃO AMBIENTAL**tema(s) UE**

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

INSTITUCIONAL

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número.

fonte(s)

APA, APCER, IPQ, SGS, ICS Portugal, DNV, TUV, BVQI, Lloyd's Register, EIC, ISO, DGEmpresa; Comissão Europeia

descrição

Organizações públicas ou privadas que têm implementado instrumentos de gestão ambiental e/ou de responsabilidade social, designadamente:

- Sistemas de gestão ambiental (EMAS, ISO 14001);
- Rótulo Ecológico;
- Avaliação de desempenho ambiental, entre outros.

documentos de referência

- Regulamento (CE) n.º 761/2001, de 19 de Março (EMAS);
- Regulamento (CE) n.º 1980/2000, de 17 de Julho (REC);
- ISO 14001:2004 - Sistema de Gestão Ambiental;
- SA 8000:1997 - Responsabilidade Social.

metodologia

Contabilização do número de organizações que certificaram o seu sistema de gestão ambiental (SGA) segundo a Norma Internacional ISO 14001 e do número de organizações que registaram o seu sistema de gestão ambiental segundo o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS).

Contabilização do número de organizações que certificaram o seu sistema de gestão de responsabilidade social de acordo com a Norma SA 8000.

Contabilização do número de organizações que têm rótulo ecológico comunitário atribuído a um ou mais dos seus produtos ou serviços, em Portugal.

Os critérios ecológicos são estabelecidos por grupos de produtos ou serviços, sendo depois revistos em função das condições de mercado e a evolução científica e tecnológica, por forma a melhorar o comportamento ambiental dos produtos portadores do rótulo ecológico comunitário.

O sistema de atribuição do rótulo ecológico comunitário é voluntário e aplicável aos produtos que, simultaneamente:

- provoquem impactes ambientais significativos, numa ou em diversas fases do ciclo de vida do produto;
- apresentem um potencial de melhoria ambiental;
- representem um volume importante de vendas e de comércio no mercado interno;
- incluam no seu volume de vendas uma parte importante destinada ao consumo ou utilização finais.

Não é aplicável a géneros alimentícios, bebidas e produtos farmacêuticos, nem aos dispositivos médicos que se destinem apenas a utilização profissional ou a serem prescritos ou supervisionados por profissionais médicos.

Definições:

Sistema de Gestão Ambiental - parte de um sistema global de gestão que inclui estrutura organizacional, actividades de planeamento, responsabilidades, práticas, procedimentos, processos e recursos para desenvolver, implementar, alcançar, rever e manter a política ambiental. (Fonte: APA)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

Para haver conciliação entre o desenvolvimento e a preservação da qualidade do ambiente é necessário, para além de definir políticas, legislar e recorrer a instrumentos de controlo, apoiar mecanismos de adesão voluntária, de que são exemplo as certificações ambientais ISO 14001, o Sistema Comunitário de Ecogestão e Auditoria (EMAS, Eco-management and Audit Scheme) e o Rótulo Ecológico Comunitário (REC).

A implementação voluntária de Sistemas de Gestão Ambiental (SGA) ou a adopção do REC têm estado associadas à publicação de normas e regulamentos, nacionais e internacionais, que definem requisitos, critérios, sugestões e/ou referências para os concretizar, bem como para obter uma posterior certificação ou outro tipo de validação.

O Regulamento que estabelece o EMAS e a Norma Internacional ISO 14001 - estabelecida pela ISO, International Organization for Standardization - são dois dos principais instrumentos de gestão ambiental que têm vindo a ser aplicados por um número crescente de organizações, tanto a nível nacional como internacional.

Em Portugal tem-se vindo a verificar um incremento positivo na aplicação destes instrumentos voluntários. Só em 2005 foram certificados 149 SGA pela norma ISO 14001, perfazendo já um total de 499 empresas certificadas por esta norma; foi ainda atribuído o certificado EMAS a 18 organizações e, no final de 2005, ascendia a 41 o número de organizações registadas de acordo com este Regulamento.

No final de 2004, a nível mundial, existiam 90 569 empresas certificadas pela ISO 14001, das quais 40 000 eram europeias. Revelador da evolução ocorrida são os valores de 1995, dado que estes números eram 257 e 226, respectivamente. No que respeita ao EMAS, ao nível da UE-25, em Maio de 2006, havia 3 271 organizações registadas, sendo a Alemanha o país com mais registos - 1 477 registos - e encontrando-se Portugal em 8º lugar, com 47 registos.

Para verificar o preenchimento dos requisitos do Regulamento nas organizações e validar a declaração ambiental são necessários verificadores ambientais, ou seja, organismos ou pessoas com qualificação reconhecida para as referidas funções. Em Portugal, no âmbito do Sistema Português da Qualidade (SPQ), existem cinco organizações acreditadas para efectuar verificações ambientais no EMAS e seis Organismos de certificação acreditados no SPQ para a ISO 14001.

Por outro lado, o Regulamento (CE) n.º 1980/2000, de 17 de Julho, cria o Sistema Comunitário de Rótulo Ecológico, ou seja, um sistema de certificação que distingue os produtos e/ou serviços que respeitam o ambiente, procurando orientar os consumidores para um consumo mais responsável. Até ao final de 2005, existiam em Portugal cinco empresas às quais foi atribuído o REC a um (ou mais) dos seus produtos e/ou serviços, três do sector das tintas, uma do sector dos têxteis e uma unidade hoteleira. A nível europeu existiam, à mesma data, 226 empresas a cujos produtos e/ou serviços foi atribuído o REC.

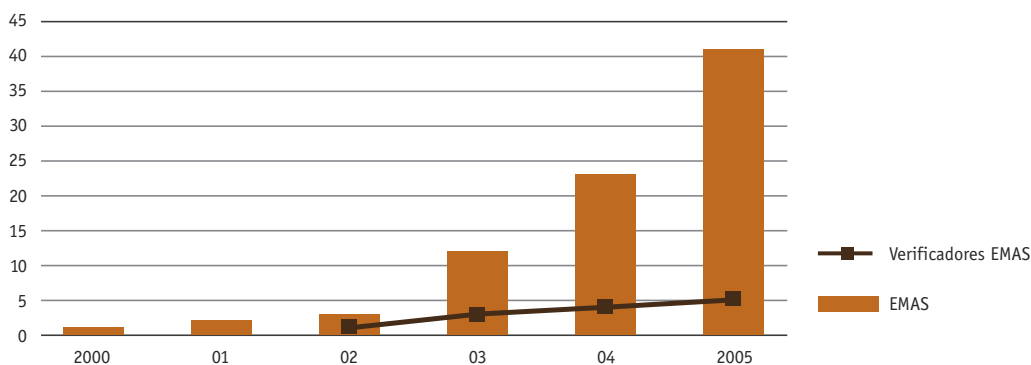
mais informação

<http://www.apambiente.pt>
<http://www.ipq.pt>
http://ec.europa.eu/environment/emas/index_en.htm
<http://www.iso.ch/iso/en/ISOOnline.frontpage>
<http://www.inem.org>
http://ec.europa.eu/environment/ecolabel/index_en.htm
<http://www.eco-label.com/>
<http://www.eco-label-tourism.com/frameset/frameset.html>

representações gráficas

60 a) Organizações registadas no EMAS (n.º acumulado) e verificadores ambientais acreditados pelo Regulamento EMAS, em Portugal

Organizações registadas e Verificadores acreditados (%)

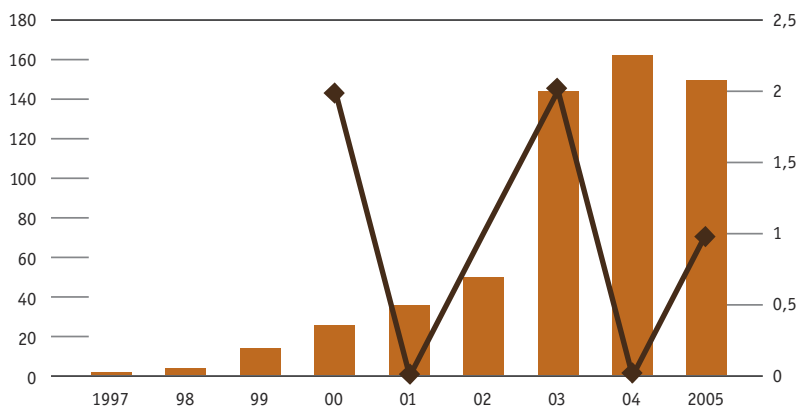


Fonte: IA, 2006; IPQ, 2006

60 b) Certificações anuais pela norma ISO 14001 e Organismos de certificação acreditados pelo Sistema Português de Qualidade, em Portugal

Certificações pela ISO 14001
concedidas anualmente
(nº empresas)

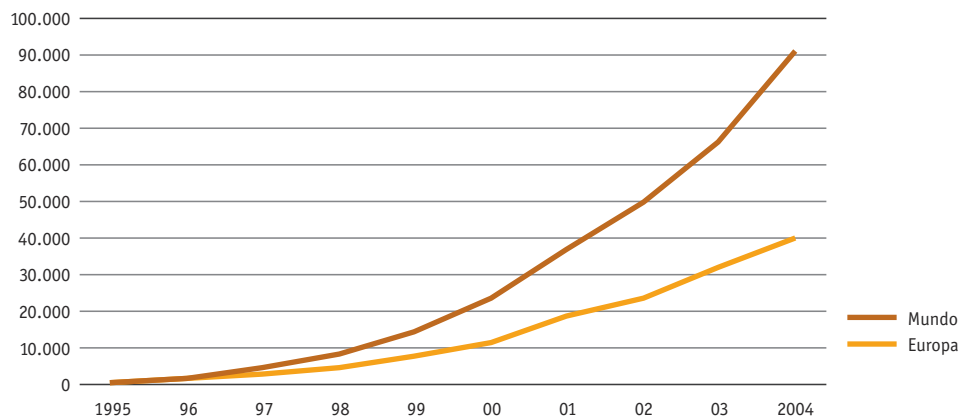
Organismos de certificação
acreditados anualmente
(nº)



Fonte: IA, 2006; IPQ, 2006; APCER, SGS - ICS Portugal, DNV, TUV, BVQI, Lloyd's Register, EIC, 2006

60 c) Organizações Certificadas ISO 14001 na Europa e no Mundo

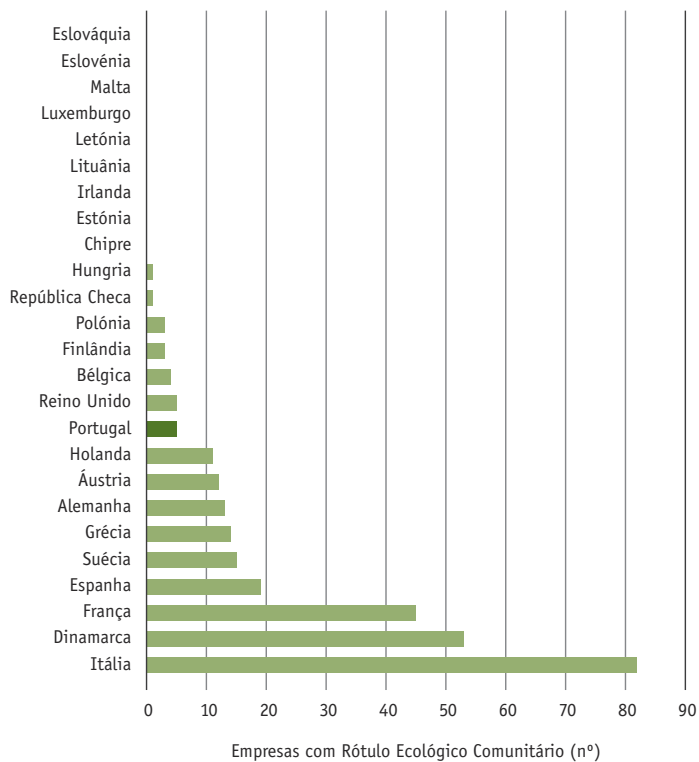
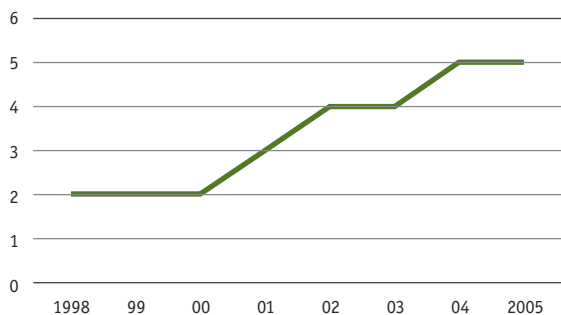
Organizações certificadas pelas ISO 14001 (nº)



Fonte: ISO, 2005

60 d) Organizações com Rótulo Ecológico Comunitário em Portugal e na UE (Dezembro 2005)

Organizações com Rótulo Ecológico Comunitário (nº)



Fonte: IA, 2006, Comissão Europeia, 2005

nome do indicador GESTÃO DE RESÍDUOS

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

RESÍDUOS

tema(s) UE

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem do total de resíduos produzidos.

fonte(s)

APA; IRAR; SPV; DGS

descrição

Tratamento e/ou destino final dos resíduos urbanos, industriais e hospitalares. Movimento transfronteiriço de resíduos.

documentos de referência

- Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) (INR/MA, 1997);
- Estratégia Nacional Para a Redução de Resíduos Urbanos Biodegradáveis Destinados a Aterros (ENRRUBDA) (INR, 2003);
- Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados (PIERSU) (MAOTDR, 2006);
- Plano Estratégico dos Resíduos Industriais (INR/MAOT, 2001);
- Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (INETI/INR, 2001);
- Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares (MA/MS, 1998).

metodologia

Razão entre o volume de resíduos com um determinado tipo de tratamento ou destino final e o total dos resíduos produzidos, calculada com base na quantificação efectuada pelas entidades competentes. Inclui-se também neste indicador a quantificação do total anual de resíduos exportados, para valorização ou eliminação, efectuada pelas entidades competentes.

Definições:

Recolha - operação de apanha, selectiva ou indiferenciada, de triagem e/ou mistura de resíduos com vista ao seu transporte. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

Tratamento de Resíduos - o processo manual, mecânico, físico, químico ou biológico que alterem as características de resíduos de forma a reduzir o seu volume ou perigosidade bem como a facilitar a sua movimentação, valorização ou eliminação após as operações de recolha. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

Valorização - a operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

objectivos e metas

O Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) estabelece como meta, para 2005, atingir 25% de compostagem, 23% de eliminação em aterro, 22% de incineração com aproveitamento de energia e 25% de reciclagem.

O Decreto-Lei n.º 152/2002, de 23 de Maio, que transpõe a Directiva 1999/31/CE do Conselho, de 26 de Abril, relativa à deposição de resíduos em aterros, impõe como metas os seguintes limites de deposição de Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB) em aterro: 75%, 50% e 35%, a alcançar faseadamente em 2006, 2009 e 2016, respectivamente.

análise sumária

Apesar do progresso verificado nos últimos anos, estes números estão ainda longe das metas definidas no PERSU.

Em 2005, o principal destino dos cerca de 4,5 milhões de toneladas de RU produzidos em Portugal continental, foi o aterro sanitário (65%), seguido da valorização energética (20%), da recolha selectiva multimaterial (8%) e da valorização orgânica (7%).

No que concerne às Regiões Autónomas, a recolha selectiva multimaterial sofreu um aumento significativo em 2005 (sendo particularmente visível nos Açores, onde atingiu 55%), facto devido à intervenção dos sistemas integrados de fluxos prioritários de resíduos (embalagens, pneus, veículos em fim-de-vida, pilhas e acumuladores, óleos minerais usados).

Com a aplicação do Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados (PIRSUE) está criado o enquadramento necessário para a implementação da hierarquia de gestão de resíduos que confere prioridade às operações de prevenção, reciclagem e valorização, incluindo a valorização energética. Complementarmente este instrumento de planeamento (que será, juntamente com a Estratégia Nacional Para a Redução de Resíduos Urbanos Biodegradáveis Destinados a Aterros (ENRRUBDA), integrado na elaboração do PERSU II), visa a racionalização e optimização dos sistemas de gestão de RU, os quais deverão apresentar programas de acção que evidenciem a sua actuação concertada no âmbito do PIRSUE.

No que diz respeito aos problemas relacionados com os destinos finais a dar aos Resíduos Industriais Perigosos (RIP), tem sido mais complexo encontrar uma resposta adequada. No âmbito do Decreto-Lei n.º 3/2004, de 3 de Janeiro, que define as directrizes de actuação para a gestão de RIP, ficou patente uma estratégia de dotar o país com Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Perigosos (CIRVER).

As quantidades de resíduos sujeitos a movimento transfronteiriço, quer para valorização, quer para eliminação, foram, em 2004, superiores aos registados no ano anterior em cerca de 21 mil toneladas, sendo este o valor mais alto registado até ao momento (117 000 t). À semelhança do que se tem verificado em anos anteriores, a quantidade de resíduos enviados para eliminação é bastante superior à dos resíduos enviados para valorização. O principal país de destino dos resíduos exportados continua, em 2003 e à semelhança dos últimos anos, a ser Espanha, havendo registos igualmente para a Alemanha, Bélgica, França, Itália e Áustria.

mais informação

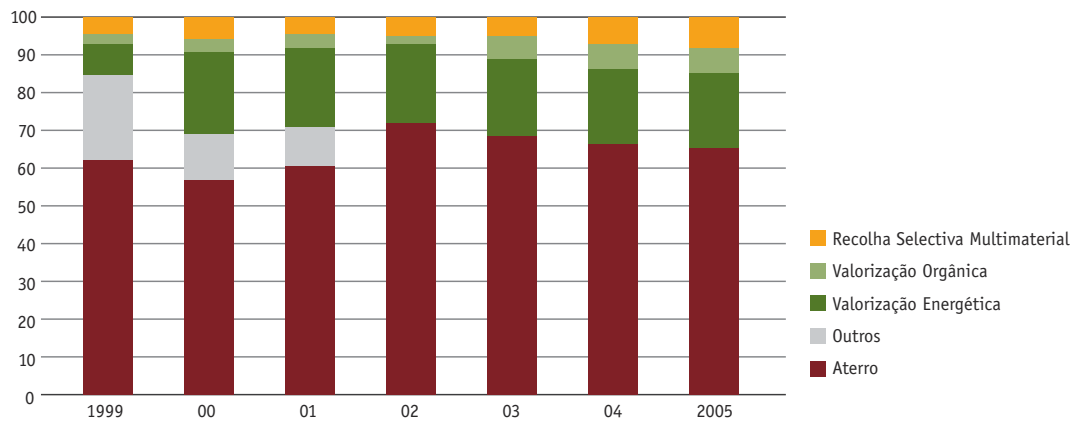
<http://www.apambiente.pt>

<http://ec.europa.eu/environment/waste/index.htm>

representações gráficas

61 a) Recolha selectiva e destino dos resíduos urbanos em Portugal continental

Destino final de RU em Portugal continental
(% do total de RU)

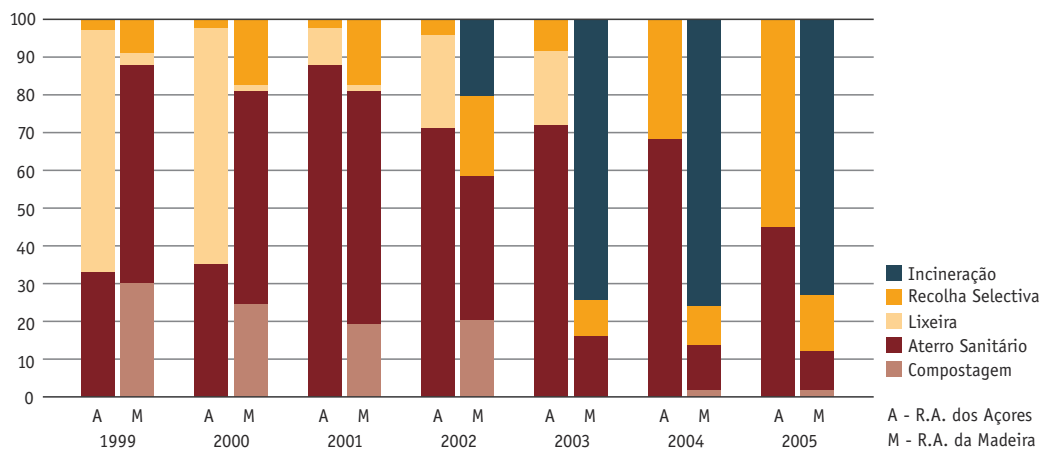


Nota: A categoria "Outros" inclui lixeiras (1999-2002) e vazadouros controlados (2003-2005); A recolha selectiva multimaterial, com vista à reciclagem, inclui as embalagens, papel/cartão, vidro e pilhas recolhidos nos ecopontos, porta-a-porta e ecocentros; A "valorização orgânica", para o ano de 2005, inclui também a valorização orgânica de RUB.

Fonte: INR, 2006

61 b) Recolha selectiva e destino dos resíduos urbanos nas Regiões Autónomas

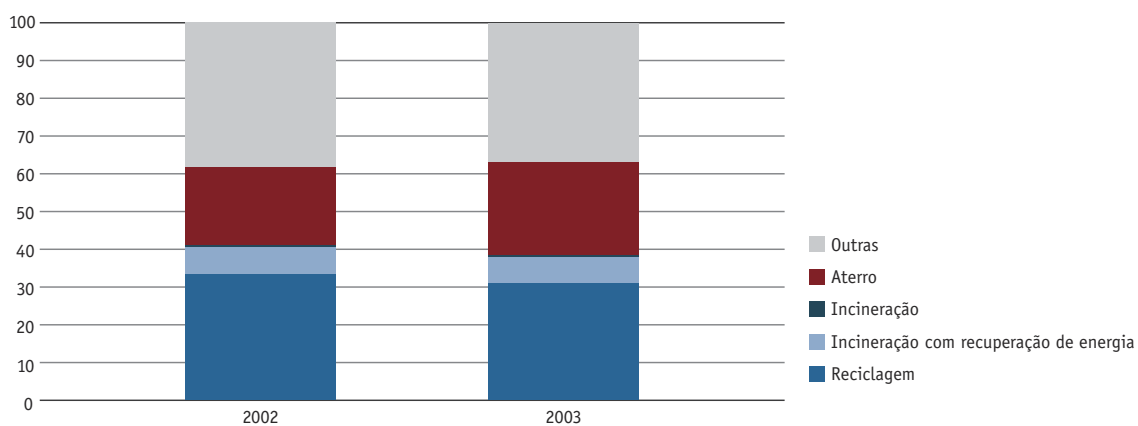
RU produzidos (%)



Fonte: INR, 2006

61 c) Reciclagem e destino dos resíduos industriais

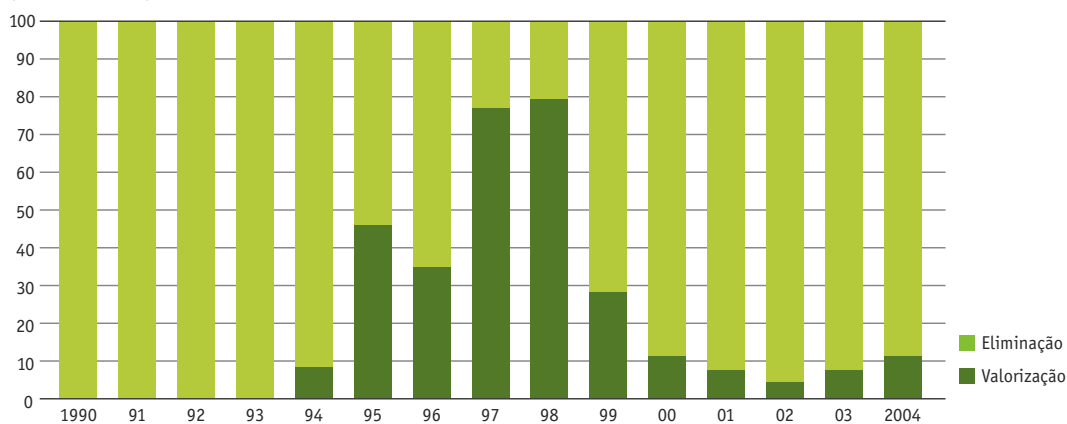
Resíduos Industriais, por tipo de operação
(% do total)



Fonte: INR, 2006

61 d) Resíduos sujeitos a movimento transfronteiriço

Destino final de RU em Portugal continental
(% do total de RU)



Fonte: INR, 2005

nome do indicador GOVERNO ELECTRÓNICO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

GOVERNANÇA

tema(s) UE

BOA GOVERNANÇA

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

INSTITUCIONAL

objectivos da ENDS 2015

7º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE; UMIC; Eurostat

descrição

Quantificação dos serviços públicos básicos totalmente disponíveis na internet.

mais informação

<http://www.ine.pt/>
<http://www.umic.pt/>
<http://www.ligarportugal.pt/>
http://ec.europa.eu/information_society/index_en.htm

documentos de referência

- Programa Ligar Portugal (MCTES, 2005);
- Plano de Acção para o Governo Electrónico (RCM n.º 108/03, de 12 de Agosto).

metodologia

Este indicador mede a percentagem de serviços públicos básicos totalmente disponíveis na internet, numa amostra de 20 serviços públicos, considerados relevantes, seleccionados pelos Estados-membros.

objectivos e metas

O Programa Ligar Portugal estabelece como meta assegurar, até 2010, a disponibilização on-line de todos os serviços públicos básicos.

análise sumária

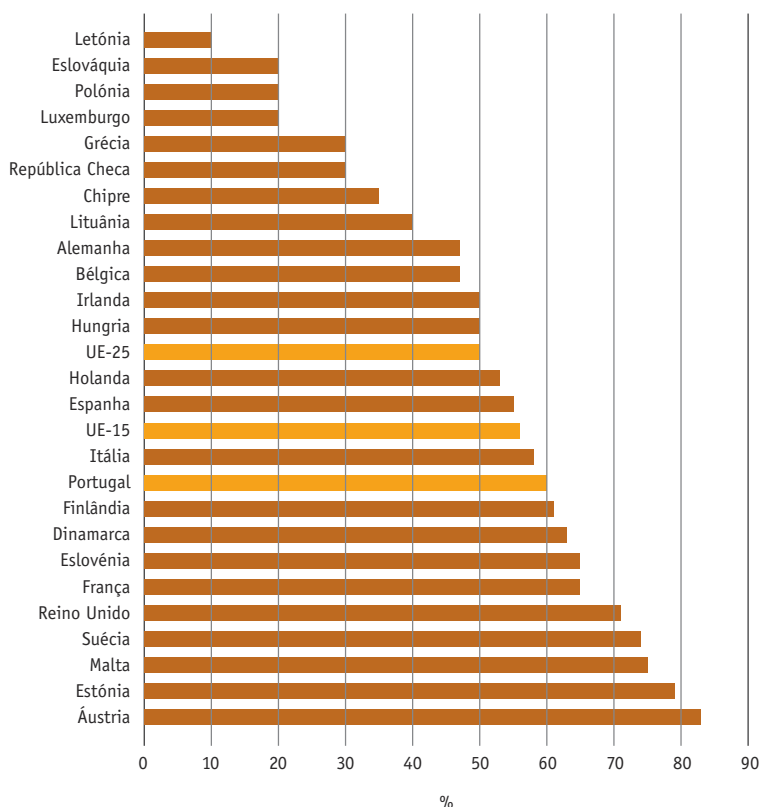
O Governo electrónico visa simplificar e melhorar a prestação de serviços públicos aos cidadãos e às empresas, nomeadamente promovendo a eficiência e facilidade de uso dos serviços prestados aos cidadãos pelo Estado com apoio nas tecnologias da informação e comunicação, a transparência no relacionamento do Estado com os cidadãos, a redução de custos pela racionalização da utilização de meios e das compras do Estado e o desenvolvimento de serviços públicos modernos.

Relativamente à acessibilidade a serviços públicos na internet, em 2006, cerca de 50% dos serviços públicos analisados na UE encontravam-se totalmente disponíveis online, com Portugal a assumir um valor acima da média comunitária e ocupando o 10.º lugar da lista dos 25 Estados-membros da UE. Além disso, foi um dos países que mais progressos registou nesta área nos últimos 2 anos.

Todos os organismos da Administração Pública Central dispunham, em 2005, de ligação à internet, dos quais 73% com uma velocidade de ligação à internet superior a 512Kbps; 87% tinha presença na internet e uma política de disponibilização do acesso à internet a todos os trabalhadores; 93% possuíam correio electrónico e 24% realizava encomendas de bens e/ou serviços através da internet.

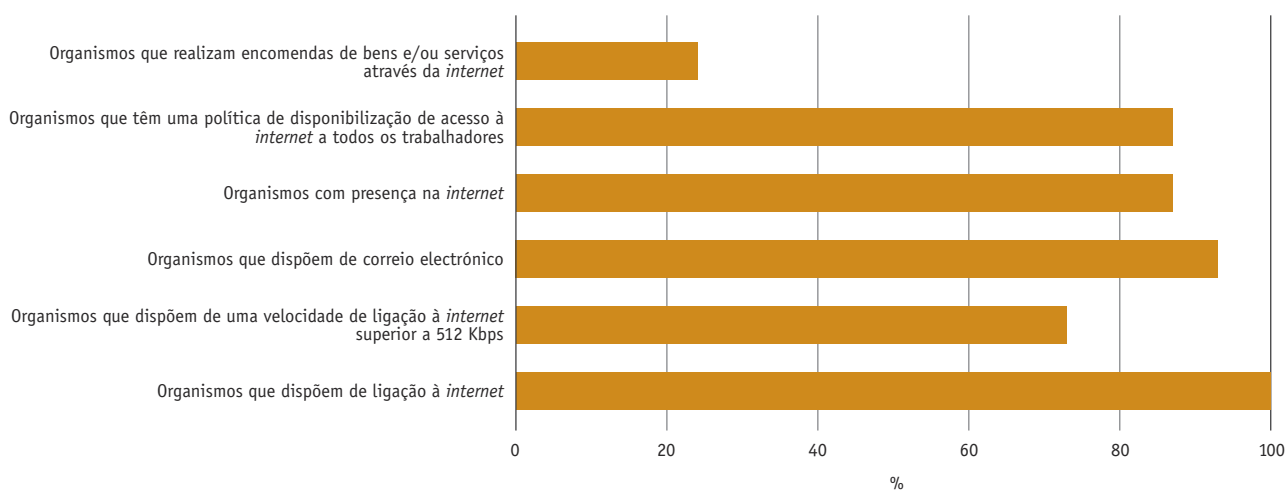
Em 2006, o recurso a portais de organismos públicos foram realizados maioritariamente para obter informações (39,4%), recorrer a portais da Administração Pública com serviços administrativos integrados (35,4%), seguidos pelo preenchimento e envio online de impressos ou formulários oficiais (32,3%) e o download desses formulários (30,1%).

62 a) Serviços públicos básicos disponíveis na internet



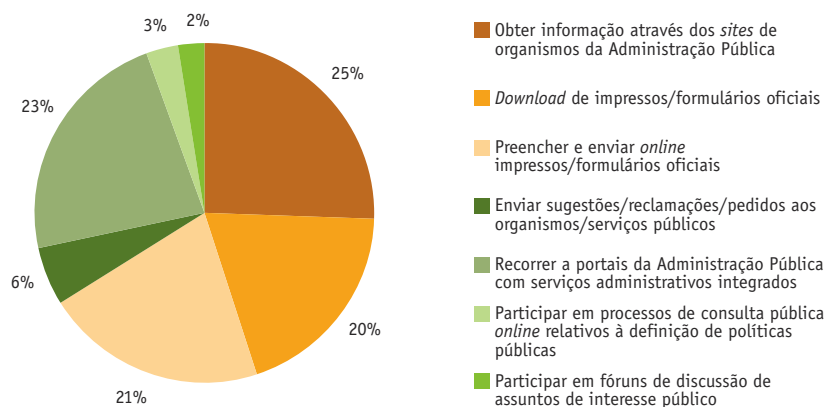
Fonte: Eurostat, 2006

62 b) Utilização das TIC na Administração Pública Central em 2005



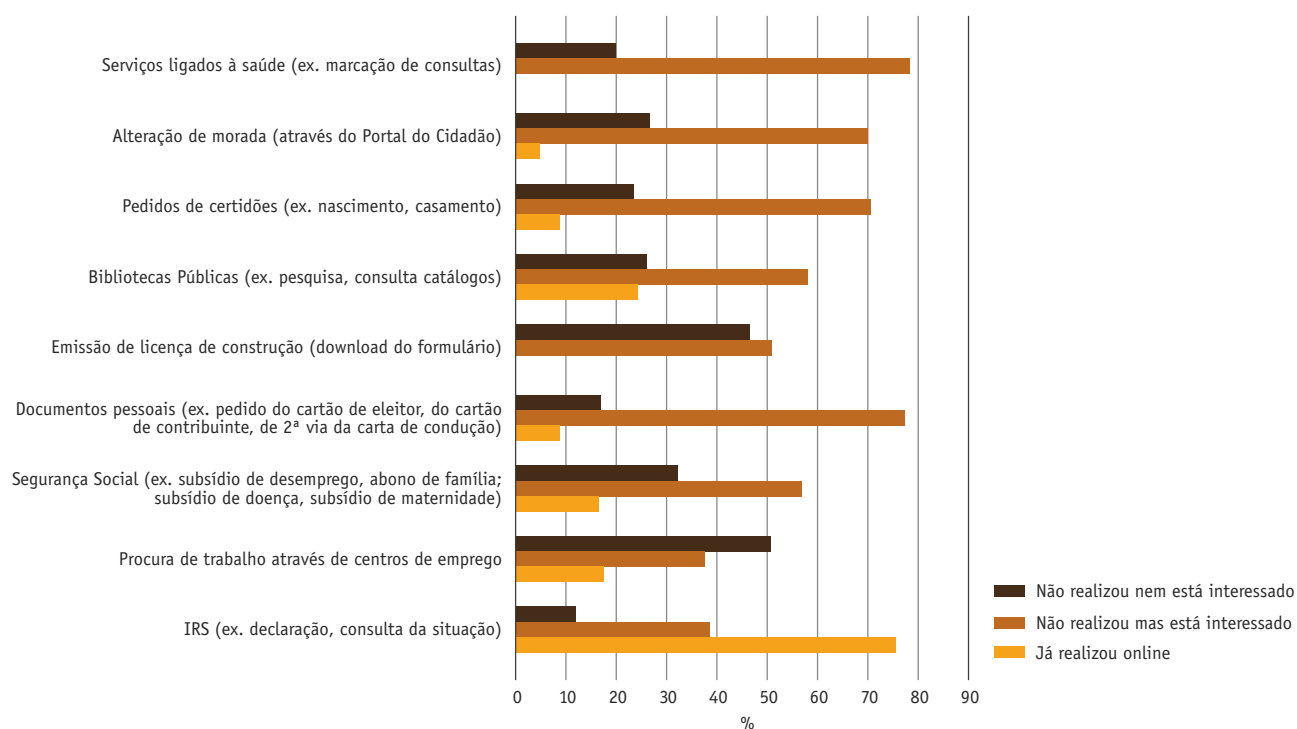
Fonte: OSIC/UMIC, 2005

62 c) Objectivos da ligação a organismos públicos em 2006



Fonte: INE/UMIC, 2006

62 d) Contactos com organismos públicos através da Internet em 2006



Fonte: INE/UMIC, 2006

nome do indicador IDADE MÉDIA DOS VEÍCULOS EM CIRCULAÇÃO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

TRANSPORTES

tema(s) UE

TRANSPORTES

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Anos.

fonte(s)

ACAP

descrição

Número médio de anos dos veículos em circulação.

documentos de referência

- Programa Nacional para as Alterações Climáticas - PNAC 2006 (IA/MAOTDR, 2006);
- Livro Branco: A política europeia de transportes no horizonte 2010: a hora das opções (CE/UE, 2001).

metodologia

Idade média dos veículos em circulação, por tipo de veículo. Sempre que possível, a idade média do veículo é calculada relativamente à data de fabrico, podendo também ser expressa relativamente à data de registo. Este valor estimado pela Associação do Comércio Automóvel de Portugal (ACAP) com base no número médio de veículos vendidos, tempo médio de duração, etc. A ACAP procede à recolha de informação a partir dos operadores de mercado e respectiva validação, efectuando posteriormente o respectivo tratamento estatístico.

objectivos e metas

Pretende-se reduzir a circulação de veículos em fim de vida que, pela sua idade e estado de conservação, são susceptíveis de comprometer, quer a segurança pública, quer a qualidade do ambiente, e a sua substituição por veículos mais seguros e dotados de tecnologias menos poluentes e de maior eficiência energética.

análise sumária

A idade dos veículos fornece uma indicação quanto às tecnologias utilizadas no parque de veículos, o que está relacionado com os níveis de emissão de poluentes atmosféricos dos veículos em circulação. Em geral, quanto mais novo é o parque automóvel, maior é o número de veículos em circulação que obedecem às normas mais exigentes de níveis de emissões (i.e., veículos mais eficientes).

Em Portugal verifica-se um envelhecimento do parque de veículos ligeiros e de mercadorias. A situação mais preocupante regista-se no segmento dos pesados de mercadorias e nos pesados de passageiros, cujo parque, em 2005, apresentava uma idade média de 11,4 e 11,9 anos, respectivamente. Os ligeiros de passageiros apresentavam uma idade média de 8,4 anos, enquanto nos comerciais ligeiros ela estava fixada em 7,1 anos e nos motociclos em 5,8 anos.

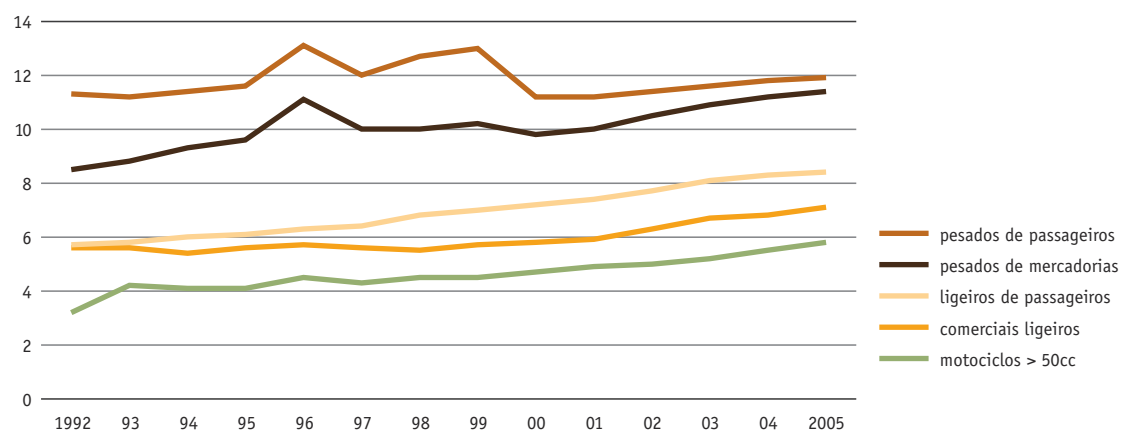
mais informação

- <http://www.acap.pt/>
- http://ec.europa.eu/transport/index_pt.html
- <http://www.eea.europa.eu/>

representações gráficas

63 a) Idade média dos veículos por tipo de veículo

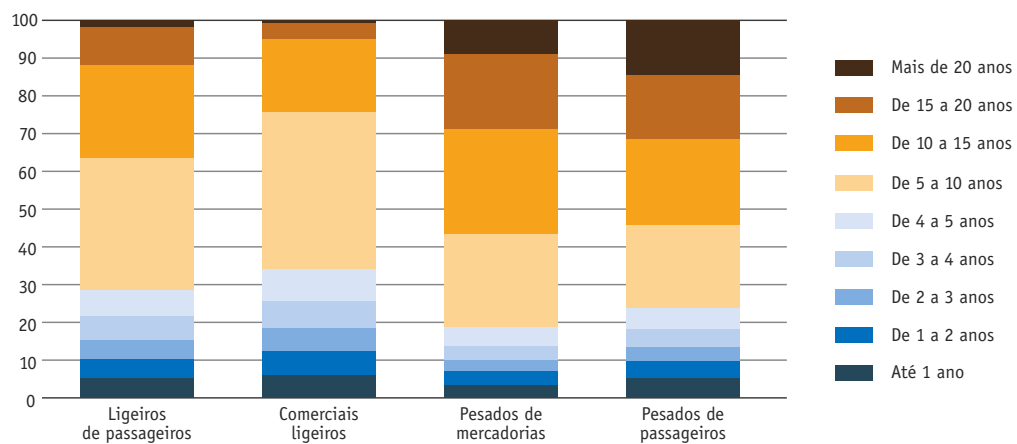
Idade dos veículos (n.º de anos)



Fonte: ACAP, 2006

63 b) Idade dos veículos por tipo de veículo, em 2005

Veículos (%)



Fonte: ACAP, 2006

nome do indicador IMPORTAÇÃO DE PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
GOVERNANÇA

tema(s) UE

COOPERAÇÃO GLOBAL

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

INSTITUCIONAL

objectivos da ENDS 2015

6º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

IPAD; ONU

descrição

Proporção total das importações da União Europeia (UE), excluindo armamento e petróleo, que entraram sem tarifas, e tarifas médias impostas pela UE sobre importações (produtos agrícolas, têxteis e vestuário).

documentos de referência

- Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ONU).
- Uma Visão Estratégica Para a Cooperação Portuguesa (IPAD, 2006).

metodologia

Contabilização da percentagem de importações ao nível da UE, excluindo armamento e petróleo, que entraram sem tarifas, e das tarifas médias impostas pela UE sobre importações (produtos agrícolas, têxteis e vestuário).

Definições:

Países em desenvolvimento - países que apresentaram, nos últimos três anos, um rendimento nacional bruto per capita inferior a \$9 206 (Fonte: Comité de Ajuda ao Desenvolvimento da OCDE).

Países Menos Avançados (PMA) - Grupo definido pelas Nações Unidas. Os países incluídos nesta categoria têm rendimento, diversificação económica e desenvolvimento social abaixo de um limiar estabelecido. Muito vulneráveis, estes países têm um rendimento per capita anual menor que um dólar por dia. Têm rendimento baixo com constrangimentos de longo prazo ao crescimento económico, como a fraqueza institucional e o baixo nível de desenvolvimento dos recursos humanos. Actualmente são incluídos neste grupo 48 países e territórios: Afeganistão, Angola, Bangladesh, Benin, Botão, Burkina Faso, Burundi, Camboja, Cabo Verde, Chade, Comores, Djibuti, Guiné Equatorial, Eritreia, Etiópia, Gâmbia, Guiné, Guiné-Bissau, Haiti, Iémen, Ilhas Salomão, Kiribati, Laos, Lesoto, Libéria, Madagáscar, Malauí, Maldivas, Mali, Mauritânia, Moçambique, Myanmar, Nepal, Níger, Ruanda, República Centro Africana, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe, Senegal, Serra Leoa, Somália, Sudão, Tanzânia, Togo, Tuvalu, Uganda, Vanuatu, Zâmbia.

objectivos e metas

O 8º Objectivo de Desenvolvimento do Milénio visa desenvolver uma parceria global para o desenvolvimento.

análise sumária

Até 2015, os 189 Estados-membros da Assembleia Geral das Nações Unidas comprometeram-se a atingir oito objectivos específicos (Objectivos de Desenvolvimento do Milénio), sendo o 8º a criação de uma parceria global para o desenvolvimento, que passará por:

- continuar a desenvolver um sistema comercial e financeiro multilateral aberto, baseado em regras, previsível e não discriminatório; e,
- satisfazer as necessidades especiais dos países menos avançados. Inclui o acesso a um regime isento de direitos e não sujeito a quotas para as exportações dos países menos avançados.

Num mundo cada vez mais globalizado e interdependente, a redução das profundas desigualdades entre os países desenvolvidos e em desenvolvimento, entre as populações que auferem condições de bem-estar e as que vivem abaixo do limiar da pobreza, assume-se não só como um imperativo ético e moral, mas também como uma prioridade em termos de segurança. A redução do fosso entre os países desenvolvidos e os países mais pobres tornou-se, assim, o desafio mais importante no quadro da cooperação para o desenvolvimento.

Para Portugal a cooperação constitui também um dos pilares da sua política externa, e um instrumento imprescindível na sua relação com o mundo.

A questão dos sistemas comerciais foi particularmente debatida em Doha, na IV Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em 2001, onde os países representados assumiram compromissos sobretudo ao nível da limitação de tarifas impostas aos Países Menos Avançados (PMA). A preocupação com os países menos desenvolvidos foi sublinhada no mesmo ano, durante a III Conferência das Nações Unidas sobre os Países Menos Avançados, onde foi aprovada a Declaração de Bruxelas, que contém o objectivo explícito de acabar com a marginalização dos PMA na economia global. Portugal, para além de ter estado representado em todas estas reuniões e de aí ter assumido compromissos, participa também nos mecanismos institucionais que asseguram o seguimento e implementação dos mesmos, e pretende contribuir, de forma cada vez mais eficaz, para o processo de decisão a este nível.

mais informação

<http://www.ipad.mne.gov.pt>

http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_goals.asp

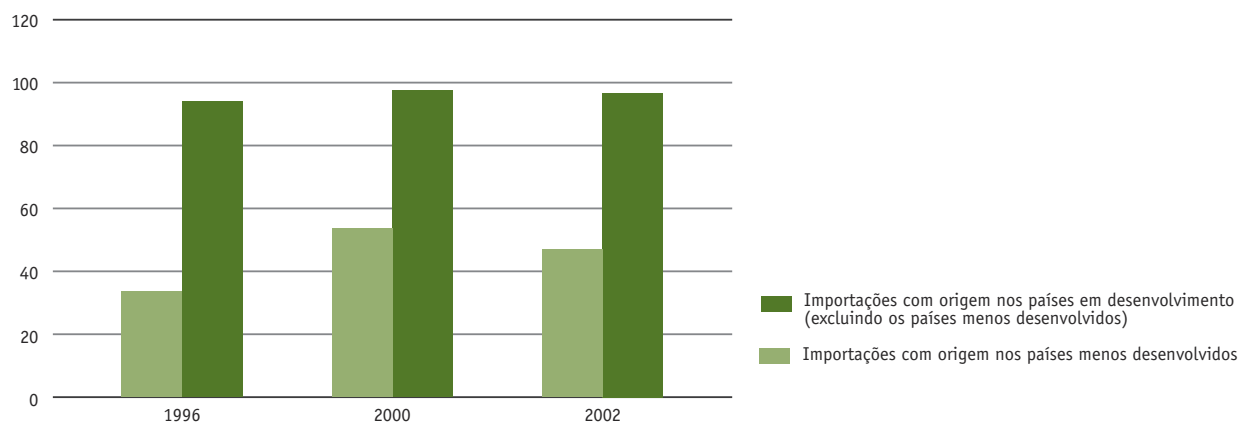
<http://www.un.org/millenniumgoals/>

<http://www.undp.org/mdg/>

representações gráficas

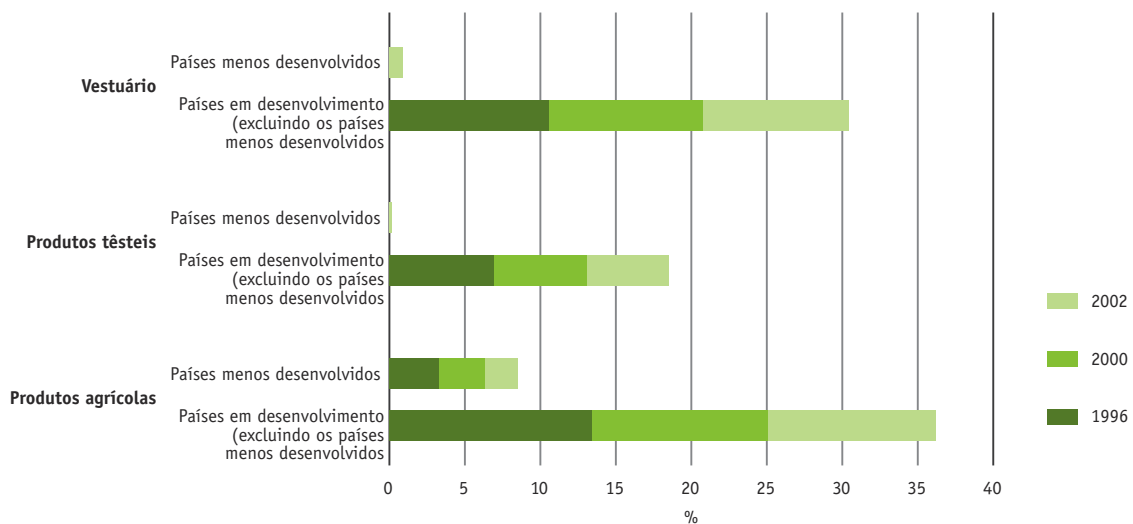
64 a) Proporção total das importações da União Europeia (medidas em valor e excluindo armamento e o petróleo), que entraram sem tarifas

Importações que entraram sem tarifas (%)



Fonte: IPAD, 2007

64 b) Tarifas médias impostas pela União Europeia



Fonte: IPAD, 2007

nome do indicador INCÊNDIOS FLORESTAIS

SIDS regional SIM

indicador-chave NÃO

tema(s)FLORESTA
NATUREZA E BIODIVERSIDADE
RISCOS**tema(s) UE**

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL; SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Hectares; número de ocorrências.

fonte(s)

SGIF-DGRF; ICNB

descrição

Número de fogos e área florestal afectada por incêndios florestais. Destaca-se ainda as áreas ardidas por distrito comparativamente às médias dos anos anteriores, a causalidade associada aos incêndios e os incêndios ocorridos na Rede Nacional de Áreas Protegidas.

documentos de referência

- Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de Agosto);
- Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (RCM n.º 65/2006, de 23 de Março);
- Estratégia Nacional para as Florestas (RCM n.º 114/2006, de 15 de Setembro).

metodologia

Registo do número de fogos e contabilização da respectiva área ardida, por ano.

objectivos e metas

O "Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios" estabelece as seguintes metas:

- reduzir, até 2012, a menos de 150, o número de incêndios activos com duração superior a 24 horas;
- reduzir a área ardida a menos de 100 mil hectares/ano em 2012;
- atingir em 2018 uma área ardida anual inferior a 0,8% da superfície florestal constituída por povoamentos;
- reduzir, até 2018, para menos de 75, o número de incêndios activos com duração superior a 24 horas;
- diminuir, até 2018, para menos de 0,5%, o número de reacendimentos.

análise sumária

Em 2005 ocorreram 35 697 incêndios, o número mais elevado desde 1980, a que correspondeu 338 262 hectares de área ardida. De referir que o ano de 2005 foi marcado por um número de ocorrências e áreas ardidas que seguiu um padrão de certa forma diferente do verificado em anos anteriores (2000 a 2004). A situação de seca generalizada verificada no País terá propiciado a ocorrência de um número elevado de incêndios nos meses de Janeiro a Março, embora não acompanhados de uma área ardida substancial.

Os distritos com valores de área ardida mais expressivos foram os de Coimbra (48 224 hectares), Viseu (39 039 hectares) e Vila Real (35 665 hectares), sendo que o maior número de ocorrências se verificou nos distritos do Porto, Braga e Aveiro. Do exposto resultam duas situações distintas, a correspondente às zonas mais populosas do litoral com um número significativo de ocorrências, mas com pouca área ardida, por contraste com o interior norte e centro, onde ocorrem menos incêndios mas de grandes dimensões.

Relativamente às causas dos incêndios investigados, entre 2000 e 2005, a soma das percentagens relativas ao uso negligente do fogo com as acidentais (35%) foram praticamente idênticas às intencionais (36%). As causas naturais tiveram uma expressão bastante reduzida, não tendo ultrapassado os 2%.

No continente e, em particular, na Rede Nacional de Áreas Protegidas tem-se verificado uma tendência crescente do número de incêndios e de área ardida sendo que a situação mais preocupante ocorreu em 2003, voltando-se em 2005 a registar valores bastante elevados de área ardida.

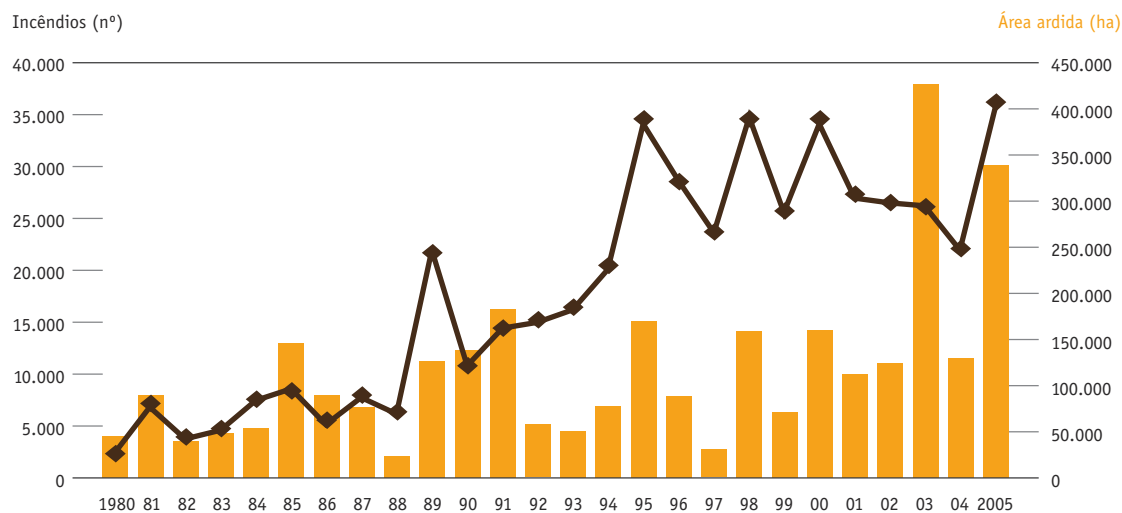
As Áreas Protegidas mais afectadas pelos incêndios foram o Parque Natural da Serra da Estrela com 11 452 hectares (56% da área total ardida na RNAP), o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros com 2 031 hectares (10% da área total Ardida na RNAP) e o Parque Natural de Montesinho com 2 024 hectares (10% da área total ardida na RNAP).

Segundo o "Relatório sobre Incêndios Rurais, na RNAP e RN2000 - 2005", as Áreas Protegidas mais problemáticas em termos de ocorrência e propagação de incêndios rurais têm algumas características em comum: Áreas Protegidas de grande dimensão com ocupação florestal e de matos ou pastagens pobres, zonas onde se tem verificado fenómenos de migração da população humana, com o conseqüente abandono das propriedades e de práticas tradicionais de uso da terra que evitavam acumulação de biomassa combustível em grandes áreas contínuas.

mais informação

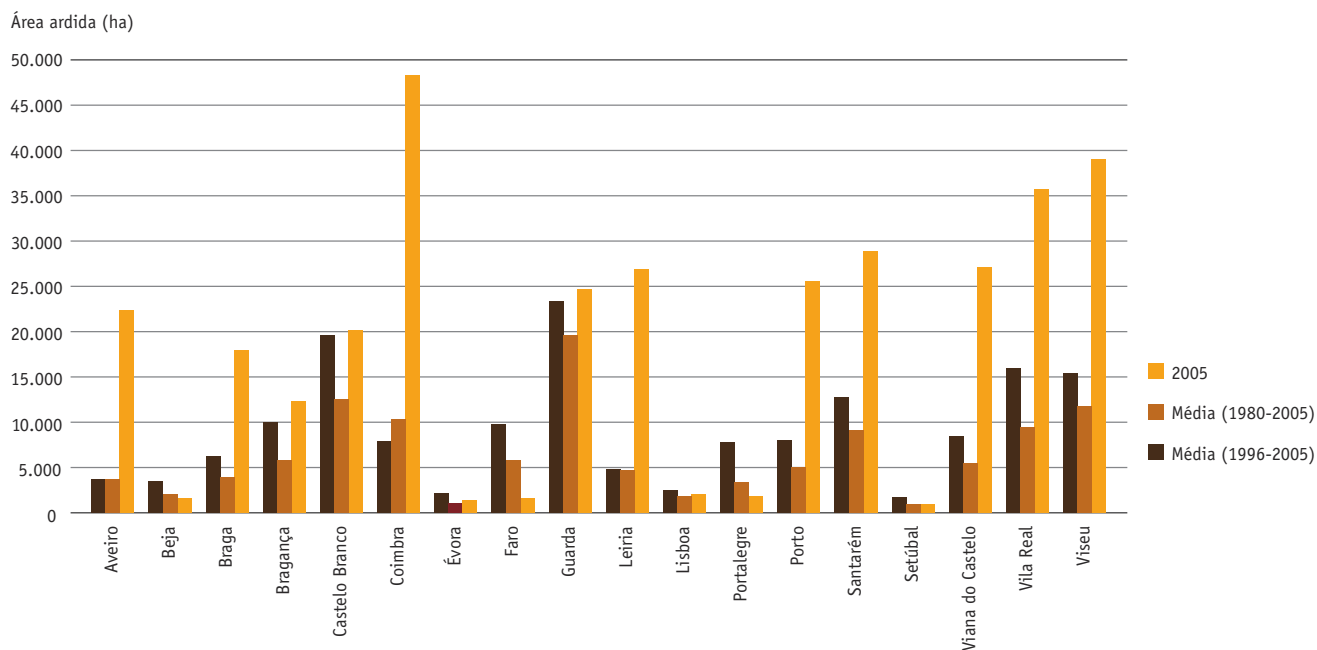
<http://www.dgrf.min-agricultura.pt/>
<http://portal.icnb.pt/>
<http://www.mai.gov.pt/>
<http://www.snbpc.pt/>
<http://effis.jrc.it/wmi/viewer.html>

65 a) Incêndios florestais em Portugal continental



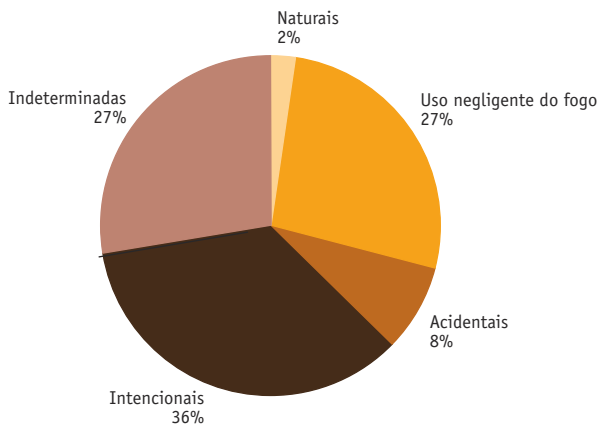
Fonte: DGRF, 2006

65 b) Área ardida total, por distrito



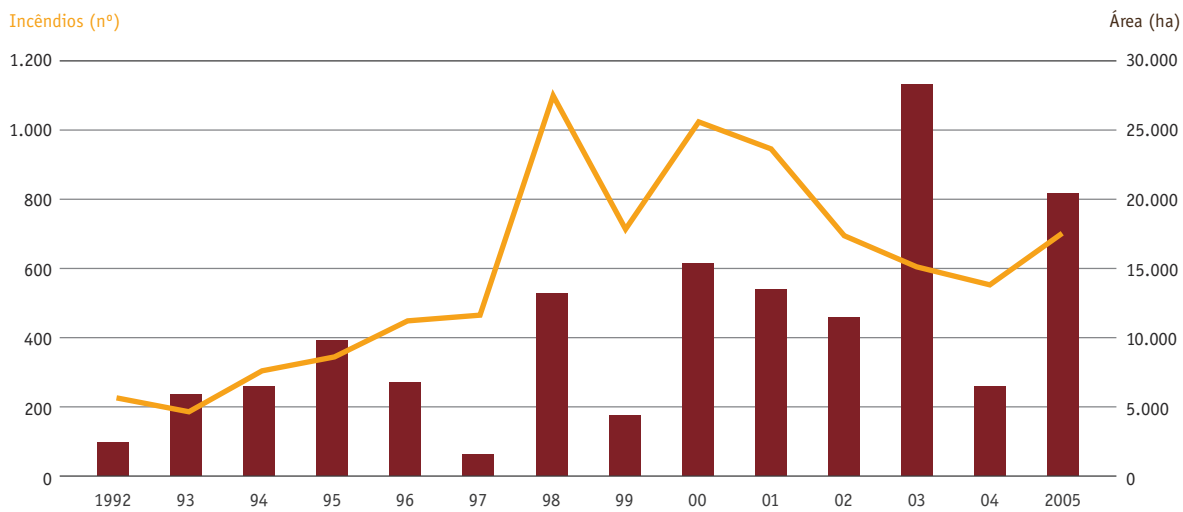
Fonte: DGRF, 2006

65 c) Causas dos incêndios florestais ocorridos entre 2000 e 2005



Fonte: DGRF, 2006

65 d) Incêndios na Rede Nacional de Áreas Protegidas e outras áreas sob gestão do ICN



Fonte: ICN, 2006

nome do indicador ÍNDICE DE AVES COMUNS

SIDS regional NÃO

indicador-chave SIM

tema(s)

NATUREZA E BIODIVERSIDADE

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Adimensional: Índice.

fonte(s)

SPEA, Eurostat

descrição

Mede a tendência da abundância e distribuição de um conjunto seleccionado de espécies de aves comuns, incluindo aves que dependem, para alimentação e fazer ninho, de áreas agrícolas, florestais ou outras.

documentos de referência

- Censo de Aves Comuns em Portugal. Dados Preliminares de 2004 e 2005 (SPEA, 2006).

metodologia

O Censo de Aves Comuns (CAC) funciona numa base de participação voluntária de colaboradores de campo, ficando cada observador responsável por uma ou duas quadrículas UTM de 10x10km onde se pretende que assegure anualmente a realização de censos de aves de forma a permitir uma monitorização continuada das aves e seus habitats.

No primeiro ano em que cada quadrícula é monitorizada, antes de se realizarem censos de aves, deve ser feita uma visita inicial dedicada apenas ao reconhecimento da área e à selecção dos 20 pontos de escuta, que devem ficar distribuídos pelos diferentes habitats da quadrícula e estar distanciados pelo menos 1km entre si. Nesta visita à quadrícula é feito um primeiro registo relativamente detalhado do habitat de cada ponto. Cada quadrícula deve ser visitada duas vezes por ano para realização de censos de aves. A primeira em Abril e a segunda em Maio, devendo assegurar-se um intervalo mínimo de 30 dias entre ambas. A duração dos censos é de 5 minutos em cada ponto e cada visita sequencial aos 20 pontos tem de ser feita num só dia, mais concretamente entre o amanhecer e as 4 horas seguintes (devendo terminar aproximadamente às 11h em Abril e às 10h30 em Maio). De ano para ano os censos nas quadrículas devem ser feitos sempre nos mesmos pontos e respeitar a ordem definida inicialmente, sendo registadas todas as alterações que sejam detectadas no habitat.

Os índices nacionais ou internacionais são calculados independentemente para cada espécie e são ponderados de igual modo quando combinados no índice agregado, utilizando à média geométrica. Ao nível da UE recorre-se a factores de ponderação dependentes da população para cada espécie e país, utilizando software específico, TRIM.

objectivos e metas

Aumentar até 2015 o valor do índice geral e dos componentes por tipo de habitat relativamente ao valor de referência de 2004, e parar o declínio da biodiversidade até 2010 (meta UE e Convenção sobre Biodiversidade).

análise sumária

As populações de aves são um bom indicador global da sustentabilidade ambiental por ocorrerem em muitos habitats e serem sensíveis às alterações do ambiente e dos ecossistemas - são móveis, têm tempos de resposta mais lentos e em escalas espaciais mais amplas que os de organismos de menores dimensões. Podem, por isso, ser um bom instrumento para medir a evolução da perda de biodiversidade ao nível nacional, regional e global, e aferir a distância em relação à meta europeia de parar essa perda em

2010 ou à meta internacional de reduzir a taxa dessa perda até esse mesmo ano.

O CAC foi lançado pela Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves (SPEA), em 2004, e é um programa de monitorização de aves comuns nidificantes e seus habitats que pretende: (i) analisar, ao longo dos anos, as tendências populacionais de longo prazo das espécies de aves mais comuns, como indicadores do estado geral da biodiversidade; (ii) contribuir para aumentar o conhecimento de aspectos ecológicos das aves nidificantes, nomeadamente os factores que explicam as flutuações populacionais de algumas espécies; (iii) suportar medidas com vista à conservação de espécies que apresentem tendências mais negativas e que sejam consideradas potencialmente mais ameaçadas. Identificando as espécies cujas populações estejam a ser mais afectadas e, por outro lado, as tendências globais das populações de aves de meios agrícolas e florestais, permitirá retirar algumas conclusões sobre a saúde e a sustentabilidade do ambiente português em geral. Este Censo fornece o Indicador de Aves Comuns - ou seja, aquelas que não estão globalmente ameaçadas -, que será incluído nas políticas nacionais de desenvolvimento sustentável e de desenvolvimento rural. Este projecto não se restringe ao contexto nacional, pois está integrado num esquema pan-europeu de monitorização de aves comuns (PECBMS), coordenado pela Birdlife International e pelo European Bird Census Council (EBCC). Os dados do CAC contribuem ainda para o indicador de aves da UE.

Os dados preliminares do CAC referente aos anos 2004 e 2005 foram divulgados pela SPEA em 2006. Apesar de ainda ser cedo para se tirarem conclusões sobre tendências populacionais, o que requererá mais anos de amostragem, podem já ter-se os primeiros resultados sobre escalas de abundância de aves comuns em Portugal e uma ideia do tipo de resultados que se podem esperar no futuro. A espécie detectada em maior abundância durante o CAC foi o pardal-comum *Passer domesticus*; o número total de aves desta espécie contabilizadas ultrapassou as 10 000, sendo por isso mais do dobro do total registado para qualquer outra espécie. O pombo-doméstico *Columba livia*, outra espécie estreitamente ligada a presença humana, também se encontra entre as espécies mais abundantes. Entre as mais abundantes encontram-se ainda cinco espécies de granívoros, duas espécies de andorinhas e o ubíquo melro-preto *Turdus merula*.

Tendo o Inverno 2004/05 sido bastante seco e frio, como seria de esperar foram detectadas diminuições significativas em algumas espécies que se julga serem muito sensíveis ao frio, como acontece com a fuinha-dos-juncos *Cisticola juncidis* e a carriça; a toutinegra-de-cabeça-preta *Sylvia melanocephala* também parece ter regredido. As quadrículas mais ricas correspondem às zonas de influência mediterrânica: o interior norte e centro, e a região a sul do Tejo.

O indicador pan-europeu de aves comuns reflecte a dimensão das populações de aves comuns em 18 países da Europa, igualmente baseado em amostragens levadas a cabo por voluntários. Mostra que, nas últimas duas décadas, as populações de aves de meios agrícolas sofreram um declínio acentuado e que as populações de aves de meios florestais também sofreram uma redução, mas moderada, enquanto as espécies de aves comuns generalistas aumentaram. A alteração de métodos agrícolas, em particular o aumento da especialização e da intensificação, podem justificar o ocorrido às espécies de aves de meios agrícolas, sendo menos

bem conhecidas as razões para o ocorrido com as restantes espécies - o aumento das espécies generalistas não significa necessariamente uma evolução positiva, uma vez que esta pode ter acontecido à custa de outras espécies e habitats.

mais informação

http://www.spea.pt/index.php?op=censo_aves
<http://www.spea.pt/pdfs/RelatorioCAC2004-05.pdf>
http://biodiversity-chm.eea.europa.eu/information/indicator/F1090245995/fo1322248/EG1_-_PECBI_-_SEBI_format_final_31Jan.doc
<http://ec.europa.eu/environment/nature/home.htm>
http://www.birdlife.org/action/science/indicators/common_birds.html
<http://www.ebcc.info/index.php>

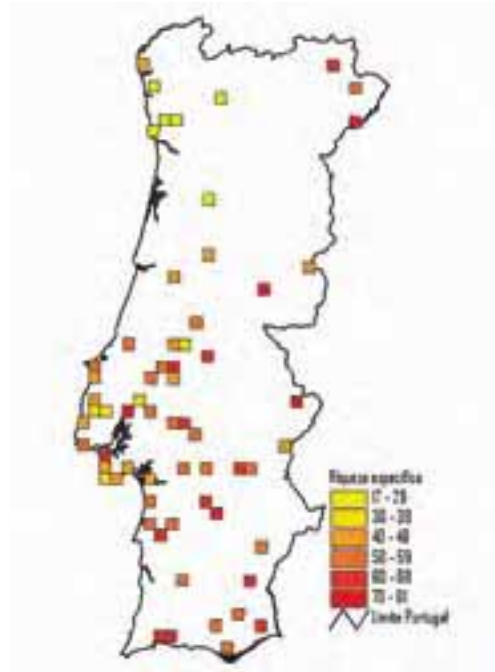
representações gráficas

66 a) Número de registos obtidos no âmbito do CAC nos anos de 2004 e 2005

	2004	2005
Número de aves detectadas	42.154	42.450
Número de registos	17.212	17.269
Número de pontos de contagem	2.150	2.197
Número de visitas efectuadas	107	112
Número de quadrículas visitadas	55	58

Fonte: SPEA, 2006

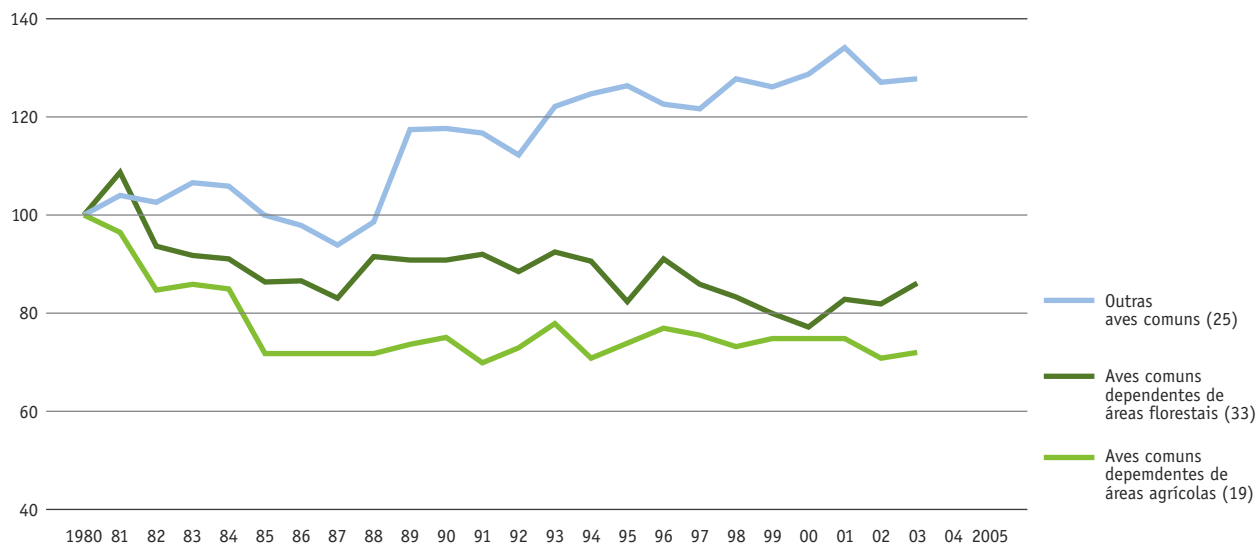
66 b) Riqueza específica nas quadrículas amostradas no Censo de Aves Comuns 2004 e 2005



Fonte: SPEA, 2006

66 c) Indicador pan-europeu de aves comuns

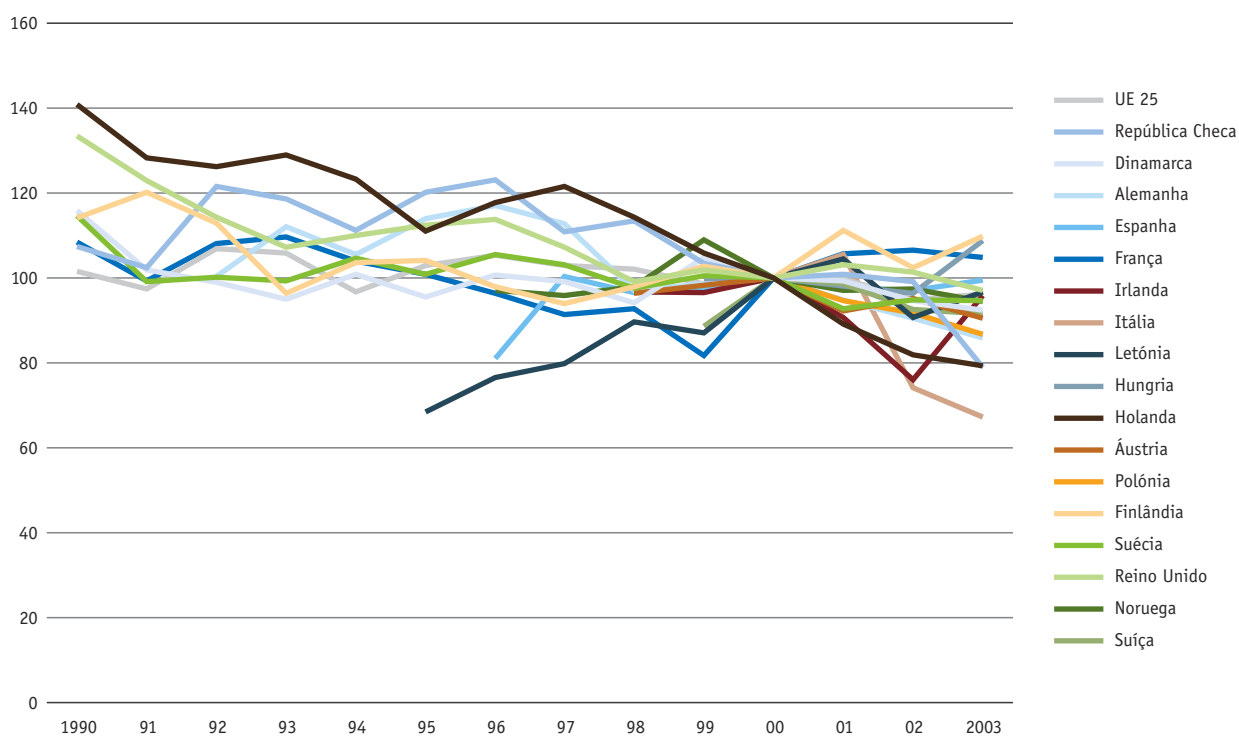
Índice de População (1980=100)



Fonte: Birdlife, 2007

66 d) População de aves dependentes de áreas agrícolas

Índice (2000=100)



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

GOVERNANÇA

tema(s) UE

BOA GOVERNANÇA

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

INSTITUCIONAL

objectivos da ENDS 2015

1º, 2º, 3º, 4º, 5º, 6º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Adimensional.

fonte(s)

ONU-PNUD

descrição

Índice composto que mede o progresso médio em três dimensões básicas do desenvolvimento humano – uma vida longa e saudável, conhecimento e um nível de vida digno.

O índice varia entre 0 e 1, sendo os países classificados do seguinte modo:

- entre 0 e 0,499: IDH baixo;
- entre 0,500 e 0,799: IDH médio;
- entre 0,800 e 1: IDH alto.

documentos de referência

- Human Development Report 2006 (ONU_PNUA, 2006).

objectivos e metas

A ENDS 2015 estabelece como objectivo colocar Portugal, em 2015, entre os primeiros quinze países do Índice de Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento).

metodologia

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mede os progressos registados, em média, num determinado país, em três dimensões básicas do desenvolvimento humano:

- uma vida longa e saudável, medida através da esperança de vida à nascença;
- nível de conhecimentos, medido através da taxa de alfabetização de adultos (com ponderação de dois terços) e da taxa de escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior (com ponderação de um terço);
- um nível de vida digno, medido através do PIB per capita (PPC em USD).

Antes de se chegar ao IDH, é necessário criar um índice para cada uma destas três dimensões. Para o cálculo destes índices - índices de esperança de vida, de grau de instrução e de PIB - são seleccionados valores mínimos e máximos (balizas) para cada indicador primário. O desempenho em cada dimensão é expresso em termos de valor entre 0 e 1, utilizando a seguinte fórmula geral:

Índice de dimensão = (valor efectivo – valor mínimo) / (valor máximo – valor mínimo)

O IDH é, então, calculado como uma média simples dos vários índices de dimensão. O índice da esperança de vida mede os progressos relativos de um país em termos de esperança de vida à nascença. O índice do grau de instrução mede os progressos relativos de um país tanto na alfabetização de adultos como na escolarização bruta combinada do primário, secundário e superior. Primeiro, são calculados os índices da alfabetização de adultos e da escolarização bruta combinada. Posteriormente, estes dois índices são combinados para se obter o índice do grau de instrução, sendo atribuída uma ponderação de dois terços à alfabetização de adultos e de um terço à escolarização combinada:

Índice do grau de instrução = $2/3$ (índice de alfabetização de adultos) + $1/3$ (índice de escolarização bruta)

O índice do PIB é calculado com base no PIB per capita ajustado (PPC em USD). No IDH, o rendimento entra como substituto de todas as dimensões do desenvolvimento humano não reflectidas numa vida longa e saudável e no nível de conhecimentos. O rendimento é ajustado porque, para atingir um nível elevado de desenvolvimento humano, não é necessário um rendimento ilimitado. Sendo assim, utiliza-se o logaritmo do rendimento.

Uma vez calculados os índices de dimensão, o IDH corresponde à média simples dos três índices de dimensão:

IDH = $1/3$ (Índice da esperança de vida) + $1/3$ (índice do grau de instrução) + $1/3$ (índice do PIB)

análise sumária

De acordo com o último Relatório de Desenvolvimento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Portugal situou-se na 28ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), num total de 177 países, tendo descido uma posição em relação a 2005. Apesar de ter descido na classificação, Portugal manteve o mesmo valor obtido em 2005, pelo que o recuo português ficou sobretudo a dever-se ao melhor desempenho dos outros países. A Noruega encontra-se no topo da lista do IDH, que termina com a Nigéria. Os países de baixo desenvolvimento humano são principalmente países da África subsariana. No conjunto de países da UE-25, Portugal situou-se em 17º lugar.

mais informação

<http://www.undp.org/>

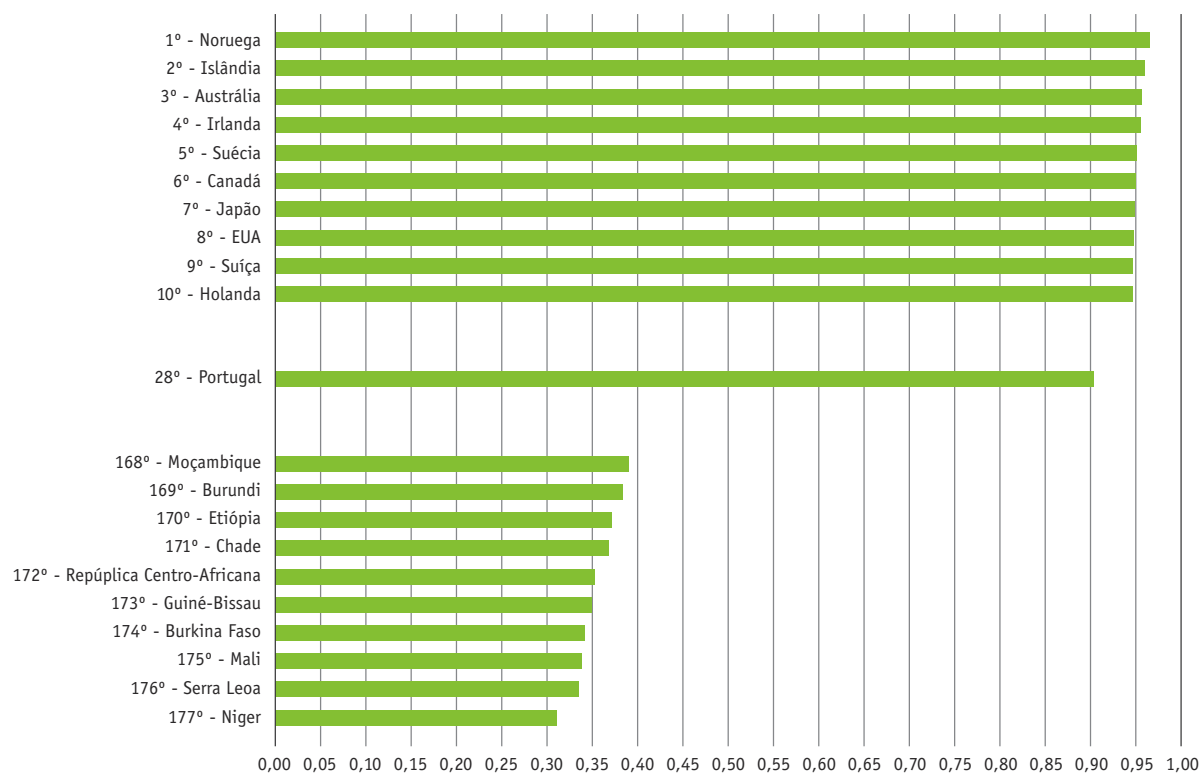
<http://www.ipad.mne.gov.pt>

http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_goals.asp

<http://www.un.org/millenniumgoals/>

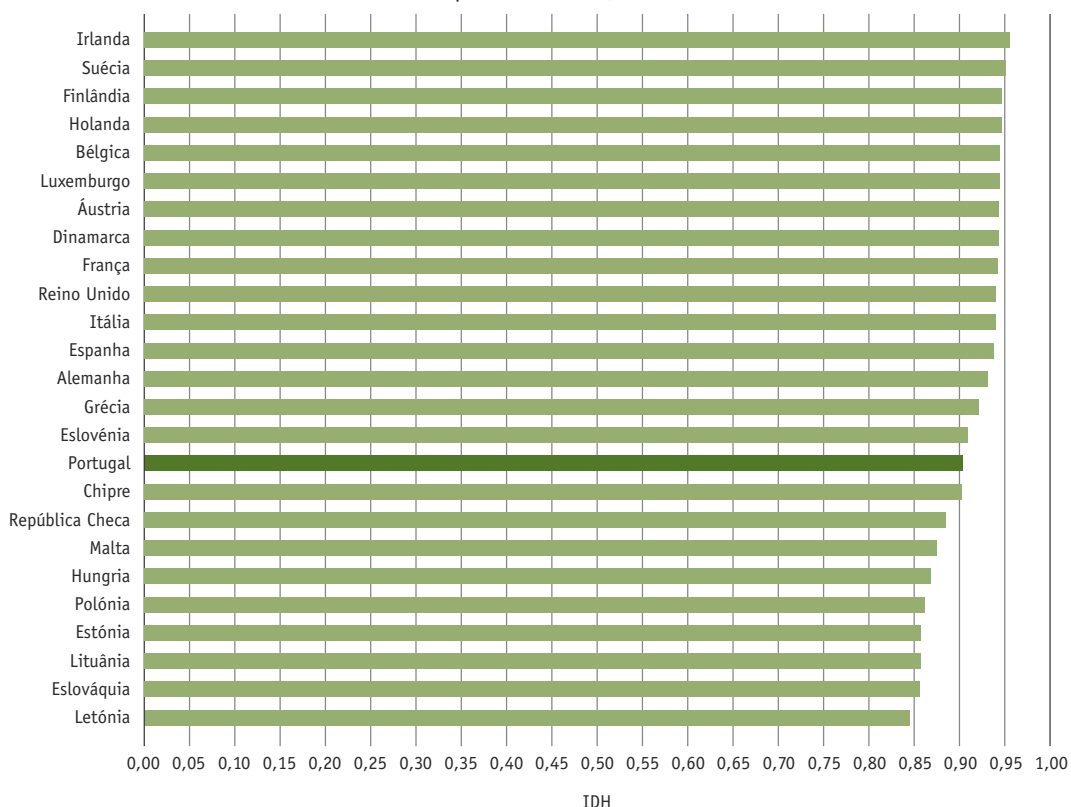
representações gráficas

67 a) Posição de Portugal no ranking do Índice de Desenvolvimento Humano, em 2006



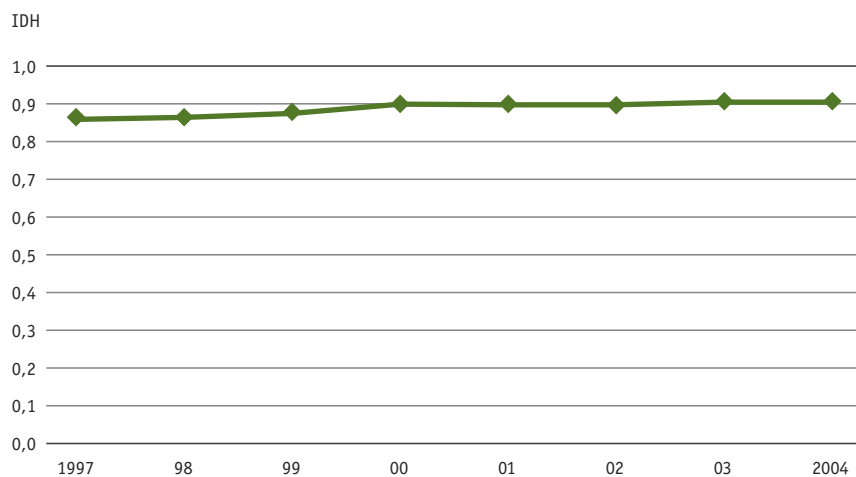
Nota: Os dados são relativos a 2004.
Fonte: ONU-PNUD, 2006

67 b) Índice de Desenvolvimento Humano nos países da UE-25, em 2006



Nota: Os dados são relativos a 2004.
 Fonte: ONU-PNUD, 2006

67 c) Evolução do Índice de Desenvolvimento Humano em Portugal



Fonte: ONU-PNUD, 2006

nome do indicador INTENSIDADE ENERGÉTICA E CARBÓNICA DA ECONOMIA

SIDS regional NÃO

indicador-chave SIM

tema(s)AR E CLIMA
ECONOMIA
ENERGIA**tema(s) UE**

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentávelAMBIENTAL
ECONÓMICA**objectivos da ENDS 2015**

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medidaAdimensional: Índice.
Toneladas equivalente de petróleo (tep) por 10⁶ Euro;
Toneladas de CO₂ eq. por PIB (milhares PPC).**fonte(s)**

APA; DGEG; INE; Eurostat

descrição

Consumo de energia e emissões de dióxido de carbono por unidade de produção ou por habitante.

documentos de referência

- Estratégia Nacional para a Energia (RCM n.º 169/2005, de 24 de Outubro);
- Programa de actuação para reduzir a dependência de Portugal face ao petróleo (RCM n.º 171/2004, de 29 de Novembro);
- Annual European Community Greenhouse Gas Inventory 1990-2004 and Inventory Report 2006 - Submission to the UNFCCC Secretariat (EEA, 2006).

metodologia

Este indicador contrasta as evoluções dos indicadores de intensidade energética e carbónica, representados através de um índice e não dos seus valores absolutos.

As intensidades carbónica e energética são calculadas por unidade de PIB, sendo expressas pelo rácio entre o total de emissões de GEE a nível nacional ou o consumo de energia primária ou final e o PIB.

Confrontar com a metodologia dos indicadores produção e consumo de energia; emissão de gases com efeito de estufa (GEE); Produto Interno Bruto (PIB).

Definições:

Intensidade Carbónica - Emissões de GEE (CO₂ eq.) / PIB.

Intensidade Energética - Consumo de energia primária ou final / PIB.

objectivos e metas

O "Programa de Actuação para Reduzir a Dependência de Portugal face ao Petróleo" (Resolução do Conselho de Ministros n.º 171/2004, de 29 Novembro) estabelece como objectivo diminuir a intensidade energética e a redução efectiva da dependência do petróleo em cerca de 20%, até 2010.

análise sumária

Portugal ainda não conseguiu atingir o objectivo de dissociar a geração de riqueza dos impactes negativos no ambiente - decoupling -, que se manifesta na redução de um ou ambos os indicadores.

No entanto, no período de 1990 a 2004, a intensidade energética e a intensidade carbónica da economia em Portugal - expressas em consumo de energia primária e emissões de gases com efeito de estufa (GEE) por unidade de PIB - manifestaram oscilações pouco acentuadas, o que traduz uma relativa manutenção dos níveis de eficiência energética e carbónica da economia portuguesa.

Verificou-se uma estabilização da produção de riqueza entre 2002 e 2004, bem como do consumo de energia primária e das emissões de GEE.

Para uma evolução positiva dos indicadores intensidade energética e intensidade carbónica serão decisivas a promoção da eficiência energética e tecnológica, a generalização do recurso ao gás natural e às energias renováveis, a melhoria da qualidade dos combustíveis fósseis com a

redução progressiva do teor de enxofre da gasolina e do gasóleo. Em relação a este último factor têm particular relevo os projectos levados a cabo com incentivos financeiros do Quadro Comunitário de Apoio, em concreto do MAPE - Medida de Apoio ao Aproveitamento do Potencial Energético e Racionalização de Consumos -, interligados com o PRIME - Programas de Incentivo para a Modernização das Actividades Económicas. Serão igualmente necessárias alterações estruturais na economia nacional, designadamente na estrutura produtiva, em direcção a actividades industriais mais desmaterializadas e de maior valor acrescentado, e actividades de serviços de conhecimento intensivo.

Comparando Portugal com a média dos países da UE-25, na última década verificou-se uma tendência de convergência no que respeita à redução das emissões de GEE por unidade de PIB, não se passando o mesmo com o consumo de energia por unidade de PIB. Da análise da intensidade energética nos países da UE em 2004, verifica-se que Portugal foi um dos países da UE-15 com pior desempenho, encontrando-se acima da média da UE-25.

mais informação

<http://www.apambiente.pt>

<http://www.dgge.pt/>

<http://www.portugal.gov.pt/>

<http://www.ine.pt/>

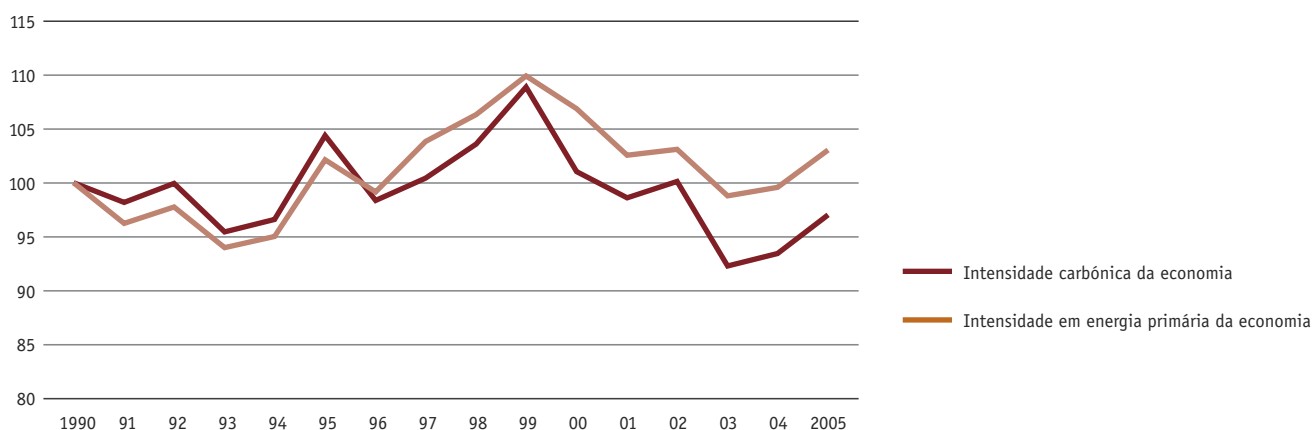
http://ec.europa.eu/energy/index_pt.html

http://ec.europa.eu/environment/climat/home_en.htm

representações gráficas

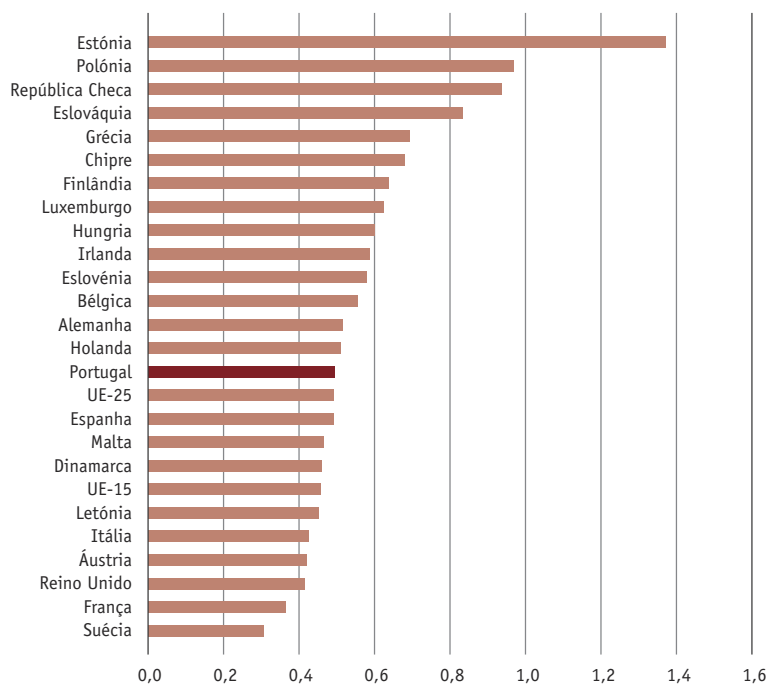
68 a) Intensidades carbónica e energética da economia portuguesa

Índice (1990=100)



Fonte: IA, 2006; DGGE, 2006; INE, 2006

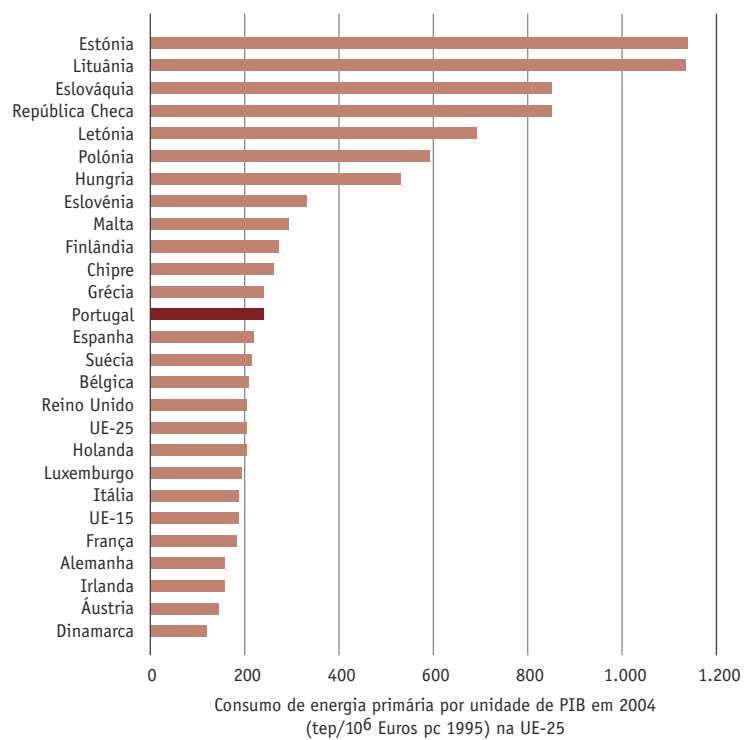
68 b) Intensidade carbónica na UE-25, em 2004



Intensidade carbónica (emissões de GEE por unidade de PIB), na UE-25, em 2004
(t CO₂ equivalente por milhares de PPC)

Fonte: AEA, 2005; Eurostat, 2005

68 c) Intensidade energética da economia na UE-25, em 2004



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador INTENSIDADE TURÍSTICA

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

TURISMO

tema(s) UE

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL; MENSAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

5º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Adimensional: Índice.

fonte(s)

Turismo de Portugal, INE

descrição

Avalia a relação entre a quantidade de turistas e a população residente num determinado território, indicando a dimensão dos potenciais impactes resultantes.

documentos de referência

- Plano Estratégico Nacional de Turismo 2006-2015 (MEI, 2006).

metodologia

Metodologia da Direcção Geral do Turismo:

Razão entre o número de dormidas nos meios de alojamento recenseados ao longo do período de tempo em análise e a população residente multiplicada pelo n.º de dias em causa, multiplicado por 100. O turismo pode considerar-se pouco sustentável quando a intensidade turística em determinada região ultrapassa os 50%.

Metodologia da União Europeia no documento Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development, DGXI-EC, 1993:

Razão entre o número de dormidas (em milhares) nos estabelecimentos hoteleiros e similares (incluindo parques de campismo, colónias de férias, pousadas de juventude), ao longo do ano de referência e o número de residentes (em centenas). É calculado a partir dos dados disponíveis por Concelho, sendo posteriormente agregado em dois sub-indicadores: i) intensidade turística por região (NUTSII) e ii) intensidade turística no litoral. Este último sub-indicador determina-se a partir dos dados de dormidas e população residente nos Concelhos do território nacional que possuem faixa litoral. De acordo com a metodologia proposta pela Comissão Europeia, esta razão reflecte:

- turismo sustentável: Intensidade turística < 1,1
- turismo pouco sustentável: 1,1 <= Intensidade turística <= 1,5
- turismo insustentável: Intensidade turística > 1,5

Quando se verifica um acréscimo do número de visitantes superior a 50% em relação à população residente, começam a surgir problemas ambientais, nomeadamente com a necessidade de adequação da capacidade das infra-estruturas de saneamento: abastecimento de água e tratamento de águas residuais, recolha e deposição de resíduos sólidos.

Estes valores deverão ser sujeitos a validação para a especificidade das zonas turísticas portuguesas.

objectivos e metas

O Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT) visa transformar Portugal num dos destinos de maior crescimento da Europa, através de um desenvolvimento alicerçado na qualificação e competitividade da oferta, na excelência ambiental e urbanística, na formação dos recursos humanos e na dinâmica e modernização empresarial. Pretende mobilizar entidades públicas e privadas e fazer convergir sinergias, de forma articulada, para promover o desenvolvimento sustentável do turismo português. Entre os cinco eixos de intervenção - (i) Território, destinos e produtos; (ii) Marcas e mercados; (iii) Qualificação de recursos; (iv) Distribuição e comercialização; (v) Inovação e conhecimento - destacam-

-se o Eixo I (potenciar as valências de todo o país desenvolvendo novos pólos de atracção turística, entre os quais o Turismo de Natureza, o Turismo Náutico e de Sol & Mar) e o Eixo III - qualificar serviços e destinos mediante a sua certificação e a aposta em recursos humanos qualificados e na desburocratização e simplificação dos processos.

Poderão vir a ser definidas metas diversificadas tendo como base as especificidades nacional e regionais.

análise sumária

O turismo é uma actividade de importância estratégica, com particular significado em Portugal, não apenas de uma perspectiva económica, mas também social e ambiental. No entanto, o turismo também pode ser uma actividade geradora de desequilíbrios económicos, sociais e ambientais que, a longo prazo, podem comprometer o seu potencial de geração de bem-estar e de desenvolvimento sustentável.

A indústria turística tem a particularidade de o seu produto básico ser o "atractivo turístico", integrado por um conjunto de elementos nos quais a percepção da natureza, a sua variedade de ambientes e paisagens e a sua biodiversidade desempenham um papel essencial na qualidade e adequação do produto que os utilizadores - os turistas - procuram. Por este motivo, turismo e ambiente não devem ser elementos antagónicos.

No triénio 2002-2004 a variação anual da intensidade turística tem sido diferente de região para região, registando-se um ligeiro acréscimo na região de Lisboa e na Região Autónoma dos Açores, contrariamente ao acontecido no Algarve. No cômputo global e para este período de tempo, o índice intensidade turística apresenta um ligeiro decréscimo no país.

Deve ainda ser analisada a sazonalidade da intensidade da actividade turística, cujo comportamento ao longo do ano é substancialmente diferente de região para região.

Em Portugal existem dois "picos" de actividade turística, nomeadamente na altura da Páscoa e sobretudo nos meses de Verão, sendo o valor máximo atingido no mês de Agosto. Nestes períodos, os turistas concentram-se preferencialmente nas zonas litorais, principalmente da Costa Algarvia, uma vez que o turismo nacional se encontra excessivamente dependente do mercado associado ao "sol e praia".

A sazonalidade tem sido considerada como o grande problema da actividade turística, uma vez que provoca grandes desequilíbrios, não só em termos económicos, mas também ambientais, devido às elevadas pressões sobre os sistemas de saneamento (abastecimento de água e tratamento de águas residuais; recolha, tratamento e destino final para volumes acrescidos de resíduos produzidos), ao consumo de energia e à poluição e stress derivado do congestionamento automóvel. Estes e outros impactes ambientais devem ser tidos em conta no planeamento deste importante sector de actividade económica e, tendo presente o seu diferente significado a nível local e regional, estar sujeito a uma gestão territorial estratégica.

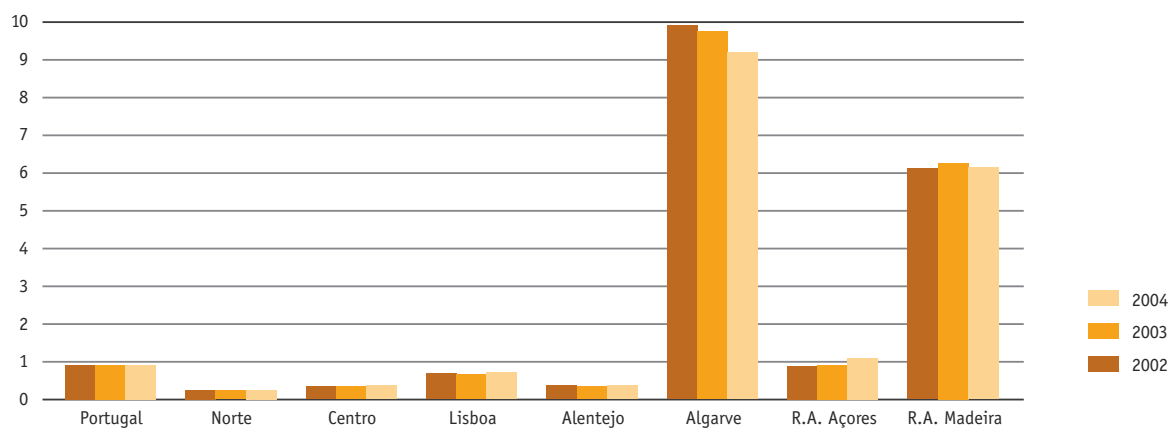
mais informação

<http://www.ine.pt>
<http://www.turismodeportugal.pt>
<http://ec.europa.eu/environment/env-act5/chapt1-5.htm>
http://themes.eea.europa.eu/Sectors_and_activities/tourism
http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.html

representações gráficas

69 a) Intensidade turística

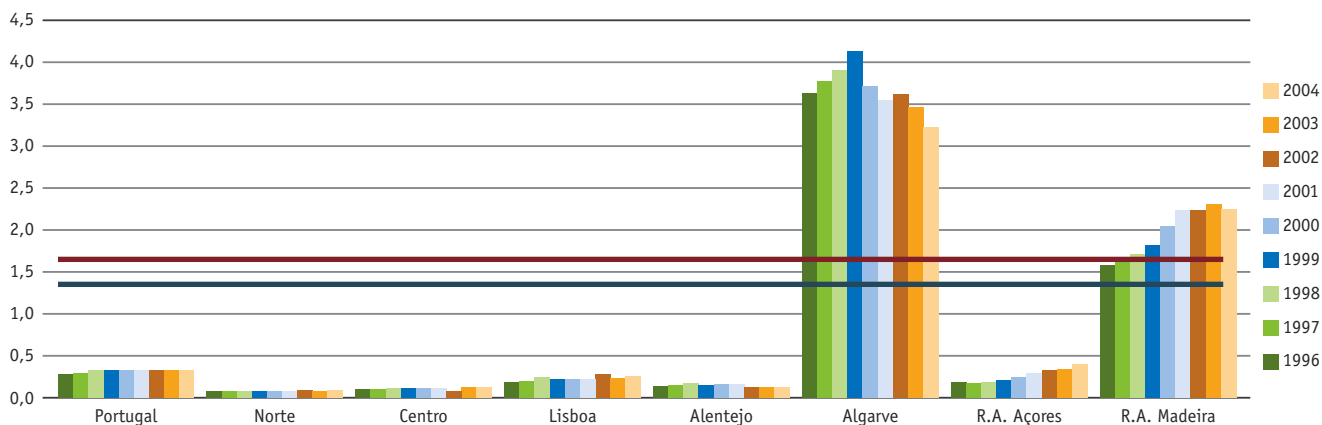
Intensidade turística (índice)



Fonte: DGT, 2007

69 b) Sustentabilidade da intensidade turística

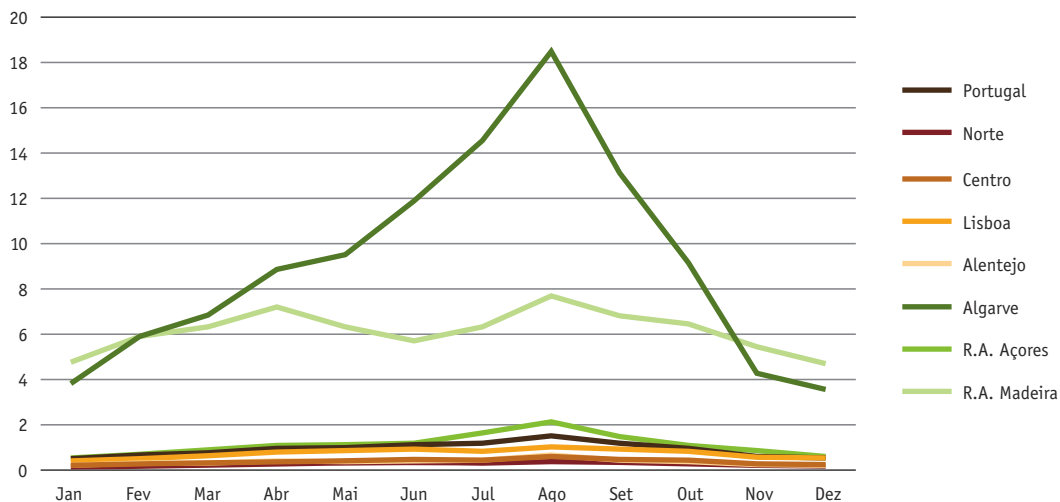
Intensidade turística (índice)



Nota: metodologia Environment and Tourism in the Context of Sustainable Development, DGXI-EC, 1993
Fonte: INE, 2005

69 c) Sazonalidade da intensidade turística em 2004

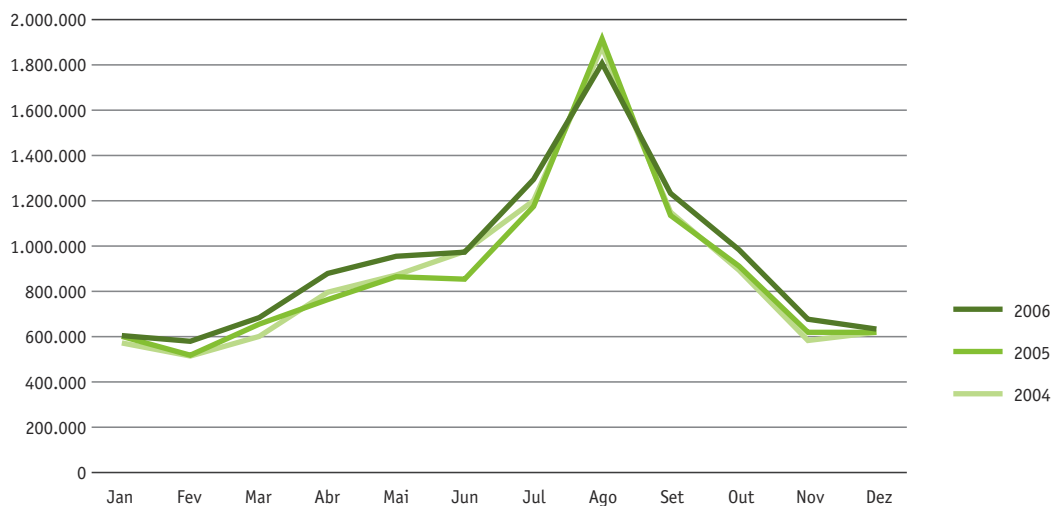
Intensidade turística (índice)



Fonte: DGT, 2007

69 d) Entradas de turistas não residentes pela fronteira rodoviária e aérea

Turistas não residentes (n.º)



Fonte: INE, 2007

nome do indicador INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM PORTUGAL - IDE DE PORTUGAL NO ESTRANGEIRO - IDPE

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ACTIVIDADE / FORÇA MOTRIZ

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Euro; Percentagem do PIB.

fonte(s)

GEE; BP; DPP

descrição

Volume de investimento directo em Portugal proveniente do exterior.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

Contabilização do valor bruto do Investimento Directo Estrangeiro (IDE) em Portugal, medido pelo Gabinete de Estratégia e Estudos (GEE) do Ministério da Economia e da Inovação e o Banco de Portugal, expresso em milhares de euros. Consideram-se apenas os investimentos de capital (aquisição de empresas, aumentos de capital e compra de participações) e os lucros reinvestidos, expurgados de valores considerados anormais.

Definições:

Investimento Directo de Portugal - O investimento directo decompõe-se em activos (investimento de Portugal no exterior - IDPE) e passivos (investimento do exterior em Portugal - IDE). Os activos e passivos constituídos sob a forma de investimento directo devem ser valorizados a preços de mercado (i.e. preços correntes), assegurando-se, assim, a comparabilidade entre os fluxos e os stocks de diferentes empresas e países e garantindo-se, simultaneamente, a consistência inter-temporal das séries estatísticas.

Como entidades receptoras de investimento directo do exterior em Portugal, IDE, consideram-se todas as empresas residentes participadas por capital estrangeiro. No caso das sociedades por acções, é indicador da existência de uma relação de investimento directo, a participação detida a título individual por uma pessoa singular ou colectiva não residente de, pelo menos, 10% do respectivo capital social. Esta indicação não exclui a possibilidade de existência de relações de investimento directo em casos em que a participação no capital da empresa de investimento directo seja inferior a 10%. Englobam-se também neste conceito os actos e contratos realizados por pessoas singulares e colectivas não residentes que tenham por objecto ou efeito a criação, manutenção ou reforço de laços económicos estáveis e duradouros, relativamente a uma empresa constituída em Portugal.

O investimento directo de Portugal no exterior, IDPE, tem por objectivo a obtenção de laços económicos estáveis e duradouros dos quais resulte, directa ou indirectamente, a existência de efectivo poder de decisão por parte do investidor directo numa empresa a constituir ou já constituída no exterior. Considera-se como indicador da existência de uma relação de investimento directo no exterior a detenção, por parte de cada investidor directo residente de, pelo menos, 10% do capital social da empresa de investimento directo não residente. Esta indicação não exclui a possibilidade de existência de relações de investimento directo em casos em que a participação no capital da empresa de investimento directo seja inferior a 10%. Ou seja, no âmbito das operações de investimento directo do exterior em Portugal - ou de Portugal no exterior - devem também ser identificados os fluxos de criação de disponibilidades sobre os investidores directos não residentes. Este tipo de fluxo, que exhibe uma relação cruzada de investimento, pode acontecer ao nível dos capitais

próprios (participações da empresa de investimento no capital da empresa investidora, as denominadas participações cruzadas) ou das outras formas de capital (de que os empréstimos reversos - concessão de empréstimos pela empresa de investimento ao investidor directo - são um exemplo). (Fonte: Banco de Portugal)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas. Pretende-se, contudo, aumentar a captação selectiva de IDE (Barómetro da Produtividade - Ministério da Economia).

análise sumária

A capacidade de captação de IDE reflecte a competitividade da economia, constituindo um instrumento essencial no processo de globalização económica.

A entrada de empresas internacionais de qualidade tecnologicamente avançada, em segmentos produtivos de elevado valor acrescentado e com capacidade de subcontratação de empresas locais, permite estimular a economia, contribuindo para a difusão tecnológica e o aumento da produtividade.

Os efeitos indirectos do IDE são fundamentais para que Portugal retome o processo de convergência real com os seus parceiros da União Europeia. Por outro, o investimento directo de Portugal no exterior, IDPE, traduz a dinâmica de internacionalização das empresas portuguesas no exterior. No período compreendido entre 1996-2001, assistiu-se a um processo de forte internacionalização das empresas portuguesas (tmac do IDPE próxima de 70%). Todavia, a participação das empresas portuguesas no processo de globalização económica e financeira mundial não tem evoluído de uma forma consistente, na medida em que no período subsequente, 2001-2006, se registou uma inversão de tendência no IDPE (tmac -16%).

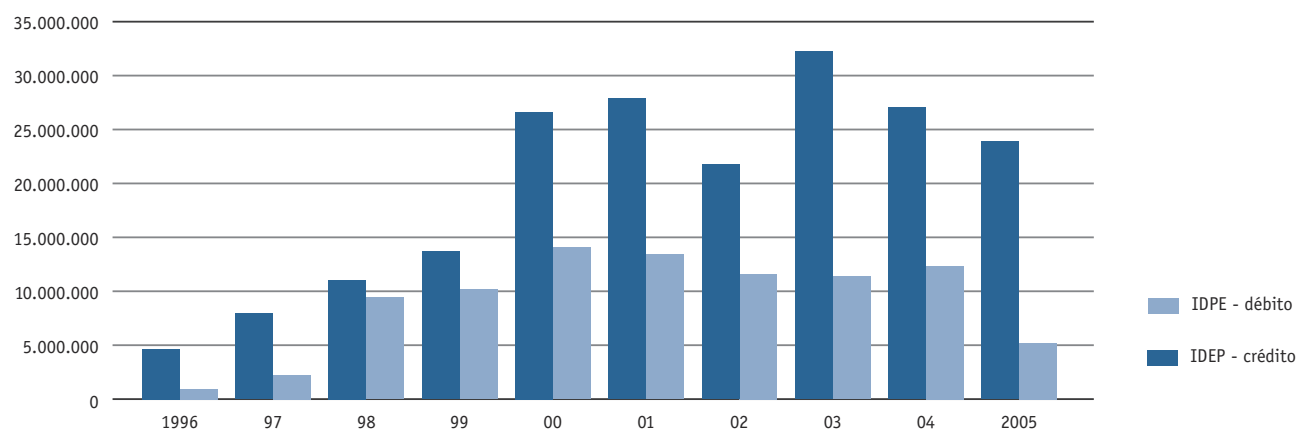
mais informação

<http://www.gee.min-economia.pt>
<http://www.bportugal.pt/>
<http://www.icep.pt>
<http://www.investinportugal.pt>

representações gráficas

70 a) Investimento directo estrangeiro (IDEP) e investimento directo no exterior (IDPE) de Portugal

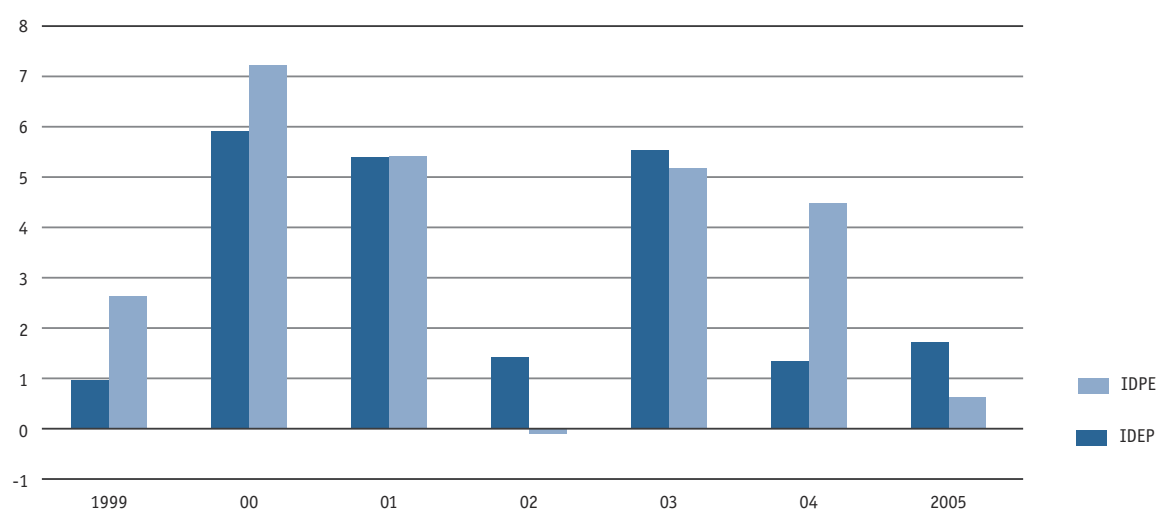
Valores brutos de investimento directo (milhares de euros)



Fonte: GEE/BP, 2006

70 b) Investimento directo estrangeiro em Portugal, em percentagem do PIB

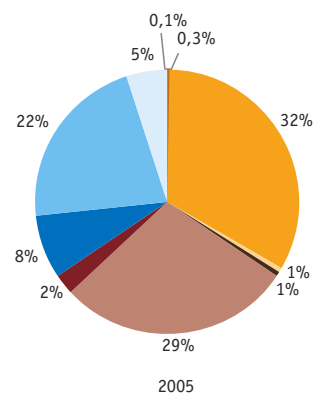
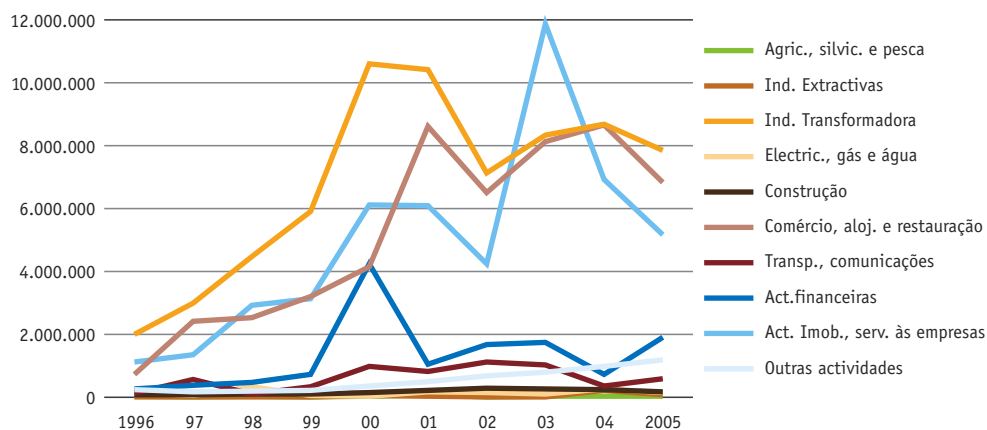
% do PIB



Fonte: DPP, 2006

70 c) Investimento directo estrangeiro em Portugal, por sector de actividade

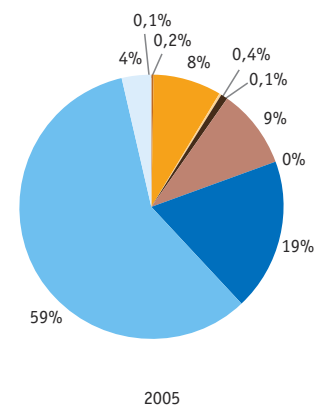
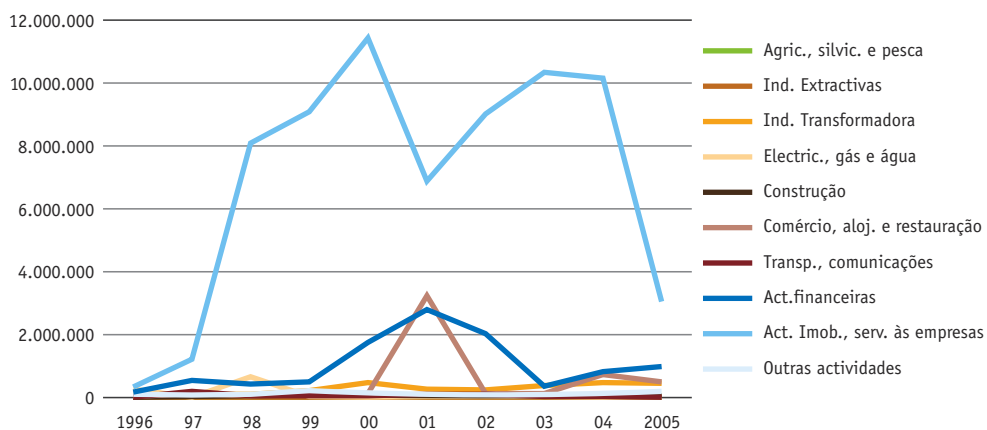
Investimento directo estrangeiro (10³ Euros)



Fonte: GEE/BP, 2006

70 d) Investimento directo de Portugal no exterior, por sector de actividade

Investimento directo no exterior (10³ Euros)



Fonte: GEE/BP, 2006

nome do indicador INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ACTIVIDADE / FORÇA MOTRIZ

periodicidade

MENSAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem do PIB; Milhões de euros.

fonte(s)

INE; Eurostat

descrição

O investimento em capital fixo é uma componente do PIB que representa um importante indicador do futuro do crescimento económico.

documentos de referência

- European Economy 2006 (EC/EU, 2006).

metodologia

O Investimento público e privado é medido através da Formação Bruta de Capital Fixo, em % do PIB (FBCF em % PIB).

O PIB e a FBCF são calculados a preços de mercado e de acordo com as directrizes estabelecidas pelos Sistemas Nacionais de Contas.

Definições:

Formação bruta de capital fixo - engloba as aquisições líquidas de cessões, efectuadas por produtores residentes, de activos fixos durante um determinado período e determinadas mais valias dos activos não produzidos obtidas através da actividade produtiva de unidades produtivas ou institucionais. Os activos fixos são activos corpóreos ou incorpóreos resultantes de processos de produção, que são por sua vez utilizados, de forma repetida ou continuada, em processos de produção por um período superior a um ano. Podem distinguir-se os seguintes tipos de formação bruta de capital fixo: a) aquisições líquidas de activos fixos corpóreos: habitações e outros edifícios e estruturas, máquinas e equipamento, activos de cultura ou de criação (árvores e efectivos pecuários); b) aquisições líquidas de activos fixos incorpóreos: exploração mineira, programas informáticos, guiões de espectáculos e obras literárias ou artísticas e outros activos fixos incorpóreos; c) melhorias importantes em activos não produzidos corpóreos, nomeadamente nos ligados a terrenos (embora sem incluir a aquisição de activos não produzidos); d) os custos associados à transferência de propriedade de activos no produzidos, como terrenos e activos patenteados (embora sem incluir a própria aquisição destes activos). (Fonte: INE)

Sociedades não financeiras - sector que agrupa as unidades institucionais cujas operações de repartição e financeiras são separadas das dos seus proprietários e cuja função principal consiste em produzir bens e serviços não financeiros mercantis. A maior parte da produção destas unidades é produção mercantil. (Fonte: INE)

Produção mercantil - aquela que é vendida no mercado ou que se destina a ser vendida no mercado. A produção mercantil compreende: a) os produtos vendidos a preços economicamente significativos; b) os produtos que são objecto de troca directa; c) os produtos utilizados para pagamentos em espécie (incluindo a compensação em espécie); d) os produtos fornecidos por uma UAE local a outra, dentro da mesma unidade institucional, para serem utilizados no consumo intermédio ou final; e) os produtos acrescentados às existências de bens acabados e de trabalhos em curso destinados a um ou outro dos empregos acima referidos (incluindo o crescimento natural de produtos animais e vegetais e as estruturas inacabadas cujo comprador não é conhecido). (Fonte: INE)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

O Investimento Português, medido através da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) em % do PIB, tem sido superior ao investimento verificado nos 15 países da UE embora, a partir de 2001, o investimento total tenha decrescido aproximando-se da UE-15. A FBCF voltou a registar uma diminuição em 2005, depois de fortes quedas em 2002 e 2003 e de uma estagnação em 2004.

A maior fracção do investimento nacional refere-se a investimento privado. O sector privado português tem devotado a investimento uma percentagem do rendimento gerado superior à média comunitária. Como se pode verificar, o decréscimo do investimento total acompanha o decréscimo do privado. Os anos em que se registam os valores mais baixos do investimento privado correspondem às fases mais negativas dos ciclos económicos nacionais e, consequentemente, aos momentos em que o sector privado atingiu níveis de confiança mais baixos quanto à conjuntura económica. As sociedades não financeiras, as famílias e as administrações públicas são os sectores aos quais corresponde a maior FBCF em % de PIB.

Entre 1995 e 2003, foram o Norte, o Centro e Lisboa as NUTS II com maior FBCF por % de PIB. A Região Autónoma dos Açores apresenta a menor FBCF no período considerado.

mais informação

<http://www.ine.pt/>

<http://www.gee.min-economia.pt/>

<http://www.dgep.pt/>

<http://www.bportugal.pt/>

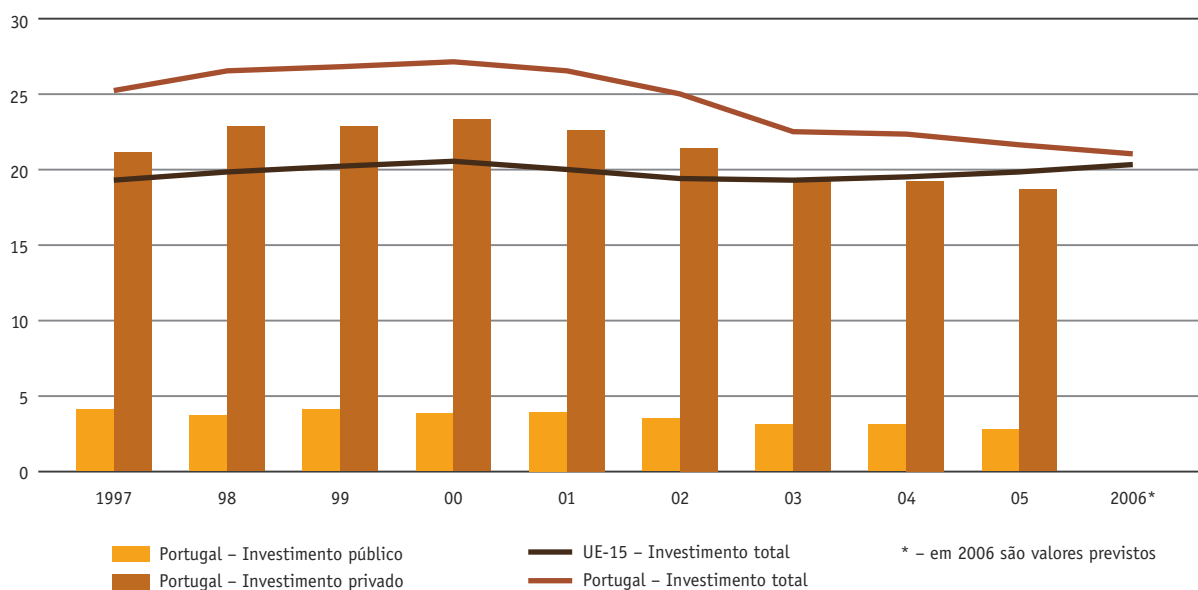
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

<http://lysander.sourceoecd.org/>

representações gráficas

71 a) Investimento público e privado (Formação Bruta de Capital Fixo, em % do PIB)

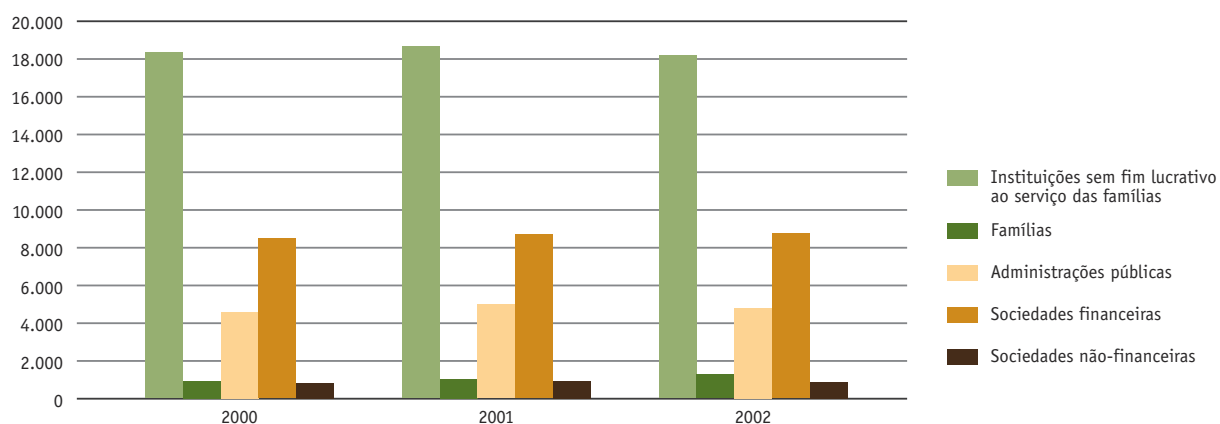
Formação Bruta de Capital Fixo (% do PIB)



Fonte: Eurostat, 2006

71 b) Formação Bruta de Capital Fixo, por sector institucional

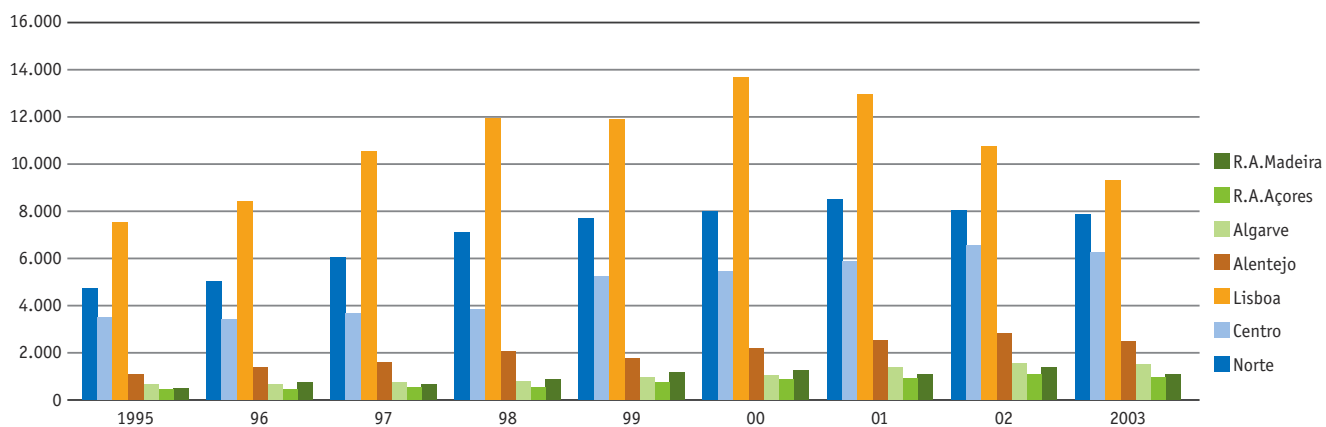
Milhões de euros



Fonte: INE, 2006

71 c) Formação Bruta de Capital Fixo, por NUTS II

Milhões de euros



Fonte: INE, 2006

nome do indicador MIGRAÇÃO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

POPULAÇÃO

tema(s) UE

NÃO APLICÁVEL

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número.

fonte(s)

INE

descrição

Emigração e Imigração, segundo os países de destino ou as nacionalidades mais representativas.

mais informação

<http://www.ine.pt>
<http://www.acime.gov.pt>
<http://www.oi.acime.gov.pt/>

documentos de referência

- Estatísticas da Imigração (ACIME, 2005);
- Plano Nacional de Acção para a Inclusão, 2003-2005 (PCM, 2003).

metodologia

Contabilização do número de indivíduos estrangeiros com estatuto legal de residente em Portugal, que solicitaram esse estatuto ou que cessaram o mesmo, e contabilização do número de indivíduos de nacionalidade portuguesa que emigraram, segundo os principais países de destino.

Definições:

População estrangeira residente - Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que sejam consideradas residentes em Portugal no momento da observação. (Fonte: INE)

População estrangeira com estatuto legal de residente - Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa com autorização ou cartão de residência, em conformidade com a legislação de estrangeiros em vigor. Não inclui os estrangeiros com situação regular ao abrigo da concessão de autorizações de permanência, de vistos de curta duração, de estudo, de trabalho ou de estada temporária, bem como os estrangeiros com situação irregular. (Fonte: INE)

População estrangeira que solicitou estatuto de residente - Conjunto de pessoas de nacionalidade não portuguesa que num determinado ano solicitaram um título de residência ao abrigo da legislação em vigor, que regula a entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros em território nacional. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

Portugal é, tradicionalmente, um país de emigração, constituindo actualmente também um país de imigração. Nos últimos anos, a imigração permanece como a componente principal da dinâmica populacional.

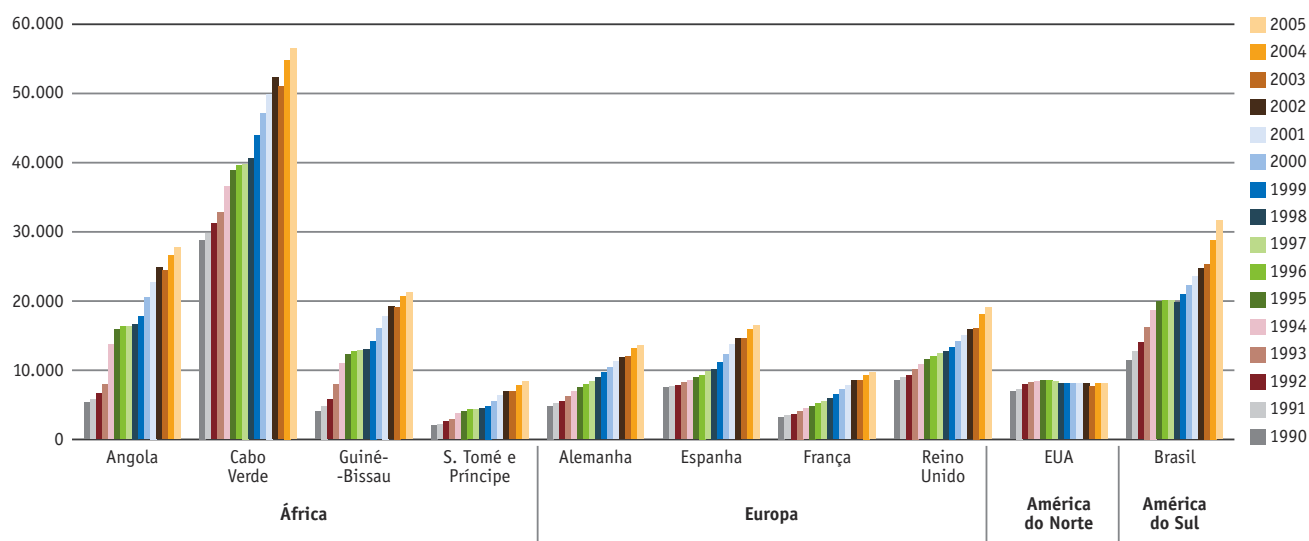
A população estrangeira com estatuto legal de residência em Portugal, no final de 2005, ascendia a 275 906 indivíduos, valor que aumentou 56%, de 1990 para 2005. A maioria destes estrangeiros continua a ser originária de países africanos de língua portuguesa, constituindo a população cabo-verdeana a parcela mais significativa. É de realçar, no entanto, o aumento verificado no número de cidadãos provenientes do Brasil, que ascendeu, em 2005, a 31 546 - valor cerca de 2,8 vezes superior ao de 1990.

A emigração portuguesa aumentou 32,9% em 2002, ano em que emigraram cerca de 27 400 portugueses. Em 2003 este número foi mais baixo (cerca de 27 000). Neste último ano, Suíça, França e Reino Unido lideraram a lista dos principais destinos da emigração portuguesa, com cerca de 60% do total.

representações gráficas

72 a) População estrangeira com estatuto legal de residente, segundo as nacionalidades mais representativas

População estrangeira (n.º)

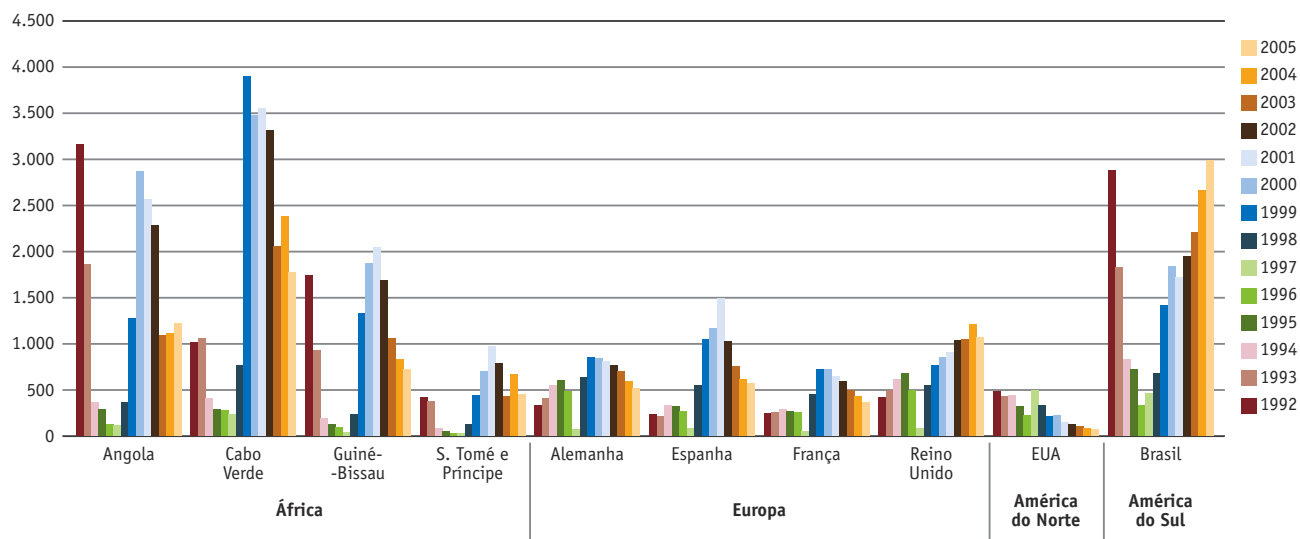


Nota: Os dados de 2004 e 2005 são dados provisórios.

Fonte: INE, 2006

72 b) População estrangeira que solicitou estatuto de residente, segundo as nacionalidades mais representativas

População estrangeira (n.º)

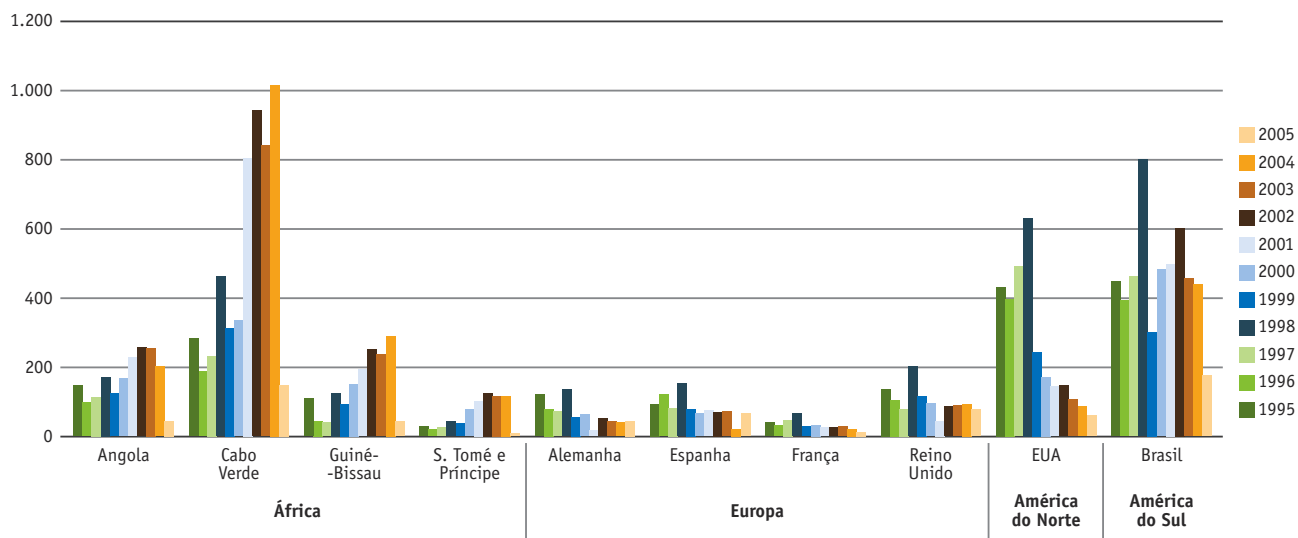


Nota: Os dados de 2004 e 2005 são dados provisórios.

Fonte: INE, 2006

72 c) População estrangeira que cessou o estatuto de residente, segundo as nacionalidades mais representativas

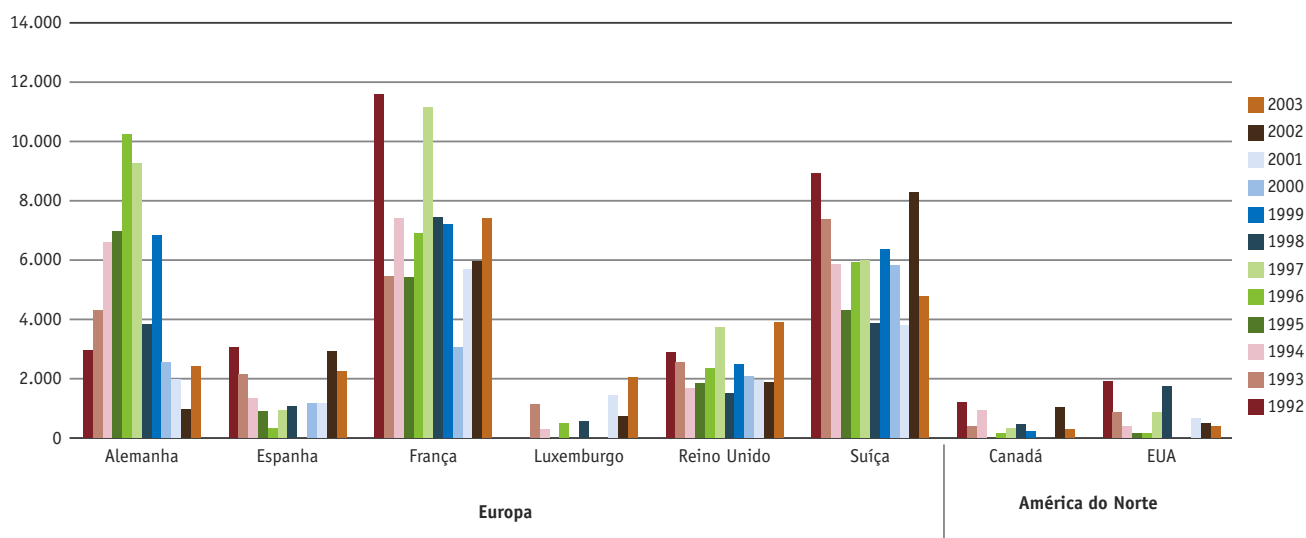
População estrangeira (n.º)



Nota: Os dados de 2004 e 2005 são dados provisórios.
Fonte: INE, 2006

72 d) Emigrantes segundo os países de destino mais representativos

Emigrantes (n.º)



Fonte: INE, 2006

nome do indicador MORTALIDADE SEGUNDO AS PRINCIPAIS CAUSAS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

IMPACTE

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem; N.º de Óbitos.

fonte(s)

INE; DGS

descrição

Avalia a mortalidade na população portuguesa segundo as principais causas.

documentos de referência

- Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (DGS, 2004).

metodologia

Número de óbitos registados em Portugal segundo as principais causas de mortalidade e razão entre o n.º de óbitos por causa e o n.º de óbitos total.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

As principais causas de mortalidade da população portuguesa são as doenças do aparelho circulatório e os tumores malignos. Em 2004, estes eram responsáveis, respectivamente, por 36,3% e 21,8% do total de óbitos dos residentes.

Da análise dos dados nacionais de mortalidade segundo algumas causas verifica-se, contudo, que estes dois grupos de doenças revelam tendências divergentes: as doenças do aparelho circulatório tendem a perder importância, enquanto os óbitos por tumores malignos apresentam uma tendência crescente, sendo que o maior número de óbitos está associado à incidência de tumores da Laringe, Traqueia, Brônquios e Pulmão.

As doenças do aparelho circulatório, nomeadamente as doenças cerebrovasculares e a doença isquémica cardíaca, encontram-se entre as principais causas de morbilidade, invalidez e mortalidade, representando, aproximadamente, 16,4% e 8,7%, respectivamente, do total de óbitos. A elevada prevalência dos factores de risco associados às doenças do aparelho circulatório, nomeadamente o tabagismo, a hipertensão arterial, a hipercolesterolemia e o sedentarismo, obriga a que seja dada uma especial atenção à sua prevenção, bem como à adopção de medidas integradas e complementares, que potenciem a redução do risco de contrair aquelas doenças e a concretização do seu rápido e adequado tratamento.

A mortalidade por cancro em Portugal estabilizou nos últimos 3 anos. A mortalidade global por cancro é mais elevada nos homens do que nas mulheres. Portugal representa na UE, para a mortalidade por cancro nos homens, uma das excepções à tendência actual, que é de crescimento. Comparando os indicadores de Portugal com os dos melhores países da UE, considera-se ser possível reduzir a mortalidade prematura em 38% no caso dos homens e 10% no das mulheres. O cancro da mama continua a ser a causa de morte por cancro mais comum entre as mulheres, tendo no entanto sofrido uma redução. O cancro do cólon e recto representa a terceira causa de morte mais comum para os homens e a segunda para as mulheres, e a mortalidade tem vindo a aumentar. O cancro do colo do útero tem sido considerado como prevenível através de rastreio por citologia. Os dados referem uma baixa mortalidade, que não tem sofrido aumento nas mulheres mais jovens.

Apesar de significar apenas 0,9% da mortalidade total em 2004, as doenças pelo vírus da imunodeficiência humana (VIH) são responsáveis por 44,2% da mortalidade por doenças infecciosas e parasitárias, sendo também significativa a mortalidade por tuberculose - 0,3% em 2004.

De referir ainda, no período de 1999 a 2004, a relevância das causas externas na mortalidade. Entre estas, assumem particular relevância as mortes por acidentes no transporte que, apesar da tendência de redução no período em análise, foram responsáveis, em 2004, por 32% do total de óbitos por causas externas. A taxa de suicídio tem vindo a aumentar, de 13% em 1990 para 22% do total de óbitos por causas externas em 2004.

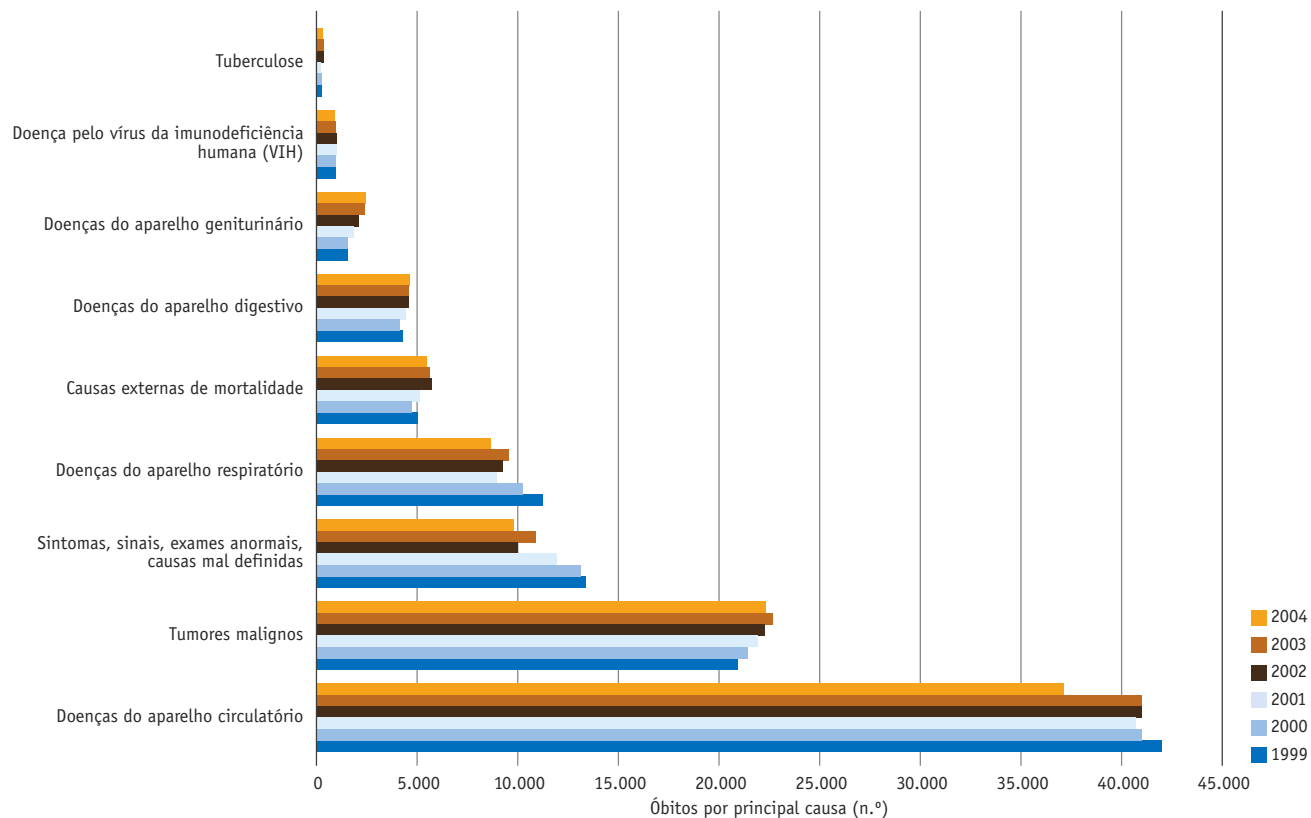
mais informação

<http://www.dgs.pt/>

<http://www.portaldasaude.pt>

representações gráficas

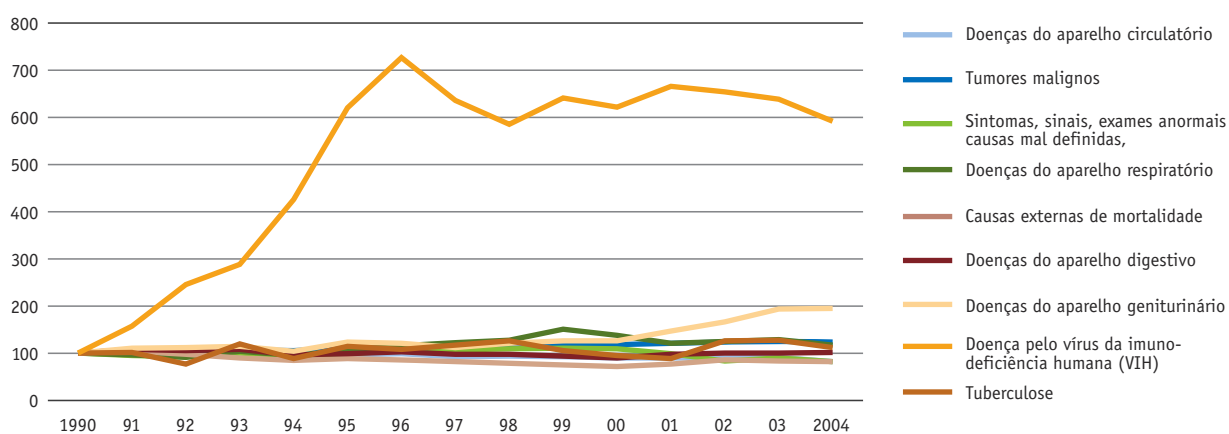
73 a) Mortalidade por doença, segundo as principais causas



Fonte: INE, 2006

73 b) Evolução relativa da mortalidade por doença segundo as principais causas

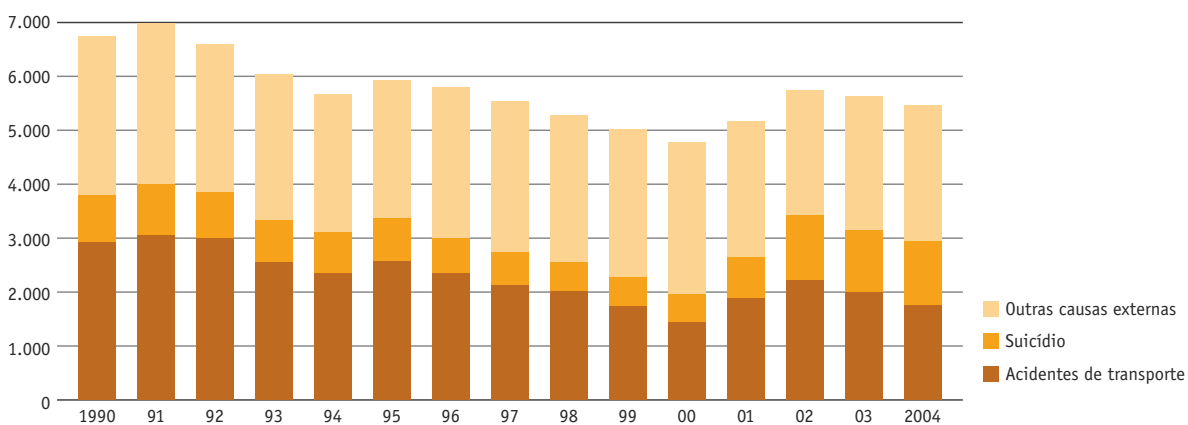
Índice (1990=100)



Fonte: INE, 2006

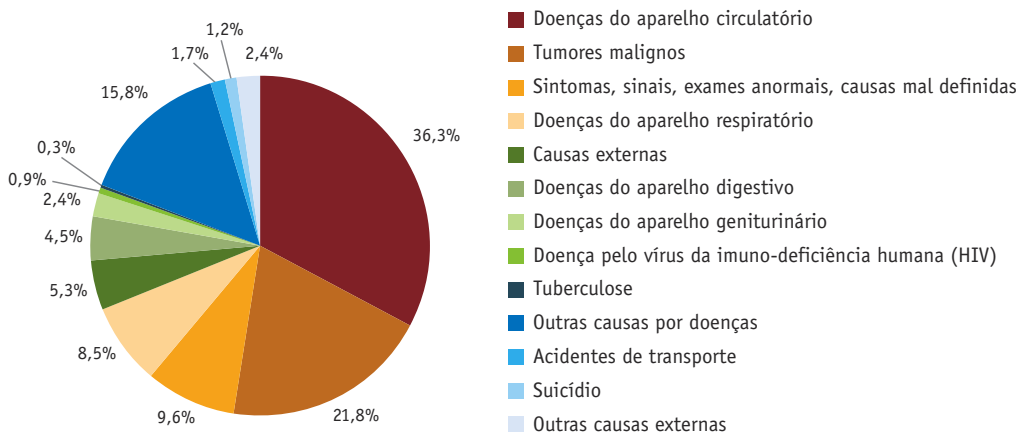
73 c) Mortalidade por causas externas: acidentes de transporte, suicídio e outras

Óbitos (n.º)



Fonte: INE, 2006

73 d) Mortalidade segundo as principais causas, em 2004



Fonte: DGS, 2005

nome do indicador NÍVEL DE EDUCAÇÃO ATINGIDO PELA POPULAÇÃO JOVEM

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

EDUCAÇÃO

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

1º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

Eurostat

descrição

Nível de educação atingido pelos jovens.

documentos de referência

- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005-2008 (PCM, 2005);
- Estratégia de Lisboa (CE/UE, 2006);
- Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (CE/UE, 2006).

mais informação

<http://www.ine.pt/>
<http://www.gepe.min-edu.pt/>
<http://www.planotecnologico.pt/>
<http://www.estrategiadelisboa.pt/>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

metodologia

Porcentagem dos jovens entre 20-24 anos que concluíram, pelo menos, o nível superior do ensino secundário, com um grau de educação entre o nível 3-4 da Classificação Internacional Tipo da Educação (ISCED) (numerador). O denominador corresponde ao total da população do mesmo grupo etário, excluindo não-respostas às questões sobre "o grau educacional ou de formação completo, mais elevado".

O grau é codificado de acordo com a Classificação Internacional Tipo da Educação, 1997: - ISCED 3: dos trabalhadores(as)/empregados(as) do INE - ISCED 4: Ensino Pós-Secundário de grau Não Terciário. A partir de 5 de Dezembro de 2005 o Eurostat implementou uma nova definição de nível de educação atingido pela população "pós secundário" com vista a uma maior comparabilidade dos resultados na UE. Para 1998 e anos seguintes o nível ISCED 3c com duração inferior a dois anos nunca cairá no nível "superior ao secundário" mas no nível "baixo secundário". Esta alteração implica a revisão de resultados na Dinamarca (desde 2001), Espanha e Chipre. Entretanto a definição não pode ser implementada na Irlanda e Áustria onde todos os níveis do ISCED 3c estão ainda incluídos.

objectivos e metas

A ENDS 2015 estabelece que a população com o ensino secundário (em % do grupo etário 20-24 anos) deverá atingir 65% até 2010.

análise sumária

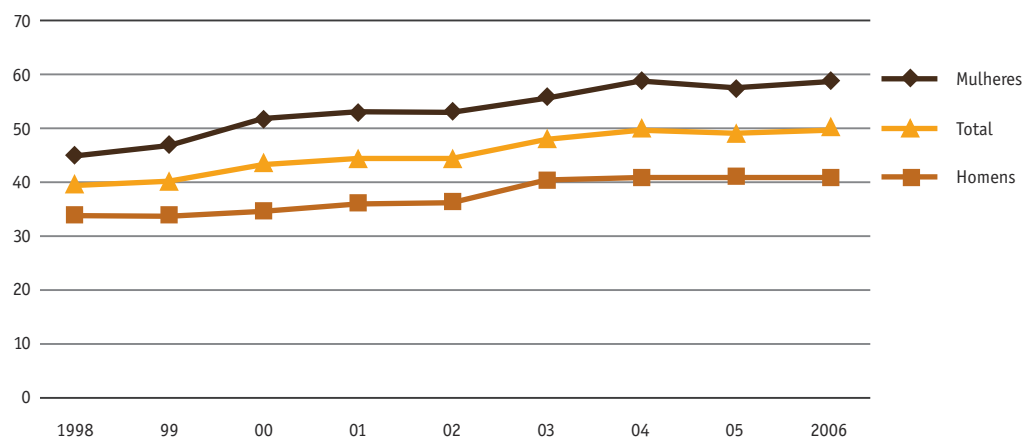
Apesar do progresso ocorrido nos últimos anos em Portugal na área da educação, observa-se que uma larga percentagem de jovens não completou o ensino secundário. Contudo, verifica-se uma diferença assinalável quanto ao nível de educação atingido por homens e mulheres, na medida em que a percentagem de mulheres com idade entre os 20-24 anos que completou o nível superior do ensino secundário é bastante superior à dos homens: 56,6% e 40,4%, respectivamente, em 2005.

O aumento de cerca de 9% verificado na proporção de jovens que concluíram pelo menos o nível superior do ensino secundário em Portugal, entre 1998 e 2005, não foi suficiente para aproximar o país dos padrões europeus, uma vez que Portugal continua a apresentar uma das situações menos favoráveis no contexto da UE-25. Em Portugal, o valor registado em 2005 foi de 48,4%, o que ficou aquém dos 76,9% de média da UE-25, colocando assim Portugal nos últimos lugares da tabela, apenas ultrapassando Malta.

representações gráficas

74 a) Nível de ensino atingido pela população jovem em Portugal, relativo à população total do respectivo género e grupo etário

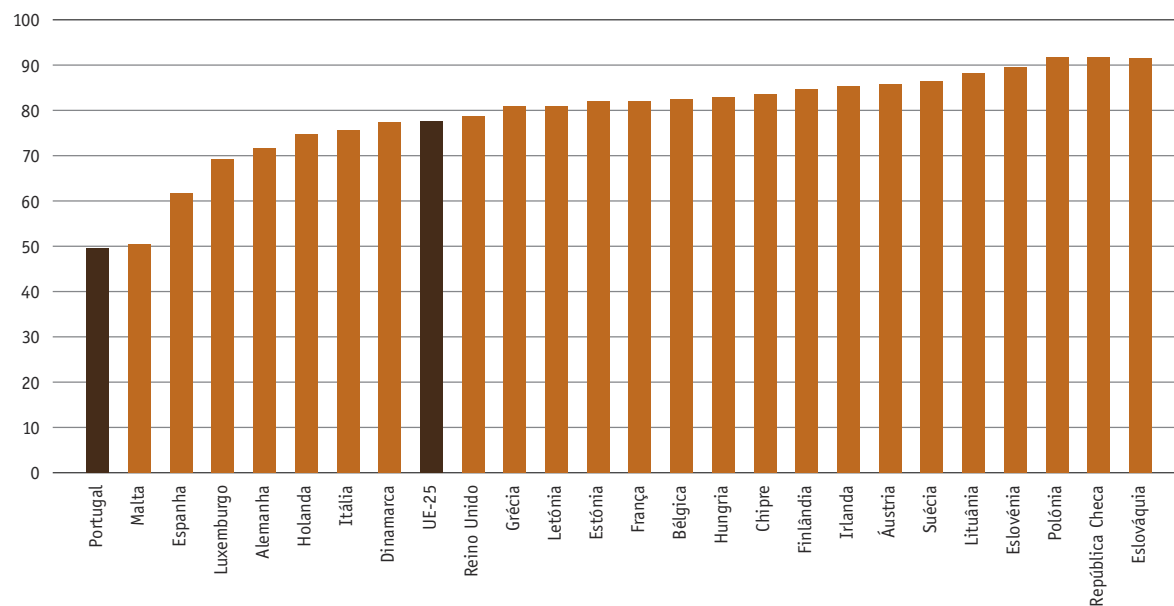
Jovens entre 20-24 anos (%)



Fonte: Eurostat, 2006

74 b) Nível de ensino atingido pela população jovem na UE-25, em 2005, relativo à população total do respectivo grupo etário

Jovens entre os 20-24 anos (%)



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ACTIVA

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)EDUCAÇÃO
EMPREGO**tema(s) UE**

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

1º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE ; Eurostat

descrição

Nível de escolaridade completo mais elevado da população activa.

documentos de referência

- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005-2008 (PCM, 2005);
- Estratégia de Lisboa (CE/UE, 2006);
- Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (CE/UE, 2006).

metodologia

Número de indivíduos com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos por nível de escolaridade completo mais elevado.

Definições:

População activa - Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). (Fonte: INE)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

Entre 1998 e 2005 verificou-se uma diminuição da percentagem de activos sem instrução ou com menores níveis de escolaridade e um aumento da proporção de indivíduos com níveis de escolaridade mais elevados – ensino secundário e ensino superior. No período em análise, a população que completou o ensino secundário e o ensino superior aumentou de 11% e 9% para 15% e 13%, respectivamente.

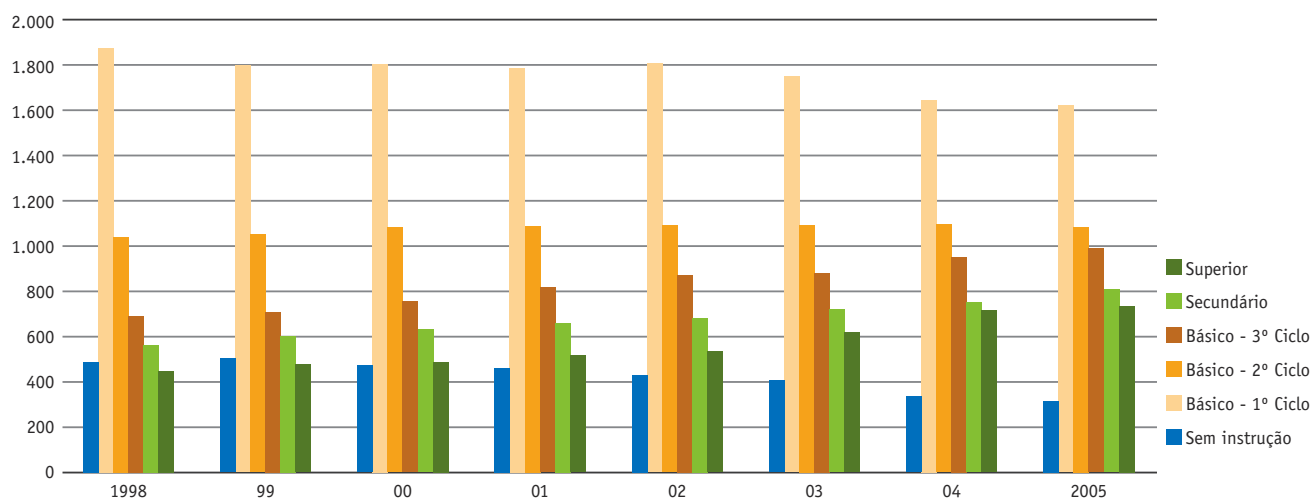
Contudo, em 2005, cerca de 72% da população em idade activa apenas completara o 3º nível do básico ou menos, pelo que o nível de habilitações continua a constituir um problema grave para um aumento da produtividade na economia e para o desenvolvimento social do país.

mais informação<http://www.ine.pt/><http://www.planotecnologico.pt/><http://www.estrategiadelisboa.pt/><http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>

representações gráficas

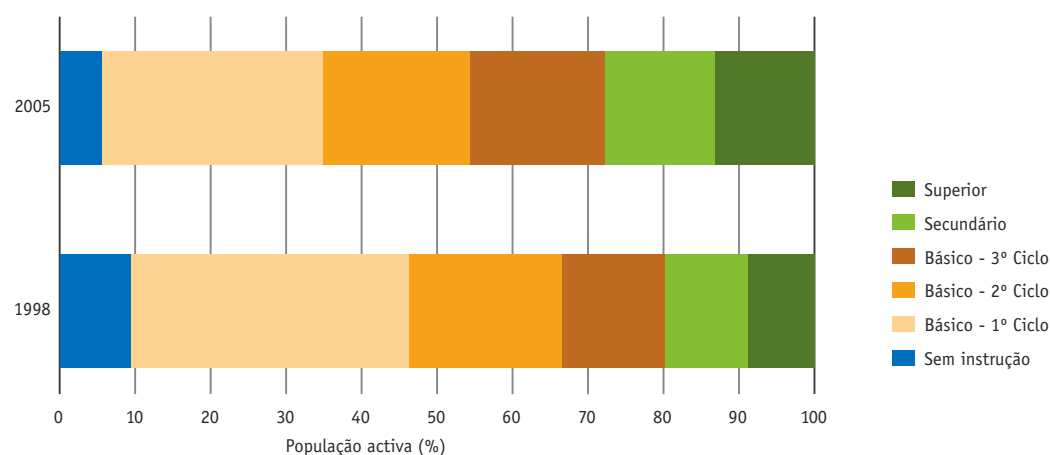
75 a) População activa por nível de escolaridade completo

População activa (milhares)



Fonte: INE, 2006

75 b) Distribuição relativa da população activa por nível de escolaridade completo em 1998 e 2005



Fonte: INE, 2006

nome do indicador OBESIDADE

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

IMPACTE

periodicidade

INDEFINIDA

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Percentagem da população inquirida com IMC>30; % da população com IMC>27 (excesso de peso e obesa).

fonte(s)

DGS

descrição

Avalia a percentagem de indivíduos com índice de massa corporal maior ou igual a 30.

documentos de referência

- A Pan-European survey on consumer attitudes to physical activity, body-weight and health (EC/EU, 1999);
- World Health Statistics 2006 (OMS, 2006);
- World Health Report 2006 (OMS, 2006);
- Programa Nacional de Combate à Obesidade (DGS, 2006).

metodologia

A obesidade é, segundo a OMS, uma doença em que o excesso de gordura corporal acumulada pode atingir graus capazes de afectar a saúde. A prevalência da obesidade, a nível mundial, é tão elevada que a OMS considerou esta doença como a epidemia global do século XXI. O excesso de gordura resulta de sucessivos balanços energéticos positivos, em que a quantidade de energia ingerida é superior à quantidade de energia despendida. Os factores que determinam este desequilíbrio são complexos e incluem factores genéticos, metabólicos, ambientais e comportamentais. Este desequilíbrio tende a perpetuar-se, pelo que a obesidade é uma doença crónica. Uma dieta hiperenergética, com excesso de lípidos, de hidratos de carbono e de álcool e o sedentarismo, levam à acumulação de excesso de massa gorda. Assim, o estilo de vida moderno, se não for modificado, predispõe ao excesso de peso.

A obesidade e a pré-obesidade são avaliadas pelo Índice de Massa Corporal (IMC). Este índice mede a corpulência, que se determina dividindo o peso (quilogramas) pela altura (metros), elevada ao quadrado.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, considera-se que há excesso de peso quando o IMC é igual ou superior a 25 e que há obesidade quando o IMC é igual ou superior a 30.

Índice de Massa Corporal

IMC > 18 < 25 kg/m² - Normal

IMC > 25 < 30 kg/m² - Excesso de Peso

IMC > 30 < 35 kg/m² - Obesidade moderada (grau I)

IMC > 35 < 40 kg/m² - Obesidade grave (grau II)

IMC > 40 kg/m² - Obesidade mórbida (grau III)

Definições:

Índice de Massa Corporal - Quociente entre o peso em quilogramas e o quadrado da altura em metros. (Fonte: INE)

objectivos e metas

O Plano Nacional de Saúde 2004-2010 estabelece as seguintes metas:

% de indivíduos 35-44 anos com IMC >=30: H+M = 6%

% de indivíduos 55-64 anos com IMC >=30: H = 8%; M = 10%

% de indivíduos 55-64 anos com IMC >=30: H = 11%; M = 14%.

análise sumária

O crescimento significativo do consumo de produtos de origem animal, associado ao consumo excessivo de gorduras, em especial as saturadas, de sal e de açúcar, e a baixa ingestão de frutos, legumes e vegetais, em determinados grupos da população, a par de níveis elevados de ingestão calórica, parecem constituir os principais problemas nesta área. Segundo dados do World Health Report (2002), a alimentação está directa ou indirectamente com a obesidade e o excesso de peso e com a baixa ingestão de frutos e vegetais, constituindo, assim, um importante factor de risco de patologias crónicas, como sejam as doenças do aparelho circulatório, a diabetes mellitus, os cancros e a osteoporose.

Os dados para a obesidade em Portugal foram determinados a partir da realização do Inquérito Nacional de Saúde (INS) à população com idade superior a 18 anos, no Continente.

A população inquirida obesa aumentou entre 1995/96 e 1998/99 de 11,5% para 12,8%, tendo as mulheres maior tendência para a obesidade que os homens. Em 2001 Portugal registava cerca de 29% de população com excesso de peso e obesidade.

mais informação

<http://www.portaldasauade.pt>

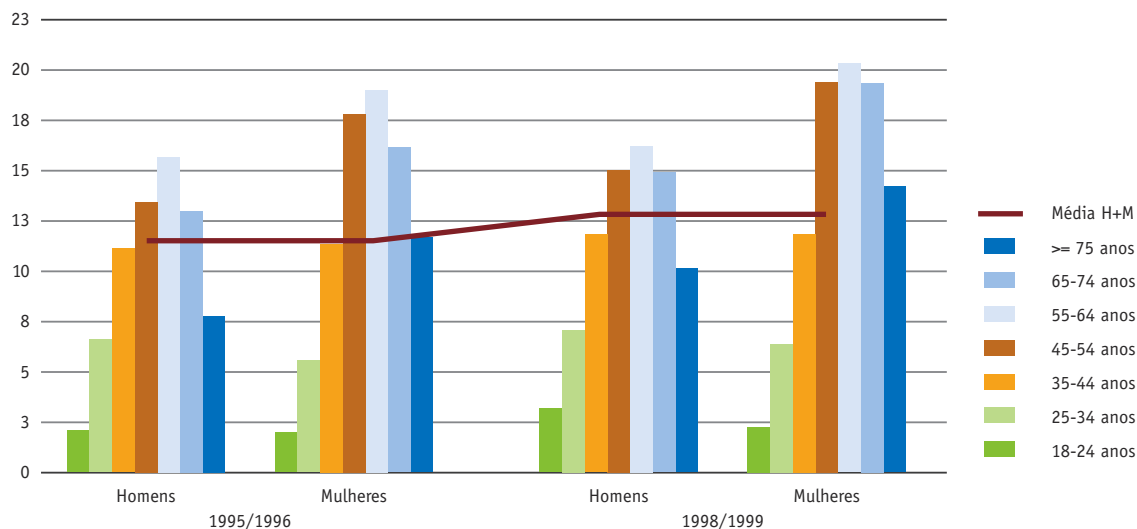
<http://www.who.int/healthinfo/statistics/en/>

<http://data.euro.who.int/hfad/>

representações gráficas

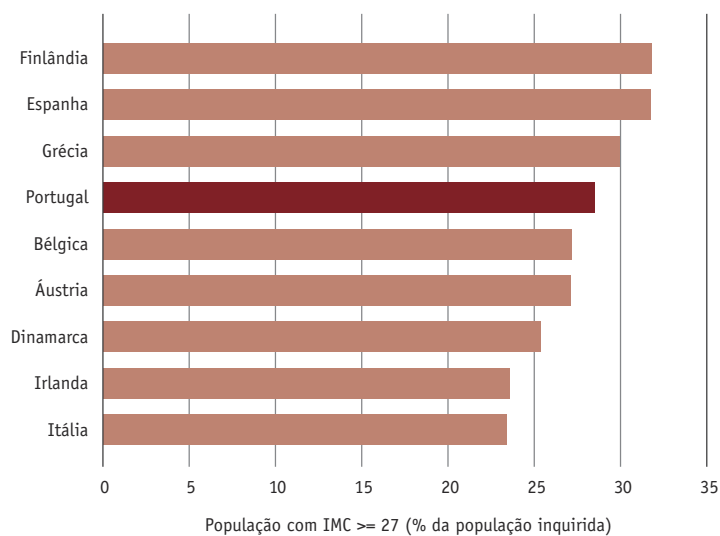
76 a) População obesa - índice de massa corporal igual ou superior a 30

População com IMC \geq 30 (% da população inquirida)



Fonte: DGS, 2004

76 b) População com excesso de peso e obesa - índice de massa corporal igual ou superior a 27 - em alguns países da UE, em 2001



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador OCUPAÇÃO E USO DO SOLO

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

SOLOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

10/15 anos

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

APA

descrição

Quantificação das classes de ocupação e uso do solo.

documentos de referência

- Alterações da Ocupação do Solo em Portugal Continental 1985-2000 (IA, 2005);
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro);
- Estratégia Temática sobre Ambiente Urbano (CE/UE, 2006).

metodologia

Quantificação da ocupação e uso do solo por diversas classes pré-definidas, expresso em percentagem do total da área de Portugal continental e das alterações de ocupação do solo num determinado período de tempo.

O Projecto CORINE Land Cover (CLC) foi criado em 1985 pela Comissão Europeia com o objectivo de produzir uma cartografia de ocupação e uso do solo para os países da União Europeia relativa a um ano próximo de 1990, conforme o país. Desta iniciativa resultou o CLC90 que, no caso português, se baseou em imagens de satélite de 1985, 1986 e 1987. O CORINE Land Cover 2000 (CLC2000) traduziu-se no levantamento a nível europeu da ocupação e uso do solo para o ano 2000 e no registo das alterações verificadas na última década, por classes de diversos níveis, e os resultados foram publicados no final de 2005. A nomenclatura CLC é hierárquica, constituída por três níveis de detalhe, com 44 classes no nível mais detalhado. Esta nomenclatura é estandarizada a nível europeu.

Definições:

"Territórios artificializados" - inclui "Tecido urbano contínuo", "Tecido urbano descontínuo", "Indústria, comércio e equipamentos gerais", "Redes viárias e ferroviárias e espaços associados", "Zonas portuárias", "Aeroportos", "Áreas de extracção mineira", "Áreas de deposição de resíduos", "Áreas em construção", "Espaços verdes urbanos" e "Equipamentos desportivos e de lazer".

"Agricultura" - inclui "Culturas anuais de sequeiro", "Culturas anuais de regadio", "Arrozais", "Vinhas", "Pomares", "Olivais", "Pastagens", "Culturas anuais associadas às culturas permanentes" e "Sistemas culturais e parcelares complexos".

"Agricultura com áreas naturais" - inclui "Agricultura com espaços naturais" e "Sistemas agro-florestais".

"Floresta" - inclui "Florestas de folhosas", "Florestas de resinosas", "Florestas mistas" e "Espaços florestais degradados, cortes e novas plantações".

"Vegetação natural" - inclui "Pastagens naturais". "Matos", "Vegetação esclerofítica" e "Vegetação esparsa".

"Outros" - inclui "Mar e oceano", "Estuários", "Lagunas litorais", "Planos de água", "Linhas de água", "Zonas intertidais", "Salinas", "Sapais", "Paus", "Áreas áridas", "Rocha nua" e "Praias, dunas e areais".

objectivos e metas

Não foram identificadas metas. Contudo, pretende-se promover políticas de gestão e utilização sustentável dos solos que evitem a dispersão urbana e reduzam a impermeabilização dos solos.

análise sumária

De acordo com os dados do programa europeu CORINE Land Cover, em 2000 a "Floresta" e a "Agricultura" eram as classes de ocupação do solo com maior representatividade, aproximadamente 72% do total do território de Portugal continental. As áreas mistas de "Agricultura com Áreas Naturais" representavam 14% da superfície, enquanto que as áreas de "Vegetação Natural" e os "Territórios Artificializados" (incluindo tecido urbano, indústria, comércio, equipamentos, redes e infra-estruturas de transportes, etc.) ocupavam apenas 9% e 3%, respectivamente. As outras ocupações tinham pouca representatividade no território nacional (2%), incluindo essencialmente áreas de rocha nua, massas de água e zonas húmidas. Em 2000 cerca de 41% da floresta nacional encontrava-se na região Centro, enquanto a maioria da ocupação agrícola - considerando quer a "Agricultura" (43%) quer as áreas mistas de "Agricultura com Áreas Naturais" (51%) - se concentrava no Alentejo. Lisboa era a região com a maior percentagem relativa de ocupação de "Territórios Artificializados" do país, embora em área absoluta esse valor seja inferior ao das regiões Norte e Centro.

Entre 1985 e 2000 a "Floresta" e os "Territórios Artificializados" foram as únicas classes que registaram crescimento (94 000 e 70 000 ha, respectivamente), tendo esta última sido aquela que mais se alterou em relação a 1985 (41%). Esta expansão das áreas artificializadas pode-se justificar pelo elevado crescimento económico verificado em Portugal no período em análise, que se reflectiu no crescimento das áreas urbanas, devido sobretudo aos fundos concedidos pela UE e às políticas económicas adoptadas.

mais informação

<http://www.apambiente.pt>

<http://www.dgotdu.pt/>

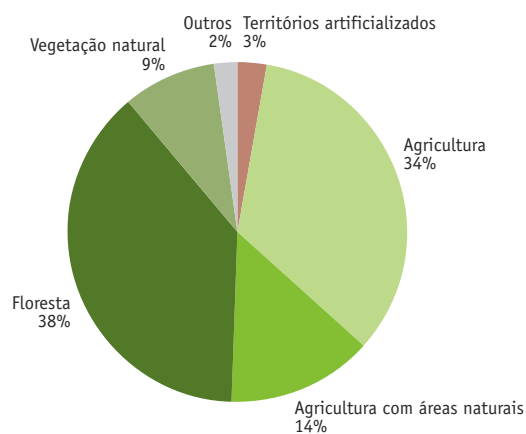
<http://www.territorioportugal.pt/>

http://ec.europa.eu/environment/index_en.htm

http://www.eea.europa.eu/main_html

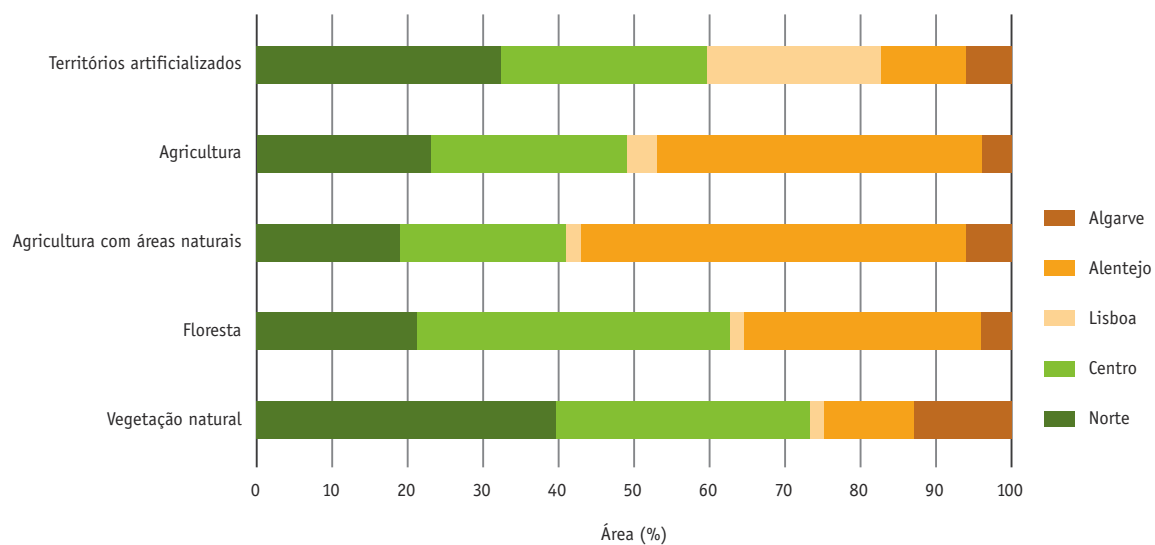
representações gráficas

77 a) Ocupação do solo em Portugal continental, em 2000



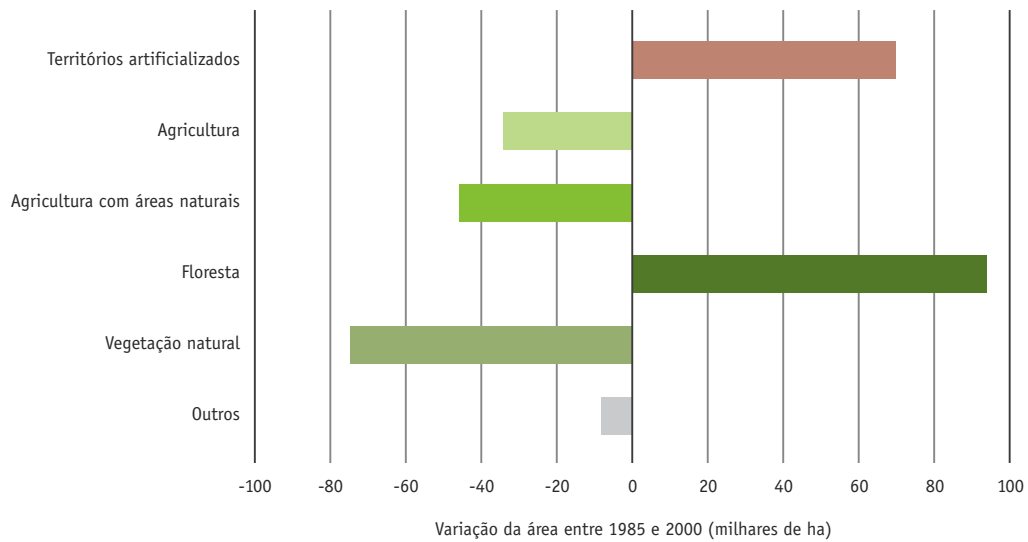
Fonte: IA, 2005

77 b) Contribuição percentual de cada NUTS II para a área nacional de cada classe de ocupação do solo, em 2000



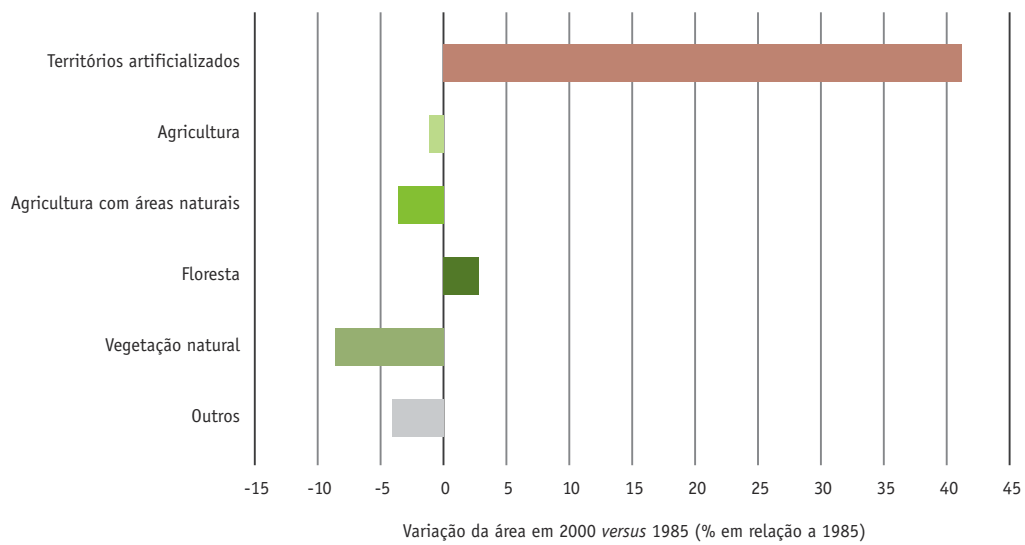
Fonte: IA, 2005

77 c) Variação da área de cada classe entre 1985 e 2000



Fonte: IA, 2005

77 d) Variação percentual da área de cada classe entre 1985 e 2000, em relação à sua abundância em 1985



Fonte: IA, 2005

nome do indicador OCUPAÇÃO HOTELEIRA

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

TURISMO

tema(s) UE

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

5º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE; Turismo de Portugal

descrição

Avalia os níveis de utilização dos meios de alojamento recenseados durante o período de tempo em análise.

documentos de referência

- Plano Estratégico Nacional do Turismo 2006-2015 (MEI, 2006).

metodologia

A ocupação hoteleira relaciona a componente da oferta (camas) com a da procura (dormidas), durante o período de referência. Pode ser medida através de dois indicadores: Taxa Líquida de Ocupação-Cama (TOL) e a Taxa Bruta de Ocupação-Cama (TOB).

Definições:

Taxa Líquida de Ocupação-Cama (TOL) - Relação entre o número de dormidas e o número de camas disponíveis (capacidade oficial; não inclui camas extra) no período de referência, considerando como duas as camas de casal. (Fonte: INE)

$TOL (cama) = [N^{\circ} \text{ de dormidas durante o período de referência} / (N^{\circ} \text{ de camas disponíveis} \times N^{\circ} \text{ de dias do período de referência})] \times 100$

Taxa Bruta de Ocupação-Cama (TOB) - Relação entre o número de dormidas e o número de camas existentes (inclui camas extra) no período de referência, considerando como duas as camas de casal. (Fonte: INE)

$TOB (cama) = [N^{\circ} \text{ de dormidas durante o período de referência} / (N^{\circ} \text{ de camas existentes} \times N^{\circ} \text{ de dias do período de referência})] \times 100$

objectivos e metas

O objectivo global é aumentar a taxa de ocupação de camas e atenuar a sazonalidade (Barómetro da produtividade - Ministério da Economia).

análise sumária

De acordo com os dados do INE, entre 2002 a 2005 a taxa bruta de ocupação-cama no total do País diminuiu ligeiramente de 41% para 39%.

Esta taxa é habitualmente, e de modo destacado em relação às restantes regiões, mais elevada na Madeira. Segue-se o Algarve e, logo a seguir, Lisboa e os Açores.

Os valores mais altos da taxa bruta de ocupação-cama são habitualmente alcançados pelos Hotéis-Apartamentos (51% em 2005), pelas Pousadas (48% em 2005) e pelos Hotéis (42% em 2005). As menores taxas de ocupação média anual registaram-se nas Pensões (24% em 2005) e nos Motéis.

mais informação

<http://www.ine.pt/>

<http://www.turismodeportugal.pt>

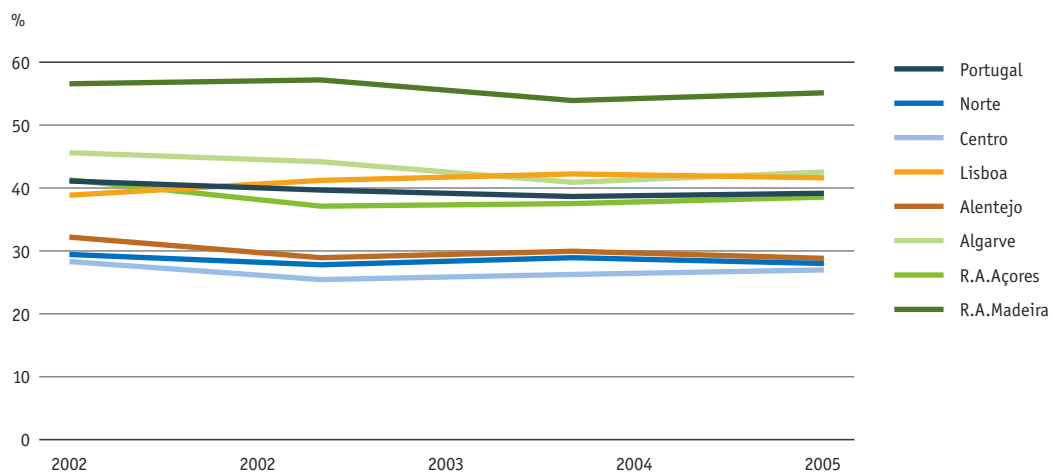
<http://ec.europa.eu/environment/env-act5/chapt1-5.htm>

http://themes.eea.europa.eu/Sectors_and_activities/tourism

http://www.world-tourism.org/frameset/frame_sustainable.htm

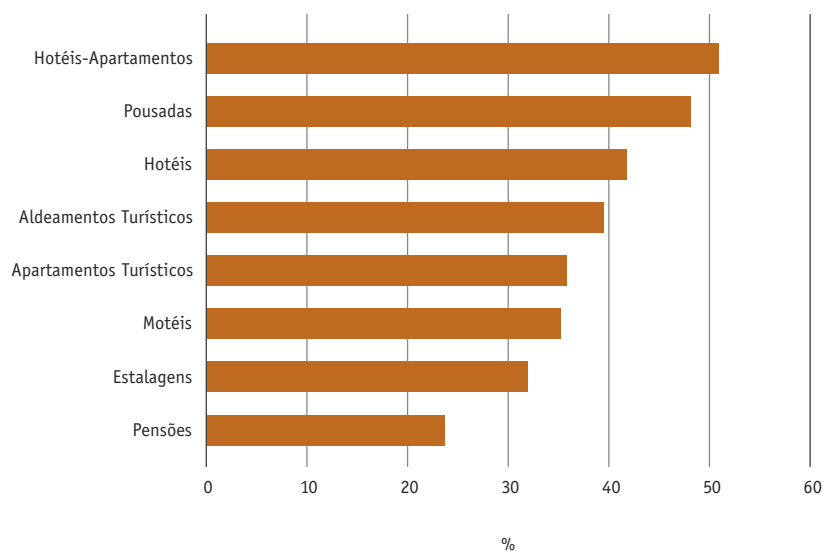
representações gráficas

78 a) Taxa bruta de ocupação-cama em estabelecimentos hoteleiros



Fonte: INE, 2007

78 b) Taxa bruta de ocupação-cama em estabelecimentos hoteleiros em 2005, por categoria



Fonte: INE, 2007

nome do indicador PARTICIPAÇÃO ELEITORAL

SIDS regional SIM

indicador-chave NÃO

tema(s)

GOVERNANÇA

tema(s) UE

BOA GOVERNANÇA

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

VARIÁVEL

dimensão de desenvolvimento sustentável

INSTITUCIONAL

objectivos da ENDS 2015

1º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

N.º de eleitores; percentagem de eleitores.

fonte(s)

DGAI; INE

descrição

Grau de participação dos eleitores nos actos eleitorais para a Presidência da República, para a Assembleia da República e para o Parlamento Europeu.

mais informação

<http://www.mai.gov.pt/main.php>

<http://www.stape.pt/>

<http://www.cne.pt/>

<http://www.ine.pt>

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

Razão entre o número de votantes e o número total de eleitores num acto eleitoral, expresso em percentagem de votantes no total dos eleitores.

Os resultados eleitorais apresentados foram obtidos através dos apuramentos efectuados a nível de freguesia e são apresentados por freguesia, concelho e distrito/região autónoma, em valor absoluto e percentual.

A transmissão dos dados para o Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral (STAPE), do Ministério da Administração Interna, é efectuada pelos serviços dos governos civis e dos gabinetes dos ministros da República para as regiões autónomas.

Além da validação do conteúdo de cada mensagem (resultado de cada freguesia), procede-se também à comparação do número de inscritos comunicado no escrutínio provisório com o valor obtido na actualização do recenseamento eleitoral, rectificando-se os casos em que a divergência para mais, supera 10%. Esta pode eventualmente radicar na imprecisão que, por vezes, se regista no número de inscritos apurado no escrutínio provisório. Apesar de presentemente ter uma incidência reduzida, ainda ocorre, ocasionalmente, a indicação, por lapso, do último número de inscrição existente no caderno como correspondendo ao total das inscrições existentes.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

Embora o contexto político-social de cada eleição influencie significativamente o nível de afluência às urnas, dificultando a identificação e interpretação de tendências, este indicador traduz a cidadania activa a nível nacional.

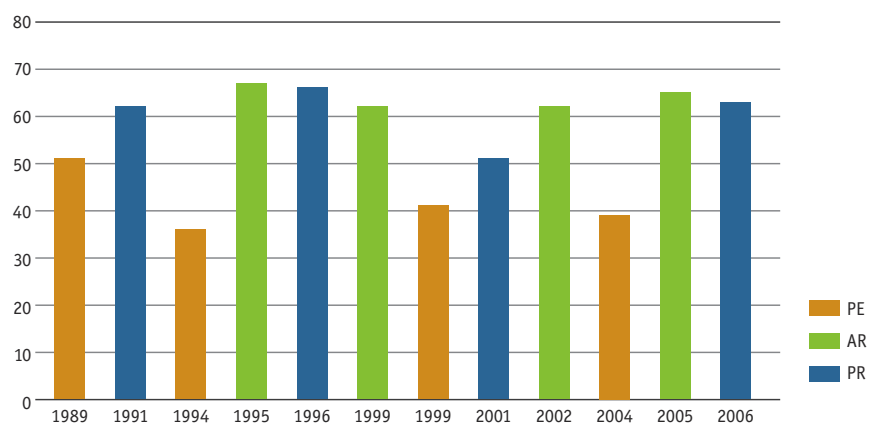
É de salientar que, de um modo geral, nas eleições legislativas se verifica uma maior afluência às urnas, não tendo variado muito a taxa de participação no processo eleitoral.

As eleições para o Parlamento Europeu são as que têm tido a menor participação no nosso país. Nas últimas eleições (2004), a taxa de abstenção atingiu os 61%.

representações gráficas

79 a) Participação nas eleições para a Presidência da República (PR), para a Assembleia da República (AR) e para o Parlamento Europeu (PE)

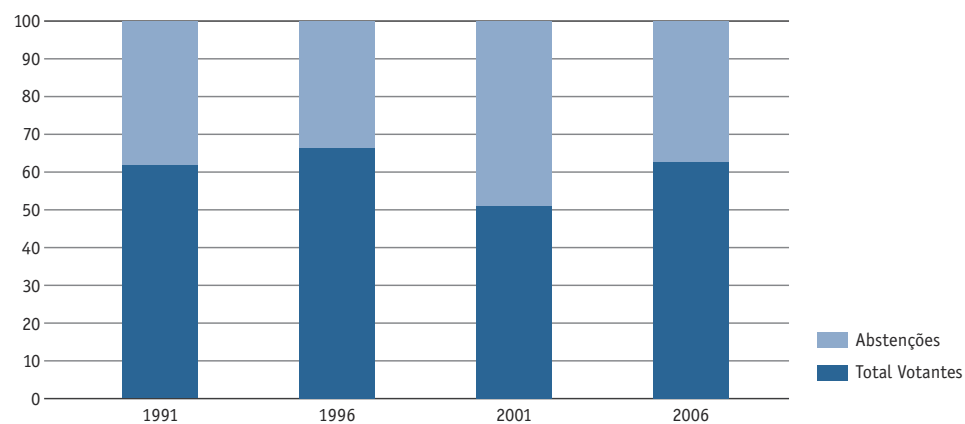
% do total de eleitores



Fonte: STAPE-MAI, 2006

79 b) Participação nas eleições para a Presidência da República

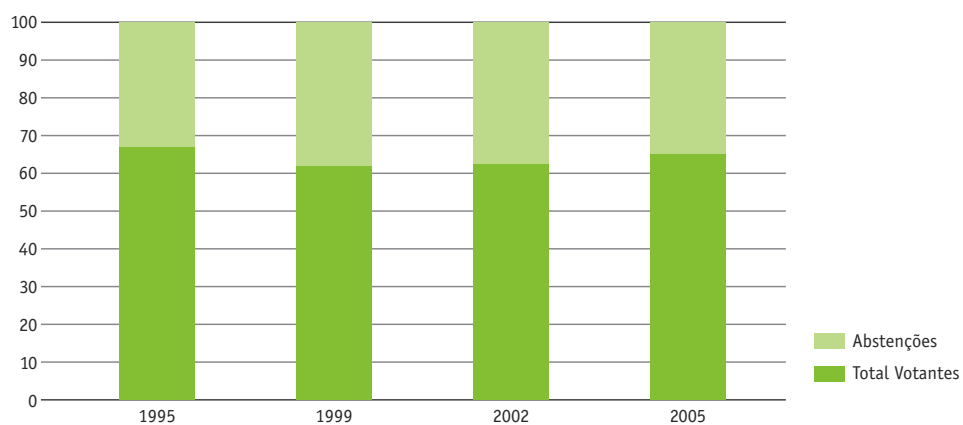
% do total de eleitores



Fonte: STAPE-MAI, 2006

79 c) Participação nas eleições para a Assembleia da República

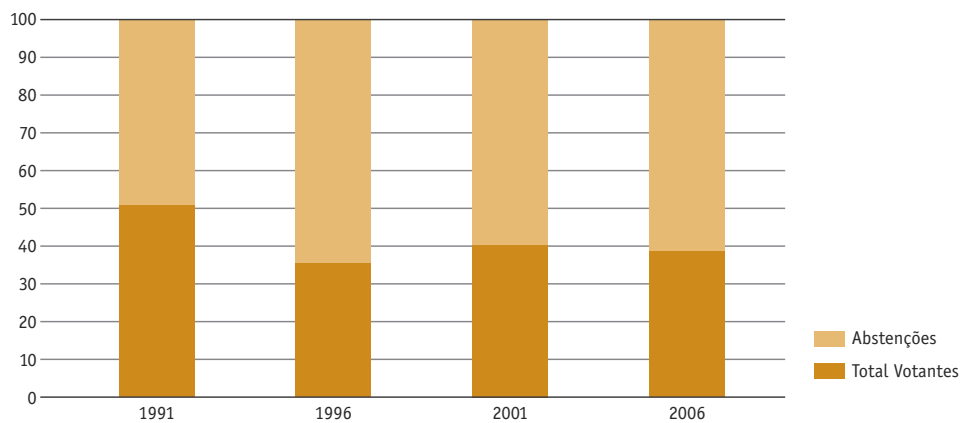
% do total de eleitores



Fonte: STAPE-MAI, 2006

79 d) Participação nas eleições para o Parlamento Europeu

% do total de eleitores



Fonte: STAPE-MAI, 2006

nome do indicador PATENTES

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

CIÊNCIA E TECNOLOGIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

N.º de patentes por 1 milhão de habitantes.

fonte(s)

INPI; Eurostat

descrição

Número de patentes pedidas ao Gabinete Europeu de Patentes (EPO) e concedidas pela organização United States Patent Office (USPTO).

documentos de referência

- Compendium of Patent Statistics (PATSTAT) (OCDE, 2006).

metodologia

Número de patentes pedidas ao Gabinete Europeu de Patentes (EPO) por milhão de habitantes. Todos os pedidos de patentes são contabilizados de acordo com o ano do pedido da patente à EPO, repartido pela Classificação Internacional de Patentes (IPC) e com o país de residência do inventor, utilizando uma contagem fraccionada em casos de inventores ou classes de IPC múltiplas, para evitar duplas contagens.

As "Patentes USPTO" referem-se ao número de Patentes concedidas pela organização United States Patent Office (USPTO), por milhão de habitantes. O número de Patentes dos EUA reporta-se às patentes concedidas, apresentadas pelo ano de publicação, de acordo com o país do inventor; o cálculo é baseado no número inteiro de inventores, bem como no método de contagem fraccionada.

Definições:

As Patentes protegem, a título temporário, as invenções que obedecem a certos requisitos legais. Assim, podem ser objecto de Patente as invenções: novas, i.e. quando não estão compreendidas no estado da técnica; implicando actividade inventiva, i.e., não deve, para um perito na especialidade, resultar de uma maneira evidente do estado da técnica; e susceptíveis de aplicação industrial se o seu objecto puder ser fabricado ou utilizado em qualquer género de indústria ou na agricultura. Entende-se por estado da técnica tudo o que, dentro ou fora do País, foi tornado acessível ao público antes da data do pedido de patente ou modelo de utilidade, por descrição, utilização ou qualquer outro meio. Considera-se igualmente como compreendido no estado da técnica o conteúdo dos pedidos de patentes e de modelos de utilidade requeridos em data anterior à do pedido de patente ou de modelo de utilidade, para produzir efeitos em Portugal e ainda não publicados. É, pois, indispensável que a invenção a ser protegida seja nova no acto do pedido. O que não obsta a que sejam permitidos determinados actos de divulgação, que podem ocorrer antes do pedido de protecção, e que não invalidam a sua novidade, desde que tal facto seja mencionado no acto de pedido, podendo a prova da divulgação ser entregue no prazo de três meses após a apresentação do pedido.

objectivos e metas

Aumentar o número de patentes requeridas ao European Patent Office (EPO) por milhão de habitantes (para 12 em 2010) (ENDS 2015).

análise sumária

As patentes de invenção são títulos que conferem o direito exclusivo de exploração industrial dum invento, impedindo que terceiros fabriquem, importem ou vendam o produto patenteado. As patentes possibilitam assim valorizar produtos e/ou processos, de uma forma que permite promover estratégias adequadas de transferência de tecnologia que assegurem a integridade institucional das organizações. Os inventos susceptíveis de protecção por patente de invenção devem possuir determinados requisitos ou condições de patenteabilidade.

O número de patentes pedidas ao EPO e concedidas pelo USPTO aumentou, de 1992 até 2003. Não obstante, Portugal apresenta um número de patentes pedidas e concedidas significativamente inferior à média europeia.

mais informação

<http://www.inpi.pt>

<http://www.oecd.org/>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

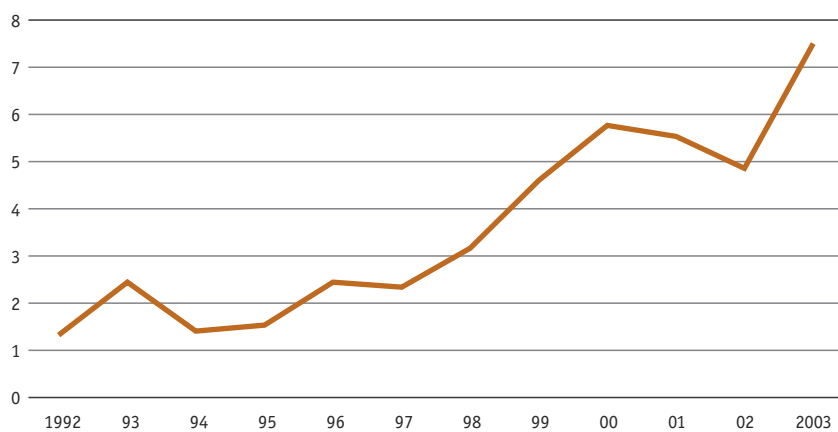
<http://www.uspto.gov/>

<http://www.european-patent-office.org/index.en.php>

representações gráficas

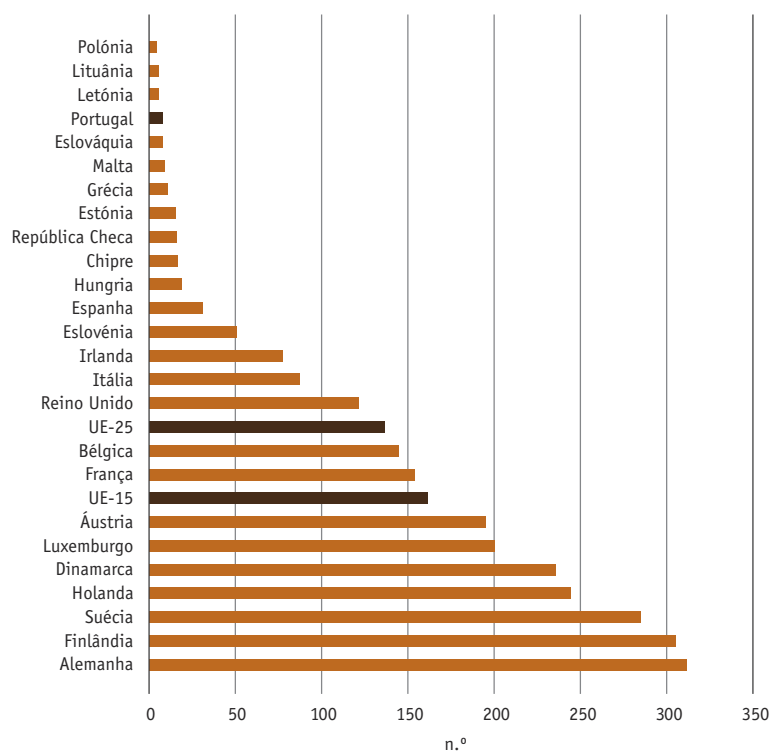
80 a) Número de Patentes pedidas ao Gabinete Europeu de Patentes

n.º por um milhão de habitantes



Fonte: Eurostat, 2007

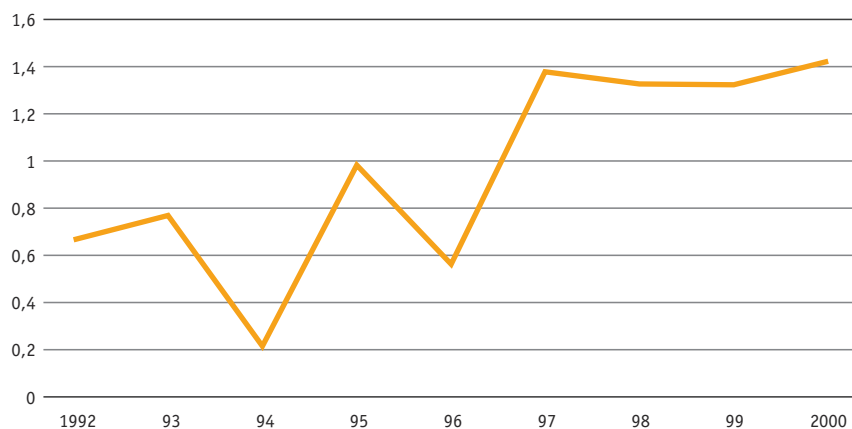
80 b) Número de patentes pedidas ao Gabinete Europeu de Patentes em 2003, na UE-25



Fonte: Eurostat, 2007

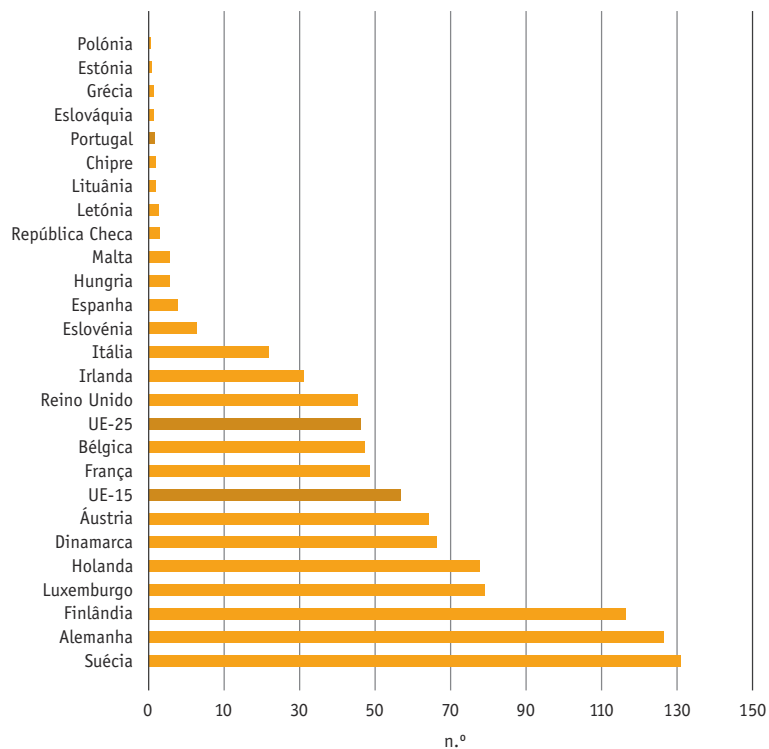
80 c) Número de Patentes concedidas pela organização United States Patent Office

n.º por milhão de habitantes



Fonte: Eurostat, 2007

80 d) Número de Patentes concedidas pela organização United States Patent Office em 2000, na UE-25



Fonte: Eurostat, 2007

nome do indicador POPULAÇÃO ABAIXO DO LIMIAR DE POBREZA

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

COESÃO / EXCLUSÃO SOCIAL

tema(s) UE

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

Eurostat

descrição

Porcentagem da população com rendimentos inferiores ao limiar de pobreza.

documentos de referência

- Plano Nacional de Acção para a Inclusão, 2003-2005 (PCM, 2003);
- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005-2008 (PCM, 2005);
- Estratégia de Lisboa (CE/UE, 2006);
- Estratégia Europeia de Desenvolvimento Sustentável (CE/UE, 2006).

metodologia

A taxa de pobreza corresponde à percentagem de indivíduos na população cujo rendimento por adulto equivalente, antes de transferências sociais, é inferior à linha de pobreza.

O número de "adultos equivalentes" é calculado utilizando a escala modificada da OCDE, que atribui a um adulto (i.e. pessoa com idade superior a 14 anos) o valor 1,0, a cada um de outros adultos 0,5 e a cada criança 0,3.

Todos os rendimentos considerados são rendimentos anuais monetários líquidos.

Definições:

Limiar de pobreza (ou linha de pobreza) - valor correspondente a 60% da mediana do rendimento por adulto equivalente. (Fonte: Eurostat)

Rendimento do agregado por adulto equivalente - total do rendimento monetário anual de um agregado doméstico privado, no ano anterior à pesquisa, dividido pelo número de adultos equivalentes desse agregado doméstico privado. (Fonte: Eurostat)

Rendimento antes de transferências sociais - rendimento total do agregado doméstico privado subtraído de todas as transferências sociais recebidas. As pensões não são consideradas como parte das transferências sociais. (Fonte: Eurostat)

Transferências sociais - pensões de velhice e sobrevivência, subsídios de desemprego, pensões e subsídios de invalidez, abonos de família. (Fonte: Eurostat)

Transferências sociais em espécie - bens e serviços individuais fornecidos a título de transferências em espécie pelas administrações públicas e Instituições Sem Fins Lucrativos ao Serviço das Famílias (ISFLSF) para as famílias, quer esses bens e serviços sejam comprados no mercado quer sejam produzidos como produção não mercantil por administrações públicas ou ISFLSF. Podem ser financiadas pelos impostos, por outras receitas públicas ou por contribuições para a segurança social ou ainda, no caso das ISFLSF, por doações ou rendimentos de propriedade. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, fixados na Declaração do Milénio, em 2000, é, até 2015, reduzir para metade a pobreza extrema e a fome.

análise sumária

A taxa de pobreza em Portugal é semelhante à média europeia, embora o país se classifique em último lugar do ranking europeu relativamente à distribuição dos rendimentos.

Em 2003 a taxa de pobreza na UE-25 antes das transferências sociais variava entre os 16% na Eslovénia e os 36% na Irlanda, enquanto que em Portugal a taxa de pobreza era de 26%.

Nesse mesmo ano a República Checa, Eslovénia e Luxemburgo apresentavam, depois das transferências sociais, as taxas de pobreza mais baixas da UE-25, entre 8% e 10%. Por seu turno, Grécia, Irlanda, Eslováquia, Espanha e Portugal são os países que apresentam a maior parcela da população que vive abaixo do limiar de pobreza, entre os 19% e os 21%, em 2003. Esta situação evidencia que as transferências sociais assumem um papel importante na limitação do problema da pobreza.

Face à persistência em Portugal de um elevado risco de pobreza, mesmo depois das transferências sociais, poder-se-á verificar o agravamento do fenómeno da exclusão social, tendo em conta a inexistência de outros mecanismos suficientemente eficazes para alterar a situação das populações que vivem abaixo do limiar de pobreza.

mais informação

<http://www.ine.pt/>

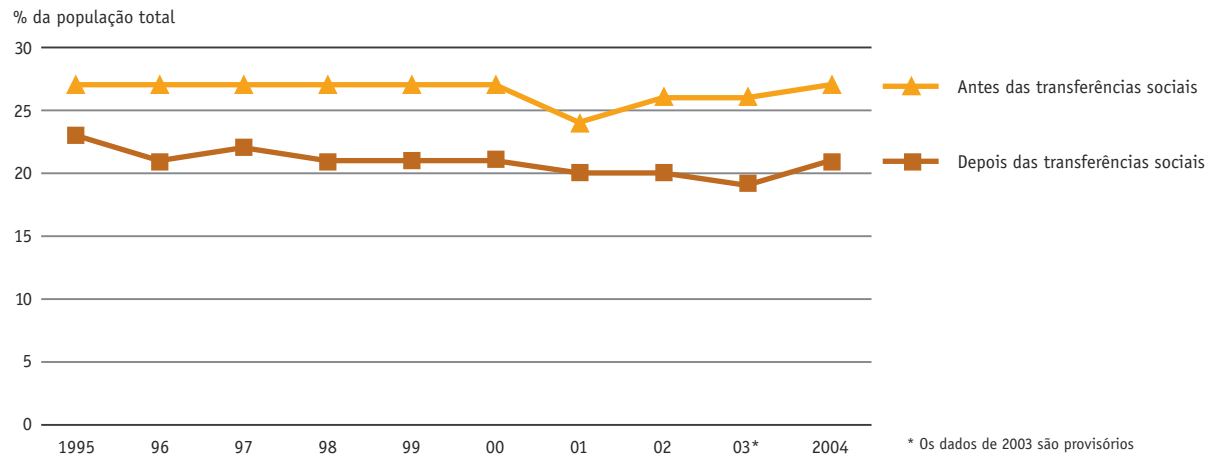
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_goals.asp

<http://www.undp.org/mdg/>

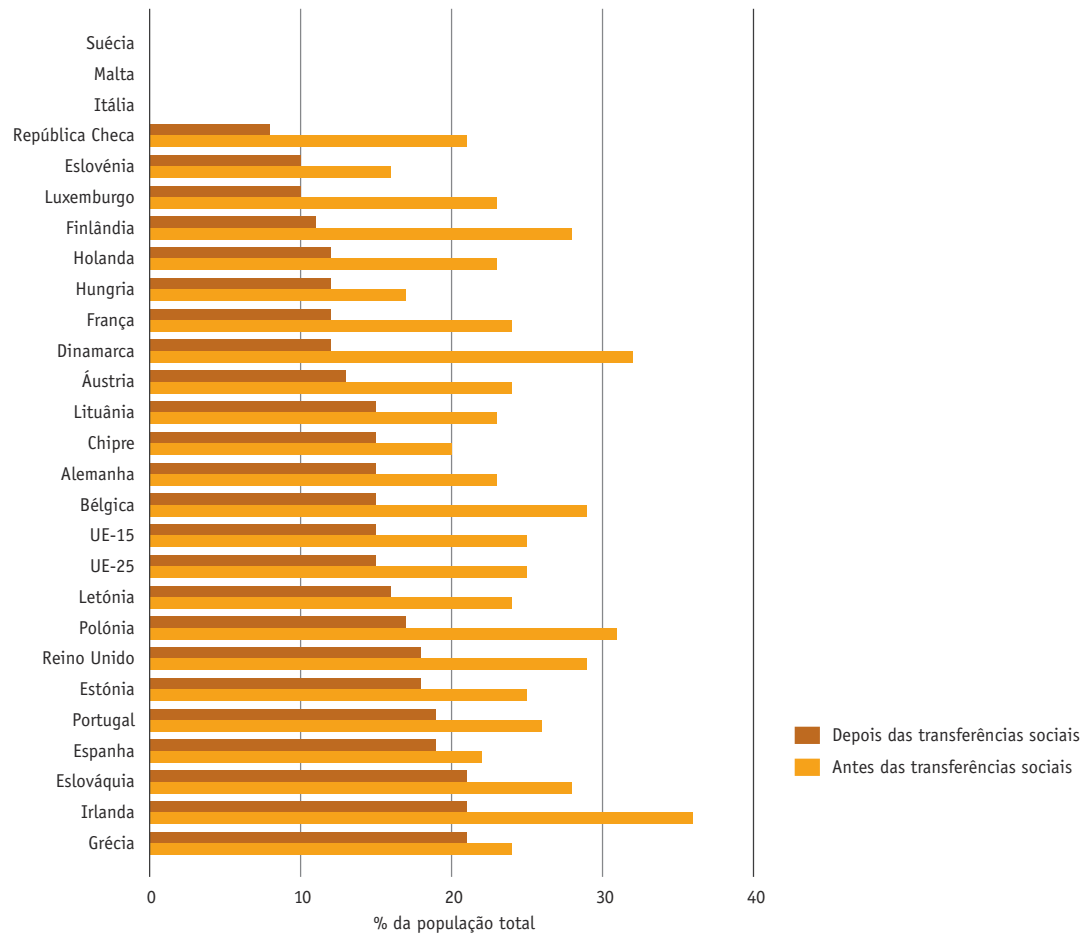
representações gráficas

81 a) Taxa de Pobreza Total, antes e depois das transferências sociais, em Portugal



Fonte: Eurostat, 2006

81 b) Taxa de Pobreza Total, antes e depois das transferências sociais, na UE-25, em 2003



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador POPULAÇÃO EXPOSTA A RUÍDO AMBIENTE EXTERIOR

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)RUÍDO
SAÚDE**tema(s) UE**

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

5 EM 5 ANOS

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL A CURTO PRAZO

unidade(s) de medida

Porcentagem da população exposta a níveis sonoros expressos em decibel (dB(A)).

fonte(s)

APA; Autarquias; Entidades Gestoras de Grandes Infra-estruturas de Transportes; Comissão Europeia

descrição

População exposta a diferentes níveis de pressão sonora, incluindo níveis superiores aos limiares de incomodidade.

documentos de referência

- Ruído Ambiente em Portugal (DGA, 1999);
- O Ruído e a Cidade (IA, 2004);
- Exposição da População a Ruído Ambiente (IA, 2006).

metodologia

O novo quadro legal sobre ruído ambiente (Decreto-Lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral do Ruído - RGR -, e Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de Julho, que transpõe a Directiva 2002/49/CE de 25 de Junho de 2002 relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente, Directiva do Ruído Ambiente - DRA), estabelece como novos indicadores de ruído o Lden (indicador de ruído diurno-entardecer-nocturno: 24 horas) e Ln (indicador de ruído nocturno: das 23 às 7 horas), em que o indicador Lden corresponde ao indicador de ruído associado ao incómodo global e o Ln corresponde ao indicador de ruído associado a perturbações do sono. Para as aglomerações - municípios - com maior expressão populacional e para as grandes infra-estruturas de transportes (GIT) rodoviário, ferroviário e aéreo, a DRA obriga à estimativa da população exposta às diferentes classes de nível sonoro, expressas nos novos indicadores.

A nível dos municípios que não constituam aglomerações, embora não seja obrigatório estimar o número de pessoas expostas a ruído ambiente, existem dados disponíveis em termos dos indicadores LAeq diurno (7h-22h) e LAeq nocturno (22h-7h), expressos em dB(A), que permitem uma caracterização geral do país (cobertura de 79% dos municípios).

Classes de nível sonoro:

- Classe 1: indicador de ruído ≤ 45 ;
- Classe 2: $45 < \text{indicador de ruído} \leq 50$
- Classe 3: $50 < \text{indicador de ruído} \leq 55$;
- Classe 4: $55 < \text{indicador de ruído} \leq 60$;
- Classe 5: $60 < \text{indicador de ruído} \leq 65$;
- Classe 6: $65 < \text{indicador de ruído} \leq 70$;
- Classe 7: $70 < \text{indicador de ruído} \leq 75$;
- Classe 8: indicador de ruído ≥ 75 .

Definições:

Aglomeração - município com mais de 100 000 residentes e densidade populacional superior a 2 500 hab/km². (Fonte: APA)

objectivos e metas

A OMS estabelece como limiar de incomodidade para ruído contínuo 50 dB(A), no período diurno; no período nocturno os níveis sonoros devem situar-se 5 a 10 dB(A) abaixo dos valores diurnos para garantir um ambiente sonoro equilibrado. Para a OCDE, no período diurno valores superiores a 65dB(A) são inaceitáveis e níveis sonoros entre 55 e 65 dB(A) não asseguram conforto acústico aos residentes. Em Portugal, os valores limite para os indicadores Lden e Ln estão estabelecidos pelo RGR.

Zonas mistas - Lden ≤ 65 e Ln ≤ 55 ;

Zonas sensíveis - Lden ≤ 55 e Ln ≤ 45 ;

Zonas sensíveis na proximidade de GIT existente - Lden ≤ 65 e Ln ≤ 55 ;

Zonas sensíveis na proximidade de GIT aéreo em projecto - Lden ≤ 65 e Ln ≤ 55 ;

Zonas sensíveis na proximidade de GIT não aéreo em projecto - Lden ≤ 60 e Ln ≤ 50 ;

Zonas não classificadas - Lden ≤ 63 e Ln ≤ 53 .

De acordo com o estabelecido na DRA, até 31 de Março de 2007 devem ser elaborados mapas de ruído estratégicos, a partir dos quais se deve estimar a população exposta a diferentes classes de níveis sonoros.

análise sumária

O ruído constitui um dos principais problemas ambientais da Europa, já identificado no Livro Verde sobre a Futura Política de Ruído (Comissão Europeia), tendo efeitos significativos a nível da saúde e do bem-estar das populações, sobretudo daquelas que se encontram expostas a níveis muito elevados de ruído ambiente exterior.

A poluição sonora a que a população está exposta tem a sua principal origem no ruído do tráfego rodoviário, sendo também o tráfego aéreo e ferroviário, bem como o industrial, fontes de ruído não desprezáveis. Os seus efeitos mais frequentes traduzem-se em perturbações psicológicas e alterações fisiológicas associadas a reacções de "stress" e cansaço. As zonas com pior qualidade sonora correspondem tipicamente aos grandes centros urbanos, a zonas ao longo de redes viárias importantes, ou ainda áreas de influência de zonas industriais ou de aeroportos, com consequências a nível do decréscimo da qualidade de vida das populações que aí residem.

O número de queixas relativas ao ruído é tradicionalmente alto, embora não existam estatísticas nacionais. Nas DRAOT/CCDR as reclamações têm vindo a diminuir nos últimos anos, provavelmente porque, de acordo com a legislação introduzida em 2001, a fiscalização deve ser efectuada pela entidade licenciadora, logo as reclamações são dirigidas, em primeiro lugar, a essas entidades.

Também em Portugal o tráfego rodoviário é um dos principais responsáveis pela baixa qualidade do ambiente sonoro na maioria dos centros urbanos. De acordo com os dados disponíveis à data, relativos à caracterização global efectuada entre 1994 e 1996, cerca de 57% da população portuguesa encontra-se exposta a ruído incomodativo por residir em locais com níveis superiores a 50 dB (A). As situações mais graves ocorrem nas imediações das principais vias de tráfego rodoviário, nos grandes centros urbanos e respectivas periferias, em particular na região de Lisboa. Esta caracterização encontra-se em fase final de actualização com base nos mapas de ruído elaborados pelos municípios.

No âmbito da 1ª fase de implementação da Directiva 2002/49/CE de 25 de Junho de 2002 relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente (Directiva de Ruído Ambiente, DRA, transposta pelo Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de Julho), até 31 de Março de 2007 devem ser elaborados mapas de ruído estratégicos relativos à situação no ano civil anterior para todas as aglomerações (municípios) com mais de 250 000 habitantes e para grandes infra-estruturas de transporte rodoviário (com mais de 6 milhões de

veículos/ano), ferroviário (com mais de 60 000 passagens/ano) e aéreo (mais de 50 000 movimentos/ano). Estes mapas têm por objectivo a avaliação global da exposição ao ruído ambiente exterior em determinada zona, devido a várias fontes de ruído, ou o estabelecimento de previsões globais para essa zona. A partir destes mapas de ruído, os municípios e entidades gestoras daquelas infra-estruturas devem estimar o número de pessoas que vivem em habitações expostas a diferentes classes de níveis sonoros expressos em termos dos indicadores Lden e Ln . Até 31 de Março de 2012 será implementada a 2ª fase da DRA abrangendo, para além dos já referidos, aglomerações com mais de 100 000 residentes, grandes infra-estruturas de transporte rodoviário com mais de 3 milhões de veículos/ano e ferroviário com mais de 30 000 passagens/ano. A DRA não estabelece valores-limite de ruído, sendo os mesmos estabelecidos pelo RGR. A periodicidade para a obtenção de informação que permita caracterizar a população exposta a ruído ambiente é de 5 em 5 anos.

mais informação

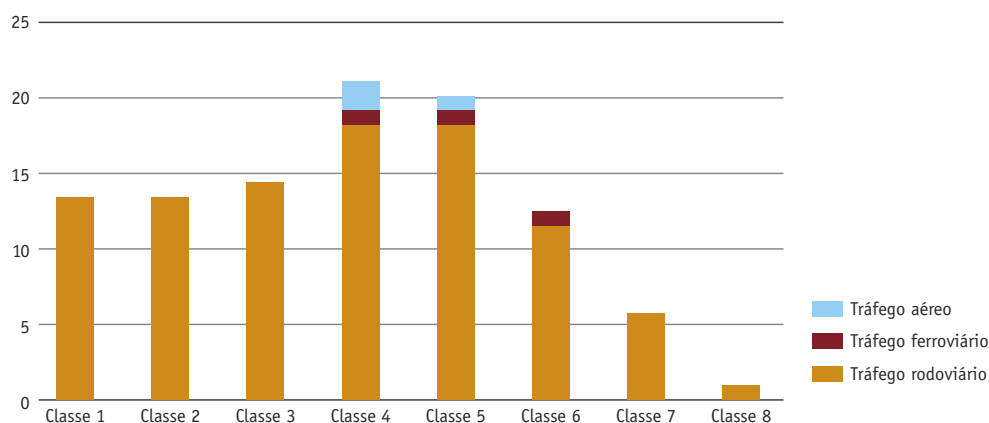
<http://www.apambiente.pt>

<http://ec.europa.eu/environment/noise/home.htm>

representações gráficas

82 a) População nacional exposta às diferentes classes de níveis sonoros - caracterização levada a cabo entre 1994 e 1996

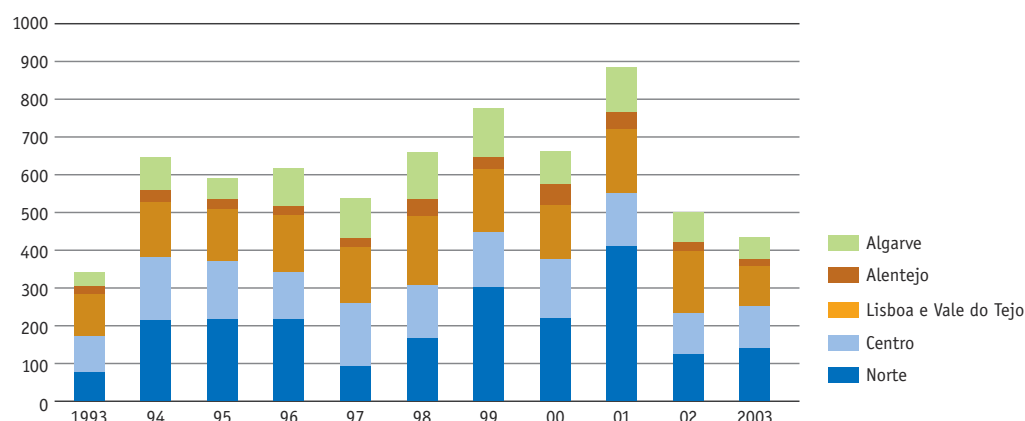
% da população total



Fonte: DGA, 1999

82 b) Número dos processos de reclamações relativas ao ruído recebidas pelas CCDR entre 1993 e 2003

n.º



Fonte: CCDR, 2004

nome do indicador POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA

SIDS regional SIM

indicador-chave NÃO

tema(s)

ÁGUA
SAÚDE

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE (até 2003); INAG

descrição

Porcentagem da população residente servida por sistemas públicos de abastecimento de água.

mais informação

<http://insaar.inag.pt/>

<http://www.ine.pt/>

<http://www.irar.pt/>

documentos de referência

- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais - PEASAR II (2007-2013) (MAOTDR, 2006);
- Relatório sobre o Estado dos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais - INSAAR 2005 (INAG, 2007).

metodologia

Razão entre a população residente ligada à rede pública de abastecimento de água e a população total residente (índice de abastecimento).

Definições:

Rede de distribuição de água - conjunto de condutas, estações elevatórias, postos de cloragem de reforço e outros dispositivos acessórios, inseridos na malha urbana, destinado ao transporte e distribuição domiciliária de água para consumo;

Sistema de abastecimento de água - conjunto de estruturas e equipamentos que asseguram a conectividade hidráulica e que vinculam o meio hídrico a um conjunto de utilizadores, com o objectivo de prestação de serviços de abastecimento de água potável e/ou bruta. (Fonte: INAG-INSAAR)

objectivos e metas

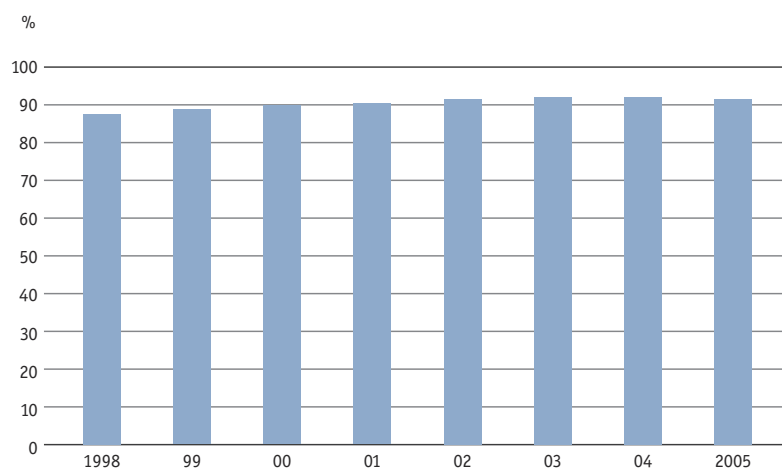
O "PEASAR - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2007-2013)" estabelece como objectivo operacional servir 95% da população total do País com sistemas públicos de abastecimento de água, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento deve atingir pelo menos 90% da população abrangida.

análise sumária

A maioria da população residente em Portugal é abastecida com água ao domicílio, reflectindo os investimentos que se têm vindo a realizar nesta área ao longo dos anos. Ainda se verificam, no entanto, assimetrias entre as várias regiões. Lisboa e Vale do Tejo, Açores e Madeira são as regiões que apresentam as percentagens mais elevadas de população servida com abastecimento domiciliário de água e a região Norte é aquela onde se registam níveis de atendimento mais reduzidos. Em 2005 cerca de 9,17 milhões de habitantes, ou seja 92% da população residente no Continente foram servidos por sistemas públicos de abastecimento de água. Nas regiões autónomas registaram-se valores para 2005 do índice de abastecimento às populações, de 99,7% para os Açores e de 98,4 para a Madeira.

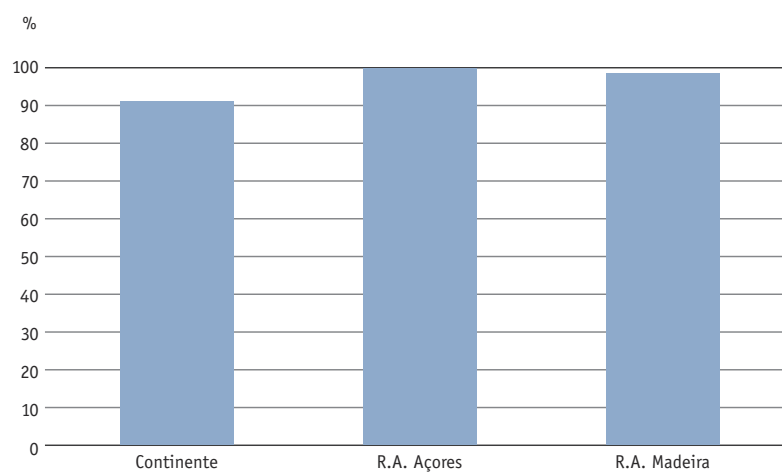
representações gráficas

83 a) População servida por sistema público de abastecimento de água



Fonte: INE, 2005 (dados até 2004); INAG, 2007 (dados de 2005)

83 b) População servida por sistema público de abastecimento de água em 2005



Fonte: INAG, 2007

nome do indicador POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

ÁGUA

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE (até 2003); INAG

descrição

Porcentagem da população residente servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais; Porcentagem da população residente servida por sistemas públicos de tratamento de águas residuais.

documentos de referência

- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais - PEAASAR II 2007-2013 (MAOTDR, 2006);
- Relatório sobre o Estado dos Sistemas Públicos de Abastecimento de Água e de Drenagem e Tratamento de Águas Residuais - INSAAR 2005 (INAG, 2007).

metodologia

Razão entre a população residente ligada à rede pública de drenagem de águas residuais e a população total residente (índice de drenagem); Razão entre a população residente ligada a sistemas públicos de tratamento de águas residuais e a população total residente (índice de tratamento).

Definições:

Rede de drenagem de águas residuais - conjunto de colectores, estações elevatórias, câmaras de visita e outros dispositivos acessórios destinados à drenagem de águas residuais domésticas, urbanas ou industriais;

Sistema de drenagem de águas residuais - conjunto de estruturas e equipamentos que asseguram a conectividade hidráulica e fazem afluir as águas residuais a um meio receptor, com o objectivo de prestação de serviços de drenagem e tratamento de águas residuais;

Estação de tratamento de águas residuais (ETAR) - instalação de tratamento constituída por obras de construção civil e outros equipamentos. O tratamento processa-se através de uma sequência de operações físicas, químicas e biológicas que se dividem em fase líquida (tratamento preliminar, tratamento primário, tratamento secundário e tratamento terciário) e fase sólida (desidratação, espessamento e estabilização);

Fossa séptica - órgão de decantação e digestão, onde as águas residuais domésticas permanecem o tempo suficiente para sofrerem um tratamento físico (sedimentação e flotação) e no qual se processa um tratamento biológico das lamas (digestão anaeróbia). Uma fossa séptica colectiva (FSC) urbana que serve aglomerados urbanos.

(Fonte: INAG - INSAAR)

objectivos e metas

O "PEAASAR - Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2007-2013)" estabelece como objectivo operacional servir 90% da população total do País com sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais urbanas, sendo que em cada sistema integrado o nível de atendimento deve atingir pelo menos 85% da população abrangida.

análise sumária

Em 2005 cerca de 73% da população do Continente era servida por sistemas públicos de drenagem de águas residuais urbanas. Nesse ano, 66% da população era servida por sistemas públicos de tratamento, dos quais cerca de 92% em ETAR e 8% em fossa séptica colectiva. Cerca de 2,5 milhões de habitantes não tiveram águas residuais colectadas e aproximadamente 3,6 milhões não as tiveram tratadas, sendo esta uma das metas em que o Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2000 -2006 (PEAASAR 2000 - 2006) ficou aquém do previsto, uma vez que os níveis de atendimento à população não atingiram os 90%.

Nas Regiões autónomas estes valores são ainda mais baixos, verificando-se índices de drenagem na ordem dos 46% para a Região Autónoma dos Açores e de 61% para a Região Autónoma da Madeira. Quanto aos índices de tratamento, situam-se entre os 33% para os Açores e 50% para a Madeira.

O balanço da implementação do PEAASAR 2000-2006 demonstrou que, embora se tenham verificado progressos significativos no sector da água, continuam a persistir questões fundamentais por resolver que justificam a elaboração de um novo Plano Estratégico para o próximo período de programação dos Fundos Comunitários, o PEAASAR II (2007-2013). Este documento prevê que, em 2013, 90% da população estará abrangida por sistemas públicos de drenagem e tratamento de águas residuais.

mais informação

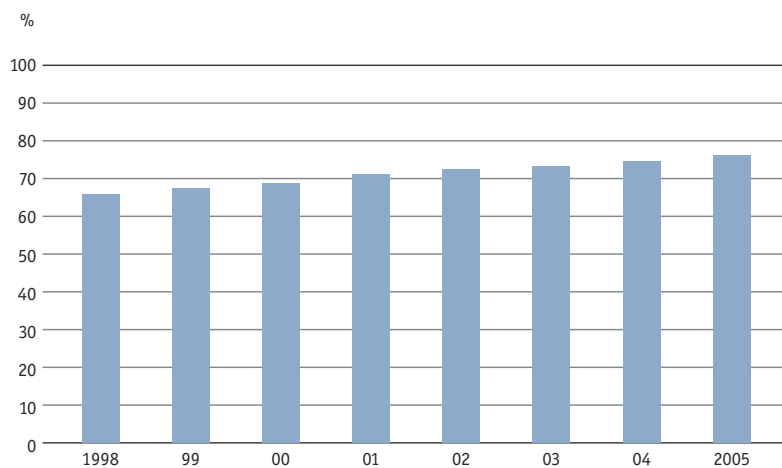
<http://insaar.inag.pt/>

<http://www.irar.pt/>

<http://www.ine.pt/>

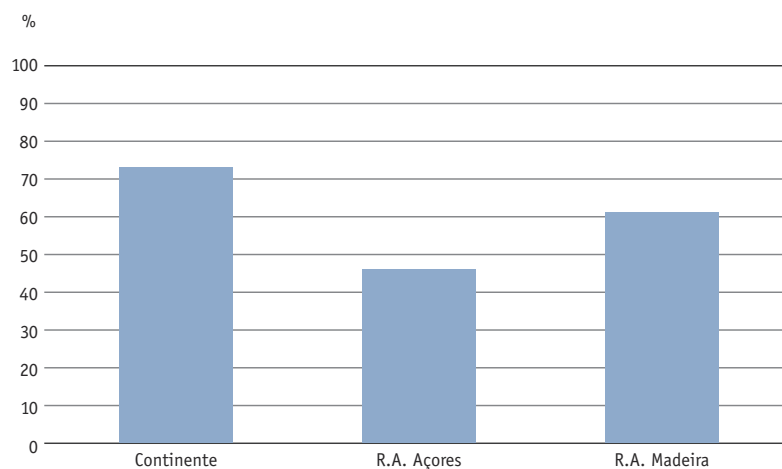
representações gráficas

84 a) População residente servida por redes de drenagem de águas residuais



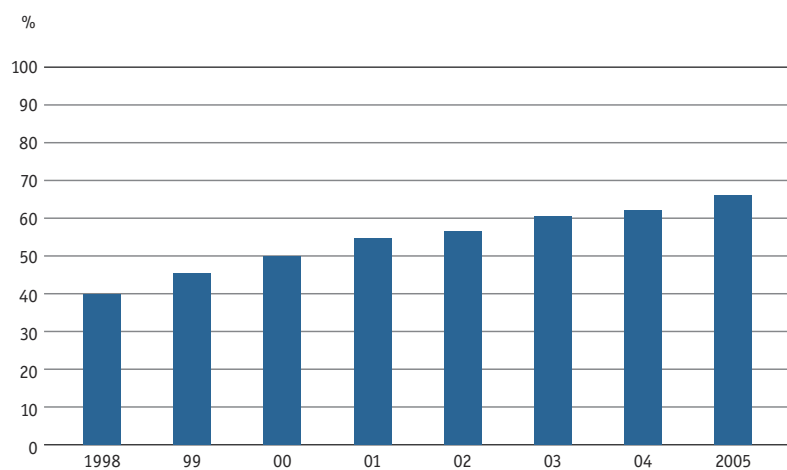
Fonte: INE, 2006 (dados até 2004); INAG, 2007 (dados de 2005)

84 b) População residente servida por redes de drenagem de águas residuais, em 2005



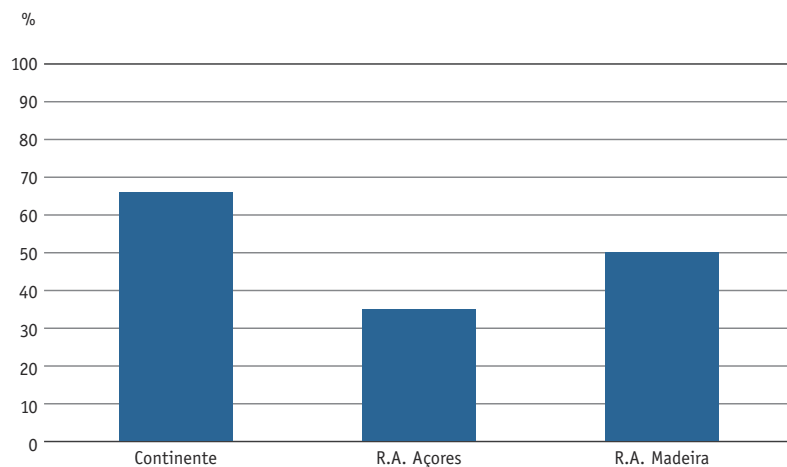
Fonte: INAG, 2007

84 c) População residente servida por instalações de tratamento de águas residuais



Fonte: INE, 2006 (dados até 2004); INAG, 2007 (dados de 2005)

84 d) População residente servida por instalações de tratamento de águas residuais, em 2005



Fonte: INAG, 2007

nome do indicador POUPANÇA LÍQUIDA NACIONAL

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE; Eurostat

descrição

Parte do rendimento nacional líquido disponível que não é afectada à despesa de consumo final, podendo por isso ser usada no investimento líquido do consumo de capital (amortizações) ou, possivelmente, em transferências de capital para o resto do mundo.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

A poupança líquida nacional é medida em percentagem do rendimento nacional líquido disponível. As poupanças dos sectores privado e público são medidas em percentagem do PIB a preços correntes.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

A poupança líquida nacional (PLN) total apresenta uma tendência decrescente desde 1998, sempre inferior à da média dos 15 países da UE. A partir de 2003, a PLN apresenta valores negativos, tendo em 2005 atingido uma taxa negativa de, aproximadamente, 4%.

Pela análise dos dois gráficos verifica-se que a poupança do sector público apresenta uma tendência semelhante à poupança total, evidenciando a forte influência que apresenta na poupança total.

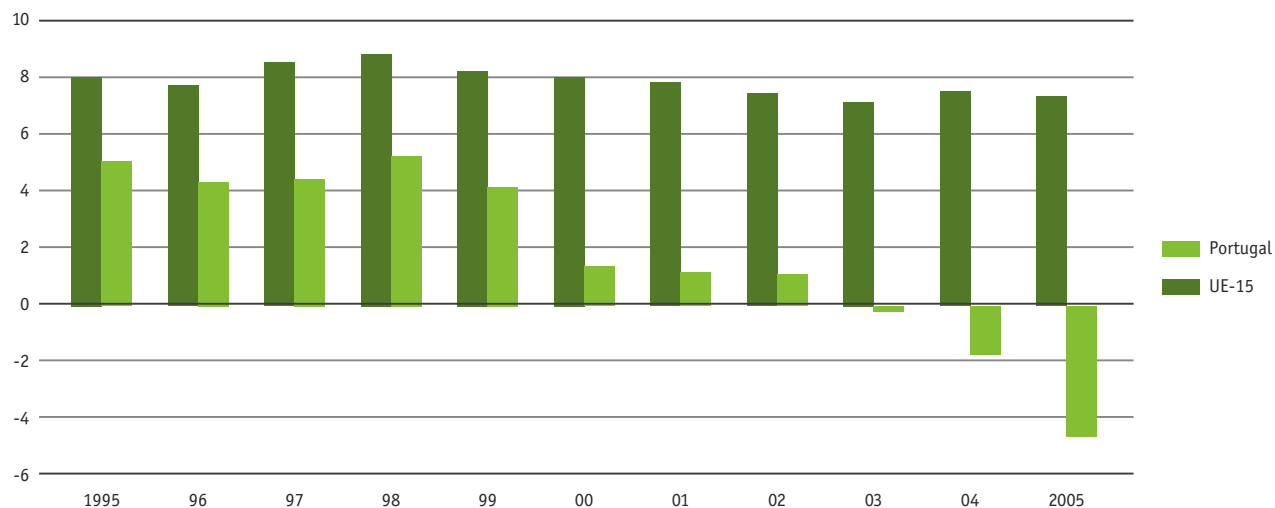
mais informação

<http://www.gee.min-economia.pt>

representações gráficas

85 a) Poupança líquida total

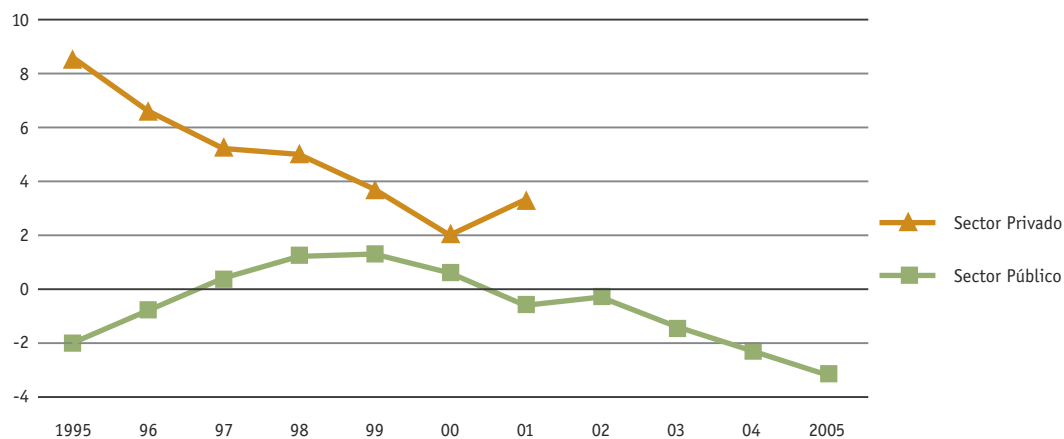
% Rendimento nacional líquido disponível



Fonte: Eurostat, 2006

85 b) Poupança líquida (% PIB): sectores público e privado nacionais

% do PIB



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador PREVALÊNCIA DE ASMA EM CRIANÇAS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

IMPACTE

periodicidade

VARIÁVEL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

DGS; ISAAC

descrição

A prevalência de asma em crianças é um indicador que permite inferir sobre os efeitos ambientais, designadamente, os problemas associados à poluição atmosférica, na saúde humana, e em particular nas crianças por serem um grupo susceptível a esta problemática.

documentos de referência

- Worldwide variations in the prevalence of asthma symptoms: the International Study of Asthma and Allergies in Childhood (ISAAC,1998);
- European Community Respiratory Health Survey. Variations in the prevalence of respiratory symptoms, self-reported asthma attacks and use of asthma medication in the European Community Respiratory Health Survey (ISAAC, 1996);
- Children's health and environment: A review of evidence Children's. Environmental issue report 29. (AEA, 2002).

metodologia

Os dados apresentados referem-se a um estudo elaborado pelo International Study of Asthma and Allergies in Childhood (ISAAC) em 1995, no qual foram elaborados inquéritos escritos a uma amostra de crianças em idade escolar em diversos países. Em Portugal, foram realizados inquéritos a 15 880 crianças (5129 crianças entre os 6-7 anos e 10 751 crianças entre os 13 e 14 anos) no Funchal, Lisboa, Portimão e Porto. Estes dados são citados por diversas organizações de referência internacional, designadamente Organização Mundial de Saúde e Agência Europeia do Ambiente.

Definições:

Asma - doença inflamatória crónica das vias aéreas que, em indivíduos susceptíveis, origina episódios recorrentes de pieira, dispneia, aperto torácico e tosse particularmente nocturna ou no início da manhã, sintomas estes que estão geralmente associados a uma obstrução generalizada, mas variável, das vias aéreas, a qual é reversível espontaneamente ou através de tratamento.

Pieira - ruído produzido pela respiração das pessoas atacadas de doença nas vias respiratórias.

objectivos e metas

O Programa Nacional de Controlo de Asma (Ministério da Saúde, 2000) define as seguintes metas para 2007:

- redução do número de internamentos hospitalares por asma, que nas crianças e adolescentes (<19 anos) deverá atingir, pelo menos, 20% dos valores basais;
- redução do absentismo escolar e laboral por asma, que na população escolar deverá atingir, pelo menos, 30% dos valores basais.

análise sumária

A asma é uma "doença inflamatória crónica das vias aéreas que, em indivíduos susceptíveis, origina episódios recorrentes de pieira, dispneia, aperto torácico e tosse particularmente nocturna ou no início da manhã, sintomas estes que estão geralmente associados a uma obstrução generalizada, mas variável, das vias aéreas, a qual é reversível espontaneamente ou através de tratamento."

A asma é uma das doenças crónicas mais frequentes, a nível mundial, e afecta, segundo estimativas internacionais, mais de 150 milhões de pessoas em todo o Mundo. Por diversas razões de ordem etiopatogénica e epidemiológica, tem-se verificado, nos países desenvolvidos, um crescimento das suas incidência e prevalência. A prevalência da asma é mais elevada na população infantil e juvenil, constituindo uma causa frequente de internamento hospitalar.

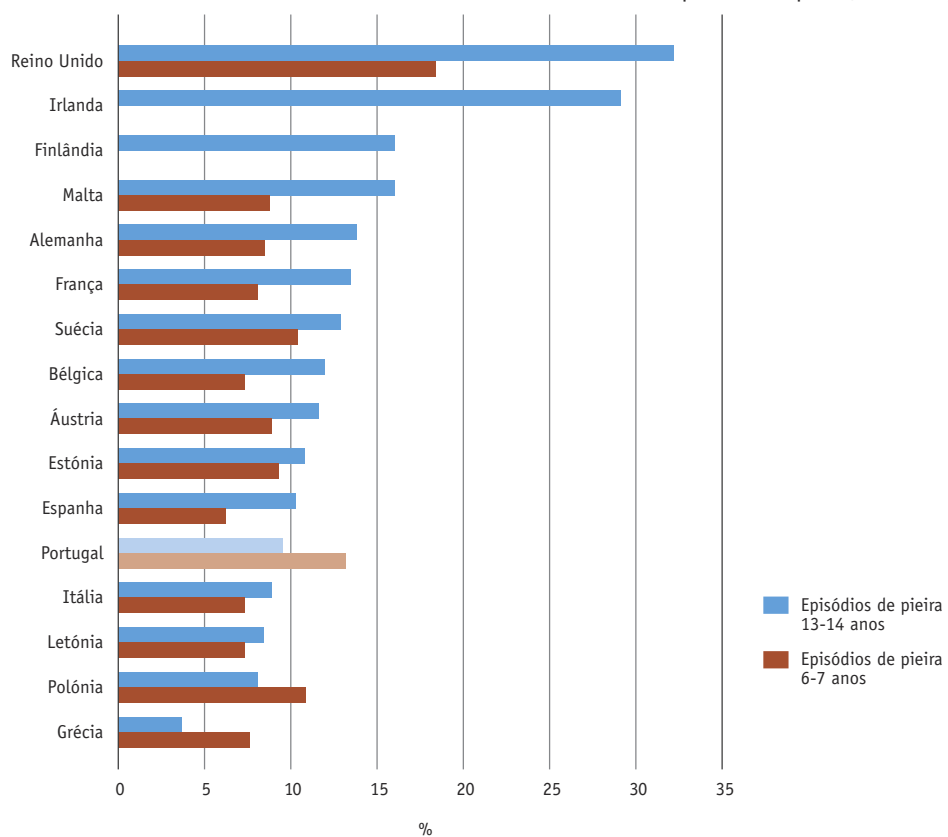
Sendo uma doença crónica frequente na criança, sabe-se que, em Portugal, a prevalência média da asma atingirá aproximadamente 11% da população no grupo etário dos 6-7 anos e 11,8% no dos 13-14 anos, estimando-se que o número total de doentes possa ultrapassar os 600 000. Relativamente aos sintomas de asma, designadamente episódios de pieira, diagnosticados em crianças durante doze meses, Portugal apresenta uma prevalência de 10 e 13% em crianças dos 6 aos 7 e dos 13 aos 14 anos, respectivamente. Denota-se, no entanto, que a prevalência deste sintoma é maior no grupo de crianças entre os 13 e 14 anos na maioria dos países, à excepção de Portugal e Polónia.

mais informação

<http://isaac.auckland.ac.nz>
<http://www.who.int>

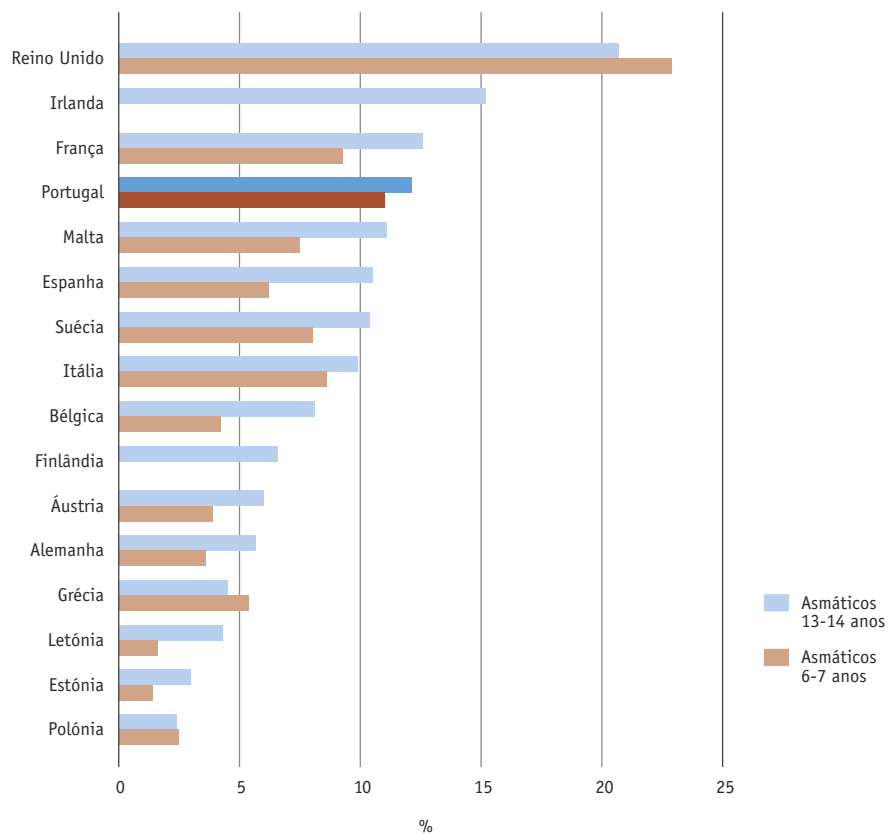
representações gráficas

86 a) Prevalência de sintomas de asma relatados durante 12 meses: episódios de pieira, em crianças dos 6-7 e dos 13-14 anos, em 1995



Fonte: ISAAC, 1998

86 b) Prevalência de asma em crianças dos 6-7 e dos 13-14 anos, em 1995



Fonte: ISAAC, 1998

nome do indicador PRODUÇÃO AGRÍCOLA CERTIFICADA

SIDS regional NÃO

indicador-chave SIM

tema(s)AGRICULTURA
SOLOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**tema(s) UE**

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentávelAMBIENTAL
ECONÓMICA**objectivos da ENDS 2015**

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Hectares; Percentagem; Percentagem da área agrícola total.

fonte(s)

DGADR; INE; AEA

descrição

Produção agrícola em modos que valorizam o ambiente e o espaço rural, incluindo a área agrícola em Modo de Produção Biológico (MPB) e em Modo de Produção Integrado (MPRODI).

documentos de referência

- Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural (PNDR) 2007-2013 (MADRP, 2006).

metodologia

Quantificação do total de área agrícola (expresso em hectares) em modos de produção específica valorizadores do ambiente e do espaço rural, englobando o Modo de Produção Biológico (MPB) e o Modo de Produção Integrado (MPRODI).

Definições:

Superfície Agrícola utilizada (SAU) - superfície da exploração que inclui: terras aráveis (limpa e sob-coberto de matas e florestas), horta familiar, culturas permanentes e pastagens permanentes. (Fonte: INE)

Modo de Produção Biológico (MPB) - sistema de produção que se baseia na interação dinâmica entre o solo, as plantas, os animais e os seres humanos, considerados como uma cadeia indissociável, em que cada elo afecta os restantes, e que promove e melhora a saúde do ecossistema agrícola, ao fomentar a biodiversidade, os ciclos biológicos e a actividade biológica dos solos; é conseguido através do uso de métodos culturais, biológicos e mecânicos em detrimento da utilização de materiais sintéticos. (Fonte: MA -IDRHa)

Modo de Produção Integrado (MPRODI) - sistema agrícola de produção de alimentos de alta qualidade que utiliza os recursos naturais e mecanismos de regulação natural em substituição de factores de produção prejudiciais ao ambiente e de modo a assegurar, a longo prazo, uma agricultura viável. Em produção integrada, é essencial a preservação e melhoria da fertilidade do solo e da biodiversidade e a observação de critérios éticos e sociais. (Fonte: OILB - Organização Internacional de Luta Biológica e Protecção Integrada, 2004)

objectivos e metas

O Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013 estabelece como meta para 2013 aumentar a área de Superfície Agrícola Utilizada (SAU) em relação ao valor de 2005 (233 hectares).

análise sumária

A agricultura biológica é um modo de produção agrícola que respeita o ambiente e a biodiversidade, na medida em que é dada preferência aos recursos renováveis e à reciclagem, devolvendo-se aos solos os nutrientes presentes nos resíduos. Além disso, são respeitados os mecanismos ambientais de controlo de pragas e doenças, uma vez que se evita a quase totalidade dos produtos químicos de síntese na produção vegetal e na criação de animais, nomeadamente pesticidas, herbicidas e adubos,

hormonas de crescimento, antibióticos e manipulações genéticas.

A superfície ocupada por agricultura biológica tem aumentado assinalavelmente em Portugal continental, passando em 12 anos (de 1994 a 2005), de 2 799 para 233 458 hectares, ou seja, de cerca de 0,2% do total da SAU para 6,3% da mesma, quase atingindo a meta estabelecida para 2007 de 7% pelo Plano Nacional para o Desenvolvimento da Agricultura Biológica 2004-2007. Desde 1996 tem-se verificado também um crescimento progressivo do número de agricultores dedicados a esta prática. No entanto, num universo de cerca de 400 000 agricultores, em 2005 o número de operadores em Portugal continental apenas atingiu os 1 577.

Analisando por região agrária, é no Alentejo que a agricultura biológica tem uma maior expressão, representando, em 2005, cerca de 60% da superfície total no continente. Seguem-se as regiões da Beira Interior e do Oeste, que, com o Alentejo, ocupavam em 2005 90% das áreas agrícolas dedicadas à agricultura biológica. No litoral, sobretudo a Norte, estas áreas são escassas.

No mesmo ano, a produção com recurso à agricultura biológica era constituída sobretudo pelas pastagens, com cerca de 66%, seguindo-se as culturas arvenses (cereais, oleaginosas e proteaginosas) com 18% e o olival com pouco mais de 12%. Estas três culturas representavam assim cerca de 96% do total da produção, enquanto que a produção de produtos horto-frutícolas não chegou a 1%.

Embora, à semelhança de outros países europeus, Portugal tenha vindo a aumentar a superfície dedicada à agricultura biológica, o valor ainda é relativamente baixo quando comparado com os restantes países do espaço comunitário, sobretudo os do Norte da Europa e a Itália. Assinale-se que a percentagem é significativamente baixa na maioria dos países da adesão. A área sujeita ao modo de produção integrada, apesar de ainda ser pouco significativa, tem vindo a aumentar, atingindo cerca de 40 000 hectares em 2005.

mais informação

<http://www.min-agricultura.pt>

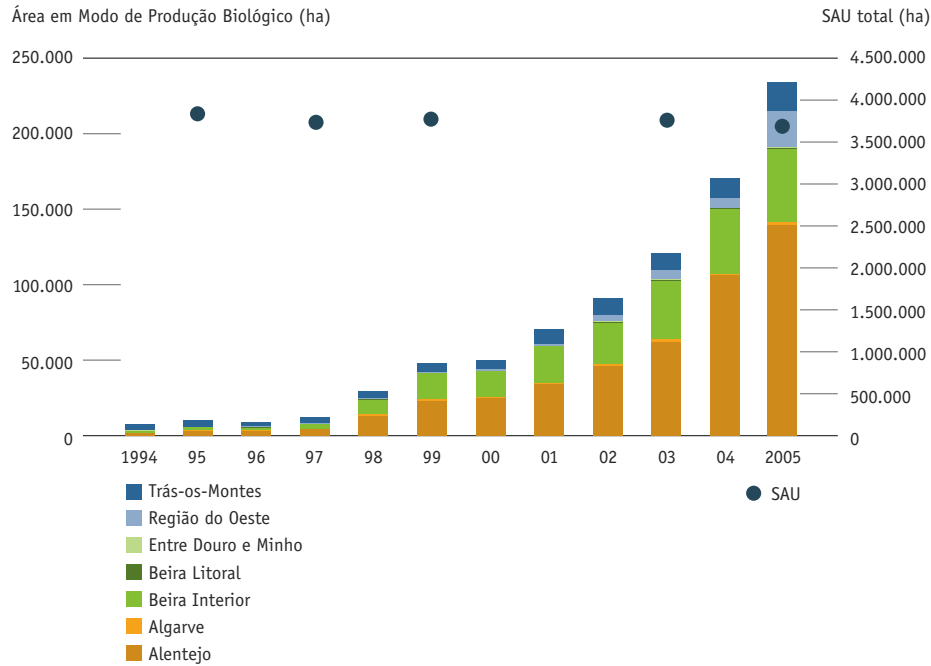
<http://www.gppaa.min-agricultura.pt/>

<http://www.dgadr.min-agricultura.pt/>

http://ec.europa.eu/agriculture/rurdev/index_pt.htm

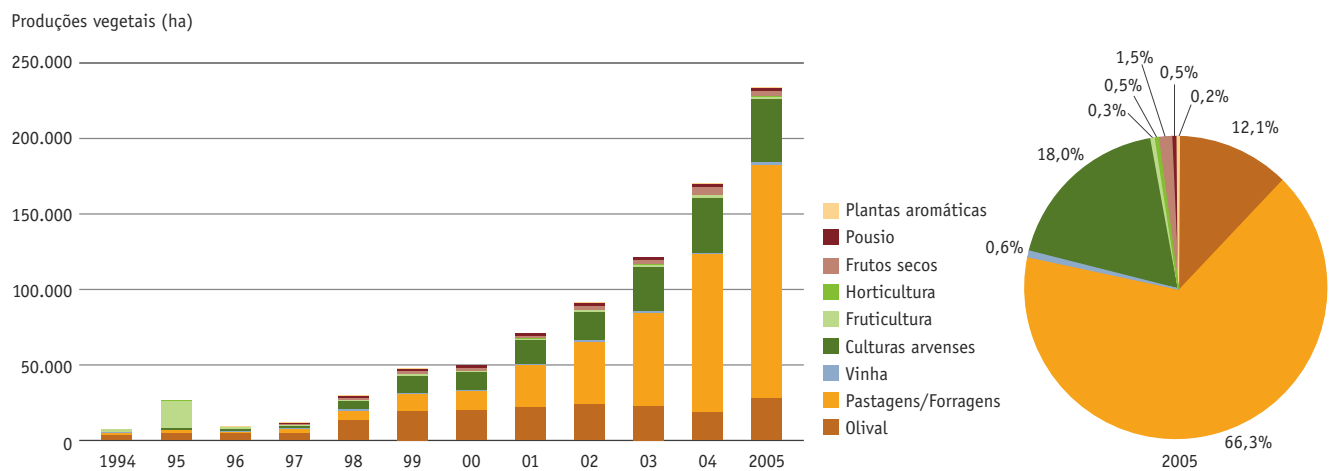
representações gráficas

87 a) Área de agricultura biológica, por Região Agrária, em Portugal continental e Superfície Agrícola Utilizada (SAU)



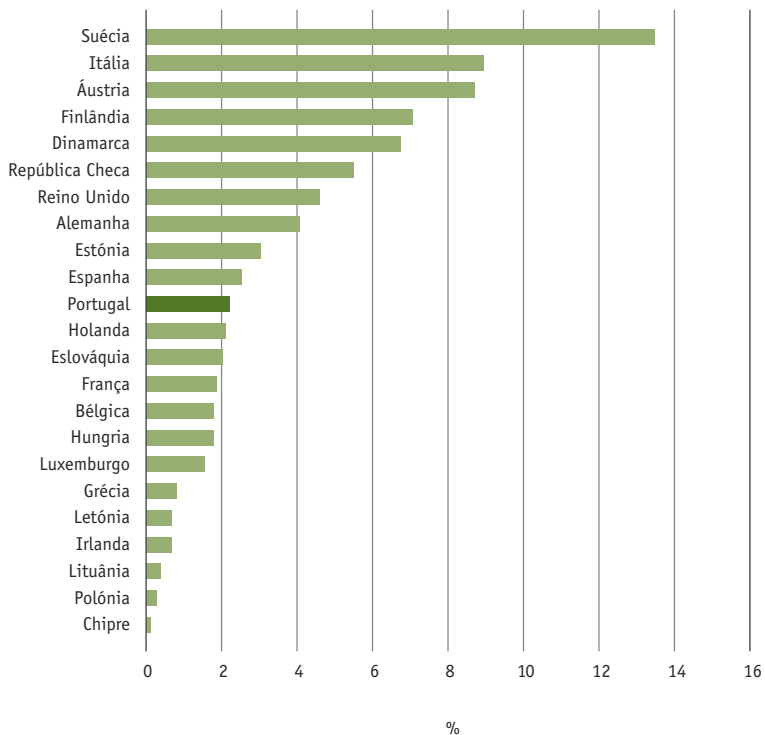
Fonte: IDRHa, 2006; INE, 2006

87 b) Distribuição relativa das áreas ocupadas por agricultura biológica pelas principais culturas em Portugal continental



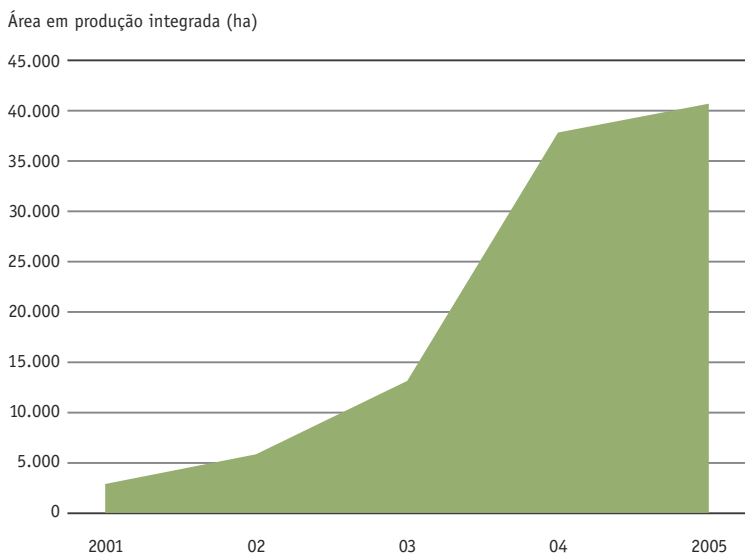
Fonte: IDRHa, 2006

87 c) Percentagem da área de agricultura biológica em relação à Superfície Agrícola Utilizada (SAU), na UE-25, em 2002



Nota: Não se encontram disponíveis os dados para Malta e Eslovénia.
 Fonte: AEA, 2006

87 d) Evolução das áreas em produção integrada



Fonte: IFADAP, 2006

nome do indicador PRODUÇÃO AQUÍCOLA

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

PESCAS

tema(s) UE

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIRACTIVIDADE / FORÇA MOTRIZ
PRESSÃO**periodicidade**

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Toneladas; Hectares; Número.

fonte(s)

DGPA/INE

descrição

Cultivo e produção de organismos aquáticos (peixes, moluscos, crustáceos, plantas aquáticas) em águas interiores e oceânicas, por espécie produzida.

documentos de referência

- Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007-2013 (DGPA, 2006);
- Estratégia para o Desenvolvimento Sustentável da Aquicultura Europeia (CE/UE, 2002).

metodologia

Contabilização do volume de produção (em toneladas) do total de espécies produzidas em aquicultura, em águas interiores e oceânicas, por tipo de água e regime de exploração (águas doces e marinhas/salobras), em estabelecimentos adequados a essa actividade.

Definições:

Aquicultura em água doce - cultura de organismos aquáticos em água doce, nomeadamente água de rios e outros cursos de água, lagos, tanques e albufeiras em que a água tenha uma salinidade constante insignificante. (Fonte: INE)

Aquicultura em água marinha - cultura de organismos aquáticos em água cujo grau de salinidade é elevado e não está sujeito a variações significativas. (Fonte: INE)

Aquicultura em água salobra - cultura de organismos aquáticos em água cujo grau de salinidade é significativo embora não seja constantemente elevado. A salinidade pode estar sujeita a variações consideráveis devido ao influxo de água doce ou do mar. (Fonte: INE)

Estabelecimentos - Unidade onde se procede à cultura de organismos aquáticos, pressupondo a intervenção humana no processo de produção (repopoamento, alimentação e protecção contra predadores) e a existência de propriedade individual ou colectiva sobre o resultado da produção. (Fonte: INE)

Regime Extensivo - regime de aquicultura no qual a alimentação é exclusivamente natural. (Fonte: INE)

Regime Intensivo - regime de aquicultura no qual a alimentação é predominantemente artificial. (Fonte: INE)

Regime Semi-intensivo - regime de aquicultura no qual se associam ao alimento natural suplementos de alimento artificial. (Fonte: INE)

objectivos e metas

O Plano Estratégico Nacional para a Pesca estabelece como objectivo aumentar o volume de produção aquícola para 15 000 toneladas e diversificar a produção aquícola através da introdução de novas espécies (8 espécies), até 2013. Define ainda que a representatividade da aquicultura na produção nacional do sector passe de 3% (2004) para 8% em 2013.

No mesmo plano é ainda estabelecida uma meta para a oferta de produtos de aquicultura e salicultura com certificação de qualidade, que actualmente não existem, mas que se estabelece serem 2 em 2013.

análise sumária

A aquicultura é uma actividade muito diversificada, que abrange uma vasta gama de espécies, sistemas e práticas, para a qual Portugal dispõe de factores naturais favoráveis. A dimensão económica do sector contribui para a criação de novos nichos económicos, ou seja, para a criação de emprego, para uma utilização mais eficiente dos recursos locais e para a criação de oportunidades de investimento produtivo. A contribuição da aquicultura para o comércio, a nível local e internacional, tem vindo a aumentar.

Tendo em conta esta importância, o Plano Estratégico Nacional para a Pesca 2007-2013 estabelece como uma das suas grandes quatro prioridades estratégicas no sector da pesca: reforçar, inovar e diversificar a produção aquícola, no horizonte temporal do Plano.

A produção aquícola constitui uma alternativa às formas tradicionais de abastecimento de pescado. Em Portugal, a aquicultura marinha caracterizou-se, inicialmente, pela predominância de estabelecimentos explorados por estruturas familiares em regime extensivo tendo, nos últimos anos, evoluído no sector da piscicultura para unidades que funcionam em regime de exploração semi-intensivo e, nalguns casos, exploradas por empresas com alguma dimensão, inclusive de nível internacional.

O total da produção aquícola nacional teve um acréscimo de 53%, entre 1990 e 2004. Neste último ano, foram produzidas cerca de 6 000 toneladas de peixes e moluscos, em águas marinhas e salobras, e de 1 000 em águas doces. Assim, a produção aquícola estimada aproximou-se das 7 000 toneladas, o que corresponde a cerca de 5% dos desembarques de pescado fresco e refrigerado, no Continente, e apenas 3% da produção nacional de pescado.

A produção em águas doces tem vindo a perder importância. Em 2004, 87% da produção correspondia à produção em águas marinhas e salobras.

A principal espécie cultivada é a amêijoia, que, em 2004, representou 30% da produção aquícola total. A espécie mais cultivada em água doce é a truta, enquanto em águas marinhas e salobras, as principais espécies de peixes cultivadas são a dourada e o robalo, cuja tecnologia de produção está mais desenvolvida, apresentando, do ponto de vista biológico, maior tolerância aos parâmetros ambientais locais.

A estrutura produtiva da aquicultura, em 2004, era constituída por 1 481 estabelecimentos activos (37 em águas doces e 1 444 em águas salobras/marinhas), que ocupavam uma área de 1 944 hectares, predominando os estabelecimentos explorados por estruturas familiares, em regime extensivo e semi-intensivo.

mais informação

<http://www.ine.pt/>

<http://www.dg-pescas.pt/>

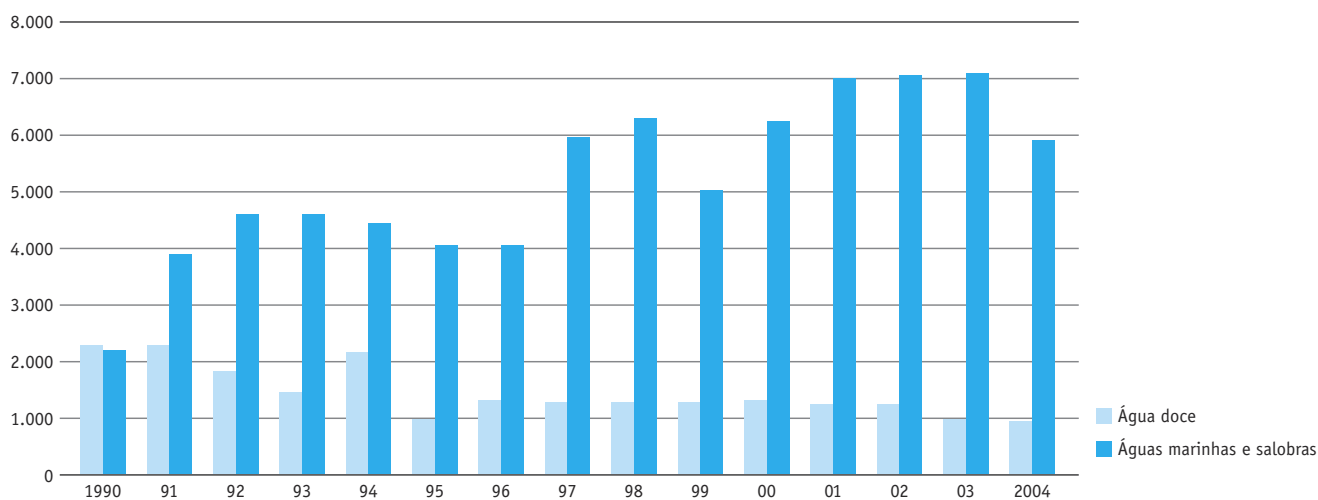
http://ec.europa.eu/fisheries/index_pt.htm

<http://www.fao.org/>

representações gráficas

88 a) Produção aquícola em águas interiores e oceânicas por tipo de água

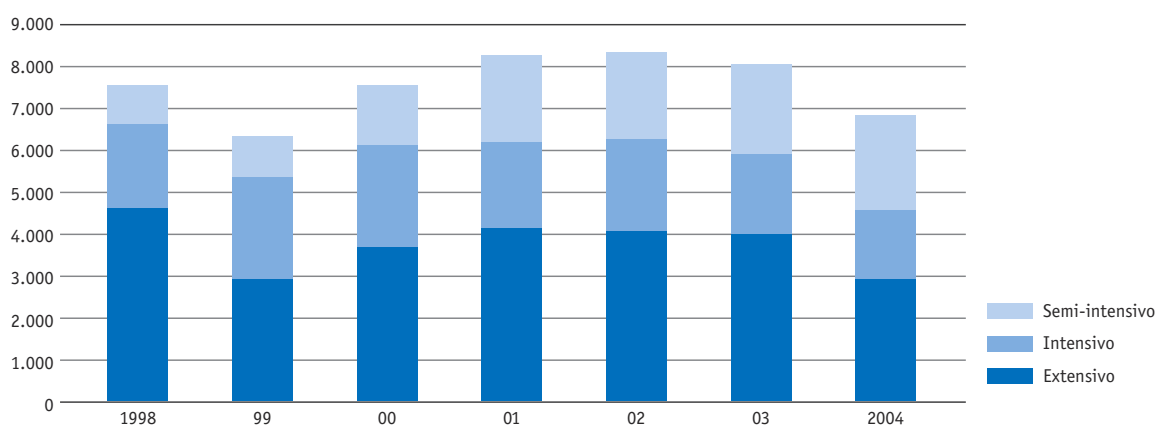
Produção aquícola (t)



Fonte: DGPA, INE, 2006

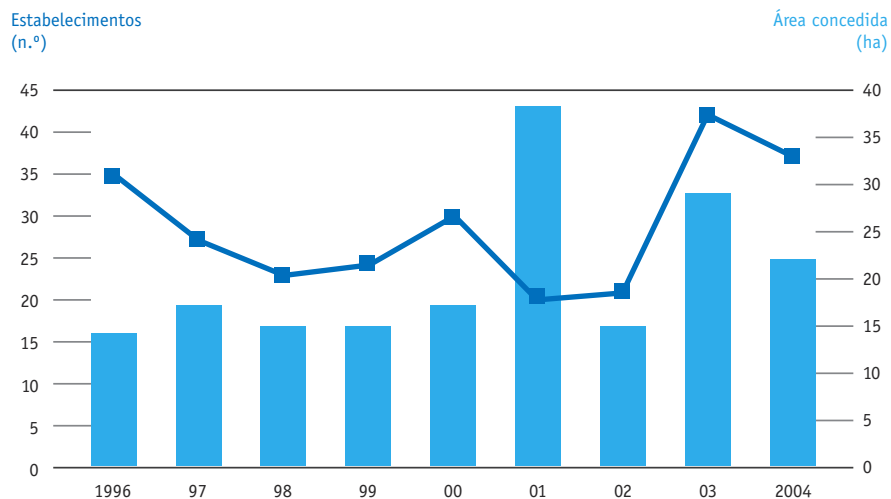
88 b) Produção aquícola em águas interiores e oceânicas por tipo de regime

Produção aquícola (t)



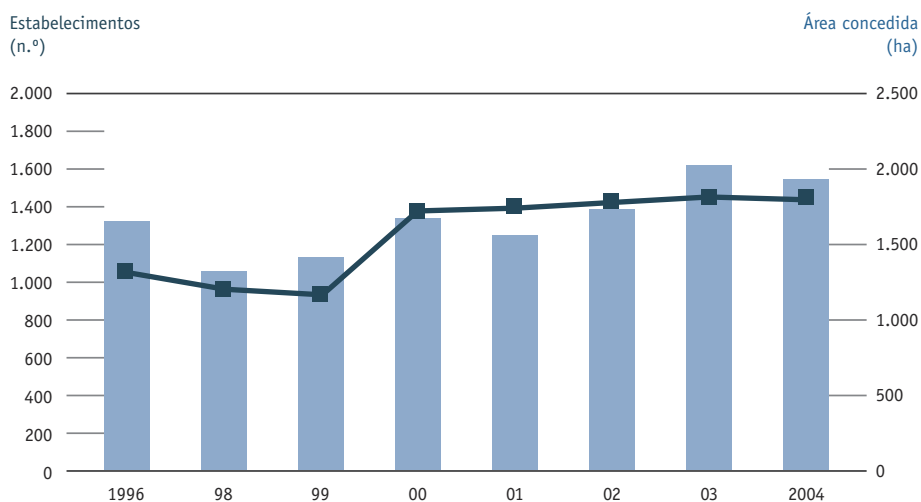
Fonte: DGPA, INE, 2006

88 c) Aquicultura em água doce - estabelecimentos licenciados activos e área concedida



Fonte: DGPA, INE, 2006

88 d) Aquicultura em águas marinhas e salobras - estabelecimentos licenciados activos e área concedida



Fonte: DGPA, INE, 2006

nome do indicador PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

RESÍDUOS

tema(s) UE

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Toneladas; Quilogramas; Gramas por habitante por dia.

fonte(s)

APA; IRAR; DGS; Eurostat

descrição

Produção de resíduos urbanos (RSU) e produção média diária per capita; produção de resíduos industriais, banais e perigosos; produção de resíduos hospitalares, por grupos.

documentos de referência

- Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) (INR/MA, 1997);
- Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados (PIRSUE) (MAOTDR, 2006);
- Plano Estratégico dos Resíduos Industriais (INR/MAOT, 2001);
- Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (INETI/INR, 2001);
- Estudo de Inventariação de Resíduos Industriais (INR/MCOTA, 2003);
- Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares (MA/MS, 1998).

metodologia

Quantificação do total anual de resíduos urbanos, industriais (banais e perigosos) e hospitalares produzidos na fonte, efectuada pelas entidades competentes.

A capitação é calculada com base nas estimativas anuais da população residente, efectuada pelo INE, e expressa em grama/hab.dia

Definições:

Resíduos - quaisquer substâncias ou objectos de que o detentor se desfaz ou tem a intenção ou a obrigação de se desfazer, nomeadamente os identificados na Lista Europeia de Resíduos. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

Resíduos urbanos (RU) - resíduos provenientes de habitações bem como outro resíduo que, pela sua natureza ou composição, seja semelhante ao resíduo proveniente de habitações. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

Resíduos industriais (RI) - resíduos que são gerados em processos produtivos industriais, bem como os que resultem das actividades de produção e distribuição de electricidade, gás e água. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

Resíduos hospitalares (RH) - resíduos resultantes de actividades médicas desenvolvidas em unidades de prestação de cuidados de saúde, em actividades de prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e investigação, relacionada com seres humanos ou animais, em farmácias, em actividades médico-legais, de ensino e em quaisquer outras que envolvam procedimentos invasivos, tais como acupunctura, piercings e tatuagens. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

Resíduo perigoso - resíduo que apresenta, pelo menos, uma característica de perigosidade para a saúde ou para o ambiente, nomeadamente os identificados na Lista Europeia de Resíduos.

Serviço Nacional de Saúde (SNS) - Conjunto de todas as instituições e serviços oficiais prestadores de cuidados de saúde dependentes do Ministério da Saúde. (Fonte: INE)

objectivos e metas

O Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU) estabelece como meta para 2005 valores de produção anuais de RU na ordem dos 4,5 milhões de toneladas.

O Plano Nacional de Prevenção de Resíduos Industriais (PNAPRI) aponta, para o período 2000-2015, para uma redução relativa de cerca de 20%, tanto para a totalidade dos resíduos industriais, como para os resíduos industriais perigosos, no caso específico dos sectores: Metalurgia e Metalomecânica, Têxtil, Borracha e Recauchutagem de Pneus, Cortumes, Industrias Gráficas e Transformadoras de Papel, Madeira e Mobiliário, Químico, Tintas, Vernizes e Colas, Tratamento de Superfícies e Calçado.

análise sumária

Em Portugal continental a produção de Resíduos Urbanos (RU) atingiu, em 2005, 4,5 milhões de toneladas, ou seja, cerca de 1 200 g por habitante por dia, valor que se tem mantido aproximadamente constante desde 2000. Deste modo, a meta estabelecida no PERSU para o ano de 2005 (4,5 milhões de toneladas) foi cumprida.

Comparativamente com a UE-15 e a UE-25, e para o período compreendido entre 1995 e 2004, Portugal manteve-se sempre abaixo da capitação média, tendo, no último ano, a média anual da UE-25 sido de 537 kg/hab e a de Portugal de 434 kg/hab. Em 2004, o País que apresentou maior capitação foi a Irlanda (869 kg/hab), tendo-se registado a menor capitação na Eslováquia (274 kg/hab).

No Continente, as Regiões de Lisboa e Norte são aquelas onde se verificam maiores produções de RU, facto certamente associado à maior densidade populacional e à maior concentração de actividades económicas dessas zonas.

A análise da composição física média dos RU, de acordo com os últimos dados disponíveis (2003), revela que a fracção biodegradável, ou seja, a matéria orgânica e o papel/cartão, representa mais de metade (61%), valor que realça a necessidade em ser dada prioridade à valorização orgânica (compostagem e digestão anaeróbia), em detrimento da eliminação em aterro. Complementarmente, os restantes componentes dos RU, como os plásticos, vidro, metal e madeira, deverão ser preferencialmente encaminhados para reciclagem. Estas alternativas de gestão, devem ser adoptadas de acordo com o previsto no Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados (PIRSUE), que constitui um instrumento para a caracterização e resolução dos problemas existentes ao nível da gestão de RU.

No que diz respeito aos Resíduos Industriais (RI), em 2003 foram produzidos cerca de 12 milhões de toneladas, dos quais 224 mil são perigosos, ou seja, os RI perigosos constituem aproximadamente 1,8% do total de RI produzidos. A região de Lisboa foi aquela onde foram produzidos mais resíduos industriais, seguida da região Centro.

Em 2005 foram produzidas cerca de 54 mil toneladas de Resíduos Hospitalares (RH) no Serviço Nacional de Saúde (Hospitais, Centros de Saúde, Centros de Alcoologia, Histocompatibilidade e Laboratórios de Saúde pública) e em Serviços Personalizados, das quais apenas 13 mil toneladas correspondem a resíduos perigosos, pertencentes ao Grupo III (resíduos hospitalares de risco biológico) e ao Grupo IV (resíduos hospitalares específicos). A maior produção diz respeito ao Grupo I (resíduos equiparados a urbanos) e

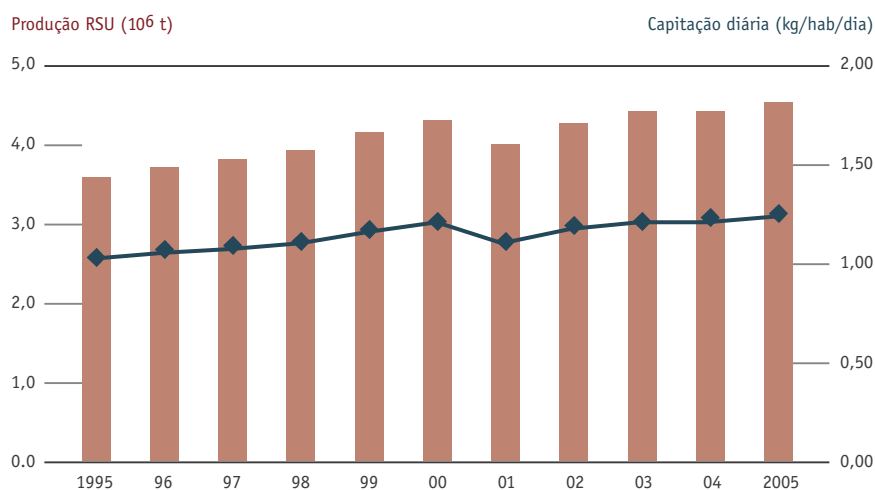
ao Grupo II (resíduos hospitalares não perigosos), que não estão sujeitos a tratamentos específicos, podendo ser equiparados a urbanos. Até 2002, o número de entidades que declaravam a sua produção de resíduos hospitalares estava bastante abaixo do universo existente, constituindo o valor apresentado uma aproximação; só em 2005 é que se atingiu a quase totalidade do número de unidades existentes a declarar. Este facto demonstra que, mesmo assim, a produção de resíduos hospitalares baixou em 2005, principalmente à custa dos Grupos I e II.

mais informação

<http://www.apambiente.pt>
<http://ec.europa.eu/environment/waste/index.htm>
<http://www.dgs.pt>

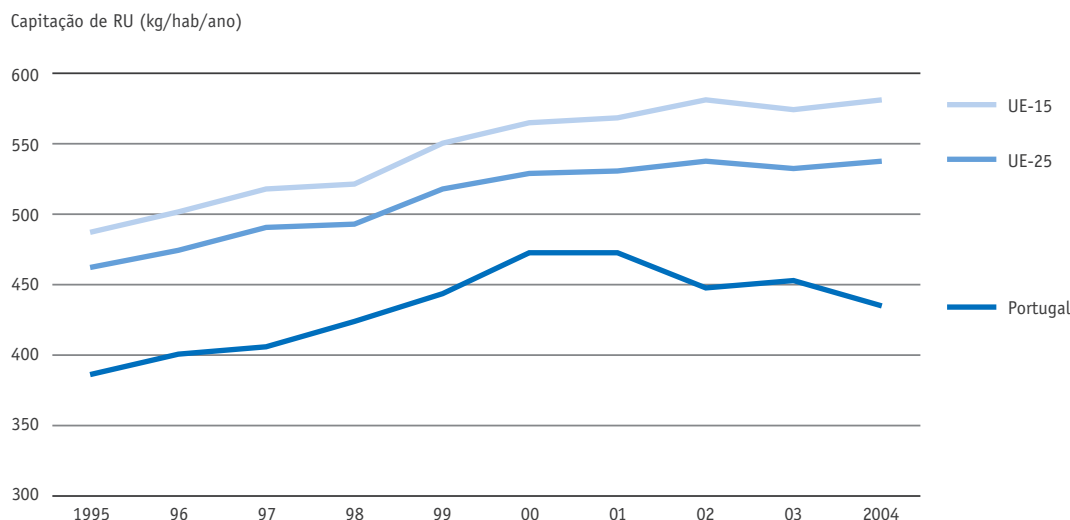
representações gráficas

89 a) Produção e captação média diária de resíduos urbanos em Portugal continental



Fonte: INR, 2006

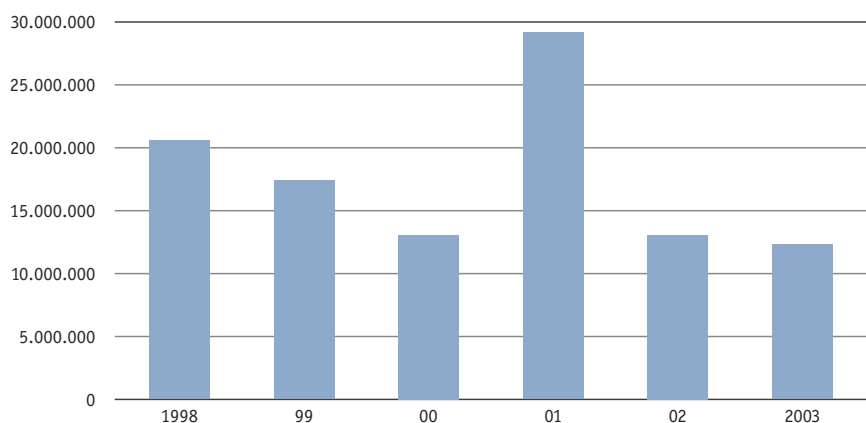
89 b) Captação de resíduos urbanos em Portugal e na UE



Fonte: Eurostat, 2006

89 c) Produção de resíduos industriais

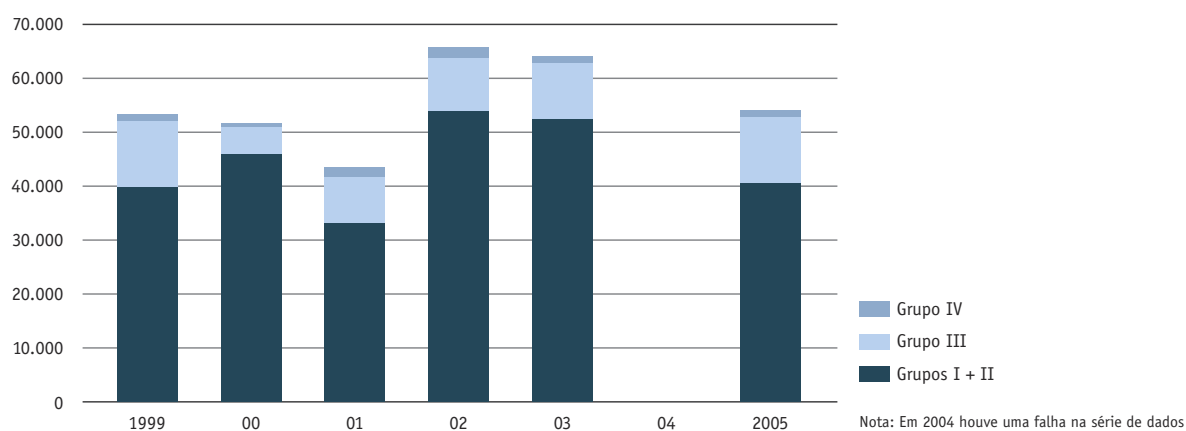
Produção Resíduos Industriais (t)



Fonte: INR, 2006

89 d) Produção de resíduos hospitalares no Serviço Nacional de Saúde e nos Serviços Personalizados

Produção Resíduos Hospitalares (t)



Fonte: DGS, 2006

nome do indicador PRODUÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA

SIDS regional NÃO

indicador-chave SIM

tema(s)

ENERGIA

tema(s) UE

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA

categorias do modelo DPSIR

ACTIVIDADE / FORÇA MOTRIZ
PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL
ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Mtep.

fonte(s)

DGEG

descrição

Produção doméstica (nacional) de energia e consumo de energia - directo ou sujeito a transformação prévia - a partir de fontes consideradas não renováveis ou fósseis (petróleo, carvão, gás natural) e de fontes de energia renovável (hídrica, geotérmica, eólica, solar - térmica e fotovoltaica -, biomassa e resíduos).

documentos de referência

- Estratégia Nacional para a Energia (RCM n.º 169/2005, de 24 de Outubro).

metodologia

Recolha de informação a partir dos operadores de mercado e respectiva validação pela entidade responsável, efectuando posteriormente o respectivo tratamento estatístico.

Definições:

Energia Primária - energia que pode ser utilizada directamente ou que vai ser sujeita a transformação, incluindo a energia utilizada nos processos de transformação e as perdas inerentes a esses processos. Engloba os recursos energéticos não renováveis (carvão mineral, petróleo bruto, gás natural e minérios radioactivos) e os recursos renováveis (radiação solar directa, biomassa, resíduos industriais, hidroelectricidade, vento, geotermia, energia térmica dos oceanos, marés, ondas e correntes marítimas). (Fonte: INE)

Produção Doméstica - engloba a produção de electricidade através de fontes de origem nacional (hídrica, eólica, geotérmica e fotovoltaica), e a produção de energias renováveis para outros fins (lenhas e resíduos vegetais, resíduos sólidos urbanos, licores sulfúricos, biogás e outros). (Fonte: DGEG)

Consumo de Energia Primária = Produção Doméstica + Importações - Variação de Stocks - Saídas

Engloba diversas fontes energéticas, designadamente carvão, petróleo, gás natural, gases e outros derivados, electricidade produzida através de fontes de origem nacional e energias renováveis. (Fonte: DGEG)

Dependência energética = (Consumo total de Energia Primária - Produção nacional de Energia Primária)/Consumo total de Energia Primária. (Fonte: DGEG)

objectivos e metas

Genericamente as metas estabelecidas para o sector energético são:

- Intensificar a utilização de recursos energéticos endógenos;
- Promover a produção de electricidade a partir de fontes de energia renováveis;
- Contribuir para a redução da factura energética externa;
- Dar resposta ao problema das alterações climáticas, diminuindo a contribuição do sector energético nas emissões de GEE;
- Reforçar as infra-estruturas energéticas, em especial das energias renováveis.

análise sumária

Portugal é fortemente dependente energeticamente do exterior, com valores de importação que atingem sistematicamente e desde há décadas valores acima dos 80% da energia primária consumida. A capacidade interna de produção, embora moderadamente crescente e com oscilações relacionadas com as variações nos anos hidrológicos, tem-se revelado incapaz de responder ao crescimento do consumo.

A política energética é um factor essencial para o crescimento sustentável da economia e da competitividade de um país, o que é reconhecido na Estratégia Nacional para a Energia (Resolução do Conselho de Ministros n.º 169/2005). O sector energético é, por outro lado, um dos principais sectores que contribui para as emissões de gases com efeito de estufa (GEE). Com o Protocolo de Quioto, Portugal assumiu uma contenção no crescimento das suas emissões, o que exige um esforço acrescido na redução da intensidade carbónica da economia portuguesa.

É neste cenário que as energias renováveis assumem um papel significativo, representando a totalidade da produção doméstica de energia primária desde 1995, ano em que se deixou de extrair carvão. Um dos principais objectivos da estratégia nacional para a energia é precisamente reduzir a dependência energética face ao exterior, aumentando a capacidade de produção endógena de energia, o que implica, inevitavelmente, a promoção do uso de fontes de energia renováveis (FER), com aumento do investimento neste tipo de fontes.

As FER abrangem um conjunto de tecnologias, com graus de desenvolvimento diferentes; algumas delas, como a energia hídrica, a eólica e a biomassa (incluindo o tratamento de resíduos), já atingiram um estado de maturidade considerável. As FER que tradicionalmente mais têm contribuído para o consumo total de energia primária em Portugal são a energia da biomassa, em particular de produtos florestais, e a energia hídrica. Nos últimos anos tem-se registado um forte incremento relativamente à utilização da energia eólica. A contribuição destas tecnologias é já significativa para o balanço energético nacional. O peso das renováveis no total da energia primária consumida foi de 12,8% em 2005, menor que em 2004 (14%), devendo ser tido em conta a variabilidade e o forte peso da componente hídrica, uma vez que 2004 foi um ano extremamente seco.

Embora tenha vindo a ser feito um esforço no sentido da disseminação das fontes de energia renováveis, estas não representam mais que, na média dos últimos 20 anos, 16% do total consumido.

O crescimento absoluto revela, contudo, algum dinamismo: entre 1990 e 2005 o contributo das fontes de energia renováveis para o balanço energético passou de 2,2 Mtep para 3,5 Mtep.

A energia eólica tem vindo a apresentar a maior taxa de crescimento anual em comparação com as outras FER; de 2003 para 2004, o seu contributo para o balanço energético passou de 43 para 70 ktep. A energia solar - térmica, mas também fotovoltaica - começa também a ganhar relevo na realidade nacional. Quanto à energia da biomassa sob todas as suas formas, incluindo, naturalmente, os biocombustíveis, há que referir o Decreto-Lei n.º 62/2006, de 21 de Março, que transpôs para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2003/30/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 8 de Maio de 2003, relativa à promoção da utilização de biocombustíveis ou de outros combustíveis renováveis nos transportes.

mais informação

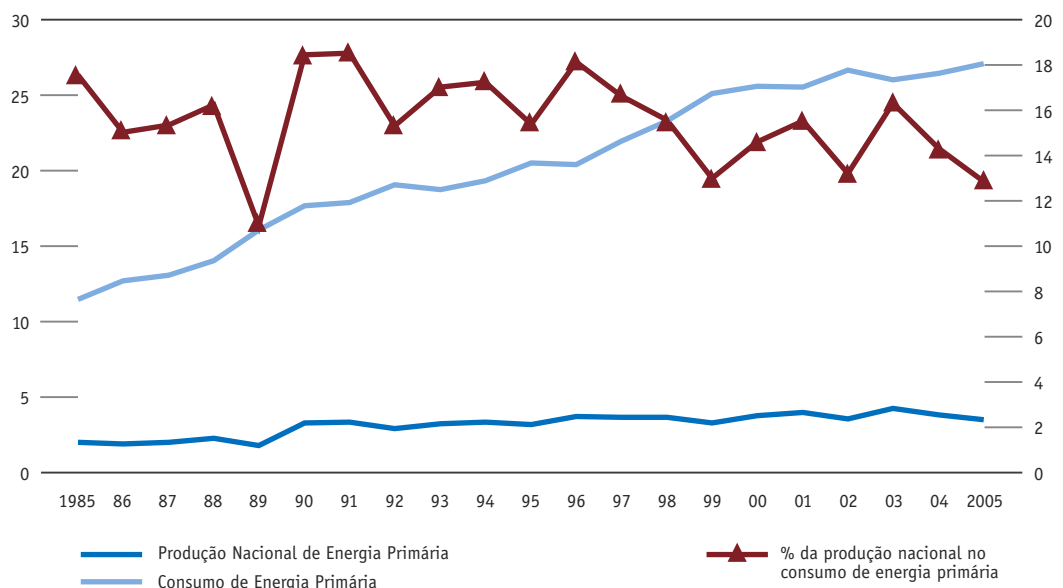
www.dgge.pt
www.energiasrenovaveis.com

representações gráficas

90 a) Produção e consumo de energia primária

Produção e consumo de energia primária (Mtep)

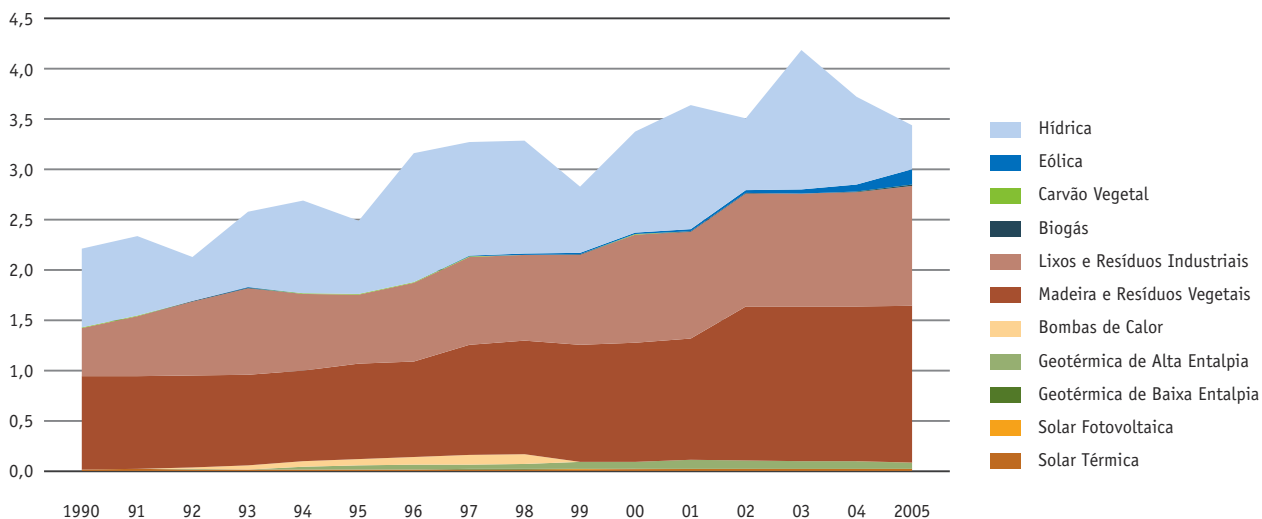
Quota de produção nacional no consumo de energia primária (% da energia consumida)



Fonte: DGEG, 2007

90 b) Contribuição das energias renováveis para o balanço energético: produção de energia a partir de fontes de energia renováveis

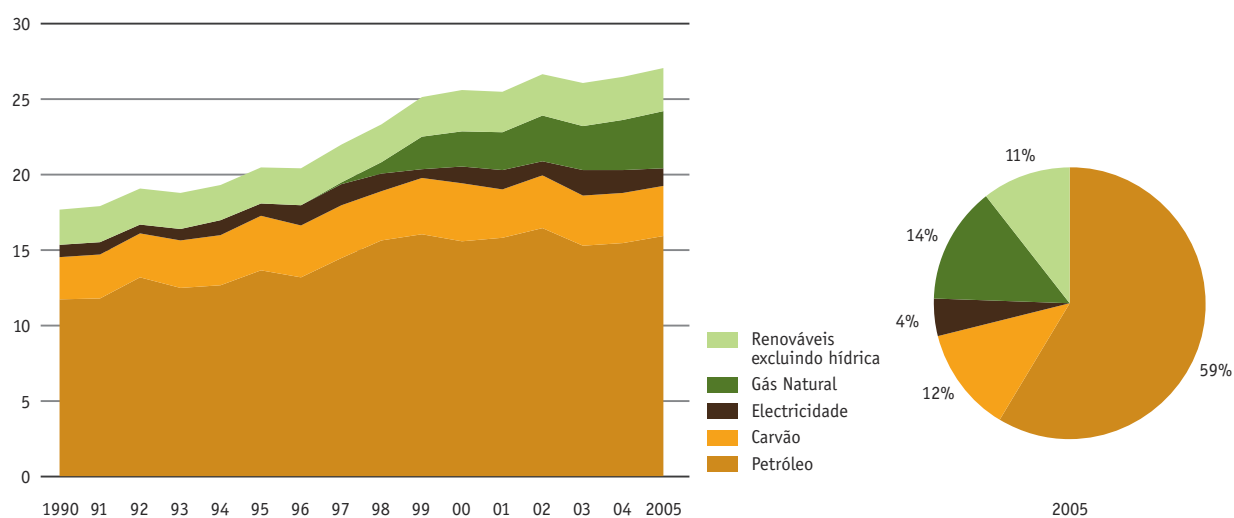
Contribuição das energias renováveis (ktep)



Fonte: DGEG, 2007

90 c) Consumo de energia primária, por fonte

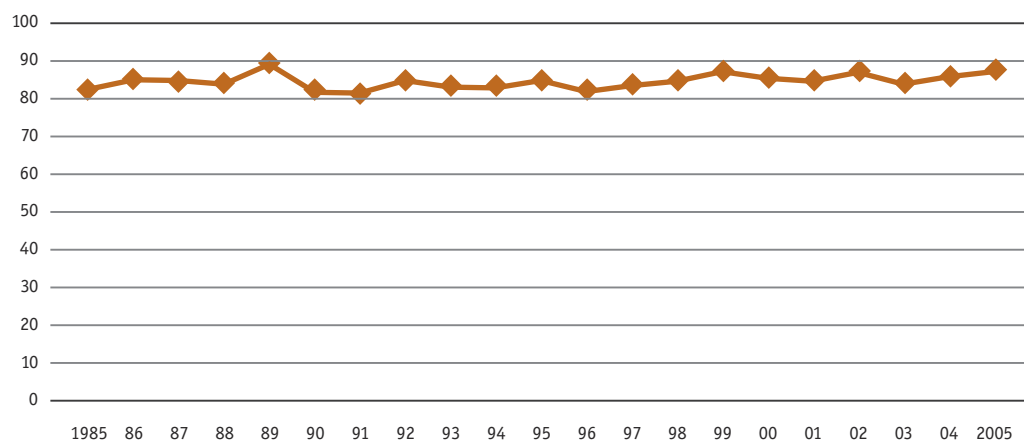
Consumo de Energia Primária (Mtep)



Fonte: DGEG, 2007

90 d) Dependência energética

% do consumo total de energia primária



Fonte: DGEG, 2007

nome do indicador PRODUTIVIDADE DO TRABALHO

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

SEMESTRAL; ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE; Eurostat

descrição

A produtividade do trabalho, expressa pelo Produto Interno Bruto por pessoa empregada ou por hora trabalhada, é um bom indicador do desempenho económico nacional, pois permite medir a eficiência na utilização do factor trabalho para a obtenção do produto. É também um importante indicador de competitividade da União Europeia (UE). A produção pode aumentar através de uma maior utilização de mão-de-obra ou de uma produção mais elevada por unidade de factor de trabalho (produtividade do trabalho), impulsionada pelo capital e pela tecnologia e indubitavelmente indissociável dos níveis de qualificação académica e profissional. O aumento da produtividade do trabalho é um factor especialmente importante para obter um crescimento sustentável durante um período de envelhecimento da população.

documentos de referência

- European Economy 2006 (EC/EU, 2006);
- OECD Productivity Database;
- Comparing Labour Productivity Growth in the OECD Area: The Role of Measurement (OECD, 2003).

metodologia

O PIB por pessoa e por hora trabalhada pretende expressar a produtividade das economias nacionais relativamente à média da UE (PIB por hora trabalhada relativamente à média da UE-15 e o PIB por pessoa empregada relativamente à média da UE-25). Se o índice de um país é maior que 100, o nível de PIB por hora trabalhada ou por pessoa empregada é superior à média da UE, e vice versa.

Definições:

A Produtividade do trabalho estabelece a relação entre um dado montante de produção realizado e a quantidade de trabalho empregue (horas de trabalho ou número de trabalhadores utilizados). (Fonte: ICEP)

PIB por pessoa empregada - Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB pm) expresso em paridade de poder de compra (PPC), dividido pelo emprego total. A produtividade do trabalho traduz a eficiência com que o factor trabalho é utilizado, assim como as alterações ocorridas na função de produção, designadamente as associadas à intensidade de capital, às mutações tecnológicas e aos níveis de formação.

PIB por hora trabalhada - Produto Interno Bruto a preços de mercado (PIB pm) expresso em paridade de poder de compra (PPC), dividido pelo emprego total traduzido em horas trabalhadas (número de pessoas empregadas multiplicado pela média de horas trabalhadas no ano). A produtividade por hora trabalhada é o conceito considerado mais apropriado para comparações internacionais, na medida em que tem em conta, designadamente, as diferenças quanto ao número de trabalhadores em tempo parcial e quanto aos horários de trabalho.

objectivos e metas

PIB por hora trabalhada - Atingir 64% da média da UE em 2006 e 75% em 2010.

PIB por pessoa empregada - Atingir valores próximos da média europeia.

análise sumária

A produtividade do trabalho, por pessoa empregada e por hora trabalhada, é em Portugal, inferior à média dos 25 países da UE.

Portugal apresenta o mais baixo valor de produtividade do trabalho por pessoa empregada (PIB por pessoa empregada) relativamente à UE-25, tendo vindo a diminuir desde 2000, ano em que registava um valor de 72%, aproximadamente.

No que se refere à produtividade por hora trabalhada, Portugal apresenta o nível de produtividade mais baixo da UE-15, cerca de 59% em 2004, com uma perda de posição desde 2000.

Quanto à variação anual da produtividade horária do trabalho destaca-se o facto de Portugal ter apresentado uma variação anual positiva em 2000, superior à dos 15 países da UE, no entanto em 2001, 2002 e 2004, verificou-se um decréscimo da produtividade, contrariando a tendência positiva verificada na UE

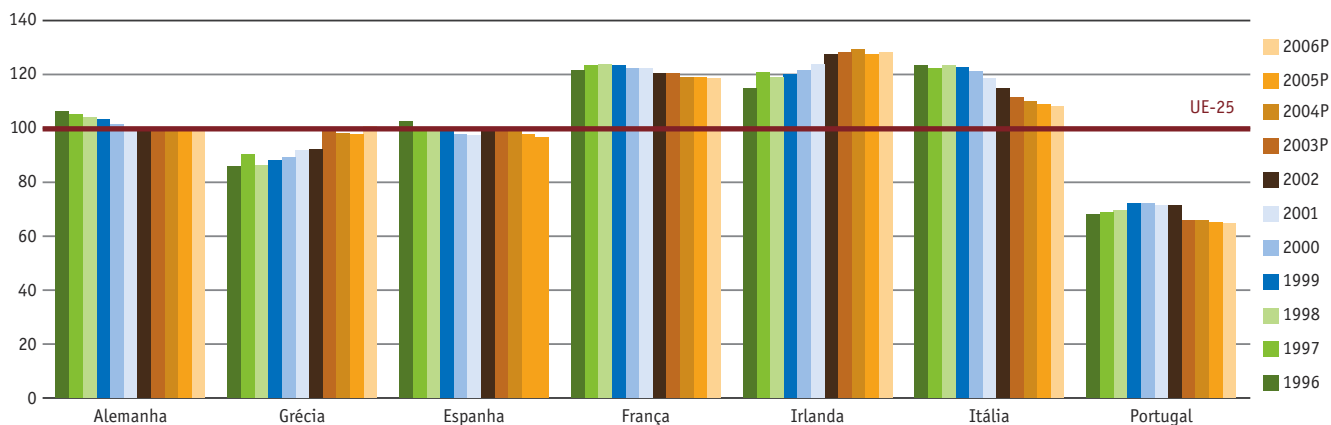
mais informação

- <http://www.ine.pt/>
- <http://www.gee.min-economia.pt/>
- <http://www.dgep.pt/>
- <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>
- <http://lysander.sourceoecd.org/>

representações gráficas

91 a) Produtividade do trabalho por pessoa empregada (PIB em Paridades de Poder de Compra; índice UE-25=100)

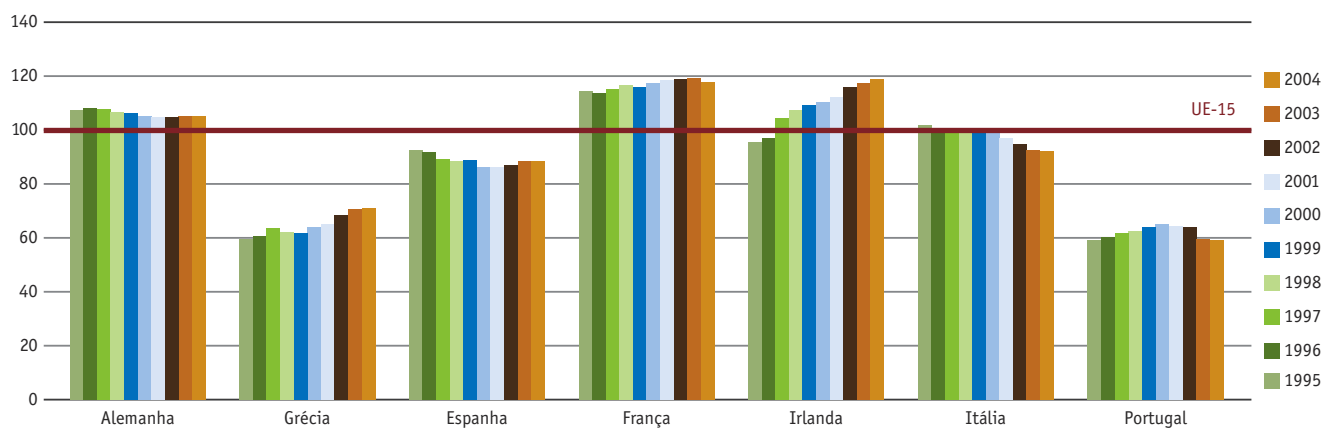
Produtividade do trabalho (Índice UE-25=100)



Nota: P- dados provisórios.
Fonte: Eurostat, 2006

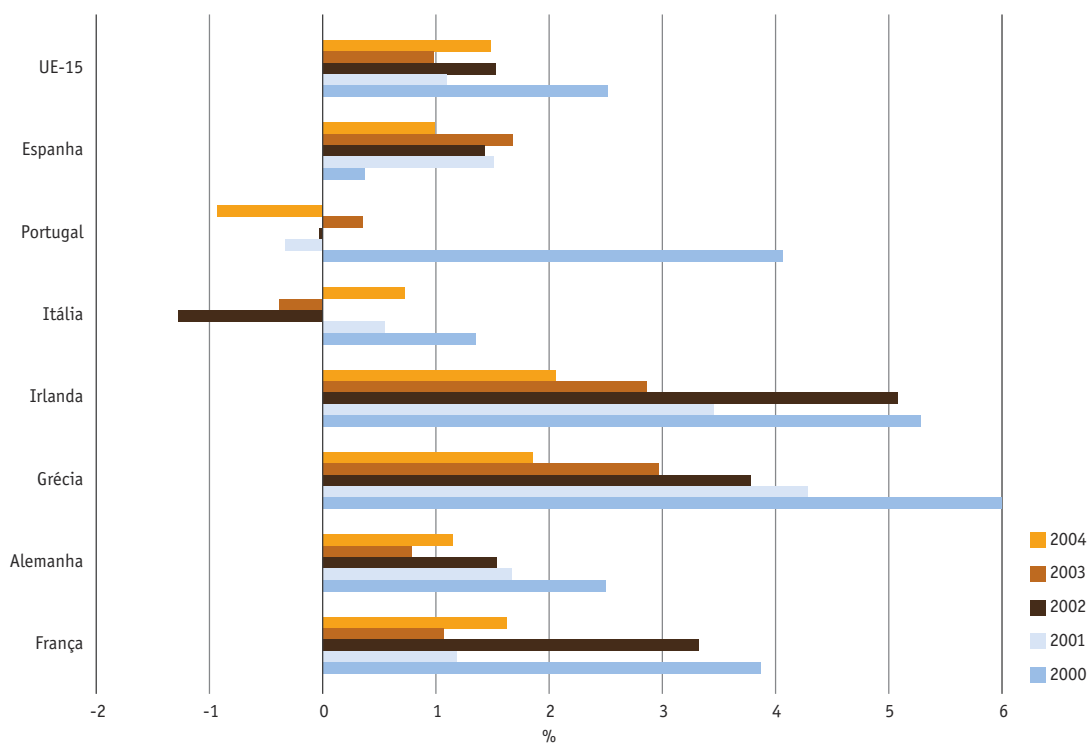
91 b) Produtividade horária do trabalho (PIB em Paridades de Poder de Compra; Índice UE-15=100)

Produtividade do trabalho (Índice UE-15=100)



Fonte: Eurostat, 2006

91 c) Variação anual da produtividade horária do trabalho



Fonte: OCDE, 2006

nome do indicador PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Euro, Paridades do Poder de Compra (PPC), Euro por habitante, PPC por habitante.

fonte(s)

INE; DPP; Eurostat

descrição

Resultado final da actividade de produção das unidades produtoras residentes.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

O Produto Interno Bruto (PIB) é a soma dos valores monetários de todos os bens e serviços finais produzidos na economia doméstica pelos factores de produção residentes nessa economia, durante um período específico de tempo, normalmente um ano.

Definições:

PIB a preços de mercado (pm) - representa o resultado final da actividade de produção das unidades produtivas residentes. Pode ser definido de três formas: 1) o PIBpm é igual à soma dos valores acrescentados brutos dos diferentes sectores institucionais ou ramos de actividade, aumentada dos impostos menos os subsídios aos produtos (que não sejam afectados aos sectores e ramos de actividade). É igualmente o saldo da conta de produção total da economia; 2) o PIBpm é igual à soma dos empregos finais internos de bens e serviços (consumo final efectivo, formação bruta de capital), mais as exportações e menos as importações de bens e serviços; 3) o PIBpm é igual à soma dos empregos da conta de exploração do total da economia (remunerações dos trabalhadores, impostos sobre a produção e importações menos subsídios, excedente bruto de exploração e rendimento misto do total da economia). Deduzindo ao PIBpm o consumo de capital fixo, obtém-se o Produto Interno Líquido a preços de mercado (PILpm). (Fonte: INE) O PIBpm corresponde à soma dos valores acrescentados brutos a preços de mercado dos diferentes ramos acrescida do IVA onerando os produtos e dos impostos ligados à importação. (Fonte: ICEP)

PIB per capita - Rácio entre o PIB pm de um determinado território e o número de habitantes desse território, podendo também ser expresso em paridades de poder de compra (PPC). (Fonte: ICEP)

PIB a Preços Correntes - mede o PIB aos preços do ano em que os rendimentos foram auferidos.

PIB a Preços Constantes - mede o PIB aos preços do ano de referência.

Paridades Poder de Compra: taxa de conversão de moeda que possibilita a comparação internacional do volume do PIB, tomando em consideração as diferenças de níveis de preços entre os diferentes países. Para tal, comparam-se os preços de cabazes de bens e serviços representativos e comparáveis entre países. O cabaz incluiu cerca de 3.000 itens cobrindo toda a gama de bens e serviços que compõem o PIB - consumo de bens e serviços, serviços da administração, bens de equipamento, projectos de construção. (Fonte: Eurostat)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas. Contudo, como referência, pretendem-se atingir valores próximos da média europeia (Barómetro da Produtividade - Ministério da Economia).

análise sumária

O modo mais frequente de medir a riqueza gerada num país é através do cálculo do PIB, sendo o indicador mais comum para ilustrar o nível de vida. O PIB per capita mede o valor produzido por habitante e a riqueza gerada num país, constituindo uma importante medida de comparabilidade do rendimento entre países quando medido em paridades do poder de compra (PPC). Um elevado nível do PIB per capita é importante por significar um maior desenvolvimento económico e por proporcionar os recursos necessários à coesão social e à protecção do ambiente.

Em 2005, o PIB a preços de 2000 per capita em Portugal foi de aproximadamente 12.000€/hab. Quando comparado com outros países em PPC, foi cerca de 71% da média da UE-25 e o mais baixo da UE-15 (65% da média da UE-15).

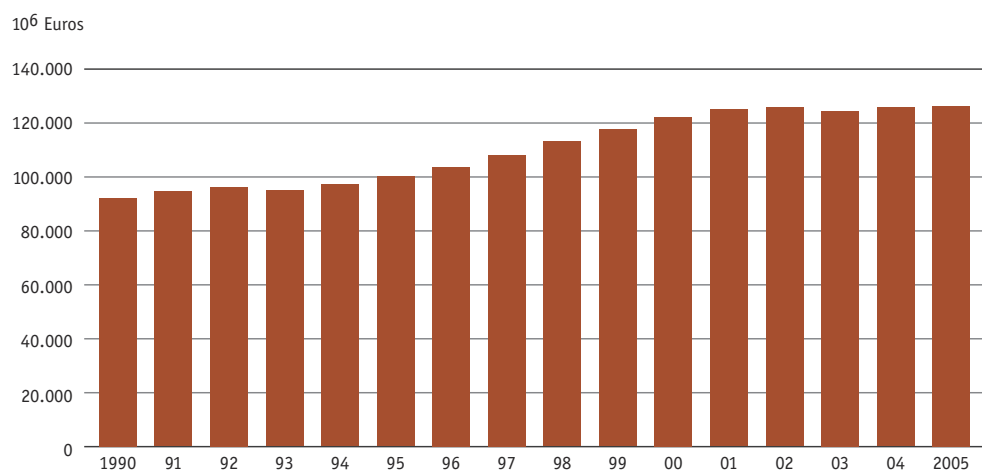
Apesar de ter aumentado em valores reais, na primeira parte da década 1995-2005, Portugal registou, em termos relativos do PIB, uma perda de posição face à média da UE, sendo um dos países onde este indicador menos cresceu durante esse período de tempo.

mais informação

<http://www.gee.min-economia.pt>

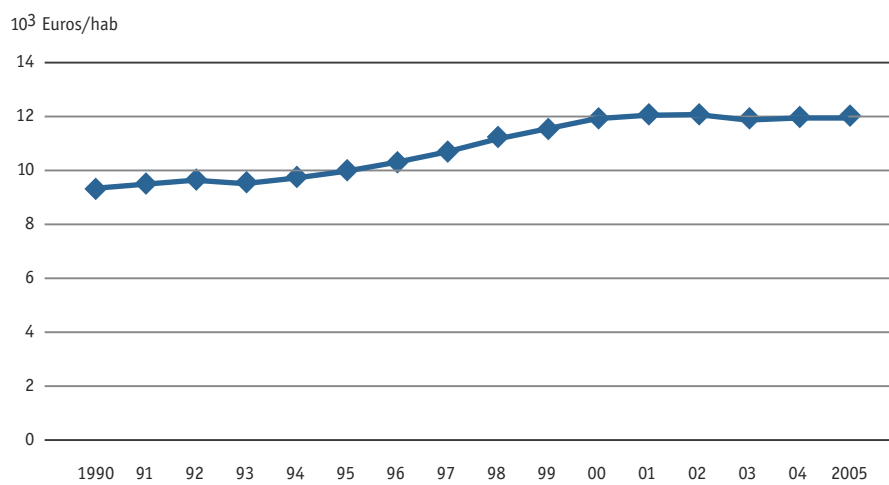
representações gráficas

92 a) PIB a preços de 2000



Fonte: INE, 2006

92 b) PIB a preços de 2000 per capita



Fonte: INE, 2006

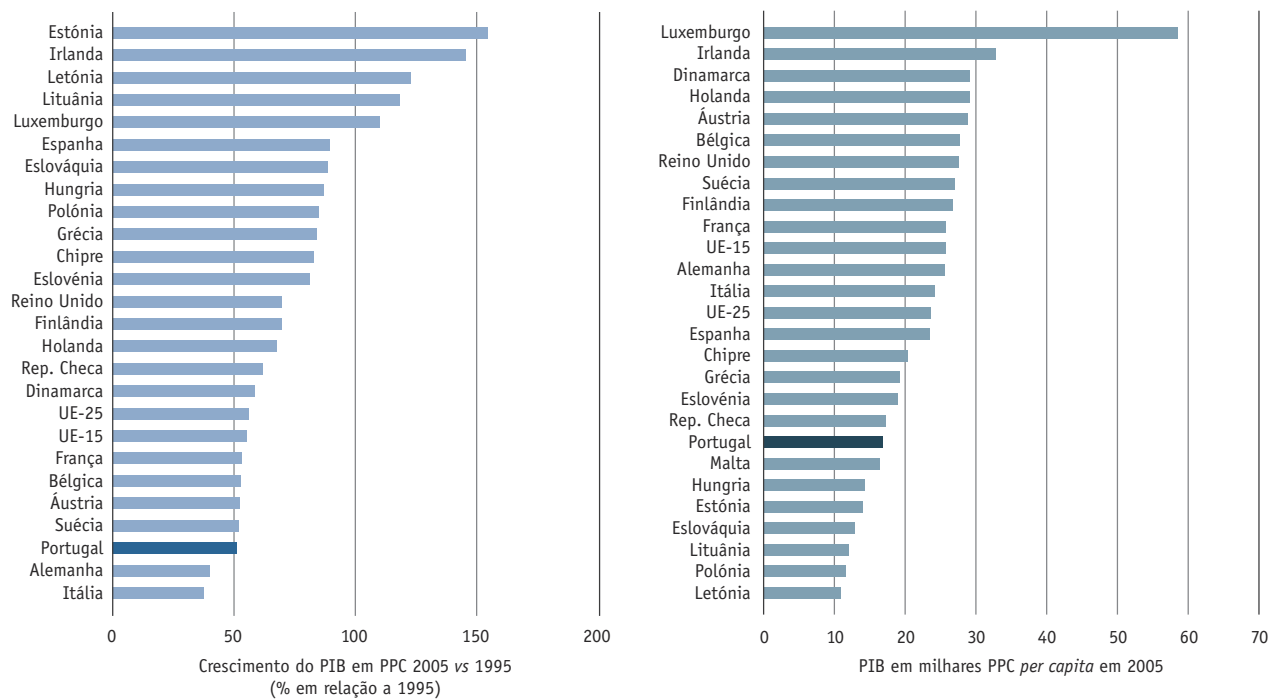
92 c) Taxa de crescimento do PIB em PPC, medido como percentagem em relação ao ano anterior

% em relação ao ano anterior



Fonte: Eurostat, 2005

92 d) Crescimento do PIB em PPC entre 1995 e 2005, e PIB em PPC per capita em 2005, em Portugal e na UE



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ÁGUA
AGRICULTURA
SOLOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

tema(s) UE

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO
GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL
ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

t de substância activa (s.a.).

fonte(s)

DGADR, FAO

descrição

Quantificação das vendas de produtos fitofarmacêuticos.

documentos de referência

- Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento Rural 2007-2013 - versão Setembro 2006 (MADRP, 2006).

metodologia

Inventariação da quantidade total de produtos fitofarmacêuticos vendida anualmente. Os elementos apresentados tiveram por base os dados relativos a vendas de substâncias activas, declarados à Direcção-Geral de Protecção das Culturas (DGPC), pela Associação Nacional da Indústria para a Protecção das Plantas (ANIPLA), referentes às vendas das suas associadas, e pelas restantes empresas não associadas da ANIPLA, ao abrigo do Art. 26º do Decreto-Lei n.º 94/98, de 15 de Abril. A classificação utilizada é a preconizada pelo Eurostat.

A designação produtos fitofarmacêuticos inclui produtos com tipos distintos de utilização, como fungicidas, herbicidas, insecticidas e acaricidas, reguladores de crescimento, moluscicidas, rodenticidas, óleo mineral, fumigantes de solo. Não são considerados os molhantes e protectores de fitotoxicidade dado que na UE estes não são considerados produtos fitofarmacêuticos.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

Os produtos fitofarmacêuticos, quando utilizados na protecção fitossanitária das culturas, são introduzidos directamente no ambiente podendo contaminar os solos e as águas e causar efeitos prejudiciais nas espécies terrestres ou aquáticas. Imediatamente após a aplicação, os produtos fitofarmacêuticos ficam sujeitos a processos de distribuição, degradação biológica e dissipação por acção de diferentes factores climáticos, os quais favorecem a redução dos níveis de resíduos no ambiente.

Em 2005, a venda de produtos fitofarmacêuticos registou um decréscimo de 3% relativamente a 2004. O grupo dos fungicidas (75,6%) é aquele que absorve a maior parte das vendas, seguindo-se os herbicidas (10,7%), os fumigantes de solo (7,4%), o óleo mineral (3,5%) e os insecticidas e acaricidas (2,6%).

Os dados comparativos relativos ao consumo de produtos fitofarmacêuticos por Superfície Agrícola Utilizável (expressos em kg/ha) revelam que, em 2001, Portugal era o quarto país da UE-15 com maior níveis de consumo (só ultrapassado pela Bélgica, Holanda e Luxemburgo).

O problema da poluição por produtos fitofarmacêuticos deve-se fundamentalmente à acumulação e/ou persistência das substâncias poluentes ao nível localizado. Contudo, a implementação da adopção de boas práticas agrícolas e a evolução tecnológica, aliada aos próprios interesses económicos das explorações, tem frequentemente conduzido a uma melhoria substancial das condições de aplicação destes produtos -

nomeadamente através da eliminação de excedentes lixiviados, da adopção de produtos de acção específica em detrimento de produtos de largo espectro, da opção por produtos frequentemente biodegradáveis, etc. - e, conseqüentemente, a uma diminuição dos riscos a eles associados. Tendo como objectivo a integração das preocupações em termos de prevenção da poluição por acumulação e/ou persistência dos fitofármacos ao nível local foi publicado o Decreto-Lei n.º 173/2005, de 21 de Outubro, que regula as actividades de distribuição, venda, prestação de serviços de aplicação de produtos fitofarmacêuticos e a sua aplicação pelos utilizadores finais.

mais informação

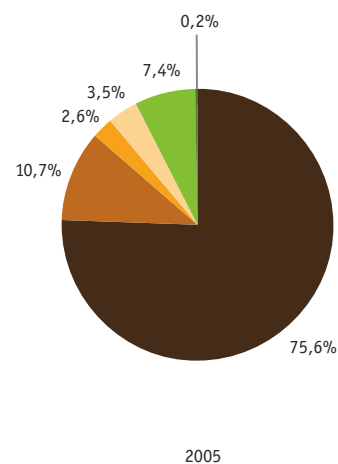
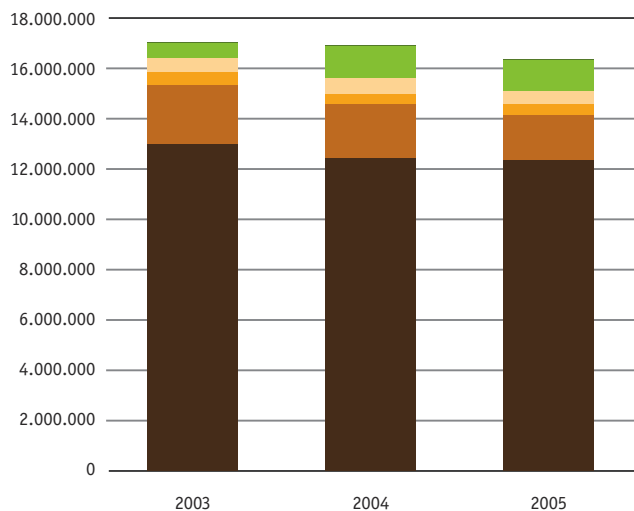
<http://www.dgadr.min-agricultura.pt/>

<http://ec.europa.eu/environment/ppps/home.htm>

representações gráficas

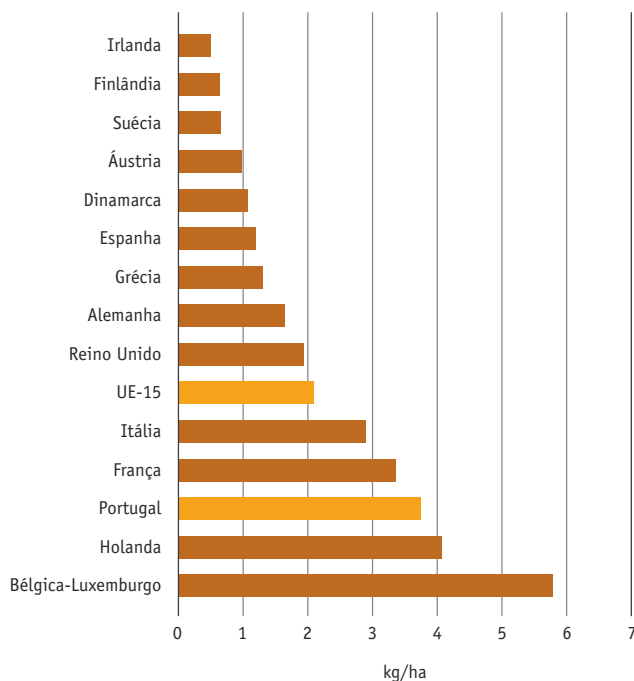
93 a) Vendas de produtos fitofarmacêuticos

Quantitativo vendido (t de s.a.)



Fonte: DGPC, 2006

93 b) Consumo de produtos fitofarmacêuticos por unidade de área agrícola (SAU) na UE-15, em 2001



Fonte: FAO, 2004

nome do indicador PROFISSIONAIS DE SAÚDE

SIDS regional SIM

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número de médicos e enfermeiros por 100.000 habitantes.

fonte(s)

INE; DGS

descrição

Médicos e enfermeiros inscritos nas respectivas ordens, associações ou sindicatos.

documentos de referência

- Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (DGS, 2004).

metodologia

Contabilização do número de médicos e de enfermeiros inscritos nas respectivas ordens, associações ou sindicatos, em Portugal continental e nas Regiões Autónomas, por cada 100 000 habitantes. Esta razão é calculada com base nas estimativas da população residente, efectuadas pelo INE.

Definições:

Profissional de cuidados de saúde - Indivíduo envolvido directamente na prestação de cuidados de saúde. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Tendo como objectivo uma adequada distribuição de médicos pela população, as meta estabelecidas para 2010 no Plano Nacional de Saúde da DGS são:

- 500 enfermeiros por 100 000 habitantes;
- 71 médicos especialistas, por 100 000 habitantes;
- 60 médicos de medicina familiar, por 100 000 habitantes;
- 5 médicos de saúde pública, por 100 000 habitantes.

análise sumária

O número de médicos existentes num país, por cada 100 000 habitantes, pode constituir um indicador da qualidade do acesso da população ao sistema nacional de saúde, podendo ter repercussões, entre outras, na redução da taxa de absentismo e, conseqüentemente, nos níveis de produtividade do país.

Entre os países da UE, Portugal é um dos que menos médicos apresenta por 100 000 habitantes. O número de médicos por 100 000 habitantes em Portugal tem vindo a mostrar uma evolução crescente nos últimos 20 anos, passando de 246 em 1985 para 334 em 2004.

mais informação

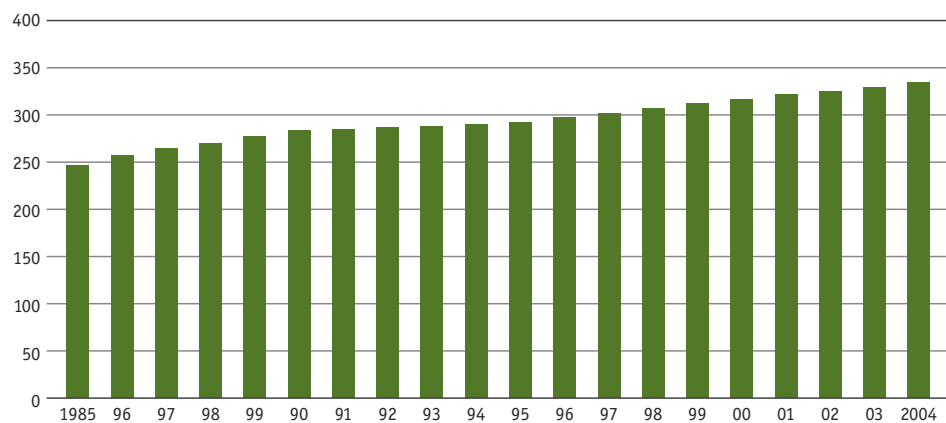
<http://www.ine.pt>

<http://www.dgs.pt/>

representações gráficas

94 a) Médicos por cada 100 000 habitantes

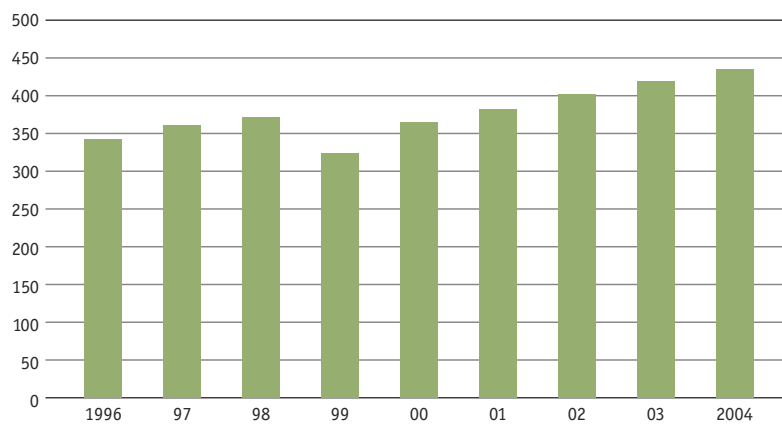
n.º por 100 000 habitantes



Fonte: INE, 2006

94 b) Enfermeiros por cada 100 000 habitantes

n.º por 100 000 habitantes



Fonte: INE, 2006

nome do indicador QUALIDADE DA ÁGUA EM ZONAS BALNEARES

SIDS regional SIM

indicador-chave NÃO

tema(s)

ÁGUA
AMBIENTES MARINHO E COSTEIRO
TURISMO

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL (ÉPOCA BALNEAR)

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem do número total de praias analisadas.

fonte(s)

INAG; DGS

descrição

Avaliação da qualidade da água em zonas balneares costeiras e interiores.

documentos de referência

- Plano Nacional da Água (INAG/MAOT, 2002);
- Estratégia Nacional para o Oceano (PCM, 2003);
- Estratégia Nacional para o Mar (RCM n.º 163/2006, de 12 de Dezembro de 2006);
- Bathing Water Quality Annual Report - 2005 bathing season (CE/UE, 2006).

metodologia

Razão entre o número de zonas balneares costeiras e interiores que cumprem os Valores Máximos Admissíveis (VMA) e Recomendáveis (VMR) da legislação em vigor para qualidade da água com fins recreativos (Decreto-Lei 232/98, de 1 de Agosto) e o número total de praias analisadas. Em termos de divulgação dos resultados é utilizada a terminologia da legislação correspondente: boa, aceitável e má.

Definições:

Águas balneares - as águas doces lóxicas e lânticas, comumente designadas de correntes e paradas, assim como a água do mar e as águas estuarinas, que se encontrem classificadas como águas balneares ou, não estando classificadas, onde o banho não esteja interdito e seja habitualmente praticado por um número considerável de banhistas (aproximadamente 100/dia, durante a época balnear). (Fonte: Decreto-Lei n.º 236/98, de 01 de Agosto)

Água de qualidade Boa - Águas conformes com os valores guia (VMR) para os parâmetros coliformes totais e coliformes fecais e com os valores imperativos (VMA) para os parâmetros físico-químicos; corresponde à classificação "cumprimento do valor guia da Directiva 76/160/CEE", C(G).

Água de qualidade Aceitável - Águas conformes com os valores imperativos (VMA) para os parâmetros coliformes totais, coliformes fecais, óleos minerais, substâncias tensoactivas e fenóis; corresponde à classificação "cumprimento do valor imperativo da Directiva 76/160/CEE", C(I).

Água de qualidade Má - Águas não conformes com os valores imperativos (VMA) para pelo menos um dos parâmetros coliformes totais, coliformes fecais, óleos minerais, substâncias tensoactivas e fenóis; corresponde à classificação "não cumprimento da Directiva 76/160/CEE", NC.

objectivos e metas

Cumprir os valores imperativos e guia exigidos na Directiva 76/160/CEE que correspondem aos valores-limite fixados na legislação portuguesa (Decreto-Lei n.º 236/98, de 1 de Agosto).

análise sumária

Desde 1993 tem-se verificado um aumento significativo da conformidade das águas balneares costeiras e interiores, reflectindo o esforço que tem sido feito no sentido de garantir o cumprimento dos requisitos da legislação nacional e comunitária. Esta melhoria deve-se, sobretudo, ao controle das fontes de poluição existentes nas áreas de influência, aos avultados investimentos realizados a nível de implementação de infraestruturas de tratamento de águas residuais e à entrada em vigor dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC). As águas balneares costeiras passaram de níveis de conformidade com a Directiva inferiores a 60% das águas balneares costeiras designadas em 1993 para níveis de conformidade superiores a 97.5% em 2006. Em relação às águas balneares interiores a evolução ainda foi mais significativa, uma vez que o nível de conformidade passou de 16,7% em 1993 para 88,4% em 2006.

Na época balnear de 2006 a percentagem de águas balneares costeiras e estuarinas com qualidade "Boa" atingiu os 90,3%, valor ligeiramente abaixo ao de 2005 (90,8%), e a percentagem classificada como "Aceitável" aumentou ligeiramente de 6,8% em 2005 para 7,3% em 2006. Cerca de 1,4% das águas balneares costeiras e estuarinas obtiveram a classificação "Má" e a prática balnear foi proibida em cerca de 1% das mesmas. Não houve águas balneares com frequência de amostragem insuficiente.

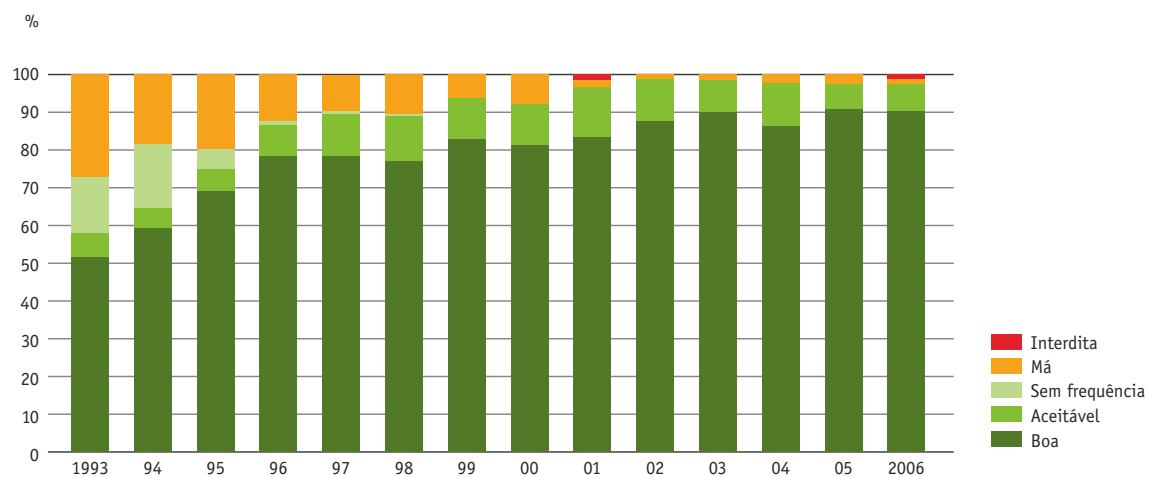
Em 2006 a percentagem de água balneares interiores classificada como "Boa" atingiu os 58,2%, verificando-se um acréscimo, relativamente a 2005, de 12,9%, o que confirma a tendência observada nos últimos dois anos. No entanto, a percentagem à qual foi atribuída a classificação de "Aceitável" foi de 30,2%, valor inferior ao registado em 2005 (50,7%). A não conformidade foi de 9,3% e a prática balnear foi interdita em 2,3% das águas balneares interiores. Também neste caso não se registaram águas balneares com frequência de amostragem insuficiente.

mais informação

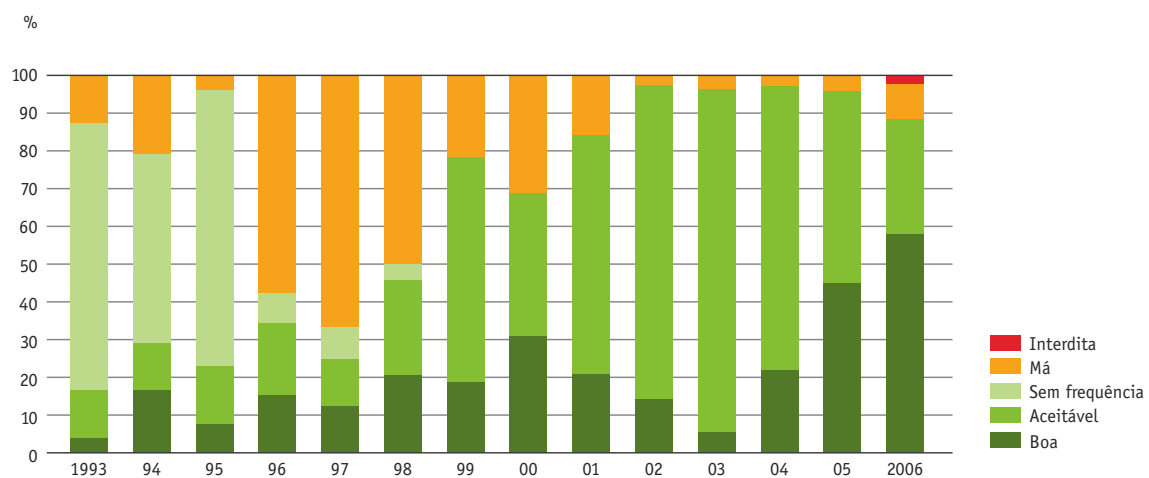
<http://www.inag.pt/>
<http://snirh.inag.pt/>
<http://www.vivapraia.com/>
<http://www.abae.pt/>
<http://ec.europa.eu/environment/water/index.html>
http://themes.eea.europa.eu/Specific_media/water
<http://www.un.org/waterforlifedecade/>
<http://freshwater.unep.net/>
<http://www.unesco.org/water/>

representações gráficas

95 a) Qualidade das águas balneares costeiras e estuarinas



95 b) Qualidade das águas balneares interiores



nome do indicador QUALIDADE DA ÁGUA PARA AS ZONAS DE PROTECÇÃO DE ESPÉCIES AQUÁTICAS DE INTERESSE ECONÓMICO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ÁGUA
AMBIENTES MARINHO E COSTEIRO
PESCAS

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL A CURTO PRAZO

unidade(s) de medida

% das zonas de protecção de espécies aquáticas de interesse económico.

fonte(s)

INAG

descrição

Avaliação da qualidade da água em zonas designadas por normativo próprio para a protecção de espécies aquáticas de interesse económico.

documentos de referência

-

metodologia

-

objectivos e metas

-

análise sumária

-

mais informação

<http://www.inag.pt/>
<http://ec.europa.eu/environment/water/index.html>
<http://www.unwater.org/>

nome do indicador QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)ÁGUA
SAÚDE**tema(s) UE**PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO
SAÚDE PÚBLICA**categorias do modelo DPSIR**

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem de incumprimentos ao VP; porcentagem de análises em violação ao VP; porcentagem de análises em falta.

fonte(s)

IRAR; IA (até 2001)

descrição

Avaliação da qualidade da água para abastecimento através da identificação de situações de incumprimento das normas de qualidade da água para consumo humano estabelecidas pela legislação nacional e comunitária.

documentos de referência

- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e de Saneamento de Águas Residuais (2007-2013) (MAOTDR, 2006).

metodologia

Razão entre o número de análises de qualidade da água para consumo humano realizadas que não cumprem as normas de qualidade estabelecidas pela legislação em vigor e o número total das análises realizadas. Também são contabilizados os incumprimentos da frequência de amostragem, calculados através da razão entre o número de análises em falta e o número de análises regulamentares obrigatórias.

As entidades responsáveis pelo controlo da qualidade da água são o conjunto das entidades gestoras do Continente e das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, que apresentam anualmente ao Instituto Regulador de Água e Resíduos (IRAR) um programa de controlo para apreciação e aprovação. Incluem-se, neste conjunto, as câmaras municipais, os serviços municipalizados, as empresas municipais e intermunicipais e os sistemas concessionados multimunicipais e municipais de água de abastecimento público.

Definições:

Água destinada ao consumo humano:

a) Toda a água no seu estado original, ou após tratamento, destinada a ser bebida, a cozinhar, à preparação de alimentos ou a outros fins domésticos, independentemente da sua origem e de ser fornecida a partir de uma rede de distribuição, de um camião ou navio-cisterna, em garrafas ou outros recipientes, com ou sem fins comerciais;

b) Toda a água utilizada numa empresa da indústria alimentar para o fabrico, transformação, conservação ou comercialização de produtos ou substâncias destinados ao consumo humano, excepto quando a utilização dessa água não afecta a salubridade do género alimentício na sua forma acabada. (Fonte: Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro)

Qualidade da água para consumo humano - característica dada pelo conjunto de valores de parâmetros microbiológicos e físico-químicos fixados nas partes A) e B) do anexo I do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, que permite avaliar se a água é salubre e limpa. (Fonte: Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro)

Valor paramétrico (VP) - o valor especificado ou uma concentração máxima ou mínima para uma propriedade, elemento, organismo ou substância listada na segunda coluna das tabelas do anexo I do Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, tendo em atenção as notas de rodapé nelas incluídas. (Fonte: Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro)

objectivos e metas

As normas estipuladas estão contempladas na legislação nacional e comunitária sobre a qualidade da água (Decreto-Lei n.º 232/98, de 1 de Agosto, e Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro).

Pretende-se atingir a redução da porcentagem de violações aos valores limites estabelecidos na lei, cumprindo os níveis de monitorização estabelecidos pela mesma.

análise sumária

O incumprimento das normas de qualidade da água de abastecimento tem implicações de carácter social e económico, colocando sérios riscos para a saúde pública. A Directiva 98/83/CE do Conselho, de 3 de Novembro, define as normas de qualidade da água destinada a consumo humano, transposta para o direito interno pelo Decreto-Lei n.º 243/2001, de 5 de Setembro, que revoga parcialmente o Decreto-lei n.º 236/98, de 1 de Agosto. De acordo com a Directiva quer com o Decreto-Lei referidos, as normas de qualidade entraram em vigor a 25 de Dezembro de 2003.

Em 2005, a porcentagem de incumprimento dos valores paramétricos (VP) foi de 2,5%, registando-se uma ligeira melhoria relativamente a 2004 (2,7%). Os incumprimentos dos valores paramétricos verificaram-se essencialmente nos parâmetros pH (17,4%), bactérias coliformes (6,9%), Escherichia coli (2,3%), enterococos (3,7%), ferro (5,6%), manganês (3,7%), alumínio (2,32%) e arsénio (2,8%). Quanto à distribuição geográfica dos incumprimentos no Continente, verifica-se que as maiores percentagens de análises em violação se concentraram no interior, designadamente nas Regiões Norte e Centro.

O incumprimento da frequência mínima de amostragem sofreu uma descida extremamente acentuada, passando de 13,8% em 2004 para 3,7% em 2005.

mais informação

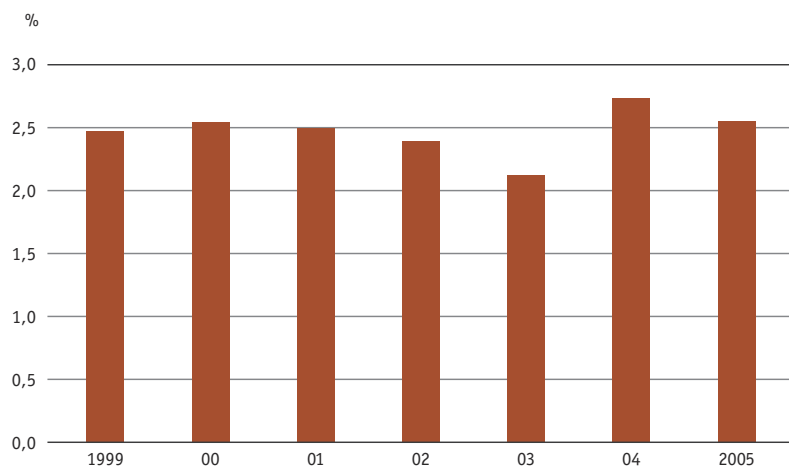
<http://www.irar.pt/>

<http://www.apambiente.pt>

<http://ec.europa.eu/environment/water/index.html>

representações gráficas

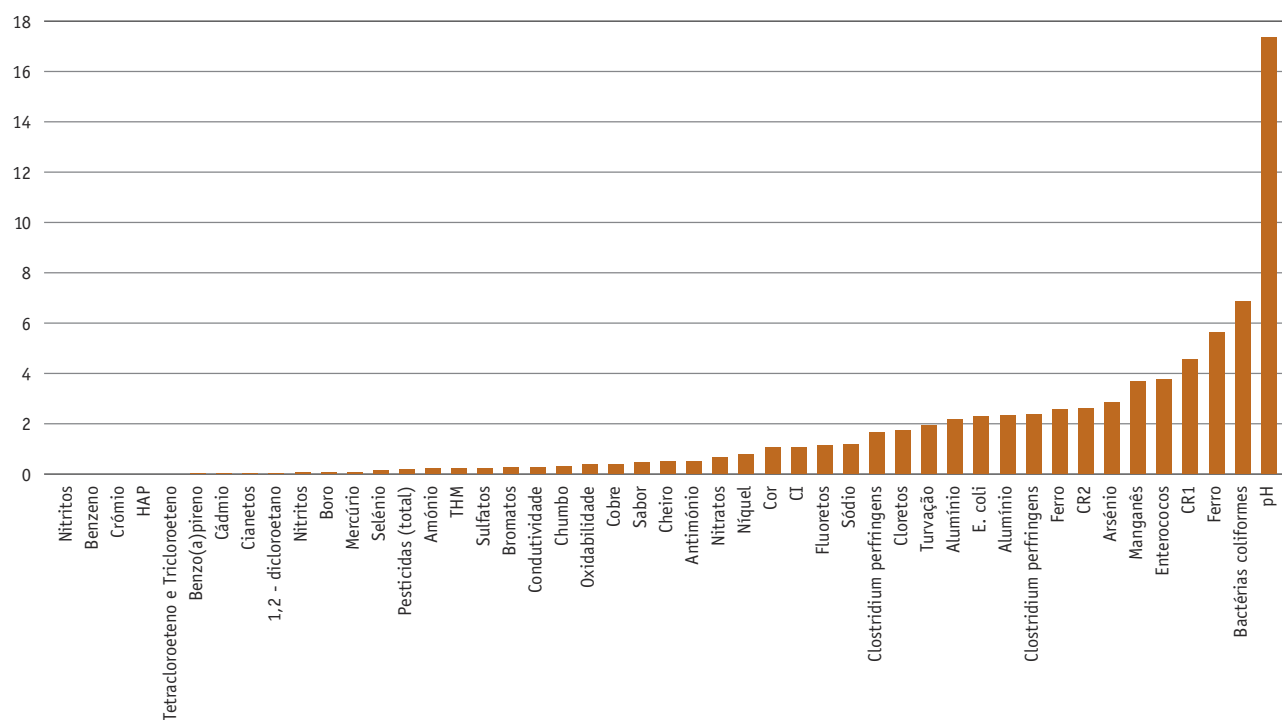
97 a) Incumprimentos ao valor paramétrico



Fonte: IA (até 2001); IRAR, 2006

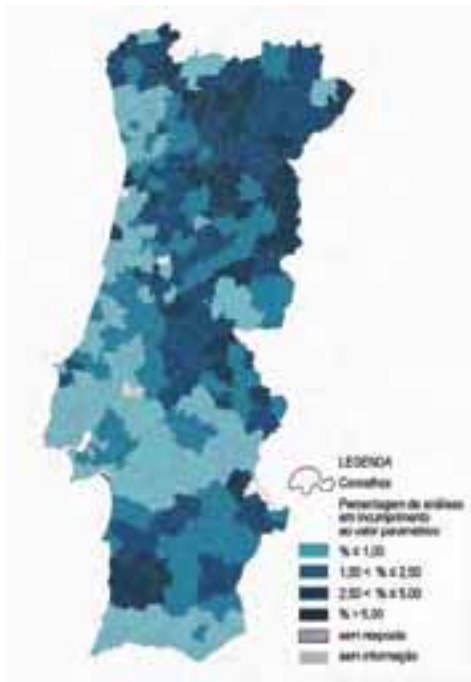
97 b) Análises em incumprimento ao valor paramétrico por grupos de parâmetros e por parâmetros em 2005

Análises em violação ao VP (%)



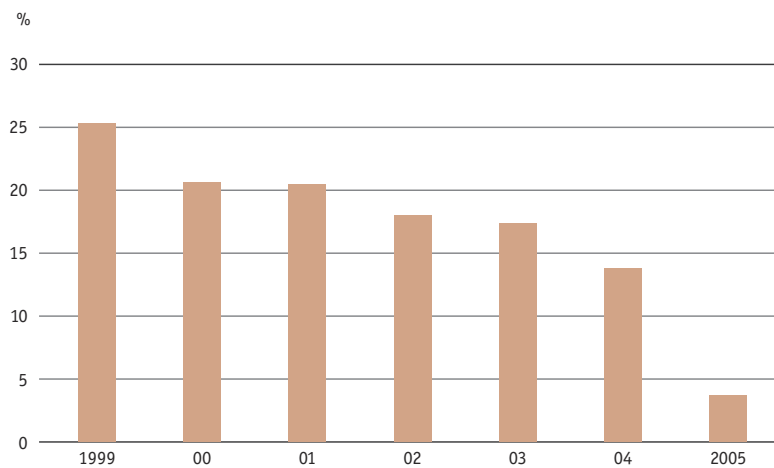
Nota: CR - Controlo de rotina
Fonte: IRAR, 2006

97 c) Análises em incumprimento ao valor paramétrico por concelho em Portugal continental, em 2005



Fonte: IRAR, 2006

97 d) Incumprimento da frequência de amostragem



Fonte: IA (até 2001); IRAR, 2006

nome do indicador QUALIDADE DO AR

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)AR E CLIMA
SAÚDE**tema(s) UE**

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número de dias por ano.

fonte(s)

CCDR; APA

descrição

Número de dias por ano em que a qualidade do ar se pode considerar muito boa, boa, média, fraca ou má, de acordo com intervalos de concentração de diversos poluentes atmosféricos.

documentos de referência

- Programa CAFE - "Clean Air for Europe";
- Estratégia Temática sobre Poluição Atmosférica (Comissão Europeia, 2005).

metodologia

A informação de base a partir da qual é construído este Índice é recolhida pelas Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) e é calculado para cada uma das Zonas ou Aglomerações onde existem estações de monitorização de qualidade do ar, bem como para os casos específicos das cidades de Lisboa e Porto. Para cada Zona e Aglomeração existe um conjunto de requisitos mínimos para o cálculo do índice, nomeadamente existir pelo menos um analisador na área em causa para cada um dos poluentes (à excepção do CO, que não é obrigatório), e que estes sejam medidos com pelo menos 75% de eficiência.

Os dados a partir dos quais o IQAr é calculado são os valores horários dos poluentes NO₂, SO₂ e O₃, o valor médio de oito horas consecutivas do CO e ainda o valor médio diário das PM₁₀. O cálculo do índice para uma determinada área baseia-se na média aritmética calculada para cada um dos poluentes medidos em todas as estações da rede dessa área. Os valores assim determinados são comparados com gamas de concentrações associadas a uma escala de cores, sendo os piores valores (ou seja, as concentrações mais elevadas registadas durante um dia, excepto para o caso das partículas onde é a própria média diária que é considerada) os responsáveis pelo índice. Contabiliza-se o número de dias, ao longo do ano, que registam valores dentro das diferentes classes.

O IQAr tem cinco classes, do "Muito Bom" ao "Mau" e pondera os valores de concentrações dos diferentes poluentes medidos nas diversas estações de monitorização de qualidade do ar de uma determinada área. A matriz de classificação do Índice de Qualidade do Ar, indicando a gama de concentrações dos diversos poluentes, por cada classe, está disponível em: www.qualar.org. A cobertura territorial do IQAr depende da eficiência e da metodologia de medição adoptada para os poluentes que o integram (analisador automático ou análise por amostragem).

Existe a possibilidade de não haver IQAr em vários dias do ano, principalmente nas zonas em que este apenas depende de uma estação, devido às necessárias manutenções dos equipamentos ou por eventuais avarias dos mesmos.

A implementação sucessiva de novas estações de monitorização da qualidade do ar em Portugal, entre 2000 e 2004, levou a que existissem mais estações distribuídas ao longo de todo o território nacional e que estejam a ser medidos mais poluentes.

Definições:

Agglomeração - zona caracterizada por um número de habitantes superior a 250.000 ou em que a população seja igual ou fique aquém de tal número de

habitantes, desde que não inferior a 50.000, sendo a densidade populacional superior a 500 hab/km².

Zona - área geográfica de características homogéneas, em termos de qualidade do ar, ocupação do solo e densidade populacional.
(Fonte: Decreto-Lei n.º 276/99, de 23 de Julho)

objectivos e metas

Avaliar a qualidade do ar ambiente em todo o território nacional, com especial incidência nos centros urbanos. Preservar a qualidade do ar nos casos em que esta seja aceitável e melhorá-la nos restantes.

análise sumária

Um ar com boa qualidade é essencial para a saúde das populações e dos ecossistemas. A qualidade do ar que respiramos tem vindo a deteriorar-se ao longo do tempo em resultado, especialmente, das actividades humanas. Em Portugal, existe uma rede de estações de monitorização da qualidade do ar nas quais são medidos os níveis de poluentes atmosféricos, posteriormente transmitidos para uma base de dados de âmbito nacional (Qualar), onde diariamente são calculados os Índices de Qualidade do Ar (IQAr) para cada uma das Zonas ou Aglomerações e ainda para as cidades de Lisboa e Porto.

Os poluentes atmosféricos considerados no cálculo do IQAr são o monóxido de carbono (CO), o dióxido de azoto (NO₂), o dióxido de enxofre (SO₂), o ozono (O₃) e as partículas finas ou inaláveis, medidas como PM₁₀.

O IQAr foi criado de forma a facilitar o acesso do público em geral a informação objectiva e de fácil leitura acerca da qualidade do ar numa determinada área. Este Índice divide-se em cinco classes - "Muito Bom" a "Mau" - traduzidas por uma escala de cores, em que para cada poluente correspondem gamas de concentrações diferentes em função dos seus valores-limite. A pior classificação obtida para os poluentes em estudo determina o índice da zona.

Pela análise dos índices diários relativos a 2005, observa-se que a classe predominante do IQAr foi "Bom", em conformidade com o verificado nos anos anteriores. No entanto, nas áreas urbanas mais densamente povoadas ou em zonas com alguma importância industrial, o número de dias em que o a qualidade do ar foi pobre - IQAr "Fraco" ou "Mau" variou entre 32% e 25%, como foi o caso, nomeadamente, das zonas do Porto Litoral, Zona de Influência de Estarreja, Vale do Ave, Setúbal e Área Metropolitana de Lisboa Norte.

Nas regiões de Lisboa e Porto o número de dias classificados como "Bom" tem aumentado.

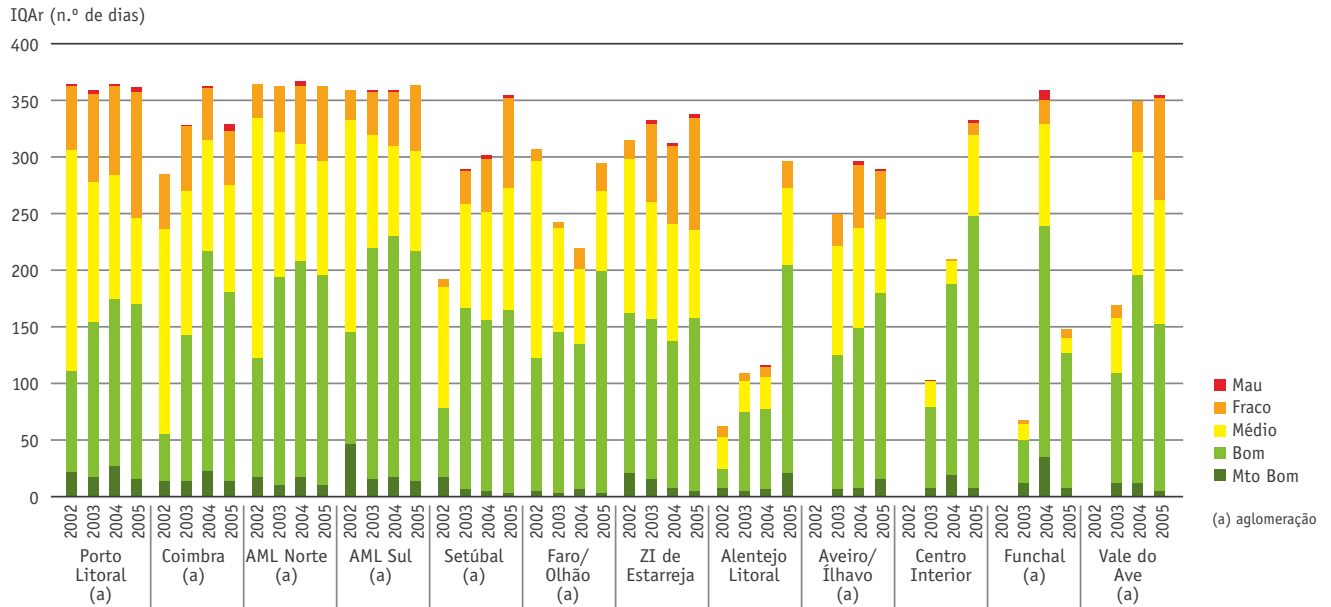
mais informação

<http://www.apambiente.pt>

<http://www.qualar.org/>

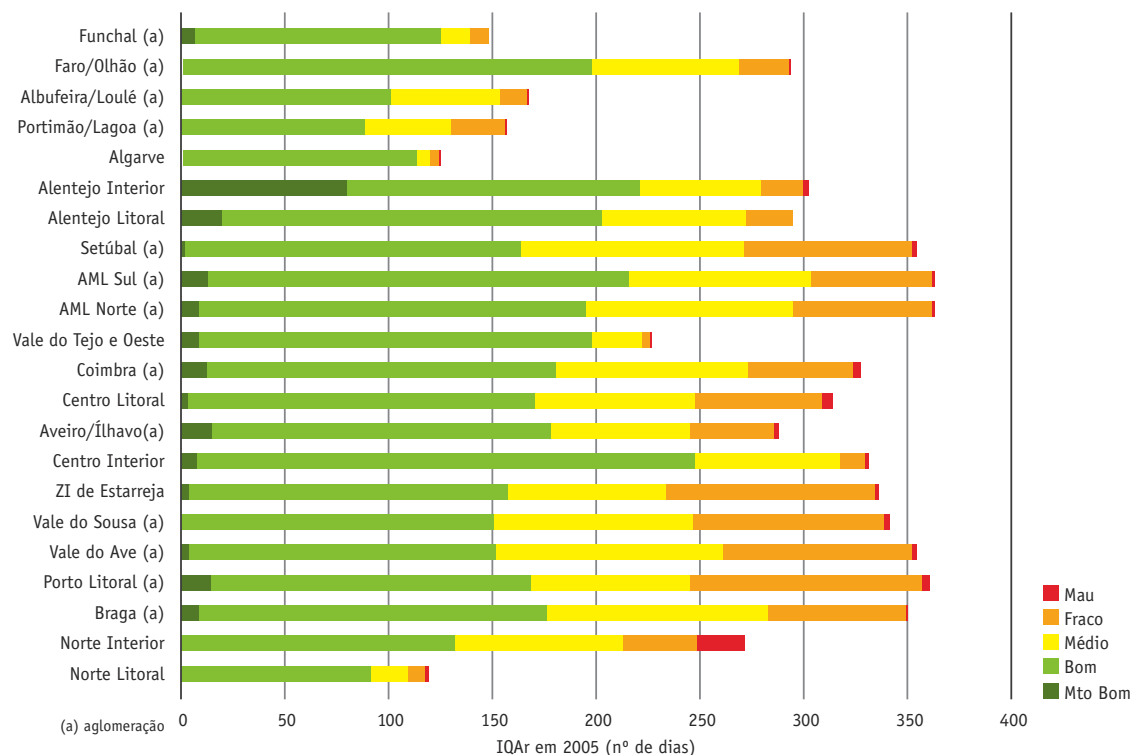
representações gráficas

98 a) Número de dias incluídos em cada uma das classes do Índice de Qualidade do Ar, por Zonas e Aglomerações e por anos



Fonte: CCDR Norte, CCDR Centro, CCDR Lisboa, CCDR Alentejo, CCDR Algarve, DRA Açores, DRA Madeira, 2006

98 b) Índice de Qualidade do Ar, em 2005



Fonte: CCDR Norte, CCDR Centro, CCDR Lisboa, CCDR Alentejo, CCDR Algarve, DRA Açores, DRA Madeira, 2006

nome do indicador **RECICLAGEM E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS**

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

RESÍDUOS

tema(s) UE

PADRÕES DE CONSUMO E PRODUÇÃO

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem do total de resíduos de embalagem produzidos.

fonte(s)

APA; IRAR

descrição

Taxas de reciclagem e de valorização de resíduos, por fileira.

documentos de referência

- Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos - PERSU (INR/MA, 1997);
- Plano de Intervenção para Resíduos Sólidos Urbanos e Equiparados - PIRSUE (MAOTDR, 2006).

metodologia

Razão entre o volume de resíduos de embalagem reciclado e valorizado em cada classe de resíduos (papel/cartão, vidro, metal, plástico e madeira) e o total de resíduos de embalagem produzidos na classe respectiva, expressa em percentagem.

A quantificação do volume de resíduos reciclado e/ou reutilizado é efectuada pelas entidades competentes.

Definições:

Reciclagem - o reprocessamento de resíduos com vista à recuperação e/ou regeneração das suas matérias constituintes em novos produtos a afectar ao fim original ou a fim distinto. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

Fileira de resíduos - tipo de material constituinte dos resíduos, nomeadamente fileira dos vidros, fileira dos plásticos, fileira dos metais, fileira da matéria orgânica ou fileira do papel e cartão. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

Valorização - a operação de reaproveitamento de resíduos prevista na legislação em vigor. (Fonte: Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro)

objectivos e metas

A Directiva 94/62/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de Dezembro de 1994, transposta pelo Decreto-lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro, estabelece como metas relativas aos resíduos de embalagem atingir, até final de 2005, 50% de taxa de valorização e 25% de taxa de reciclagem, valores globais. Complementarmente, para aquela taxa de reciclagem, cada uma das fileiras (vidro, papel/cartão, metais e plásticos) deverá contribuir com pelo menos 15% em peso.

O Decreto-Lei n.º 92/2006, de 25 de Maio, que transpõe para a ordem jurídica nacional as alterações decorrentes da Directiva n.º 2004/12/CE, vem definir novas metas para a reciclagem de embalagens e resíduos de embalagem, até 31 de Dezembro de 2011: em média 55-80%, vidro 60%, papel/cartão 60%, metais 50% e plásticos 22,5%.

análise sumária

Em Portugal, a recolha selectiva de resíduos de embalagens tem aumentado de ano para ano. A recolha é feita através do material recolhido nos locais de deposição voluntária (ecopontos e ecocentros) ou da recolha porta-a-porta, com posterior triagem e encaminhamento para reciclagem e para eliminação, consoante cumpram ou não as especificações técnicas das

fileiras de materiais. Este encaminhamento é, no caso dos sistemas de gestão de RU que contratualizaram com a Sociedade Ponto Verde (SPV), da responsabilidade desta entidade gestora, através de cada uma das cinco fileiras de materiais criadas (plásticos, vidro, papel/cartão, metais e madeira). As quantidades de resíduos de embalagens retomadas em 2005 pela SPV, foram de cerca de 274 mil toneladas.

Em 2004 a taxa de reciclagem de resíduos de embalagens atingiu no País cerca de 41%, valor superior aos 38% verificados em 2003; contrariamente, a taxa de valorização diminuiu em relação ao ano anterior, tendo rondado os 48% em 2004 e aproximando-se da meta dos 50%, que Portugal terá que cumprir em 2005.

Nos últimos anos as taxas de reciclagem dos resíduos de embalagens de vidro estabilizaram nos 40% e, em 2004, as de metal e de papel/cartão atingiram os 55% e 56%. A taxa de reciclagem dos resíduos de embalagens plásticas é a que apresenta valores mais baixos (abaixo do mínimo de 15% que Portugal tem de atingir em 2005).

Assim, e embora a quota mínima de reciclagem prevista para a fileira do plástico ainda não tenha sido atingida em 2004, tudo parece indicar que Portugal está em linha com as metas globais de 25% de reciclagem (com um mínimo de 15% por material) e de 50% de valorização estabelecidas no Decreto-lei n.º 366-A/97, de 20 de Dezembro.

mais informação

<http://www.apambiente.pt>

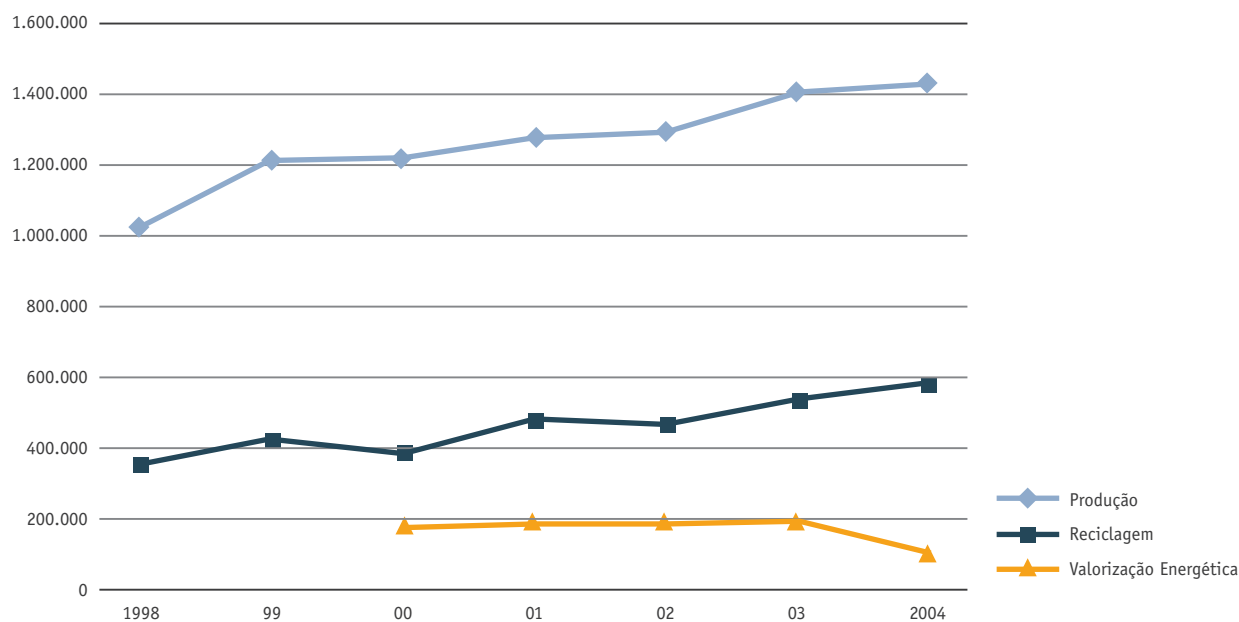
<http://www.pontoverde.pt>

<http://ec.europa.eu/environment/waste/index.htm>

representações gráficas

99 a) Produção de resíduos de embalagem face às quantidades recicladas e valorizadas energeticamente

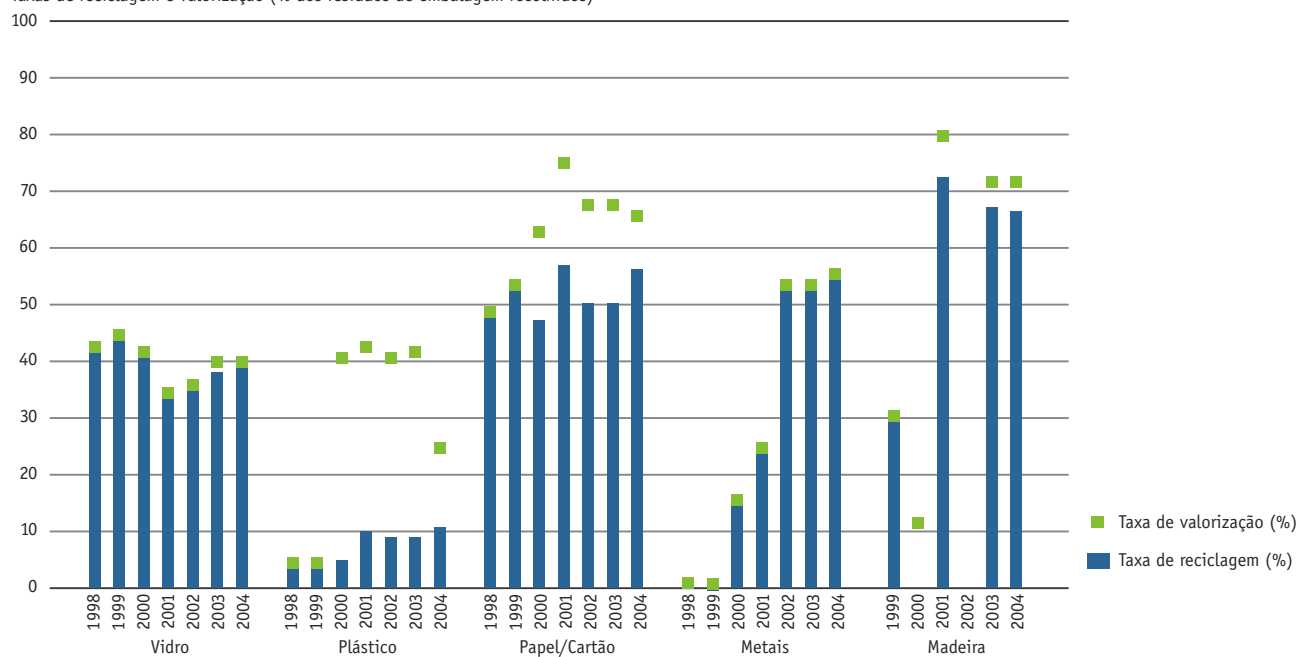
Quantidade (t)



Fonte: INR, 2006

99 b) Taxas de reciclagem e de valorização de resíduos de embalagem em Portugal

Taxas de reciclagem e valorização (% dos resíduos de embalagem recolhidos)



Fonte: INR, 2006

nome do indicador RECURSOS CULTURAIS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

CULTURA

tema(s) UE

NÃO APLICÁVEL

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

1º, 5º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número; Percentagem.

fonte(s)

INE

descrição

Visitantes, espectadores e utilizadores de recursos culturais, tais como, museus, cinema, espectáculos ao vivo, bibliotecas, monumentos, galerias de arte, entre outros.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

Número de visitantes de diversos recursos culturais, nomeadamente daqueles cujo usufruto representa um custo para o utilizador (i.e. com ingresso pago).

Estes dados são recolhidos pelo INE junto da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, do Instituto Português dos Museus, do Instituto do Cinema, Audiovisual e Multimédia, do Observatório das Actividades Culturais e da ANACOM – Autoridade Nacional de Comunicações.

Nota: A partir de 2000, os dados apresentados relativos aos museus correspondem aos museus que, no ano de referência, cumpriam os seguintes critérios: existência de, pelo menos, uma sala ou espaço de exposição; abertura ao público, permanente ou sazonal; existência de, pelo menos, um conservador ou técnico superior (incluindo pessoal dirigente); existência de um orçamento e existência de um inventário. Por motivo da reestruturação do Inquérito aos Museus, não se realizou a operação de recolha de informação relativa a 1999. Assim, devido à alteração metodológica ocorrida em 2000, existe uma quebra de série, pelo que os dados apurados a partir deste ano não podem ser comparados com os dos anos anteriores.

Definições:

Cinema - espaço em edifício próprio destinado exclusivamente ao cinema, com uma ou mais salas. (Fonte: INE)

Galeria de Arte - local de exposição e simultaneamente de venda de obras de artes plásticas com calendarização e temporada definidas, com fins lucrativos. (Fonte: INE)

Museu - instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberta ao público e que promove pesquisas relativas aos testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente, adquire-os, conserva-os, comunica-os e expõe-nos para estudo, educação e lazer. No caso do presente inquérito são inquiridas todas as entidades autodenominadas museus, em funcionamento permanente ou sazonal, com pelo menos uma sala ou espaço de exposição e com pelo menos uma pessoa ao serviço. (Fonte: INE)

Monumentos - obras de arquitectura, notáveis pelo seu interesse histórico, arqueológico, artístico, científico, técnico ou social. Podem classificar-se de acordo com a seguinte tipologia: arquitectura civil, militar e religiosa. (Fonte: INE)

Teatro - inclui as várias modalidades de teatro (drama, comédia, marionetas, mímica, revista, etc...). (Fonte: INE)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

Este indicador revela a apetência por bens culturais, muito embora esta esteja dependente do poder de compra do indivíduo.

Da observação dos dados verifica-se que os museus são os que apresentam o maior número de visitantes, seguido das galerias de arte. Os espectadores, bem como as sessões, de teatro e de espectáculos ao vivo apresentam uma tendência crescente desde o primeiro ano observado, sendo que os concertos de música ligeira e os teatros corresponderam, em 2005, às modalidades que mais espectadores atraíram. A ópera, tauromaquia e a dança clássica continuam a ser as modalidades menos procuradas, e também aquelas para as quais existe menos oferta (n.º de sessões). Relativamente às bibliotecas, denota-se que a procura (n.º de utilizadores) tem aumentado desde 1990.

mais informação

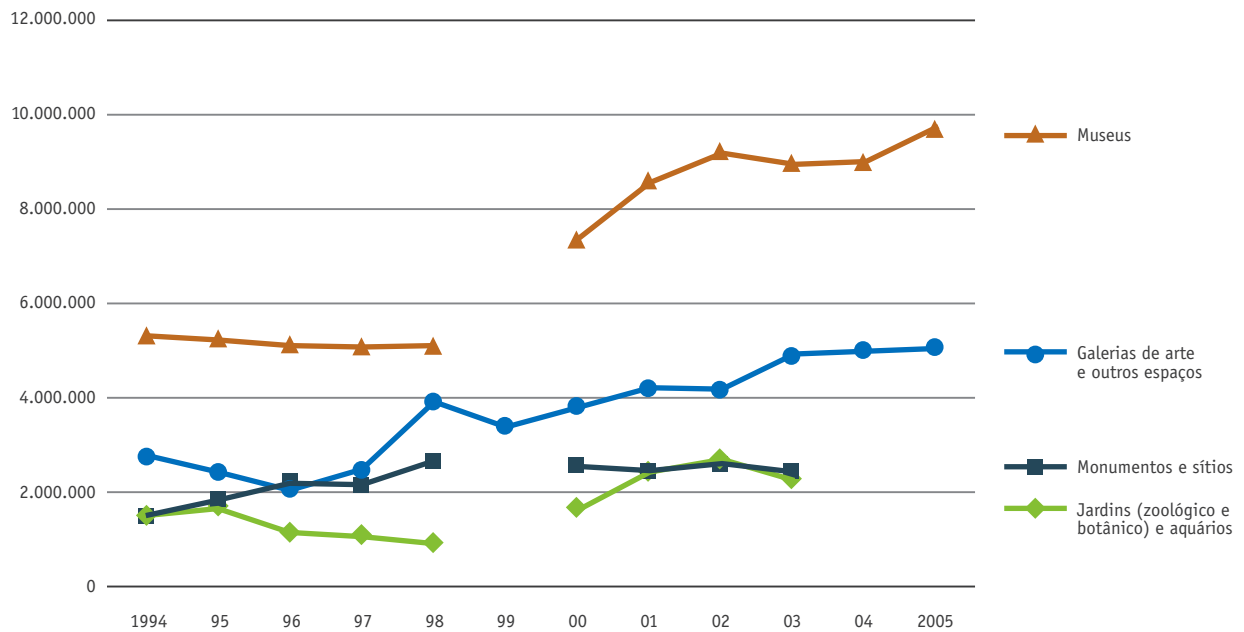
<http://www.ine.pt/>

<http://www.cnc.pt>

representações gráficas

100 a) Visitantes de museus, monumentos, jardins e aquários e galerias de arte e outros espaços

Visitantes (n.º)

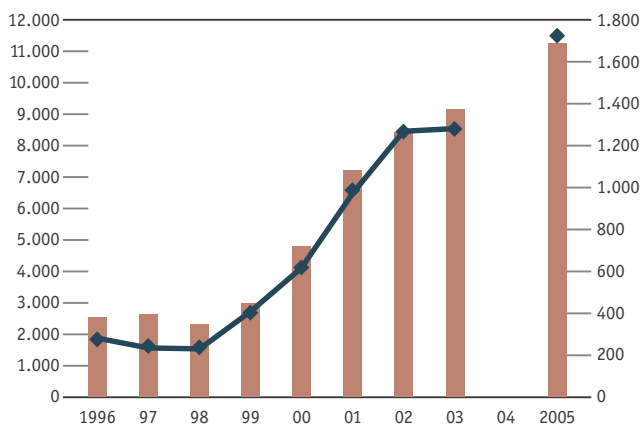


Fonte: INE, 2006

100 b) Teatro e Cinema: sessões e espectadores

Sessões de teatro (n.º)

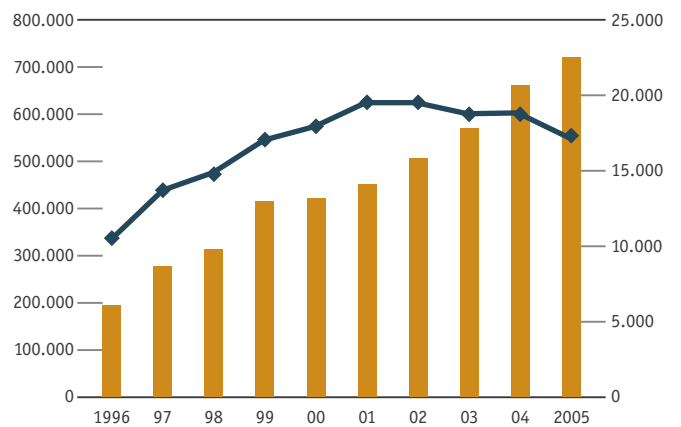
Espectadores (1.000 indivíduos)



Fonte: INE, 2006

Sessões de Cinema (n.º)

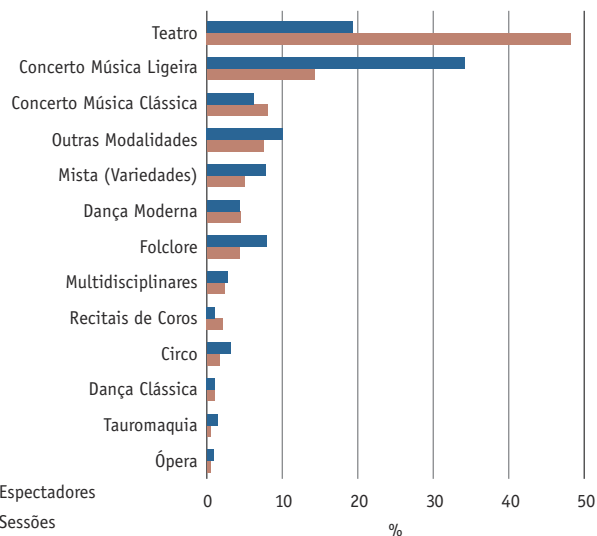
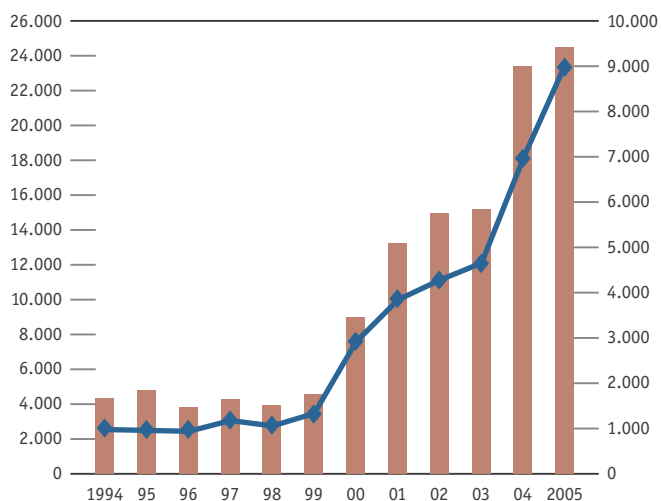
Espectadores (1.000 indivíduos)



100 c) Espectáculos ao vivo: sessões e espectadores (n.º total) e por tipo de modalidade, em 2005

Sessões de espectáculos ao vivo (n.º)

Espectadores (1.000 indivíduos)

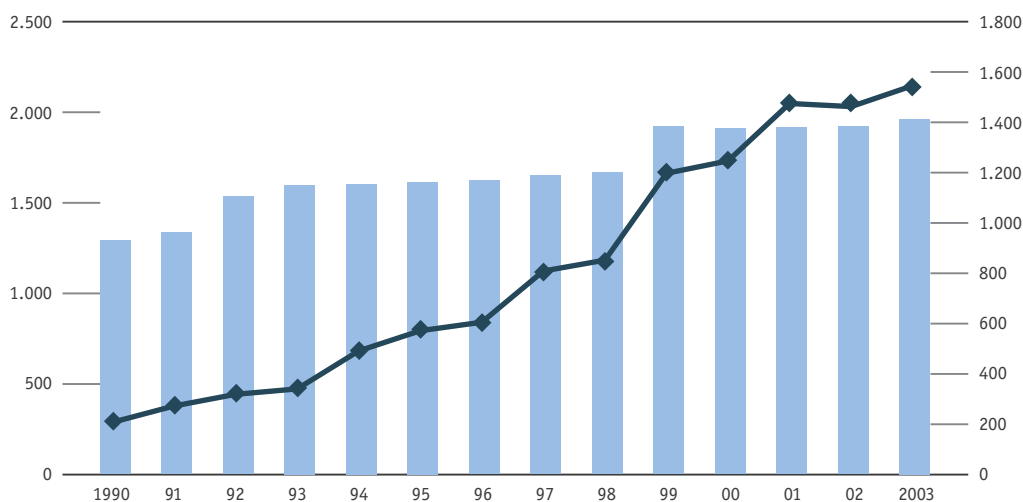


Fonte: INE, 2006

100 d) Bibliotecas: n.º e utilizadores

Bibliotecas (n.º)

Utilizadores (1.000 habitantes)



Fonte: INE, 2006

nome do indicador REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL

tema(s) UE

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

n.º de respostas sociais; n.º de lugares disponíveis; percentagem.

fonte(s)

MTSS - Carta Social; INE

descrição

Rede de serviços e equipamentos sociais.

documentos de referência

- Carta Social (MTSS, 2001 a 2006);
- Plano Nacional de Acção para a Inclusão (PNAI 2006-2008) (MTSS, 2006);
- I Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade (PAIPDI 2006-2009) (PCM, 2006).

metodologia

Contabilização anual do número de respostas sociais e da sua capacidade instalada, por cada 100 000 habitantes. Esta razão é calculada com base nas estimativas da população residente, efectuadas pelo INE.

Pode também ser calculada a distribuição percentual da capacidade instalada por grupos de população alvo dos equipamentos existentes: Crianças e Jovens, Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência, Idosos, Família e Comunidade e Outros (Toxicodependentes, Pessoas Infectadas com VIH/Sida e suas famílias, Área da saúde mental e Pessoas com doenças dos foro mental ou psiquiátrico).

Para efeitos de cálculo da capacidade instalada não foram consideradas as respostas sociais do tipo aberto (por exemplo, atendimento/accompanhamento social).

Definições:

Equipamento social - estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem juntos dos utentes, tais como, as Amas e o Serviço de Apoio Domiciliário. (Fonte: ISS)

Capacidade instalada - corresponde ao número máximo de lugares previsto para a resposta social tendo em conta os normativos em vigor. Dá-nos a informação que reporta à capacidade potencial tendo em conta a área do equipamento, infra-estruturas e demais recursos existentes. (Fonte: ISS)

No caso das respostas na área da família e comunidade, a capacidade é traduzida no número de pessoas que se podem atender e/ou acompanhar. (Fonte: ISS)

objectivos e metas

O Plano Nacional de Acção para a Inclusão para 2006-2008 e o Plano de Acção para a Integração das Pessoas com Deficiências ou Incapacidade para 2006-2009, prevêem:

- Aumentar em 50% a capacidade instalada em creches, até 2009 (atingir o compromisso de Barcelona: 33%), criando 37 000 novas vagas;
- Reforçar os equipamentos sociais para Idosos, criando 19 000 vagas (novos lugares) até 2009 em Lares de Idosos, Serviços de Apoio Domiciliário e Centro de Dia;
- Implementar 20 residências autónomas de forma faseada até 2009;
- Aumentar a capacidade do serviço de apoio domiciliário (SAD) a pessoas com deficiência ou incapacidade em 30%, até 2009;

- Aumentar a capacidade dos centros de actividades ocupacionais para pessoas com deficiência em 10% até 2009;
- Aumentar, até 2008, em 15% o número de crianças (dos 0 aos 3 anos) a atender pelo Sistema de Intervenção Precoce, cobrindo cerca de 5 000 crianças;
- Abranger 150 concelhos com o Programa Integrado de Intervenção Precoce, até 2008.

análise sumária

A capacidade da rede de serviços e equipamentos sociais pretende dar resposta a questões sociais em diversas áreas de intervenção, nomeadamente crianças e jovens, pessoas com deficiência, idosos, famílias, comunidade e outros, tais como toxicodependentes, pessoas com doenças do foro psíquico, pessoas afectadas com HIV, entre outros.

Os elementos mais importantes da rede de serviços e equipamentos sociais do Continente encontra-se reunida denominada "Carta Social", documento de publicação periódica após 1998.

Os indicadores sobre a Rede de Serviços e Equipamentos Sociais são muito importantes no planeamento de investimentos no âmbito da acção social.

Verifica-se uma evolução crescente das respostas sociais ao longo dos últimos anos. Em 2000 existia uma proporção de 98 respostas por cada 100 000 habitantes e em 2005 essa proporção tinha aumentado 15%, para cerca de 113. No mesmo período, a capacidade instalada aumentou de 3 681 lugares por 100 000 habitantes para 4 420.

As crianças e jovens e os idosos absorvem, como população alvo, mais de 90% da capacidade instalada das respostas sociais, sendo esta uma tendência registada para os 6 anos em análise.

mais informação

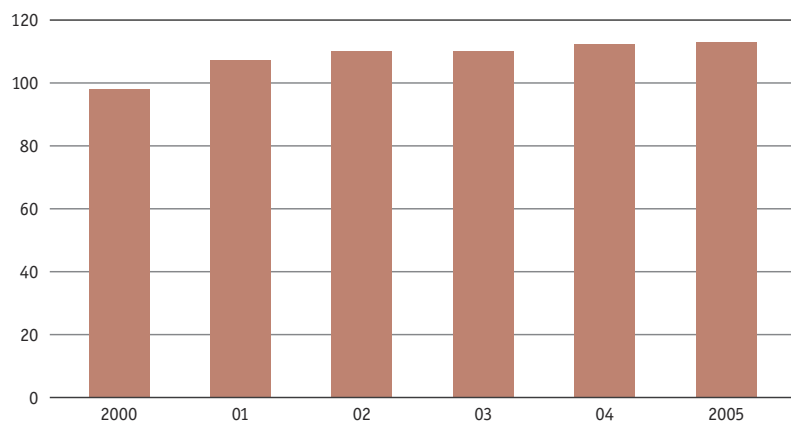
www.seg-social.pt

<http://www.gep.mtss.gov.pt/>

representações gráficas

101 a) Respostas sociais por 100 000 habitantes

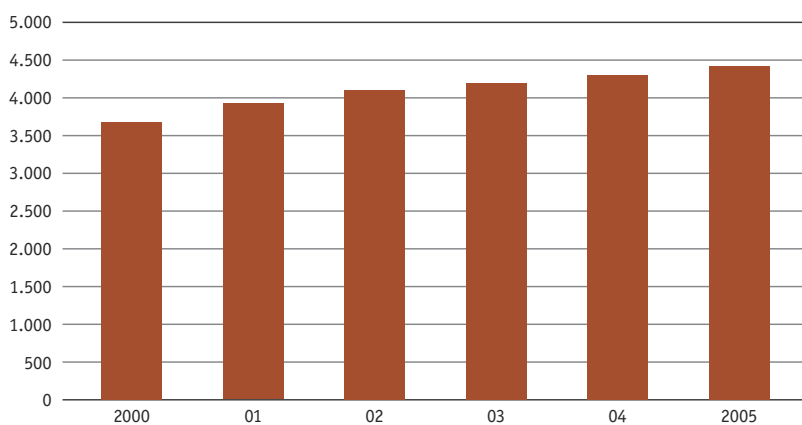
N.º/100 000 hab



Fonte: ISS, 2006

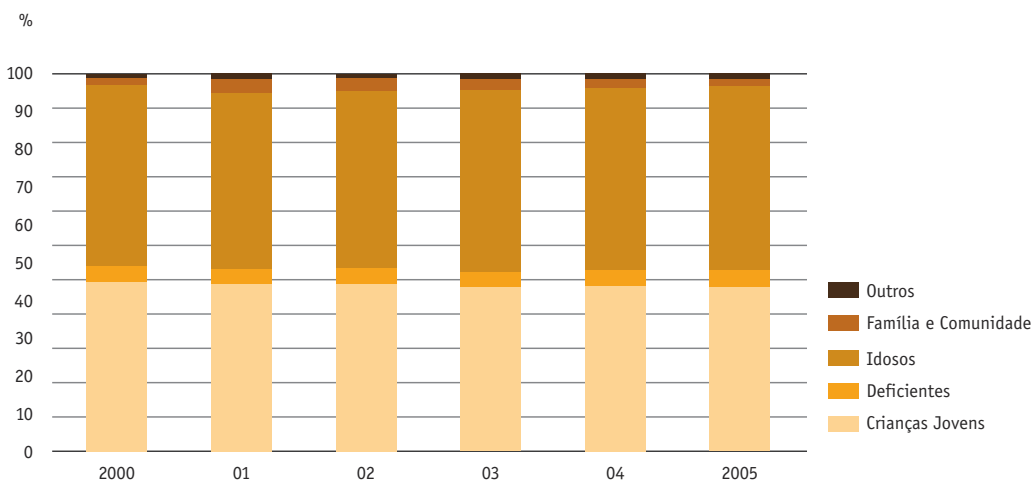
101 b) Capacidade instalada das respostas sociais por 100 000 habitantes

N.º/100 000 hab



Fonte: ISS, 2006

101 c) Distribuição percentual da capacidade instalada nas diversas áreas de intervenção



Fonte: ISS, 2006

nome do indicador REPARTIÇÃO MODAL DO TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

TRANSPORTES

tema(s) UE

TRANSPORTES

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Passageiro-quilómetro; tonelada-quilómetro.

fonte(s)

INE; Comissão Europeia; Eurostat

descrição

Passageiros e mercadorias transportadas por distância percorrida por modo de transporte.

documentos de referência

- Programa Nacional para as Alterações Climáticas - PNAC 2006 (IA/MAOTDR, 2006);
- Livro Branco: A política europeia de transportes no horizonte 2010: a hora das opções (CE/UE, 2001).

metodologia

Produto do número total de passageiros pelo número médio de quilómetros percorrido por passageiro durante um ano, por modo de transporte (expresso em passageiro-quilómetro por modo de transporte). Mede a intensidade de utilização de transporte de passageiros por modo de transporte.

Contabilização do volume total de mercadorias transportadas num dado modo de transporte, dado pelo produto entre o volume total da carga transportada pelo número médio de quilómetros percorrido por cada tonelada de carga transportada, expresso em toneladas-quilómetro (tkm). É ainda calculada a percentagem do transporte rodoviário de mercadorias no total de transporte de mercadorias (rodoviário, ferroviário, fluvial) expresso em tkm.

Definições:

Passageiro-quilómetro transportado - Unidade de medida correspondente ao transporte de um passageiro na distância de um quilómetro. (Fonte: INE)
Tonelada-quilómetro transportada - Unidade de medida do transporte de mercadorias, correspondente ao transporte de uma tonelada de mercadoria na distância de um quilómetro. (Fonte: INE)

Transporte por conta de outrem - Transporte remunerado, de pessoas ou mercadorias, por conta de terceiros (empresas habilitadas a exercer a actividade transportadora). (Fonte: INE)

Transporte por conta própria - Transporte efectuado por uma empresa não profissional, para as suas próprias necessidades, com auxílio dos seus próprios veículos e tendo como objectivo o transporte das suas próprias pessoas ou mercadorias. (Fonte: INE)

objectivos e metas

O objectivo da Política Comum de Transportes da UE é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.

análise sumária

A mobilidade urbana alterou-se e aumentou significativamente nas últimas décadas, sobretudo nas áreas metropolitanas, em consequência do desenvolvimento económico, social e urbanístico, caracterizado pela dispersão das áreas residenciais e pela desnuclearização das actividades. Como tal, o sector dos transportes é um dos sectores que apresenta maiores pressões ambientais, não só em Portugal como nos restantes países da UE.

Em Portugal tem-se verificado um crescimento desigual dos vários modos de transporte de passageiros, sendo de assinalar o aumento exponencial do transporte feito por veículos de passageiros. Em 2004, 84,1% do transporte terrestre de passageiros era feito por veículos de passageiros, 13,1% por autocarros, 4,5% por ferrovia e somente 1,0% por metro e eléctrico.

No que diz respeito ao transporte de mercadorias, entre 1990 e 2005 o transporte feito por vias rodoviárias aumentou cerca de 60%, devido sobretudo ao acréscimo do transporte por conta de outrem que triplicou durante esse período. Embora se tenha verificado um aumento do volume de transporte ferroviário e aéreo de mercadorias, ainda é evidente a preponderância do modo rodoviário no transporte de mercadorias que, em 2005, era superior à média comunitária.

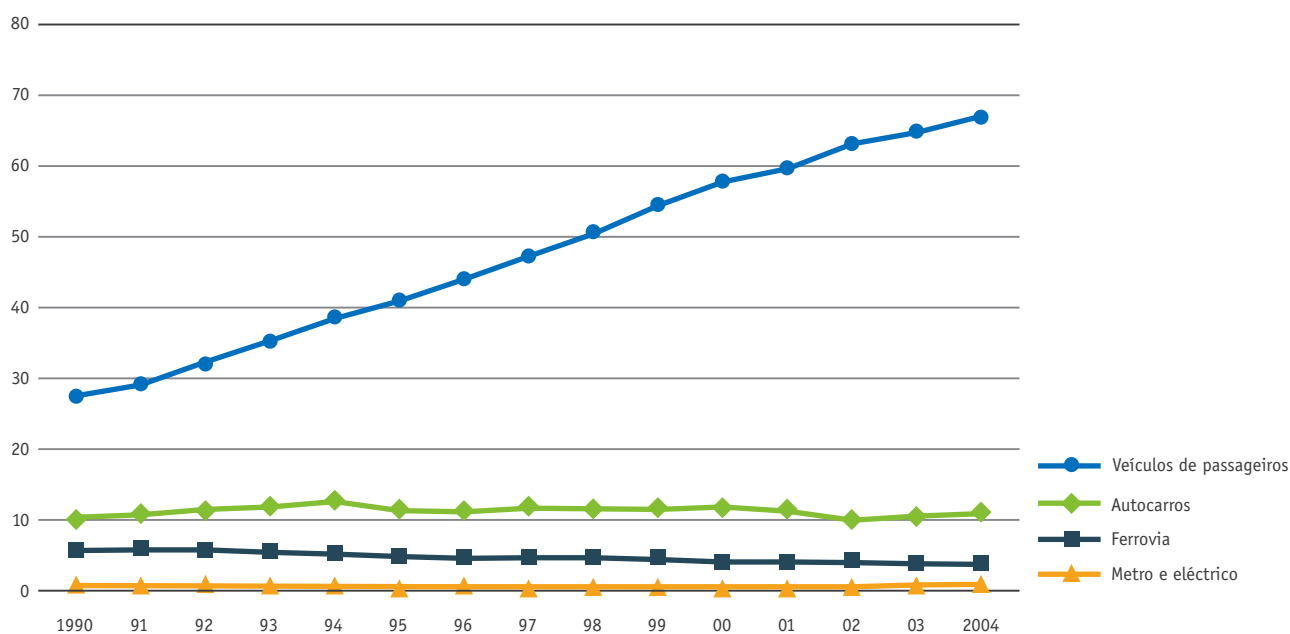
mais informação

- <http://www.ine.pt/>
- <http://www.gep-moptc.pt/>
- <http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>
- http://ec.europa.eu/transport/index_pt.html
- <http://www.eea.europa.eu/>

representações gráficas

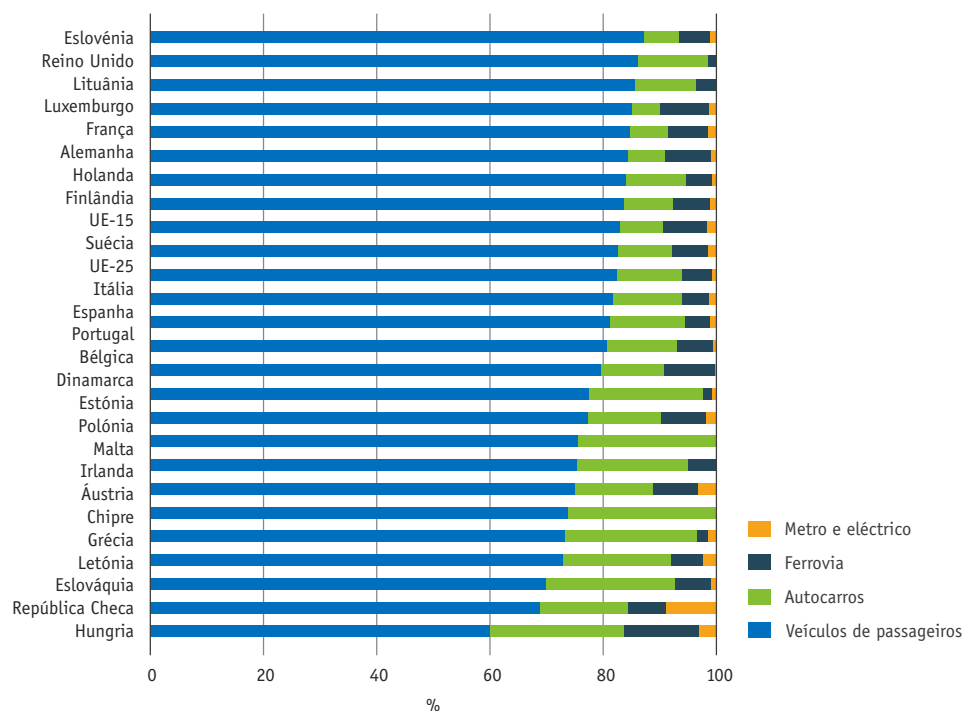
102 a) Passageiros transportados por modo de transporte

Distância percorrida por passageiro (passageiros-10⁹ km)



Fonte: Comissão Europeia, 2006

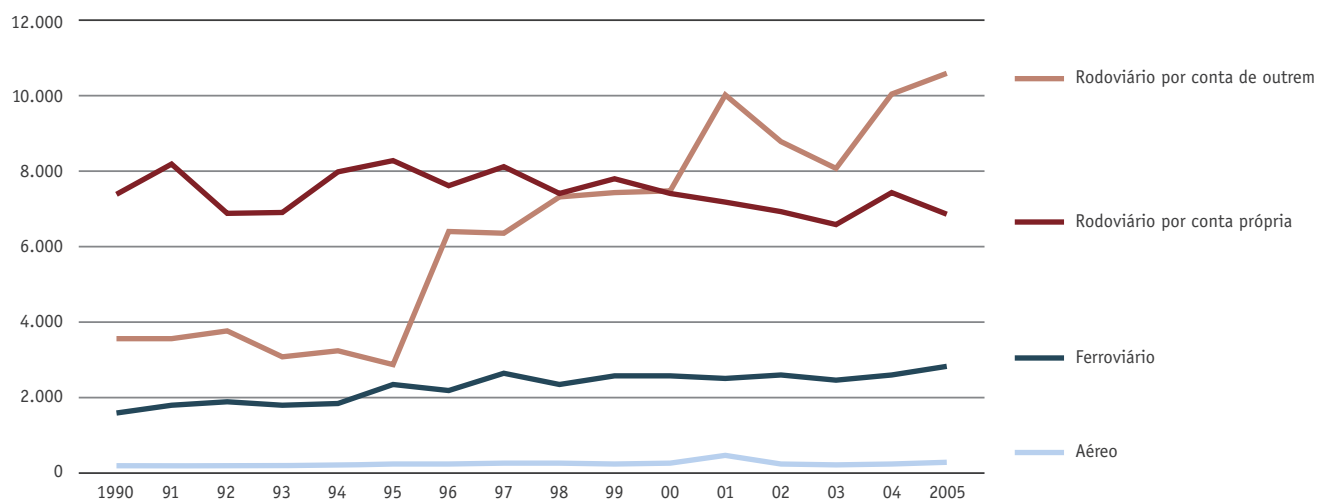
102 b) Repartição modal do transporte terrestre de passageiros na UE-25 em 2004



Fonte: Comissão Europeia, 2006

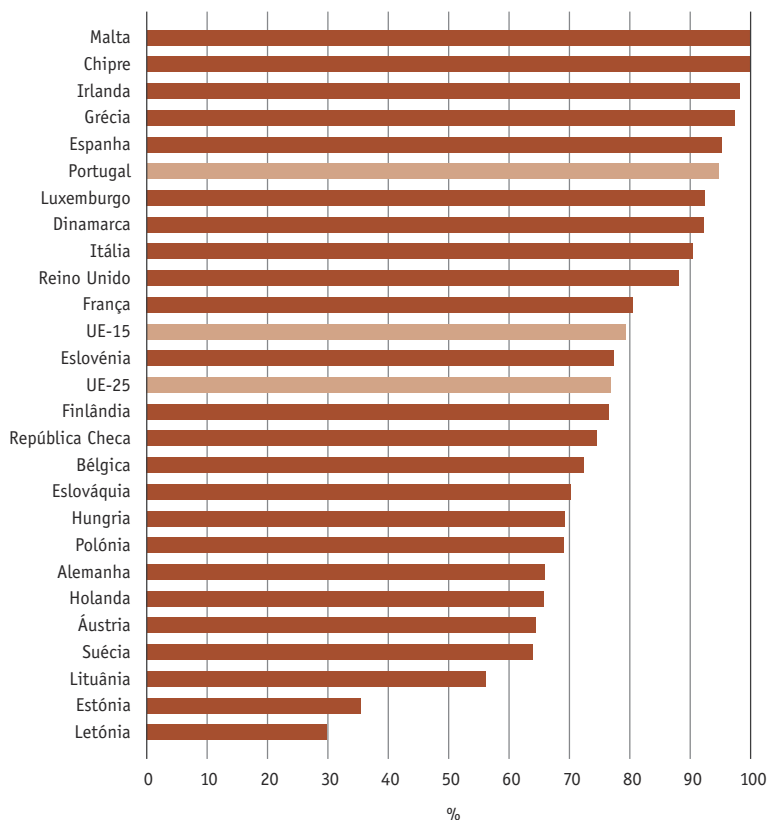
102 c) Quantidade de mercadorias transportadas por modo de transporte

Mercadoria transportada (tkm)



Fonte: INE, 2005

102 d) Repartição do modo rodoviário no total do transporte de mercadorias na UE-25 em 2005



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador RISCOS NATURAIS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

RISCOS

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

INDISPONÍVEL MAS RELEVANTE

unidade(s) de medida

-

fonte(s)

ANPC; INAG; IM

descrição

Avaliação da probabilidade de ocorrência de situações de risco com origem em fenómenos de origem natural, e respostas para a sua redução sempre que possível e minimização dos respectivos efeitos.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

Inventariação de acidentes graves e catástrofes com origem em fenómenos naturais.

Definições:

Acidente grave - acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, susceptível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente. (Fonte: ANPC)

Catástrofe - acidente grave ou série de acidentes graves susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido sócio-económico em áreas ou na totalidade do território nacional. (Fonte: ANPC)

Onda de calor - fenómeno caracterizado pela verificação de mais de cinco graus Centígrados na temperatura máxima em relação ao período de referência (valor médio das temperaturas máximas em período homólogo durante os últimos 30 anos) durante 6 dias consecutivos. (Fonte: DGS)

objectivos e metas

Pretende-se minimizar o grau de vulnerabilidade da sociedade aos riscos naturais a que está sujeita.

análise sumária

As catástrofes que são resultado de fenómenos naturais, e os consequentes riscos que deles advêm, comprometem o equilíbrio entre o ambiente social e o ambiente natural, provocando frequentemente roturas entre o sistema social e o ambiente natural.

Os riscos naturais a que estamos sujeitos são diversos, ocorrendo, por vezes, ciclicamente na mesma região.

A vulnerabilidade de cada sociedade a estes fenómenos causados pela natureza reflecte o seu diferente grau de preparação e as políticas de prevenção adoptadas. O mesmo fenómeno, manifestando a mesma magnitude, em duas regiões distintas, pode apresentar consequências diferentes.

Exemplos destes fenómenos da natureza são as cheias, as secas, os sismos, os incêndios florestais de origem natural e algumas situações meteorológicas extremas, como ventos fortes, chuvadas e granizo intensos, nevões, trovoadas, vagas de frio e ondas de calor.

Nos últimos anos a incidência das catástrofes naturais a nível global não parou de aumentar. Fortes terremotos, vários países devastados por inundações e flagelados pela seca, actividade vulcânica reactivada em vários pontos do Planeta.

Com as alterações climáticas que se fazem sentir, é natural que cada vez mais aumente a ocorrência de fenómenos extremos, o que já se tem vindo a notar em Portugal, nos últimos verões, com ondas de calor e incêndios, de que é exemplo o Verão de 2003.

O facto de cada vez mais se produzirem mais vítimas afectadas por fenómenos naturais obedece a factores derivados da pressão demográfica, da ocupação de áreas de alto risco, das construções defeituosas, da degradação ambiental e da ausência ou ineficácia da prevenção.

Em Portugal o risco sísmico é uma ameaça latente, imprevisível e com repercussões potencialmente catastróficas no sudoeste do país, particularmente em Lisboa e Vale do Tejo e no Algarve. No litoral algarvio e no litoral ocidental a sul de Peniche, verifica-se ainda o perigo de maremoto. Está em fase de conclusão o Plano de Emergência Especial para Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos limítrofes, e em curso o estudo do risco sísmico e de tsunamis do Algarve, com vista à elaboração do respectivo plano de emergência.

O maior perigo a que as florestas portuguesas estão sujeitas é o risco de incêndios florestais, dos quais têm resultado um grande número de acidentes e prejuízos económicos. As zonas mais susceptíveis aos incêndios localizam-se, maioritariamente, a norte do Rio Tejo, em terrenos declivosos e onde predominam resinosas associadas a elevadas densidades do coberto vegetal. Os cerca de 400 000 hectares de área ardida em 2003 ultrapassam em mais do dobro qualquer dos valores anuais verificados nos últimos 30 anos.

No território continental o risco de cheias e inundações verifica-se sobretudo nas planícies aluviais dos principais rios do país (ex.: Tejo, Douro, Mondego, Sado e Guadiana), mas também em pequenas bacias hidrográficas sujeitas a cheias rápidas ou repentinas. Os danos potenciais decorrentes das cheias nos grandes rios não são demasiado elevados e as actividades humanas desenvolvidas nas áreas susceptíveis a inundações estão, salvo raras excepções, razoavelmente adaptadas à ocorrência de cheias. As cheias rápidas são potencialmente mais perigosas, principalmente quando ocorrem em áreas densamente urbanizadas.

mais informação

<http://www.proteccaocivil.pt/>

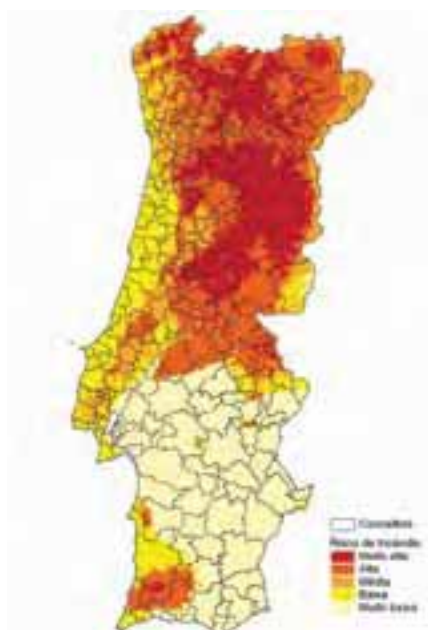
<http://www.meteo.pt>

103 a) Carta de isossistas de intensidades máximas



Fonte: IM, 2004

103 b) Carta de risco de incêndio



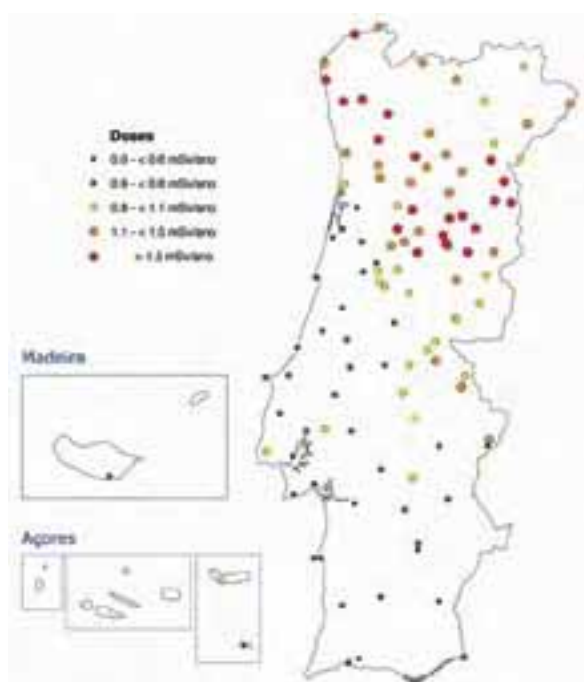
Fonte: DGRF, 2004

103 c) Carta de risco de zonas inundáveis



Fonte: INAG, 2001

103 d) Doses integradas da radioactividade de fundo ao nível do solo, entre Out. 2002 e Out. 2003



Fonte: IA, 2004

nome do indicador RISCOS TECNOLÓGICOS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

RISCOS

tema(s) UE

NÃO APLICÁVEL

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

INDISPONÍVEL MAS RELEVANTE

unidade(s) de medida

-

fonte(s)

ANPC; ITN; IM; APA; ISAAA

descrição

Avaliação da probabilidade de ocorrência de situações de risco com origem em fenómenos de origem tecnológica, e respostas para a sua redução sempre que possível e minimização dos respectivos efeitos.

mais informação

<http://www.proteccaocivil.pt/>

<http://www.meteo.pt>

<http://www.iambiente.pt/APA/index.htm>

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

Inventariação de acidentes graves e catástrofes com origem na actividade antrópica.

Definições:

Acidente grave - acontecimento inusitado com efeitos relativamente limitados no tempo e no espaço, susceptível de atingir as pessoas e outros seres vivos, os bens ou o ambiente. (Fonte: ANPC)

Catástrofe - acidente grave ou série de acidentes graves susceptíveis de provocarem elevados prejuízos materiais e, eventualmente, vítimas, afectando intensamente as condições de vida e o tecido socioeconómico em áreas ou na totalidade do território nacional. (Fonte: ANPC)

objectivos e metas

Pretende-se minimizar o grau de vulnerabilidade da sociedade aos riscos tecnológicos a que está sujeita.

análise sumária

Os acidentes graves constituem uma preocupação do ponto de vista dos impactes que têm no ambiente e na saúde. Este facto deve-se essencialmente à imprevisibilidade da sua ocorrência e da sua escala de magnitude.

Efectivamente, os acidentes tecnológicos - que se acrescem aos acidentes com origens em fenómenos naturais - continuam a ocorrer, traduzindo-se sempre em impactes negativos no ambiente, associados, na maioria das vezes, à perda de vidas humanas.

Por motivos socio-económicos o Homem vai alterando o ambiente em que vive, tornando-o cada vez mais propenso às catástrofes e ficando cada vez mais vulnerável aos seus efeitos. Com origem na actividade antrópica podem ocorrer acidentes como os ligados ao sector industrial, aos produtos químicos, à biotecnologia (organismos geneticamente modificados, etc.), à radiação nuclear, entre outros.

Apesar do "risco nulo" ser uma impossibilidade, quer para os indivíduos quer para a sociedade ou para o ambiente, ao longo do tempo têm vindo a ser desenvolvidas tecnologias, atitudes, planos de emergência, programas estratégicos europeus (como o da Directiva Seveso II para os acidentes graves com substâncias perigosas), etc., para minimizar a sua ocorrência e os seus impactes.

representações gráficas

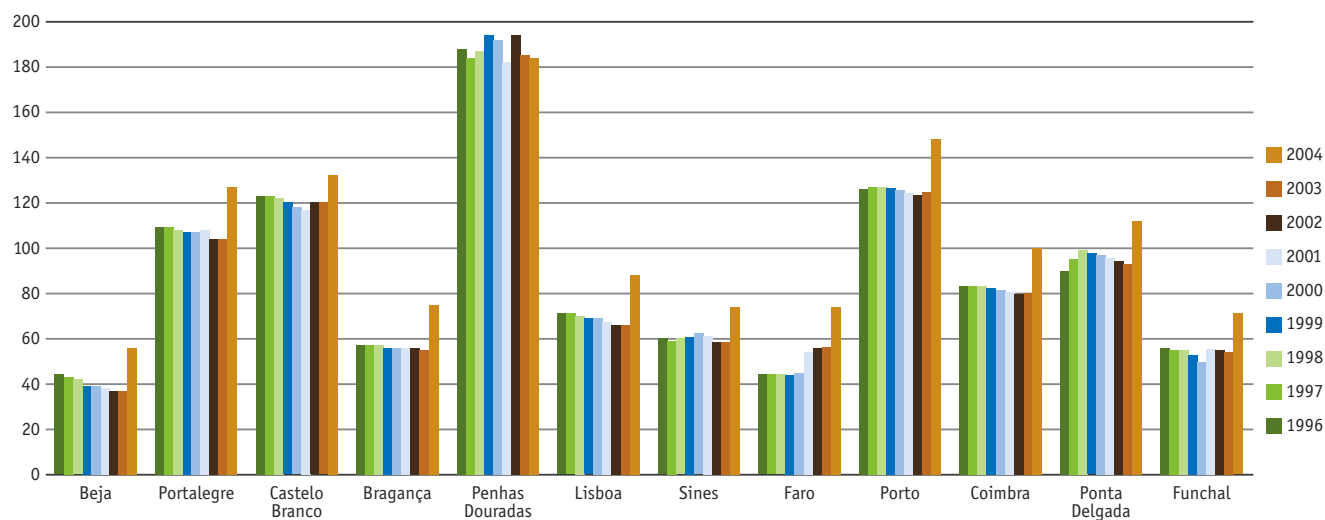
104 a) Distribuição geográfica dos estabelecimentos abrangidos pela Seveso II em 31 Dezembro de 2006, oleoduto e gasoduto



Fonte: IA, 2007; CLC, 2007; Transgás, 2005

104 b) Valores médios anuais de radioactividade do ar ambiente RADNET - Rede de vigilância em contínuo

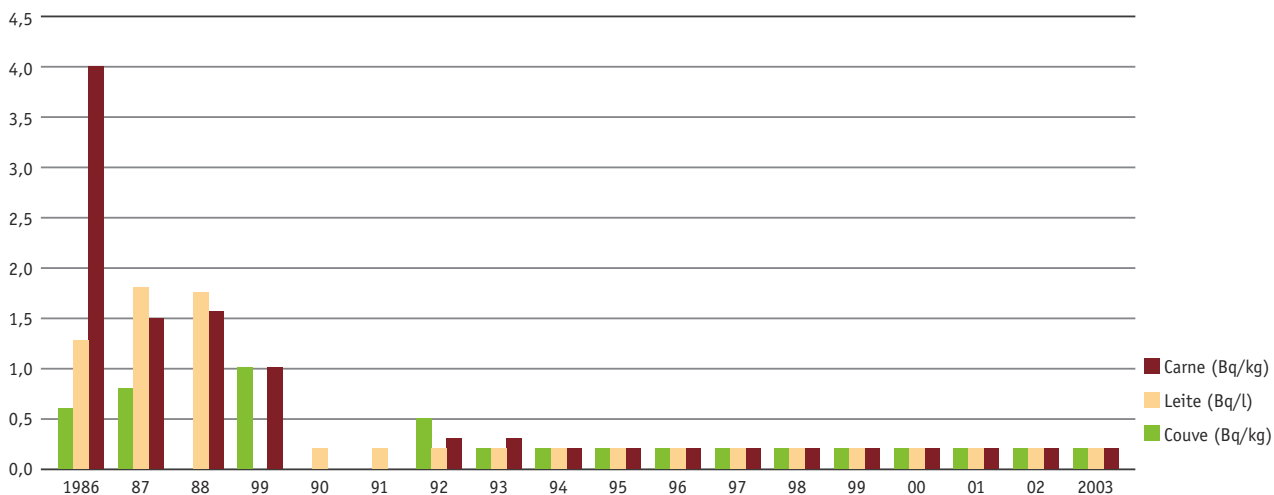
Taxa de dose (nGy/h)



Fonte: IA, 2004

104 c) Evolução da concentração do valor médio de ¹³⁷Cs em alimentos de produção nacional

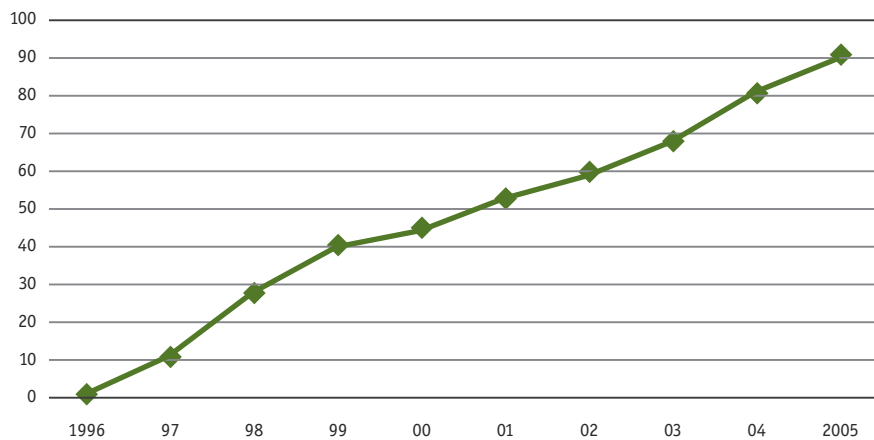
Radioactividade [¹³⁷Cs (Bq/kg)]



Fonte: ITN, 2004

104 d) Evolução das áreas de cultivo, a nível mundial, com plantas geneticamente modificadas

Áreas de cultivo (10⁶ ha)



Fonte: ISAAA, 2005

nome do indicador SEGURANÇA ALIMENTAR

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

SAÚDE

tema(s) UE

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

N.º de novos casos de incidência de salmonelose.

fonte(s)

DGS, Eurostat

descrição

Avalia o grau de contaminação de alguns alimentos, assim como as acções de inspecção e monitorização da qualidade alimentar.

documentos de referência

- Livro branco sobre a Segurança dos Alimentos (CE/UE, 2000).

metodologia

É medido o grau de contaminação química ou microbiológica de alguns alimentos-chave. É ainda avaliada a taxa de incidência.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

A alimentação é essencial à vida mas pode também ser um importante veículo de exposição a muitos agentes patogénicos e compostos químicos tóxicos. Estes contaminantes podem ser introduzidos nos alimentos durante o cultivo, a colheita, a produção, o armazenamento, o transporte e a preparação final. A inspecção e a monitorização da qualidade alimentar são, portanto, necessárias para assegurar a segurança alimentar.

As doenças alimentares, como é o caso da Salmonelose, são uma ameaça crescente para a saúde humana, em particular para os indivíduos mais pobres, que são também os mais vulneráveis devido à falta de alimento, à subnutrição e à dificuldade no acesso a produtos de qualidade. A salmonelose é uma infecção causada pela bactéria *Salmonella* que produz febre gastrointestinal e entérica e é geralmente transmitida aos humanos através da ingestão de alimentos contaminados por patógenos de origem animal (fezes animais). As toxinfecções alimentares colectivas (TAC) são consideradas como um problema de saúde pública e a sua vigilância epidemiológica é um pilar importante de uma política integrada de Segurança Alimentar.

Em Portugal o número de novos casos de salmonelose tem vindo a crescer desde 1994. Apesar da verificada tendência crescente, Portugal representa o país da UE com menor incidência de salmonelose em 100 000 habitantes.

mais informação

<http://www.agenciaalimentar.pt>

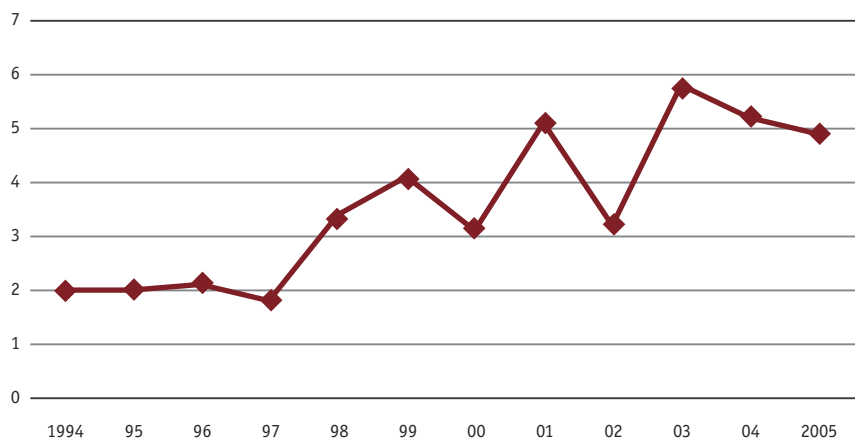
<http://www.asae.pt/>

http://ec.europa.eu/food/efsa_pt.htm

representações gráficas

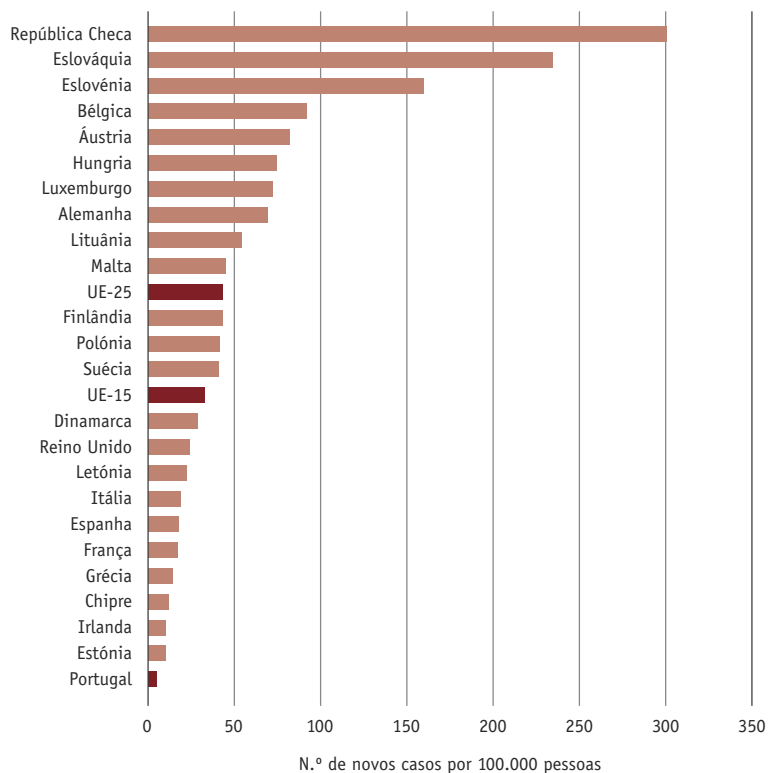
105 a) Incidência de Salmonelose em Portugal

N.º de novos casos em 100.000 pessoas



Fonte: Eurostat, 2006

105 b) Incidência de Salmonelose na UE



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)SAÚDE
TRANSPORTES**tema(s) UE**

TRANSPORTES

categorias do modelo DPSIR

IMPACTE

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número de acidentes rodoviários; índice (relativo a ano-base).

fonte(s)

IMTT

descrição

Número de vítimas resultantes de acidentes rodoviários em vias nacionais.

documentos de referência

- Plano Nacional de Prevenção Rodoviária (MAI, 2003);
- Livro Branco - A política europeia de transportes no horizonte 2010: a hora de opções (CE/UE, 2001).

metodologia

Contabilização do número de acidentes rodoviários registados anualmente em Portugal dos quais resultaram vítimas (feridos ou mortos).

Definições:

Acidente - Ocorrência na via pública ou que nela tenha origem, envolvendo pelo menos um veículo do conhecimento das entidades fiscalizadoras (GNR, GNR/BT e PSP) da qual resultam vítimas e/ou danos materiais. (Fonte: DGV)

Índice de gravidade - Número de mortos por 100 acidentes com vítimas. (Fonte: DGV)

Vítima - Ser humano que, em consequência de acidente, sofra de danos corporais. (Fonte: DGV)

Feridos - Vítimas de acidentes. (Fonte: DGV)

Ferido grave - Vítima de acidente cujos danos corporais obriguem a um período de hospitalização superior a 24 horas. (Fonte: DGV)

Mortos ou vítimas mortais - Vítimas de acidente cujo óbito ocorra no local do evento ou no seu percurso até à unidade de saúde. Para obter o número de mortos a 30 dias, aplica-se a este valor um coeficiente de 1,14 (definição internacional). (Fonte: DGV)

objectivos e metas

O Plano Nacional de Prevenção Rodoviária (MAI, Março 2003) estabelece como meta a redução de 50% do número de mortos e feridos graves até ao ano de 2010, a partir das mesmas bases propostas pela Comissão Europeia, ou seja, com referência à média de sinistralidade dos anos de 1998 a 2000.

análise sumária

Desde 1990 verifica-se que tanto os acidentes, como as vítimas daí resultantes, não obstante algumas oscilações, apresentam uma tendência decrescente.

Em 2005 ocorreram 37 066 acidentes com vítimas, de que resultaram 1 094 mortos, 3 762 feridos graves e 45 487 feridos leves. Nesse ano, o número de feridos graves atingiu níveis inferiores relativamente às metas estabelecidas para 2010, e, os resultados obtidos até 2005, no que se refere ao número de mortos, apontam no sentido de se concretizarem os objectivos pretendidos.

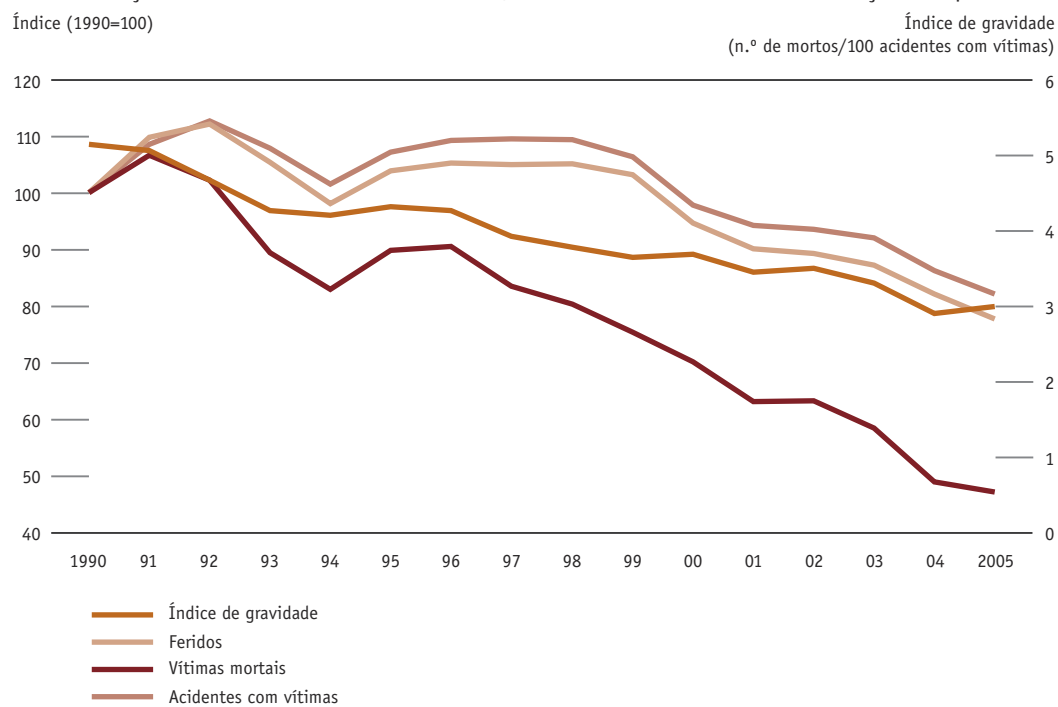
mais informação

<http://www.imtt.pt/>

http://ec.europa.eu/transport/index_en.html

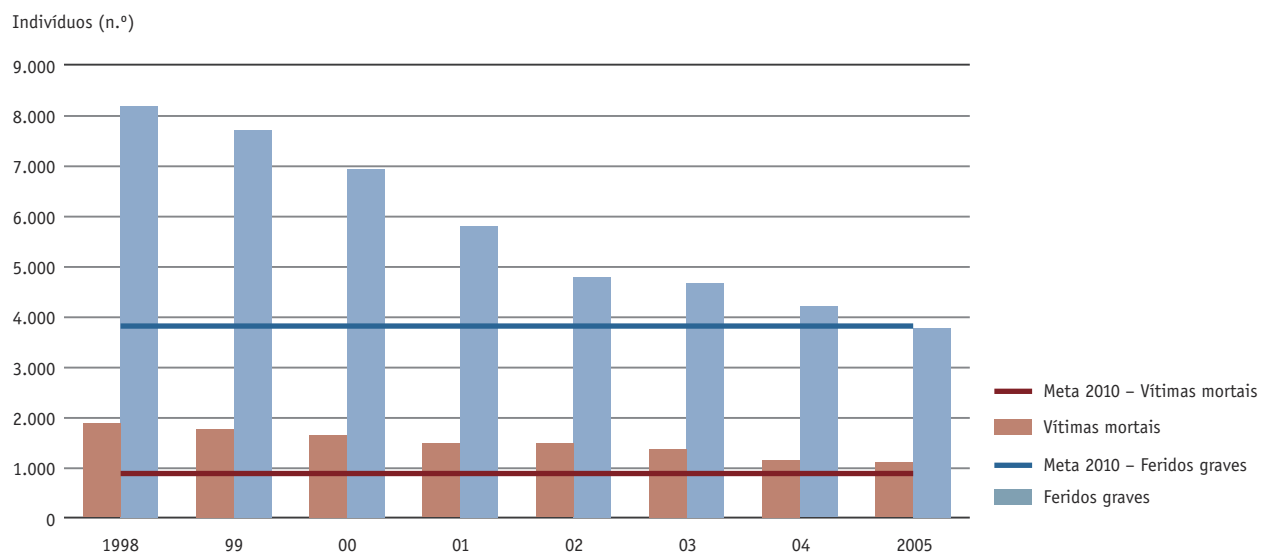
representações gráficas

106 a) Evolução relativa dos acidentes com vítimas, feridos e mortos em acidentes de viação e respectivo índice de gravidade



Fonte: DGV, 2006

106 b) Vítimas mortais, feridos graves e metas estabelecidas para 2010



Fonte: DGV, 2006

nome do indicador SOLO AFECTADO POR DESERTIFICAÇÃO

SIDS regional SIM

indicador-chave NÃO

tema(s)ÁGUA; AGRICULTURA; FLORESTA;
NATUREZA E BIODIVERSIDADE;
SOLOS E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO**tema(s) UE**

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

IMPACTE

periodicidade

10 ANOS

dimensão de desenvolvimento sustentávelAMBIENTAL
SOCIAL**objectivos da ENDS 2015**

3º; 5º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medidaParcelas do território continental susceptível à desertificação (píxeis de 1km²); percentagem de área afectada.**fonte(s)**

DISMED; Comissão Nacional de Combate à Desertificação (MADRP)

descrição

Área de solo susceptível de ser afectada por fenómenos de desertificação.

documentos de referência

- Programa de Acção Nacional de Combate à Desertificação (DGF/MADRP, 1999);
- Indicadores de Desertificação para Portugal Continental (DGRF/MADRP, 2004);
- Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (Lei n.º 58/2007, de 4 de Setembro).

metodologia

A avaliação das áreas susceptíveis à desertificação resulta da sobreposição de quatro índices intermédios nos domínios do clima, dos solos, da vegetação e da tipologia de uso dos solos.

Definições:

Fenómenos de desertificação - processos de degradação das terras das zonas áridas, semi-áridas e sub-húmidas, resultantes de vários factores, incluindo as actividades humanas e as alterações climáticas. (Fonte: DISMED)

Índice de Qualidade do Clima - corresponde ao Índice de Aridez calculado para o período 1961-1990, sendo a evapotranspiração calculada segundo o método de Penman. (Fonte: DISMED)

Índice de Susceptibilidade dos Solos à Desertificação - tem em conta os riscos de erosão potencial, a susceptibilidade à seca e as limitações de drenagem associadas ou não aos riscos de salinização, tendo sido desenvolvidos e adoptados os parâmetros de base Espessura, Permeabilidade, Estabilidade Estrutural, Pedregosidade, Drenagem e Declive. (Fonte: DISMED)

Índice de Qualidade da Vegetação - inclui o cruzamento de informação relativa aos parâmetros de densidade de coberto (2 sub-parâmetros: coberto em % na horizontal e coberto estrutural - arbóreo, arbustivo e herbáceo - na vertical), risco de incêndio, resistência à erosão e à aridez, distância / proximidade às estruturas climax (da vegetação potencial). (Fonte: DISMED)

Índice de Qualidade de Uso do Solo - tem como base a cartografia de ocupação urbana, turística e industrial projectada, em conformidade com os PDMs, bem como as áreas de regadio, existentes e projectadas e informação sobre zonas húmidas (lagunas, albufeiras, cursos de água de grande dimensão, etc.), tendo sido esta informação tratada para as zonas de susceptibilidade à desertificação. (Fonte: DISMED).

objectivos e metas

Combater os processos de desertificação, nomeadamente através de medidas delineadas pelo Plano de Acção Nacional de Combate à Desertificação (PANCD) com vista à implementação nacional da Convenção internacional sobre esta matéria.

Os objectivos estratégicos do PANCD são o desenvolvimento regional, factor determinante da fixação da população; a organização variada da população

em torno dos seus interesses; a melhoria das condições de exercício da agricultura; o alargamento e melhoria da ocupação e gestão florestal; a recuperação das áreas degradadas; a defesa da rede hidrográfica e das águas subterrâneas; a informação e sensibilização.

análise sumária

A desertificação é um processo complexo de degradação ambiental que, uma vez iniciado, é difícil de reverter. As suas manifestações incluem o aumento da salinização dos solos, o aumento do escoamento superficial e da erosão hídrica acelerada do solo, a redução da biodiversidade e a redução da produtividade agrícola, conduzindo ao empobrecimento das comunidades humanas dependentes destes ecossistemas.

Há muito que a comunidade internacional reconheceu que a desertificação é um dos mais graves problemas que o Planeta enfrenta, uma vez que tem implicações evidentes a nível social, económico e ambiental, tendo, em 1994, sido adoptada a Convenção sobre o Combate à Desertificação nos Países Afectados por Seca Grave e/ou Desertificação, em Particular África, no âmbito da ONU, que entrou em vigor em 1996.

De acordo com as Nações Unidas, a desertificação e a seca já afectaram 1/6 da população mundial e aproximadamente 30% dos territórios continentais do Planeta.

Em Portugal continental, mais de um terço do território, nas condições climáticas médias avaliadas, está em risco de desertificação e, dos 35% deste território, 28% já apresentam problemas graves. As áreas mais susceptíveis à desertificação situam-se no Alentejo, particularmente na bacia do Guadiana, no litoral algarvio, Vale do Douro, em Trás-os-Montes e zona da raia na Beira Baixa.

mais informação

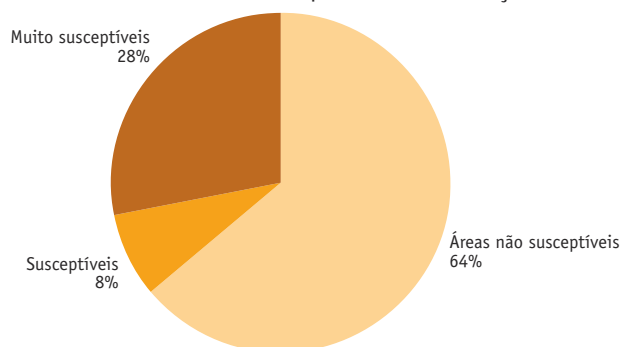
<http://panda.igeo.pt/pancd/>

<http://www.dgrf.min-agricultura.pt/>

<http://dismed.eionet.eu.int>

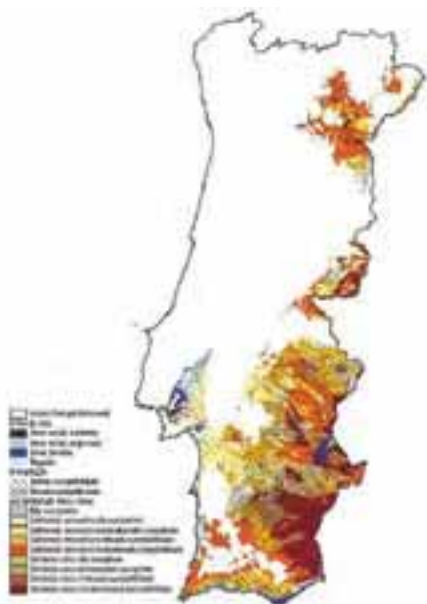
representações gráficas

107 a) Síntese das áreas susceptíveis à desertificação em Portugal continental



Fonte: MADRP, 2003

107 b) Mapa de susceptibilidade à desertificação



Fonte: DISMED, 2003

107 c) Índice de Susceptibilidade do Clima à Desertificação



Fonte: DISMED, 2003

107 d) Índice de Susceptibilidade do Solo à Desertificação



Fonte: DISMED, 2003

nome do indicador STOCKS PESQUEIROS ABAIXO DOS LIMITES BIOLÓGICOS DE SEGURANÇA

SIDS regional NÃO
indicador-chave SIM

tema(s)

AMBIENTES MARINHO E COSTEIRO
NATUREZA E BIODIVERSIDADE
PESCAS

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

IMPACTE

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Número de espécies; Euro.

fonte(s)

INIAP-IPIMAR; DGPA; ICES

descrição

Espécies piscícolas com maior valor económico para Portugal, cujos stocks pesqueiros estão abaixo dos limites biológicos de segurança, ou seja, limites abaixo dos quais aumenta o risco de colapso na capacidade de reprodução do stock. Este indicador realça o estado dos recursos pesqueiros relativamente à sua exploração dentro de um nível de sustentabilidade e da sua importância económica a nível nacional.

documentos de referência

- Plano Estratégico Nacional para as Pescas 2007-2013 (DGPA, 2006);
- Environmental Status of the European Seas (ICES, 2003).

metodologia

Contabiliza e identifica o número de espécies cujos stocks pesqueiros estão abaixo dos limites biológicos de segurança e que se posicionam entre as dez espécies de maior valor económico para Portugal. Isto é, espécies cujos stocks sejam inferiores a biomassa reprodutora limite (Blim).

A identificação é feita com base na avaliação do estado dos stocks pesqueiros, realizada anualmente pelo Conselho Internacional para a Exploração do Mar - CIEM/ICES "International Council for the Exploration of the Sea".

Para Portugal a definição de stock utilizada refere-se às unidades de gestão estabelecidas no âmbito do ICES, incluindo não só as águas portuguesas mas igualmente as espanholas (Divisões VIIIc e IXa do ICES), excepção para os lagostins com stocklets (Unidades Funcionais) em águas nacionais. A avaliação dos stocks é feita através da análise da quantidade de peixe desembarcado, das rejeições ao mar e do esforço de pesca efectuado pelas frotas que exploram o recurso; é ainda utilizada a estimativa - através dos cruzeiros de investigação - da população existente no mar (em toneladas e em número) e o recrutamento de cada espécie (em número de peixes que pela primeira vez, na sua vida, entram na área de pesca), utilizando a metodologia adoptada pelas fontes de referência (Instituto de Investigação das Pescas e do Mar - IPIMAR, ICES e outros organismos internacionais de investigação).

Definições:

Blim - biomassa reprodutora limite abaixo da qual existe um elevado risco do recrutamento decrescer seriamente ou do stock colapsar, ou atingir um nível em que sofre uma reduzida produtividade. (Fonte: IPIMAR)

Bpa - biomassa reprodutora de precaução que assegura, com elevada probabilidade, que o B lim não seja atingido. (Fonte: IPIMAR)

Flim é o nível de mortalidade por pesca que deve ser evitado porque está associado à dinâmica desconhecida do stock ou ao colapso do stock. (Fonte: IPIMAR)

Fpa - limite superior da taxa de mortalidade por pesca que assegura que o Flim é evitado e que a SSB se manterá acima do nível abaixo do qual a probabilidade de bom recrutamento diminui. Manutenção da taxa de mortalidade por pesca abaixo de Fpa assegura que a sobrepesca de recrutamento não terá lugar. (Fonte: IPIMAR)

Stock - conjunto de indivíduos de uma mesma população, que partilham características biológicas e de comportamento e que reagem de uma forma

relativamente homogénea à sua exploração. (Fonte: IPIMAR)

Espécies com maior valor económico - espécies que perfazem os maiores valores totais anuais de 1ª venda. (Fonte: IPIMAR)

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

Pretende-se que não sejam ultrapassados os limites biológicos de segurança para cada espécie piscícola, sendo a aplicação de metas na gestão de pescas (Total Admissível de Captura, TAC) especialmente complexa em face das dificuldades de determinação do tamanho e das condições dos stocks pesqueiros, em especial os de oceano aberto.

Uma das abordagens possíveis é a utilização dos limites superiores das taxas de pesca ou de esforço de pesca, que não poderão ser ultrapassados; estes limites devem ser estimados para o contexto nacional com base na melhor informação técnico-científica disponível. Paralelamente devem ser tidas em conta as convenções internacionais que Portugal tenha ratificado. Com base em informações do ICES são fixadas quotas ao nível comunitário pela Política Comum de Pescas, implementados novos tamanhos mínimos de desembarque, feitas restrições à pesca de determinadas espécies piscícolas e implementados planos de recuperação.

análise sumária

Para a análise do estado das pescas é indispensável dispor de conhecimento acerca dos recursos, stocks existentes.

As principais espécies-alvo da pesca comercial têm frequentemente mostrado tendência a atingir, ou mesmo ultrapassar, os limites biológicos de segurança.

Durante o período 2000-2004, as dez espécies de maior importância do ponto de vista económico para Portugal foram, por ordem decrescente, a sardinha, o polvo, o carapau, a pescada, a gamba, o peixe espada-preto, a faneca, o choco, o lagostim e o tamboril.

A generalidade dos recursos explorados pelas frotas de pesca em águas territoriais portuguesas encontra-se em situação de sobre-exploração, com excepção da sardinha (em recuperação depois de um mínimo histórico em finais da segunda metade dos anos 90) e o carapau (considerado estável ao longo dos últimos 20 anos).

A avaliação realizada pelo ICES, publicada em 2003, quanto ao estado de exploração de algumas espécies, indicou que a pescada é única das dez espécies mais comercializadas em Portugal cujos stocks se encontram abaixo do limite biológico de segurança, sofrendo capacidade reprodutora reduzida (SSB<Blim) - o valor para o indicador é de 1.

No caso dos stocks em que não estão definidos os limites biológicos de segurança, o conhecimento do seu estado de exploração indica que o lagostim e o tamboril estão a ser sobre-explorados e que a sardinha, o carapau e o peixe espada-preto se encontram estáveis. O polvo, o choco, a gamba e a faneca são recursos que não se encontram ainda avaliados pelo ICES, não se sabendo o estado do stock e a sua evolução, dificultando uma gestão sustentável da pescas destas espécies.

mais informação

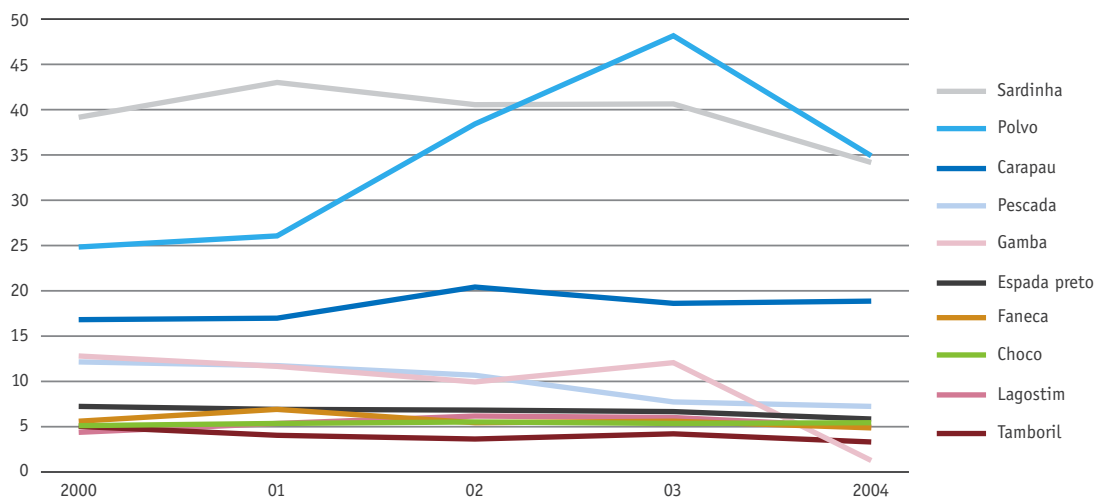
<http://ipimar-iniap.ipimar.pt/>

<http://www.ices.dk/iceswork/acfm.asp>

representações gráficas

108 a) Volume de venda das dez espécies com maior valor económico em Portugal

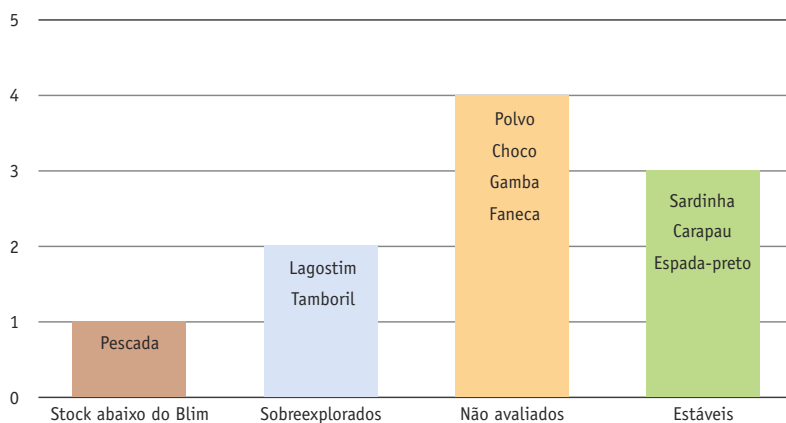
Valor de 1ª venda (10⁶ Euros)



Fonte: INIAP-IPIMAR, 2005

108 b) Estado dos stocks pesqueiros das espécies com maior valor económico para Portugal em 2004

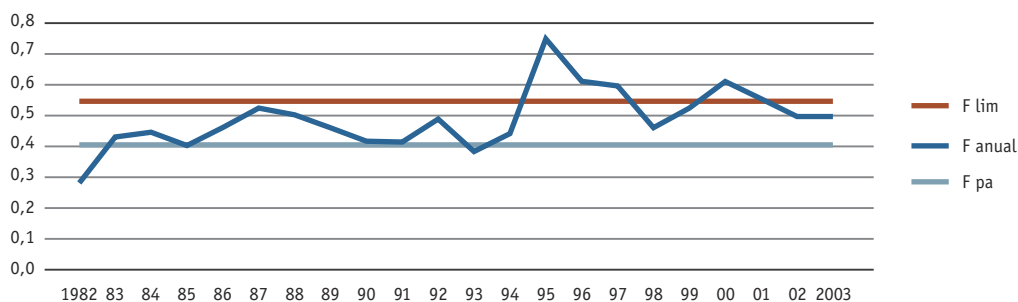
Espécies (n.º)



Fonte: INIAP-IPIMAR, 2004; Datapescas (DGPA), 2004

108 c) Evolução do nível de mortalidade por pesca (F), Flim e Fpa da Pescada

Mortalidade por pesca (F)

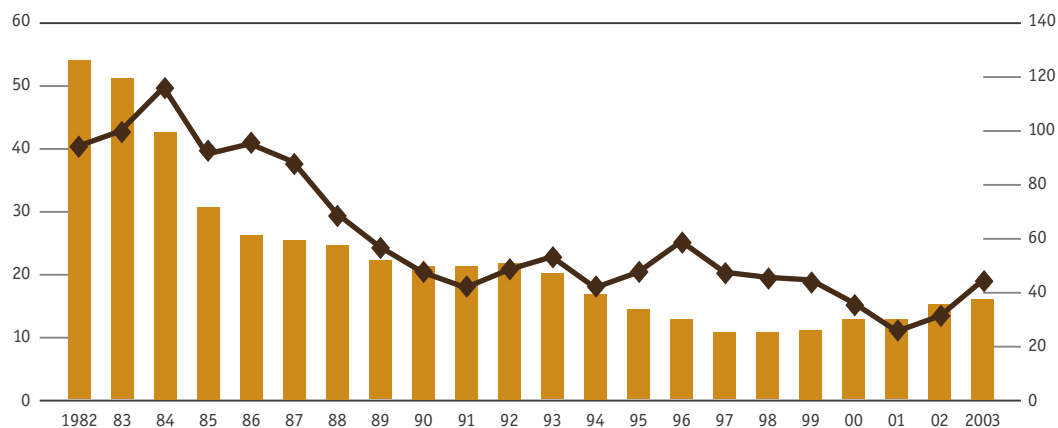


Fonte: INIAP-IPIMAR, 2004; Datapescas (DGPA), 2004

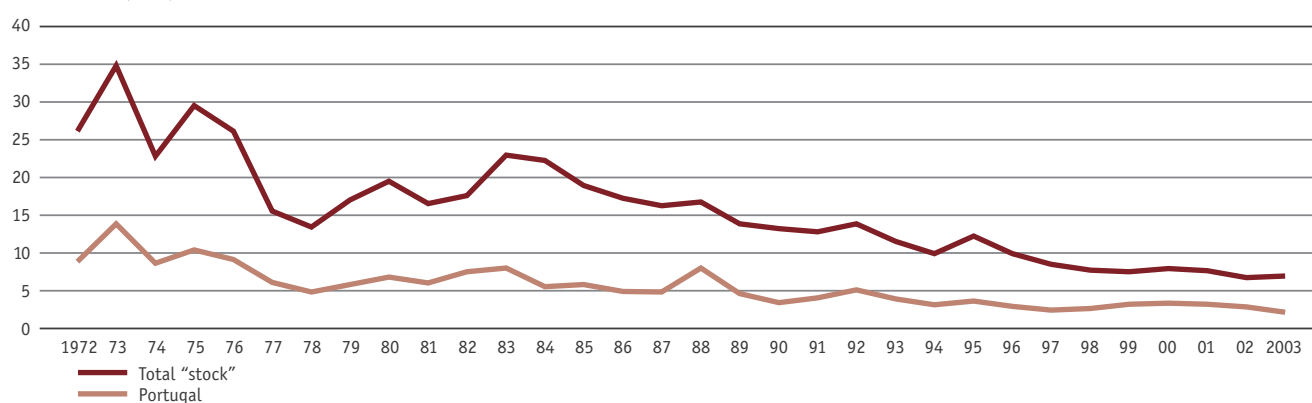
108 d) Evolução da biomassa desovante e do recrutamento de pescada, desembarques de Portugal e totais do "stock" sul de pescada (divisões VIIIc + IXa do ICES)

Biomassa desovante (10^3 t)

Recrutamento (10^6 indivíduos)



Desembarques (10^3 t)



Nota: Para Portugal a definição de stock utilizada refere-se às unidades de gestão estabelecidas no âmbito do ICES, incluindo não só as águas portuguesas mas igualmente as espanholas (Divisões VIIIc e IXa do ICES), exceção para os lagostins com stocklets (Unidades Funcionais-UF) em águas nacionais

Fonte: INIAP-IPIMAR, 2004

nome do indicador TAXA DE ANALFABETISMO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL
EDUCAÇÃO**tema(s) UE**

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

10 EM 10 ANOS

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

1º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE

descrição

Proporção de pessoas analfabetas no total da população com mais de 10 anos de idade.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

Razão entre a população com 10 e mais anos, que não sabe ler nem escrever, e a população total com 10 e mais anos.

Taxa definida tendo como referência a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever. Considera-se que essa idade corresponde aos 10 anos, equivalente à conclusão do ensino básico primário.

Definições:

Analfabeto - Indivíduo com 10 ou mais anos que não sabe ler nem escrever, i.e., incapaz de ler e compreender uma frase escrita ou de escrever uma frase completa. (Fonte: INE)

objectivos e metas

O Programa Educação para Todos, da UNESCO, tem como objectivos para 2015:

- proceder de forma a que todas as crianças tenham acesso a um ensino primário obrigatório gratuito e de boa qualidade;
- melhorar em 50% os níveis de alfabetização dos adultos.

análise sumária

Embora este indicador tenha vindo a diminuir ao longo dos anos, o número de analfabetos em Portugal ainda é elevado. Em cada 100, 9 pessoas ainda não sabe ler nem escrever numa sociedade onde a própria Constituição da República prevê assegurar uma escolaridade básica a todos os cidadãos.

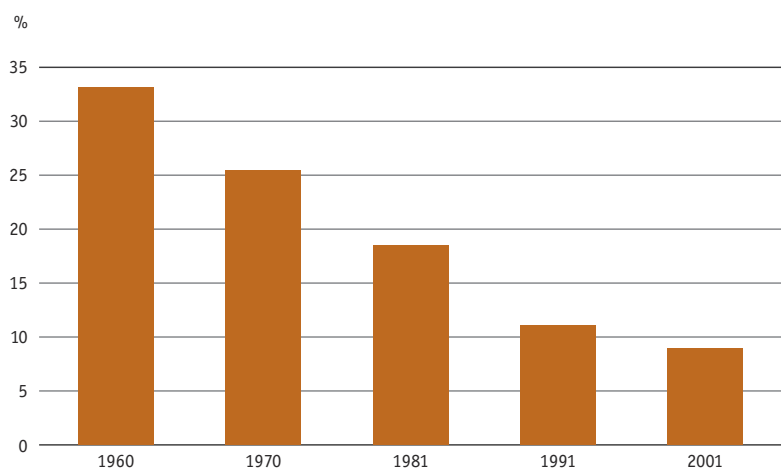
mais informação

<http://www.ine.pt/>

<http://www.unesco.pt>

representações gráficas

109 a) Taxa de analfabetismo, relativa ao total da população com idade superior a 10 anos



Fonte: INE, 2003

nome do indicador TAXA DE DESEMPREGO

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)COESÃO/EXCLUSÃO SOCIAL
EMPREGO**tema(s) UE**

POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE; Eurostat

descrição

Proporção da população desempregada no total da população activa.

documentos de referência

- Estratégia Europeia para o Emprego (CE/UE, 1997);
- Plano Nacional de Emprego 2005-2008 (DGEEP/MSSFC, 2005);
- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) (PCM, 2005).

metodologia

Razão entre a população desempregada e o total da população activa.

Definições:

População desempregada - abrange todos os indivíduos com idade igual ou superior a 15 anos que, no período de referência, se encontravam sem trabalho, estavam disponíveis para começar a trabalhar nas próximas duas semanas e fizeram diligências ao longo das últimas quatro semanas para encontrar um emprego. (Fonte: INE)

População activa - conjunto de indivíduos com idade igual ou superior à permitida por lei para exercer actividade profissional que no período de referência constituem a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados). (Fonte: INE)

Desempregado de longa duração - trabalhador sem emprego, disponível para o trabalho e à procura de emprego há 12 meses ou mais. Nos casos dos desempregados inscritos nos Centros de Emprego, a contagem do período de tempo de procura de emprego (12 meses ou mais) é feita a partir da data de inscrição no Centros de Emprego. (Fonte: INE)

objectivos e metas

O Tratado de Amesterdão prevê a prossecução de uma Estratégia Europeia com vista ao Pleno Emprego.

O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005-2008 prevê garantir que, anualmente, pelo menos 25% dos desempregados de longa duração deverão participar numa medida activa sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida que promova a empregabilidade, até 2010.

O PNACE prevê ainda assegurar que cada desempregado inscrito beneficie de uma nova oportunidade antes de completar seis meses - no caso dos jovens - ou 12 meses - no caso dos adultos - de desemprego, sob a forma de formação, reconversão, experiência profissional, emprego ou outra medida que promova a sua empregabilidade, antecipando-se esse prazo para três meses no caso dos jovens menores de 23 anos sem o 12º ano de escolaridade. Irá ainda ser assegurada uma resposta a todos os desempregados com qualificações superiores que não tenham ainda um Plano Pessoal de emprego (PPE) definido ou que não tenham uma resposta devidamente programada no quadro do seu PPE, entre Outubro e Dezembro de cada ano.

análise sumária

Associado à conjuntura económica desfavorável, a taxa média de desemprego tem vindo a aumentar desde 2000, tendo crescido cerca de 85% nos últimos cinco anos. Neste período (2000-2005), o crescimento foi particularmente acentuado no caso dos homens, 103%. As mulheres são as mais atingidas pelo desemprego, situando-se a taxa de desemprego, em 2005, em cerca de 9%, quer em Portugal, quer na UE-25.

Neste último ano, a taxa média de desemprego alcançou o seu máximo (7,6%), representando um agravamento de 13% face ao ano anterior.

Numa análise por grupo etário, é no grupo dos 45 ou mais anos que se tem observado a maior taxa de desemprego em Portugal. Contudo, entre 2000 e 2005, foi no grupo etário 25-34 anos que se verificou o maior crescimento do desemprego (123%).

No contexto europeu, a taxa de desemprego em Portugal em 2005 situava-se numa zona intermédia abaixo do valor médio registado no conjunto dos países da UE-25 (9%). De referir a elevada taxa de desemprego observada em alguns países do alargamento, como a Polónia (17,7%) e a Eslováquia (16,3%), e também em França (9,9%) e na Grécia (9,8%).

Em termos de desemprego de longa duração, Portugal registou uma taxa de 3,7% em 2005, valor um pouco inferior à média da UE-25 (3,9%). No entanto, a taxa de desemprego de longa duração aumentou 118% face a 2000.

mais informação

<http://www.ine.pt/>

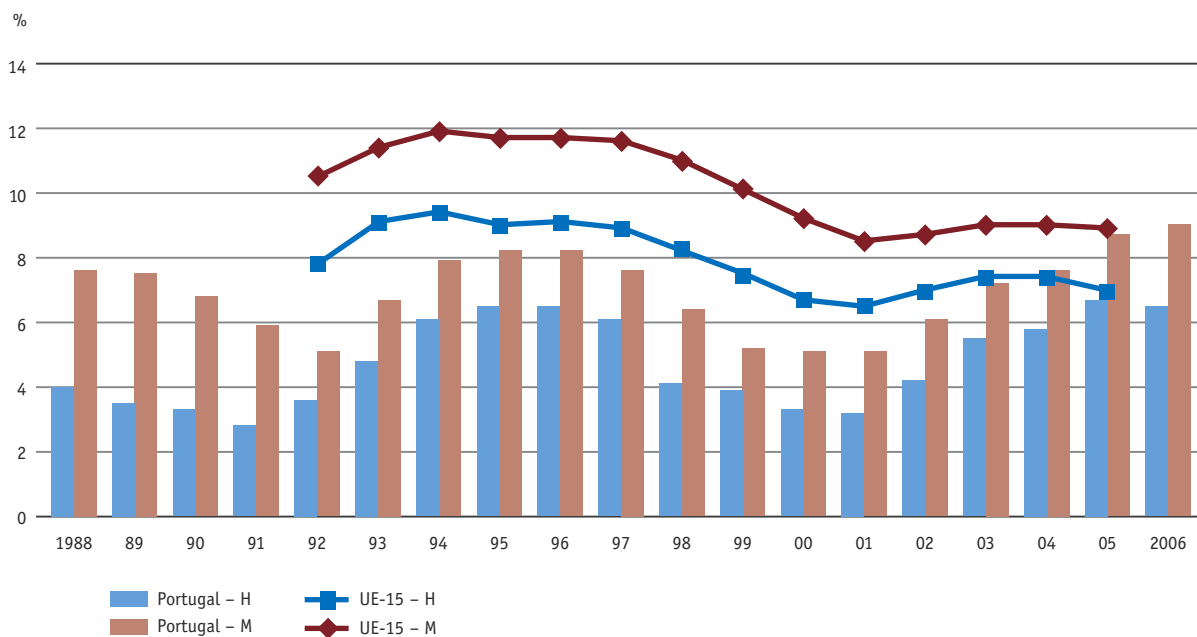
<http://www.gep.mtss.gov.pt/>

<http://epp.eurostat.ec.europa.eu>

http://ec.europa.eu/employment_social/index_pt.html

representações gráficas

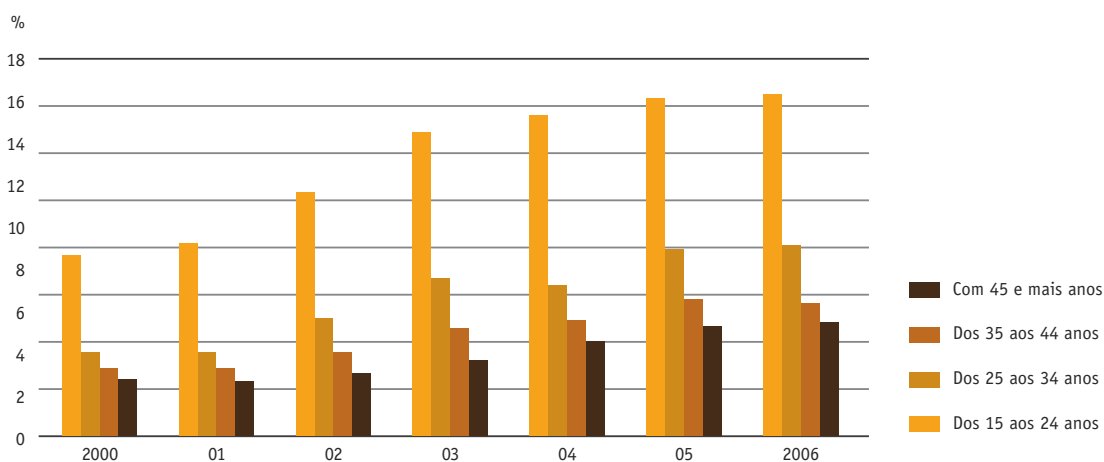
110 a) Taxa de desemprego, relativa à população activa masculina e feminina em Portugal e UE-15



Nota: Nos dados nacionais existe uma ruptura de série entre 1997 e 1998 devido a alterações metodológicas introduzidas na respectiva fonte (Inquérito ao Emprego).

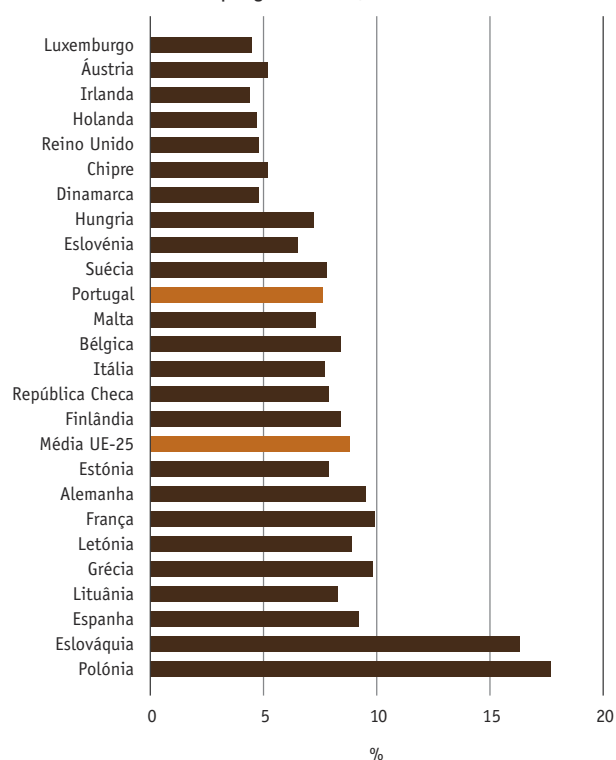
Fonte: INE, 2006; Eurostat, 2006

110 b) Taxa de desemprego por grupo etário, relativa ao total da população activa do respectivo grupo etário



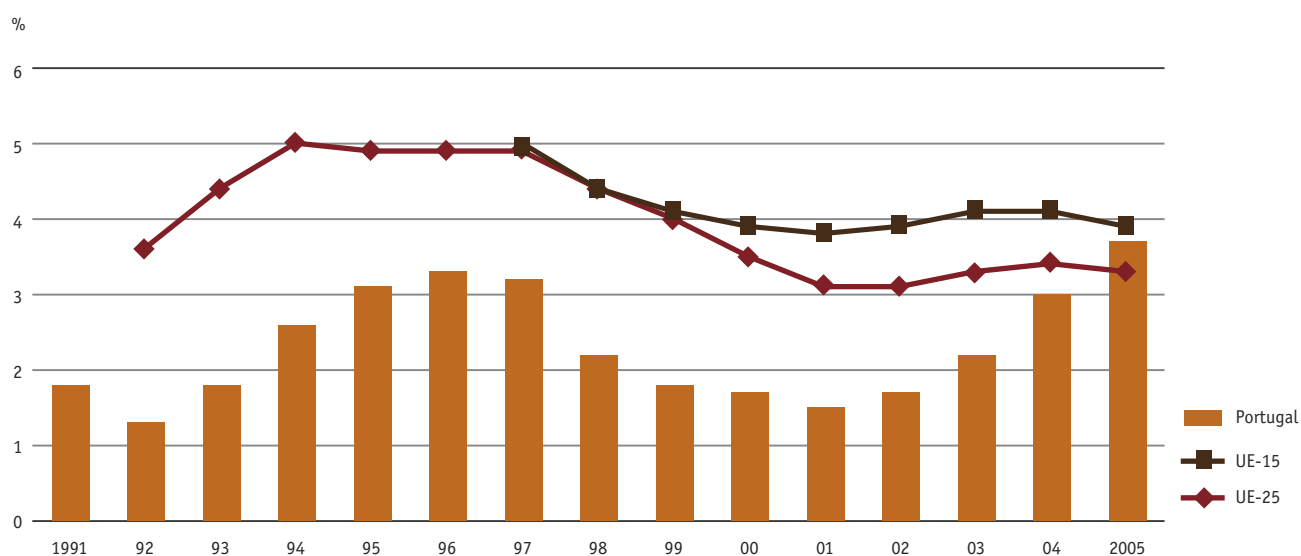
Fonte: INE, 2006

110 c) Taxa de desemprego em 2005, na UE-25



Fonte: Eurostat, 2006

110 d) Taxa de desemprego de longa duração, em Portugal e na UE, relativa ao total da população activa



Nota: Nos dados nacionais existe uma ruptura de série entre 1997 e 1998, devido a alterações metodológicas introduzidas na respectiva fonte (Inquérito ao Emprego).
Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador TAXA DE EMPREGO

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

EMPREGO

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

TRIMESTRAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º ; 4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE, Eurostat

descrição

Proporção da população empregada com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos no total da população do mesmo grupo etário.

documentos de referência

- Estratégia Europeia para o Emprego (CE/UE, 1997);
- Plano Nacional de Emprego 2005-2008 (DGEEP/MSSFC, 2005);
- Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) (PCM, 2005)..

metodologia

Razão entre a população empregada com idade compreendida entre os 15 e os 64 anos e o total da população do mesmo grupo etário, expressa em percentagem.

Definições:

População empregada - conjunto de indivíduos que durante a semana de referência trabalhou pelo menos uma hora com remuneração ou com vista a um benefício ou ganho familiar em dinheiro ou géneros, e ainda a que, tendo emprego, não estava ao serviço mas mantinha uma ligação formal com o empregador. (Fonte: INE)

objectivos e metas

O Programa Nacional de Acção para o Crescimento e o Emprego (PNACE) 2005-2008 prevê um aumento da taxa de emprego global de 67,8% em 2004 para 69% em 2008 e 70% em 2010; a taxa de emprego das mulheres de 61,7% em 2004 para 63% em 2008. Este programa prevê ainda manter a taxa de emprego dos trabalhadores de 55 a 64 anos acima dos 50% em 2010.

análise sumária

Em Portugal a taxa de emprego tem vindo a diminuir ligeiramente desde 2001 e, em 2005, atingiu os 67,5% (61,7% no caso das mulheres), valor superior à média da UE, que se situou em 63,8%. A taxa de emprego específica dos indivíduos mais velhos da população empregada (dos 55 aos 64 anos) era, em 2005, 50,5%, sendo Portugal um dos países da UE com a taxa mais elevada nesta faixa etária.

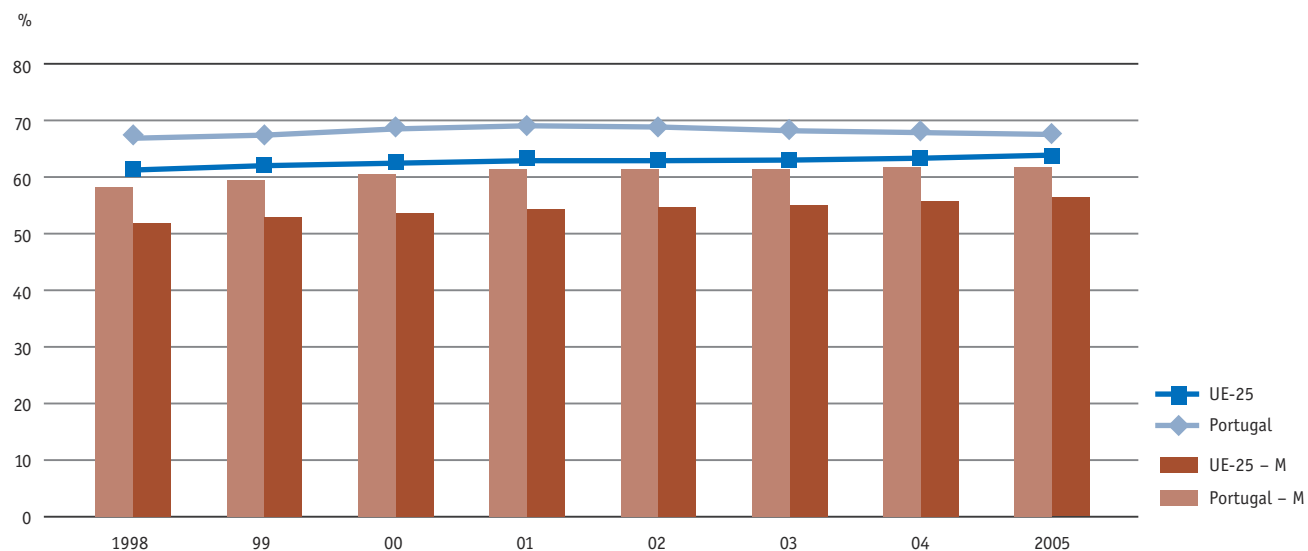
Em 2005, 57,6% da população empregada exercia actividade no sector terciário, verificando-se um aumento contínuo da importância relativa deste sector em detrimento dos sectores secundário e primário que absorviam 30,6% e 11,8%, respectivamente, da população empregada em 2005.

mais informação

<http://www.ine.pt/>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>
<http://www.estrategiadelisboa.pt/>

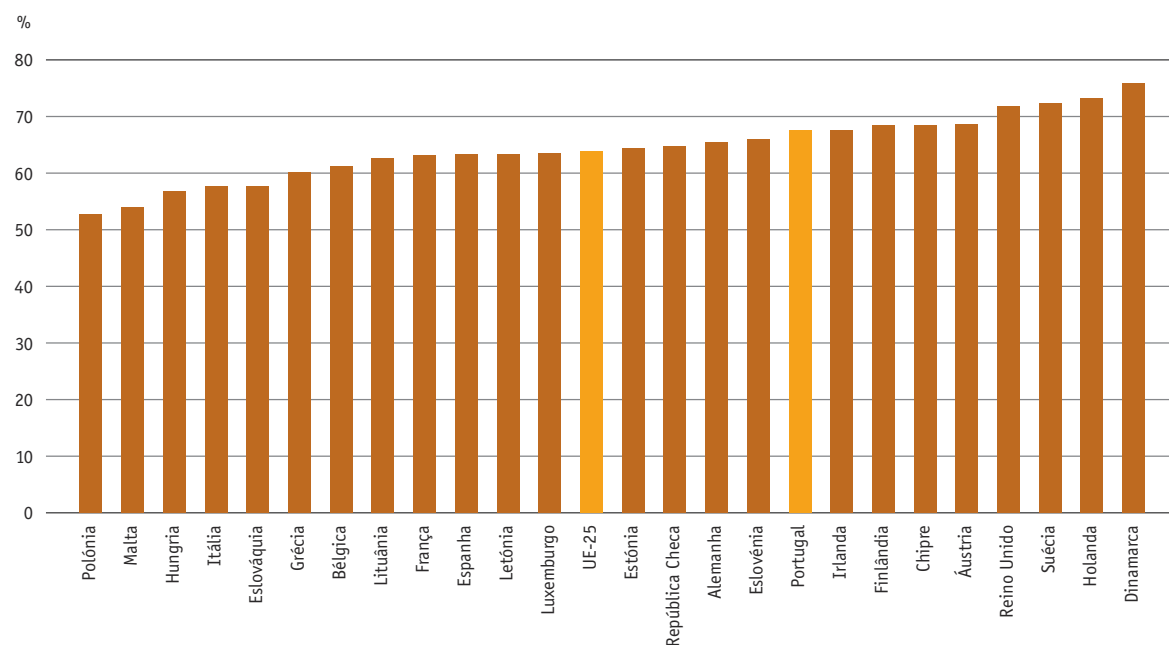
representações gráficas

111 a) Taxa de emprego (15-64 anos), total e feminino, relativo à população total e à população feminina do mesmo grupo etário



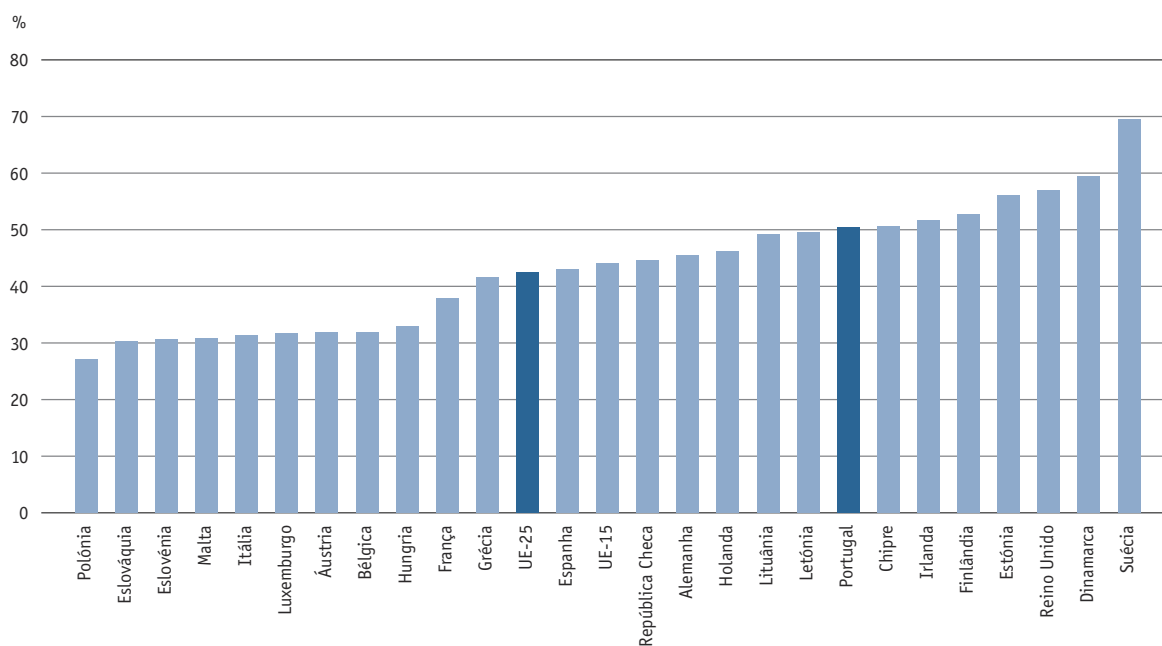
Fonte: Eurostat, 2006

111 b) Taxa de emprego (15-64 anos) na UE-25, em 2005, relativa ao total da população do mesmo grupo etário



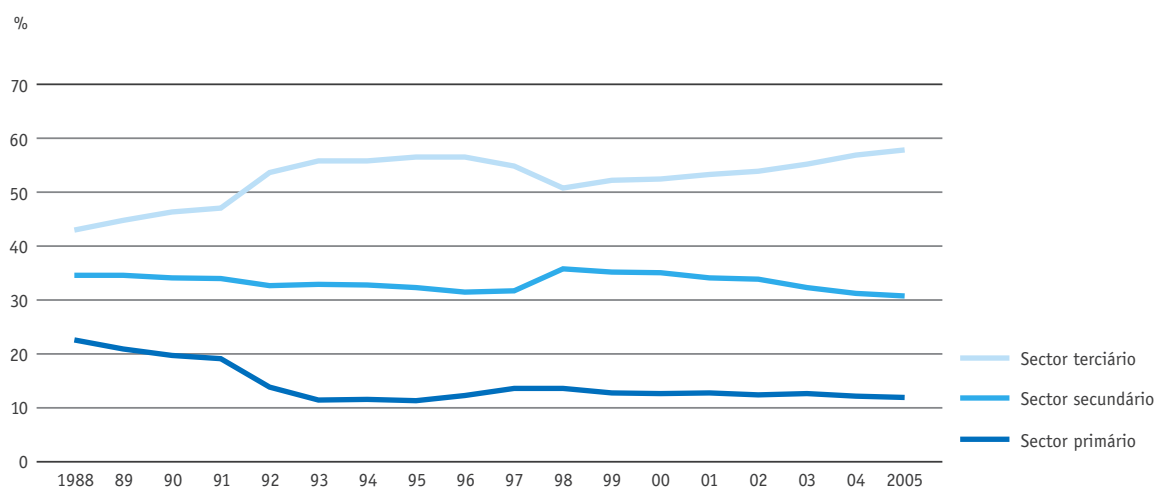
Fonte: Eurostat, 2006

111 c) Taxa de emprego (55-64 anos) na UE-25, em 2005, relativa ao total da população do mesmo grupo etário



Fonte: Eurostat, 2006

111 d) Estrutura do emprego em Portugal, por sectores de actividade, relativa ao total da população empregada



Fonte: INE, 2006

nome do indicador TAXA DE INFLAÇÃO

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

MENSAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE; Banco de Portugal; Eurostat

descrição

A taxa de inflação permite avaliar a variação dos preços em vigor numa dada economia, observada ao longo de um dado período de tempo.

documentos de referência

- European Economy 2006 (EC/EU, 2006).

metodologia

A taxa de inflação é normalmente medida pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC) e pelo Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC).

O IPC é um indicador que tem por finalidade medir a evolução no tempo dos preços de um conjunto de bens e serviços considerados representativos da estrutura de consumo da população residente em Portugal. O IPC não é, desta forma, um indicador do nível de preços registado entre períodos diferentes mas antes um indicador da sua variação.

O IHPC é o indicador de inflação mais apropriado para comparações entre os diferentes países da União Europeia. O seu desenvolvimento decorre da necessidade, expressa no Tratado da União Europeia em relação aos critérios de convergência, de medir a inflação numa base comparável em todos os Estados-membros. Este indicador é, desde Fevereiro de 1999, utilizado pelo Banco Central Europeu como instrumento para aferir a “estabilidade dos preços” dentro da Zona euro.

O actual IHPC (2005 = 100) é produzido em cada Estado-membro seguindo uma metodologia desenvolvida por especialistas no domínio dos preços, no âmbito do Grupo de Trabalho do Eurostat sobre “Harmonização dos Índices de Preços no Consumidor”.

Do ponto de vista metodológico, não existem grandes diferenças entre o IHPC e o IPC. No entanto, o diferente âmbito de cobertura populacional do IHPC origina uma estrutura de ponderação diferente da utilizada no IPC. A diferença de cobertura resulta do facto de o IHPC considerar, ao contrário do IPC, a totalidade da despesa realizada pelos não residentes (“turistas”), podendo os dois indicadores apresentar, por este motivo, resultados não coincidentes. Contudo, em termos práticos, a variação média anual dos dois índices é muito semelhante.

A taxa de variação média dos últimos doze meses compara a média dos Índices de Preços no Consumidor nos últimos 12 meses com a média de índices de idêntico período precedente. Por ser uma média móvel, esta taxa de variação é menos sensível a alterações esporádicas nos preços. O valor obtido no mês de Dezembro tem sido utilizado como indicador de referência no plano da concertação social, sendo por isso associado à taxa de inflação anual.

A taxa de variação homóloga compara o nível do índice entre o mês corrente e o mesmo mês do ano anterior. Esta taxa de variação, perante um padrão estável de sazonalidade, não é afectada por oscilações desta natureza podendo, no entanto, ser influenciada por efeitos localizados num mês específico.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas.

análise sumária

A variação no nível de preços ocorrida numa dada economia reveste-se de particular importância uma vez que influencia as decisões dos agentes nesse país. Níveis de inflação elevados criam incerteza na economia, deterioram o poder de compra da moeda e reforçam as assimetrias sociais.

Desde 1996, ano que o Eurostat implementou uma metodologia harmonizada para o cálculo desta informação, Portugal tem apresentado elevadas variações do nível de preços no consumidor no conjunto da UE.

De uma forma geral, Portugal tem reduzido de forma substancial os seus níveis de inflação, passando de valores superiores a 10% no início da década de 90, para variações abaixo dos 3% em 1996.

A taxa de inflação em Portugal, medida pela taxa de variação média anual do Índice de Preços no Consumidor (IPC), configura uma trajectória descendente evidenciada desde 2002. O ano 2005 corresponde às mais baixas taxas de inflação verificadas em Portugal, no período em análise.

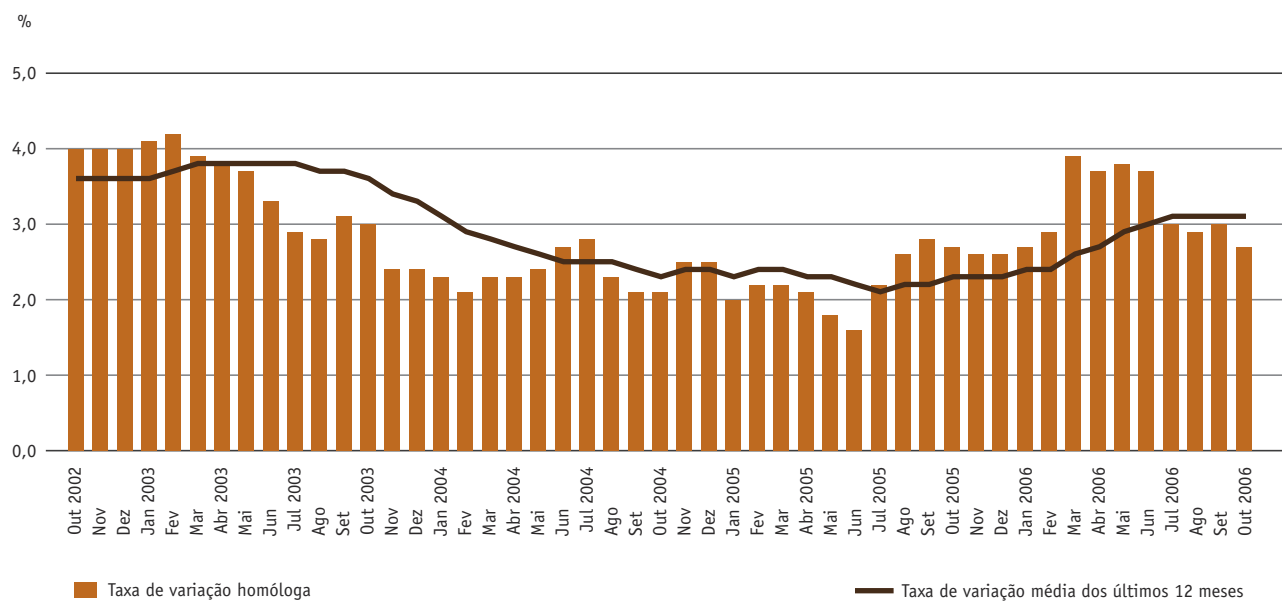
A taxa de inflação em Portugal, medida pela variação média anual do Índice Harmonizado de Preços no Consumidor (IHPC), demonstra também uma trajectória descendente desde 2002. Em 2005, a taxa de variação média anual do IHPC ter-se-á situado abaixo da inflação média da zona do euro, o que se verifica pela primeira vez desde o início da série, em 1996. A taxa de variação média dos últimos doze meses manteve-se em 3,1%. De acordo com os últimos dados disponíveis sobre a evolução dos preços no consumo na Zona Euro, a diferença entre a taxa de inflação média portuguesa e a observada para a totalidade dos países pertencentes à Zona Euro situou-se nos 0,8 p.p. em Setembro de 2006.

mais informação

<http://www.bportugal.pt/>

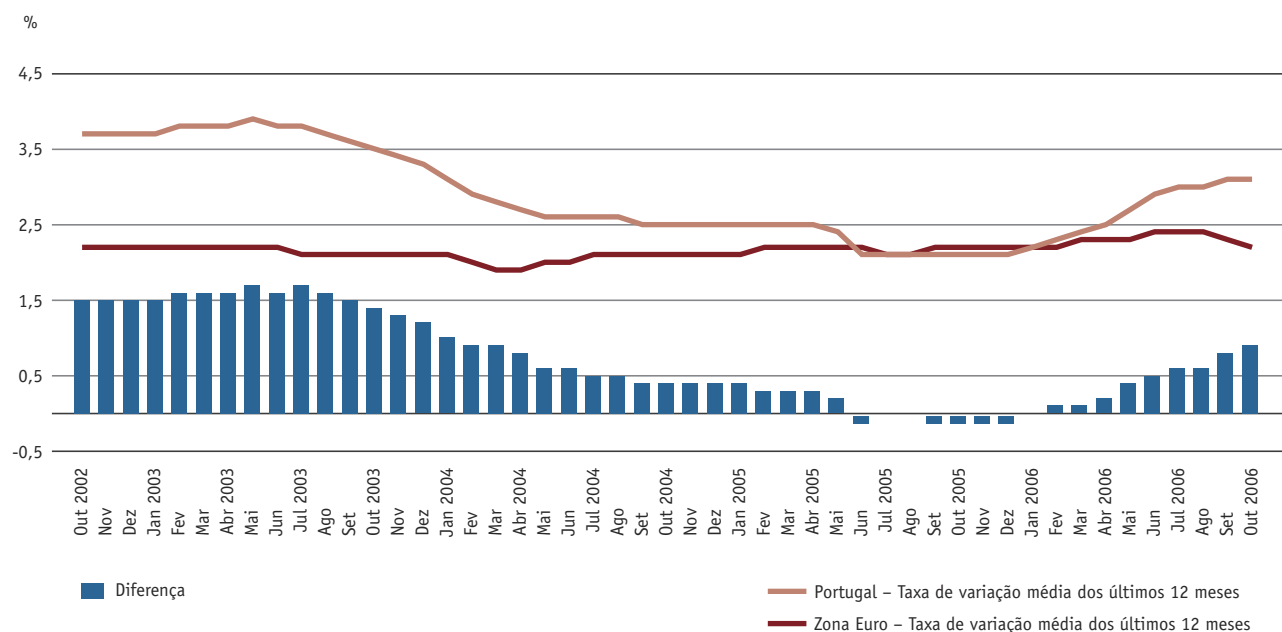
representações gráficas

112 a) Taxa de variação homóloga e média anual dos Índices de Preços no Consumidor



Fonte: INE, 2006

112 b) Índice harmonizado de Preços no Consumidor - Variação média dos últimos 12 meses



Fonte: INE, 2006; Banco de Portugal, 2006

nome do indicador TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)POPULAÇÃO
SAÚDE**tema(s) UE**

SAÚDE PÚBLICA

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

4º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Permilagem.

fonte(s)

INE; Eurostat

descrição

Número de mortes registadas de crianças com idade até um ano, por cada 1 000 nados vivos registados no mesmo período.

documentos de referência

- A situação demográfica recente em Portugal (INE, 2006);
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável - ENDS 2015 (RCM n.º 40/2007, de 20 de Agosto);
- Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (DGS, 2004).

metodologia

Razão entre o número de mortes registadas de crianças com menos de um ano de idade, ocorrido durante um certo período de tempo (normalmente um ano) e o número de nados-vivos, ocorridos no mesmo período, por cada 1 000 nados-vivos.

Definições:

Mortalidade infantil - Óbitos de crianças nascidas vivas, que faleceram com menos de um ano de idade. (Fonte: INE)

objectivos e metas

A nível nacional, o Plano Nacional de Saúde, da DGS, aponta como meta para 2010 valores de 3‰.

Internacionalmente, um dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, fixados na Declaração do Milénio, em 2000, é, reduzir em dois terços a mortalidade infantil, até 2015.

análise sumária

A taxa de mortalidade infantil é considerada como um dos melhores indicadores de desenvolvimento sócio-económico.

Os valores da mortalidade infantil têm vindo a diminuir significativamente ao longo dos anos, nos diversos países. Portugal, em particular, reduziu drasticamente esta taxa entre 1985 e 2004, estando actualmente próximo da média dos países da UE.

Em 2005 a taxa de mortalidade infantil estimada para Portugal foi de 3,5‰, encontrando-se ainda acima da meta estipulada pelo Plano Nacional de Saúde que aponta como meta para 2010 valores de 3‰.

Fazendo uma análise por região, é nos Açores que se verifica o maior número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por cada 1000 nados-vivos (6,3‰). A região com a taxa de mortalidade infantil mais baixa é o Centro (2,8‰).

mais informação

<http://www.ine.pt/>

<http://www.un.org/esa/population/unpop.htm>

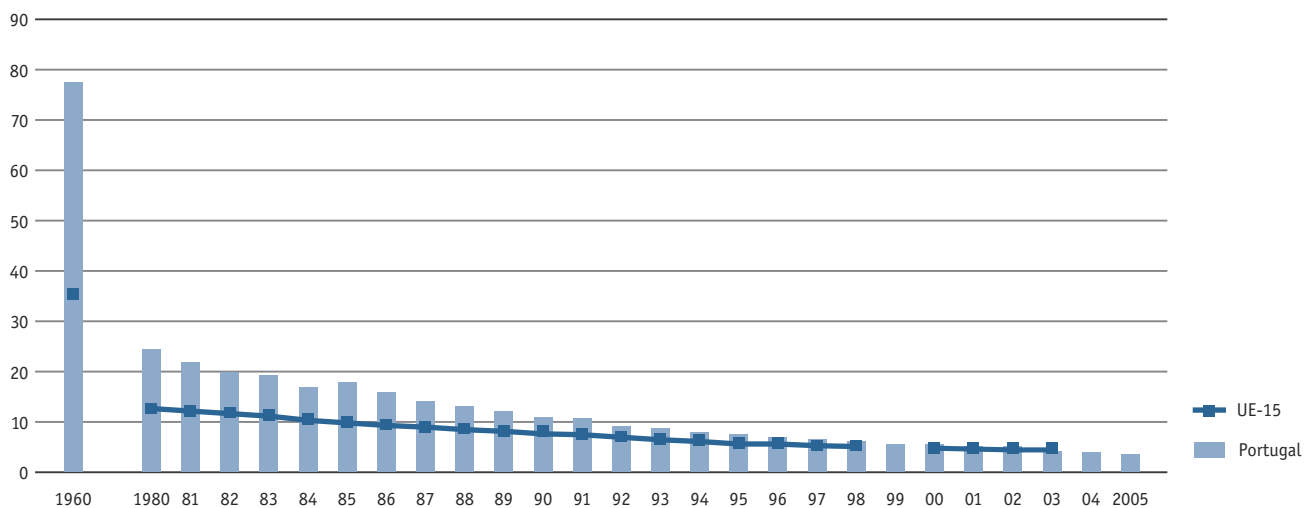
http://millenniumindicators.un.org/unsd/mi/mi_goals.asp

<http://www.undp.org/mdg/>

representações gráficas

113 a) Taxa de Mortalidade Infantil - óbitos de crianças com menos de 1 ano por cada 1 000 nados-vivos

Óbitos (permilagem)

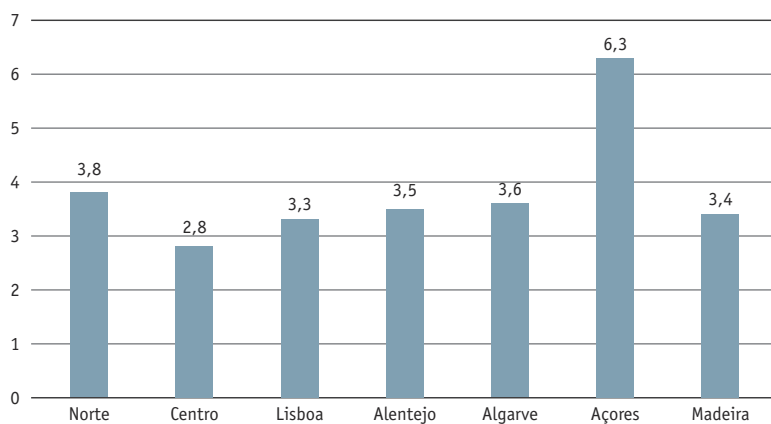


Nota: Para a UE-15 os valores para 1993, 1994, 1995, 1996, 1997 e 2002 são provisórios; os valores para 1998, 2000, 2001, 2002 e 2003 são estimados.

Fonte: INE, 2006; Eurostat, 2005

113 b) Taxa de Mortalidade Infantil por regiões

Óbitos (permilagem)



Fonte: INE, 2007

nome do indicador TEMPERATURA DO AR

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

AR E CLIMA

tema(s) UE

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Graus centígrados.

fonte(s)

IM

descrição

Resposta do sistema climático à excitação provocada pelo fluxo de energia termodinâmica ou pela degradação de outras formas de energia.

documentos de referência

- Programa Nacional para as Alterações Climáticas - PNAC 2006 (IA/MAOTDR, 2006).

metodologia

Metodologia adoptada pela fonte de referência nacional.

objectivos e metas

A Estratégia Renovada da UE para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada em Junho de 2006, reassume a meta de limitar a 2°C o aumento da temperatura média global da superfície da terra, em comparação com os níveis pré-industriais, já assumida no 6º Programa Comunitário de Acção em Matéria de Ambiente.

análise sumária

Em 2005 a média da temperatura média do ar foi de 15,6°C, cerca de 0,6°C acima do valor médio de 1961-1990. Em relação aos valores médios anuais, a média da temperatura máxima foi de 21,55°C, 1,36°C acima do valor médio, correspondendo ao 2º valor mais alto desde 1931, e a média da temperatura mínima foi de 9,68°C, 0,07°C abaixo do valor médio, depois de 18 anos consecutivos com valores superiores.

O Verão de 2005 foi o mais quente dos últimos 75 anos, com o valor da temperatura média do ar de 23,38°C, 2,38°C acima do valor médio. Este Verão foi o 17º Verão consecutivo (desde 1989) com temperatura média do ar superior ao valor médio. O Inverno 2004/2005 foi o 8º mais frio desde 1931, com o valor da média da temperatura média do ar de 8,16°C, cerca de 1,1°C abaixo do valor médio. De referir que desde 1970 não se verificava um Inverno tão frio.

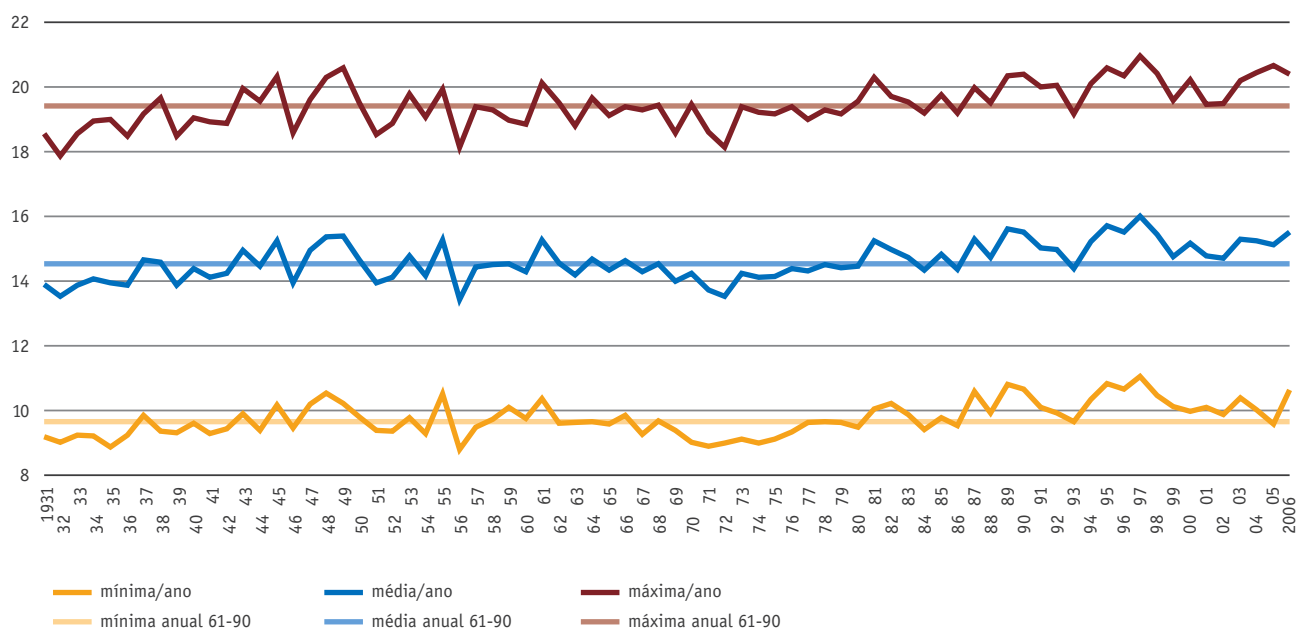
mais informação

<http://web.meteo.pt>

representações gráficas

114 a) Evolução das temperaturas média anuais

Temperatura (°C)



Fonte: IM, 2006

114 b) Temperatura média anual do ar em Portugal e desvio em relação à média 1961-1990

Temperatura (°C)



Fonte: IM, 2006

nome do indicador UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO - TIC

SIDS regional SIM

indicador-chave SIM

tema(s)

CIÊNCIA E TECNOLOGIA
COESÃO / EXCLUSÃO SOCIAL

tema(s) UE

NÃO APLICÁVEL

categorias do modelo DPSIR

RESPOSTA

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA
SOCIAL

objectivos da ENDS 2015

1º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Porcentagem.

fonte(s)

INE; UMIC; Eurostat

descrição

Agregados domésticos que possuem tecnologias da informação e da comunicação.

documentos de referência

- Programa Ligar Portugal (MCTES, 2005).

metodologia

Razão entre o número de agregados domésticos que possuem equipamentos áudio/vídeo e de comunicações e o número total de agregados domésticos, por tipo de equipamento e tecnologia. Este indicador traduz o grau de acesso das famílias às redes globais de comunicação, isto é, a proximidade ou facilidade com que as pessoas acedem, ou podem aceder, à informação disponível nas redes globais, incluindo a utilização de linhas telefónicas fixas, telemóveis, internet, computadores e televisão por cabo.

Para os dados do INE foram considerados os agregados domésticos residentes no território nacional e em alojamentos não colectivos, com pelo menos um indivíduo entre os 16 e os 74 anos. Os dados reportam-se ao 1º trimestre de cada ano.

Definições:

Agregado doméstico - Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e cujas despesas fundamentais ou básicas (alimentação, alojamento) são suportadas conjuntamente, independentemente da existência ou não de laços de parentesco; ou a pessoa que ocupa integralmente um alojamento ou que, partilhando-o com outros, não satisfaz a condição anterior. (Fonte: INE)

objectivos e metas

O Programa Ligar Portugal estabelece as seguintes metas para 2010 (tendo como ano de referência 2004):

- duplicar os utilizadores regulares da Internet, que deverão ultrapassar 60% da população portuguesa;
- triplicar o número de agregados familiares com acesso à Internet em banda larga para mais de 50%;
- aumentar a utilização de comércio electrónico de forma regular para pelo menos 25% da população;
- assegurar que o preço do serviço de acesso permanente à Internet em banda larga utilizado pela maioria da população portuguesa deverá situar-se entre os três mais baixos da UE, incluindo tráfego ilimitado e a assinatura de linha telefónica.

análise sumária

O desenvolvimento e a crescente disponibilização das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) conduziram a uma alteração profunda das actividades económicas e sociais, com repercussões na qualidade de vida dos cidadãos e na competitividade das empresas.

Analisando os valores dos últimos anos, é de assinalar o facto de a quase totalidade dos agregados domésticos possuir um aparelho de televisão e de estar a aumentar a posse de televisão por cabo e satélite. Também a proporção de indivíduos com telemóvel tem vindo a crescer em detrimento do telefone fixo.

Em 2006, 45,4% dos agregados domésticos possuíam computador, 35,2% dispunham de ligação à Internet e para 24% esta ligação efectuava-se através de banda larga. Entre 2002 e 2006 verificou-se um crescimento anual médio de 15,7% na proporção de agregados com computador em casa e de 25,2% quanto à existência de ligação à Internet. A ligação à internet através de banda larga registou um crescimento média anual de 47,7%, triplicando face aos valores de 2003. Em 2006, 24% dos agregados dispunham de ligação em banda larga, o que corresponde a 68,3% do total dos agregados com acesso Internet.

Embora se tenham vindo a registar progressos importantes quanto ao nível de acesso à Internet em Portugal, os valores ainda são baixos quando comparados com a média europeia. Este facto está associado a níveis de info-exclusão significativos na população com mais de 25 anos e com níveis de instrução inferiores ao 9.º ano de escolaridade, os quais representam cerca de 5 milhões de portugueses entre os 25 e os 74 anos.

De 2002 a 2006, a percentagem de indivíduos que utilizaram comércio electrónico aumentou de 1,6% para 4,7%.

mais informação

<http://www.ine.pt/>

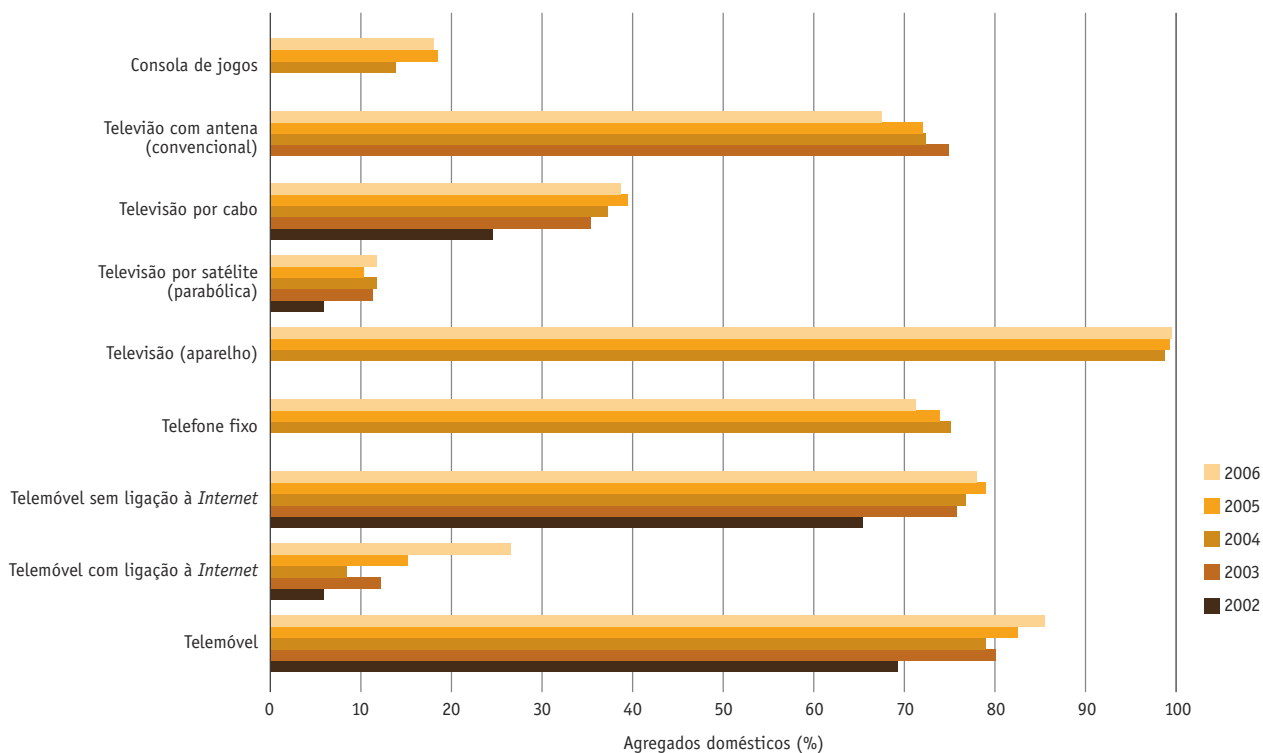
<http://www.umic.pt/>

<http://www.ligarportugal.pt/>

http://ec.europa.eu/information_society/index_en.htm

representações gráficas

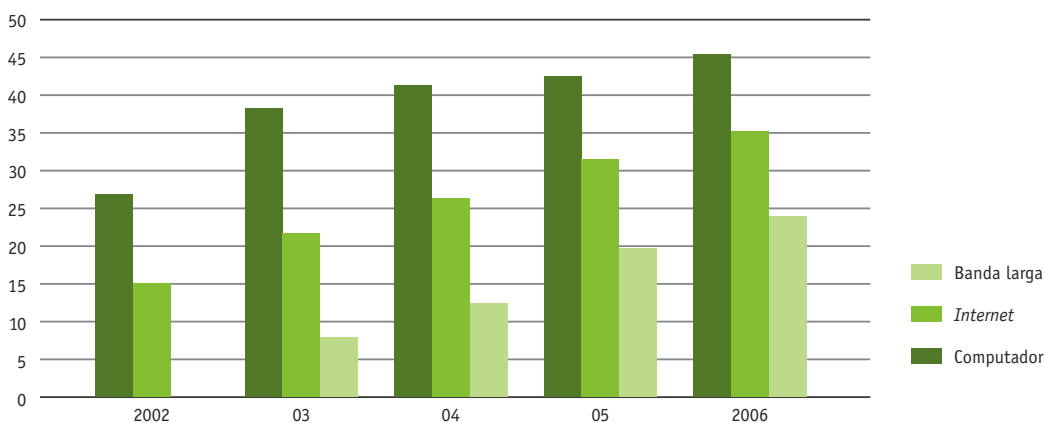
115 a) Posse de Tecnologias da Informação e da Comunicação nos agregados domésticos



Fonte: INE/UMIC, 2006

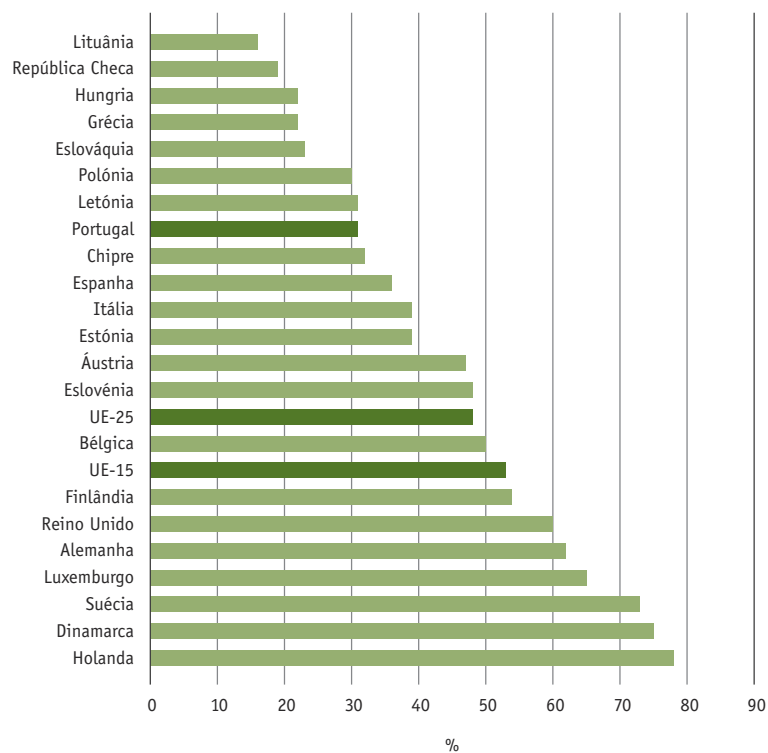
115 b) Posse de computador, ligação à Internet e ligação através de banda larga nos agregados domésticos

Agregados domésticos (%)



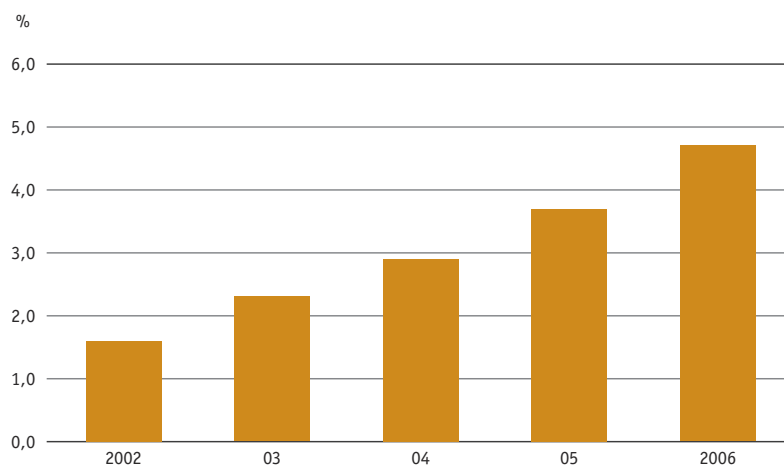
Fonte: INE/UMIC, 2006

115 c) Nível de acesso das famílias à Internet na UE-25, em 2005



Nota: Não se encontram disponíveis os dados de 2005 para a França, Irlanda e Malta.
 Fonte: Eurostat, 2006

115 d) Utilizadores de comércio electrónico



Fonte: INE/UMIC, 2006

nome do indicador VALOR ACRESCENTADO BRUTO - VAB - POR SECTORES

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

ECONOMIA

tema(s) UE

DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO

categorias do modelo DPSIR

ESTADO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Euro.

fonte(s)

INE

descrição

Valor que um sector acrescenta a matérias, produtos e serviços utilizados, através dos próprios processos de produção e marketing.

documentos de referência

Não foram identificados documentos de referência.

metodologia

Diferença entre o valor bruto da produção de um sector (rendimentos totais recebidos da venda do produto ou serviço) e o custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo.

Definições:

Valor Bruto de Produção - Vendas + Prestações de serviços + Variação da produção + Trabalhos para a própria empresa. (Fonte: INE)

objectivos e metas

Pretende-se aumentar os níveis de produtividade em todos os sectores e reforçar o peso das actividades que apresentam valores mais elevados de VAB por pessoa empregada (Barómetro da Produtividade - Ministério da Economia).

análise sumária

O indicador VAB permite comparar a produtividade dos diferentes sectores e respectiva evolução.

À semelhança do que tem acontecido noutros países da UE, em Portugal a contribuição para o VAB dos sectores primário, secundário e terciário tem-se alterado substancialmente nas últimas décadas, com um decréscimo para valores reduzidos da agricultura, silvicultura e pescas, e uma contribuição do sector dos serviços que chega a atingir cerca de 70% do total.

Há que ter presente que no sector dos serviços se incluem também transportes e comunicações, além de comércio, hotéis, restaurantes, actividades financeiras e imobiliárias, entre outros.

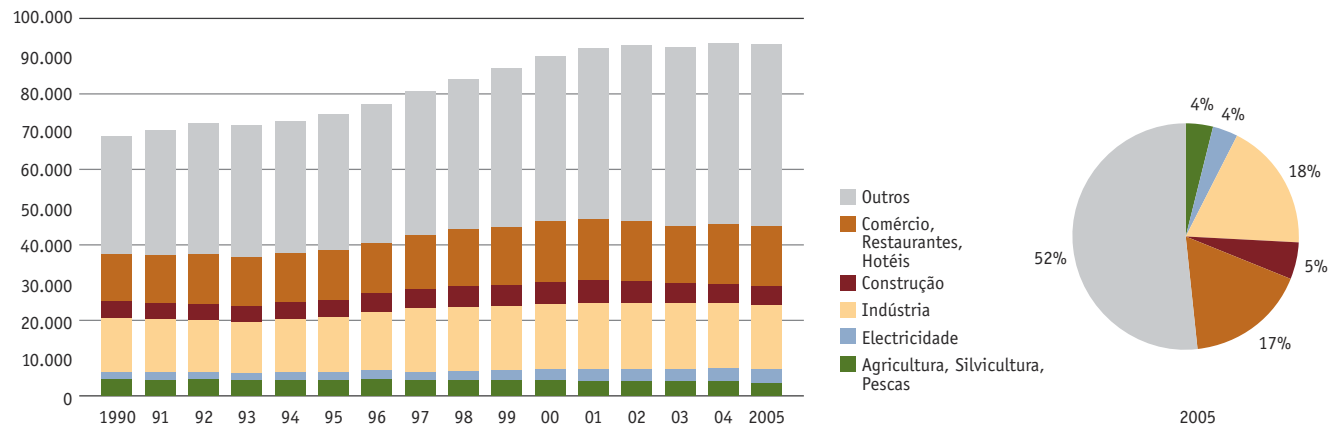
mais informação

<http://www.gee.min-economia.pt>

representações gráficas

116 a) VAB a preços de 2000 por sector de actividade

VAB a preços de 2000 (10⁶ Euros)

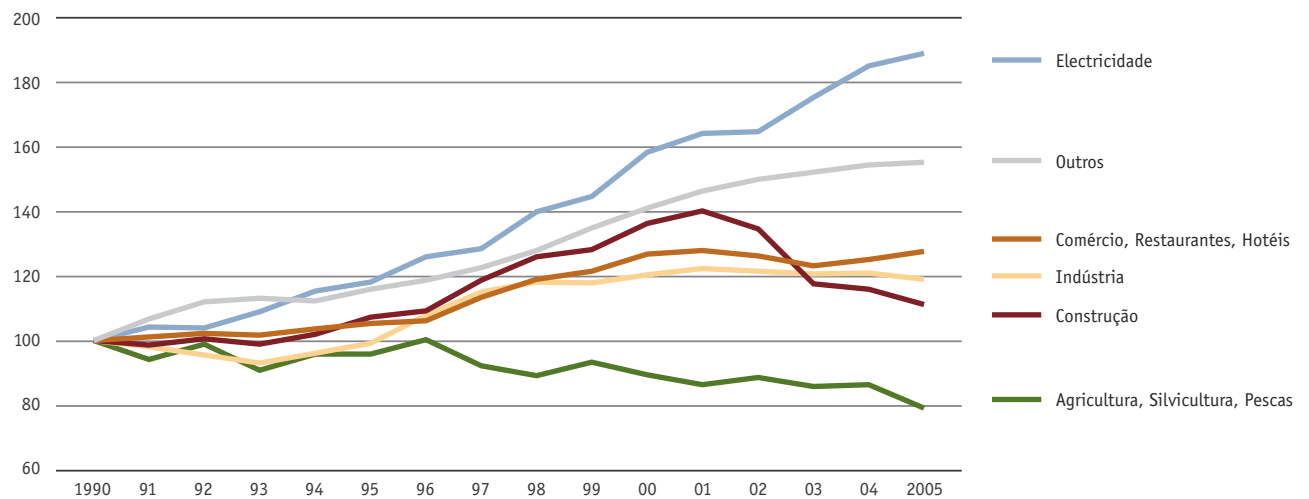


Nota: Outros inclui transportes e comunicações, actividades financeiras e imobiliárias, bancos e seguros, serviços bancários imputados, outros serviços e serviços não comerciais.

Fonte: INE, 2006

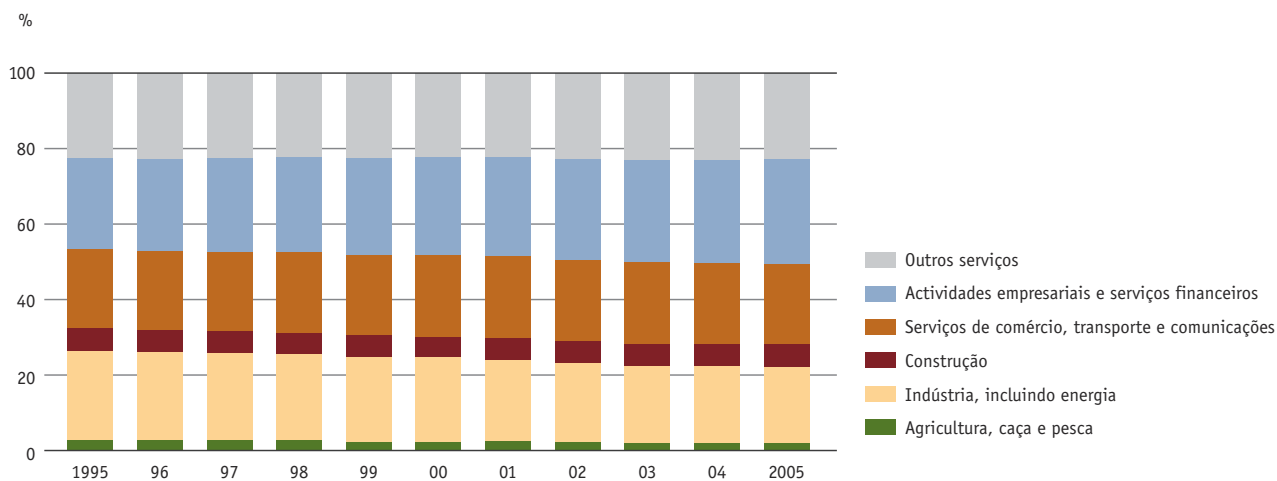
116 b) Evolução relativa do VAB a preços de 2000 por sector de actividade

VAB a preços de 2000 (Índice 1990=100)



Fonte: INE, 2006

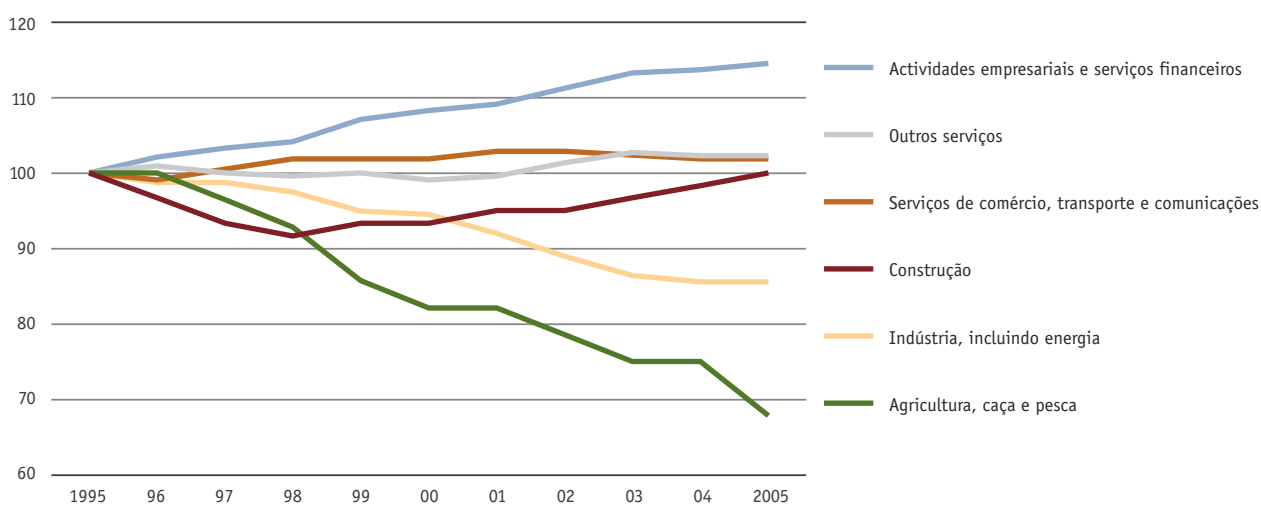
116 c) VAB a preços correntes e taxas de câmbio correntes na UE-25



Fonte: Eurostat, 2006

116 d) Evolução relativa do VAB a preços correntes e taxas de câmbio correntes na UE-25

VAB na UE-25 (Índice 1995=100)



Fonte: Eurostat, 2006

nome do indicador VIGILÂNCIA DAS ÁREAS PROTEGIDAS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

NATUREZA E BIODIVERSIDADE

tema(s) UE

GESTÃO DOS RECURSOS NATURAIS

categorias do modelo DPSIR

PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

AMBIENTAL

objectivos da ENDS 2015

3º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Hectares por vigilante da natureza.

fonte(s)

ICNB

descrição

Área média de Áreas Protegidas afecta a cada vigilante da natureza.

documentos de referência

- Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade (RCM n.º 152/2001, de 11 de Outubro).

metodologia

Cálculo da superfície média adstrita a cada vigilante da natureza para funções específicas de vigilância e fiscalização, através da razão entre a totalidade da superfície da Rede Nacional de Áreas Protegidas e o número de vigilantes.

objectivos e metas

Não foram identificadas metas. No entanto deverá verificar-se uma evolução no sentido da manutenção ou redução da área média afecta a cada vigilante da natureza.

análise sumária

Este indicador permite ter conhecimento sobre a existência de técnicos - vigilantes da natureza - devidamente formados, responsáveis pela vigilância das Áreas Protegidas.

O Corpo de Vigilantes da Natureza está integrado no Ministério que tutela o Ambiente e assegura, nas respectivas áreas de actuação, as funções de vigilância, fiscalização e monitorização relativas aos recursos naturais, nomeadamente no âmbito do domínio hídrico, do património natural e da conservação da natureza.

Em 2006 o número de Vigilantes da Natureza era de 148, o que correspondia a 6 017 hectares de Área Protegida por Vigilante da Natureza.

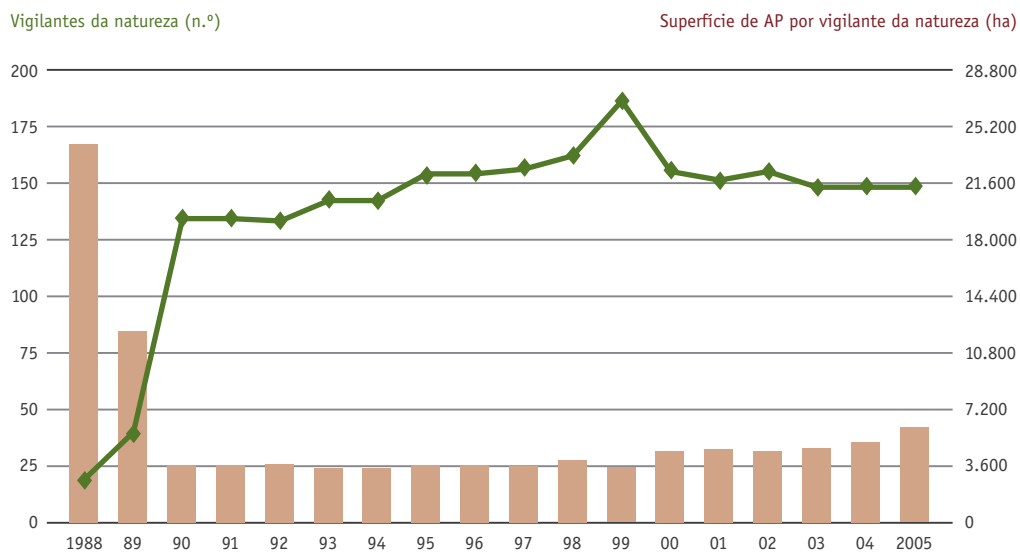
mais informação

<http://portal.icnb.pt/>

<http://www.gnr.pt/portal/internet/sepna/>

representações gráficas

117 a) Área Protegida por vigilante da natureza



Fonte: ICN, 2006

nome do indicador VOLUME DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS

SIDS regional NÃO

indicador-chave NÃO

tema(s)

TRANSPORTES

tema(s) UE

TRANSPORTES

categorias do modelo DPSIR

ACTIVIDADE / FORÇA MOTRIZ
PRESSÃO

periodicidade

ANUAL

dimensão de desenvolvimento sustentável

ECONÓMICA

objectivos da ENDS 2015

2º

disponibilidade dos dados

DISPONÍVEL

unidade(s) de medida

Adimensional. Índice (1995=100).

fonte(s)

DGTT; INE; Eurostat

descrição

Passageiros e mercadorias transportados por distância percorrida.

documentos de referência

- Programa Nacional para as Alterações Climáticas - PNAC 2006 (IA/ MAOTDR, 2006);
- Livro Branco: A política europeia de transportes no horizonte 2010: a hora das opções (CE/UE, 2001).

mais informação

<http://www.ine.pt/>
<http://www.imtt.pt/i>
<http://www.gep-moptc.pt/>
<http://epp.eurostat.ec.europa.eu/>
http://ec.europa.eu/transport/index_pt.html
<http://www.eea.europa.eu>

metodologia

Rácio entre transporte de passageiros (todos os modos) e o PIB (a preços constantes de 1995). A unidade utilizada para o transporte de passageiros é passageiro-quilómetro, a qual representa o transporte de um passageiro por unidade de distância quilómetro. Baseia-se no transporte em automóveis, autocarros, eléctricos e comboios no território nacional, independentemente da nacionalidade do veículo.

Rácio entre transporte de mercadorias (todos os modos - rodoviário, ferroviário e fluvial) e o PIB. A unidade utilizada para o transporte de mercadorias é tonelada-quilómetro (tkm), a qual representa o transporte de uma tonelada por unidade de distância quilómetro.

O indicador é apresentado através de um índice, em que para cada uma das variáveis se assume para o valor do ano base um valor de referência igual a 100, apresentando os restantes anos valores proporcionais.

objectivos e metas

O objectivo da Política Comum de Transportes da UE é dissociar o crescimento dos transportes do crescimento do Produto Nacional Bruto através, nomeadamente, da substituição do transporte rodoviário pela ferrovia, pelo transporte marítimo e pela maior utilização de meios de transportes públicos de passageiros.

análise sumária

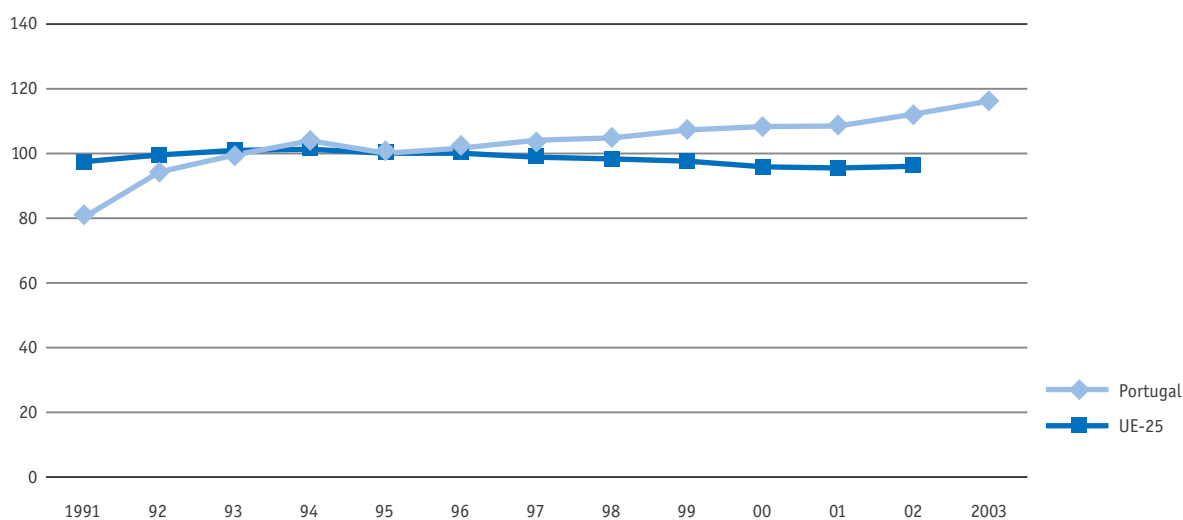
Em 2004 o sector dos transportes foi aquele que mais energia final consumiu em Portugal (35,5%) e foi responsável por cerca de 24% das emissões de Gases com Efeito de Estufa (GEE). A eficiência energética do sector dos transportes não tem aumentado uma vez que a intensificação da motorização, a utilização de veículos cada vez mais potentes e índices de ocupação mais baixos têm-se sobreposto ao acréscimo de eco-eficiência obtido por avanços tecnológicos nos sectores de construção automóvel e dos combustíveis.

Em Portugal, o transporte de passageiros e de mercadorias tem vindo a aumentar significativamente desde 1991, a um ritmo mais acelerado do que o crescimento do PIB e ultrapassando a média da UE-15.

representações gráficas

118 a) Volume de transporte de passageiros

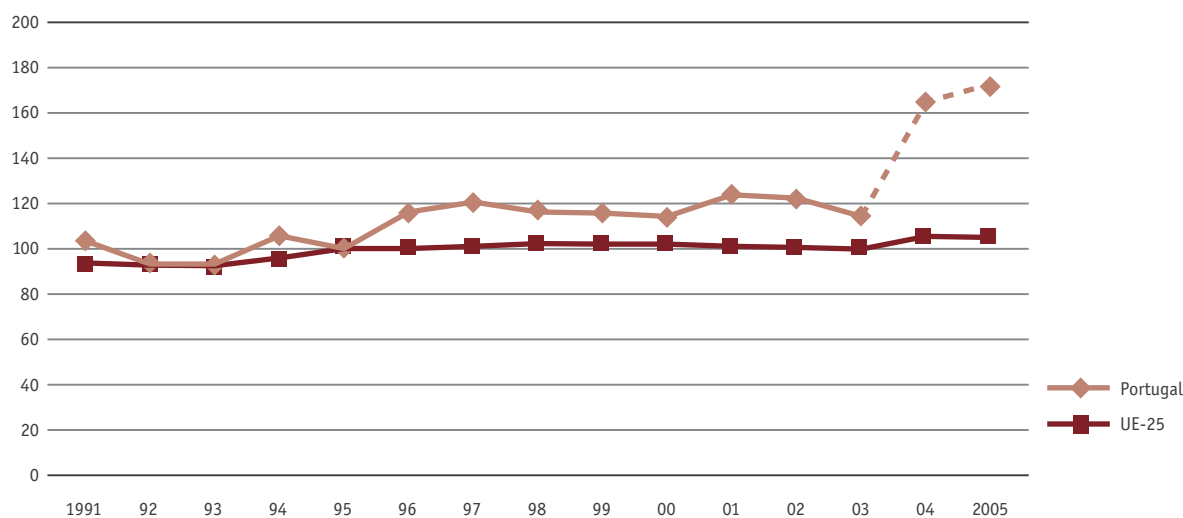
Índice (1995=100)



Nota (Portugal): 1991, 1992, 1993, 2000, 2001, 2002 e 2003 - valores estimados.
Fonte: Eurostat, 2006

118 b) Volume de transporte de mercadorias

Índice (1995=100)



Nota (Portugal): Quebra de série em 2004 devido à alteração metodológica do inquérito do transporte rodoviário de mercadorias de acordo com o Regulamento do Conselho 1172/98/EC.

Fonte: Eurostat, 2006

Lista de indicadores do SIDS Portugal por dimensão do desenvolvimento sustentável

Dimensão do Desenvolvimento Sustentável	Nome	Código SIDS
Ambiental	ÁREA FLORESTAL CERTIFICADA	6
Ambiental	ÁREA FLORESTAL INTEGRADA EM ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL - ZIF	7
Ambiental	ÁREAS CLASSIFICADAS PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE	8
Ambiental	CONCENTRAÇÕES ANUAIS DE PARTÍCULAS E OZONO	15
Ambiental	CONSUMO DE ÁGUA	17
Ambiental	DESCARGAS DE HIDROCARBONETOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	30
Ambiental	DISPONIBILIDADE HÍDRICA	40
Ambiental	EFICIÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA	44
Ambiental	EMIÇÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA - GEE	46
Ambiental	EMIÇÕES DE SUBSTÂNCIAS ACIDIFICANTES E EUTROFIZANTES	47
Ambiental	EMIÇÕES DE SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS DO OZONO TROPOSFÉRICO	48
Ambiental	ESPÉCIES DE FAUNA E FLORA AMEAÇADAS	50
Ambiental	ESTADO DAS ÁGUAS DE SUPERFÍCIE	53
Ambiental	ESTADO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	54
Ambiental	EVOLUÇÃO DA LINHA DE COSTA	56
Ambiental	GESTÃO DE RESÍDUOS	61
Ambiental	ÍNDICE DE AVES COMUNS	66
Ambiental	OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	77
Ambiental	POPULAÇÃO EXPOSTA A RUÍDO AMBIENTE EXTERIOR	82
Ambiental	POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	83
Ambiental	POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	84
Ambiental	PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	89
Ambiental	QUALIDADE DA ÁGUA EM ZONAS BALNEARES	95
Ambiental	QUALIDADE DA ÁGUA PARA AS ZONAS DE PROTECÇÃO DE ESPÉCIES AQUÁTICAS DE INTERESSE ECONÓMICO	96
Ambiental	QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	97
Ambiental	QUALIDADE DO AR	98
Ambiental	RECICLAGEM E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS	99
Ambiental	RISCOS NATURAIS	103
Ambiental	STOCKS PESQUEIROS ABAIXO DOS LIMITES BIOLÓGICOS DE SEGURANÇA	108
Ambiental	TEMPERATURA DO AR	114
Ambiental	VIGILÂNCIA DAS ÁREAS PROTEGIDAS	117
Ambiental - Económica	ECO-EFICIÊNCIA DOS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	43
Ambiental - Económica	FERTILIZANTES AGRÍCOLAS	59
Ambiental - Económica	PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	93
Ambiental - Social	INCÊNDIOS FLORESTAIS	65
Ambiental - Social	SOLO AFECTADO POR DESERTIFICAÇÃO	107
Económica	BALANÇA COMERCIAL - IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES	10
Económica	CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO	12
Económica	CONSUMO DE ENERGIA FINAL	20
Económica	CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS DEPLETORAS DA CAMADA DE OZONO	24
Económica	DÉFICE ORÇAMENTAL	28
Económica	DEMOGRAFIA EMPRESARIAL	29
Económica	DESCARGAS DE PESCADO	31
Económica	DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - I&D	34

(continuação)

Dimensão do Desenvolvimento Sustentável	Nome	Código SIDS
Económica	DESPEZA PÚBLICA	35
Económica	DIMENSÃO DA FROTA DE PESCA	38
Económica	DIPLOMADOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	39
Económica	DÍVIDA PÚBLICA	41
Económica	IDADE MÉDIA DOS VEÍCULOS EM CIRCULAÇÃO	63
Económica	INTENSIDADE TURÍSTICA	69
Económica	INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM PORTUGAL - IDE - E DE PORTUGAL NO ESTRANGEIRO - IDPE	70
Económica	INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO	71
Económica	NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ACTIVA	75
Económica	OCUPAÇÃO HOTELEIRA	78
Económica	PATENTES	80
Económica	POUPANÇA LÍQUIDA NACIONAL	85
Económica	PRODUÇÃO AQUÍCOLA	88
Económica	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	91
Económica	PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB	92
Económica	REPARTIÇÃO MODAL DO TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS	102
Económica	RISCOS TECNOLÓGICOS	104
Económica	TAXA DE EMPREGO	111
Económica	TAXA DE INFLAÇÃO	112
Económica	VALOR ACRESCENTADO BRUTO - VAB - POR SECTORES	116
Económica	VOLUME DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS	118
Económica - Ambiental	CONSUMO DE ELECTRICIDADE PRODUZIDA A PARTIR DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS	19
Económica - Ambiental	CONSUMO DE MATERIAIS PELA ECONOMIA - CME / DMI	22
Económica - Ambiental	ESTRUTURA DA REDE VIÁRIA E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO	55
Económica - Ambiental	INTENSIDADE ENERGÉTICA E CARBÓNICA DA ECONOMIA	68
Económica - Ambiental	PRODUÇÃO AGRÍCOLA CERTIFICADA	87
Económica - Ambiental	PRODUÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA	90
Económica - Social	DESPEZA E RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS	33
Institucional	AGENDAS 21 LOCAIS	4
Institucional	AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO - APD	5
Institucional	ARTIGOS CIENTÍFICOS EM REVISTAS INTERNACIONAIS	9
Institucional	CONFIANÇA NO SISTEMA JUDICIAL	16
Institucional	EFICIÊNCIA DO SISTEMA JUDICIAL	45
Institucional	GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL	60
Institucional	GOVERNO ELECTRÓNICO	62
Institucional	IMPORTAÇÃO DE PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO	64
Institucional	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH	67
Institucional	PARTICIPAÇÃO ELEITORAL	79
Social	ABANDONO ESCOLAR PRECOCE	1
Social	ACIDENTES DE TRABALHO	2
Social	ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	3
Social	BEM-ESTAR SUBJECTIVO	11
Social	CAPACIDADE DO SISTEMA PRISIONAL	13
Social	COMÉRCIO JUSTO	14

(continuação)

Dimensão do Desenvolvimento Sustentável	Nome	Código SIDS
Social	CONSUMO DE ALCOOL	18
Social	CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES	21
Social	CONSUMO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	23
Social	CONSUMO DE TABACO	25
Social	CONVICÇÕES RELIGIOSAS	26
Social	CRIMINALIDADE	27
Social	DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS	32
Social	DIETA ALIMENTAR	36
Social	DIFERENCIAÇÃO DE SALÁRIOS EM FUNÇÃO DO GÉNERO	37
Social	DOENÇAS DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA	42
Social	ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	49
Social	ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA	51
Social	ESPERANÇA DE VIDA SAUDÁVEL	52
Social	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	57
Social	FECUNDIDADE	58
Social	MIGRAÇÃO	72
Social	MORTALIDADE SEGUNDO AS PRINCIPAIS CAUSAS	73
Social	NÍVEL DE EDUCAÇÃO ATINGIDO PELA POPULAÇÃO JOVEM	74
Social	OBESIDADE	76
Social	POPULAÇÃO ABAIXO DO LIMÍAR DE POBREZA	81
Social	PREVALÊNCIA DE ASMA EM CRIANÇAS	86
Social	PROFISSIONAIS DE SAÚDE	94
Social	RECURSOS CULTURAIS	100
Social	REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	101
Social	SEGURANÇA ALIMENTAR	105
Social	SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA	106
Social	TAXA DE ANALFABETISMO	109
Social	TAXA DE DESEMPREGO	110
Social	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	113
Social - Económica	UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO - TIC	115

Lista de indicadores do SIDS Portugal por tema

Tema	Nome	Código SIDS
Agricultura Água Solos e Ordenamento do Território	FERTILIZANTES AGRÍCOLAS	59
Agricultura Solos e Ordenamento do Território	PRODUÇÃO AGRÍCOLA CERTIFICADA	87
Agricultura Solos e Ordenamento do Território Água	PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	93
Água	CONSUMO DE ÁGUA	17
Água	DISPONIBILIDADE HÍDRICA	40
Água	EFICIÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA	44
Água	ESTADO DAS ÁGUAS DE SUPERFÍCIE	53
Água	ESTADO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	54
Água	POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	84
Água Saúde	POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	83
Água Saúde	QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	97
Ambientes Marinho e Costeiro Água Pescas	QUALIDADE DA ÁGUA PARA AS ZONAS DE PROTECÇÃO DE ESPÉCIES AQUÁTICAS DE INTERESSE ECONÓMICO	96
Ambientes marinho e costeiro Água Turismo	QUALIDADE DA ÁGUA EM ZONAS BALNEARES	95
Ambientes marinho e costeiro Riscos	DESCARGAS DE HIDROCARBONETOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	30
Ambientes marinho e costeiro Solos e Ordenamento do Território Turismo	EVOLUÇÃO DA LINHA DE COSTA	56
Ar e Clima	CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS DEPLECTORAS DA CAMADA DE OZONO	24
Ar e Clima	EMISSÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA - GEE	46
Ar e Clima	TEMPERATURA DO AR	114
Ar e Clima Natureza e Biodiversidade Saúde	EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS ACIDIFICANTES E EUTROFIZANTES	47
Ar e Clima Natureza e Biodiversidade Saúde	EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS DO OZONO TROPOSFÉRICO	48
Ar e Clima Saúde	CONCENTRAÇÕES ANUAIS DE PARTÍCULAS E OZONO	15
Ar e Clima Saúde	QUALIDADE DO AR	98
Ciência e Tecnologia	ARTIGOS CIENTÍFICOS EM REVISTAS INTERNACIONAIS	9
Ciência e Tecnologia	DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - I&D	34
Ciência e Tecnologia	PATENTES	80
Ciência e Tecnologia Coesão/Exclusão social	UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO - TIC	115
Coesão/Exclusão social	DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS	32
Coesão/Exclusão social	DIFERENCIAÇÃO DE SALÁRIOS EM FUNÇÃO DO GÉNERO	37
Coesão/Exclusão social	POPULAÇÃO ABAIXO DO LIMIAR DE POBREZA	81
Coesão/Exclusão social	REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	101

(continuação)

Tema	Nome	Código SIDS
Coesão/Exclusão social Justiça	CRIMINALIDADE	27
Coesão/Exclusão social Saúde	BEM-ESTAR SUBJECTIVO	11
Cooperação Internacional	COMÉRCIO JUSTO	14
Cooperação Internacional Governança	AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO - APD	5
Cooperação Internacional Governança	IMPORTAÇÃO DE PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO	64
Cultura	ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	3
Cultura	CONSUMO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	23
Cultura	CONVICÇÕES RELIGIOSAS	26
Cultura	RECURSOS CULTURAIS	100
Economia	BALANÇA COMERCIAL - IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES	10
Economia	CONSUMO DE MATERIAIS PELA ECONOMIA - CME / DMI	22
Economia	DÉFICE ORÇAMENTAL	28
Economia	DEMOGRAFIA EMPRESARIAL	29
Economia	DESPESA PÚBLICA	35
Economia	DÍVIDA PÚBLICA	41
Economia	INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM PORTUGAL - IDE - E DE PORTUGAL NO ESTRANGEIRO - IDPE	70
Economia	INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO	71
Economia	POUPANÇA LÍQUIDA NACIONAL	85
Economia	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	91
Economia	PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB	92
Economia	TAXA DE INFLAÇÃO	112
Economia	VALOR ACRESCENTADO BRUTO - VAB - POR SECTORES	116
Economia Coesão/Exclusão social	DESPESA E RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS	33
Economia Energia Ar e Clima	INTENSIDADE ENERGÉTICA E CARBÓNICA DA ECONOMIA	68
Economia Energia Indústria Ar e Clima Transportes Agricultura	ECO-EFICIÊNCIA DOS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	43
Educação	NÍVEL DE EDUCAÇÃO ATINGIDO PELA POPULAÇÃO JOVEM	74
Educação Ciência e Tecnologia	DIPLOMADOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	39
Educação Coesão/Exclusão social	ABANDONO ESCOLAR PRECOCE	1
Educação Coesão/Exclusão social	TAXA DE ANALFABETISMO	109
Emprego	TAXA DE EMPREGO	111
Emprego Coesão/Exclusão social	TAXA DE DESEMPREGO	110
Emprego Educação	NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ACTIVA	75
Energia	CONSUMO DE ELECTRICIDADE PRODUZIDA A PARTIR DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS	19
Energia	CONSUMO DE ENERGIA FINAL	20
Energia	PRODUÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA	90
Floresta Instrumentos de Gestão Ambiental	ÁREA FLORESTAL CERTIFICADA	6

(continuação)

Tema	Nome	Código SIDS
Floresta Instrumentos de Gestão Ambiental	ÁREA FLORESTAL INTEGRADA EM ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL - ZIF	7
Floresta Natureza e Biodiversidade Riscos	INCÊNDIOS FLORESTAIS	65
Governança	GOVERNO ELECTRÓNICO	62
Governança	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH	67
Governança	PARTICIPAÇÃO ELEITORAL	79
Governança Instrumentos de Gestão Ambiental	AGENDAS 21 LOCAIS	4
Instrumentos de Gestão Ambiental Coesão/Exclusão social	GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL	60
Justiça	CAPACIDADE DO SISTEMA PRISIONAL	13
Justiça Governança	CONFIANÇA NO SISTEMA JUDICIAL	16
Justiça Governança	EFICIÊNCIA DO SISTEMA JUDICIAL	45
Natureza e Biodiversidade	ÁREAS CLASSIFICADAS PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE	8
Natureza e Biodiversidade	ESPÉCIES DE FAUNA E FLORA AMEAÇADAS	50
Natureza e Biodiversidade	ÍNDICE DE AVES COMUNS	66
Natureza e Biodiversidade	VIGILÂNCIA DAS ÁREAS PROTEGIDAS	117
Pescas	DESCARGAS DE PESCADO	31
Pescas	DIMENSÃO DA FROTA DE PESCA	38
Pescas	PRODUÇÃO AQUÍCOLA	88
Pescas Natureza e Biodiversidade Ambientes Marinho e Costeiro	STOCKS PESQUEIROS ABAIXO DOS LIMITES BIOLÓGICOS DE SEGURANÇA	108
População	ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	49
População	ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA	51
População	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	57
População	FECUNDIDADE	58
População	MIGRAÇÃO	72
Resíduos	GESTÃO DE RESÍDUOS	61
Resíduos	PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	89
Resíduos	RECICLAGEM E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS	99
Riscos	RISCOS NATURAIS	103
Riscos	RISCOS TECNOLÓGICOS	104
Ruído Saúde	POPULAÇÃO EXPOSTA A RÚIDO AMBIENTE EXTERIOR	82
Saúde	ACIDENTES DE TRABALHO	2
Saúde	CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES	21
Saúde	CONSUMO DE TABACO	25
Saúde	DIETA ALIMENTAR	36
Saúde	DOENÇAS DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA	42
Saúde	ESPERANÇA DE VIDA SAUDÁVEL	52
Saúde	MORTALIDADE SEGUNDO AS PRINCIPAIS CAUSAS	73
Saúde	OBESIDADE	76
Saúde	PREVALÊNCIA DE ASMA EM CRIANÇAS	86
Saúde	PROFISSIONAIS DE SAÚDE	94
Saúde	SEGURANÇA ALIMENTAR	105
Saúde Coesão social	CONSUMO DE ÁLCOOL	18

(continuação)

Tema	Nome	Código SIDS
Saúde População	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	113
Solos e Ordenamento do Território	OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	77
Solos e Ordenamento do Território Agricultura Floresta Água Natureza e Biodiversidade	SOLO AFECTADO POR DESERTIFICAÇÃO	107
Transportes	IDADE MÉDIA DOS VEÍCULOS EM CIRCULAÇÃO	63
Transportes	REPARTIÇÃO MODAL DO TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS	102
Transportes	VOLUME DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS	118
Transportes Saúde	SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA	106
Transportes Solos e Ordenamento do Território Natureza e Biodiversidade População	ESTRUTURA DA REDE VIÁRIA E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO	55
Turismo	CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO	12
Turismo	INTENSIDADE TURÍSTICA	69
Turismo	OCUPAÇÃO HOTELEIRA	78

Lista de indicadores do SIDS Portugal por elemento da cadeia causal DPSIR

DPSIR	Nome	Código SIDS
Actividade/Força Motriz	BALANÇA COMERCIAL - IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES	10
Actividade/Força Motriz	CAPACIDADE DE ALOJAMENTO TURÍSTICO	12
Actividade/Força Motriz	DEMOGRAFIA EMPRESARIAL	29
Actividade/Força Motriz	DIMENSÃO DA FROTA DE PESCA	38
Actividade/Força Motriz	INVESTIMENTO DIRECTO ESTRANGEIRO EM PORTUGAL - IDE - E DE PORTUGAL NO ESTRANGEIRO - IDPE	70
Actividade/Força Motriz	INVESTIMENTO PÚBLICO E PRIVADO	71
Estado	ACTIVIDADES SÓCIO-CULTURAIS	3
Estado	ARTIGOS CIENTÍFICOS EM REVISTAS INTERNACIONAIS	9
Estado	CONCENTRAÇÕES ANUAIS DE PARTÍCULAS E OZONO	15
Estado	CONFIANÇA NO SISTEMA JUDICIAL	16
Estado	CONSUMO DE PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	23
Estado	CONVICÇÕES RELIGIOSAS	26
Estado	DÉFICE ORÇAMENTAL	28
Estado	DESIGUALDADE NA DISTRIBUIÇÃO DE RENDIMENTOS	32
Estado	DESPESA E RENDIMENTO DAS FAMÍLIAS	33
Estado	DESPESA EM INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - I&D	34
Estado	DESPESA PÚBLICA	35
Estado	DIETA ALIMENTAR	36
Estado	DIFERENCIAÇÃO DE SALÁRIOS EM FUNÇÃO DO GÉNERO	37
Estado	DIPLOMADOS EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA	39
Estado	DISPONIBILIDADE HÍDRICA	40
Estado	DÍVIDA PÚBLICA	41
Estado	DOENÇAS DE DECLARAÇÃO OBRIGATÓRIA	42
Estado	ECO-EFICIÊNCIA DOS SECTORES DE ACTIVIDADE ECONÓMICA	43
Estado	EFICIÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DA ÁGUA	44

(continuação)

DPSIR	Nome	Código SIDS
Estado	EFICIÊNCIA DO SISTEMA JUDICIAL	45
Estado	ENVELHECIMENTO DA POPULAÇÃO	49
Estado	ESPÉCIES DE FAUNA E FLORA AMEAÇADAS	50
Estado	ESPERANÇA DE VIDA À NASCENÇA	51
Estado	ESPERANÇA DE VIDA SAUDÁVEL	52
Estado	ESTADO DAS ÁGUAS DE SUPERFÍCIE	53
Estado	ESTADO DAS ÁGUAS SUBTERRÂNEAS	54
Estado	ESTRUTURA DA REDE VIÁRIA E FRAGMENTAÇÃO DO TERRITÓRIO	55
Estado	EVOLUÇÃO DA LINHA DE COSTA	56
Estado	EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO	57
Estado	FECUNDIDADE	58
Estado	IMPORTAÇÃO DE PAÍSES MENOS DESENVOLVIDOS E EM DESENVOLVIMENTO	64
Estado	ÍNDICE DE AVES COMUNS	66
Estado	ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO - IDH	67
Estado	NÍVEL DE EDUCAÇÃO ATINGIDO PELA POPULAÇÃO JOVEM	74
Estado	NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA POPULAÇÃO ACTIVA	75
Estado	OCUPAÇÃO E USO DO SOLO	77
Estado	PATENTES	80
Estado	POPULAÇÃO ABAIXO DO LIMIAR DE POBREZA	81
Estado	POPULAÇÃO EXPOSTA A RÚIDO AMBIENTE EXTERIOR	82
Estado	POUPANÇA LÍQUIDA NACIONAL	85
Estado	PRODUTIVIDADE DO TRABALHO	91
Estado	PRODUTO INTERNO BRUTO - PIB	92
Estado	QUALIDADE DA ÁGUA EM ZONAS BALNEARES	95
Estado	QUALIDADE DA ÁGUA PARA AS ZONAS DE PROTECÇÃO DE ESPÉCIES AQUÁTICAS DE INTERESSE ECONÓMICO	96
Estado	QUALIDADE DA ÁGUA PARA CONSUMO HUMANO	97
Estado	QUALIDADE DO AR	98
Estado	RECURSOS CULTURAIS	100
Estado	REPARTIÇÃO MODAL DO TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS	102
Estado	RISCOS NATURAIS	103
Estado	RISCOS TECNOLÓGICOS	104
Estado	SEGURANÇA ALIMENTAR	105
Estado	TAXA DE ANALFABETISMO	109
Estado	TAXA DE DESEMPREGO	110
Estado	TAXA DE EMPREGO	111
Estado	TAXA DE MORTALIDADE INFANTIL	113
Estado	TEMPERATURA DO AR	114
Estado	VALOR ACRESCENTADO BRUTO - VAB - POR SECTORES	116
Impacte	BEM-ESTAR SUBJECTIVO	11
Impacte	MORTALIDADE SEGUNDO AS PRINCIPAIS CAUSAS	73
Impacte	OBESIDADE	76
Impacte	PREVALÊNCIA DE ASMA EM CRIANÇAS	86
Impacte	SINISTRALIDADE RODOVIÁRIA	106
Impacte	SOLO AFECTADO POR DESERTIFICAÇÃO	107
Impacte	STOCKS PESQUEIROS ABAIXO DOS LIMITES BIOLÓGICOS DE SEGURANÇA	108
Impacte	ACIDENTES DE TRABALHO	2
Pressão	ABANDONO ESCOLAR PRECOCE	1
Pressão	CONSUMO DE ÁGUA	17
Pressão	CONSUMO DE ALCOOL	18
Pressão	CONSUMO DE ENERGIA FINAL	20
Pressão	CONSUMO DE ESTUPEFACIENTES	21
Pressão	CONSUMO DE MATERIAIS PELA ECONOMIA - CME / DMI	22

(continuação)

DPSIR	Nome	Código SIDS
Pressão	CONSUMO DE SUBSTÂNCIAS DEPLECTORAS DA CAMADA DE OZONO	24
Pressão	CONSUMO DE TABACO	25
Pressão	CRIMINALIDADE	27
Pressão	DESCARGAS DE HIDROCARBONETOS E OUTRAS SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	30
Pressão	DESCARGAS DE PESCADO	31
Pressão	EMISSÃO DE GASES COM EFEITO DE ESTUFA - GEE	46
Pressão	EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS ACIDIFICANTES E EUTROFIZANTES	47
Pressão	EMISSÕES DE SUBSTÂNCIAS PRECURSORAS DO OZONO TROPOSFÉRICO	48
Pressão	FERTILIZANTES AGRÍCOLAS	59
Pressão	IDADE MÉDIA DOS VEÍCULOS EM CIRCULAÇÃO	63
Pressão	INCÊNDIOS FLORESTAIS	65
Pressão	INTENSIDADE ENERGÉTICA E CARBÓNICA DA ECONOMIA	68
Pressão	INTENSIDADE TURÍSTICA	69
Pressão	MIGRAÇÃO	72
Pressão	OCUPAÇÃO HOTELEIRA	78
Pressão	PRODUÇÃO DE RESÍDUOS	89
Pressão	PRODUTOS FITOFARMACÊUTICOS	93
Pressão	TAXA DE INFLAÇÃO	112
Pressão	PRODUÇÃO AQUÍCOLA	88
Actividade/Força Motriz		
Pressão	PRODUÇÃO E CONSUMO DE ENERGIA PRIMÁRIA	90
Actividade/Força Motriz		
Pressão	VOLUME DE TRANSPORTES DE PASSAGEIROS E DE MERCADORIAS	118
Actividade/Força Motriz		
Resposta	AGENDAS 21 LOCAIS	4
Resposta	AJUDA PÚBLICA AO DESENVOLVIMENTO - APD	5
Resposta	ÁREA FLORESTAL CERTIFICADA	6
Resposta	ÁREA FLORESTAL INTEGRADA EM ZONAS DE INTERVENÇÃO FLORESTAL - ZIF	7
Resposta	ÁREAS CLASSIFICADAS PARA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E BIODIVERSIDADE	8
Resposta	CAPACIDADE DO SISTEMA PRISIONAL	13
Resposta	COMÉRCIO JUSTO	14
Resposta	CONSUMO DE ELECTRICIDADE PRODUZIDA A PARTIR DE FONTES DE ENERGIA RENOVÁVEIS	19
Resposta	GESTÃO AMBIENTAL E RESPONSABILIDADE SOCIAL	60
Resposta	GESTÃO DE RESÍDUOS	61
Resposta	GOVERNO ELECTRÓNICO	62
Resposta	PARTICIPAÇÃO ELEITORAL	79
Resposta	POPULAÇÃO SERVIDA COM SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	83
Resposta	POPULAÇÃO SERVIDA POR SISTEMAS DE DRENAGEM E TRATAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS	84
Resposta	PRODUÇÃO AGRÍCOLA CERTIFICADA	87
Resposta	PROFISSIONAIS DE SAÚDE	94
Resposta	RECICLAGEM E VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS URBANOS	99
Resposta	REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS SOCIAIS	101
Resposta	UTILIZAÇÃO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E DA COMUNICAÇÃO - TIC	115
Resposta	VIGILÂNCIA DAS ÁREAS PROTEGIDAS	117



PROGRAMA AMBIENTE



Co-financiado pela
União Europeia - FEDER

Rua da Murgueira, 9/9A - Zambujal
2611-865 Amadora

email: geral@apambiente.pt
www.apambiente.pt